Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Junio Cesar Rodrigues Lima

Cesareia Marítima: uma análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno no século I a. C.

Rio de Janeiro

2021

Junio Cesar Rodrigues Lima

Cesareia Marítima: uma análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno no século I a. C.

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Regina Candido

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

L732 Lima, Junio Cesar Rodrigues.
Cesareia Marítima: uma análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno no século I a. C. / Junio Cesar Rodrigues Lima. – 2021.
442 f.

Orientadora: Maria Regina Candido.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Historiografia – Teses. 2. Planejamento urbano – Teses. 3. Paisagens culturais – Teses. I. Candido, Maria Regina. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 930.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Junio Cesar Rodrigues Lima

Cesareia Marítima: uma análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno no século I a. C.

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 16 de dezembro de 2021.

Banca Examinadora:

_____

Profª. Dr.ª Maria Regina Candido (Orientador)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. Deivid Valério Gaia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Alair Figueiredo Duarte

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

_____

Prof. Dr. André da Silva Bueno

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

À minha querida esposa Patrícia, aos meus filhos Bianca, Rafael (in memorian), Amanda e Giúlia, e aos meus netos Miguel, Heitor, Manuela, Maria Júlia e Benício que souberam suportar a minha agitação, durante esses anos de curso e demonstrar profundo amor e reconhecimento pelo sonho de me aprimorar no magistério acadêmico.

AGRADECIMENTOS

À Jesus, por me acompanhar desde meu nascimento e me agraciar com o cumprimento de mais uma etapa na minha jornada acadêmica;

Aos meus pais, Ercilia e Paulo Cesar Rodrigues que me ensinaram o verdadeiro valor da vida, almejando sempre o desenvolvimento emocional e intelectual, sem os quais nada disso seria possível;

Aos meus irmãos Cátia, Carla e Paulo César, bem como, aos meus sobrinhos Bia, Lara e Bernardo por tudo que representam em minha vida;

Aos meus ancestrais que viveram em um mundo sem tantas oportunidades para gente preta e pobre, mas que lutaram até o fim para que em algum ponto da estrada da vida a trajetória familiar fosse transformada, principalmente às minhas avós Bugazzi (Buga) e Beatriz (Beata);

Aos meus tios queridos que sempre me amaram e souberam me incentivar a viver com alegria e esperança e aos meus primos, àqueles que estão comigo desde a minha infância e ainda estão escrevendo uma história diferente para toda família;

Às minhas professoras da infância que me ensinaram o caminho das letras e o valor das narrativas: Jô, Sandra, Neide, Cecília e Adeli;

À Prof.ª Tirza Auferil por me ajudar na confecção do abstract e me ensinar a língua inglesa; e ao Prof. Luis Carlos Sá pelas conversas acadêmicas e ajuda com um conceito.

À minha admirável orientadora Prof.ª Dr.ª Maria Regina Candido, por sua compreensão, dedicação, apoio e companheirismo durante o desenvolvimento de minha pesquisa: uma mulher que representa força, fé e integridade em tudo o que faz;

Aos professores doutores Edgard Leite Ferreira Neto, Paulo André Leira Parente, Deivid Valério Gaia, André da Silva Bueno e Alair Figueiredo Duarte por integrarem minha banca de doutorado, contribuindo para o amadurecimento do meu trabalho;

Aos meus colegas pesquisadores e professores do Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por me auxiliarem e contribuírem para meu desenvolvimento acadêmico, principalmente ao Dr. José Roberto Paiva Gomes por sugerir esse tema de pesquisa após o fim do mestrado;

Ao corpo docente e demais funcionários do PPGH-UERJ, pelo tempo dispensado a minha formação acadêmica;

A todos aqueles que intercederam por mim e me apoiaram visando enxergar a realização dos meus ideais.

[…] A atividade política está subordinada à pluralidade da atividade humana [...] A atividade humana diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes.

Pierre Rosanvallon

RESUMO

LIMA, Junio Cesar Rodrigues. *Cesareia Marítima*: uma análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno no século I a. C. 2021. 442 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Essa produção historiográfica parte do pressuposto de que os indivíduos domiciliados na cidade de Cesareia no século I a. C., apesar da diversidade sociocultural, religiosa e política que caracterizava a cidade desde sua fundação, respeitaram a demarcação das *áreas culturais* feitas por Herodes em seu *plano urbanístico,* sem prejuízo para a preservação de sua identidade ou importação/exportação de novos elementos socioculturais. Mais do que revelar o rei Herodes, a cidade de Cesareia Marítima denuncia quais foram as suas escolhas políticas, bem como, as relações socioculturais que o rei dos judeanos desejava preservar. O "Herodes de Cesareia", apesar de sua singularidade cultural, era tão plural quanto qualquer um habitante da cidade. A organização do espaço problematiza a sua formação cultural, mostra seu vínculo identitário não somente com a sociedade judaica, mas, ainda, com as demais comunidades de gregos, sírios e romanos que se domiciliavam na região. Assim, conhecer Cesareia não significa apenas compreender Herodes, mas também perceber como esses indivíduos se relacionavam com o espaço concreto, conjugavam identidade e alteridade e faziam da cidade planejada pelo rei dos *judeanos* um *lugar antropológico*. Essa é a nossa busca. Através da análise sociocultural do plano urbanístico aplicado a cidade de Cesareia Marítima esperamos atravessar essas comunidades culturais a fim de encontrar o rei Herodes, ou melhor, o "Herodes de Herodes", aquele que não faz parte do discurso judaico-cristão. Acreditamos que o levantamento territorial e a comparação entre alguns vestígios arqueológicos reunidos no *Caesarea Harbor National Park* e o *discurso polêmico* de Flávio Josefo nos possibilitarão lidar com a problemática da nossa pesquisa a partir de um dispositivo teórico e procedimento metodológico que dê conta de toda documentação. A cidade de Cesareia Marítima tornou-se uma das maiores cidades do Oriente romano e no século I d. C. ela assumiu o lugar de Jerusalém como capital da *Syria et Palaestina* e sede do governo romano na região. A cidade prosperou ainda mais nos anos que se seguiram, ampliou suas relações comerciais e tornou-se um centro oriental importante para o cristianismo, judaísmo e islamismo. Inquirimo-nos se realmente poderíamos tratar os enfrentamentos iniciais relatados por Josefo como evidências de que a execução do *plano urbanístico* de Herodes não foi bem-sucedida devido a diversidade sociocultural.

Palavras-chave: Plano Urbanístico. Cidade. Relações Socioculturais. Paisagens Culturais. Lugar Antropológico. Discurso Urbano Materializado. Ponto de Referência Mnemônica. Identidade Interseccional. Etnocidade.

ABSTRACT

LIMA, Junio Cesar Rodrigues. *Caesarea Maritima:* a sociocultural analysis of the urban planning from Herod the Great in the 1st century b. C. 2021. 442 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This historiographic production starts with the assumption that the domiciled individuals in the city of Caesarea in the 1st century b. C. besides the sociocultural diversity, religious and political that characterized the city since its founding, respected the demarcation of the *cultural areas* made by Herod on his *urban planning*, without damaging for the preservation of its identity or importation/exportation of new sociocultural elements. More than revealing King Herod, the city of Caesarea Maritima reveals his political choices, as well as the sociocultural relations that the king of the Jews wanted to preserve. The "Herod of Caesarea", despite its cultural uniqueness, was as plural as any inhabitant of the city. The organization of the space problematizes its cultural formation, shows its identity link not only with Jewish society, but also with the other communities of Greeks, Syrians and Romans who lived in the region. Thus, knowing Caesarea does not only mean understanding Herod, but also realizing how these individuals related to the concrete space, combined identity and otherness and made the city planned by the king of the Jews an anthropological place. This is our quest. Through the sociocultural analysis of the urban plan applied to the city of Caesarea Maritima, we hope to cross these cultural communities to find King Herod, or rather, the "Herod by Herod", the one who is not part of the Judeo-Christian discourse. We believe that the territorial survey and the comparison between some archaeological remains gathered in *Caesarea Harbor National Park* and the *polemic speech* of Flavius Josephus will make possible to deal with our research problematic as of a theoretical device and the methodological procedure that is able to handle all the documentation. The Caesarea Maritima city became one of the biggest cities of the Roman Orient and on the 1st century a, C. it took over Jerusalem as capitol of *Syria et Palaestina* and the seat of Roman government in the region. The city prospered even more in the succeeding years, increased its commercial relations, and became an important oriental center for the Christianity, Judaism and Islamism. Nevertheless, we sometimes wonder if we really could treat the initials confrontations related by Josephus as evidences that the urban planning of Herod was not well succeeded due to the sociocultural diversity.

Keywords: Urban Planning. City. Sociocultural Relations. Cultural Landscapes. Anthropological Place. Materialized Urban Speech. Mnemonic Point of Reference. Intersectional Identity. Etnocity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão geográfica provincial romana no início do século II d.C..... 21
Figura 2 - Abordagem interdisciplinar da cidade de Cesareia Marítima..... 27
Figura 3 - Documentação textual e eixos temáticos da pesquisa..... 30
Figura 4 - Exemplo de nossa abordagem teórica: diálogo interdisciplinar entre História Política, Antropologia Histórica e Geografia Cultural..... 76
Figura 5 - Dinastia Herodiana - Relações de Parentesco..... 85
Figura 6 - Planta baixa e reconstituição do Templo de Herodes..... 153
Figura 7 - Maquete do Segundo Templo, Israel Museum..... 154
Figura 8 - Maquete da Fortaleza Antônia, Israel Museum..... 156
Figura 9 - Representação da tríade sociocultural de Herodes, o rei dos *judeanos*.... 187
Figura 10 - Vista aérea da Cidade de Cesareia Marítima..... 232
Figura 11 - Plano provisório da cidade de Cesareia Marítima na primeira fase de construção, durante o reinado de Herodes, por Ehud Netzer, 2007..... 256
Figura 12 - Plano da cidade de Cesareia da inauguração até 70 d.C..... 257
Figura 13 - Plano hipodamiano do Porto de Pireu..... 258
Figura 14 - Plano atual da Cidade de Cesareia, Israel..... 261
Figura 15 - Palácio de Herodes, Cesareia Marítima..... 285
Figura 16 - Anfiteatro/Hipódromo, Cesareia Marítima..... 285
Figura 17 - Teatro Romano, Cesareia Marítima..... 286
Figura 18 - Sistema de abóbodas encontrado em frente a colina do templo de Augusto e Roma, Cesareia Marítima..... 286
Figura 19 - Restos do altar construído por Herodes para o imperador Augusto e a deusa Roma em frente ao templo, Cesareia Marítima..... 287
Figura 20 - Ruínas da antiga sinagoga, Cesareia Marítima..... 287
Figura 21 - Representação da aplicação do conceito de identidade interseccional na cidade de Cesareia Marítima..... 296

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades urbanísticas de Herodes na Judeia..... 118
Tabela 2 - Atividades urbanísticas de Herodes fora da sua jurisdição..... 122
Tabela 3 - Análise temática da Narrativa da Formação de Moisés no livro do Êxodo..... 196
Tabela 4 - Análise temática da Narrativa da Formação de Moisés na obra "Antiguidades..... 198
Tabela 5 - Análise temática da Narrativa da Formação de Jesus no "Evangelho de Mateus"..... 202
Tabela 6 - Análise Comparativa entre a Narrativa da Formação de Moisés e a Narrativa da Formação de Jesus de Nazaré no "Evangelho de Mateus", "Livro do Êxodo e na obra "Antiguidades Judaicas"..... 204
Tabela 7 - Desenvolvimento Discursivo e Histórico-Literário da Imagem do Rei Herodes na Literatura Patrística..... 211
Tabela 8 - Análise descritiva e comparativa dos elementos que compõem a cidade helenística: comparação entre as obras "Guerra dos Judeus", "Antiguidades Judaicas" de Flávio Josefo e "A Política" de Aristóteles... 263
Tabela 9 - Análise descritiva e comparativa dos princípios vitruvianos para construção de uma *urb*: comparação entre as obras "Guerra dos Judeus", "Antiguidades Judaicas" de Flávio Josefo e "Tratado de Arquitetura" de Vitrúvio..... 276

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - O Reino de Herodes: uma concepção geográfica do termo “Judeia”, antes da unificação feita por Adriano..... 22

Mapa 2 - Rotas comerciais do Mediterrâneo antigo..... 23

Mapa 3 - Localização geográfica da cidade de Cesareia Marítima..... 152

Mapa 4 - Modelo de plano hipodamiano: plano urbanístico do porto de Pireu..... 242

Mapa 5 - Modelo de plano urbanístico hipodamiano: porto de Alexandria..... 260

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	**PROLEGÔMENOS: TEXTOS E CONTEXTOS, O PANO DE FUNDO HISTÓRICO DO PLANO URBANÍSTICO DE HERODES MAGNO PARA CESAREIA MARÍTIMA**.....	16
1.1	**Judeia de Herodes Magno**.....	18
1.2	**A relação espaço-tempo e os discursos sobre a cidade de Cesareia Marítima**.....	25
1.3	**O debate historiográfico em torno do plano urbanístico de Herodes Magno e as relações socioculturais estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos no século I a. C.**.....	34
1.4	**A historiografia brasileira, as relações socioculturais entre judeus, *judeanos*, romanos e os discursos de Flávio Josefo**.....	39
2	**O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR COMO MÉTODO PARA APREENSÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIOCULTURAIS NA CIDADE DE CESAREIA MARÍTIMA**.....	44
2.1	**Entre a política e o *político*: um olhar mais amplo sobre as comunidades culturais da cidade de Cesareia Marítima**.....	45
2.2	**Entre historiadores e antropólogos: a relação entre tempo antropológico e espaço histórico na cidade de Cesareia Marítima**.....	56
2.3	**Entre geógrafos, historiadores e antropólogos: a dimensão material e não material da cultura como parte integrante da espacialidade humana na cidade de Cesareia Marítima**.....	61
2.4	**Entre analistas e historiadores: os discursos sobre a cidade de Cesareia Marítima como *objeto sócio-histórico* e *linguístico***.....	70
3	**DOS *LUGARES DISCURSIVOS* AO *LUGAR ANTROPOLÓGICO*: HERODES MAGNO E OS ESPAÇOS DISCURSIVOS DO MUNDO ANTIGO**.....	78
3.1	**Narrativas e *representações* sobre a vida de Herodes Magno**.....	80
3.1.1	O processo de *significação* e *ressignificação* de Herodes nas obras de Flávio Josefo.....	86

3.1.1.1 O lugar de Herodes na obra “Guerra dos Judeus”..... 86
3.1.1.2 O lugar de Herodes na obra “Antiguidades Judaicas”..... 125
3.1.2 Herodes, a literatura latina e as evidências de um *macrocosmo social*..... 165
3.1.3 O lugar de Herodes na Literatura Cristã Antiga e na Produção Literária Patrística..... 188
3.1.4 O lugar de Herodes no Talmude Babilônico: uma *ressignificação* do “Herodes de Flávio Josefo”..... 223
4 **UM OLHAR SOCIOCULTURAL SOBRE O *DISCURSO URBANO MATERIALIZADO* DE HERODES MAGNO A PARTIR DA SINGULARIDADE DA CIDADE DE CESAREIA MARÍTIMA**..... 231
4.1 **Cidade, *etnocidade* e multiplicidade: o espaço organizado em Cesareia Marítima como documento sócio-histórico e objeto linguístico**..... 233
4.2 **O conceito de *lugar antropológico* e a construção do espaço concreto na cidade de Cesareia**..... 241
4.2.1 O plano citadino hipodamiano e a política urbanística de Herodes..... 249
4.2.2 O plano urbanístico vitruviano e o movimento sociocultural de Herodes..... 271
4.3 **A organização do *espaço simbólico* e a construção de um *local de recordação* para *judeanos* e romanos na cidade de Cesareia Marítima**.... 288
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 298
REFERÊNCIAS..... 306
GLOSSÁRIO..... 319
APÊNDICE A – Modelo de análise de discurso na obra “Antiguidades Judaicas” – Vida de Herodes..... 330
APÊNDICE B - Análise de conteúdo da obra “Antiguidades Judaicas”..... 339
APÊNDICE C - Análise de conteúdo da obra “Guerra dos Judeus”..... 350
APÊNDICE D - Análise de conteúdo da obra “Tratado de Arquitetura” de Vitrúvio (Livros I, II, III, IV, V, VI E VIII)..... 362
APÊNDICE E - Análise de conteúdo da obra “A Política” de Aristóteles (Livros I, II, III e IV)..... 401
APÊNDICE F - Análise de conteúdo da obra “Os Feitos do Divino Augusto (RES GESTAE DIVI AUGUSTI)”..... 418
APÊNDICE G - Análise do conteúdo da obra “A Vida dos Doze Césares (DE VITIS CAESARUM)”..... 433

INTRODUÇÃO

A primeira vez que eu ouvi falar sobre o rei Herodes, eu fui apresentado ao assassino das crianças de Belém. As representações do rei dos *judeanos* nas obras de arte, produções cinematográficas, obras literárias, peças de teatro ou outras formas de dramaturgia sempre enfatizaram esse episódio e apresentaram ao mundo um monarca soberbo, cruel, insaciável e assassino. No entanto, o primeiro contato com o universo da cidade de Cesareia Marítima me fez questionar se o fundador dessa cidade se tratava do mesmo Herodes que me foi apresentado desde a minha infância. Comecei a questionar se um rei que foi capaz de desenvolver uma cidade tão funcional e com *paisagens culturais* tão magníficas estaria realmente preocupado em apenas demonstrar a sua força através da perseguição injustificada aos seus opositores e ao assassínio de crianças em uma pequena cidade.

A cidade de Cesareia Marítima levou doze anos para ser construída e atualmente é um dos pontos turísticos mais importantes de Israel. Ela se trata de um lugar voltado para a multiculturalidade, circunstância que pode ser observada através dos vestígios arqueológicos do tempo de Herodes e de outras temporalidades. Essa discrepância entre o "Herodes da Literatura" e aquele que emerge da materialidade foi o *elemento desencadeador* dessa pesquisa. Como toda e qualquer cidade, Cesareia Marítima apresenta um discurso, uma escrita que pode ser apreendida a partir das escolhas arquitetônicas e urbanísticas que organizaram e que geralmente reorganizam o espaço concreto; um discurso delineado em "pedra e cal" que aponta inevitavelmente para o seu fundador. Desenvolver estratégias para uma análise desse *discurso urbano materializado* inevitavelmente nos colocará diante de mais um Herodes, dentre tantos outros que a história nos legou através de autores como Nicolau de Damasco, Flávio Josefo, Eusébio de Cesareia e muitas outras alocuções que reunidas forjaram o *discurso dominante* sobre a trajetória de vida e o desenvolvimento político do rei dos judeanos.

Entretanto, mais do que revelar o rei Herodes, a cidade de Cesareia Marítima também denuncia quais foram as suas escolhas políticas, bem como, as relações socioculturais que o rei dos *judeanos* desejava preservar. O "Herodes de Cesareia", apesar de sua singularidade cultural, era tão plural quanto qualquer um habitante da cidade. A organização do espaço problematiza a sua formação cultural, mostra seu vínculo identitário não somente com a sociedade judaica, mas, ainda, com as demais comunidades de gregos, sírios e romanos que se domiciliavam na região. Assim, conhecer Cesareia não significaria apenas compreender Herodes, mas também perceber como esses indivíduos se relacionavam com o espaço concreto, como eles conjugavam

identidade e *alteridade* e faziam da cidade planejada pelo rei dos *judeanos* um *lugar antropológico*.

Essa é a nossa busca. Através da análise sociocultural do plano urbanístico aplicado a cidade de Cesareia Marítima esperamos atravessar essas comunidades culturais a fim de encontrar o rei Herodes, ou melhor, o "Herodes de Herodes", aquele que não faz parte do discurso judaico-cristão. A fim de viabilizar esse processo, estruturamos essa obra em quatro capítulos que começam com a escolha documental, passam pela seleção teórica e metodológica e atravessam o *discurso dominante* sobre Herodes para, enfim, chegar à cidade de Cesareia Marítima, local em que encontraremos o rei Herodes e as comunidades culturais, que faziam da cidade um *lugar antropológico*.

Mais especificamente, no primeiro capítulo – "Prolegômenos: textos e contextos, o pano de fundo histórico do plano urbanístico de Herodes Magno para Cesareia Marítima", nós apresentaremos as *condições de produção* do *plano urbanístico* de Herodes e entraremos em contato com os contextos imediato, sócio-histórico, sociocultural, político e ideológico que serviram como pano de fundo para o processo de urbanização da cidade. Veremos como essas condições contribuíram para construção da *memória discursiva* daqueles que versaram sobre Cesareia, Herodes e suas relações socioculturais. Delimitaremos o nosso recorte historiográfico e evidenciaremos a documentação textual pertinente a nossa proposta de abordagem histórica. Identificaremos também a problemática concernente a imagem de Herodes Magno e demonstraremos a viabilidade de uma análise sociocultural do plano urbanístico do rei dos *judeanos* para a cidade de Cesareia Marítima.

Feito isso, no segundo capítulo – "O diálogo interdisciplinar como método para apreensão das relações políticas e socioculturais na cidade de Cesareia Marítima", apresentaremos nossas escolhas teóricas. Partiremos do pressuposto de que o diálogo interdisciplinar nos conduzirá a uma abordagem historiográfica citadina mais abrangente e promoveremos um diálogo teórico e metodológico entre a nova História Política, Linguística, Teoria Literária, Antropologia Histórica e a Geografia Cultural.

No terceiro capítulo – "Dos lugares discursivos ao lugar antropológico: Herodes Magno e os espaços discursivos do mundo antigo", trataremos do sujeito locutor da cidade de Cesareia Marítima. Iniciaremos o *processo de identificação* do *discurso*, a partir da análise comparativa entre diversas narrativas e representações de Herodes Magno em documentações textuais que contribuíram para o estabelecimento de uma tradição contemporânea sobre a identidade do rei dos *judeanos* e as *condições de produção* que emergem da *paisagem discursiva* legada por Herodes na cidade de Cesareia. Partiremos do pressuposto de que, se quisermos compreender

como a delimitação de *áreas culturais*, *espaço sagrado*, *espaço profano* contribuíram para o estabelecimento de relações socioculturais identitárias, históricas, recíprocas, ambíguas e ambivalentes entre os indivíduos que circulavam na cidade, nós precisaremos desvendar o *sujeito* que a idealizou e que posteriormente materializou um *discurso* sobre si mesmo através da execução de um *plano urbanístico* para a cidade de Cesareia Marítima. Quem seria de fato o rei Herodes: o *sujeito locutor* do *discurso urbano materializado* da cidade de Cesareia Marítima?

No quarto capítulo veremos conheceremos o "Herodes de Cesareia". Observaremos como a cidade de Cesareia Marítima se tornou um lugar planejado para a conjugação do binômio identidade/alteridade; um ambiente propício para a produção de mitos e símbolos; o *espaço simbólico discursivo* no qual se pode observar a atuação de Herodes Magno como *sujeito locutor* e, os judeanos, como *interlocutores* de um *discurso urbano materializado* que facilitou o encontro entre as diversas culturas envolvidas, minimizou enfrentamentos, fez de Cesareia o maior porto romano do oriente, um *lugar antropológico* para *judeanos* e romanos. Ao final dessa abordagem, esperamos encontrar o "Herodes Histórico", ou melhor, um rei dos *judeanos* mais próximo da realidade e um pouco mais afastado da ideologia discursiva.

1 PROLEGÔMENOS: TEXTOS E CONTEXTOS, O PANO DE FUNDO HISTÓRICO DO PLANO URBANÍSTICO DE HERODES MAGNO PARA CESAREIA MARÍTIMA

> A cultura pode até estabelecer condições para o processo histórico, mas é dissolvida e reformulada na prática material, de modo que a história se torna a realização, na forma de sociedade, dos recursos efetivos que as pessoas colocam em jogo. O que a antropologia pode oferecer como contrapartida é a ideia de que a eficácia histórica de pessoas, objetos e eventos, emerge em seu valor cultural.
> *Marshall Sahlins*

A abordagem historiográfica das relações socioculturais estabelecidas entre as sociedades ocidentais e orientais deve considerar que o Oriente é o "lugar das mais ricas e mais antigas colônias europeias, a fonte de suas civilizações e línguas, o seu rival cultural e uma das imagens mais profundas e mais recorrentes do outro" que a sociedade europeia ocidental possui (SAID, 2007, p. 27). Essa constatação serve como *elemento desencadeador* para a reconstrução do *paradigma cultural*[1] que fundamenta a abordagem historiográfica sobre as relações socioculturais, estabelecidas entre as diversas comunidades que se deslocavam pelas rotas comerciais do Mediterrâneo antigo, através dos *sujeitos* que as representavam. Em nosso caso específico, essas relações se estabeleceram na cidade de Cesareia Marítima, ao norte da *Judeia*.

Antropologicamente falando, as sociedades orientais ajudaram a definir o Ocidente com sua *identidade*, *sentido social*, *cultura* e *alteridade* (AUGÉ, 1999, pp. 9-54). Tudo nesse Oriente "é parte integrante da civilização e cultura material europeia" (SAID, 2007, p. 28). Ao adotarmos as comunidades de *judeanos* domiciliadas ao norte da *Judeia* como estudo de caso, compreendemos que o *paradigma* construído pela historiografia europeia emerge desse empreendimento cultural britânico e francês, cujas dimensões incluem a *formação imaginária*

[1] Nosso entendimento de "paradigma" se fundamenta no historiador da ciência Thomas Kuhn (1962) que utilizou esse termo para definir as diversas formas de ver o mundo, uma maneira de ver a realidade. Kuhn entendia que no mundo científico as leis, teorias e modelos aceitos de forma geral pela comunidade científica representam paradigmas. Entretanto, segundo Khun os paradigmas podem sofrer mudanças com o passar do tempo. Pois, os grandes processos da ciência não resultam de mecanismos de continuidade, mas sim, de ruptura (KUHN, 2006, p. 67-76). Entendemos que o separatismo étnico e religioso das comunidades judaicas em relação ao Império Romano se trata de um paradigma que, com o alargamento do conceito de cultura nas ciências sociais, bem como, o avanço das pesquisas sobre a relação binária indivíduo/sociedade, está sofrendo mudanças permitindo um olhar sobre as comunidades judaicas como mais abertas a reciprocidade nas relações culturais com outros povos. Essa reciprocidade cultural pode ser apreendida através da cultura material, documentação textual e, ainda, da análise do cotidiano dos indivíduos das comunidades domiciliadas ao norte da Judeia, no século I a.C. (LIMA, 2018).

do discurso europeu sobre as sociedades orientais, no qual as diversas comunidades ali estabelecidas são apresentadas como organizações socioculturais separatistas, homogêneas e intolerantes[2].

Por exemplo, Fustel de Coulanges fez uma crítica à tentativa europeia de dar uniformidade à sociedade grega e romana, como se "similaridade" e "igualdade" tivessem o mesmo significado. Certamente, as relações políticas e socioculturais estabelecidas nas cidades antigas foram marcadas por singularidade social, cultural, geográfica e temporal. No entanto, são as similaridades culturais entre gregos e romanos no mundo antigo que servem como ponto de partida para a análise de Coulanges sobre a cidade antiga. Essas similaridades foram potencializadas através de narrativas míticas que surgiram, a partir do estabelecimento de relações socioculturais recíprocas, em diversos espaços compartilhados por esses povos nos arredores do Mediterrâneo, inclusive na cidade de Cesareia Marítima (COULANGES, 2009, pp. 15-18).

Segundo a lógica discursiva de Coulanges, a *reciprocidade cultural* não elimina a singularidade. Ela fixa fronteiras culturais que inevitavelmente existiam entre as sociedades, apesar das similaridades, e concomitantemente distancia as sociedades europeias modernas das sociedades antigas. Por exemplo, Fustel de Coulanges reconheceu a existência de similaridade étnica, cultural, idiomática, religiosa, política e social entre gregos e romanos. No entanto, denunciou o esforço britânico e francês para estender essa similaridade as sociedades europeias modernas, caindo propositalmente em um anacronismo histórico e cultural que justificasse o desenvolvimento de práticas imperialistas na África, América e Ásia.

> O nosso sistema educativo, que nos faz viver desde a infância em meio aos gregos e aos romanos, habitua-nos a compará-los continuamente a nós mesmos, a julgar a história deles segundo a nossa e explicar as nossas revoluções pelas suas. [...] quase sempre vemos a nós mesmos neles. Essa é a origem de muitos erros (COULANGES, 2009, p. 15).

A cidade antiga não se equipara com a cidade moderna, apesar das muitas similaridades. Fustel de Coulanges, em uma lógica argumentativa parecida com a de Aristóteles, se propôs a olhar para cidade antiga de forma singular, colocando em jogo as crenças dos indivíduos, as instituições e as leis que serviram como pano de fundo histórico para a formação da cidade.

> A comparação das crenças e das leis mostra que uma religião primitiva constituiu a família grega e romana, estabeleceu o matrimônio e a autoridade paternal, definiu os níveis de parentesco, consagrou o direito de propriedade e o direito de herança. Essa

[2] O *paradigma* cultural insurge também das relações socioculturais, políticas e comerciais firmadas entre o Oriente e o Ocidente que, ao longo da história, foram adaptadas ao uso europeu local (SAID, 2007, p. 30).

> mesma religião, depois de ter ampliado e estendido a família, formou uma associação maior, a cidade, e nela reinou como família. Dela vieram todas as instituições, assim como todo direito privado dos antigos. Foi dela que recebeu os seus princípios, as suas regras, os seus costumes e as suas magistraturas (COULANGES, 2009, p. 17).

Olhar para o indivíduo significa entrar em contato com uma *memória discursiva*, com sua formação sociocultural que por sua vez é múltipla e atemporal, ainda que ele não tenha plena consciência disso. Essa é a base da leitura que Coulanges faz da cidade antiga.

> Felizmente, o passado jamais morre completamente para o homem. O homem pode muito bem o esquecer, mas continua trazendo-o consigo. Pois, tal como é em cada época, ele é o produto e o resumo de todas as anteriores. Se descer ao fundo de sua alma, pode reencontrar e distinguir essas diferentes épocas pelo que cada uma delas nela deixou (COULANGES, 2009, p. 18).

Independentemente da crítica de Coulanges, o discurso europeu contribuiu para o surgimento de uma historiografia que, ao longo do século XIX e início do XX, supervalorizou a documentação textual e se preocupou com as estratégias de dominação, resistência e enfrentamentos. Entretanto, a ampliação do significado de documento histórico proposta por Marc Bloch, Lucien Febvre e Jacques Le Goff, a partir da "história problema" inaugurada pela Escola dos Annales fortaleceu o diálogo da História com a materialidade, resultou no reconhecimento da existência de uma heterogeneidade cultural e estendeu o olhar do historiador para o desenvolvimento de relações socioculturais recíprocas,[3] entre os *sujeitos* que compõem as diversas comunidades culturais e circulam pelo mesmo espaço através do tempo.

O objetivo deste capítulo é apresentar as *condições de produção* do *plano urbanístico* de Herodes Magno para a cidade de Cesareia Marítima. Ao fazermos isso, nós entraremos em contato com os contextos imediato, sócio-histórico, sociocultural, político e ideológico que serviram como pano de fundo para o processo de urbanização da cidade, bem como, contribuíram para construção da *memória discursiva* daqueles que versaram sobre Cesareia, Herodes e suas relações socioculturais.

1.1 **A Judeia de Herodes Magno**

Segundo Daniel Shwartz, a expressão "judeus" é complexa e ambígua. Geralmente, a expressão "judeus" define tanto aqueles que nasceram com ascendência judaica, que possuem relações preestabelecidas – os judeus de nascimento, quanto os que são apenas adeptos de alguma forma de judaísmo. O problema reside no fato de que nem todos os judeus de

[3] FUNARI, Pedro Paulo; FOGOLARI, Everson Paulo. Estudos de Arqueologia Histórica. RS: Erechim, 2005.

nascimento são adeptos de algum tipo de judaísmo, bem como, nem todos os adeptos do judaísmo, na realidade, são judeus de nascimento. Porém, em ambos os casos, pode-se usar o termo "judeu" para se referir a esses indivíduos. Daniel Shwartz propõe que em caso de referência geográfica ou regional se utilize o termo "judeanos". A proposta de Shwartz nos é interessante porque se trata da possibilidade de nós repensarmos diversas referências feitas ao povo judeu pelos escritores da Antiguidade, livre das associações contemporâneas. No mundo contemporâneo não há mais *judeanos*; encontramos israelenses, palestinos, mas ninguém chama a si próprio de judeano (LIMA, 2018, pp. 131-133).

A Judeia[4] do século I a.C. foi um dos espaços que serviu como cenário para o desenvolvimento de relações socioculturais recíprocas, entre os *judeanos* e os demais povos que circulavam pela região, através das mais variadas rotas comerciais que interligavam o Antigo Oriente Próximo às sociedades mediterrâneas. Ao longo da história, essa região foi objeto de disputa política entre diversas sociedades que sucessivamente alteravam as relações de poder entre os *judeanos* e um governo central. Assim, por motivos econômicos, políticos ou estratégicos, a Judeia foi objeto de conquista de vários impérios da Antiguidade, como por exemplo: os assírios (723 a.C.), babilônios (586 a.C.), persas (538 – 331 a.C.), helenos (335 – 323 a.C.), ptolomeus (323 – 204 a.C.), selêucidas (204 – 166 a.C.) e finalmente os romanos (a partir de 63 a.C.) conforme o relato do historiador judeu Flávio Josefo.

> Quanto à cidade de Jerusalém, ele [Pompeu] a tornou tributária dos romanos. Tirou aos judeus as cidades que haviam conquistado na Baixa Síria, determinou que obedecessem aos governadores e fixou, assim, em seus primeiros limites, o poder de nossa nação, antes tão grande e tão extenso. A cidade de Gadara algum tempo antes fora destruída, mas foi reconstruída em favor de Demétrio, seu liberto, que dela era oriundo. Pompeu restituiu aos seus antigos habitantes as que estavam bem dentro, em terra firme, a saber: Hipona, Citópolis, Pela, Diom, Samara, Maressa, Azoto, Jamnia e Aretusa, como também as que a guerra destruíra completamente. Quis ele que as cidades marítimas ficassem livres e fizessem parte da província, a saber: Gaza, Jope, Adora e a torre de Estratão, que Herodes depois mandou reconstruir com grande magnificência e enriqueceu com portos e belos Templos, mudando-lhe o nome para Cesareia. Foi assim que a divergência entre Aristóbulo e Hircano causou tantos males, fazendo-nos perder a liberdade, sujeitando-nos ao Império Romano e nos obrigando

[4] Nós desenvolvemos o conceito de *Judeia* em nossa dissertação de Mestrado, defendida em 2013, no PPGH-UERJ. Tal dissertação resultou na obra "Flávio Josefo: o paradigma de circularidade cultural entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na Urbs do século I d.C., publicada pelo NEA/UERJ em 2018. No capítulo 4 dessa obra – "A Judeia de Flávio Josefo: um microcosmo social no universo das culturas subalternas", discorremos sobre a utilização dos termos "terra prometida", "terra de Israel", "Palestina", "Judeia" e "Judá" para se referir ao contexto geográfico de nosso objeto de pesquisa. Nele, operacionalizamos um debate conceitual sobre esses termos, entre autores como Paul Lawrence, W. Stegemann, R. Mayer, Daniel Shwartz e Luis Eduardo Lobianco, e definimos geograficamente a "Judeia" (no sentido *lato*) como "toda região que no período de produção de seu discurso [de Flávio Josefo] fez parte do reinado de Herodes Magno e que, posteriormente, foi dividida entre seus filhos" (LIMA, 2018, p.135). Assim sendo, utilizamos o termo *Judeia* aqui para delimitar esse mesmo recorte espacial, conforme demonstra o Mapa 1- O Reino de Herodes: uma concepção geográfica do termo *Judeia*.

> a entregar o que havíamos conquistado da Síria pelas armas. A isso devemos acrescentar que esses novos senhores exigiram de nós, logo depois, mais de dez mil talentos e transferiram o reino, que antes sempre pertencera à casta sacerdotal, a homens cujos nascimentos nada tinham de ilustre [...] (JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/VIII/577).

A Judeia passou por um breve momento de independência política sob a dinastia asmoneia (166 – 63 a.C.) até a chegada da ocupação romana na região. A presença dos romanos gradativamente tornou a Judeia em um Estado vassalo de Roma sob a dinastia herodiana (37 a.C.) e, a partir de 6 d.C., parte dela esteve sob administração direta do Império Romano (ROCHA, 2004, p. 239).

Os historiadores latinos dos séculos I, II e III expressaram em suas obras que os romanos davam especial atenção à dinâmica e a mobilidade nas relações comerciais. Para isso, eles construíam redes viárias ágeis e seguras, fortaleciam as relações de poder entre a *classe dirigente* local e governo romano, bem como, efetivavam o domínio completo das rotas do mar Mediterrâneo. Esse investimento em mobilidade, agilidade e segurança impulsionou a formação de uma conjuntura multicultural[5] diretamente conectada às relações socioculturais estabelecidas entre os *sujeitos* que representavam os diversos povos que transitavam pelo Oriente, principalmente os gregos, semitas e romanos, com as suas respectivas singularidades culturais. No caso da Judeia, a formação dessa conjuntura multicultural começou no período judaico-helenístico, momento em que a reciprocidade sociocultural favoreceu a heterogeneidade e resultou na reorganização do espaço. As sucessivas incursões para Judeia e o processo de helenização da região contribuíram para que Cesareia Marítima fosse um local de convivência para gregos, sírios, judeus e romanos.

No período de dominação romana, a *Judeia* pertencia ao bloco que ficou conhecido historiograficamente como “Províncias Orientais”. Esse bloco se tratava de uma ampla faixa territorial que ao leste formava os limites do Império Romano e compreendia a Armênia, Assíria, Mesopotâmia, Síria, Palestina e Arábia (conforme demonstra a figura 1). Apesar dos ótimos resultados na produção agrícola, com a utilização de instalações hidráulicas que permitiam o surgimento de grandes áreas cultiváveis em pleno deserto, o maior interesse romano nesse bloco de províncias estava diretamente relacionado ao comércio e a tributação; principalmente porque da Arábia, Índia e China chegavam variadas mercadorias pelas rotas comerciais que cortavam a região. E foi exatamente por isso que muitos portos se desenvolveram na costa da antiga Fenícia. Os impostos pagos pelas caravanas eram

[5] Essa conjuntura multicultural foi analisada por Arnaldo Momigliano em sua obra “Os Limites da Helenização”.

incorporados ao valor das mercadorias e, as taxas alfandegárias, geralmente incluíam uma série de instalações de abrigo, bem como, uma rede de serviços para mercadores, animais e a carga que, por sua vez, poderia ser constituída de escravos, púrpura, óleos aromáticos, especiarias, prostitutas, tecidos, sal, animais exóticos, obras de arte e outros produtos.

Figura 1 – Divisão geográfica provincial romana no início do século II d.C.[6]

A princípio, a ocupação romana influenciou pouco a realidade sociocultural local. Por exemplo, o grego e o sírio continuaram como os idiomas mais falados em parte dessa região mesmo após a anexação desses territórios; e, no caso da *Judeia*, ainda existia o aramaico que se aproximava mais da língua nativa dos judeus, o hebraico. O latim somente ganhava espaço nas grandes cidades como língua jurídica e administrativa.

[6] Império Romano no século I d.C. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0c/RomanEmpire_117-pt.svg. Acessado em: 01/07/2020.

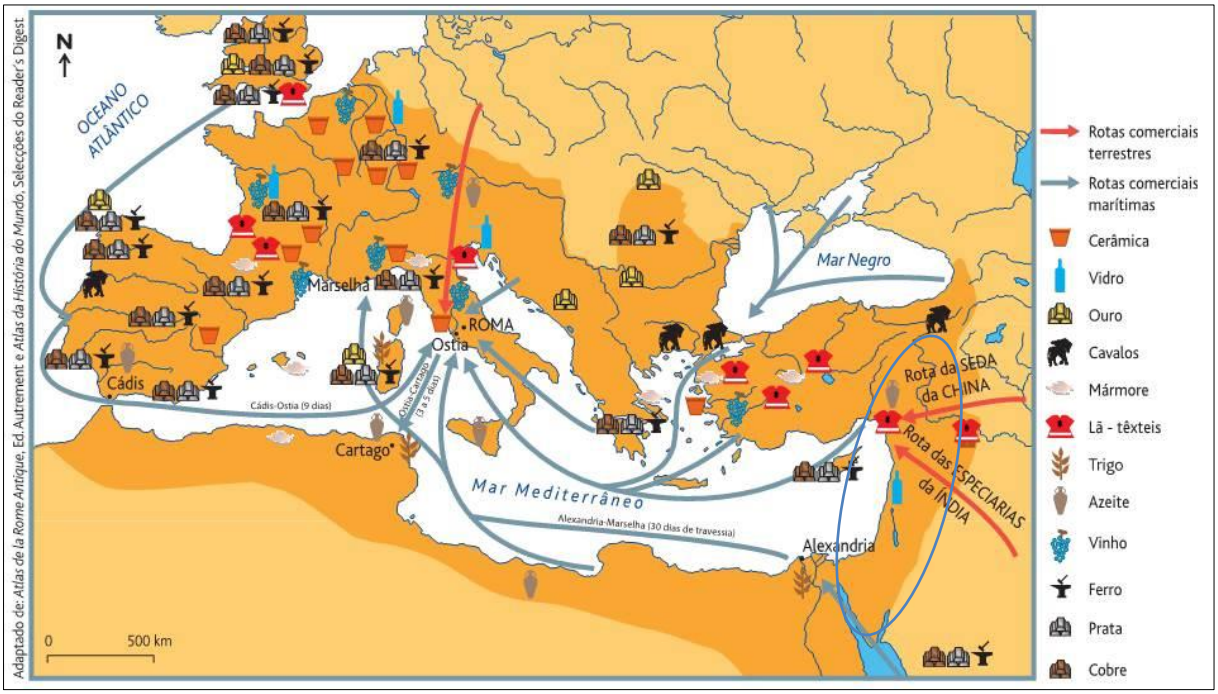
Mapa 1 – O Reino de Herodes: uma concepção geográfica do termo "Judeia", antes da unificação feita por Adriano[7].

Devido à pluralidade étnica, política e sociocultural das províncias orientais, Roma desenvolveu estratégias diferenciadas para lidar com população local e manter o controle sociopolítico em uma região limítrofe ao domínio do Império Parto. Na parte mais significativa dessas províncias (conforme Mapa 2) estava a Judeia – que seria unificada posteriormente e chamada de *Syria et Palaestinae* pelo imperador Adriano, ao início do século II d.C. As rotas da seda e das especiarias passavam por essa região.

[7] O reino de Herodes. Disponível em: https://www.historyinthebible.com/supplementary_pages/herodians.html. Acessado em: 01/07/2020.

Apesar de contribuírem para o surgimento de rivalidades políticas, lutas sociais, estranhamentos culturais e disputas religiosas na Judeia, as sucessivas dominações estrangeiras na região também colaboraram para o desenvolvimento de relações socioculturais recíprocas entre os *judeanos* e as demais comunidades culturais que ali se representavam. Gradativamente, a Judeia transformou-se em um local no qual predominava a diversidade. Essa conjuntura multicultural promoveu a reorganização do espaço e a delimitação de novas *regiões culturais* que serviram como fundamento para construção simbólica de *espaços de recordação* que atualmente podem ser apreendidos através da análise do *político*.

Mapa 2 – Rotas comerciais do Mediterrâneo antigo[8]



O contato cultural entre esses diversos povos teve como resultado histórico antropológico a importação/exportação de elementos socioculturais que facilitaram o processo de urbanização de várias cidades. A organização do espaço em Cesareia segundo um *plano urbanístico* previamente estabelecido evidenciou, após a urbanização, o discurso do rei Herodes sobre si mesmo e a autoimagem que ele pretendia construir e perpetuar. Essa também era a opinião de Flávio Josefo, quando disse:

[8] Rotas comerciais do Império Romano. Disponível em: https://esma7.files.wordpress.com/2013/04/mapacomercioimprom.jpg. Acessado: 01/07/2020.

> [...], mas sua posição [da Torre de Estratão][9] a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muito brancas, mas ali construiu um soberbo palácio, mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/85).

As informações acima elencadas contribuíram para a construção gradativa de uma problemática concernente ao âmago da análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes. O plano urbanístico de Herodes se tratava de uma iniciativa singular ou fazia parte de um contexto sociocultural maior, no qual se situava a urbanização de várias cidades anexadas ao Império Romano no principado de Augusto? Qual seria a motivação herodiana para a escolha de uma região anteriormente anexada a Fenícia com o objetivo de construir o primeiro porto artificial do mundo e que, posteriormente, se tornaria o maior entreposto do Oriente romano?

Considerando que nas proximidades já existia o porto de Jope que era utilizado para viagens pelo Mediterrâneo, quais seriam as motivações para o rei dos *judeanos* urbanizar a Torre de Estratão? O *plano urbanístico* de Herodes se tratava apenas de um projeto político ou envolvia também a resolução de questões socioculturais, religiosas e econômicas entre os povos que ali transitavam? Em quais circunstâncias à urbanização da cidade de Cesareia Marítima beneficiava o governo de Herodes e atendia as aspirações do Império Romano em relação às províncias orientais?

Essa problemática em torno das *condições de produção* do *plano urbanístico* de Herodes Magno será respondida ao longo dos próximos capítulos. Por enquanto, é preciso saber que o planejamento de Herodes possuía motivações políticas, sociais, culturais e econômicas bem demarcadas. Esses *elementos desencadeadores* tinham a ver com as relações estabelecidas entre judeus e *judeanos*, bem como, entre eles e uma sociedade romana mais ampla que tinha como característica central a diversidade étnica, sociocultural, política e geográfica. Assim sendo, se quisermos um modelo de análise que nos permita apreender tanto as experiências socioculturais recíprocas quanto as relações políticas estabelecidas entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na cidade de Cesareia Marítima, precisaremos trilhar o caminho da interdisciplinaridade. Partindo desse pressuposto, a nossa abordagem teórica nesta obra se fundamenta em dois eixos analíticos:

- A construção do espaço materializado no qual se desenvolveram as relações políticas;

[9] Grifo nosso.

- A formação do *espaço simbólico* que serviu também como cenário para o desenvolvimento das relações socioculturais estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos que compartilhavam do mesmo ambiente na cidade de Cesareia Marítima, no século I a.C.

  Esses dois eixos nos permitem acessar as *condições de produção* do *discurso polêmico* de Flávio Josefo sobre a fundação, urbanização e funcionamento de Cesareia, bem como, evidenciam o *discurso urbano materializado*[10] do rei Herodes. Todavia, antes de nos debruçarmos sobre o artefato teórico que circunscreve nossa abordagem sobre o *plano urbanístico* de Herodes – tema do próximo capítulo, nós precisamos especificar quais os documentos que servirão como base para nossa análise, bem como, delimitar o recorte espaço-temporal pertinente ao seu desenvolvimento.

1.2 **A relação espaço-tempo e os discursos sobre a cidade de Cesareia Marítima**

O contato sociocultural entre judeus e romanos pode ser apreendido em múltiplos ambientes, pois, as comunidades judaicas se domiciliavam em diversas regiões anexadas ao Império Romano, como por exemplo, nas cidades de Alexandria, Elefantina e Bitínia. Algumas cidades judaicas como Tiberíades, Séforis e parte de Jerusalém, regiões urbanizadas sob a administração de Herodes Magno, também são exemplos de lugares nos quais *judeus* e romanos compartilharam o mesmo espaço.

Ao optarmos por esse recorte historiográfico não desconsideramos o fato de que o contato sociocultural entre judeus e romanos também pode ser apreendido nas mais variadas temporalidades. Por exemplo, o capítulo VIII do Primeiro Livro de Macabeus relata o pedido de Judas Macabeu para que Roma recebesse os judeus como povo aliado.

> Judas teve conhecimento da fama dos romanos, dos quais se dizia que eram valentes guerreiros e que atendiam a tudo o que se pedisse deles; que estabeleciam pactos de amizade com todos os que os procurassem, e que o seu poder era grande. [...] Judas escolheu Eupólemo, filho de João, filho de Acor, e Jasão, filho de Eleazar, e os enviou a Roma para firmarem com eles um pacto de amizade e colaboração. Deviam pedir que os romanos lhes tirassem o jugo, pois viam que o reino dos gregos estava reduzindo Israel à servidão. Eles partiram, pois, para Roma. Depois de longa viagem, entraram no senado e assim falaram: "Judas Macabeu e seus irmãos e o povo dos judeus nos enviam a vós para firmarmos convosco uma aliança de paz, e para sermos inscritos no rol dos vossos aliados e amigos". A proposta agradou aos senadores. E este é o texto da carta que eles gravaram em placas de bronze e remeteram a Jerusalém,

[10] Entendemos como *Discurso Urbano Materializado* o discurso do idealizador sobre si mesmo e a autoimagem que ele pretende construir e perpetuar simbolicamente evidenciada na organização do espaço após a execução do seu *plano urbanístico*.

> para que aí fosse conservada, entre os judeus, como memorial de paz e de aliança: "Prosperidade aos romanos e à nação dos judeus, em terra e no mar, para sempre! Longe deles a espada e o inimigo! Se for declarada a guerra primeiro aos romanos ou a qualquer dos seus aliados em todos os seus domínios, a nação dos judeus lhes trará auxílio de todo o coração, segundo as exigências do momento. Aos agressores eles não darão nem fornecerão trigo, armas, dinheiro, ou navios, conforme tiver parecido bem a Roma, e cumprirão estas cláusulas sem nada receber. Da mesma forma, porém, se a nação dos judeus for envolvida em guerra, os romanos lhes darão ajuda de todo o coração, segundo as possibilidades do momento. Aos agressores não se fornecerá trigo, nem armas, dinheiro, ou navios, conforme tiver parecido bem a Roma; e eles guardarão estas cláusulas sem falsidade. Foi nesses termos que os romanos fizeram aliança com o povo dos judeus. Se, no futuro, uns e outros decidirem acrescentar ou suprimir alguma coisa, façam-no livremente: o que for acrescentado, ou suprimido, será ratificado (PRIMEIRO LIVRO DOS MACABEUS, Capítulo VIII).

A comunidade judaica de Roma também remonta a um período anterior ao nosso recorte temporal, como nos afirma James Jeffers (1991, pp. 23-24). Porém, escolhemos a cidade de Cesareia Marítima no século I a.C. como estudo de caso devido ao seu pioneirismo urbanístico na região e a diversidade de vestígios arqueológicos encontrados, selecionados e expostos no *Caesarea Harbour National Park*.

Além disso, essa delimitação temporal (século I a.C.) se deu por três motivos:

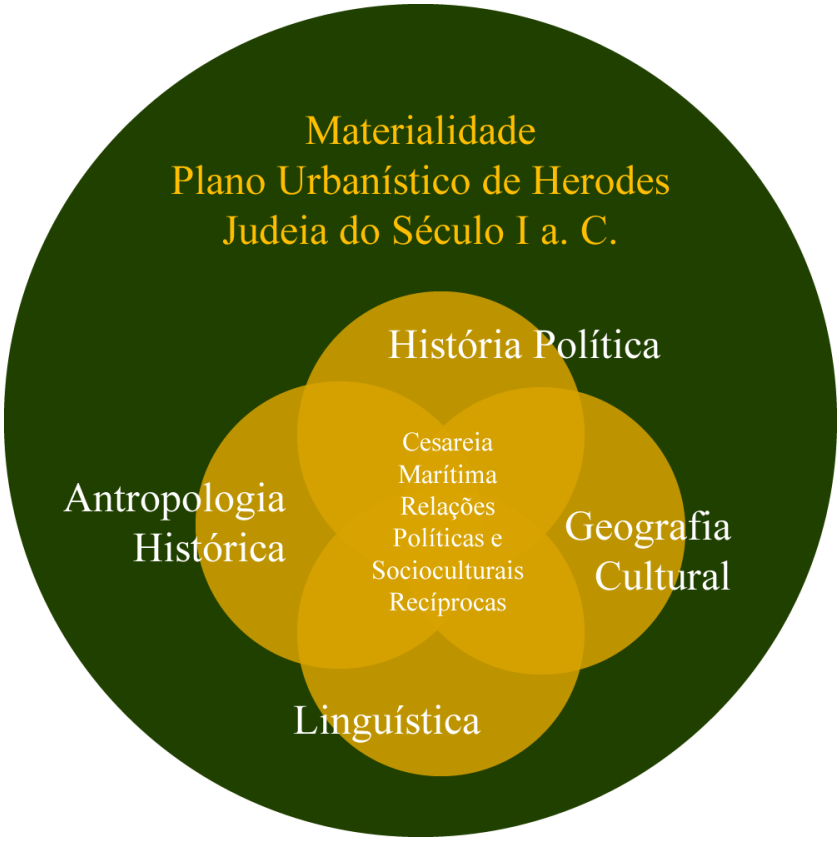
- Trata-se do século de Herodes, o idealizador da cidade de Cesareia Marítima;
- Refere-se ao tempo de fundação, urbanização e assentamento da população na cidade: uma demografia composta por gregos, sírios, judeus, romanos e povos de trânsito;
- Caracteriza-se como o período de consolidação das relações políticas entre o Império Romano e a casa de Herodes nas províncias orientais.

Definido o nosso recorte historiográfico, o passo seguinte é viabilizar a análise do *plano urbanístico* do rei Herodes através da seleção de documentos históricos que evidenciem o estabelecimento de relações socioculturais recíprocas na *Judeia* romana. Assim, optamos pela adoção de uma documentação textual diversificada que, a partir de uma narrativa biográfica sobre a vida de Herodes, possibilita a reconstrução do universo social do rei dos *judeanos* e nos conduz a análise sociocultural desse *plano urbanístico*, usando a cidade de Cesareia como estudo de caso.

A diversificação da documentação textual envolve uma série de fatores. O primeiro deles é o fato de que a cidade de Cesareia Marítima fazia parte de um processo de urbanização mais amplo que envolvia toda a Judeia. Além disso, o desenvolvimento do *plano urbanístico* herodiano ocorreu paralelamente às reformas iniciadas por Augusto no começo do seu principado, nas quais o imperador romano evidenciou sua preocupação com a manutenção das fronteiras e com as relações políticas e socioculturais estabelecidas entre romanos e nativos no

interior das cidades, de tal forma que o domínio romano nessas regiões fosse fortalecido, conforme veremos mais adiante.

Figura 2 – Abordagem interdisciplinar da cidade de Cesareia Marítima[11]



Em segundo lugar, a pluralidade arquitetônica usada por Herodes no processo de urbanização da cidade evidencia a utilização de traçados, ereção de edifícios e produção de monumentos que nos remetem tanto aos elementos socioculturais helenísticos quanto ao universo cultural romano. Essa circunstância nos levou a necessidade da seleção de documentos que ampliassem o nosso olhar sobre o contexto histórico e sociocultural do governo de Herodes, tanto na dimensão do seu *microcosmo* – analisado por mim em uma obra anterior[12], quanto no âmbito de seu *macrocosmo social* que foi observado pelo Prof. Me. Sidney Barros[13] em sua

[11] Organograma desenvolvido pelo autor.
[12] LIMA, Junio Cesar Rodrigues. Flávio Josefo: o paradigma de circularidade cultural entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na Urbs do século I d.C. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2018.

[13] BARROS, Sidney de Souza. A legitimidade do poder econômico e da governabilidade de *Gaius Julius Caesar Octavianus Augustus* direcionada à plebe romana (27 a.C. – 14 d.C.). 2020. 142f. Dissertação (Mestrado em

dissertação de mestrado sobre a legitimidade do poder econômico e da governabilidade de Augusto.

Há uma discrepância entre o Herodes que emerge dos textos judaicos antigos e aquele que insurge da Literatura Cristã Antiga[14]. Os documentos de origem cristã apresentam Herodes como um impiedoso assassino de crianças, um rei incapaz de desenvolver um governo favorável às comunidades judaicas sob sua jurisdição. Todavia, os textos judaicos antigos sequer mencionam o massacre das crianças de Belém da Judeia que foi amplamente explorado pelos escritores eclesiásticos.

A desconexão se torna ainda maior quando o rei Herodes, enquanto objeto desses *discursos polêmicos é* colocado em contato com a materialidade. Razão pela qual, um levantamento territorial da cidade de Cesareia Marítima se torna tão importante para análise sociocultural do *plano urbanístico* adotado por Herodes Magno no século I a.C.

Assim, nesta obra dividimos a nossa documentação textual[15] em quatro eixos temáticos:

- Narrativas biográficas e discursos sobre Herodes Magno;
- Descrições do processo de urbanização da cidade de Cesareia;
- Relações políticas e socioculturais entre *judeanos* e romanos;
- Um olhar territorial da cidade em busca da materialidade do discurso de Herodes.

História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

[14] Isso nos leva a uma visão panorâmica dos discursos produzidos sobre o rei dos *judeanos* nos textos canônicos, nas demais narrativas da Literatura Cristã Antiga e na produção literária da Patrística. Alguns desses discursos verbais contribuíram para o estabelecimento de uma tradição contemporânea sobre a atuação política e sociocultural de Herodes Magno na Judeia romana. No entanto, esses textos serão apenas documentos auxiliares para o desenvolvimento da biografia de Herodes em nosso terceiro capítulo.

[15] Ao longo do desenvolvimento das questões e argumentos, também recorreremos aos documentos auxiliares que apresentem indícios das relações socioculturais estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos em nosso recorte temporal.

A princípio, nós selecionamos como documentos textuais duas obras do historiador judeu Flávio Josefo[16]: "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas" [17]. A primeira obra foi escrita por Josefo, em grego ático, aproximadamente entre 75 e 79 d.C. Essa narrativa nos colocou em contato com a trajetória de vida e com as relações políticas e socioculturais que circunscrevem a formação cultural do rei dos *judeanos*. Considerando o fato de Flávio Josefo (nosso *sujeito locutor*) ser descendente direto dos asmoneus[18], Herodes também se tratava do principal representante da dinastia que sucedeu a família de Josefo no governo central da Judeia, a partir de alianças políticas estabelecidas com os romanos, após a ocupação da região.

A segunda obra, "Antiguidades Judaicas" foi produzida por Flávio Josefo entre 93 e 94 d.C. e possui o mesmo recorte espacial da obra anterior. Essa produção literária se trata de uma coleção de vinte livros nos quais Josefo relatou a história dos judeus desde os tempos mitológicos. No entanto, somente temos acesso a uma segunda edição, uma tradução do hebraico para o grego, publicada cerca de quatro ou cinco anos depois da primeira, conforme veremos mais adiante. A seleção dessa obra para integrar a documentação textual de nossa análise deve-se ao fato de que os Livros XIV – XVII de "Antiguidades Judaicas", assim como o Livro I da obra "Guerra dos Judeus", apresentam-nos uma narrativa biográfica sobre Herodes, o rei dos *judeanos*. Essa narrativa, no entanto, é mais ampla e, por isso, também incorpora fatos já narrados na obra anterior. Como se trata de discursos produzidos em momentos históricos diferentes e, consequentemente, com *elementos desencadeadores*, *sujeitos interlocutores*,

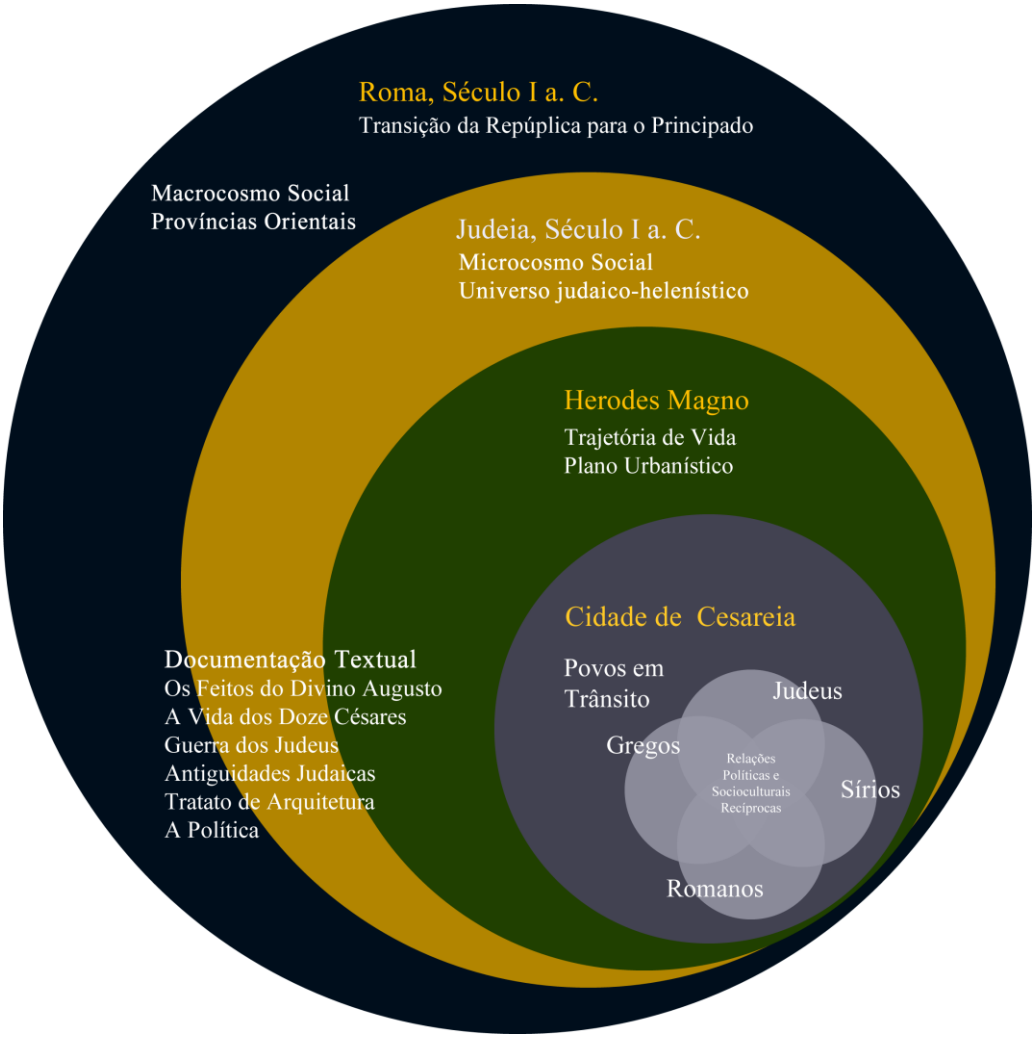
[16] Breve nota biográfica sobre o sujeito locutor das obras "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas": Flavius Josephus (nome latino), Yossef Ben Matitiahu ha-Cohen (nome hebraico). Nascido em 37 ou 38 d.C. (segundo ele no primeiro ano do reinado de Calígula, o imperador Caio César que reinou de 37 a 41 d.C.), de rica família da aristocracia sacerdotal (pelo lado paterno) asmoneia (pelo lado materno), filho de Matias, de educação sofisticada, fariseu (apesar de ter experimentado a seita dos saduceus, dos essênios e de ter seguido Bane, um eremita do seu tempo), governador militar da Galileia, líder da resistência judaica contra os romanos, escravo de guerra (família *caesaris*), intermediário entre Roma e os judeus sediciosos, cidadão romano enquanto liberto da casa dos Flavius (Vespasiano), beneficiado com terras na Judeia após a derrota, morador de Roma, escreveu a maior parte das suas obras com o patrocínio de Vespasiano, Tito e Domiciano, fundamental para relações de clientelismo e patronato entre a *domus* flaviana e os judeus de Roma, homenageado com uma estátua em Roma (segundo Eusébio de Cesareia), criticado por Justo de Tiberíades e Apion.

[17] A obra "Antiguidades Judaicas" de Flávio Josefo dialoga intensamente com a obra "Vida de Herodes" de Nicolau de Damasco, uma produção literária escrita ao final século I a.C. e que, ao mesmo tempo que faz parte da *memória discursiva* e da *interdiscursividade* da narrativa de Josefo, é extremamente criticada por ele devido a uma provável falta de imparcialidade nesses relatos (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/XI/699). Utilizaremos a obra de Nicolau de Damasco para complementar os relatos de Josefo sobre o rei dos *judeanos* e as características da cidade de Cesareia Marítima.

[18] Nome de um dos descendentes de Hasmã, sacerdote da família de Joaribe, antecessor dos Macabeus. O título de asmoneu emprega-se ordinariamente na literatura judaica, para designar a família asmoneana desde Matatias até Herodes, Hircano e Aristóbulo, que disputaram o poder após a ocupação romana.

objetividades e *ideologias* distintas, optamos por agregar os dois documentos ao nosso estudo de caso, a fim de obter uma narrativa josefiana mais abrangente sobre a vida de Herodes.

Figura 3 – Documentação textual e eixos temáticos da pesquisa[19]



Nossa primeira problemática[20] em relação a essas duas obras de Flávio Josefo se refere às *condições de produção*. Questionamo-nos se realmente poderemos considerar o Livro I de "Guerra dos Judeus" e os Livros XIV – XVII de "Antiguidades Judaicas" como parte do gênero discursivo biográfico. Aparentemente, a *objetividade* do discurso de Flávio Josefo aponta para a apresentação de uma defesa sobre a atuação do historiador judeu durante a guerra contra os

[19] Organograma desenvolvido pelo autor.
[20] Parte dessa problemática foi aplicada à obra "A Vida" de Flávio Josefo durante nossa pesquisa de Mestrado. Entretanto, ali discorremos sobre "autobiografia", ou seja, o relato retrospectivo sobre si mesmo. A biografia se diferencia da autobiografia por se tratar de um relato sobre a trajetória de vida de terceiros.

romanos aos seus *sujeitos interlocutores*. Indagamo-nos também se a nossa primeira documentação textual, embora escrita em grego, apresenta a forma, os usos e os sentidos do termo *bios* ou *vita* que são utilizados para descrever (*graphia*) a vida de um indivíduo na Antiguidade. Perguntamo-nos ainda se o gênero discursivo biográfico pode ser usado para a apreensão do social apesar de ele ser tão criticado pela História Social devido a sua aparente associação à historiografia positivista do século XIX e início do XX. Essa problemática será desenvolvida no próximo capítulo.

O exame introdutório das obras de Josefo mostrou-nos que, embora produzidas no século I d.C., ou seja, um século após a morte do rei dos *judeanos*, a análise do discurso de Flávio Josefo sobre a vida de Herodes (século I a.C.) nos possibilita identificar a filiação de dizeres que emerge do seu *discurso polêmico* (ORLANDI, 2003, p. 15). Esse discurso foi resultado de algumas relações políticas e socioculturais que se situam no tempo e espaço e que podem ser apreendidas tanto no *sentido lato,* quanto capturadas no *sentido stricto*.

No sentido *lato*, podemos apreender a experiência do *fato social* na cidade de Cesareia Marítima: uma sociedade marcada pela diversidade étnica, política, religiosa, econômica e sociocultural. E, no sentido *stricto,* percebemos se a experiência *do fato social* também se refere à vivência do indivíduo comum que nela circulava e que, apesar de não passar de uma expressão da sociedade estabelecida em Cesareia, tornava-se significativo porque com ela se identificava (AUGÉ, 2007, p. 25), conforme veremos no próximo capítulo. Entretanto, até que ponto a imagem do rei Herodes que emerge do *discurso polêmico* de Flávio Josefo está atrelada as rivalidades políticas, relações de poder e discrepâncias socioculturais entre a família de Josefo e a casa de Herodes?

Além de desenvolver uma narrativa biográfica sobre o rei Herodes, o Livro I de "Guerra dos Judeus" e os Livros XIV – XVII de "Antiguidades Judaicas" também apresentam relatos retrospectivos sobre a fundação, inauguração e desenvolvimentos sociocultural, econômico e urbanístico da cidade de Cesareia Marítima. Neles Flávio Josefo descreveu os contatos culturais e enfrentamentos ocorridos em Cesareia, enumerou os monumentos e edifícios erigidos por Herodes e criticou as relações políticas estabelecidas entre o rei dos *judeanos* e o *princeps* romano *Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus*. Aqui, então, somos levados à seleção de mais dois documentos que nos auxiliarão na reconstrução do *macrocosmo social* de Herodes, bem como, na inserção do *plano urbanístico* do rei dos *judeanos* em um contexto mais amplo: as obras "A Vida dos Doze Césares", de Suetônio; e "Os Feitos do Divino Augusto", legado pelo próprio imperador romano.

A primeira obra foi produzida aproximadamente entre 119 e 121 d.C., em Roma; e se

trata de um discurso privado, escrito em latim clássico, com gênero literário épico (não ficcional), tipo textual narrativo, gênero textual biográfico e modo de discurso polêmico. As *condições de produção* e o contexto social da obra apontam para a Dinastia dos Antoninos, mais precisamente, o principado de Adriano. Suetônio se esforçou para identificar as ações do imperador Adriano com a política de Otaviano Augusto. O principal objetivo seria minimizar o enfrentamento entre o imperador da Dinastia Antonina e um patriciado que primava pela preservação da hierarquia social, enquanto Adriano insistia em viajar pelas províncias e fortalecer as relações políticas e socioculturais, entre Roma e as demais cidades anexadas ao Império (JOSÉ, 2011, pp. 93-101).

A parte da obra "A Vida dos Doze Césares" que consideramos fundamental para a resolução da problemática em torno do contexto histórico e sociocultural em que o *plano urbanístico* de Herodes para a Judeia estava inserido se trata daquela que ficou historiograficamente conhecida como "A Vida de Augusto". Pois, nela Suetônio descreveu as reformas promovidas por Augusto e abordou temas como o processo de urbanização da cidade, a relação do imperador romano com os deuses da *Urbs*, a perpetuação da memória da *gens* Júlia a partir dos monumentos erigidos por Augusto, dentre outros assuntos que podem ser comparados com as ações de Herodes durante o processo de urbanização da Judeia.

A obra de Suetônio apresenta outros temas que nos colocam em contato direto com o processo de urbanização de Cesareia Marítima, como por exemplo, a descrição de Augusto como um imperador que se preocupava com a boa relação entre os deuses e a cidade, bem como, um governante que valorizava as tradições religiosas romanas, incentivando o exercício dos ofícios sacerdotais, a frequência nos cultos públicos e a celebração dos ancestrais tanto no âmbito público (templos dos deuses) quanto no privado (familiar). O que nos faz lembrar que em seu *plano urbanístico*, o rei Herodes construiu templos romanos na Judeia e até mesmo reformou o templo de Jerusalém. Mas sobre essa interação, nós falaremos mais adiante.

A segunda obra latina que selecionamos para adentrarmos no *macrocosmo social* do rei dos *judeanos* foi, conforme mencionamos acima, "Os Feitos do Divino Augusto". Essa obra foi produzida no século I d.C., em latim clássico, na cidade de Roma. Porém, diferentemente da obra de Suetônio, ela se trata de um discurso público. O gênero literário é épico (não ficcional), tipo textual narrativo, gênero textual biográfico e o processo de interação aconteceu através da circulação de documento escrito/monumento.

As relações socioculturais entre Roma e outros povos nem sempre foram estabelecidas por inciativa romana ou pela força militar. Algumas vezes, elas aconteciam por interesses políticos dos outros Estados. Para Fustel de Coulanges (2009, p. 144), a cidade antiga seria uma confederação, uma associação de diferentes grupos familiares em torno de um objetivo comum. Essa associação ou adesão a um pacto social coletivo às vezes poderia ser imposta através da conquista militar ou negociada por meio de alianças sociopolíticas. Esse foi o caso de Cesareia Marítima, uma cidade que foi fundada e urbanizada por iniciativa *judeana* (nativa). Conforme evidencia o discurso de Flávio Josefo, foi o rei Herodes quem tomou a iniciativa de construir uma cidade em homenagem a Augusto, mas que, provavelmente, ela teria mais a dizer sobre ele mesmo enquanto governante judaico/romano nas províncias orientais.

A descrição que Flávio Josefo fez da cidade de Cesareia Marítima e os vestígios arqueológicos encontrados nessa cidade ao longo dos anos, nos possibilitam examinar o *discurso* a partir da sua relação com a exterioridade, a fim de contextualizá-lo com suas *condições de produção,* desvendar o *plano urbanístico* de Herodes e identificar um *discurso urbano materializado*. Isso nos remete ao segundo e terceiro eixos temáticos da nossa análise: as obras "A Política" de Aristóteles e "Tratado de Arquitetura" de Vitrúvio.

Existe muita similaridade e pontos comuns entre o *plano urbanístico* adotado pelo rei Herodes para a cidade de Cesareia e o plano hipodamiano. Entretanto, além dos edifícios característicos da cidade helenística, o *plano urbanístico* de Cesareia Marítima incluía também outras construções que tinham como base a arquitetura romana, como por exemplo, um teatro e um anfiteatro (hipódromo). Esses elementos arquitetônicos romanos que faziam parte das *paisagens culturais* da cidade nos remetem diretamente ao "Tratado de Arquitetura", de Vitrúvio. O estilo narrativo do arquiteto latino nos remeteu a mais uma problemática sobre as escolhas de Herodes para a cidade de Cesareia. O processo de urbanização da cidade era contemporâneo às *condições de produção* do "Tratado de Arquitetura".

Questionamo-nos sobre a possibilidade de Herodes ter acesso aos manuscritos vitruvianos antes da produção final da obra. Vitrúvio escreveu o seu tratado gradativamente e, provavelmente por isso, ele sempre se preocupou em endereçar cada livro individualmente ao imperador, fazer um arrazoado sobre a publicação anterior e apresentar a obra em questão, como se cada um desses livros fosse enviado separadamente. Tal hipótese possibilita a circulação deles entre aqueles que estavam diretamente envolvidos com o processo de urbanização iniciado por Augusto que, por sua vez, se estendia para outras regiões anexadas ao Império Romano, em nosso caso, a Judeia do rei Herodes. Mas sobre essas obras falaremos mais adiante. Por hora, basta-nos dizer que em nossa análise utilizaremos somente os Livros I, II, III e IV nos

quais Aristóteles respectivamente apresentou os elementos essenciais para formação de uma cidade, analisou a Constituição de Hipódamo de Mileto, descreveu o *plano hipodamiano* e tratou da geografia física, cultural e organização ideal para a uma cidade-estado. Selecionamos também os Livros I – VII da obra de Vitrúvio. Passemos para exposição das escolhas historiográficas que nortearam a nossa pesquisa.

1.3 **O debate historiográfico em torno do *plano urbanístico* de Herodes Magno e as relações socioculturais estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos no século I a.C.**

Conforme as informações elencadas, a abordagem historiográfica do final do século XIX e início do XX, sobre o desenvolvimento das relações socioculturais entre os *judeanos* e as outras comunidades culturais, contribuiu para a construção de um *paradigma cultural* que tratou as comunidades judaicas, domiciliadas na Judeia ou nas demais regiões anexadas ao Império Romano, como sociedades resistentes à importação de quaisquer elementos socioculturais provenientes do universo do Mediterrâneo que não compartilhassem da mesma *cosmologia* e *cosmogonia*[21] dos *judeanos*, principalmente, daqueles que habitavam ao sul da região da Judeia. O tema nos leva a dialogar com a historiografia e suas produções historiográficas sobre Flávio Josefo, Herodes Magno e a cidade de Cesareia Marítima. Em nossa abordagem nos próximos capítulos delimitaremos nosso diálogo as seguintes escolas:

- Historiografia Francesa – que nos possibilitará compreender a organização social da cidade de Cesareia[22];
- Historiografia Inglesa – que analisa as relações políticas e socioculturais estabelecidas na Judeia a partir das documentações textuais[23];
- Historiografia Italiana – na qual dialogaremos com o historiador e arquiteto Leonardo Benevolo, em sua obra "História da Cidade", bem como, com o historiador Arnaldo Momigliano, em sua produção "O desenvolvimento da biografia grega";

---

[21] Marc Augé conceitua "*cosmologia*" como o conjunto de crenças e de conhecimentos, como um saber compósito, que abrange o universo natural e humano. A *cosmologia* ordena e põe em relação o meio natural e os traços culturais do grupo que a produziu. A *cosmogonia*, por sua vez, expõe sob a forma de mitos, as origens do cosmos e o processo de constituição da sociedade. A *cosmologia* e a *cosmogonia* estão diretamente relacionadas à organização espaço, relações de poder, divisões sociais e reorganização do mundo entre os indivíduos das sociedades antigas (AUGÉ, 1978, P. 27-33).

[22] Poderíamos destacar, por exemplo, os trabalhos de Fustel de Coulanges, Gustave Glotz, Roland de Vaux, Mireille Hadas-Lebel, Norbert Rouland, Pierre Grimal, Géza Alfody, Schlomo Sand (israelense).

[23] Ressaltamos as produções de Lewis Momford, Tessa Rajak, Steve Mason, Martin Goodman, Greg Woolf, Mary Beard, Charles T. Fritsch, Jodi Magness, além das diversas publicações de pesquisadores filiados a Cambridge University, Oxford University e ao Archaeological Institute of America.

- Historiografia Latino-americana – que não possui obras específicas sobre a cidade de Cesareia, mas, que se dedica principalmente as relações políticas e conflitos socioculturais que emergem das obras de Josefo;
- Historiografia Germânica – que nos auxiliará na reconstrução dos elementos socioculturais judaicos[24].

Géza Alfody (1996, p. 143), por exemplo, afirma que Roma estimulava a integração das províncias e dos povos conquistados através da construção de uma extensa rede viária – que possibilitava ao exército romano se deslocar com maior facilidade, agilizava a comunicação entre Roma e as províncias e proporcionava o contato sociocultural entre vários grupos étnicos através da introdução de uma administração local unitária, da integração de nativos ao serviço militar romano e da concessão do direito à cidadania romana. A urbanização das províncias colocava os povos conquistados em contato permanente com a cultura romana. Esse foi o caso das cidades que foram urbanizadas por Herodes Magno, no qual alguns judeus também receberam a cidadania romana.

A predisposição romana para facilitar o estabelecimento de relações socioculturais recíprocas nos conduz a problematização do *paradigma cultural,* que aplica a ideia de separatismo sociocultural e intolerância às comunidades judaicas domiciliadas nas diversas regiões anexadas ao Império Romano, principalmente porque essas comunidades podiam seguir suas próprias leis, viver segundo seus costumes, julgar suas causas domésticas, enterrar seus mortos, cultuar o seu Deus, reunir-se regularmente na sinagoga e ainda pleitear direitos junto aos romanos através de um conselho. As comunidades judaicas sabiam que a preservação de sua identidade dependia da manutenção de alguns limites distintos entre ela própria e a sociedade romana. Contudo, elas recebiam fortes pressões para se conformarem a cultura romana. A urbanização de uma cidade estava diretamente associada a esse tipo de pressão cultural velada.

Não podemos desconsiderar também que muitos judeus experimentavam forte atração pelos valores culturais da sociedade romana, que sob alguns aspectos parecia harmonizar-se com sua etnia e tradições religiosas, como por exemplo, os banhos públicos, na qual os judeus eram identificados e às vezes ridicularizados, devido à circuncisão, mas que ainda assim continuavam frequentando as casas de banho, que se tornaram comuns tanto em Cesareia Marítima quanto noutras cidades da Judeia. Os judeus também estavam livres para cumprir suas prescrições alimentares, leis sobre casamento e, ainda, permanecer sem cultuar o imperador ou

[24] Os elementos socioculturais podem ser analisados a partir do diálogo com autores como Wolfgang Stegemann, Helmut Koester, Georg Fohrer, Hans G. Kippenberg.

aderir à religião romana. Essas concessões, por parte dos romanos, fizeram com que a comunidade judaica construísse um *microcosmo social* no interior da sociedade romana, independentemente da região em que ela estivesse estabelecida, sem prejuízo de sua relação sociocultural recíproca com o seu *macrocosmo social* (LIMA, 2018).

Schlomo Sand (2011, pp. 234-235), por sua vez, entende que a abordagem unilateral das relações socioculturais entre judeus e *judeanos* na Judeia romana aponta para a tradição judaica que se fundamenta no mito do desenraizamento e expulsão que, por sua vez, foi mantido no patrimônio espiritual cristão e, dele, retornou para a tradição judaica, se transformando em verdade absoluta gravada na história nacional dos judeus. Segundo Sand (2011, p. 236), os romanos, em alguns casos, costumavam reprimir as populações rebeldes, executar seus combatentes, fazer os rebeldes prisioneiros e ajudá-los como escravos ou expulsar reis e príncipes, mas, no Oriente, nunca desenraizaram todas as pessoas que haviam subjugado.

Se todos os judeus pretendiam viver separadamente e se o separatismo e a intolerância serviram como *elementos desencadeadores* para os enfrentamentos entre judeus e *judeanos* na cidade de Cesareia Marítima, conforme apresenta o *discurso polêmico* de Flávio Josefo, Sand se trata de um historiador que destaca o estabelecimento de relações socioculturais recíprocas entre judeus e não-judeus e ressalta a existência de inúmeras comunidades judaicas, com populações muito densas fora da Judeia, muito antes do século I d.C. Segundo ele, apenas parte dos exilados da Babilônia, por exemplo, voltou para Jerusalém. A maioria "escolheu se instalar e prosperar nos centros de cultura judaica em plena efervescência que se estenderam no Oriente e onde as elites intelectuais desenvolveram ricas tradições religiosas propagadas em todo mundo antigo" (SAND, 2011, p. 261). Porém, as afirmações de Sand não anulam o fato de que existe uma documentação textual romana que se apresenta como desfavorável a ideia de relações socioculturais recíprocas entre a sociedade romana e as comunidades judaicas.

Assim sendo, o objeto de estudo dessa obra emerge de um universo historiográfico no qual as obras de Flávio Josefo ocupam um papel de destaque enquanto documentação textual. São essas obras que apresentam o relato mais detalhado sobre o governo de Herodes e seu *plano urbanístico* para a Judeia. Flávio Josefo construiu um *discurso polêmico* sobre a fundação, urbanização e desenvolvimento das relações socioculturais estabelecidas entre judeus e *judeanos* na cidade de Cesareia Marítima que evidenciou a existência de um sistema ideológico na imagem que Josefo construiu sobre o rei dos *judeanos* e seu governo.

Ao longo dos anos, o *Caesarea Harbor National Park* tem sido objeto de expedições arqueológicas que nos permitem, através da materialidade, acessar a *paisagem cultural* da região, organização e reorganização do espaço, delimitação entre *espaço sagrado* e *espaço*

profano, evidências das relações socioculturais, políticas e econômicas entre judeus e romanos e, ainda, construir um quadro comparativo com o discurso de Flavio Josefo sobre as características históricas, antropológicas e geográficas da região.

Geralmente, as produções sobre a cidade de Cesareia Marítima estão mais ligadas a Arqueologia que a História Política, Antropologia Histórica ou a Geografia Cultural. Jodi Magness (2012) dedica quatro capítulos de sua obra *"The archaelogy of the holy land"* ao *plano urbanístico* de Herodes Magno para a Judeia e entende que se tratava de uma cidade que mesclava traçados da antiga cidade helenística e elementos arquitetônicos tipicamente romanos como, por exemplo, o hipódromo e o modelo de aqueduto. Gideon Foerster (1975), em sua obra *"The early history of Caesarea"* analisa o desenvolvimento da cidade de Cesareia Marítima desde sua origem como Torre de Estratão até se tornar a capital do reino de Herodes, após a execução de seu *plano urbanístico*. Irving M. Levey (1975) em sua obra *"Caesarea and the jews"* analisa as relações socioculturais estabelecidas entre os judeus e os *judeanos* e apresenta uma descrição das comunidades judaicas domiciliadas na cidade durante o período herodiano. Levey comparou as informações que emergem das obras de Flávio Josefo com a documentação rabínica e afirmou que o desequilíbrio na distribuição das terras e a rivalidade entre judeus e sírios contribuíram significativamente para a eclosão da guerra dos judeus contra os romanos em 66 d.C.

Hans G. Kippenberg (1988) analisa as relações socioculturais, políticas e econômicas estabelecidas entre a casa de Herodes e o Império Romano na Judeia, em sua obra "Religião e formação de classes na antiga Judeia". Kippenberg evidencia a organização social e descreve os enfrentamentos políticos entre os seguidores de Herodes que, segundo ele, eram uma aristocracia etnicamente indiferente, mas economicamente bem situada, e os judeus. Assim, ele ressalta a existência de grupos sociais de resistência que discutiam a posse e usufruto da terra.

Richard Horsley e John Hanson (1995) descreveram a diversidade sociocultural e religiosa que caracterizava a Judeia romana na obra "Bandidos, profetas e messias: movimentos populares do tempo de Jesus". Segundo eles, os camponeses judeus foram a força dinâmica para mudança histórica e social da Judeia romana. Horsley descreve a composição social da Judeia e contribui para a identificação dos diversos grupos sociais que se domiciliavam em Cesareia no recorte historiográfico da nossa pesquisa. Richard A. Horsley (2000) ainda escreveu outra obra com o título "Arqueologia, história e sociedade na Galileia: o contexto social de Jesus e dos Rabis", na qual ele faz uma ampla descrição das relações socioculturais estabelecidas no norte da Judeia, inclusive na cidade de Cesareia.

Na mesma linha de Horsley, John Dominic Crossan (2004) reconstruiu o contexto histórico e sociológico da Judeia em sua obra "O nascimento do cristianismo", dedicando parte da sua produção aos vestígios arqueológicos encontrados na cidade de Cesareia. Benedikt Otzen (2003) trata da história política e das correntes religiosas da Judeia de Alexandre Magno até o imperador Adriano. Otzen dedica parte da sua obra "O judaísmo na Antiguidade" ao governo de Herodes Magno, evidenciando as relações de poder estabelecidas entre a casa de Herodes e Roma.

Stegemann (2004), por sua vez, apresenta o contexto social e econômico dos judeus e dos *judeanos* em sua obra "História social do protocristianismo: os primórdios no judaísmo e as comunidades de Cristo no mundo mediterrâneo" e nos fornece informações sobre a composição social do norte da Judeia, a organização das comunidades e os *elementos desencadeadores* de enfrentamentos entre judeus e *judeanos*.

Lucinda Dirvin (2011) analisou o culto imperial na cidade de Cesareia Marítima em sua obra *"The imperial cult in the cities of the Decapolis, Caesarea Maritima and Palmyra: a note on the development of imperial cults in the roman near east"*. Segundo a autora holandesa, a *Syria et Palaestinae* não tinha uma cultura grega uniforme antes da ocupação romana. Essa diversidade possibilita o estudo da possível interação entre cultura local e a sociedade romana a partir das diferentes tradições religiosas preexistentes, da adoção de elementos socioculturais romanos pelos nativos, e pelo grau de envolvimento das comunidades no culto romano como, por exemplo, no culto imperial em Cesareia Marítima.

Joseph Patrich (2011) também escreveu uma obra com o título *"Studies in the archaeology and history of Caesarea Maritima: caput Judaeae, Metropolis Palaestinae"* e analisou o desenvolvimento histórico e urbanístico da cidade de Cesareia a partir do diálogo com a Cultura Material. Segundo ele, a fundação e prosperidade da cidade foi um resultado direto da decisão de Herodes de construir um grande porto artificial, a partir da tecnologia romana, e fundar uma nova cidade que se tornou a capital administrativa do seu reino em expansão, cuja prosperidade continuou enquanto ela serviu como capital provincial e funcionou como entreposto oriental para o comércio mediterrâneo. Patrich também evidencia a existência de uma rede de cinco rotas que conectavam a cidade marítima as cidades mais distantes. Joseph Patrich analisa o *status* de Cesareia como colônia romana, a delimitação de áreas culturais, o processo de urbanização, os monumentos e edifícios construídos por Herodes, as relações de poder estabelecidas entre o rei dos *judeanos* e o Império Romano, bem como, os vestígios arqueológicos encontrados na cidade.

Assim, esses são apenas alguns exemplos da viabilidade historiográfica de uma análise sociocultural do *plano urbanístico* de Herodes Magno no século I a.C., através de um amplo debate historiográfico entre algumas obras consideradas como clássicos da historiografia e produções mais contemporâneas.

1.4 **A historiografia brasileira, as relações socioculturais entre judeus, judeanos, romanos e os discursos de Flávio Josefo**

Na historiografia brasileira as relações socioculturais, comerciais, econômicas e políticas entre judeus e *judeanos* que emergem das obras de Flávio Josefo geralmente são abordadas sob duas perspectivas. A primeira delas se refere à relação binária dominação romana e resistência judaica, abordadas sob o viés das novas perspectivas sobre as práticas imperialistas no mundo antigo. Nessa perspectiva se situam, por exemplo, os trabalhos do Prof. Dr. Luís Eduardo Lobianco[25], a pesquisa do Prof. Dr. Ivan Esperança Rocha[26], e o trabalho do Prof. Doutorando Jorwan Gama da Costa Junior[27].

De acordo com essa primeira abordagem, a ocupação da Judeia inaugurou uma série de medidas que, através das relações de poder estabelecidas entre os romanos e a sociedade judaica, serviu como fundamento para uma perspectiva sobre a prática imperialista no mundo antigo que desse conta também da diversidade social, política e cultural dos povos conquistados. Esse tipo de abordagem foi gradativamente construído através da historiografia brasileira que ao longo dos anos tem preservado as discussões sobre o binômio

[25] Em "O outono da Judeia (séculos I a.C. - I d.C.): resistência e guerras judaicas sob o domínio romano – Flávio Josefo e sua narrativa", datado de 1999 pela UFF, o autor pesquisou o ambiente de hostilidades e o antagonismo que pulsou na Judeia, desde a década de 60 no século I a.C. até a década de 60 no século I d.C., cujo ápice segundo ele foi a guerra judaico-romana.

[26] Em "Dominadores e dominados na Palestina do século I", datado de 2004, Rocha investiga como a relação dominadores/dominados influenciou de forma indireta a documentação produzida por Flávio Josefo sobre a guerra contra os romanos, evidenciando uma profunda crise interna entre diferentes grupos judaicos alinhados ou distantes do poder romano. Posteriormente, o Dr. Ivan Rocha publicou uma obra com o título "A vida cotidiana na Palestina do século I na visão de Flávio Josefo" na qual ele apresenta informações sobre as condições de produção do discurso de Josefo, mas, sem se aprofundar muito em nosso objeto de pesquisa, principalmente devido a diferença existente entre o nosso recorte historiográfico.

[27] Em "*Judaea* romana: negociação e resistência", datado de 2010 pela UFRJ, o autor analisou o processo de dominação imperial romano na Judeia, entre os anos 168 a.C. e 132 d.C., bem como, o impacto do domínio romano sobre as condições socioculturais locais e o comportamento das facções político-religiosas judaicas.

identidade/alteridade, indivíduo/sociedade nas obras de Flávio Josefo; uma discussão que, em certo sentido sempre esteve atrelada aos debates historiográficos sobre o imperialismo romano.

A segunda perspectiva dos trabalhos produzidos na historiografia brasileira sobre nossa documentação se caracteriza pela análise literária e ou linguística da obra de Flávio Josefo, bem como, de sua trajetória de vida. Nessa perspectiva se situam, por exemplo, o trabalho do Prof. Dr. Alex Degan[28] e a produção do Prof. Ms. Samuel Martins Nascimento[29] e uma pesquisa desenvolvida pelo Prof. André Ricardo Nunes dos Santos e orientada pela Dr.ª Ana Maria Teresa Marques, na qual eles analisam o método histórico em Flávio Josefo e o compara com os historiadores gregos da Antiguidade. Nesse segundo viés, nós temos ainda algumas publicações do Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos da UnB realizadas sob a coordenação do Prof. Dr. Vicente Carlos Alvarez Dobroruka[30] que abordaram tanto a influência da cultura helênica quanto dos textos apocalípticos judaicos nas obras de Flávio Josefo, como resultado de relações socioculturais.

Durante o curso de Mestrado do PPGH-UERJ tivemos a oportunidade de produzir uma obra que usou como documentação textual a obra "A Vida" de Flávio Josefo. Nossa produção historiográfica intitulada "Flávio Josefo: o *paradigma* de *circularidade cultural* entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na *Urbs* do século I d.C.", fez uso do modelo de abordagem conceitual da Micro-história, mais precisamente de Carlo Ginzburg que afirma que entre as *culturas dominantes* e as *subalternas* há um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se move de baixo para cima, bem como, de cima para baixo.

---

[28] Em "A Identidade Incômoda: identidades étnicas no *Bellum Judaicum* de Flávio Josefo", datado de 2006, pela USP, o autor discute a maneira como as identidades étnicas foram formuladas por Josefo em *Bellum Judaicum* (Guerra dos Judeus), analisa internamente a obra e a trajetória de Josefo com o objetivo de desvendar como Josefo percebia a dominação romana, entendia a presença dos judeus no mundo e como esses se inseriam no Império Romano. Posteriormente, o Dr. Degan escreveu outra obra intitulada "Judaísmo em suspensão: o judaísmo de Flávio Josefo" (2013) e discutiu a compreensão de judaísmo que Josefo descreveu em suas obras a partir das *condições de produção* do discurso, da relação história/memória e das intenções literárias que contribuíram para reconstrução da identidade judaica após a destruição do templo de Jerusalém em 70 d.C.

[29] Em "A concepção de história em Flávio Josefo: o judeu de Roma", datado de 2008, pela UEM, o autor analisa a narrativa da guerra dos judeus contra os romanos apresentada por Josefo e reflete sobre sua concepção de história, abrangendo algumas influências que recebeu da historiografia antiga.

[30] Vicente Dobroruka analisa não só as influências da historiografia latina em Flávio Josefo conforme faz Alex Degan, mas, ainda, investiga a influência de textos proféticos e apocalípticos judaicos em seus discursos. Segundo ele, Josefo dá importância considerável à literatura apocalíptica como combustível para a revolta; ao mesmo tempo, sua própria concepção do sentido da história revela a influência, velada ou assumida, dos apocalipses. Josefo possui além de Tucídides, dois outros grandes modelos estilísticos e de conduta que busca imitar: Daniel e Jeremias.

A utilização do conceito de *circularidade cultural* de Ginzburg em nossa pesquisa de mestrado nos permitiu, a partir da trajetória de Flávio Josefo, identificar uma dualidade no *mundo social* de Josefo, na qual, de um lado estava à cultura romana, as *culturas dominantes*, o mundo oficial, o direito, a cidadania, a religião oficial, os clássicos, o latim e o grego, a independência política e o poder; do outro, estava à cultura judaica, *as culturas subalternas*, o mundo não oficial – apesar das liberdades judaicas cedidas por Roma como o monoteísmo, as restrições alimentares, o calendário alternativo, uma lei paralela. Em certa medida, um *mundo social* influenciava o outro reciprocamente. Assim, desenvolvemos em nossa conclusão de Mestrado a primeira produção historiográfica a aplicar conceitos da Micro-história e a teoria da *circularidade* de Carlo Ginzburg a uma obra de Flávio Josefo.

Concluímos em nossa pesquisa de Mestrado que a *circularidade* nas relações socioculturais entre a comunidade judaica e sociedade romana no século I d.C. contribuiu para a concepção de uma comunidade judaica diferente daquela construída pela historiografia – principalmente inglesa, que se fundamentava no *paradigma* do desenraizamento e exílio e enfatizava o separatismo e o enfrentamento entre judeus e romanos. A marcação das diferenças entre as *culturas dominantes* e as *culturas subalternas* emerge das relações socioculturais entre as comunidades judaicas e a sociedade romana. Essas marcações são evidenciadas através do discurso de Flávio Josefo. As comunidades judaicas da *Urbs* podem ser consideradas como um *microcosmo social* no interior da sociedade romana. No entanto, essas comunidades tinham consciência de que a preservação de sua identidade estava diretamente relacionada à manutenção de sua boa relação com seu *macrocosmo social*.

Comprovamos também que como membro da família *caesaris*, Josefo dispunha de certo número de recursos culturais, cuja natureza e volume, variavam e eram submetidos a pressões igualmente desiguais no seio da comunidade judaica e da sociedade romana. Josefo se orientava no seu mundo social a partir desses recursos, em primeiro lugar para sobreviver, eventualmente para reforçar sua situação, seu estatuto, seus valores, suas crenças. Flávio Josefo se trata de um *sujeito socialmente construído*, um indivíduo que pertence a dualidade do mundo social romano. Josefo circulava tanto nas *culturas subalternas* quanto nas *culturas dominantes* e representava indivíduos que viviam a dualidade do mundo social, adotando elementos socioculturais romanos em seu cotidiano, sem prejuízo da preservação de sua identidade judaica. Esses indivíduos promoveram a *circularidade cultural* entre as *culturas dominantes* e as *culturas subalternas*.

Como se pode perceber, embora essa obra se diferencie da anterior – no qual utilizamos como recorte temporal o século I d.C. e como espacial a cidade de Roma, ainda partimos do

pressuposto de que as relações socioculturais entre judeus e os outros povos eram recíprocas. E, agora, transportamos nosso objeto de análise para a cidade de Cesareia Marítima, na Judeia, local em que diferentemente de Roma, as relações socioculturais resultaram na reorganização do espaço, delimitação de *áreas* e *paisagens culturais* e construção simbólica de um *lugar antropológico*. Assim sendo, direcionamos as próximas páginas para os seguintes objetivos:

- Analisar as *condições de produção* do *discurso polêmico* de Flávio Josefo sobre o processo de urbanização da cidade de Cesareia, os elementos socioculturais romanos que emergem do seu discurso, a *ilusão referencial* e a *objetividade* do discurso de Flávio Josefo sobre a fundação da cidade;
- Identificar a *materialidade* do *discurso polêmico* de Josefo a partir do diálogo interdisciplinar entre a nova História Política, Antropologia Histórica, Cultura Material, Geografia Cultural e Linguística;
- Descrever o *plano urbanístico* de Herodes Magno para Judeia a partir da urbanização de Cesareia, o ritual simbólico de fundação da cidade e as relações políticas e socioculturais estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos na cidade a partir da correlação entre o rei Herodes e o Imperador Augusto;
- Compreender como a delimitação de *áreas culturais*, *espaço sagrado*, *espaço profano* contribuíram para o estabelecimento de relações socioculturais identitárias, históricas, recíprocas, ambíguas e ambivalentes entre os indivíduos que circulavam na cidade de Cesareia e como essa relação se apresenta através da materialidade;
- Investigar como a utilização de *mediações rituais* facilitou o encontro entre as diversas culturas envolvidas, minimizou enfrentamentos, fez da cidade de Cesareia o maior porto romano do oriente e *lugar antropológico* para judeus, *judeanos* e romanos.

Partimos do pressuposto de que o *discurso polêmico* de Flávio Josefo sobre a trajetória de vida de Herodes deve ser analisado a partir de sua relação com a exterioridade. A materialidade do discurso evidencia que o historiador judeu teve motivações políticas para descrever as relações socioculturais estabelecidas entre judeus e *judeanos* na cidade de Cesareia Marítima como parte de um *plano urbanístico* que não deu certo e que apenas resultou em prejuízos sociais e econômicos para a Judeia.

O silêncio de Flavio Josefo sobre o fato do rei dos *judeanos* se tratar do principal representante da dinastia que sucedeu sua família no governo central da Judeia e a *ilusão referencial* do discurso que o historiador judeu faz sobre as alianças políticas estabelecidas entre

Herodes e o Império Romano, contribuíram para a construção de uma imagem sobre o rei Herodes que está atrelada as rivalidades políticas, disputas de poder e discrepâncias socioculturais que existiam entre a família de Josefo e os herodianos. Essa ideologia[31] discursiva somente se tornará evidente quando o *discurso polêmico* for remetido às suas *condições de produção* e a sua *materialidade*. Assim sendo, identificados os textos e contextos que serviram como pano de fundo histórico para o plano urbanístico de Herodes Magno, bem como, toda problemática inerente ao processo de urbanização da cidade de Cesareia Marítima, vejamos como o diálogo interdisciplinar viabiliza a apreensão das relações políticas e socioculturais estabelecidas na cidade.

[31] Menners entende que o sistema ideológico ou ideologia de qualquer sociedade consiste em todas as suas crenças, filosofias, valores e conhecimento científico. Segundo ele, essa ideologia não está confinada a nenhuma instituição particular ou à principal ordem institucional dessa sociedade (MENNERS, 1975, p.137).

2 O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR COMO MÉTODO PARA APREENSÃO DAS RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIOCULTURAIS NA CIDADE DE CESAREIA MARÍTIMA

> O grande desafio para uma antropologia histórica é não apenas saber como os eventos são ordenados pela cultura, mas como, nesse processo, a cultura é reordenada. Como a reprodução de uma cultura se torna sua transformação?
> *Marshall Sahlins*

Neste capítulo apresentaremos mais detalhadamente a proposta de apreensão das relações políticas e socioculturais estabelecidas entre as diversas comunidades domiciliadas na cidade de Cesareia Marítima, através do diálogo entre a nova História Política, Linguística, Teoria Literária, Antropologia Histórica e Geografia Cultural. Partimos do pressuposto de que o diálogo interdisciplinar nos conduzirá a uma abordagem historiográfica citadina mais abrangente.

O *plano urbanístico* do rei dos *judeanos* resultou na reorganização do espaço, delimitação de *áreas culturais*[32] e construção de *paisagens culturais*[33] que nos permitem agrupar os diversos indivíduos que circulavam na em Cesareia como parte integrante das diferentes comunidades políticas e culturais domiciliadas na cidade. Como aponta o historiador Ciro Flamarion, a História precisa dialogar com outras áreas de conhecimento a fim de cumprir seus objetivos, mantendo "[...] o contato e o debate permanentes com outras ciências sociais, incluindo a importação de problemáticas, métodos e técnicas de tais ciências [...]" (CARDOSO, 2007, pp. 42-43). Aqui, optamos pelo diálogo entre a História Política, Linguística, Teoria Literária, Antropologia Histórica e Geografia Cultural. Isso por compreendermos que a cidade

[32] Entende-se por *área cultural* "as expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem, os territórios habitados, em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas" (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011, pp. 23, 32).

[33] Segundo Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell, "a associação típica de características geográficas concretas numa região ou em qualquer outra subdivisão especial da superfície terrestre pode ser descrita como uma 'paisagem'. Esse termo abrange tanto as características distintas que servem para diferenciar uma região, como as caraterísticas que não se limitam a uma região determinada, mas ocorrem nela. Então, a *paisagem cultural* refere-se ao conteúdo geográfico de uma determinada área ou a um complexo geográfico de certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural" (CORRÊA; ROSENDHAL, 2011, p. 34).

de Cesareia Marítima, nasceu como uma *etnocidade*[34], amadureceu no seio da multiplicidade e, como toda cidade, ainda hoje preserva em sua essência a conjugação ininterrupta do binômio espaço/sociedade. Assim, sem mais delongas, vejamos como o diálogo interdisciplinar serve à apreensão das relações socioculturais e políticas estabelecidas na cidade de Cesareia Marítima. Prossigamos então para a nova História Política.

2.1 **Entre a *política* e o *político*: um olhar mais amplo sobre as comunidades culturais da cidade de Cesareia Marítima**

> Algumas pessoas passaram alegremente da constatação de que o político está em toda parte à ideia de que tudo é político. [...] Se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também no político mais que o político. Em consequência, a história política não poderia se fechar sobre si mesma, nem se comprazer na contemplação exclusiva de seu objeto.
> *René Remond*

A História Política gozou de grande prestígio no século XIX[35] e início do XX graças a autores como Macauley, Guizot, Michelet, Carlyle, Herculano e Nabuco que, em geral, tiveram

---

[34] No decorrer de nossa pesquisa, nos deparamos com a necessidade da concepção de um signo linguístico, compreendendo-o como conceito dado por Ferdinando Saussure, em seu livro "Curso da Linguística Geral", que apresenta duas propriedades essenciais: significado e significante (SAUSSURE, 2006, p. 81). Este signo linguístico: "etnocidade", é um neologismo concebido para designar a cidade como o espaço no qual os grupamentos étnicos se constituem e gradativamente desenvolvem suas relações socioculturais com reciprocidade. Logo, a palavra "etnocidade" não é tratada, aqui, de uma forma adjetiva, como no caso da utilização dos termos "etno" e "cidade", separadamente, ou aplicações similares que estão centradas nos indivíduos e suas relações com a coletividade; mas sim – da aglutinação dessas palavras –, de um substantivo concreto que não possui definição em dicionários da língua portuguesa, francesa ou inglesa. Esse neologismo pode ser assim classificado: a) quanto à sua estrutura, primitivo; b) quanto à formação, composto; c) quanto ao seu significado, próprio.

Diferentemente do vocábulo "etnicidade", que possui um significado social diretamente relacionado ao universo cultural de um determinado grupo ou indivíduos, conjugando o binômio identidade/alteridade, sujeito/subjetividade, o substantivo "etnocidade" irá nomear as cidades planejadas, fundadas, urbanizadas e organizadas, com a finalidade de se tornar um cenário para o desenvolvimento de relações socioculturais concretas ou simbólicas entre diversas comunidades culturais que as compõem.

[35] Nesse período, prevalecia à influência do Historicismo de Ranke e do Positivismo de Augusto Comte. Se o Historicismo contribuiu para a historiografia com a ideia de que a tarefa do historiador consiste em estabelecer os fatos partindo da crítica das fontes, atribuindo importância excessiva a História Política e Diplomática, o Positivismo, por sua vez, firmou a ideia de que os fatos se sucedem no tempo de forma linear e progressiva, independentemente de qualquer influência ou ação humana. Assim, no século XIX e início do XX, a História se apresentava como uma série de fatos singulares e isolados que nunca se repetem. Assumira um tom de previsibilidade, fundamentando-se nos grandes heróis políticos, problemas dinásticos, batalhas e tratados diplomáticos, buscando causas e consequências através dos documentos, gerando pautas e agendas históricas

como objeto de estudo o Estado, o poder e suas lutas por conquista ou conservação, as instituições que as materializavam ou as revoluções que as transformavam. O cientista político brasileiro Christian Lynch[36] afirma que esse período se caracterizava pela marginalização da Teoria Política – que foi acusada pela História Social, História das Mentalidades e pelo Marxismo de ser elitista e idealista; bem como, pelo afastamento da historiografia de uma História Política denunciada como portadora de uma abordagem histórica desinteressada pelas camadas populares e mais interessada pelos dirigentes políticos (ROSANVALLON, 2010, pp. 13-15).

A segunda metade do século XX foi o momento de resgate da História Política devido à recomposição de suas bases epistemológicas, com Otto Brunner, Reinhart Koselleck – historiografia alemã, Peter Laslett, John Dunn, Quentin Skinner e J. A. Pocock – historiografia inglesa. A obra de René Rémond – *"Por uma história política"* – renovou a História Política francesa a partir do diálogo interdisciplinar, da autonomia do *político* em relação aos determinantes econômicos e de uma proposta de história do *político* que abrangeria eleições, partidos, associações políticas, biografias, opinião pública, mídia, intelectuais, ideias, palavras, religião, política interna e externa, guerra (ROSANVALLON, 2010, p. 15)[37].

---

naturalizadas. O passado fora definido como um dado rígido que não podia ser alterado ou modificado (LIMA, 2018).

[36] "Por uma história do político" se trata de uma obra que reúne dois artigos de Pierre Rosanvallon sobre história e política. Os artigos foram traduzidos pelo Prof. Dr. Christian Edward Cyril Lynch. A obra foi patrocinada pela ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais com o apoio da Embaixada da França que, através do Bureau du Livre Français au Brésil e do Centro Franco-Brasileiro de Documentação Técnica e Científica que, além de atuar em parceria, proporcionou a vinda de Pierre Rosanvallon ao Brasil por ocasião da publicação. A obra se divide em três capítulos. O primeiro tem como autor o Prof. Dr. Christian Lynch, serve como introdução aos capítulos posteriores e se intitula como "A democracia como problema – Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político". O segundo capítulo, escrito por Rosanvallon, se intitula "Por uma história filosófica do político"; já, o terceiro, se trata da aula inaugural proferida por ele em 28 de março de 2002 na Cátedra de História Moderna e Contemporânea do Político no College de France, com o tema "Por uma história conceitual do político".

[37] Entretanto, as reflexões acerca do político podem ser atribuídas a Claude Lefort. Lefort considerou que o conceito de político abrange a totalidade do social e todos os instrumentos disponíveis, oriundos dos mais diversos campos do conhecimento social. O político pode ser definido como o conjunto de procedimentos a partir dos quais desabrocha a ordem social, demonstrando que o político e o social são indissolúveis, pois, não existe sociedade sem referência a um lugar de poder. O poder político consiste em uma precondição da vida social na medida em que é ele quem conforma a sociedade e é anterior a todos os outros modos de vinculação social. Essa conjugação entre o político e a social proposta por Claude Lefort favorece ao hoje chamamos de diálogo interdisciplinar ou interdisciplinaridade. (ROSANVALLON, 2010, pp. 24-41). Gauchet, por sua vez, entende o político como: "o conjunto de mecanismos ou representações primordiais que, projetadas para o campo da política, sustentam a vida de uma comunidade, permitindo-lhe pensar a si mesma como unidade, sem renunciar à pluralidade. Sua tese é de que a democracia moderna resulta de um longo processo por meio da qual a religião deixou paulatinamente de construir o princípio ordenador do político" (ROSANVALLON, 2010, p. 28).

Segundo ele, o mesmo movimento que no início do século XX, levou a História Política ao declínio na comunidade científica francesa, lançando-a no descrédito, foi quem a trouxe de volta ao lado de outras ciências fraternas como: a História das Relações Internacionais, a História Religiosa e a História Cultural. Esta, por sua vez, veio com o mesmo fervor que outrora existira naqueles se dedicavam a História Econômica e a História Social (RÉMOND, 2010, p. 14).

A historiadora cultural norte americana Lynn Hunt, por exemplo, em sua obra "A Nova História Cultural", parafraseia o historiador inglês E. H. Carr a fim de defender uma aproximação quase inevitável entre a História e a Antropologia. No ano de 1961, em uma série de conferências proferidas na Universidade de Cambridge, Carr evidenciou a coligação entre a História e a Sociologia ao dizer que "quanto mais sociológica a história se torna, e quanto mais histórica a sociologia se torna, melhor para ambas" (CARR, 1996, p. 24).

Lynn Avery Hunt, por sua vez, 32 anos depois, afirmaria que "quanto mais culturais se tornarem os estudos históricos, e quanto mais históricos se tornarem os estudos culturais, tanto melhor para ambos" (HUNT, 1992, p. 29), ou seja, para a historiadora norte americana, assim como a história nas décadas de 1950 e 1960 gradativamente avançou para o social, dialogando com a Sociologia conforme a compreensão de Edward Carr, nas décadas de 1970 e 1980 os historiadores marxistas e dos Annales direcionaram seus interesses para as práticas culturais, aproximando-se da Antropologia e da Teoria Literária a fim de obterem uma abordagem historiográfica mais abrangente, através de um diálogo interdisciplinar.

Tanto a reflexão de Edward Carr quanto a ponderação de Lynn Hunt fortalecem a ideia do historiador e cientista político francês René Rémond. A História se ocupa com as mudanças que ocorrem em uma dada sociedade, a fim de: levantar problemáticas, aplicar procedimentos metodológicos aos documentos, evidenciar os fatos históricos e propor explicações para eles, sem perder de vista que a própria História e, consequentemente, a prática historiográfica, sempre está sujeita à mudança.

> [...] É por isso que as gerações de historiadores que se sucedem não se parecem: o historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma, a "ideologia dominante", e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época (RÉMOND, 2010, p. 13).

Rémond entende que "a História não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da História Política". Segundo ele, tanto o contexto quanto as escolhas dos historiadores em sua abordagem política contribuíram para que a História Política francesa entrasse em crise e fosse considerada, pela Nova História, como obsoleta, factual, subjetivista,

psicologizante, e idealista, conforme a reflexão de Christian Lynch, bem como para o retorno do político ao cerne das discussões historiográficas, no qual "realidade e percepção interferem" (REMOND, 2003, p. 22).

A realidade nos diz que não se pode atribuir apenas um *elemento desencadeador* para os fatos históricos, como se existisse uma preeminência do econômico ou social sobre o político. Pois, a economia afeta o social e, ambos, inevitavelmente comprometem o político. As fronteiras do campo político são fluidas, e assim como também os são os limites do econômico e social. O relacionamento entre essas áreas de conhecimento é recíproco, variável e multidirecional. Logo, as escolhas políticas de Herodes para a cidade de Cesareia Marítima eram múltiplas e não foram meramente econômicas, sociais ou culturais. Cotejar indícios de homogeneidade nessas escolhas se trata de mera ilusão. O plano urbanístico adotado, a composição de múltiplas *paisagens culturais* se relacionava com a necessidade de administrar uma diversidade étnica e sociocultural que gerava, segundo o historiador judeu Flávio Josefo, muitos enfrentamentos no século I a.C. (RÉMOND, 2010, p. 24).

A diversidade das procedências, a variedade das formações, ou seja, a pluridisciplinaridade foi decisiva para a renovação da História Política. E, no escopo dessa renovação está o contato dela com outras ciências sociais através do diálogo interdisciplinar que, por sua vez, é fulcral em qualquer abordagem política.

> [...] É impossível para a história política praticar o isolamento [...]. A história política deve bastante às trocas com outras disciplinas: sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, linguística, matemática, informática, cartografia e outras de que esqueço. Os empréstimos foram de importância muito desigual e natureza bem diferente segundo as disciplinas. A umas, a história política pediu emprestadas técnicas de pesquisa ou de tratamento, a outras, conceitos, um vocabulário, uma problemática; às vezes pediu uma e outra coisa às mesmas disciplinas, já que os métodos e as técnicas estão geralmente ligados ao tipo de interrogação formulada e a uma forma de abordagem intelectual (RÉMOND, 2010, p. 29).

As considerações do historiador e cientista social francês René Rémond nos conduzem inevitavelmente à problemática em torno da especificidade do *político*. Segundo ele, às vezes, no sentido *lato* o político inclui toda e qualquer realidade e abrange o âmbito privado. Em contrapartida, no sentido *stricto*, de vez em quando ele se ocupa apenas com as variações daquilo que é público – "o campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo sempre são inúteis" (RÉMOND, 2010, p. 443).

Rémond, então, a partir da impossibilidade de se definir o *político* através de uma coleção de objetos ou um espaço, de forma abstrata, demarca o *político* através da sua relação com o poder – "só é política a relação com o poder na sociedade global: aquela que constitui a totalidade dos indivíduos que habitam um espaço delimitado por fronteiras que chamamos

precisamente de políticas" (RÉMOND, 2010, p. 444). Assim, o *político* se relaciona com o Estado, suas instituições e se inscreve em uma perspectiva social global. Ele também se ocupa com as coletividades territoriais e se expande para todas as direções. Essa é mesma percepção da historiadora política canadense Susan Pedersen.

Na obra "Que é História Politica Hoje?"[38], Susan G. Pedersen demonstra de que modo uma abordagem interdisciplinar pode auxiliar o historiador político em uma melhor compreensão da natureza das instituições e práticas políticas e, ainda, corrigir "determinadas distorções e defeitos que afetam potencialmente tanto a história da 'alta política' como a 'nova' história política" (CANNADINE, 2006, p. 78).

Pedersen ressalta que a viragem para a História Social ocorrida nas décadas de 1960 e 1970 foi prejudicial para a História Política e fez com que esta experimentasse dificuldades para atrair novos pesquisadores seduzidos por outras áreas de investigação histórica. Entretanto, ela faz questão de declarar que, na opinião de alguns, a História Política não foi propriamente abandonada, mas redescoberta e redefinida; os historiadores sociais se voltaram ao estudo da política popular e, os culturais, sob a influência de Michel Foucault, procuraram em sua documentação indícios dos diferentes modos como a autoridade e o poder são exercidos e legitimados.

Susan Pedersen parte do princípio de que "todos nós somos historiadores políticos" e que "a percepção de uma crise ou de uma grande controvérsia no campo da História Política é, em grande medida, ilusória" (CANNADINE, 2006, p. 63); entretanto, ao rejeitar uma interpretação estrutural, a "nova" História Política poderá cair no *paroquialismo* ou no *panglossianismo*, ou seja, permitir que o entendimento que os objetos históricos têm das instituições se substitua ao do historiador, erros característicos, segundo ela, da História Britânica. Com isso, Pedersen apresenta os seus argumentos para defender a *"boa saúde da atual História Política"* na Grã-Bretanha (CANNADINE, 2006, p. 64).

O primeiro argumento se fundamenta na grande quantidade de produção historiográfica britânica, onde a História Política tem sido alvo preferencial – "os eruditos franceses foram os pioneiros no estudo da demografia e da vida rural e os alemães lideram as áreas da história legal

[38] "Que é História Hoje?" se trata de uma produção literária coordenada pelo professor Sir David Cannadine e publicada em 2006 pela Editora Gradiva, como resultado de um simpósio de dois dias, organizado em 2001 pelo Institute of Historical Research – University of London, em parceria com Palgrave e Trinity College of Cambridge, por ocasião do quadragésimo aniversário de publicação da obra "Que É História?", de Edward H. Carr. A proposta do simpósio foi abordar, mais uma vez, a questão levantada por Carr em 1961 através das problemáticas, técnicas e métodos de abordagem da História Social, Política, Cultural, da Religião e das Ideias, desvendando assim o que significa estudar História no início do século XXI.

e eclesiástica, mas quanto ao estudo rigoroso da História Política nenhum país tem feito sombra à Grã-Bretanha", diz ela (CANNADINE, 2006, p. 64). Grande parte destes trabalhos está relacionada à história da liderança política com desdobramentos na biografia política ou nos estudos de partidos políticos e do governo, desfrutando da preferência dos historiadores alemães.

O segundo argumento apresentado por Susan Pedersen para defender a "boa saúde da História Política" é que ela não se limitou a sobreviver às recentes efervescências teóricas da historiografia, mas, também, tirou proveito das mesmas, desenvolveu uma análise mais intensa e sofisticada da política, conquistando "novos praticantes não apenas entre aqueles que, com a 'viragem linguística', abandonaram a análise de classe, mas também entre os que desejavam investigar o significado de outros eixos de diferenciação social, particularmente o do gênero" (CANNADINE, 2006, p. 67) que procurava descobrir afinidades eletivas entre ideais de gênero particulares e crenças ou formas políticas, diz Pedersen. Assim, os novos historiadores políticos tendem a se concentrar em dois assuntos principais apontados por Susan: a natureza do sistema político enquanto expressão das relações de poder, e a cultura e ideias políticas.

Após dialogar com autores como Peterhouse, Princeton, Gareth Stedman Jones, Eugenio Biagini, Parry, John Foster, John Vincent, Peter Clarke, Colin Matthew, Peelite, Boyd Hilton, John Lawrence, Miles Taylor e alguns outros importantes para sua reflexão; e demonstrar que o novo e intenso interesse pela "cultura política" entre os historiadores não foi alimentado apenas pela "viragem linguística", mas, também por uma historiografia do liberalismo, Susan Pedersen questiona o que é História Política hoje, apresentando a seguinte definição:

> É uma subdisciplina florescente e cada vez mais consensual. Já possuidora de fortes alicerces nos campos da política partidária e do pensamento político, […] enriquecida por novas investigações nas áreas da política popular e da cultura política, investigações essas realizadas por historiadores sociais já não convencidos do poder explicativo da 'classe'. Além disso, a História Política já não se divide entre aqueles que entendem a política como um mero jogo regido por um calculismo em grande medida instrumental e aqueles que a veem como o resultado epifenomenal das relações sociais [...] (CANNADINE, 2006, pp. 71-72).

Pedersen ainda afirma que, atualmente, o estudo pormenorizado do discurso e cultura políticos se trata de um terreno comum para diversos segmentos historiográficos, o que, de certa forma, é reflexo de um novo consenso, onde historiadores políticos aceitaram tanto a relativa autonomia da política quanto um método de estudo que visa o conhecimento da cultura e das ideias políticas como eram entendidas pelos próprios atores históricos. Entretanto, não se pode desconsiderar a possibilidade de a História Política perder muito com a rejeição das explicações baseadas na classe ou em estruturas sociais mais amplas (CANNADINE, 2006, p. 73).

Assim, a historiadora canadense resolve explicar o que ela entende por política e o que deveria fazer a História Política. Susan Pedersen recorre a Max Weber para conceituar política – "para Weber, a política é essencialmente o conjunto de disposições por meio das quais se estabelece e exerce domínio" (CANNADINE, 2006, p. 72). Logo, uma História Política adequada deve considerar as interações complexas entre a liderança política, a estrutura e alcance coercivo do Estado, e a natureza e sustentáculos da legitimidade:

> Os processos e desenvolvimentos políticos, e o modo como esses desenvolvimentos influenciam e constrangem os homens e mulheres individuais, só poderão ser inteiramente compreendidos se tomarmos em consideração, além da liderança e ideias políticas, as estruturas institucionais e estatais (CANNADINE, 2006, pp. 72-73).

Entretanto, segundo a autora, os métodos utilizados pela *alta política* e pelos historiadores da *virada linguística* não dão conta da estrutura, alcance e práticas do Estado, o que, segundo ela, somente serão mais bem compreendidos por meio de um esforço de abstração sincrônica e comparativa.

Pedersen entende que, quando se estuda o Estado, deve-se sempre ter em mente um contexto global e uma comparação estruturada. Somente a comparação permitirá ao historiador chegar a um bom entendimento das instituições do Estado social, fazendo com que este se torne mais realista e bem-informado sobre os debates públicos e opções políticas. Todavia, Pedersen fala sobre uma era de relativo pessimismo cultural em que os historiadores estão mais preocupados com o significado do que com a causação, se aproximando mais dos críticos literários e antropólogos do que dos cientistas políticos. Os cientistas políticos, por sua vez, preferem a construção de modelos formais, a quantificação e as teorias de escolha nacional.

De acordo com a historiadora canadense, a análise estrutural é necessária em alguns casos, principalmente no estudo das práticas e instituições do governo. Nem sempre essas práticas são compreendidas pelos governantes e por governados que podem resistir à mudança ou mudar de modo inesperado e não intencional. Os historiadores políticos precisam analisar os modos como as condições globais, as estruturas estatais e a concorrência entre Estados podem afetar as histórias das comunidades culturais que se domiciliavam na cidade de Cesareia Marítima, bem como, dos indivíduos que nela transitavam e ali se relacionavam com as diversas *paisagens culturais* idealizadas por Herodes. Além disso, é preciso integrar essas histórias num quadro comparativo mais amplo: o do imperialismo romano no século I a.C. enquanto sistema político republicano, unidade administrativa e referência sociocultural, a fim de preservar os ganhos obtidos com a *virada linguística*.

Corroborando com as reflexões de Susan Pedersen sobre a "boa saúde" da História Política, Francisco Xavier Gil Pujol se pergunta: até que ponto o modo como se faz História Política ultrapassa os limites da situação nacional para refletir a conjuntura historiográfica como um todo?[39] Segundo ele, os progressos conseguidos pela abordagem política se devem a tendência de enfatizar aspectos políticos de fenômenos históricos que normalmente ficariam longe das preocupações da História Política tradicional (BARROS, 1995, p. 195). O campo da História Política, conforme anteriormente dito pelo historiador francês René Rémond, tem se expandido para todas as direções, se trata de uma história mais abrangente cujo objetivo é explorar a profundidade da política social, buscando sinais da vida política em áreas anteriormente ignoradas.

Partindo desse princípio, Xavier Gil Pujol acredita que a nova História Política se trata de uma História Social com contornos políticos e uma exposição dos processos políticos que é também social, tornando-se múltipla, mais completa. Por isso, atualmente, não faz muito sentido falar em História Política, História Social e História Cultural de forma excludente, pois, devido principalmente à interdisciplinaridade, os limites entre essas práticas historiográficas estão cada vez mais difíceis de definir. Existem poucas dúvidas – e agora fazendo referência a um representante da historiografia espanhola, de que o diálogo interdisciplinar, embora não resolva todos os problemas do historiador, seja um requisito necessário para se capturar o polimorfismo político da realidade sociocultural da cidade de Cesareia Marítima, no século I a.C. (BARROS, 1995, pp. 195-197).

O diálogo com a cultura se trata de um dos principais motivos para ampliação do campo de estudo da História Política. O historiador espanhol atribui isso a ênfase que nova História Cultural dá aos discursos, a separação entre texto e contexto e a concepção de poder como algo plural que permeia todos os aspectos da vida social (BARROS, 1995, p. 199). A nova História Política substitui os grandes protagonistas por homens e mulheres comuns e reconhece a

[39] O I Congreso Internacional Historia a Debate, realizado entre 7 e 11 de julho de 1993 na Universidade de Santiago de Compostela reuniu centenas de historiadores de diversas partes do mundo e teve como objetivo proporcionar reflexões e debates sobre metodologia e epistemologia da História, dinamizando alternativas, descobrindo novos paradigmas e consensos que orientassem o ofício do historiador no início do século XXI. Em "La historia política de la Edad Moderna europea, hoy: Progresos y minimalismo", Francisco Xavier Gil Pujol analisa o estado da História Política e se pergunta até que ponto o modo como se faz História Política ultrapassa os limites da situação nacional para refletir a situação historiográfica como um todo. Segundo ele, "Historia a Debate" ofereceu a oportunidade de prosseguir com a reflexão iniciada em 1983, quando publicou um artigo sobre o objeto de estudo da História Política, ou seja, o poder e suas múltiplas manifestações. Entretanto, Pujol de imediato esclarece que sua proposta de reflexão para o Congresso se limitaria a História Política propriamente dita, já que, segundo ele, a biografia, o sujeito e a narrativa seriam recortes mais específicos durante o congresso. Assim, ele apresenta uma visão panorâmica sobre as produções mais recentes, objetos de estudo e tendências de reflexão que, segundo ele, caracterizariam a situação da História Política.

intervenção da ação humana nos processos históricos. Xavier Pujol chama isso de *reumanização* da História. No entanto, a nova História Política também continua se ocupando com o estudo das instituições para se compreender o Estado, sem ignorar casos individuais.

Logo, investigar o ordenamento social do norte da Judeia, as vinculações de Cesareia com outros centros de poder em uma sociedade romana mais ampla, a economia doméstica e as relações de parentesco dos *judeanos* da cidade, bem como conceitos de direito comum e diversas ações e funções no âmbito doméstico contribui para a compreensão dos objetivos das ações e conflitos políticos em Cesareia Marítima e serve como modelo para leitura do político em outras regiões administradas por Herodes. Assim, uma abordagem política da cidade de Cesareia Marítima deve se ocupar com as *relações de clientelismo e patronato* – tanto do ponto de vista do patrão quanto do cliente, intermediários, escravos, libertos, grupos aristocráticos, redes de influência e todo um mundo de mediações e interesses pessoais entre governantes e governados, capital e territórios (BARROS, 1995, p. 195). A presença dos organismos oficiais pode ser detectada através destes múltiplos âmbitos políticos e sociais.

A luta política, na corte de Herodes e fora dela, por exemplo, era fluida e adotava modalidades mais variadas que as estabelecidas pelos organismos oficiais (BARROS, 1995, pp. 201-202). Entretanto, estudar a política através de canais informais, bem como, abordar os revisionismos sobre as rivalidades políticas entre a casa de Herodes e os judeus significa esbarrar na necessidade de se desenvolver estratégias de leitura para uma documentação que direta ou indiretamente era produzida por instituições contra-herodianas, como por exemplo, o discurso biográfico de Flávio Josefo sobre a trajetória de vida do rei Herodes, que nem sempre proporciona a informação desejada.

Os centros de poder são plurais e as relações entre eles, inclusive as conflitivas, são múltiplas, cotidianas, muito complexas, e dificilmente dão voz e ouvido às camadas populares (BARROS, 1995, pp. 202-203). Por isso, Francisco Xavier Gil Pujol entende que a nova História Política deve ser também social e cultural; fortalecendo assim a concepção de que o diálogo interdisciplinar é fundamental para que se adquira um olhar mais amplo sobre a cidade de Cesareia Marítima. Entretanto, esse diálogo está longe de resolver todos os problemas do historiador. O que nos leva novamente às reflexões do historiador francês Pierre Rosanvallon.

Pierre Rosanvallon concebe o *mundo da política* como um segmento do *mundo político.* Esse mundo, por sua vez, é operado pela mobilização de mecanismos simbólicos de representação. O *político:*

> [...] pode ser definido como o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e

> distribuição. […] A atividade política está subordinada à pluralidade da atividade humana [...] A atividade humana diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes (ROSANVALLON, 2010, p. 42).

Assim, o historiador francês compreende o *político* ao mesmo tempo como *um campo* e *um trabalho*. Ele conceitua *campo* como o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres, aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações e que remete a existência de uma sociedade. Já, *trabalho*, como o político que qualifica o processo pelo qual um grupamento humano adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade que se constitui graças ao processo conflituoso de elaboração de regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, que dão forma à vida da *polis*. Para Pierre Rosanvallon não se pode apreender o mundo sem conceder um lugar a essa ordem sintética do *político*, a não ser que se recaia no reducionismo (ROSANVALLON, 2010, pp. 71-72).

Ao falar do político, Rosanvallon o qualifica tanto como uma modalidade de existência da vida comum, quanto como uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Segundo ele, falar de *político* significa abordar o poder da lei, Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da *identidade* e da diferença, da cidadania e da civilidade e tudo o que constitui a *polis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições (ROSANVALLON, 2010, pp. 73).

Em suma, abordar as relações políticas desenvolvidas na cidade de Cesareia Marítima considerando a história do *político* significa promover um entendimento acerca do modo pelos quais foram projetados e se desenvolveram os sistemas representativos que possibilitaram aos judeus, *judeanos* e romanos, enquanto grupos socioculturais, conceberem a vida comunitária na cidade e, ainda, fornecerem uma descrição histórica da atividade intelectual decorrente da permanente interação entre a realidade e a representação, entre o espaço materializado e o espaço simbólico. Parece-nos que esse tipo de abordagem somente será possível se avançarmos na direção de uma História Política que dialogue e extraia conhecimentos da História Cultural (Cultura), História Social (Sociedade), bem como, de outras áreas de conhecimento científico (ROSANVALLON, 2010, pp. 44-51)[40].

[40] Pierre Rosanvallon também compreende o político, ao mesmo tempo, como um campo e um trabalho. Ele conceitua campo como o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres, aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações e que remete a existência de uma sociedade. Já, trabalho, como o político que qualifica o processo pelo qual um grupamento humano adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade que se constitui graças ao processo conflituoso de elaboração de

Devido ao diálogo interdisciplinar, os limites entre política, cultura e sociedade estão cada vez mais difíceis de definir. Investigar a organização social das comunidades culturais domiciliadas na cidade de Cesareia, as vinculações dessas comunidades com outros centros de poder, bem como, a economia doméstica, as relações de parentesco, conceitos de direito comum e diversas ações e funções no âmbito doméstico contribui para a uma abordagem mais completa das relações políticas estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos em Cesareia Marítima, no século I a.C.

A presença dos organismos oficiais na cidade de Cesareia Marítima pode ser detectada através dos múltiplos âmbitos políticos e sociais, pois, a luta política era fluida e adotava modalidades mais variadas que as estabelecidas pelos organismos oficiais (BARROS, 1995, pp. 201-202). Entretanto, estudar o *político* através de canais não oficiais, bem como, abordar os revisionismos sobre as relações políticas entre judeus e romanos no século I a.C., também significa esbarrar em algumas dificuldades metodológicas na análise de uma documentação textual que geralmente foi produzida pela *cultura dominante* e nem sempre nos proporciona a informação desejada sobre as *culturas subalternas*.

Assim sendo, é fundamental para nossa abordagem política do *plano urbanístico* de Herodes, colocar o *discurso polêmico* de Flávio Josefo em contato com sua *materialidade*, compreendendo que os centros de poder em Cesareia Marítima eram plurais e as relações entre eles, inclusive as conflitivas, eram múltiplas, cotidianas, muito complexas, e dificilmente davam voz e ouvido as camadas populares ou as *culturas subalternas* (BARROS, 1995, pp. 202-203). Além disso, a construção de áreas de convivência comum (como o anfiteatro/hipódromo e alguns templos), a organização dos jogos romanos e sua inserção no calendário permanente da nova cidade, já seriam suficientes para que levantássemos uma problemática em torno do *paradigma cultural* que emerge da historiografia contemporânea no qual se afirma que o enfrentamento e a resistência sociocultural entre judeus, *judeanos* e romanos na cidade de Cesareia Marítima eram permanentes. A abordagem da nova História Política nos impulsiona ao diálogo com áreas de conhecimento que nos permitam ampliar o nosso olhar sobre as comunidades culturais da cidade de Cesareia Marítima. Então, avancemos

---

regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, que dão forma à vida da *poleis*. Rosanvallon ainda qualifica o político tanto como uma modalidade de existência da vida comum, quanto uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Segundo ele, falar de político significa abordar o poder da lei, Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade e tudo o que constitui a *poleis* para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições (ROSANVALLON, 2010, pp. 71-73).

mais um pouco e entremos agora no campo da Antropologia.

2.2 **Entre historiadores e antropólogos: a relação entre tempo antropológico e espaço histórico na cidade de Cesareia Marítima**

> A palavra "antropologia" entra hoje em todas as searas. [...] A polissemia do termo "história" (que designa ao mesmo tempo uma disciplina, um conteúdo factual e uma forma de consciência coletiva e de identidade) obriga-nos, portanto, a considerar que o espaço da Antropologia é histórico em muitos sentidos, mas poder-se-ia da mesma forma estimar que o tempo do historiador, porque é sempre apreendido em espaço determinado, é antropológico em muitos sentidos, igualmente.
> *Marc Augé*

Como vimos acima, a abordagem da nova História Política nos impulsiona ao diálogo com áreas de conhecimento que nos permitam ampliar o nosso olhar sobre as comunidades multiculturais da cidade de Cesareia Marítima.

O antropólogo e etnólogo francês Marc Augé entende que, no que se remete à natureza de seu objeto, existe uma relação de proximidade entre a História e a Antropologia. Duas obras contribuem para a construção do diálogo interdisciplinar entre História e Antropologia. A primeira, denominada de "Por uma antropologia dos mundos contemporâneos", escrita em 1997, faz uma comparação entre o trabalho do etnólogo e o ofício de historiador. Já a segunda obra publicada por ele em 2007 e conhecida como "Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade", apresenta aproximações e distanciamentos entre o serviço do antropólogo e o labor do historiador. Essas duas produções bibliográficas, mais a obra "O sentido dos outros: a atualidade da antropologia", publicada em 1999, constitui o eixo teórico central da nossa abordagem sobre a cidade de Cesareia Marítima, a partir da análise do *plano urbanístico* do rei Herodes.

Augé declara que "o espaço enquanto matéria da Antropologia é um espaço histórico; o tempo como matéria-prima da História é um tempo localizado e, nesse sentido, antropológico" (AUGÉ, 1997, p. 14). Em sua obra "Por uma antropologia dos mundos contemporâneos", ele problematiza as relações entre essas duas disciplinas e afirma que a distinção entre elas reside na natureza de seus objetos, ou seja, a Antropologia se ocuparia com o estudo presente de sociedades longínquas, situando-se no espaço e não no tempo; todavia, a História se inteiraria

do passado de sociedades não muito remotas, relacionando-se com o tempo – "[...] o antropólogo tem suas testemunhas à mão, o que não é o caso do historiador, e o historiador conhece a continuidade da História, o que não é o caso do antropólogo" (AUGÉ, 1997, pp. 12-14). Tal circunstância, além de não comprometer a relação de proximidade cotejada por Augé ainda favorece o diálogo interdisciplinar, pois, "o espaço da Antropologia é necessariamente histórico, já que é precisamente um espaço dominado por grupos humanos, ou seja, um espaço simbolizado. Tal simbolização, [...] é fato em todas as sociedades humanas" (AUGÉ, 1997, p. 14).

Assim, a cidade de Cesareia Marítima seria um espaço histórico e um ambiente simbolizado que foi reorganizado a partir da execução do *plano urbanístico* do rei Herodes. A urbanização da cidade tornou legível aos indivíduos que nela circulavam uma série de esquemas organizadores, referências ideológicas e intelectuais que ordenavam o social. "Essa simbolização do espaço […] era ao mesmo tempo uma matriz intelectual, uma constituição social, uma herança e a condição primordial de toda história, individual ou coletiva [...]" na cidade (AUGÉ, 1997, p. 15). De tal forma que, em Cesareia, *identidade*, relação e história permaneciam imbricadas (AUGÉ, 1997, p. 14).

Segundo o antropólogo e etnólogo francês, essa constituição simbólica da cidade, bem como, da sociedade que a compõe, fornece um sentido para história e reintegra o fato histórico na sua estrutura. Augé faz uso do termo "etno-história" para se referir à pretensão dos etnólogos de compreenderem a concepção que sociedades como a formada pelas diversas comunidades multiculturais da cidade de Cesareia Marítima no século I a.C. tinham de sua história (AUGÉ, 1997, p. 18).

Uma *etno-história* da cidade de Cesareia Marítima, então, se ocuparia com dois objetivos: 1) problematizar a história real dessa sociedade, verificando a qualidade e credibilidade dos registros históricos, conjugando tradição sociocultural oral e documentos; 2) questionar a modalidade de memória, interrogando silêncios, esquecimentos, distorções e sistema ideológico para cotejar o grau de historicidade desses registros. Tais objetivos nos aproximam da problemática levantada por Marc Augé sobre a concepção de *próximo* e *distante* para etnólogos, antropólogos e historiadores, em sua obra "Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade".

Augé afirma que a Antropologia sempre foi uma ciência do aqui e agora. Segundo ele, o etnólogo em exercício "é aquele que se encontra em algum lugar (seu aqui do momento) e que descreve aquilo que observa ou escuta naquele momento mesmo" (AUGÉ, 2007, p. 14). Assim, o contato direto com seu objeto de estudo permite ao etnólogo sempre questionar a

qualidade de sua observação e as intenções, os preconceitos e outros fatores que condicionam a produção de sua obra. Em contrapartida, diferentemente do etnólogo, o antropólogo teórico recorre a testemunhos e campos nos quais não está diretamente inserido, necessitando do testemunho de etnólogos para exercer seu ofício.

De maneira similar, os historiadores recorrem à interpretação de fontes indiretas, explorando documentos históricos, o que por si só já o distinguiria o trabalho do antropólogo do ofício de historiador, pois, "tudo o que afasta da observação direta do campo afasta, também, da antropologia, e os historiadores que têm interesses antropológicos não fazem antropologia", diz Augé (2007, p. 14). Assim, o antropólogo francês critica um tipo de abordagem antropológica que não se envolve diretamente com a observação do objeto de estudo, ainda que seja resultado de um diálogo interdisciplinar. Logo, fica evidente que o contato com os vestígios arqueológicos da cidade de Cesareia Marítima, o acesso aos relatórios de escavação, a possibilidade de se visitar o sítio arqueológico de Caesarea National Park, apesar de não nos colocarem em contato direto com as comunidades multiculturais que se domiciliavam na cidade no século I a.C., nos permitem uma aproximação sociocultural com nosso objeto de estudo através do contato com a materialidade, colocando a Antropologia e a História em uma relação de proximidade.

Diferentemente da primeira obra citada, na qual Marc Augé usa o termo "etno-história" para caracterizar o processo de aproximação entre a Etnologia e a História, aqui ao tratar da abordagem antropológica o antropólogo e etnólogo francês defende que a expressão "história antropológica" seria mais adequada que "antropologia histórica". Diferentemente do etnólogo, o antropólogo que tem interesses históricos não é contemporâneo do acontecido que relata, do enunciado e enunciante.

Segundo Marc Augé (2007, p. 18), a atividade do etnólogo de campo é aquela de agrimensor do social, manipulador de escalas, de comparatista. O etnólogo tem como objetivo confeccionar um universo significativo através da exploração e investigação rápida de universos intermediários ou consultando, como historiador, os documentos utilizáveis. Augé entende que a preocupação dos etnólogos os aproxima e os distingue dos historiadores quando estes são obrigados a se questionar sobre a representatividade dos casos que analisam recorrendo às noções de pistas, de indícios ou de excepcionalidade. Mas, para ele (2007, p. 19), os etnólogos sempre têm condições de ir mais além, pois, eles trabalham com o presente, todavia, são os historiadores que possuem a compensação de conhecer o que vem em seguida, conforme afirmamos anteriormente.

Logo, a abordagem teórico-metodológica da *etno-história* ou, por que não dizer, o olhar

da história antropológica ou antropologia histórica, evidencia que historiadores e antropólogos se encontram em uma relação de proximidade, pois:

> A pesquisa antropológica trata de todos os outros: o outro exótico, que se define em relação a um nós; o outro dos outros, o outro étnico ou cultural, que se define em relação a um conjunto de outros supostamente idênticos, a um ele, na maioria das vezes, resumido por um nome de etnia; o outro social: o outro do interior, com referência ao qual se institui um sistema de diferenças que começa pela divisão dos sexos, mas que define, também em termos familiares, políticos e econômicos, os respectivos lugares de uns e de outros, de modo que não é mais possível falar de uma posição dentro do sistema sem referência a um certo número de outros; o outro íntimo, que não se confunde com o precedente, que está presente no cerne de todos os sistemas de pensamentos, e cuja representação, universal, responde ao fato de que a individualidade absoluta é impensável: a hereditariedade, a herança, a filiação, a semelhança, a influência são categorias por meio das quais se pode apreender uma alteridade complementar e, mais ainda, constitutiva de toda individualidade (AUGÉ, 2007, p. 23).

Augé entende que a representação do indivíduo interessa a antropologia por ser uma construção social[41] e simular o vínculo social que lhe é consubstancial. O social, diz Marc Augé, começa com o indivíduo e, o indivíduo depende do olhar etnológico.

> A experiência do fato social total é duplamente concreta (e duplamente completa): experiência de uma sociedade precisamente localizada no tempo e no espaço, mas também de um indivíduo qualquer dessa sociedade. Só que o indivíduo não é qualquer um: ele se identifica com a sociedade da qual ele não passa de uma expressão (AUGÉ, 2007, p. 25).

Dialogando com Marcel Mauss, Marc Augé (AUGÉ, 2007, p. 26) afirma que uma individualidade (o habitante da cidade) sempre é expressão de uma cultura (de um *microcosmo social*, uma comunidade), ela própria, considerada como um todo (inserida em um *macrocosmo social*), pois, assim como as culturas não se constituem totalidades acabadas, os indivíduos não possuem identidades absolutas, simples e substanciais, tanto no plano coletivo quanto no individual. A sociedade de Cesareia Marítima se trata de uma organização concreta e, ao mesmo tempo, representação. A ordem social transcende a mera disposição geográfica.

A Antropologia teria como objeto fundamental a relação estabelecida entre a organização (concreto) e a representação (simbólico). A organização do espaço somente faz sentido para aqueles indivíduos que têm uma relação sociocultural preestabelecida com ele –

[41] Ao cotejar a multiplicidade da alteridade dos sistemas ritualísticos, o antropólogo e sociólogo francês Marc Augé conceitua três tipos de alteridade: a *alteridade completa* (a do estrangeiro); a *alteridade interna* ou *alteridade social* que se vincula ao sistema de diferenças sociais previamente instituídas e se expressa inevitavelmente na organização e utilização do espaço. Essas duas *alteridades* se diferenciam do que Augé chama de *alteridade íntima* que seria "aquela que atravessa a pessoa de cada indivíduo" (AUGÉ, 1999, pp. 138-139). Para Augé, o indivíduo é composto. Não existe a menor possibilidade de se conceber a identidade sem a alteridade.

"a natureza e a cultura, o individual e o social referem-se a uma ordem já dada [...]" (AUGÉ, 1975, p. 7). Na concepção de Augé (2007, p. 45), a cidade de Cesareia Marítima enquanto espaço organizado, seja pelo olhar etnológico ou antropológico, é o que exprime a *identidade* das comunidades nela domiciliadas e define o que estas devem defender contra as ameaças culturais externas e internas para que a linguagem da *identidade* conserve seu sentido. Pois, a construção e preservação da *identidade* de um grupo além de exigir um bom domínio de suas tensões internas, passa pelo reexame constante do bom estado de suas fronteiras interiores e exteriores.

Logo, ninguém duvida da realidade do lugar comum, dos poderes que o ameaçam ou o protegem; ou ignora a realidade dos outros grupos com suas singularidades ou a necessidade de interagir. Todavia, é um grande perigo identificar aqueles a quem se estuda apenas através do espaço, pois, as fronteiras socioculturais sempre serão fluidas, conforme afirmamos anteriormente ao falarmos sobre cidade, *etnocidade* e multiplicidade.

Dialogando com Marcel Mauss e Levi Strauss, Augé analisa a noção de *fato social total*. Segundo ele, a totalidade do *fato social* "remete a duas outras realidades: à soma das diversas instituições que entram em sua composição, mas também ao conjunto das diversas dimensões em relação às quais se define a individualidade de cada daqueles que o vivem e dele participam" (AUGÉ, 2007, p. 48)[42]. Para Marcel Mauss, o *fato social total* é o *fato social* totalmente percebido cuja interpretação está integrada a visão que pode ter dele qualquer indivíduo que o vive. Logo, é preciso integrar à análise do *fato social total* aquela do indivíduo qualquer da sociedade.

> No campo ideal do etnólogo (o das sociedades "arcaicas ou atrasadas"), todos os homens são médios (poderíamos dizer representativos), a localização no tempo e no espaço é aí, portanto, fácil de efetuar: ela vale para todos, e a divisão em classes, as migrações, a urbanização, a industrialização não vêm reduzir suas dimensões e confundir sua leitura (AUGÉ, 2007, p. 49).

Assim, pode-se dizer que todo lugar na cidade de Cesareia que figurava como centro de um espaço social como, por exemplo, o teatro, anfiteatro, hipódromo, as termas, o fórum, os templos e toda infraestrutura urbana planejada por Herodes para conjugação do binômio identidade/alteridade, servia como ponto de interseção entre as diferentes *paisagens culturais* de Cesareia Marítima e interligava temporariamente as diversas comunidades culturais nela domiciliadas em uma área de convivência comum. Essa interligação, por sua vez, minimizava

[42] Essa concepção da totalidade do fato social nos remete diretamente a abordagem da nova História Política defendida por Susan Pedersen e Xavier Gil Pujol, conforme mencionamos anteriormente.

os enfrentamentos socioculturais entre judeus, *judeanos* e romanos e, ainda, possibilitava a importação/exportação de elementos culturais entre essas comunidades, através dos indivíduos que circulavam por esses espaços e depois retornavam para seu grupamento cultural de origem, transformando-o em uma comunidade multicultural.

A construção desses espaços ou áreas de convivência comum foi planejada por Herodes para gradativamente movimentar a identidade dos indivíduos da Judeia rumo à pluralidade cultural romana. Augé compreende que a relação que os habitantes da cidade mantinham com esses espaços (locais de trânsito, transporte, lazer, comércio etc.) estava diretamente ligada ao que eles faziam nessas áreas de convivência comum temporária. Logo, a *identidade* que esses indivíduos conjugavam nesses pontos de interseção estava revestida de uma fluidez mais latente do que aquela que emergia de sua *paisagem cultural* de origem.

Assim, embora não totalmente distinta da original, a *identidade* vinculada ao espaço de convivência comum, aos pontos de interseção da cidade, se tratava de uma *identidade interseccional*[43]. E é exatamente aqui que começamos a nos aproximar de outra área de conhecimento científico: a Geografia Cultural.

2.3 **Entre geógrafos, historiadores e antropólogos: a dimensão material e não material da cultura como parte integrante da espacialidade humana na cidade de Cesareia Marítima**

> O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura nem em descrever completamente padrões de comportamento humano, mesmo quando afetam a superfície da Terra, mas em avaliar o potencial técnico de comunidades humanas para usar e modificar seus *habitats*. Para realizar tal avaliação, a geografia cultural estuda a distribuição, no tempo e no espaço, de culturas e elementos das culturas.
> *Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell*

Os geógrafos Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa endossam um modelo de abordagem geográfica que une geógrafos, historiadores e antropólogos em torno da concepção

[43] Conceito Autoral III - Entendemos por *Identidade Interseccional* aquela que quando vinculada à intersecção entre as paisagens culturais interliga temporariamente as diversas comunidades culturais em uma área de convivência comum que minimizava os enfrentamentos socioculturais e possibilita a importação/exportação de elementos culturais entre essas comunidades, através dos indivíduos que circulavam por esses espaços e depois retornavam para sua comunidade cultural de origem, movendo-se gradativamente para assimilação da pluralidade.

de que a cultura possui uma dimensão material e uma proporção não material que, além de serem portadoras de significados e significantes, são partes integrantes da espacialidade humana (ROSENDHAL, 2011, pp. 13-14).

Conforme observamos anteriormente – quando transitamos pelos limes da *política* e do *político* e ainda versamos sobre a relação intrínseca estabelecida entre o tempo antropológico e o espaço histórico na cidade de Cesareia Marítima, as fronteiras do campo político e as demarcações socioculturais são fluidas. Logo, se a conversa com a Antropologia Histórica nos ajuda a conceber a cidade de Cesareia como um *lugar antropológico* para judeus, *judeanos* e romanos, bem como, os indivíduos que nela circulavam como uma construção social e, os grupamentos ali organizados, como comunidades políticas multiculturais que, assim como esses indivíduos, encontravam sua expressão espacial materializada no processo de urbanização da cidade, o diálogo interdisciplinar com a Geografia Cultural viabiliza a expansão da análise da cidade enquanto *espaço simbólico,* a partir de conceitos oriundos dessa área de conhecimento, como por exemplo, as concepções de *paisagem* e *área cultural* (já explicadas anteriormente), e as compreensões de *espaço sagrado*[44] e *espaço profano*[45].

Rosendhal e Corrêa explicam essa proposta de diálogo interdisciplinar a partir do desenvolvimento histórico da Geografia Cultural. Segundo eles, essa área de conhecimento passou por dois momentos históricos significativos. O primeiro momento iria desde o seu surgimento até a década de 1970, no qual predominou a geografia cultural saueriana, representada posteriormente pela chamada Escola de Berkeley. O segundo período se referiria ao processo de renovação que ocorrera nos anos seguintes e, como em outras áreas de conhecimento, permaneceu vinculado ao contexto da chamada "virada cultural" no início da década de 1980 (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, pp. 10-13).

> A dimensão cultural da sociedade estava presente na geografia europeia do final do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX. A paisagem cultural centralizava o interesse pela cultura a partir do fato de ela ser entendida como o resultado da ação humana alterando a paisagem natural. Em realidade, toda ação humana alterando a natureza produzia cultura. O gênero da vida, o resultado das

[44] Segundo Zeny Rosendhal, "constitui-se naquele espaço ao redor do espaço sagrado. Em relação ao espaço profano aplicam-se as interdições aos objetos e coisas que estão vinculadas ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada. Através da segregação que o sagrado impõe a organização espacial, identifica-se o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado. O comércio e o lazer, nas hierópolis, estão nos espaços profanos" (ROSENDHAL, 1996, p. 81).

[45] Segundo Zeny Rosendhal, "constitui-se naquele espaço ao redor do espaço sagrado. Em relação ao espaço profano aplicam-se as interdições aos objetos e coisas que estão vinculadas ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada. Através da segregação que o sagrado impõe a organização espacial, identifica-se o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado. O comércio e o lazer, nas hierópolis, estão nos espaços profanos" (ROSENDHAL, 1996, p. 81).

> complexas relações envolvendo um dado grupo social e a natureza, concebido como expressão e condição social, constitui-se em outro foco central do interesse dos geógrafos interessados em compreender a diversidade espacial (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 10).

Apesar dessa dimensão cultural da sociedade estar presente na geografia europeia desde o século XIX, Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa entendem que ela se trata de uma incorporação tardia entre os pesquisadores brasileiros, assumindo assim um grau de importância menor entre os geógrafos nacionais, em relação ao interesse de europeus e estadunidenses. Segundo eles, isso se deve ao fato de que na abordagem geográfica brasileira existe uma forte tradição empirista que, posteriormente, abrirá passagem para uma perspectiva crítica materialista, ao final da década de 1970 (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 9). Logo, nesses modelos de abordagem geográfica, apesar dos aspectos culturais estarem presentes, "a cultura foi, ou negligenciada, ou entendida segundo o senso comum, passando a ser vista como dotada de poder explicativo" independente e abrangente (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 9).

Parafraseando Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa poderia dizer que, assim como no caso do Brasil, "a heterogeneidade cultural [da cidade de Cesareia Marítima], fruto de longos, complexos e espacialmente diferenciados processos envolvendo sociedade e natureza, faz [dessa cidade] um excelente campo para estudos de geografia cultural" (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 10). Entretanto, apesar de adotar como objeto de estudo específico a dimensão cultural da sociedade, a Geografia Cultural não se confunde com a cultura propriamente dita. E, para fazer essa diferenciação, faz-se necessário compreender como se estabeleceu essa relação entre cultura, espaço e sociedade nos momentos históricos que serviram como pano de fundo para o desenvolvimento deste subcampo da Geografia.

Rosendhal e Corrêa entendem que a Geografia Cultural começou a se singularizar de fato a partir da obra de Carl Sauer. Segundo eles, a geografia saueriana estava enraizada no historicismo, enfatizava a diversidade cultural, apreciava o passado em detrimento do presente, bem como a contingência e a compreensão (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 10). O objeto experimental se tratava mais das sociedades tradicionais que das urbano-industriais. Posteriormente, a Escola de Berkeley, apesar de fundamentada em alguns princípios sauerianos, concentrou suas pesquisas na cultura, *paisagem cultural*, *áreas culturais*, história da cultura e ecologia cultural, conforme afirmam os geógrafos brasileiros em foco.

> Nestes temas incluíam-se estudos sobre os limites, contatos e mudanças culturais, difusão espacial, migrações, língua, religião, dieta alimentar, gênero de vida, nome dos lugares, tipos de casas, habita rural, domesticação de plantas e animais, sistemas agrícolas, regiões agrícolas, diversidade e unidade regional e impactos ambientais

> devido à ação humana (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, pp. 10-11).

Não demorou muito para que a Escola de Berkeley sofresse inúmeras críticas entre os geógrafos, mesmo aqueles de matriz saueriana. Este modelo de abordagem geográfica foi considerado como pouco pragmático e desprovido de uma crítica social consistente, devido a persistente luta de classes que emergia da dimensão sociocultural capitalista, conforme exigiam os geógrafos materialistas. Além dessas críticas externas, a dimensão material da cultura foi objeto de discussões internas, começando pelo próprio conceito de *cultura*.

Dialogando com J. Duncan em sua obra "The Superorganic in American Cultural Geography", Rosendhal e Corrêa afirmam que, segundo ele:

> [...] o conceito de cultura aceito por Sauer admitia-a como uma entidade supra orgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia. A cultura era assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um dado grupo social; sua internalização se faz por mecanismo de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura. [...] Nesta visão de cultura não havia conflitos, predominando o consenso e a homogeneidade cultural. Nesta perspectiva, os processos de mudança se realizariam a partir de forças externas, por intermédio do processo de difusão de inovações e não em função de contradições (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 11).

Conforme afirmamos anteriormente, as décadas de 1980 e 1990 serviram como cenário para uma renovação da Geografia Cultural. Isso aconteceu devido às diversas mudanças ocorridas no panorama mundial que promoveram a aproximação das diversas áreas das ciências humanas da dimensão cultural dos processos coletivos. Mudanças na economia mundial, fim da Guerra Fria, ampliação dos fluxos migratórios, movimento ecológico, novas formas de ativismo social, uma nova compreensão do mundo, estão listados entre os fatores que, segundo Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa, contribuíram para a renovação da Geografia Cultural que passou a dialogar com áreas de conhecimento afins e redefiniu o conceito de cultura (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 12). Agora, a cultura seria definida como:

> [...] um reflexo, uma mediação e uma condição social. [Ela] não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada. [...] é o conjunto de saberes, técnicas, crenças e valores, este conjunto, entretanto, é entendido como sendo parte do cotidiano e cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classes (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 13).

Com isso, a cultura passou a ter um sentido político e serviu de adjetivo para termos como "hegemonia", "política" e "produção". Palavras como "significado", "imaginação", "representação", "simbólico" também serão tonificadas, se adequarão à perspectiva geográfica e contribuirão para o estabelecimento de um diálogo interdisciplinar a fim de apreender a ação humana sobre a superfície terrestre.

> Nesses caminhos podem ser considerados tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não material, o presente e o passado, objetos e ações em escala global, regional e local, tanto aspectos concebidos como vivenciados, espontâneos como planejados, aspectos objetivos e intersubjetivos. O que os une em torno da geografia cultural é que esses aspectos são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, pp. 13-14).

Aqui começamos a compreender o sentido, a natureza o objeto da Geografia Cultural. Em sua obra "Geografia Cultural", Carl Ortwin Sauer levantou uma problemática em torno da definição de "geografia". Segundo ele, aproximação entre a cultura e a Geografia se dá de diversas formas e com variadas finalidades como, por exemplo, a de compreender a relação estabelecida entre o homem e a natureza, geralmente no sentido de adaptação dele ao meio físico, bem como, a de apreender os elementos da cultura material que dão sentido sociocultural para uma área específica. Sauer classifica a primeira abordagem (da relação homem natureza) como Geografia Humana e, a segunda, como Geografia Cultural. Todavia, essas duas abordagens não representam polaridades fugidias, mas, sim, singularidades complementares (SAUER, 2011, pp. 19-20).

> [...] O homem deve ser considerado diretamente como um agente geomorfológico, já que vem alterando cada vez mais as condições de denudação e de colmatação da superfície [...]. Toda geografia é, com propriedade e segundo este ponto de vista, geografia física, não porque o trabalho humano esteja condicionado pelo meio, mas porque o homem por si mesmo, é objeto indireto da investigação geográfica, confere expressão física à área com suas moradias, seu lugar de trabalho, mercados, campos e vias de comunicação. A geografia cultural se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica. A área cultural constitui assim um conjunto de formas interdependentes e se diferencia funcionalmente de outras áreas (SAUER, 2011, p. 22).

Assim sendo, para Carl Sauer, cabe ao geógrafo cultural mapear os vestígios de utilização humana da terra, associando-os ao seu universo sociocultural, para em seguida agrupá-los em associações genéticas, descrevê-los desde suas origens e sintetizá-los em sistemas comparativos de áreas culturais (SAUER, 2011, p. 23). Logo, diz Sauer, "a geografia cultural procede necessariamente da reconstrução das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente" (SAUER, 2011, p. 23).

Como se pode perceber, apesar de seu objeto de análise se relacionar diretamente com o que Rosendhal e Corrêa chamam de dimensão cultural da sociedade, na concepção saueriana a Geografia Cultural se distingue da cultura propriamente dita. Como qualquer outro campo da Geografia, ela vislumbra como objetivo central o entendimento da diferenciação da Terra em áreas. A Geografia Cultural, apesar de distinta, continua o seu diálogo com a Geografia Física através da necessidade de desenvolver uma análise morfológica. Quando se ocupa com as sucessivas alterações socioculturais que ocorreram em determinado recorte espaço-temporal,

ela mantém um diálogo amistoso com a História e com a Antropologia. Às vezes, a Geografia Cultural abarca os métodos intrínsecos da Geografia Histórica e Geografia Econômica. Tudo isso, com o objetivo de apresentar uma abordagem mais ampla sobre uma determinada área; em nosso caso, o ambiente citadino.

Resta-nos, então, compreender como o conjunto de temas característicos dessa área de conhecimento contribui para a análise sociocultural do *plano urbanístico* do rei Herodes aplicado à cidade de Cesareia Marítima no século I a.C., a partir do pressuposto de que a dimensão material e não material da cultura é parte integrante da espacialidade humana.

Os geógrafos culturais Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa especificam um conjunto de temas que contribuem para a compreensão da cidade de Cesareia Marítima através da análise da cultura em sua dimensão espacial. Seriam eles: a *paisagem cultural*, a *região cultural*, a religião e a *cultura popular*. Logicamente, esses temas também não se trata de polaridades fugidias e não são mutuamente excludentes. Eles em hipótese alguma se encerram em si mesmos e, na maioria das vezes se subdividem noutros assuntos igualmente interessantes para a Geografia Cultural.

Partindo do pressuposto de que a cidade de Cesareia Marítima se trata de uma forma espacial criada pela ação humana (em nosso caso específico pela intervenção urbanística de Herodes) pode-se afirmar que, ao adotar um plano urbanístico na cidade, o rei dos *judeanos* produziu *paisagens culturais* impregnadas de significados para as comunidades multiculturais que nela se domiciliavam e que podem ser objeto de análise do geógrafo cultural a fim de ultrapassar a mera abordagem morfológica (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 16).

Todavia, não se pode esquecer que o estudo de uma determinada *paisagem cultural* necessariamente não precisa se fundamentar na *paisagem geográfica*, ele também se faz com outros documentos que estejam à disposição de um analista, em nosso caso aqui, através da análise de discursos como o do historiador judeu Flávio Josefo, da biografia de Herodes de Nicolau de Damasco, do Tratado de Arquitetura de Vitrúvio, da obra "A Política" de Aristóteles, além de outros documentos textuais que nos permitem colocar em jogo o binômio documento/monumento e contribuem para o levantamento de uma *paisagem cultural* específica.

A religião seria outro tema interessante para uma abordagem geográfica cultural da cidade de Cesareia Marítima. Conforme afirmamos anteriormente, a cidade se tratava de uma *etnocidade.* E foi construída sobre um *local de gerações* que, por sua vez, gradativamente foi transformado em *lugar de memória*, um *lugar antropológico* para judeus, *judeanos* e romanos. O processo de urbanização de Cesareia converteu a cidade em um ambiente de diversidade

religiosa, com templos e estátuas com a fisionomia de deuses romanos, elementos socioculturais gregos, sírios, bem como, a prática de diversos cultos em que a espacialidade do sagrado e do profano, conforme a documentação textual evidencia, possuía formas e significados próprios para cada uma das comunidades envolvidas (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 17).

Mais uma temática que interessaria a Geografia Cultural seria a *cultura popular*. Quanto a isso, Rosendhal e Corrêa afirmam que "os significados das diversas práticas espaciais associadas ao cotidiano, envolvendo as coisas correntes, e as manifestações menos frequentes ou periódicas" (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, p. 17) precisam ser evidenciadas por uma abordagem geográfica cultural. No caso específico de Cesareia Marítima, os jogos romanos celebrados na cidade, as atividades desenvolvidas no hipódromo, teatro e anfiteatro, as manifestações políticas populares, as festividades, todas essas práticas eram portadoras de identidade, se inseriam em uma *paisagem cultural*, se relacionavam com o *lugar antropológico* e, consequentemente, encontravam uma expressão espacial; logo, interessaria também a Geografia Cultural.

Philipe L. Wagner e Marvin W. Mikesell avançam um pouco mais no debate em torno dos temas da Geografia Cultural e afirmam que ela:

> [...] compara a distribuição variável de áreas culturais com a distribuição de outros aspectos da superfície da Terra, visando identificar aspectos ambientais característicos de uma determinada cultura e, se possível, descobrir que papel a ação humana desempenha ou desempenhou na criação e manutenção de determinados aspectos geográficos. A geografia cultural distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo os feitos pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural, considerando-os com paisagens culturais, e procura origens na história da cultura (WAGNER; MIKESELL, 2011, pp. 27-28).

Assim, eles evidenciam cinco temas específicos para a Geografia Cultural. Seriam eles a *cultura*, *área cultural*, *paisagem cultural*, história da cultura e ecologia cultural. A dimensão cultural apresentada por Wagner e Mikesell impulsiona o analista para a coletividade a fim de se ocupar com as comunidades culturais que ocupam o mesmo espaço, bem como, as singularidades socioculturais dos indivíduos que compõem essas comunidades (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 28).

O *plano urbanístico* de Herodes para Cesareia Marítima evidencia que os habitantes e transeuntes da cidade se comunicavam entre si por meio de símbolos. Essa comunicação foi facilitada pelo rei dos *judeanos* a fim de mover simbolicamente as comunidades culturais para a reciprocidade (circularidade cultural), o que gradativamente minimizaria enfrentamentos, pois:

> Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado. Inversamente, grandes diferenças em pontos de vista e atividades geralmente refletem a ausência de símbolos e língua comuns (WAGNER; MIKESELL, 2011, pp. 28-29).

Se todas essas atividades estão assentadas em um espaço concreto, a urbanização da cidade de Cesareia Marítima operacionalizou simbolicamente a reciprocidade sociocultural entre as comunidades nela domiciliadas. Os elementos condutores dessa troca simbólica no interior da cidade eram os habitantes que difundiam a cultura enquanto circulavam pelas diversas *paisagens culturais* planejadas por Herodes. Essa difusão ocorria tanto nos limites da cidade quanto nas demais *áreas culturais* de seu reino, sem prejuízo do contato deste com um universo sociocultural maior: o Império Romano (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 29).

Wagner e Mikesell também evidenciam a importância da língua como meio de se facilitar a reciprocidade cultural. Na cidade de Cesareia poderíamos mencionar pelo menos 3 idiomas contemporâneos[46] a fundação da cidade: o aramaico, língua nativa das comunidades judaicas; o grego, o idioma mais popular e provavelmente aquele utilizado no fórum e no porto; e o latim que se tratava de uma língua jurídico-administrativa. Essa diversidade linguística não parecia favorecer muito o deslocamento sociocultural planejado por Herodes. No entanto,

> Uma cultura pode, certamente, abranger ou sobrepor diversos grupos linguísticos diferentes, desde que seja mantido algum tipo de equivalência entre os sistemas simbólicos coexistentes; da mesma forma um grupo linguístico pode ser dividido entre diversas culturas diferentes (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 29).

Além disso, as palavras de uma língua sempre acompanham outros mecanismos de comunicação. Os indivíduos não se comunicam ou significam apenas através de palavras. A cultura significa e ressignifica tudo, todas as ações. Assim sendo, como o rei dos *judeanos* resolveria esse entrave linguístico em uma cidade marcada pela diversidade sociocultural e linguística? A resposta parece simples: através da espacialidade, do planejamento de *paisagens culturais*, da construção de *lugares antropológicos*, sem desconsiderar os itinerários, eixos ou caminhos que conduzem a locais onde os habitantes se encontram e se reúnem; da adoção de um plano urbanístico que não ignora os lugares de intercâmbio econômico, os centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos, nos quais se definem os espaços de fronteira ou se estabelecem a relação entre *identidade* e *alteridade,* conforme afirmamos acima

[46] Como idiomas mais longínquos teriam o hebraico, o fenício e o siríaco.

(AUGÉ, 2007, pp. 54-55).

Como observamos anteriormente, os vestígios arqueológicos deixados pelos povos que circulavam pela *Judeia* do século I a.C. indicam que Herodes seguiu um *plano urbanístico* que ultrapassou a geografia física para associar a delimitação concreta *de áreas culturais* à construção simbólica de *lugares antropológicos* para os indivíduos que ali circulavam. O diálogo com a Geografia Cultural nos permite investigar a distribuição de características culturais em Cesareia Marítima a fim de reconhecer e delimitar a cidade enquanto *área cultural*.

Wagner e Mikesell definem as *áreas culturais* como sendo os "territórios habitados, em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas" (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 32). Segundo eles, não há uniformidade absoluta em determinada *área cultural*, mas, sim, uma similaridade relativa que possui diferentes formas de manifestação. Como a cidade de Cesareia foi urbanizada para atender as singularidades culturais das comunidades ali estabelecidas, a análise do *plano urbanístico* de Herodes Magno, nos coloca em contato direto com o problema locacional básico da Geografia Cultural, ou seja, a distribuição espacial de judeus, *judeanos* e romanos na cidade, bem como, a comunicação das singularidades culturais através da utilização do espaço.

O diálogo com a Antropologia Histórica se estabelece quando Wagner e Mikesell afirmam que a Geografia Cultural conecta três partes comuns a toda geografia "pontos que servem como núcleos iniciais e centros culturais, linhas ou avenidas de disseminação e penetração cultural e áreas, contínuas ou descontínuas, de determinados tipos ou elementos da cultura" (WAGNER; MIKESELL, 2011, p. 32). Esses pontos variam de acordo com a história e, ainda, estão inseridos em um universo sociocultural mais amplo, ou seja, se conectam com regiões culturais mais amplas nas quais indivíduos e comunidades se deslocam e estabelecem uma hierarquia entre as áreas de acordo com as singularidades culturais.

> [...] O mundo e suas populações nunca se prestarão a um esquema único, exato, completo e cuidadosamente consistente de classificação ou regionalização. Não pode existir, para qualquer período da história, uma lista fixa e finita de áreas culturais e o mesmo pode ser dito a respeito de uma lista universal e explícita de todas as regiões naturais ou "geográficas" (WAGNER; MIKESELL, 2011, pp. 32-33).

Como se pode observar, Zeny Rosendhal, Roberto Lobato Corrêa, Sauer, Wagner e Mikesell entendem que há inúmeros caminhos a serem trilhados pelos geógrafos para dar inteligibilidade à ação humana sobre a superfície terrestre. A proposta de abordagem da Geografia Cultural une geógrafos, historiadores e antropólogos em torno da concepção de que os aspectos culturais são vistos como parte integrante da espacialidade humana.

Se o diálogo com a Antropologia Histórica nos ajuda a compreender a cidade de

Cesareia Marítima como *lugar antropológico*, os indivíduos que nela circulavam como uma construção social e as comunidades organizadas como multiculturais e políticas que assim como os indivíduos encontravam sua expressão espacial materializada no processo de urbanização da cidade, a Geografia Cultural aprofunda nossa análise sobre o espaço simbólico a partir de conceitos oriundos dessa área de conhecimento, como: a *paisagem cultural*, *área cultural*, *espaço sagrado* e *espaço profano*. E nesse sentido, Rosendhal e Corrêa nos ajudam a desvendar a cidade Cesareia Marítima enquanto *lugar antropológico* a partir da relação intrínseca entre:

- urbano e cultura;
- formas simbólicas e espaço;
- festas e espaço;
- espaço, política e religião. Agora, resta-nos saber se, além da espacialidade, os variados discursos sobre a cidade de Cesareia Marítima podem ser tratados como objeto sócio-histórico e linguístico.

2.4 **Entre analistas e historiadores: os discursos sobre a cidade de Cesareia Marítima como objeto sócio-histórico e linguístico**

> Analisar o discurso seria dar conta das relações históricas e práticas que estão vivas nele, explorando ao máximo os materiais, entendendo que são produções históricas e políticas, que suas palavras são construções e que a linguagem também é constitutiva de práticas. O discurso se produz em razão de relações de poder e traz consigo inúmeros saberes.
> *Michel Foucault*

Conforme observamos acima, quando através do diálogo interdisciplinar nos aproximamos a nova História Política da Geografia Cultural, os indivíduos que circulavam pela cidade de Cesareia Marítima no século I a.C. não se comunicavam ou significavam apenas através da língua. A diversidade sociocultural das comunidades estabelecidas na cidade não favorecia a *circularidade cultural* ou o deslocamento sociocultural planejado por Herodes. No entanto, não se pode desconsiderar que, em maior ou menor escala, as palavras de uma língua sempre trabalham a favor a reciprocidade cultural; principalmente se esta for essencial para utilização e domínio de um espaço concreto.

Logo, a diversidade sociocultural da cidade de Cesareia Marítima, a construção de *lugares antropológicos*, a delimitação de *áreas*, bem como, as múltiplas *paisagens culturais*

planejadas pelo rei Herodes proporcionaram aos habitantes e transeuntes da cidade a real possibilidade de mobilizar uma série de signos que foram materializados nos diversos discursos sobre a fundação, urbanização e *modus vivendi* na cidade de Cesareia Marítima. A análise desses discursos nos permite ampliar o olhar sobre o *plano urbanístico* de Herodes e colocar em jogo mais uma vez *espaço concreto* e *espaço simbólico*, materialidade e representatividade.

A linguista Eni Puccinelli Orlandi (2003, p. 15) afirma em sua obra "Análise de discurso: princípios e procedimentos" que há uma diferença básica entre o trabalho dos linguistas e dos gramáticos. Segundo ela, o linguista tem como objeto de estudo a língua enquanto sistema de signos ou de regras formais, porém, o gramático se ocupa mais com as normas do bem dizer. Logicamente, as duas áreas não são mutuamente excludentes, mas, sim, complementares. E, apesar da existência de certa singularidade em seus objetos, tanto a Linguística quanto a Gramática precisam ser contextualizadas e compreendidas dentro de um recorte historiográfico específico, pois, há muitas maneiras de significar.

O reconhecimento da existência de uma diversidade de signos, bem como, a averiguação das diferentes formas de interpretação que acompanham os indivíduos através do tempo e espaço, aproximou os estudiosos de uma nova forma de se debruçar sobre a linguagem: a Análise de Discurso (ORLANDI, 2003, p. 15).

A palavra "discurso" deriva do termo latino *discursus* e se trata do particípio passado de *discurrere*, que por sua vez significa literalmente "correr ao redor". No sentido metafórico, pode significar também "lidar com um assunto por vários pontos de vista". Essa é a mesma concepção de Eni Orlandi quando ressalta que, etimologicamente, além do sentido denotativo de "curso", "percurso" ou "correr por", a palavra "discurso" também traz consigo o sentido conotativo de "movimento". Logo, no entendimento de Orlandi a ideia de discurso está diretamente relacionada à "palavra em movimento", à prática da linguagem na qual estão envolvidos *sujeitos locutores*[47] e *interlocutores*[48], *relações de forças e sentidos*, *formações imaginárias*[49], *ilusões referenciais* e todo universo de *subjetividades* que circunscrevem essa

[47] Eni P. Orlandi (2003, p. 32) conceitua os *sujeitos locutores* como os emissores de discursos, entretanto, Orlandi entende que um dizer não é propriedade particular. Aquilo que foi dito noutro lugar também significa nas palavras dos locutores. O *sujeito locutor* diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem em seu discurso. Por isso, é fundamental recorrer ao interdiscurso para identificar discurso em sua *historicidade* e significância.

[48] Eni Orlandi (2003, pp. 21-22) conceitua os *sujeitos interlocutores* como os receptores ou aqueles a quem o *sujeito locutor* direciona seu discurso.

[49] Eni Puccinelli Orlandi conceitua as *formações imaginárias* como "as projeções que permitem ao analista passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos". O

movimentação.

Com a Análise de Discurso, diz Eni Orlandi, "observa-se o homem falando" (ORLANDI, 2003, p. 15) a fim de desvendar o *status* significativo da língua, quando esta é observada dentro de uma economia das trocas simbólicas, bem como, circunscrita em um universo sócio-histórico específico que serve como arcabouço para a conjugação do binômio identidade/alteridade. Assim sendo,

> A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto deslocamento e transformação do homem e da realidade em que ele vive (ORLANDI, 2003, p.15-16).

Ainda que o *material simbólico*[50] destes discursos seja diversificado, essa realidade sócio-histórica mencionada por Orlandi encontra uma expressão espacial na cidade enquanto lugar agregador dos mais variados discursos produzidos pelos indivíduos, conforme vimos anteriormente através da reflexão da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. O antropólogo e etnólogo francês Marc Augé também concorda com esse tipo de abordagem e afirma que todo discurso é resultado de interações sociais e se situa no tempo e no espaço. Para ele,

> A experiência do fato social, além de ser aquela de uma sociedade localizada no tempo e no espaço, é a de um indivíduo qualquer da sociedade. Tal indivíduo, apesar de não passar de uma expressão dessa sociedade, torna-se significativo porque com ela se identifica (AUGÉ, 2007, p. 25).

Considerando mais uma vez que o espaço da Antropologia é histórico e, o tempo da História, antropológico, percebe-se que não é somente o diálogo interdisciplinar entre a Geografia Cultural e a Análise de Discurso que contribui para um olhar mais abrangente sobre o *plano urbanístico* de Herodes Magno para a cidade de Cesareia Marítima. Como,

> [...] A Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2003, p. 16).

O diálogo entre História e Antropologia – duas áreas de conhecimento basilares para o trabalho

---

mecanismo imaginário, diz Orlandi, produz imagens dos sujeitos e do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2003, p. 40).

[50] Esse conceito se refere à forma como o texto se apresenta. Eni Orlandi entende que ser escrito ou oral não muda a definição de um texto, pois, embora cada um deles signifique de modo específico particular suas propriedades materiais, ambos são considerados textos. Orlandi observa que não é a organização linguística do texto que interessa ao analista do discurso, mas, sim, como "o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo" (ORLANDI, 2003, p. 69).

daquele se predispõe a analisar discursos, é fundamental para que o objeto de estudo da Análise de Discurso seja concebido a partir de sua historicidade. E, essa concepção deve levar sempre em consideração as *condições de produção* da linguagem, o contexto histórico-sociológico-cultural que serviu como pano de fundo para determinada prática discursiva.

Não há como desvendar essas *condições de produção* sem que o analista coloque o discurso em contato com a sua exterioridade.

> [...] Os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística. Em consequência, não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam (ORLANDI, 2003, p. 16).

Com isso, a Análise de Discurso põe em jogo os problemas, métodos e técnicas de outras áreas de conhecimento como, por exemplo, da Geografia, História, Antropologia e Linguística a fim de desvendar como a "a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua" (ORLANDI, 2003, p. 16). Aliás, se os discursos são produções históricas e políticas, bem como, se reproduzem em razão das relações de poder, conforme disse Michel Foucault (1996, p. 133), pode-se dizer que não há discurso sem ideologia. Pelo menos, essa também é a concepção de Eni Orlandi ao afirmar que "a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é língua" (ORLANDI, 2003, p. 17). Logo, analisar discursos significa conjugar o trinômio língua/discurso/ideologia. E, a língua somente faz sentido quando esse trinômio é observado como um fenômeno interdependente do *sujeito*.

As considerações acima elencadas nos conduzem a problemática em torno da distinção entre a Análise de Conteúdo[51] e a Análise de Discurso. Eni Puccinelli Orlandi afirma que aquela se ocupa com o que um texto[52] quer dizer, ela busca um sentido naquilo que foi dito, todavia, a Análise de Discurso, partindo pressuposto de que a linguagem não é transparente, objetiva evidenciar como um texto significa; ou seja, uma se preocupa com o "o quê", enquanto a outra se ocupa com o "como". Logo, o analista de discurso considera o texto em sua materialidade

[51] Durante a análise documental para produção deste trabalho também utilizamos a Análise de Conteúdo como procedimento metodológico para leitura de alguns documentos. Aliás, a Análise de Discurso também contempla uma análise de conteúdo, principalmente quando se ocupa com o dito e as formas de dizer.

[52] Um texto é maioritariamente um conjunto organizado de palavras, que formam frases, que formam parágrafos, que formam o próprio texto. Essa unidade estruturada apresenta um sentido completo e tem um objetivo comunicativo. O conceito de texto, contudo, tem vindo a ser alargado ao longo do tempo, abrangendo não só textos escritos e verbais, como também textos orais e visuais. O mais importante é que haja uma intenção comunicativa definida e que apresente um sentido completo (https://www.normaculta.com.br/texto-o-que-e-um-texto/).

própria e significativa, isto é, em sua *discursividade* (ORLANDI, 2003, pp. 17-18).

Assim sendo, a Análise do Discurso traz em si os seguintes pressupostos:

> A língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma [...]; a história tem seu real afetado pelo simbólico [...]; o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam (ORLANDI, 2003, pp. 19-20).

Com isso, Orlandi evidencia a relação de parentesco estabelecida entre a Análise de Discurso, a Psicanálise, a Linguística e o Materialismo Histórico. Apesar dessa relação intrínseca, a Análise de Discurso problematiza o trinômio historicidade[53]/simbolismo/ideologia continuamente, pois, "as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós" (ORLANDI, 2003, p. 20). Assim, não há como dissociar o sentido da linguagem das suas *condições de produção* ou da sua perspectiva discursiva que, por sua vez, obrigatoriamente se inscreve na história através de um recorte espaço-temporal específico (ORLANDI, 2003, p. 25).

Os diversos discursos sobre a vida do rei Herodes, bem como, as narrativas sobre a fundação, urbanização, relações socioculturais e políticas estabelecidas na cidade de Cesareia Marítima se inscrevem em um recorte espaço-temporal específico. Esses discursos se relacionam diretamente com o processo de constituição dos *sujeitos* envolvidos no processo discursivo, sejam eles discursos verbais como, por exemplo, aqueles que Flávio Josefo, Nicolau de Damasco, Vitrúvio, Aristóteles, Suetônio e Augusto nos legaram, ou discursos não verbais como aquele materializado através da organização espacial planejada pelo rei dos *judeanos*.

Todos esses discursos significam em nós e para nós. Eles estão carregados de sentidos que não podem ser apreendidos à margem das *condições de produção*, das *subjetividades*, dos seus *condicionantes linguísticos*, da sua *historicidade* e da *ideologia* a eles inerentes. E o diálogo interdisciplinar favorece uma abordagem discursiva mais abrangente, sob a pena de comprometer o trabalho do analista de discurso. Como ele próprio está envolvido na interpretação, a adoção de um dispositivo teórico é fundamental para o analista (ORLANDI, 2003, p. 27).

Segundo Eni Orlandi,

> A Análise de Discurso se constitui no espaço em que a Linguística tem a ver com a Filosofia e com as Ciências Sociais. Em outras palavras, na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história (ORLANDI, 2003, p. 25).

---

[53] Eni Orlandi (2003, p. 68) concebe a *historicidade* como acontecimento do texto como discurso, a trama de sentidos nele que, por sua vez, sempre está ligada a história externa.

Entretanto, um dispositivo teórico não pode ser confundido com uma "chave" hermenêutica, pois, na Análise do Discurso o que se enfatiza são o método e a construção desse dispositivo e, não, uma verdade oculta atrás da documentação (ORLANDI, 2003, p. 26).

Assim sendo, Orlandi distingue *inteligibilidade*, *interpretação* e *compreensão*. A *inteligibilidade* está ligada ao sentido da língua; a *interpretação*, a relação entre esse sentido, o *co-texto* e o *contexto imediato*; e a *compreensão*, ao saber de como um objeto produz sentidos (ORLANDI, 2003, p. 26). O analista, em vez de buscar comprovação de uma verdade, deve desvendar e compreender os gestos de interpretação que a constituem, pois,

> [...] Os sentidos não estão apenas nas palavras, nos textos, mas na relação com a exterioridade, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos [...]. Os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esse sentido tem a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele (ORLANDI, 2003, p. 30).

Logo, se um determinado discurso possui uma filiação de dizeres[54], o diálogo interdisciplinar nos permite conectar o *discurso urbano materializado* de Herodes Magno ao "Tratado de Arquitetura" de Vitrúvio, bem como, à obra "A Política" de Aristóteles. Os vestígios arqueológicos da cidade de Cesareia Marítima evidenciam que o rei dos *judeanos* não só partilhou das concepções gregas (helenísticas) e romanas sobre *civitas* e *politeía*, mas, também, adotou alguns elementos arquitetônicos característicos dessas culturas a fim de promover uma organização espacial que servisse como *lugar antropológico* para os indivíduos que se identificavam com essas comunidades culturais e transitavam diariamente pela cidade. E, não somente isso, o diálogo interdisciplinar também nos possibilita cotejar a *intertextualidade*[55], *memória discursiv*a[56] e a *formação imaginária* de todos os discursos verbais sobre Herodes,

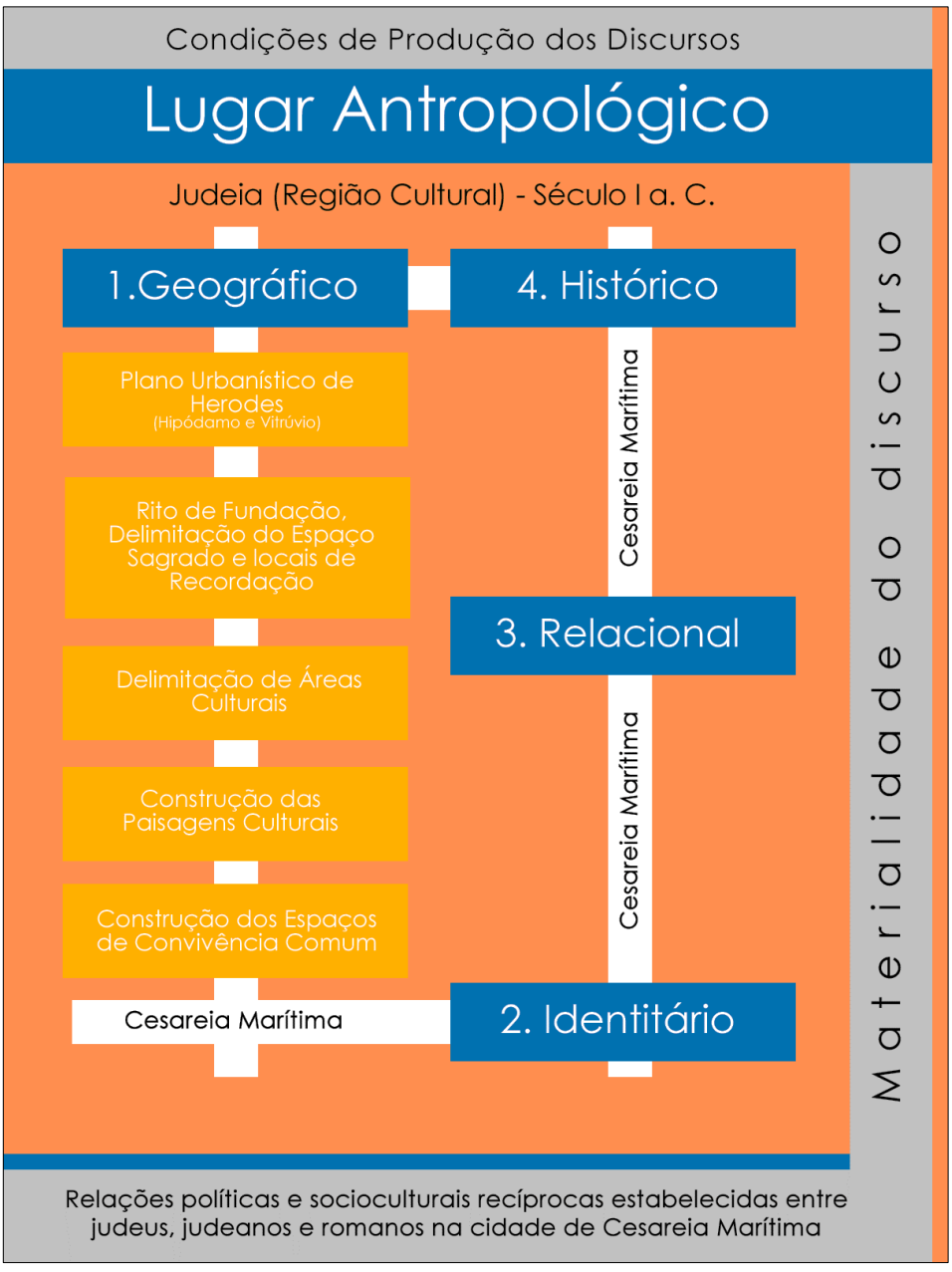
[54] A Análise de Discurso nos permite remeter o discurso a toda uma filiação de dizeres, a uma *memória*, a sua *historicidade* e significância que demonstram seus compromissos políticos, sociais e religiosos, além de suas relações socioculturais.

[55] O *interdiscurso* é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. O *intertexto* se restringe à relação de um texto com outros textos. Os dois mobilizam *relações de sentidos*. Mas, o esquecimento é estruturante apenas para o *interdiscurso*, diz Eni Orlandi (ORLANDI, 2003, pp. 30-34).

[56] Eni Orlandi trata a *memória discursiva* como *interdiscurso*, ou seja, "o discurso não é singular, ele apresenta indícios do que se fala antes, em outro lugar, do já-dito que está na base do dizível e sustenta cada tomada de palavra. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm efeito sobre o discurso" (ORLANDI, 2003, p. 31). "O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo

acessando as suas escolhas políticas, relações socioculturais e *plano urbanístico* adotado para a cidade de Cesareia Marítima.

Figura 4 – Exemplo de nossa abordagem teórica: diálogo interdisciplinar entre História Política, Antropologia Histórica e Geografia Cultural[57]



como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. [...] Todos os sentidos já dito por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que se diz" (ORLANDI, 2003, p. 31).

[57] Organograma desenvolvido pelo autor.

Todas as possibilidades acima elencadas nos conduzem ao que a linguista Eni Puccinelli Orlandi chama de *condições de produção* e evidenciam que os discursos sobre a cidade de Cesareia Marítima, sejam eles verbais ou não-verbais, se trata de objetos sócio-históricos e linguísticos que podem ser apreendidos pelo analista. A Análise de Discurso já nasceu circunscrita por um ambiente de interdisciplinaridade. Resta-nos, então, antes de se debruçar sobre a cidade propriamente dita, conhecer o seu idealizador, pois, assim, entraremos em contato com sistema ideológico que desencadeou a fundação e se materializou no processo de urbanização da cidade. No próximo capítulo trataremos de Herodes Magno, o rei dos *judeanos*.

3 DOS LUGARES DISCURSIVOS AO LUGAR ANTROPOLÓGICO: HERODES MAGNO E OS ESPAÇOS DISCURSIVOS DO MUNDO ANTIGO

> No encontro contraditório entre pessoas e coisas, os signos são passíveis de serem retomados pelos poderes originais de sua criação, ou seja, pela consciência simbólica humana.
> *Marshall Sahlins*

Se, no capítulo anterior, nos ocupamos com a proposta de apreensão das relações políticas e socioculturais estabelecidas entre as diversas comunidades culturais domiciliadas na cidade de Cesareia Marítima, através de um diálogo interdisciplinar, neste capítulo iniciaremos o *processo de identificação* do *discurso*, a partir da análise comparativa entre diversas narrativas e representações de Herodes Magno em documentações textuais que contribuíram para o estabelecimento de uma tradição contemporânea sobre a identidade do rei dos *judeanos* e as *condições de produção* que emergem da *paisagem discursiva* legada por Herodes na cidade de Cesareia.

Partimos do pressuposto de que, se quisermos compreender como a delimitação de *áreas culturais*, *espaço sagrado*, *espaço profano* contribuíram para o estabelecimento de relações socioculturais identitárias, históricas, recíprocas, ambíguas e ambivalentes entre os indivíduos que circulavam na cidade, nós precisaremos desvendar o *sujeito* que a idealizou e que posteriormente materializou um *discurso* sobre si mesmo através da execução de um *plano urbanístico* para a cidade de Cesareia Marítima.

Conforme afirmamos no capítulo anterior, enquanto espaço planejado e devidamente organizado, a arquitetura urbana de Cesareia Marítima nos apresenta um *discurso simbólico* que evidencia o universo sociocultural de Herodes, relacionando-se diretamente com o *microcosmo* e *macrocosmo social* dos indivíduos que habitavam na cidade. Esse *discurso*, por sua vez, enquanto *objeto sócio-histórico* atrelado a uma materialidade, pôs em jogo a construção e perpetuação de memórias e proporcionou a materialização da vida social, como acontece em qualquer processo discursivo. Pois, todo *discurso* está atrelado ao *sujeito*, esteja ele situado entre grupo de *locutores* ou *interlocutores*.

O *discurso* de Herodes se relaciona diretamente com suas *condições de produção*, com a exterioridade. Logo, olhar para o processo de urbanização de Cesareia Marítima como parte de um processo discursivo mais amplo denota o mesmo que, simbolicamente, observar as palavras de Herodes em movimento, significando e ressignificando, produzindo e fazendo uso

de memórias, conjugando arquitetura, língua, política, cultura e história (ORLANDI, 2008, p. 46). No entanto, jamais se pode esquecer que a constituição do rei Herodes enquanto *sujeito* está diretamente atrelada à ideologia. E nesse ponto, é preciso lembrar que:

> Nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente. [...] Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário [Herodes] só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2008, pp. 48-49).

Assim sendo, ainda que em sua *natureza de linguagem* ele não se tratasse de um documento escrito, o *discurso urbano materializado* do rei dos *judeanos* evidenciou a constituição de Herodes como *sujeito* e *referente* de uma *narrativa [auto]biográfica* que foi objeto de disputa entre *sujeitos locutores* e *interlocutores* noutros espaços discursivos, em diferentes *condições de produção.* Essa *relação de forças* legou para a humanidade uma pluralidade de narrativas e representações sobre a trajetória de vida do rei Herodes.

Partindo do pressuposto de que existem diferenças entre *lugar antropológico*, *lugar discursivo*, *posição-sujeito* e que "o sujeito da AD[58] não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico, do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido"[59], neste capítulo trataremos da aparente discrepância que existe entre o Herodes que emerge dos discursos judaicos antigos e aquele que insurge da Literatura Cristã Antiga; principalmente quando esses *discursos polêmicos* são colocados em contato com a materialidade. Em seguida, veremos o que o próprio rei dos *judeanos* nos diz sobre si mesmo.

Quem seria de fato o rei Herodes: o *sujeito locutor* do *discurso urbano materializado* da cidade de Cesareia Marítima? Até que ponto a representação do rei dos *judeanos* que emerge dos *discursos polêmicos* de Flávio Josefo está atrelada as rivalidades políticas, relações de poder e discrepâncias socioculturais entre a família de Josefo e a casa de Herodes? Começaremos a nossa análise por essas narrativas. Mas, antes disso, trataremos um pouco da possibilidade de *significação* e *ressignificação* da imagem de Herodes em um processo discursivo.

---

[58] Análise de Discurso.

[59] GRICOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o Imbricamento de diferentes posições-sujeito. Disponível em: https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf. Acessado em: 15/06/2021.

3.1 **Narrativas e representações sobre a vida de Herodes Magno**

Segundo Leonor Arfuch, "a multiplicidade das formas que integram o *espaço biográfico* oferece um traço comum: elas *contam*, de diferentes modos, uma história ou experiência de vida" (ARFUCH, 2010, p. 111). Toda proposta biográfica desemboca inevitavelmente em um *discurso* que, além de se inserir em um gênero discursivo específico, como por exemplo a *narrativa*, possui uma relação vital com uma *materialidade* e está atrelada a uma relação espaço-temporal peculiar que evoca *contextos*, *co-textos*, *subjetividades* e elementos socioculturais distintos. Sem esses elementos, tal *discurso* estaria completamente destituído de sentido. Isso porque não há experiência humana que não esteja mediada por *sistemas simbólicos*. Por isso, a identificação e análise desses sistemas, bem como, a reconstrução de *contextos* e *co-textos* é essencial para que um analista de discurso ultrapasse o mero relato de uma trajetória e alcance os dramas temporais da existência que circundam as histórias de vida contadas por *sujeitos locutores* e interpretadas por *sujeitos interlocutores,* em suas *subjetividades* (RICOEUR Apud ARFUCH, 2010, pp. 111-112).

Os diferentes discursos produzidos sobre a trajetória de vida do rei Herodes, enquanto relatos contemporâneos (como no caso de Nicolau de Damasco) [60] ou retrospectivos (como nos discursos de Flávio Josefo e de outros autores da Literatura Cristã Antiga), demandam da possibilidade de se conjugar uma relação espaço-temporal entre o *macrocosmo social* do rei Herodes (século I a.C.), o universo sociocultural dos autores que discursaram sobre ele (a partir do século I d.C.) e o *mundo social* de todos aqueles que mesmo não pertencendo ao grupo de *sujeitos interlocutores* originais dessas narrativas biográficas assim se tornaram enquanto leitores desses discursos.

Conforme evidencia Leonor Arfuch,

> Falar do relato [sobre a vida do rei Herodes], então, dessa perspectiva, não remete apenas a uma disposição de acontecimentos – históricos ou ficcionais – numa ordem sequencial, a uma exercitação mimética daquilo que constituiria primariamente o registro da ação humana, com suas lógicas, personagens, tensões e alternativas, mas a forma por excelência de estruturação da vida e, consequentemente, da identidade, à hipótese de que existe, entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas que apresenta uma forma de necessidade "transcultural" (ARFUCH, 2010, p. 112).

Essa necessidade transcultural torna-se evidente a partir do momento em que olhamos para multiplicidade de relatos sobre a vida de Herodes e percebemos que embora cada *sujeito*

locutor se conecte ao outro através do objeto biografado, há também rupturas entre eles devido as singularidades históricas e socioculturais de cada um, contribuindo assim para que o rei Herodes transite em diferentes *espaços discursivos*, bem como, corroborando para que sua trajetória de vida signifique e ressignifique de acordo com os *sistemas simbólicos* dos *locutores* e *interlocutores* envolvidos no processo discursivo.

Um exemplo claro dessa *ressignificação* está na problemática levantada por Benedikt Otzen (2003, pp. 50-51) ao evidenciar como o avanço comercial, crescimento socioeconômico, desenvolvimento urbano e a estabilidade política estabelecido durante o governo de Herodes não foi capaz de impedir a construção de uma imagem trágica e quase maniqueísta arquitetada por diversos *discursos polêmicos* sobre o rei dos *judeanos* através dos tempos, no qual Herodes seria imortalizado como um rei insensato, extremamente violento e parricida; um perseguidor brutal, intolerante, usurpador de tronos e símbolo de ilegitimidade real.

> Alguns ficam admirados com as grandes contradições que se acham em Herodes. Quando consideramos a generosidade que ele dispensava com tanta profusão, somos obrigados a confessar que ele era caridoso por natureza. Quando se observa, no entanto, as crueldades e injustiças que ele cometia para com os seus súditos e até mesmo para com os mais próximos, não há como negar o seu gênio duro e o caráter violento e implacável, que não conhecia limites. Embora essas qualidades sejam tão opostas que parece não poderem ser encontradas na mesma pessoa, é minha opinião que elas procedem de uma mesma causa. Como a ambição pela honra era a paixão dominante desse soberano, a glória e o desejo de merecer elogios durante toda a vida e imortalizar a sua memória levaram-no a ser tão munificente. Em contrapartida, os seus bens, por maiores que fossem não bastavam a despesas tão desmedidas. Ele era então obrigado a tratar rudemente os seus súditos e receber assim, por meios indignos, o que a sua vaidade o levava a dissipar. Desse modo, como ele, para não empobrecer, tinha de insistir em fazer tais exações, que o tornavam odioso aos seus súditos e o impediam de conquistar-lhes o afeto, tirava então proveito desse ódio. Em vez de tentar acalmá-los, quando alguém não obedecia cegamente a tudo o que ele ordenava ou quando ele desconfiava de alguma intenção de mudança em seu governo, devido à dura servidão, ele os tratava com rigor semelhante ao que dispensaria aos piores inimigos. Não poupava nem os parentes nem aqueles a quem mais amava, porque exigia que todos lhe prestassem respeito e submissão absolutos, por mais injusto que fosse o seu governo (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/IX/697).

Esse discurso serviu como *memória discursiva* para a Literatura Cristã Antiga. Posteriormente, a representação do rei dos *judeanos* nessa literatura tornou-se mais influente que as propostas biográficas originais de Nicolau de Damasco e Flávio Josefo e gradativamente lançou o *discurso urbano materializado* de Herodes Magno na obscuridade, durante o processo de cristianização do Império Romano.

Outro exemplo de *ressignificação* mais recente pode ser encontrado na obra “Uma la Corte del Rey Herodes: Memorias de Nicolas”, quando o romancista peruano David Mandel proferiu alguns discursos sobre o rei dos *judeanos* e os atribuiu a Nicolau de Damasco:

> Muitos me perguntam [a Nicolau de Damasco] se é verdade que Herodes matou sua esposa favorita e três de seus filhos. Claro que é verdade! Mas, vamos nos perguntar honestamente, somos todos perfeitos? Ele os matou, mas tinha suas razões. Se você concorda ou não, isso é outra coisa. O que é uma mentira grosseira é o boato de que Herodes matou as crianças de Belém. Totalmente falso! Herodes matou alguns homens em Belém e em outras aldeias — nesse sentido, ele não discriminava ou tinha vítimas favoritas — mas nunca matou crianças em Belém! Isso é uma calúnia, inventada por algum inimigo de Herodes, dos poucos que sobreviveram ao rei[61].

Na obra "Antiguidades Judaicas" Flávio Josefo dialogou intensamente com a "Vida de Herodes" de Nicolau de Damasco, uma produção literária escrita ao final século I a.C. Esse trabalho compôs a *memória discursiva* e a *interdiscursividade* da narrativa biográfica de Josefo. No entanto, o historiador judeu não poupou críticas a caracterização que Nicolau de Damasco proporcionou a Herodes Magno, acusando-o de não demonstrar imparcialidade em seus relatos sobre a trajetória de Herodes.

> Nicolau, que escreveu a história dessa época, faz menção desse fato, mas não diz que Herodes entrou no sepulcro, porque julgava prejudicial à imagem do rei. Em seu livro, ele tem a mesma atitude com relação a muitas outras coisas referentes a esse soberano porque, tendo escrito essa história enquanto Herodes ainda vivia, o desejo de agradá-lo levou-o a falar somente o que lhe podia redundar em glória. Assim, ele registra, com grandes elogios, os seus belos feitos, mas suprime, tanto quanto possível, os seus crimes mais notórios, ou pelo menos procura minimizá-los. Esforça-se mesmo por desculpar, com pretextos especiosos, a crueldade para com Mariana e os filhos desta. Ele assim procede em toda a sua obra, dirigindo pomposos encômios às suas justas ações, mas principalmente fazendo apologia de suas injustiças (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/XI/699).

As aproximações e os distanciamentos que existem entre as narrativas de Flávio Josefo e Nicolau de Damasco serviram como *elemento mnemônico* para construção da narrativa biográfica de David Mandel e a mais uma inevitável *ressignificação* da imagem do rei dos *judeanos* aos *sujeitos interlocutores* do mundo contemporâneo. Entretanto, a narrativa do romancista latino-americano não se fundamenta apenas nos discursos de Nicolau e Josefo, mas, similarmente, nas diversas representações do rei dos *judeanos* que emergem da literatura cristã.

As representações de Herodes Magno que emergem da Literatura Cristã Antiga são mais recentes que aquelas que insurgem dos *discursos polêmicos* de Nicolau de Damasco e Flávio Josefo. Como nenhum desses autores sequer mencionou o assassinato das crianças de Belém em suas alocuções, o "Herodes de Mandel" foi ressignificado "apenas" como um parricida que teve seus motivos para matar seus parentes, como qualquer ser humano mergulhado em seus momentos de fragilidade ética e moral. Porém, o rei dos *judeanos* nunca teria assassinado

[61] MANDEL, David. En la Corte del Rey Herodes: Memorias de Nicolas (Spanish Edition) (Locais do Kindle 279-285). UNKNOWN. Edição do Kindle.

crianças inocentes. Pois, nem mesmo o "Nicolau de Mandel" suportaria uma representação de Herodes com essas características.

Em contrapartida, Helmut Koester (2012, p. 394) analisa a narrativa biográfica de Flávio Josefo e não se surpreende com o fato de Herodes Magno ser lembrado como o assassino das crianças de Belém. Todas as tragédias da história familiar do rei dos *judeanos* contribuíram para a construção dessa imagem durante o *processo discursivo* de inúmeras narrativas posteriores. Cabe-nos aqui problematizar essas narrativas, identificar o *referente* desses discursos e depois compará-lo com aquele que emerge da materialidade, a fim de desvendar o *sujeito idealizador* da cidade de Cesareia Marítima: Herodes por Herodes. Porém, antes disso, definamos qual o lugar do nosso *referente* dentro da dinastia herodiana.

Tanto a Literatura Cristã Antiga quanto os discursos do historiador Flávio Josefo apresentam vários indivíduos que tinham como alcunha de família o nome "Herodes". Diversos governadores da Judeia, em diferentes temporalidades, foram conhecidos por esse nome. A literatura neotestamentária, por exemplo, menciona pelo menos mais três deles: Herodes, Herodes Arquelau e Herodes Antipas. No entanto, todos esses, apesar de pertencerem a mesma dinastia, governaram majoritariamente no século I d.C. e não se confundem historicamente com aquele que planejou, fundou e urbanizou a cidade de Cesareia Marítima no século anterior: Herodes Magno.

O rei Herodes que se tornou o *referente* dos discursos que analisaremos aqui se trata do segundo filho de um homem conhecido como Antípater que, devido a sua atuação político-militar na Judeia durante algumas guerras no fim da república romana, recebeu cidadania e foi nomeado governador da Judeia por Júlio Cesar em 47 a.C.

> Um idumeu, [...] muito rico, empreendedor e hábil, era amicíssimo de Hircano e inimigo de Aristóbulo. Nicolau de Damasco fá-lo descender de uma das principais famílias dos judeus que vieram da Babilônia para a Judeia, mas ele o diz em favor de Herodes, seu filho, que a fortuna elevou depois ao trono de nossos reis, como veremos a seu tempo. Antes não o chamavam Antípater, mas Antipas, como o seu pai, que, tendo sido feito pelo rei Alexandre, e pela rainha sua esposa, governador de toda a Idumeia, contraiu amizade com os árabes, os gazeenses e os ascalonitas, conquistando o afeto deles por meio de grandes presentes (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/II/571).

O historiador judeu Flávio Josefo também descreveu o pai de Herodes como um homem corajoso e inteligente que desfrutava de grande prestígio entre os romanos, possuía amplo reconhecimento sociopolítico na Idumeia e gozava de elevada consideração entre príncipes e rei dos árabes, chegando até a confiar seus filhos a ele durante uma guerra (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XII/585). Posteriormente, Antípater dividiu a administração da região com os seus filhos Fasael, que governou Jerusalém; e Herodes que com

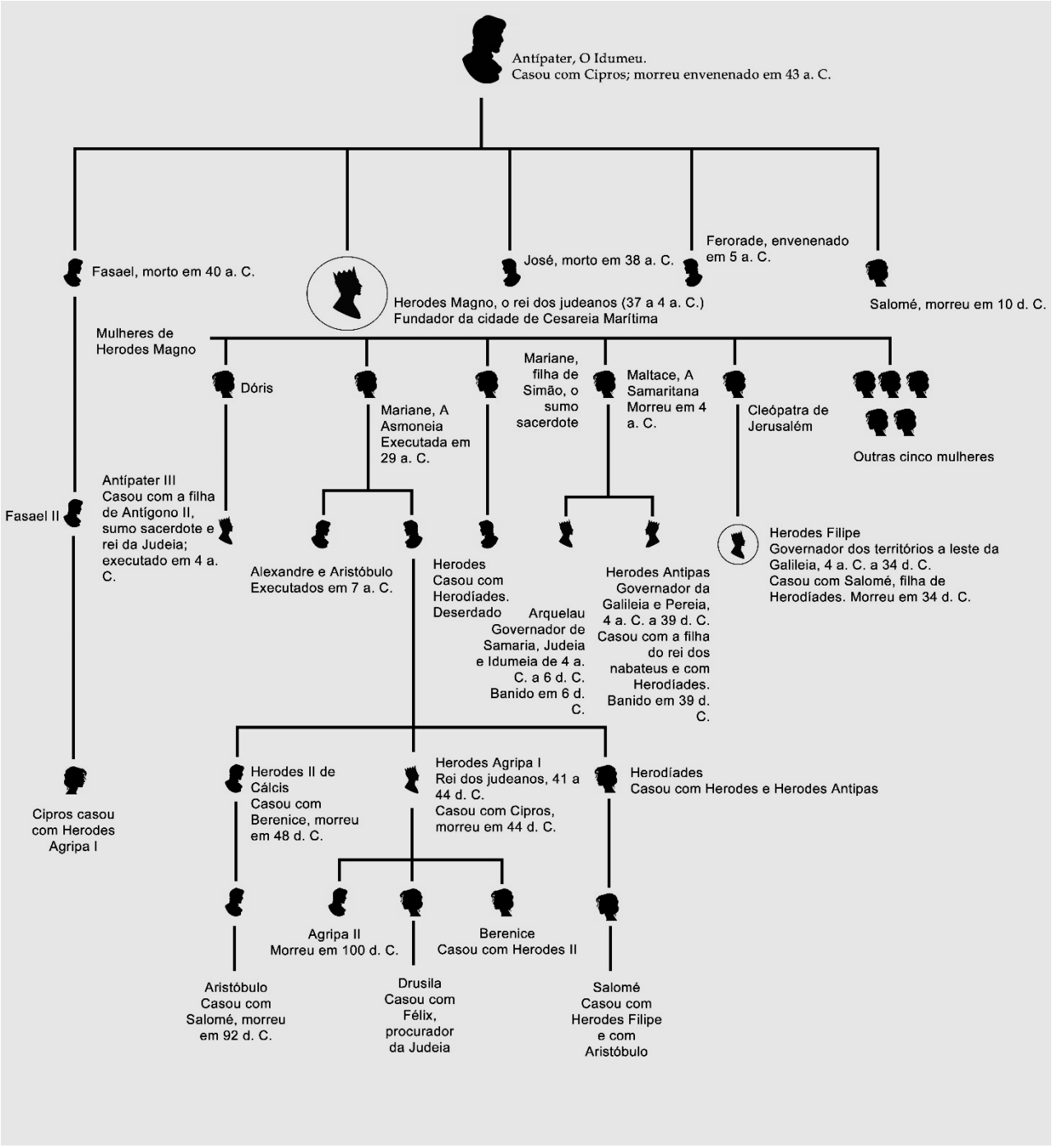
25 anos assumiu a administração da Galileia. Após a morte de Antípater (43 a.C.), Marco Antônio nomeou José e Ferorade como tetrarcas e entregou a eles a administração da Judeia.

Depois da morte dos dois irmãos, Herodes foi confirmado pelos romanos como rei dos *judeanos* e assim permaneceu de 37 a.C. até o ano 4 a.C.; gradativamente, ele fortaleceu as suas relações políticas com os romanos e recebeu tantos privilégios quanto foram necessários para se estabelecer um governo independente da administração provincial romana na Síria. Algumas narrativas e representações sobre a vida de Herodes o apresentam como um líder político-militar controverso que se beneficiou das *relações de clientelismo e patronato* estabelecidas entre a sua família e os cônsules Júlio Cesar, Marco Antônio e por fim Otaviano Augusto, durante o período de transição da república para o principado.

Inicialmente, o reino de Herodes Magno compreendia a região da Judeia, Pereia, Idumeia e Galileia. Mas, posteriormente, ele também recebeu de Augusto mais territórios a leste do Jordão. O *plano urbanístico* de Herodes representava o que havia de mais avançado nos empreendimentos arquitetônicos e paisagísticos do mundo romano. O processo de urbanização desencadeado por ele trouxe um desenvolvimento econômico considerável para a região, beneficiando assim diversas comunidades multiculturais compostas por judeus, samaritanos, gregos, sírios e romanos que habitavam a Judeia. No entanto, ainda assim, Herodes Magno não conseguiu conquistar a simpatia de alguns grupos, principalmente, dos *judeanos* mais conservadores que permaneciam ligados a linhagem sacerdotal judaica ou aos judaísmos do templo e das sinagogas, bem como, dos judeus que apoiavam politicamente os asmoneus[62], a dinastia que ele sucedera. Logo, algumas narrativas sobre ele foram construídas nesse *contexto* literário e *co-texto* discursivo. Enquanto discursos, as narrativas biográficas de Flávio Josefo se situam historicamente nessas *condições de produção*. Vejamos cada uma delas, a fim de nos aproximar dos "Herodes de Flávio Josefo".

[62] Nome de um dos descendentes de Hasmã, sacerdote da família de Joaribe, antecessor dos Macabeus. O título de asmoneu emprega-se ordinariamente na literatura judaica, para designar a família asmoneana desde Matatias até Herodes, Hircano e Aristóbulo, que disputaram o poder após a ocupação romana.

Figura 5 – Dinastia Herodiana – Relações de Parentesco[63]



[63] Organograma desenvolvido pelo autor a partir da análise das obras “Guerra dos Judeus” e “Antiguidades Judaicas” de Flávio Josefo.

3.1.1 O processo de *significação* e *ressignificação* de Herodes nas obras de Flávio Josefo

A trajetória de vida do rei Herodes foi narrada pelo historiador judeu Flávio Josefo em duas de suas obras: "Guerra dos Judeus" (Livro I) e "Antiguidades Judaicas" (Livros XIV-XVII). Conforme mencionamos acima, os dois discursos são relatos retrospectivos que, além do mesmo *sujeito locutor*, possuem *interlocutores*, *condições de produção*, *memória discursiva*, *intertextualidade*, *temas*, *elementos desencadeadores* e *objetividade* similares. No entanto, as similaridades discursivas não podem ofuscar as especificidades de cada um deles. Como o historiador judeu ressignificou o "Herodes de Nicolau de Damasco" em suas narrativas? Será que o Herodes de "Guerra dos Judeus" se confunde com aquele que emerge da obra "Antiguidades Judaicas" ou entre um discurso e outro ocorreu mais um processo de ressignificação?

3.1.1.1 O lugar de Herodes na obra "Guerra dos Judeus"

A obra "Guerra dos Judeus" está dividida em sete livros. A primeira edição foi escrita em aramaico e amplamente difundida entre os partos, babilônios, árabes e judeus que habitavam além do Eufrates (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Prefácio). Entretanto, a produção que chegou à posteridade não foi a edição original, pois ela desapareceu sem deixar vestígios. O documento que geralmente os pesquisadores possuem em mãos para analisar o discurso de Flávio Josefo sobre a "Guerra dos Judeus" se trata de uma segunda edição da obra que foi traduzida para o grego e publicada por volta de 75 e 79 d.C.[64]

O principal objetivo de Flávio Josefo com essa tradução era ampliar o número de *sujeitos interlocutores*, inserindo no grupo original gregos e romanos que tiveram acesso a outros relatos sobre a história da guerra[65]. Segundo ele, esses relatos não deveriam ter muita confiabilidade, pois, tais discursos, embora populares, foram produzidos por "[...] pessoas que

[64] Informações literárias: a análise do conteúdo evidenciou que "Guerra dos Judeus" foi escrita na Península Itálica, mais precisamente na cidade de Roma, onde o historiador se domiciliava judeu enquanto liberto da casa dos Flávios. Ela foi escrita em grego ático e se caracteriza como um relato histórico comunicado verbalmente que possui gênero discursivo público, tipo de discurso polêmico, gênero literário épico (não ficcional) e tipo textual narrativo.

[65] A historiadora Hadas-Lebel analisou as *condições de produção* do discurso de Flávio Josefo e atribuiu a essa tradução o fato da obra "Guerra dos Judeus" ser preservada para posteridade; além disso, o objetivo do historiador judeu quanto a ampliação do número de interlocutores foi atingido quando a nova edição alcançou os romanos, gregos, egípcios, sírios, povos da Ásia Menor e outras etnias interessadas no conflito (HADAS-LEBEL, 1992, pp. 238-239).

se dispuseram a escrevê-los, embora por si mesmas nada soubessem [da guerra], baseando apenas seus conhecimentos em relações vãs e falsas" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Prefácio).

Logo, segundo Josefo, esses autores gregos permaneciam mais preocupados em fortalecer as relações de *clientelismo e patronato* entre eles e os romanos que comprometidos com certa veracidade histórica.

> Os gregos, ao contrário, falam muito quando se trata de sustentar seus interesses, quer em particular, quer perante os juízes, mas calam-se quando é preciso reunir com muita dificuldade tudo o que é necessário para compor uma história verdadeira; e não acham estranho que aqueles que nenhum conhecimento têm dos feitos dos príncipes e dos grandes generais e são mui incapazes de descrevê-los, ousem fazê-lo. Isto mostra que tanto procuramos a verdade da história quanto os gregos a desprezam e disso se descuidam. [...] sua bajulação pelos romanos e seu ódio pelos judeus, fê-los relatar as coisas de maneira muito diferente, da que de fato eram na realidade. Seus escritos estão cheios de louvores de uns e de censuras dos outros, sem se preocupar com a verdade. Foi isso que me fez decidir a escrever, em grego, para satisfação daqueles que estão sujeitos ao Império Romano, o que escrevi há pouco em minha língua, para informar as outras nações. [...] e não posso ainda agora tolerar que os gregos e os romanos que ali não estavam presentes o ignorem e sejam enganados por esses historiadores bajuladores que só lhes narram fábulas (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Prefácio).

Diferentemente da hipótese acima, o historiador Ivan Rocha entende que o principal motivo para publicação de uma segunda edição da obra "Guerra dos Judeus" em língua grega foi a dificuldade de compreensão do idioma da obra anterior, fato esse que, segundo ele, gerou muitos problemas de interpretação entre os *sujeitos interlocutores* gregos. Assim, o propósito de Josefo seria facilitar a compreensão do seu discurso (ROCHA, 2014, p. 34). No entanto, caberia aqui a seguinte indagação: E se os *sujeitos interlocutores* da primeira edição dominassem bem o aramaico enquanto os leitores da segunda fossem mais fluentes no grego, esse não seria um indício de mudança nas *condições de produção* do discurso de Flávio Josefo?

Ao mesmo tempo em que Rocha justifica a sua hipótese com a ideia de Arnaldo Momigliano acerca da ausência de escritos importantes sobre o passado judaico depois da publicação do livro dos Reis e das Crônicas, atribuindo uma certa novidade ao discurso de Josefo, ele também esclarece que o aramaico era a língua mais utilizada na Judeia romana (ROCHA, 2014, p. 34). Esse paradoxo contribui para a percepção de que o problema da tradução da obra para o grego estava mais atrelado a intencionalidade de Flávio Josefo como *sujeito locutor* do que as dificuldades de recepção dos *interlocutores* da sua primeira edição.

Isso, sem se aprofundar no fato de que Josefo traduziu a sua obra para o grego ático[66] e, não, para o *koinê*, que era mais popular no tempo dele[67]. A escolha de Flávio Josefo, bem como a utilização de assistentes nessa tradução evidencia que o público que o historiador judeu desejava alcançar era ainda mais seletivo.

Embora Flávio Josefo critique enfaticamente os *locutores* gregos, não há qualquer menção de seus nomes em sua obra. Apenas poderíamos dizer que, na ótica do historiador judeu, esses autores poderiam ser incluídos em dois grupos: os eloquentes e os bajuladores. O primeiro grupo se tornou especialista em encobrir a falta de conhecimento histórico e a incoerência fatual de seus relatos através de técnicas de retórica. Já, o segundo, se preocuparia mais em enaltecer os feitos militares romanos, ainda que para isso tivesse que minimizar a resistência dos povos vencidos. Ambos os grupos estavam dentro do que Flávio Josefo chamava de falsos historiadores (HADAS-LEBEL, 1992, pp. 238-239).

Se o que esses autores esperavam era o fortalecimento das relações de *clientelismo e patronato* entre eles e os romanos, parece-nos que a tentativa não deu muito certo. Todos esses relatos mencionados por Flávio Josefo se situavam historicamente no período de consolidação da Dinastia Flaviana em Roma. E, se para maximizar os feitos de Vespasiano e Tito na Judeia era necessário minimizar a atuação judaica na guerra, o resultado inevitável seria a concepção de que o triunfo flaviano não fora conseguido com tanta honra quanto se divulgava, já que os

---

[66] Antigamente, eram identificados quatro dialetos gregos: ático, jônico, eólico e dórico. O dialeto ático, falado em Atenas entre 500 a.C. e 300 a.C., também chamado de Grego Clássico, deriva do antigo dialeto jônico e foi utilizado por alguns dos mais importantes autores gregos, dentre eles Tucídides, Eurípides, Platão e Demóstenes. Em relação a história da língua grega, o Período Clássico (de 900 a.C. a 330 a.C.) sucedeu o chamado Período Formativo (de 1500 a.C. a 900 a.C. - época de Homero). Do ático emergiu a "língua comum" (gr. η κοινή διάλεκτος), falada a partir o Período Helenístico. O grego Koinê (de 330 a.C. a 330 d.C.), da qual evoluiu o grego moderno, também se relaciona com o processo de helenização da Judeia ou Período Judaico Helenístico. Nessa região foram construídas várias cidades com arquitetura grega e, as relações socioculturais estabelecidas ao longo de três séculos influenciaram a cultura judaica tanto no âmbito da linguística quanto na literatura. O grego Koinê tornou-se a língua usada nas relações políticas, administrativas, literárias e comerciais. Os textos sagrados dos judeus, por exemplo, foram traduzidos para o grego entre os séculos III e I a.C. Nos séculos seguintes, muitos discursos produzidos para *interlocutores* judeus tiveram como língua matriz o grego Koinê, no entanto, a obra "Guerra dos Judeus", que teve a sua primeira edição em aramaico, posteriormente, foi ampliada em grego ático, pois, se apresenta com um estilo mais clássico do que aquele que caracteriza as produções literárias em grego Koinê.

[67] Dialogando com H. St. Thackeray, Lucien Poznanski (1997) e André Paul (1983), o historiador Luís Eduardo Lobianco (1999, pp. 137-139) entende que a utilização do grego ático, em vez do *koinê*, estava diretamente relacionada a aproximação literária entre Flávio Josefo e Tucídides. Segundo ele, Josefo queria ser reconhecido como historiador, gerando uma espécie de cópia da estrutura literária da obra "Guerra do Peloponeso", conforme afirma Poznanski. Essa hipótese foi defendida por Martin Goodman (1994) e refutada por Thackeray que, apesar de concordar com a similaridade literária entre as duas obras, entende que Flávio Josefo foi influenciado pelo estilo clássico, porém, não tinha a intenção de fazer uma cópia da obra de Tucídides. Isso porque, além das similaridades literárias, a obra "Guerra dos Judeus" também apresenta muitos distanciamentos linguísticos da "Guerra do Peloponeso".

judeus eram fracos, desorganizados militarmente, politicamente dependentes, bélica, econômica e socioculturalmente muito distantes da realidade romana. Além disso, o efeito que esses discursos produziam nas províncias orientais podia desencadear alguns levantes contra o domínio romano, já que os judeus estavam espalhados por todo Império e poderiam se juntar, por exemplo, aos ataques partos, babilônios ou árabes nas regiões orientais.

Hadas-Lebel (1992, pp. 237-238) demonstra que é exatamente aqui que a segunda edição da obra "Guerra dos Judeus" ganha a força e o patrocínio dos Flávios. Ninguém melhor que um judeu que possuía relações de parentesco com os asmoneus, de linhagem sacerdotal, fariseu, antigo governador da Galileia e general judeu da resistência judaica, testemunha ocular do conflito e, o melhor de tudo, um liberto da Casa dos Flávios, para construir um discurso mais próximo da ideologia flaviana naquele momento. E foi exatamente assim que Flavio Josefo se apresentou aos *sujeitos interlocutores* da segunda edição da obra "Guerra dos Judeus": um hebreu (expressão que possui relações étnicas, geográficas e socioculturais mais amplas que a denominação de "judeu") cujas relações de parentesco evidenciavam o vínculo familiar com a linhagem sacerdotal araônica (*kohanim*) que se tornou um combatente e posteriormente líder da resistência judaica contra os romanos[68]. Na ótica dele, essas credenciais o habilitariam a sobrepor o seu discurso as narrativas anteriores e o ajudariam a minimizar o impacto de suas palavras diante de seus *interlocutores*.

> Evitarei bem imitá-los [os bajuladores que só narravam fábulas para gregos e romanos], relevando além da verdade os feitos dos de minha nação, como eles fizeram com os dos romanos. Farei justiça a uns e a outros, relatando-os sinceramente; nada afirmarei que não possa provar; não procurarei outro alívio em minha dor, senão deplorar a ruína da minha pátria. [...] Se alguém julgar que meu ressentimento pela infelicidade de meu país leva-me, contra as leis da história, a acusar fortemente aqueles que lhe foram autores, que acrescentaram ladroeira pública à sua tirania, devem perdoar-me e atribuí-lo à minha extrema aflição (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Prefácio).

Se a segunda edição de "Guerra do Judeus" contribuiria para consolidação das relações políticas da Dinastia Flaviana, paralelamente também serviria para combater algumas concepções antijudaicas que se faziam perceber ao longo do século I d.C. Embora essas concepções não estejam explícitas no discurso de Flávio Josefo na obra "Guerra do Judeus",

[68] Flávio Josefo fez uma descrição detalhada sobre sua trajetória na obra "A Vida". Esse a análise desse discurso já foi desenvolvida em nossa pesquisa de mestrado no PPGH-UERJ, sob o título "Flávio Josefo e o paradigma de circularidade cultural entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na Urbs do século I d.C.", e publicada em 2017 pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do estado do Rio de Janeiro.

podemos percebê-las em outra produção do historiador judeu que ficou conhecida como "Contra Apião"[69].

As respostas de Flávio Josefo a Apião evidenciam as *formações imaginárias* inerentes aos discursos gregos e latinos sobre as relações socioculturais estabelecidas entre as comunidades judaicas e uma sociedade romana mais ampla, em diversas partes do Império. Um dos *elementos mnemônicos* que integrava essas *formações* era o mito da proeminência grega quanto ao relato da história dos povos antigos. Segundo ele, se os historiadores gregos não contaram a história de determinados povos ou mencionaram a organização sociopolítica deles em suas obras, isso significaria que se estaria diante de um povo novo, sem tradição ou relevância histórica. Logo, o discurso de Flávio Josefo sobre a guerra não poderia ter mais relevo que as narrativas que ele criticava em sua obra, já que os judeus não ocupariam lugar de destaque na literatura grega. Essa *formação imaginária* desencadeou o seguinte discurso de Flávio Josefo:

> Quanto a esta última guerra, que nos foi tão funesta, não é estranho que alguns, tendo-a escrito ante à relação de certas coisas, que lhes foram reveladas, sem ter jamais visto os lugares onde ela se travou, nem mesmo deles se aproximaram, tiveram, entretanto, a ousadia de querer passar por historiadores? Não se pode dizer o mesmo de mim. Tudo o que escrevi é segundo a verdade; eu estive presente a tudo; eu combati com o exército sob meu comando, na Galileia, durante todo o tempo em que ela estava em condições de resistir e quando foi tomada pelos romanos, Vespasiano e Tito conservaram-me prisioneiro, fizeram-me ver todas as coisas, embora no começo eu ainda estivesse preso, como escravo, e quando me tiraram as cadeias fui mandado com Tito para sitiar Jerusalém. Nada se fez durante esse tempo que eu não viesse a conhecer; eu via e considerava com extremo cuidado tudo o que se passava no exército romano; escrevi muito exatamente e indagava até mesmo dos menores particulares, sobre o que se fazia em Jerusalém, daqueles que se vinham entregar como prisioneiros. Assim, tendo o material para minha história, trabalhei em escrevê-la, com o auxílio de alguns meus amigos, com relação ao que se referia à língua grega e tenho tanta certeza de só ter relatado a verdade, que não tenho receio de tomar como testemunhas do que eu escrevi ao mesmo Vespasiano e a Tito, que tinham o supremo comando dessa guerra. Eles foram os primeiros aos quais mostrei meu trabalho; mostrei-o depois a vários outros romanos, que haviam combatido sob suas ordens e depois que o publiquei, vários de nossa nação que conheciam a língua grega viram-no também, particularmente Júlio Arquelau, Herodes, tão recomendável por sua virtude, e mesmo o rei Agripa, esse excelente príncipe. Todos eles testemunharam o cuidado que eu tive de relatar fielmente a verdade; o que eles não teriam o cuidado de fazer, se eu a ela tivesse faltado por negligência ou por ignorância ou por bajulação. Alguns, entretanto, tiveram a malícia de me censurar, por observações tão ridículas como se fossem crianças de escola. Eles devem saber que para se escrever fielmente uma história é necessário saber, com certeza, por si mesmo, as coisas que se relatam,

[69] Por mais que "Contra Apião" seja uma obra posterior a segunda edição da "Guerra dos Judeus", as preocupações de Flávio Josefo, quanto a credibilidade de seu discurso, são recorrentes em todas as demais obras, desde a sua primeira produção. O historiador André Paul (1983, p. 85) a considera como a "mais atraente dos escritos de Josefo". A defesa que o historiador judeu fez sobre a antiguidade do seu povo e a prática dos judaísmos legaram para a posteridade a possibilidade de se discutir temas relacionados ao antissemitismo e antijudaísmo na Antiguidade.

> ou tê-las sabido daqueles que delas tiveram um perfeito conhecimento (FLÁVIO JOSEFO, CONTRA APIÃO, Livro I, III).

Flávio Josefo mencionou vários autores gregos que se preocupavam mais com fama, entretenimento e eloquência do que a veracidade histórica. Segundo ele, escritores como Tucídides por exemplo, também foram acusados de não serem verídicos em tudo. Assim, parece-nos que os autores gregos mais criticados por Josefo são aqueles contemporâneos aos seus relatos que arrogavam para si o mesmo relevo construído por autores mais antigos, que faziam parte da formação educacional patrícia ou aristocrática judaica, através da presença de um pedagogo. Pois, ao escrever suas obras, o próprio Josefo dialogou com autores gregos e latinos como o próprio Tucídides (século V a.C.), Políbio (200 a.C. – 120 a.C.), Diodoro de Sicília (século I a.C.), Nicolau de Damasco (64 a.C. – 4 a.C.); Estrabão (64 a.C. – 25 a.C.), Ptolomeu (fim do século I a.C.), Dionísio de Halicarnasso (século I a.C.)[70], dentre outros autores que fizeram parte da *memória discursiva* das obras de Flávio Josefo.

Hadas-Lebel (1992, p. 241) avança mais ainda na simbiose entre a obra "Guerra dos Judeus" e a literatura grega. Segundo ela, o modelo narrativo utilizado por Josefo foi o mesmo que Tucídides fez uso em sua "Guerra do Peloponeso". A obra de Josefo apresenta os mesmos elementos literários e possui técnicas discursivas similares aquelas que o historiador grego utilizou em sua obra. Alguns elementos são fundamentais para essa analogia, como por exemplo: a) a construção da obra como uma tragédia; b) a utilização dos discursos; c) o aprofundamento nas causas da guerra.

Essa parece ser a mesma posição de Martin Goodman (1994, p. 19) quando demonstra que, apesar de Flávio Josefo se referenciar no modelo narrativo de Tucídides, há grande perigo em uma confiança excessiva no discurso do historiador judeu. Isso porque Josefo diversifica muito as causas da guerra dos judeus contra os romanos. E, diferentemente do historiador grego que justifica as causas da guerra a partir da deterioração das relações políticas, que consome a cidade como uma doença corrompe o corpo, Flávio Josefo parte do pressuposto de que a destruição da cidade tem a ver diretamente com uma punição divina por causa dos "pecados" da nação, ou pelas injustiças de um governo instituído, seja ele representado na figura de reis como Herodes Magno, governantes como os seus filhos, sumo-sacerdotes conforme o caso de

[70] Esse autor foi usado amplamente na obra "Antiguidades Judaicas".

Hircano II, ou de uma liderança patriarcal, como aquela aristocracia judaica que decidiu se rebelar contra os romanos no século I d.C.[71]

Outro autor grego que Josefo se aproxima é o historiador Políbio e, com isso, a proposta de Flávio Josefo para a história da guerra se torna mais abrangente. Ele retrocede ao século anterior a guerra dos judeus para explicar, comentar os acontecimentos e tecer a sua história da guerra, a fim de dar um sentido para vitória romana. A trama que resultou na derrota judaica, diferentemente da proposta de Políbio, também encontra o seu significado em uma espécie de providência divina. Pois, o Deus dos judeus intervém diretamente na história, mas não como Nêmesis, a Fortuna ou a teoria da fatalidade dos gregos e romanos, mas, sim, como um juiz e um pai. E isso, para Josefo não depõe contra a narrativa histórica, porque, além de Tucídides e Políbio, o historiador judeu também tem como referência as narrativas bíblicas. Logo, ele somente receia que suas emoções comprometam os seus relatos, o que seria um grave erro e deporia contra a credibilidade de seu discurso (HADAS-LEBEL, 1992, pp. 241-243).

Analisando a obra "Guerra dos Judeus", o historiador Luís Eduardo Lobianco (1999) afirma que o discurso de Flávio Josefo está marcado por quatro níveis de *ambiguidade*. O primeiro deles se refere ao título; pois, apesar de ser conhecida por si mesma como "Guerra dos Judeus" (Ἰουδαϊκοῦ πόλεμος), em obras posteriores o historiador judeu se referiu a ela como "História da Guerra dos Judeus contra os Romanos" (ἱστορία Ἰουδαϊκοῦ πολέμου πρὸς Ῥωμαίους). Assim, o historiador brasileiro analisa esse nível de *ambiguidade* e reconhece que apesar do primeiro título ser mais genérico, ele evidencia a intencionalidade romana de potencializar a palavra "guerra" em detrimento do vocábulo "dos judeus". O segundo título faria exatamente o sentido inverso, ou seja, ele teria como intenção ressaltar a resistência judaica, responsabilizando assim os judeus pela sua promoção (LOBIANCO, 1999, pp. 140-141).

Se considerarmos as *condições de produção* dos discursos de Flávio Josefo, principalmente no que tange aos *elementos desencadeadores* e a identificação dos *sujeitos interlocutores* de cada discurso, perceberemos que hipótese de Luís Eduardo Lobianco quanto a *ambiguidade* do título tem um certo sentido. Diferentemente do que acontece na segunda edição da obra "Guerra dos Judeus", em "Antiguidades Judaicas", "A Vida" e "Contra Apião",

[71] DOBRORUKA, Vicente. Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e Teologia. São Paulo: Alameda, 2007.

Flávio Josefo desenvolve discursos que estão marcados pela necessidade de uma defesa pessoal em detrimento das acusações de seus *interlocutores*.

O segundo nível de *ambiguidade* apresentado por Lobianco se refere a origem da obra. Esse nível está diretamente relacionado ao estatuto social de Flávio Josefo, pois, enquanto indivíduo, o historiador judeu circulava em dois mundos: a comunidade judaica e a sociedade romana. Com isso, Lobianco problematiza o discurso de Josefo no que concerne as *condições de produção* do seu discurso e entende que a segunda edição da obra "Guerra dos Judeus" foi escrita com a finalidade de fortalecer as relações políticas da Dinastia Flaviana; entretanto, também "há forte carga local" em seus discursos, pois, apesar de ser liberto da Casa dos Flávios, Josefo mantinha seu vínculo identitário com a comunidade judaica (LOBIANCO, 1999, pp. 141-147).

A problemática em torno do segundo nível de *ambiguidade* da obra "Guerra dos Judeus" nos remete diretamente à uma pesquisa anterior. Durante o curso de Mestrado do PPGH-UERJ tivemos a oportunidade de produzir uma dissertação que usou como documentação textual a obra "A Vida" de Flávio Josefo. Nossa produção historiográfica intitulada "Flávio Josefo: o *paradigma* de *circularidade cultural* entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na *Urbs* do século I d.C.", fez uso do modelo de abordagem conceitual da Micro-história, mais precisamente de Carlo Ginzburg que afirma que entre as *culturas dominantes* e as *subalternas* há um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se move de baixo para cima, bem como, de cima para baixo.

A utilização do conceito de *circularidade cultural* de Ginzburg nos permitiu, a partir da trajetória de Flávio Josefo, identificar uma dualidade no *mundo social* dele, na qual, de um lado estava à cultura romana, as *culturas dominantes*, o mundo oficial, o direito, a cidadania, a religião oficial, os clássicos, o latim e o grego, a independência política e o poder; do outro, estava à cultura judaica, *as culturas subalternas*, o mundo não oficial – apesar das liberdades judaicas cedidas por Roma, como o monoteísmo, as restrições alimentares, o calendário alternativo, uma lei paralela. Em certa medida, um *mundo social* influenciava o outro reciprocamente. Assim, desenvolvemos em nossa conclusão de Mestrado a primeira produção historiográfica a aplicar conceitos da Micro-história e a teoria da *circularidade* de Carlo Ginzburg à uma obra de Flávio Josefo.

Concluímos que a *circularidade* nas relações socioculturais entre a comunidade judaica e sociedade romana no século I d.C. contribuiu para a concepção de uma comunidade judaica diferente daquela construída pela historiografia – principalmente inglesa, que se fundamentava no *paradigma* do desenraizamento e exílio e enfatizava o separatismo e o enfrentamento entre

judeus e romanos. A marcação das diferenças entre as *culturas dominantes* e as *culturas subalternas* emerge das relações socioculturais entre as comunidades judaicas e a sociedade romana. Essas marcações são evidenciadas através do discurso de Flávio Josefo. As comunidades judaicas da *Urbs* podem ser consideradas como um *microcosmo social* no interior da sociedade romana. No entanto, essas comunidades tinham consciência de que a preservação de sua identidade estava diretamente relacionada à manutenção de sua boa relação com seu *macrocosmo social*.

Comprovamos também que como membro da família *caesaris*, Josefo dispunha de certo número de recursos culturais, cuja natureza e volume, variavam e eram submetidos a pressões igualmente desiguais no seio da comunidade judaica e da sociedade romana. Josefo se orientava no seu mundo social a partir desses recursos, em primeiro lugar para sobreviver; eventualmente para reforçar sua situação, seu estatuto, seus valores, suas crenças.

Flávio Josefo se trata de um *sujeito socialmente construído*, um indivíduo que pertence a dualidade do mundo social romano. Josefo circulava tanto nas *culturas subalternas* quanto nas *culturas dominantes* e representava indivíduos que viviam a dualidade do mundo social, adotando elementos socioculturais romanos em seu cotidiano, sem prejuízo da preservação de sua identidade judaica. Esses indivíduos promoveram a *circularidade cultural* entre as *culturas dominantes* e as *culturas subalternas*. Passemos então para a terceira *ambiguidade*.

Segundo o historiador Luís Eduardo Lobianco (1999, pp. 141-147), o terceiro nível de *ambiguidade* da obra "Guerra dos Judeus se encontra na estrutura literária. Essa anfibologia literária tem a ver com a dualidade social do mundo de Flávio Josefo e com o fato dele circular em dois universos socioculturais. A *circularidade cultural* estabelecida entre as comunidades judaicas e a sociedade romana colocou o historiador judeu em contato, por exemplo, com duas concepções de história: a hebraico-judaica e a greco-romana. Assim, Flávio Josefo construiu a estrutura redacional da obra "Guerra dos Judeus" a partir de elementos literários clássicos, helenísticos e judaicos, conforme afirmamos anteriormente.

O quarto nível de *ambiguidade* teria a ver com o conteúdo. Porém, esse nível apenas se pode perceber a partir do Livro II. Como a trajetória de vida de Herodes se encontra registrada no primeiro livro da obra "Guerra dos Judeus", nós não trataremos dele aqui, basta-nos apenas citar o que o historiador Luís Eduardo Lobianco ressalta sobre esse nível de *ambiguidade*:

> A ambiguidade de "História da Guerra dos Judeus contra os Romanos" não se restringe apenas a um relato ora pró-judaico, ora pró-romano, mas também se apresenta em outros dois níveis, ora especificamente antijudaico, embora nunca antirromano, nunca contrário à estrutura do Império, no máximo em oposição a um líder Romano em especial, como por exemplo Calígula. Tamanha oscilação entre

> diferentes graus de acusação e apologia tem, a meu ver, sua razão de ser. Ao redigir esta obra, apesar de ainda e sempre judeu [...], Josefo já era cidadão Romano vivia em Roma estava sob a forte influência dos Flávios (LOBIANCO, 1999, p. 175).

Assim sendo, segundo as informações prestadas até aqui, pode-se dizer que:

- o documento que temos em mãos se trata de uma edição mais recente da "Guerra dos Judeus", pois a primeira delas não chegou à posteridade;
- entre a publicação da obra em aramaico (1ª edição) e a tradução dela para o grego (2ª edição), diversos autores gregos do século I d.C. decidiram escrever sobre a história da guerra dos judeus contra os romanos;
- o "Prefácio" que chegou à posteridade se trata de um introito à segunda edição e, não, o mesmo proêmio da obra em aramaico[72];
- os discursos proferidos pelos autores gregos mencionados por Flávio Josefo contribuíam para instabilidade política onde os *sujeitos interlocutores* circulavam, pois, além de fomentarem certa indignação entre os judeus, desprestigiavam o desempenho militar dos Flávios;
- patrocinado pelos Flávios, o historiador judeu Flávio Josefo, um liberto dessa mesma casa, produziu um novo discurso no qual precisaria descredibilizar as narrativas anteriores, maximizar a resistência judaica e enaltecer o triunfo dos Flávios. A fim de cumprir esse propósito, além de traduzir a obra "Guerra dos Judeus" para o grego e ampliar o número de *sujeitos interlocutores* do seu discurso, Flávio Josefo precisaria *significar* e *ressignificar* alguns personagens. Talvez, Herodes Magno fosse um deles, principalmente, quando se percebe que o historiador judeu foi mais cauteloso aqui do que na obra "Antiguidades Judaicas". Porém, sobre essa diferença, trataremos mais à frente. Por enquanto, versemos apenas sobre o lugar de Herodes na obra "Guerra dos Judeus".

  Conforme observamos acima, a obra "Guerra dos Judeus" está dividida em sete livros, nos quais Flávio Josefo discorreu sobre a história dos *judeanos* desde o domínio sírio na região, através de Antíoco Epifânio, até o impacto provocado pela ascensão da Dinastia Flaviana, em Roma. Os pioneiros dessa dinastia, Vespasiano e Tito, foram os responsáveis pela derrota dos judeus durante a guerra iniciada em 66 d.C., alterando definitivamente as relações políticas estabelecidas entre judeus e romanos ao longo da história.

[72] O historiador Ivan Rocha chega a cogitar a possibilidade de toda obra ter sido reescrita e justifica essa hipótese e pelo fato da segunda edição não apresentar qualquer traço da língua original (ROCHA, 2014, p. 34).

Apesar da diversidade de temas e questões que o historiador judeu trabalha em sua obra ao longo dos sete livros que a compõe, em nosso estudo de caso abordaremos apenas o Livro I; pois, foi nele que Flávio Josefo construiu uma narrativa biográfica sobre o rei Herodes. Esse discurso nos colocou em contato com a trajetória de vida, bem como, com as relações políticas e socioculturais que circunscreveram a formação do rei dos *judeanos*.

Considerando o fato de Flávio Josefo (nosso *sujeito locutor*) ser descendente direto dos asmoneus, Herodes também se tratava do principal representante da dinastia que sucedeu a família de Josefo no governo central da Judeia, a partir de alianças políticas estabelecidas com os romanos, após a ocupação da região. Seria esperado que Josefo ressignificasse a figura de Herodes como um péssimo governante, principalmente se considerássemos que entre seus *interlocutores* estavam vários judeus que historicamente se ressentiam do governo dos Herodes. Entretanto, essa não foi a tônica do discurso de Josefo na segunda edição da obra "Guerra dos Judeus". Por que será?

A primeira menção que Flávio Josefo faz do rei dos *judeanos* em seu discurso apenas diz que "[...] Herodes, filho de Antípater, com o auxílio de Sósio, general do exército romano, pôs fim a dominação desses príncipes [asmoneus] [...]" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Prefácio). E, apesar de não demonstrar inicialmente nenhum tipo de reconhecimento aos benefícios políticos e socioeconômicos que acompanharam o governo de Herodes Magno na Judeia, Flávio Josefo fez questão de afirmar que foi apenas depois da morte de Herodes que o povo se revoltou.

O silêncio do historiador judeu quanto a esses benefícios, em seu prefácio, parece ser intencional e serve como *mecanismo de antecipação* entre ele e seus *interlocutores*; pois, como o discurso sobre a guerra se tratava também de uma apologia ao discurso anterior – a primeira edição publicada em aramaico, que tinha como público-alvo alguns judeus, qualquer reconhecimento inicial das ações de Herodes potencializaria a tensão ou faria com que Flávio Josefo perdesse a credibilidade diante de seus *interlocutores*, principalmente aqueles que prestigiavam a dinastia asmoneia e se opunham ferrenhamente ao governo herodiano.

Entretanto, o modo como Josefo se expressa (*forma-de-dizer*), também evidencia, como *não-explicito*, o fato de que o governo de Herodes Magno foi uma administração que manteve certo controle social na região e preservou as relações de poder estabelecidas entre romanos e judeus, diferentemente da atuação política dos seus sucessores. Com isso, o Herodes da obra "Guerra dos Judeus" seria bem mais que alguém que simplesmente pôs fim a dinastia asmoneia.

A primeira aparição de Herodes no discurso de Flávio Josefo acontece quando o seu pai Antípater, que foi nomeado por Júlio Cesar para ser o governador de toda a Judeia, o designou

como administrador da Galileia. Essa nomeação tinha como principal objetivo promover o controle social e evitar novos enfrentamentos entre as comunidades culturais que habitavam na região e que eram tão comuns na faixa de terra que compreendia a Síria e a Judeia.

Josefo caracteriza Herodes como alguém muito jovem, embora não descreva sua idade. Segundo o historiador judeu, ele possuía três elementos fundamentais para desempenhar bem o seu papel como governador da Galileia: ambição, inteligência e coração. Não havia nada que o jovem Herodes não pudesse realizar, diz Josefo.

Assim, Herodes começou a sua busca pela fama. A fim de ganhar o apoio dos sírios que habitavam na Galileia, ele eliminou os saqueadores, trouxe paz para região e fez com que suas ações gerassem o reconhecimento de Sexto César (governador da Síria), bem como, o de Júlio Cesar, em Roma (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/43).

A atuação política de Herodes no governo da Galileia, bem como, a performance de Fasael na administração da Judeia, consolidava as relações de poder entre Antípater e os *judeanos*. Segundo Flávio Josefo, o pai de Herodes sempre foi um aliado para Hircano II, o príncipe asmoneu que desde a ocupação romana fora confirmado como sumo-sacerdote, diante da disputa sucessória entre ele e a casa de seu irmão Aristóbulo II. Diferentemente do que se poderia imaginar, mesmo após a fragmentação político-administrativa aplicada pelos romanos à região, dividindo o poder entre Hircano e Antípater, a relação entre eles permaneceu amistosa.

Na lógica discursiva de Flávio Josefo, a deterioração das relações políticas entre os asmoneus favoráveis a Hircano e a família de Herodes não possui a sua origem na atuação de Antípater; nem, tampouco, na juventude e ambição de Herodes; mas, sim, na própria postura de Hircano, enquanto sumo-sacerdote, que foi alimentada por parte da aristocracia judaica que, domiciliada no sul da Judeia, não reconhecia a legitimidade do governo de Antípater e dos seus filhos.

> Como a glória dos filhos aumentava ainda mais a do pai, toda a nossa nação concebeu tal estima e amor por Antípater, que não lhe prestava menos honra do que se ele tivesse sido seu rei: esse sábio ministro, em vez de se deixar deslumbrar pelo brilho de tão grande prosperidade, conservou sempre a mesma afeição e a mesma fidelidade a Hircano. Mas os fatos que se seguiram mostraram que uma grande felicidade jamais deixa de ser ofuscada pela inveja. Hircano não pôde deixar de ver sem um ciúme secreto esta reputação do pai e dos filhos, particularmente de Herodes, crescer dia a dia; vivendo ele em tal estado, os mesquinhos invejosos, que odeiam a virtude e que contaminam com veneno todas as suas palavras e, com estas, a corte dos príncipes, exacerbavam ainda mais seu espírito, dizendo-lhe que colocando toda a autoridade nas mãos de Antípater e de seus filhos, só lhe restava o nome de rei, destituído de todo poder [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/44).

Assim, para o historiador judeu Flávio Josefo, a rivalidade entre asmoneus e herodianos começou com o aumento da fama e do prestígio da família de Herodes em detrimento da perda de poder da aristocracia judaica que sempre esteve associada a administração política asmoneia.

Fica evidente através desse discurso de Josefo que o historiador judeu, apesar de descender da mesma família que Hircano II, não se identificava com o grupo que responsabilizava a família de Herodes pelos resultados desastrosos da guerra dos judeus contra os romanos iniciada em 66 d.C. Essa *classe dirigente*, que deveria fortalecer as relações políticas entre Jerusalém, Antípater e seus filhos e Roma, contribuía para a fragmentação política, intolerância, insubordinação e enfrentamentos na Judeia romana.

Isso porque, segundo a ideologia do discurso de Josefo (que parecia favorecer historicamente a causa de Aristóbulo II), Jerusalém era administrada por um sumo-sacerdote que era estúpido, preguiçoso, facilmente influenciável e que intencionalmente se apoiava na habilidade política de Antípater e seus filhos. Além disso, ele vivia com a expectativa de que um dia Roma unificaria novamente o poder político e religioso na Judeia, como era antes da ocupação romana, quando o sumo-sacerdote também exercia a função de rei dos *judeanos*.

Assim sendo, o aumento da popularidade de Antípater e seus filhos frustrava as expectativas políticas de Hircano e da aristocracia que o aconselhava, dizendo que "[...] era estranho que de tal modo fechasse os olhos, para não ver que havia descido do trono para fazê-los [Antípater e seus filhos] reinar em seu lugar; que eles agiam abertamente, não mais como súditos, mas como soberanos" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/44). Ao mesmo tempo em que, para os *judeanos* do norte da Judeia, Herodes trouxe paz e tranquilidade quando perseguiu e matou ladrões que realizavam saques na região, aumentando assim o seu prestígio entre os sírios e os romanos, para a aristocracia de Jerusalém, tal ação seria uma prova de que Herodes pretendia ocupar o lugar de Hircano II como governante da cidade de Jerusalém.

> [...] Hircano ficou tão perturbado com estas palavras que sua cólera rebentou, por fim, contra Herodes. Ordenou-lhe que comparecesse ao julgamento e Antípater, seu pai, aconselhou-o a obedecer. Como ele confiava em sua inocência, garantiu com fortes guarnições a defesa da Galileia e se pôs a caminho com muita gente, para não ter receio de algum ataque dos inimigos; não foi acompanhado por tanta gente que desse motivo de inveja a Hircano; como Sexto César muito o estimava e temia por ele, quando se encontrasse no meio dos inimigos, ordenou a Hircano que o absolvesse dos crimes de que o acusavam; Hircano, que também o estimava, não teve dificuldade em fazê-lo. Mas na persuasão que Herodes tinha, de que esse príncipe o havia feito contra sua vontade, retirou-se a Damasco, para junto de Sexto, com a resolução de não mais comparecer em juízo, se o citassem uma segunda vez. Seus inimigos, para irritar de novo o espírito de Hircano, não deixaram de lhe dizer que ele lá tinha ido com o fim de organizar algum grande movimento contra seu governo. Ele acreditou facilmente

> e não sabia o que fazer, vendo que era menos poderoso do que ele (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/44).

Percebe-se aqui que, no discurso de Flávio Josefo, não era Hircano II que rivalizava com jovem Herodes, mas, sim, a *classe dirigente* que o acompanhava. Aliás, Josefo afirma que o responsável pela formação educacional do jovem Herodes foi exatamente Hircano II. Essa evidência pode ser extraída de uma fala atribuída por Josefo a Antípater quando, ao tentar minimizar o iminente enfrentamento entre o jovem Herodes e o sumo-sacerdote, ele disse:

> [...] que ele não devia esperar vencer, quando combatesse contra seu rei e benfeitor, o qual o havia educado, instruído, cumulado de favores e jamais tivera o menor pensamento de lhe fazer mal, a não ser quando fora como obrigado pelos maus conselhos dos invejosos (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/45).

Logo, no início da narrativa biográfica de Josefo, o jovem Herodes está representado como um ser injustiçado. Hircano II se caracteriza como um sumo-sacerdote fraco e facilmente influenciável. E a aristocracia judaica de Jerusalém é tratada como um modelo de *classe dirigente* invejosa, ambiciosa, caluniosa e injusta. Assim, Flávio Josefo a apresenta como uma comunidade que deveria preservar a ordem social e contribuir para a boa relação entre o Deus de Israel e a cidade, mas, que em vez disso possui todas características que, segundo a *formação imaginária* dos discursos que balizavam a formação sociocultural da sociedade judaica, resultavam em infortúnio, caos social, perda da independência política e subjugação a outros povos.

Em uma escala menor dentro da perspectiva mais ampla da narrativa sobre a guerra, o historiador judeu também responsabiliza essa aristocracia pelos eventos que culminaram com a ascensão de Herodes ao poder, como rei dos *judeanos*, e consequente queda definitiva da dinastia asmoneia. O jovem Herodes não seria um usurpador do trono, mas alguém que fez o possível para preservar a sua relação com Hircano II e respeitar a divisão político-administrativa estabelecida pelos romanos na Judeia, ainda que não tivesse muito êxito.

A ação da aristocracia judaica que circundava o sumo-sacerdote fortaleceu ainda mais o jovem Herodes que contava com o apoio incondicional do governador da Síria e o endosso dos romanos. No entanto, Hircano II vivia sob pressão, pois, "[...] quer por suas próprias forças, quer pelo afeto que o povo lhe dedicava, que nada mais se poderia acrescentar ao seu temor; ele imaginava a todo momento que Herodes vinha com armas, contra ele [...]" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/45). Tal expectativa, teria realmente se tornado realidade se não fosse a intervenção de Antípater e Fasael com a intenção de apaziguar

a situação e conter a crise política desencadeada pelas intrigas da aristocracia judaica, pois, "[...] Herodes, ardendo no desejo de se vingar por ter sido acusado e tratado como criminoso, reuniu um exército, marchou para Jerusalém para despojá-lo do reino [...]" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/45).

Logo, parece-nos que a ideologia que emerge do discurso de Josefo no Livro I da sua obra "Guerra dos Judeus" evidencia que, para ele, foi a atuação da família de Herodes nos conflitos que circundavam os *judeanos*, através de Antípater, que possibilitou a consolidação de Hircano II no poder, após o desfecho da disputa política entre Pompeu e Júlio Cesar pelo poder em Roma. Também foi essa família, com a atuação de Antípater, Fasael e Herodes, que preservou a ordem social, minimizou os enfrentamentos e coibiu as insurreições anteriormente provocadas por aqueles que pertenciam ao partido de Aristóbulo II e continuavam desconstruindo a legitimidade do poder de Hircano II em Jerusalém. E, igualmente se deve a família de Herodes, através da intervenção de Antípater e Fasael, a permanência de Hircano no poder, pois, se dependesse dele mesmo e da aristocracia que o aconselhava, Herodes o teria destituído muito antes do que se imaginava. Entretanto, as agitações políticas envolvendo as disputas de poder em Roma desviaram o foco da família de Herodes para questões externas, principalmente, porque o desfecho delas poderia alterar as relações políticas na Judeia.

Assim, Flávio Josefo centralizará ainda mais a sua narrativa na trajetória de vida de Herodes, expressando como se deu a consolidação das relações de poder entre o futuro rei dos *judeanos* e aqueles que disputavam o poder em Roma. Josefo cita uma guerra civil que ocorreu em Apameia e resultou na morte de Sexto César, o governador da Síria que em diversas oportunidades favoreceu a família de Herodes.

> Nesse mesmo tempo, surgiu em Apameia, uma guerra civil entre os romanos, na qual Cecílio Basso, para ser agradável a Pompeu, mandou matar à traição Sexto César e atraiu a si as tropas que ele comandava. Os que seguiam o partido do grande César, querendo vingar essa morte, atacaram-no com todas as suas forças e Antípater, para mostrar sua gratidão pelos favores que devia a Sexto e seu afeto por aquele que imortalizou a glória do nome de César, mandou-lhe auxílio, sob o comando de seus filhos. Essa guerra demorou-se muito e Marcos foi enviado da Itália, para substituir a Sexto no cargo (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/46).

A guerra civil em Apameia, na Síria, tinha uma relação direta com a disputa política entre pompeianos e cesarianos. Nela, Basso conseguiu apoio de árabes e partos em sua luta contra os romanos. Parece que somente Antípater e seus filhos prosseguiram apoiando o domínio cesariano na região. Aliás, a manutenção desse domínio significava também a preservação das relações de poder estabelecidas na Judeia, nas quais Antípater e sua família eram protagonistas desde a ascensão de Júlio Cesar ao poder em Roma. Entretanto, parece-nos

que para Flávio Josefo essa guerra civil ocupava um lugar secundário no jogo político. Isso porque outro enfrentamento, fundamentalmente mais importante para a Judeia, estava acontecendo em Roma.

> Esta guerra entre os romanos foi seguida por outra ainda maior; César fora morto no Capitólio por Cássio e por Bruto, depois de ter reinado três anos e meio; todos os principais do império, levados por diversos sentimentos e por interesses diversos, tomaram as armas. Cássio veio à Síria, fez reconciliarem-se Marcos e Basso, tomou o comando das tropas que eles comandavam, fez levantar o cerco de Apameia e impôs às cidades tributos que superavam às suas posses. Ordenou também aos judeus que fornecessem setecentos talentos; Antípater, temendo as ameaças, ordenou aos seus filhos e a alguns de seus amigos, entre os quais estava Malico, que procurassem reunir essa soma com toda a solicitude (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/IX/47).

O primeiro a se ajustar ao novo cenário político, seguindo a orientação de seu pai, foi Herodes. Flávio Josefo diz que ele reuniu cem talentos e pagou o tributo estabelecido para a Galileia, a região que ele governava. Em seguida, Antípater impediu que outras cidades fossem devastadas por Caio Cássio, pagando mais cem talentos por elas. Foi nesse contexto que aconteceu o primeiro encontro entre Herodes e o jovem Otaviano. Josefo relata que:

> O jovem César, depois cognominado Augusto, e Antônio, tendo vindo à guerra com Bruto e Cássio, este último e Marcos com ele, reuniram um exército na Síria e como tinham reconhecido a grande capacidade de Herodes, deram-lhe o governo da província, com uma grande cavalaria e infantaria; Cássio chegou a prometer-lhe fazê-lo rei da Judeia, quando a guerra tivesse terminado (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/IX/48).
> .

Agora Herodes, além de administrar a Galileia seria considerado também o governador da Síria e assim teria responsabilidade de, como tinha feito antes na região que administrava, preservar a ordem social, manter o controle político e minimizar as possibilidades de insurreições de comunidades culturais estabelecidas na região, contra o domínio romano. Além disso, Herodes, inevitavelmente, deveria conter as investidas árabes e partas através das legiões que recebera de Roma. Ou seja, parece-nos que na ideologia que emerge do discurso de Flávio Josefo, em "Guerra dos Judeus", Herodes merecia todo favorecimento político que os romanos lhe devotavam.

Outra informação importante no relato de Josefo se refere ao fato de que Cássio prometera a Herodes o reinado da Judeia, ou seja, após a guerra, Antípater já teria o seu sucessor estabelecido. Segundo relata o historiador judeu, essa revelação foi a causa da morte do pai de Herodes, quando um antigo protegido de Antípater – que também era amigo de Hircano, chamado Malico, por causa de suas pretensões políticas para a Judeia, acabou envenenando o pai de Herodes.

> Tal a recompensa que recebeu da ingratidão de Malico este grande personagem tão capaz de governar e da execução dos mais importantes assuntos e a quem Hircano era devedor da reconquista e da conservação do seu reino. As suspeitas que disso o povo teve animou-o contra aquele pérfido indivíduo; mas ele o acalmou, confessando ousadamente não ter tido parte alguma naquele crime e, no temor que tinha de que Herodes se vingasse, reuniu tropas para sua defesa e segurança. Herodes queria de fato marchar com um exército para castigar aquele traidor, mas Fasael aconselhou-o a dissimular para que não se excitassem novas perturbações. Assim, os dois irmãos receberam Malico, aceitaram suas desculpas e fizeram soberbos funerais ao seu pai (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/IX/48).

Percebe-se que, apesar de receber uma promessa sucessória por parte de Caio Cássio, o "Herodes da Guerra dos Judeus" não conspira a morte de seu pai, a fim de assumir logo o poder. Em vez disso, ele contém o seu ímpeto de vingança, se submete ao jogo político e espera o momento certo para aplicar uma espécie de Lei de Talião, também adotada pela sociedade judaica do seu tempo.

> [...] se alguém ferir a outro com instrumento de ferro, de sorte que este venha morrer, homicida é, certamente será morto o homicida. Se alguém ferir a outro com uma pedra na mão, que possa causar a morte, e este vier a morrer, homicida é; certamente, será morto o homicida. Se alguém ferir a outro com um instrumento de pau, que possa causar a morte, e este morrer, homicida é; certamente, será morto o homicida. O vingador mesmo matará ao homicida; quando o encontrar, mata-lo-a. Se alguém por ódio empurrar a outro e atirar sobre ele alguma coisa de intento malévolo, de maneira que este venha a morrer; ou, por inimizade, o ferir com a mão, de sorte que venha a morrer, certamente, será morto aquele que o feriu; homicida é. O vingador do sangue matará ao homicida, quando o encontrar (LIVRO DE NÚMEROS, Capítulo XXXV/16-21).

> [...] se alguém, aborrecendo ao seu próximo e armando-lhe ciladas, se levantar contra ele e lhe der um golpe mortal, de sorte que venha a morrer; se se acolher a uma dessas cidades, os anciãos da sua cidade enviarão, e o tirarão dali, e o entregarão nas mãos do vingador de sangue, para que morra. [...] Não terá piedade dele o teu olho; dar-se-á vida por vida, olho por olho, dente por dente, mão por mão e pé por pé (LIVRO DE DEUTERONÔMIO, Capítulo XIX/11-13, 21).

Naquele momento, mais importante que uma vingança pessoal, seria a preservação do legado de Antípater: alguém que trabalhou arduamente para manter as relações de poder estabelecidas entre romanos e *judeanos* na região que ele administrava. Este seria o novo trabalho de Herodes: aprender a ser menos impetuoso e mais político. No entanto, a morte de seu pai nunca seria lançada no esquecimento. Até porque o próprio Malico não desistira de suas investidas políticas.

> Malico veio encontrá-lo, chorando a morte de Antípater e, embora essas lágrimas fingidas só aumentassem a cólera de Herodes, ele mostrou acreditar que eram verdadeiras; mas escreveu a Cássio para pedir-lhe justiça pela morte de seu pai. Como Cássio já odiava Malico, não somente lhe permitiu vingar-se, mas mandou mesmo uma ordem secreta aos chefes de suas tropas para que ajudassem a Herodes em tudo o que desejasse deles, para esse fim. Em seguida, tomou Laodiceia. Os maiorais do país trouxeram-lhe presentes e coroas; Herodes não duvidou de que Malico também estivesse lá e julgou que aquela ocasião seria própria para executar seu desígnio.

> Quando Malico estava perto de Tiro, começou a suspeitar; resolveu tirar seu filho que lá estava como refém e fugir para a Judeia. Seu desespero levou-o mesmo a formar um projeto ainda mais ousado, que era de se servir da ocasião da guerra de Cássio contra Antônio para levar os judeus a sacudir o jugo dos romanos, destronar Hircano e reinar em seu lugar. Mas Deus zombava de suas vãs esperanças, com que tanto se iludia: Herodes desconfiou de que ele tinha algum plano extraordinário e para prevenilo, convidou-o a cear em sua casa com Hircano. Mandou em seguida um dos seus, com o pretexto de fazer os preparativos, mas deu-lhe uma ordem secreta de rogar aos oficiais das tropas romanas que fossem esperar Malico no caminho, para lhe dar o castigo merecido. Como Cássio lhes havia ordenado que fizessem tudo o que Herodes desejasse, não deixaram de ir ao encontro de Malico. Viram-no perto da cidade, ao longo da praia, e o mataram (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/IX/49).

"Olho por olho; dente por dente". Para Flávio Josefo, o "Herodes da Guerra dos Judeus" não fez nada mais nada menos que cumprir a Lei Mosaica ao vingar a morte de seu pai. Além disso, tal ação também se fez executar após a submissão da causa ao julgamento romano, como era de se esperar de um governante legitimado por Roma. Provavelmente, Herodes fez essa consulta porque já tinha conhecimento da inimizada estabelecida entre Cássio e Malico, quando esse se recusou a pagar tributos aos romanos. Porém, o silêncio de Josefo quanto a isso e a forma como ele constrói o seu discurso, evidencia que o espaço legado para esse Herodes se trata de um *lugar discursivo*.

A narrativa biográfica de Flávio Josefo continua. Parece-nos que as disputas políticas, entre a aristocracia judaica e a família de Herodes, também. Mas, agora com uma certa permissividade de Hircano travestida por um discurso de neutralidade nesse jogo político. Fasael, irmão de Herodes, acusou o sumo-sacerdote de acolher Malico e permitir que posteriormente o seu irmão Félix se apoderasse de diversas praças em Jerusalém, inclusive da fortaleza de Massada. Porém, Herodes retomou esses locais e restabeleceu a ordem social. Assim, Josefo começa a revelar as estratégias usadas por Herodes para subjugar seus adversários políticos no processo de consolidação do seu poder na Judeia.

> Herodes sarou, retomou-as todas e o obrigou a lhe pedir perdão. Retomou, também na Galileia, três praças ocupadas por Mariom, que, tendo sido constituído por Cássio, príncipe de Tiro, dominava em toda a Síria. Mas Herodes tratou bem os tírios que lá estavam como guarnição e até mesmo deu presentes a alguns deles; o que causou não menos afeto por ele e por sua nação do que ódio por Mariom. Este marchou em seguida contra Herodes; levava consigo a Antígono, filho de Aristóbulo, e Fábio, que Antígono tinha conquistado com dinheiro, porque eles eram inimigos de Herodes e Ptolomeu, sogro de Antígono, os ajudava com tudo o de que eles precisavam. Herodes veio-lhes ao encontro e o combate travou-se à entrada da Judeia. Ele venceu; pôs Antígono em fuga e voltou a Jerusalém com tanta glória, que aqueles mesmos que antes não o estimavam, procuravam a sua amizade e a isso foram tanto mais levados quanto viram-no contrair aliança com seu rei e estimado por ele (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/50).

Percebe-se, nessa perícope, que Flávio Josefo ressignifica Herodes como um bom estrategista militar e um político muito competente. Sabemos que Herodes desenvolveu uma boa base político-governista na Galileia e Síria. No entanto, a aristocracia judaica de Jerusalém sempre esteve em seu encalço e regularmente conspirava contra ele, tentando fragilizar a sua relação com Hircano II. Essa conspiração só não lograva êxito porque além de ser um estrategista, Herodes contava com o suporte político romano. Ao derrotar Antígono, a tensão política existente entre a aristocracia de Jerusalém que influenciava Hircano e a família de Herodes foi aparentemente minimizada. Isso porque Antígono representava a parcela aristocrática da Dinastia Asmoneia que historicamente apoiava a causa de Aristóbulo II.

A fim de prolongar o momento de estabilidade política entre eles, Herodes decidiu fazer uma aliança com a casa de Hircano através de um casamento, com isso, "[...] tendo antes desposado uma mulher de sua nação de nome Dóris, que era de família nobre, e da qual tivera Antípatro, ele devia então desposar Mariana [neta de Hircano II], filha de Alexandre, filho de Aristóbulo II e de Alexandra, filha de Hircano [...]" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/50). O casamento com Mariana permitiria a Herodes consolidar as relações políticas com a aristocracia que apoiava Aristóbulo II, bem como, com aquela *classe dirigente* que influenciava o sumo-sacerdote[73]. A princípio tudo parecia ir de acordo com planejado, porém, mais uma vez, o cenário político de Roma estava preste a mudar.

Depois da morte de Caio Cássio, Marco Antônio foi até a Bitínia para encontrar representantes políticos de diversas regiões anexadas pelos romanos. Segundo Flávio Josefo, representantes da aristocracia de Jerusalém viram nesse cenário político de incertezas a oportunidade para se livrar de vez do domínio da família de Herodes. Assim, eles foram até lá e acusaram Herodes e Fasael de usurparem a força todo poder político na região, deixando para Hircano II apenas um título de rei. No entanto, mais uma vez Herodes se antecipou aos seus opositores e pagou a Marco Antônio uma grande soma em dinheiro, consolidando assim as relações políticas entre Antônio e a sua família, como antes ele fizera com Caio Cássio (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/50).

Se, por um lado, o acordo de casamento de Herodes com Mariana não foi suficiente para consolidar as relações políticas entre ele e a aristocracia de Jerusalém, por outro, serviu para fortalecer as relações de poder entre Hircano II e Herodes. Flávio Josefo afirma que:

---

[73] Silver (2014, pp. 28-30) entende que, em vez de consolidar seu status político, a série casamentos do rei Herodes serviu como marco inicial para sua derrocada política. Segundo ela, foi essa diversidade familiar e o emaranhado de intrigas palacianas criado por suas esposas, irmã, mãe e filhos que o transformara em um rei fratricida, parricida e *feminicida*.

> [...] Quando Antônio estava em Dafne, que é um arrabalde de Antioquia, e já tinha sido conquistado ao amor de Cleópatra, cem dos principais judeus foram ainda encontrá-lo para acusar uma segunda vez a Fasael e Herodes e escolheram para isso os mais ilustres e os mais eloquentes dentre eles. Messala tomou a defesa dos dois irmãos e foi ajudado por Hircano. Antônio, depois de os ter ouvido a ambos, perguntou a Hircano qual desses dois partidos era capaz de governar melhor. Ele respondeu-lhe que era o dos dois irmãos e Antônio sentiu muita alegria com isso, porque Antípater, o pai deles, o tinha recebido muito bem em sua casa, quando Gabínio fazia a guerra na Judeia [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/51).

Assim Josefo explica que, por causa da habilidade política de Herodes, mais uma vez a sua família sobreviveu as mudanças no cenário político romano e saiu mais fortalecida politicamente na Judeia, pois, Marco Antônio constituiu os filhos de Antípater como tetrarcas e deu a eles o *status* de *clientes* dos romanos e *patronos* de todos os *judeanos* (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/51).

Flávio Josefo oferece aos seus *interlocutores* uma clara demonstração do *status* político da família de Herodes diante de Roma quando registrou que:

> [...] Os embaixadores, mandados contra eles [Herodes e Fasael], demonstraram grande descontentamento e ele mandou prender quinze deles e pouco faltou que não os mandasse matar. Despediu os outros, depois de os ter maltratado bastante. Os de Jerusalém ficaram tão ofendidos com esse proceder que em vez de cem enviados, mandaram mil encontrá-lo em Tiro, onde se preparava para ir a Jerusalém. Antônio, irritado com a murmuração e com as queixas, ordenou aos magistrados da cidade que mandassem matar aos que pudessem agarrar e mantivessem, em tudo o que dependia deles, os que ele havia constituído tetrarcas [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/51).

Porém, fundamentalmente, o historiador usa o seu discurso para ressignificar a imagem de Herodes como um homem piedoso que, como o sumo-sacerdote Hircano II, estava muito preocupado com a possibilidade da ação dos aristocratas de Jerusalém desencadear uma revolta dos *judeanos* contra os romanos. No entanto, a obstinação dos judeus foi tão grande que, ao saber que eles não deram ouvidos aos seus governantes, Marco Antônio enviou os soldados romanos para matá-los. Em seguida, "[...] Hircano mandou enterrar os mortos e curar os feridos, sem que nada fosse capaz de acalmar o espírito dos outros, e sua obstinação foi causa de que Antônio fizesse morrer os que retinha na prisão" [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/X/51). Na lógica discursiva de Josefo, foi a primeira vez que Herodes e Hircano atuaram juntos a favor dos *judeanos* e contrários aquela aristocracia da intriga. No entanto, a saga do futuro rei dos *judeanos* estava longe de acabar.

Flávio Josefo interrompeu a sua narrativa sobre a trajetória de vida de Herodes Magno durante os dois anos seguintes. Não sabemos o motivo. Talvez a aliança entre Herodes e Hircano II tenha proporcionado um período de paz para a Judeia e, como a proposta narrativa do

historiador judeu estava centrada em relatos de guerra, pode ser que os fatos ocorridos durante esse interregno não tenham despertado o interesse de Josefo. Outra possibilidade também seria a ausência de documentos ou obras publicadas que registrassem os fatos desse período. Não sabemos. O fato é que Flávio Josefo retoma o seu discurso com mais um período de instabilidade desencadeado pelas rivalidades políticas entre os asmoneus.

Parece que a Síria agora está sob o domínio dos partos e, com isso, Lisânias prometeu ao governador da Síria mil talentos e quinhentas mulheres para que ele derrubasse Hircano II e colocasse Antígono no poder em Jerusalém. O levante logo se deslocou do Norte para o sul, com o apoio de muitos *judeanos*.

> Fasael e Herodes receberam-nos com muita energia e tendo-os repelido, depois de um grande combate que se travou perto do mercado, obrigou-os a se refugiar no Templo. Herodes colocou em seguida uma guarda de sessenta homens nas casas vizinhas, mas o povo, incitado pelo ódio contra os dois irmãos, incendiou as casas. Herodes não tardou muito em se vingar; atacou os inimigos, matando um grande número deles. Não se passava um só dia em que não se travassem escaramuças; a festa a que chamam de Pentecostes aproximava-se, e toda a cidade e os arredores do Templo estavam repletos de pessoas que vinham de todas as partes para celebrar a festa; a maior parte dos homens estava armada. Fasael defendia as muralhas, e Herodes, o palácio, com um pequeno número de soldados. Ele fez uma arremetida tão forte do lado do norte, contra os que estavam nos arredores, e tendo-os surpreendido, matou vários, pôs o restante em fuga e os obrigou a se refugiar na cidade, no Templo ou atrás das defesas que estavam próximas (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XI/52).

Esse confronto resultou em muitas perdas para Herodes. Apesar de sua habilidade política e estratégia militar ter livrado a sua família das investidas de Antígono e dos partos, bem como, também ter conseguido preservar a maior parte do seu patrimônio, foi nesse levante que Herodes perdeu o seu irmão Fasael e que Hircano II teve que abdicar do sumo-sacerdócio.

> [...] os partos saqueavam, em Jerusalém, as casas dos que haviam fugido e até o palácio real, sem tocar, no entanto, em mais de trezentos talentos que pertenciam a Hircano; mas não encontraram tudo o que esperavam, porque Herodes, que conhecia sua perfídia, tinha mandado à Idumeia o que ele tinha de mais precioso e os que se haviam arriscado à sorte, tinham feito a mesma coisa. Esses bárbaros não se contentaram de saquear a cidade, devastaram também os campos, destruíram Marissa e não somente fizeram Antígono rei, mas entregaram-lhe Hircano e Fasael, acorrentados. Ele mandou cortar as orelhas ao primeiro, a fim de que, sobrevindo alguma mudança, ele fosse tido como incapaz de exercer o sumo-sacerdócio, porque nossas leis proíbem conceder-se essa honra aos que têm algum defeito corporal. Mas a coragem de Fasael libertou-o do seu poder; embora ele não tivesse nem espada nem a liberdade de se servir de suas mãos, soube encontrar um meio de se matar, batendo a cabeça contra uma pedra, fazendo ver, por esse ato tão digno da glória de sua vida, que ele era um verdadeiro irmão de Herodes e não um covarde, como Hircano. Alguns dizem que Antígono mandou-lhe cirurgiões que em vez de usarem remédios para curá-lo, envenenaram suas feridas; antes de exalar o último suspiro, ao saber por uma pobre mulher que Herodes se tinha salvado, disse que morria sem tristeza, pois deixava um irmão que o vingaria de seus inimigos (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XI/55).

Josefo diz, no entanto, que os *judeanos* causaram mais prejuízos a Herodes nesse levante que os partos, pois, mais uma vez viram a oportunidade de se livrarem da administração herodiana, bem como, do sumo-sacerdócio de Hircano II. Após longos combates, Herodes saiu como vencedor, principalmente porque, diferentemente de Antígono que fizera promessa, aos partos, fiado na pilhagem das riquezas de Hircano II durante a ocupação, ele tinha relações políticas suficientes para conseguir os recursos de que precisava para acabar com a guerra. Assim, primeiro ele tentou sem muito êxito ter o apoio do rei dos árabes. Depois, Herodes foi para o Egito, mas Cleópatra, apesar de encontrá-lo como muitas honrarias, estava apenas preocupada em obter o apoio dele para atender suas ambições políticas. Por último, ele se dirigiu a Roma.

Flávio Josefo, ressignifica mais uma vez o rei Herodes como alguém disposto a desenvolver qualquer esforço pessoal para preservar o seu povo. Ele enfrenta uma tempestade marítima. É obrigado a lançar grande parte de seus instrumentos de negociação no mar. Passa por uma cidade arrasada. E mesmo sem recursos não mediu esforços para equipar uma grande galera (embarcação romana) e partir de Rhodes para Roma, com seus amigos Sapinas e Ptolomeu. Na cidade de Roma, a primeira pessoa que Herodes procurou foi Marco Antônio. Josefo diz que o motivo principal foi a estreita relação que existiu entre ele e seu pai Antípater.

> [Herodes] contou-lhe todas as suas desgraças, disse-lhe que fora obrigado a deixar as pessoas que lhe eram mais caras num castelo onde estavam cercados, e o rigor do inverno e os perigos do mar não puderam impedi-lo de embarcar, para vir pedir-lhe auxílio. Antônio, comovido com esta mudança da sorte, pela estima em que tinha o mérito de Herodes, pela lembrança da amizade que prometera a seu pai e, principalmente, pelo ódio contra Antígono, que considerava um sedicioso, inimigo dos romanos, resolveu constituir Herodes rei dos judeus, como outrora o havia constituído tetrarca, e julgou que lhe era tanto mais fácil fazê-lo, quanto não duvidava de que Augusto tê-lo-ia feito de mais boa vontade ainda do que ele, porque o ouvia frequentemente falar dos serviços prestados por Antípater e César no Egito, da maneira como o havia recebido em sua casa, do afeto que lhe havia dedicado e da estima particular que fazia do mérito e da coragem de Herodes. Assim, mandou reunir o Senado, em que Messala e ele falaram na presença de Herodes, dos serviços prestados, com tanto afeto ao povo romano por Antípater, seu pai e por ele, e que Antígono, ao contrário, não somente fora sempre um inimigo declarado deles, mas tinha demonstrado tal desprezo pelos romanos, que recebera a coroa das mãos dos partos. Esse discurso irritou o Senado contra Antígono, e Antônio acrescentou que, na guerra que se travaria contra os partos, seria sem dúvida muito vantajoso constituir Herodes rei da Judeia. Todos aceitaram essa proposta e, ao sair do Senado, Antônio e Augusto puseram Herodes no meio deles; os cônsules e os outros magistrados caminhavam diante deles, e foram oferecer sacrifícios, e puseram no Capitólio o decreto do Senado. Antônio deu em seguida um banquete ao novo príncipe (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XI/58).

Ou seja, como alguém que é favorecido pelos deuses, mais uma vez, Herodes sai fortalecido politicamente após as investidas rotineiras da aristocracia judaica que não media esforços, nem perdia qualquer oportunidade restaurar o poder político asmoneu na Judeia, fosse

ela dada através de negociações, disputas internas ou investidas externas na região. É perceptível que Flávio Josefo está mostrando através do seu discurso que Herodes representa o judeu que era articulado politicamente, estrategista militar, inteligente, bom governante, fiel ao seu povo, honestos em seus acordos políticos, com preocupações quanto a ordem social e a boa relação entre o Deus de Israel e a cidade. Isto é, o filho de Antípater, serve como uma figura narrativa capaz de desconstruir as *formações imaginárias* dos discursos que ridicularizam ou descaracterizavam os judeus enquanto povo.

A relevância política do "Herodes da Guerra dos Judeus" foi reconhecida pelos deuses romanos, confirmada pelos cônsules, ratificada pelo Senado e celebrada em Roma. A princípio, parece que a lógica discursiva de Josefo aponta apenas para um monarca romano. Isso porque não houve uma cerimônia de entronização judaica. Logo, Herodes não se dirigiu ao templo acompanhado por uma grande procissão aclamando-o como rei. Ele não fez uso de uma jumenta ou teve uma entrada triunfal em Jerusalém; nem tampouco foi ungido pelo sumo-sacerdote diante de todo o povo. Herodes era Idumeu e sequer pertencia a uma linhagem real. Não era descendente de Davi ou dos reis de Israel. Ele sequer pertencia a família asmoneia. Entretanto, a *formação imaginária* de alguns discursos judaicos esclarece que alguém somente teria tamanho reconhecimento se fosse favorecido pelo Deus de Israel. Pois,

> [...] ele muda os tempos e as estações; remove os reis e estabelece os reis; dá sabedoria aos sábios e conhecimento aos que sabem discernir [...]. [...] o Altíssimo domina no reino dos homens, e o dá a quem quiser, e constitui sobre ele o mais humilde dos homens (LIVRO DE DANIEL, Capítulos II/21, IV/17).

Logo, mais uma vez parece que Flávio Josefo pretendia responsabilizar uma aristocracia da intriga pela derrota judaica na guerra contra os romanos, bem como, pela destruição do templo de Jerusalém em 70 d.C.

Digamos que, até aqui, o "Herodes da Guerra dos Judeus" se trata de um indivíduo que trabalha pela manutenção da paz na Judeia e preservação das relações políticas estabelecidas entre os *judeanos* e romanos. Josefo evidencia isso quando relata o retorno de Herodes para a Judeia e as ações desenvolvidas para liberar a região do domínio parto. Quem aportou em Tolemaida foi um rei que possuía uma investidura romana. Logo, em seu retorno, Herodes não teve muitas dificuldades para reunir um exército composto tanto por *judeanos* quanto mercenários, além do contingente romano enviado por Marco Antônio. Conforme Herodes avançava, mais pessoas da Galileia se juntavam ao seu exército.

> Ele tomou, em seguida, Jope avançou rapidamente para Massada e seu exército fortificava-se cada vez mais, porque os do país reuniram-se a ele, uns pela estima que

> tinham do seu valor, outros, pela gratidão dos favores que lhe deviam e a maior parte, pela esperança dos benefícios que esperavam. Ele assim reuniu um grande exército e Antígono tirou pouca vantagem das emboscadas que lhe preparou no caminho (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XII/61).

Nesse processo de liberação da Judeia do domínio parto, a narrativa de Flávio Josefo ressignifica mais uma vez a figura de Herodes. No início de sua narrativa, o historiador judeu revelou um jovem Herodes impetuoso que se inflamava com facilidade e estava sempre pronto a responder seus inimigos de forma exagerada e violenta, apesar de preservar as relações políticas já estabelecidas pelos romanos na região. Mas, agora, o rei Herodes, não obstante a gravidade da situação e mesmo sabendo que o confronto era inevitável, antes de pôr as mãos em armas, tentava uma negociação. Por exemplo, quando ele sitiou a cidade de Jerusalém, um mensageiro constantemente informava aos sediciosos que a sua intenção era apenas restabelecer a ordem social e cuidar do bem da cidade. Para isso, ele estaria disposto a esquecer as ofensas dos seus inimigos e não executar ninguém que se rendesse. Se essa era uma estratégia de Herodes para eliminar os seus inimigos com mais facilidade, não sabemos. Mas o fato é que o "Herodes da Guerra dos Judeus" cumpre as suas promessas e paga as suas dívidas. Porém, também é implacável com aqueles que não aceitam os seus termos e persistem em se rebelar. Essa característica já aponta para a última fase da vida do rei Herodes, quando Flávio Josefo tratará dos conflitos familiares. Mas, por enquanto, vejamos mais algumas ressignificações josefiana para o novo rei dos *judeanos*.

Durante o processo de liberação da Judeia, o rei Herodes lidou com grande número de ladrões que de vez em quando se retiravam para as cavernas de Séforis. Josefo ressalta que, para Herodes, a ação desses bandoleiros era quase tão devastadora quanto a guerra que ele travava contra Antígono com apoio dos partos. Uma situação curiosa narrada por ele evidencia a *ambiguidade* que havia no "Herodes da Guerra dos Judeus".

> Essas cavernas estavam em montanhas difíceis e inacessíveis de todos os lados. Lá se podia subir somente por pequenos atalhos, muito estreitos e tortuosos; via-se em frente uma grande rocha escarpada, que ia até o fundo do vale, cavado em diversos lugares pela impetuosidade das torrentes. Um lugar tão forte e defendido deixou Herodes assustado. Ele não sabia como realizar o seu projeto. Por fim, veio-lhe à mente uma ideia que nenhum outro antes havia tido. Mandou descer até à entrada das cavernas, em caixões bastante fortes, alguns soldados que matavam os que lá se haviam escondido com suas famílias e incendiavam os alojamentos dos que não se queriam entregar. Mas como ele desejava salvar alguns, mandou avisar a som de trombeta que viessem encontrá-lo, dando-lhe todas as garantias. Nenhum deles, no entanto, ousou fazê-lo. A morte parecia-lhes mais suave que a escravidão; a maior parte dos que lhe foram levados à força, mataram-se. Um velho, ao qual a mulher e os filhos pediram para sair da caverna para se entregar aos inimigos, em vez de consentir, pôs-se à entrada, ordenou-lhes que saíssem, e os matava à medida que iam saindo. Herodes, que os via de um lugar elevado, ficou comovido e fez-lhe sinal com a mão que tivesse compaixão de seus filhos, e acrescentou mesmo seus rogos; mas o velho, em vez de se acalmar com o que ele dizia, recriminou-lhe a fraqueza, matou a mulher, e depois

> de ter matado os filhos, atirou seus corpos do alto do rochedo e por último atirou-se ele também (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XII/65).

Percebe-se nessa perícope que o "Herodes da Guerra dos Judeus" era capaz de se comover diante do infortúnio de seus conterrâneos, ainda que eles fossem saqueadores. No entanto, não é só a ressignificação que Josefo faz, fortalecendo a imagem de um rei estrategista e piedoso que nos deve chamar a atenção aqui. Parece-nos que a possibilidade de rendição desse grupo significaria também acesso a mão de obra escrava para Herodes, ou seja, aumento do patrimônio, talvez até do contingente de seu exército. Vemos na narrativa um homem que prefere morrer e matar sua família do que se entregar a escravidão. Até mesmo aqueles que foram levados à força, cometeram suicídio. Na lógica discursiva de Flávio Josefo, Herodes não pretendia preservar todas as pessoas, mas, sim, apenas algumas.

Em suma, Josefo apresenta nesse episódio um Herodes que se comove diante da morte de saqueadores, não mede esforços para salvar alguns, leva um grupo a força, mas, ao mesmo tempo está disposto a eliminar todos aqueles que não se submetessem às suas condições. E foi o que aconteceu. Herodes eliminou todos os que se escondiam nas cavernas e deixou uma guarnição lá a fim de impedir novas ocupações. Ao retornar para a Galileia e tomar conhecimento de que a mesma coisa acontecera nos pântanos e lugares fortificados da região, o rei dos *judeanos* mais uma vez dizimou os seus inimigos e tributou as cidades que foram libertadas por ele. Esses são apenas alguns exemplos da *ambiguidade* que caracteriza o "Herodes da Guerra dos Judeus".

Enquanto o rei Herodes ajudava Marco Antônio em uma campanha militar na cidade de Samosata, um dos seus irmãos chamado José, que ele deixara em seu lugar no governo da Judeia durante a sua ausência, decidiu pelejar contra Antígono, ainda que para fazer isso tivesse que desconsiderar as ordens de Herodes. O resultado foi a perda de mais um de seus irmãos e novas agitações na Galileia e Idumeia.

> Os inimigos atacaram-no naqueles lugares tão desvantajosos, derrotaram-no completamente, sendo ele mesmo morto depois de ter feito tudo o que podia fazer o homem mais valente do mundo, e toda aquela cavalaria romana lá pereceu, porque tinha sido recém organizada, trazida da Síria, integrada por soldados jovens, incapazes de reparar o que lhes faltava à pouca experiência. Antígono não se contentou com essa vitória; como tinha ainda em seu poder os corpos dos vencidos, sua cólera levou-o a mandar cortar a cabeça de José, embora Feroras, seu irmão, lhe mandasse oferecer cinquenta talentos para tê-lo todo inteiro. Esse combate produziu tal mudança na Galileia, que os partidários de Antígono afogavam no lago os mais ilustres dos amigos de Herodes; sucederam também novas perturbações na Idumeia [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/69).

Josefo diz que o rei Herodes teve presságios sobre a morte do seu irmão na cidade de Dafne, nos arredores de Antioquia. Segundo o historiador judeu, ele teve um sonho no qual viu

a morte de José. Quando ele acordou, estava diante dos mensageiros trazendo a notícia. Diferentemente da sua hesitação durante a morte de seu irmão Fasael, dessa vez, o rei dos *judeanos* decidiu assimilar o golpe e marchar rapidamente para vingar a morte de seu irmão. Isso mostra que, agora Herodes se tratava de um rei romano que tinha poder para sentenciar alguém a morte sem a prévia autorização de Roma. A lógica discursiva de Flávio Josefo agora apresenta Herodes como um rei que agia com a proteção do Deus de Israel.

> Como Herodes ardia de impaciência de vingar a morte de seu irmão, avançou com grande rapidez até Jericó, onde foi salvo por uma espécie de milagre, de um tão grande perigo, que não se dúvida de que Deus tivera mesmo cuidado em conservá-lo. Vários dos mais ilustres da cidade haviam ceado com ele e, mal apenas se retiraram, a sala, onde haviam estado, ruiu por terra. Ele tomou esse acidente como um bom augúrio e levantou o acampamento logo no dia seguinte, cedo. Seis mil inimigos desceram das montanhas e travaram apenas escaramuças com a sua vanguarda, mas como não ousavam combater com os romanos, contentavam-se de atacá-los de longe, a golpes de dardos, com o que vários ficaram feridos e Herodes mesmo recebeu um ferimento no flanco (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/70).

Ao descrever esses dois últimos eventos da vida do rei Herodes, Flávio Josefo justifica as ações e o ímpeto do rei dos *judeanos* como se elas fossem ratificadas pelo Deus de Israel. Seria como se ele tivesse autorização da divindade judaica para ser implacável com os seus inimigos, ou seja, a fúria de Herodes se confundia com a ira divina. Segundo Josefo, naquele momento o "Herodes da Guerra dos Judeus" era o homem mais temido da Judeia.

> [...] Os que não eram simpatizantes de Herodes resistiram por algum tempo; mas como não havia perigo que ele não desprezasse para vingar a morte de seu irmão, atacou com tal força os que se apresentaram diante dele, que não teve dificuldade em vencê-los. Derrotou, em seguida, todos os que ainda restavam, e a mortandade foi grande. Alguns fugiram para a aldeia de onde haviam partido, a fim de se salvarem. Perseguiu-os, matando sempre, e entrou juntamente com eles; as casas encheram-se imediatamente de fugitivos e muitos foram logo mortos: em seguida, mandou destruir os telhados; muitos ficaram esmagados sob os escombros, sob as ruínas; outros foram traspassados pelas espadas dos soldados. O número dos mortos foi tão grande, que os montes de seus corpos atravancavam as estradas aos vitoriosos. Esse espetáculo causou tal espanto ao país, que todos fugiram. Herodes, depois de tão feliz resultado, teria ido diretamente a Jerusalém, se uma grande tempestade não o tivesse detido. Esse obstáculo impediu-o de obter uma vitória completa e derrotar inteiramente a Antígono que já se preparava para abandonar a capital do seu reino. Quando chegou à noite, Herodes mandou seus amigos descansarem um pouco; ele também, molhado de suor, se pôs no banho, acompanhado somente por um de seus criados. Então, três dos inimigos, que o medo tinha feito esconderem-se naquela casa, saíram de espada na mão, para escapar; mas ficaram tão espantados com a presença do rei, embora ele estivesse nu, que só pensaram em fugir. Ninguém pensou em detê-los, e o príncipe julgou-se feliz por ter evitado tão grande perigo; assim, não lhes foi difícil escapar. No dia seguinte, ele mandou cortar a cabeça a Pappo, comandante das tropas de Antígono, que havia matado José, e a mandou a Feroras, seu irmão, para consolá-lo com a perda comum (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/70).

Foram três anos de insurreições desde que Herodes fora investido como rei dos *judeanos* em Roma. Três longos anos até que ele conseguisse sitiar Jerusalém e restabelecer o domínio

judaico-romano no coração da Judeia. Flávio Josefo comparou essa ação de Herodes a ocupação promovida por Pompeu alguns anos antes. Provavelmente, ao fazer essa analogia, o historiador judeu não se referia apenas a estratégia militar utilizada por ele para dominar a cidade.

Apesar do silêncio em relação aos pormenores da ocupação, Josefo resgata como *memória discursiva* o fato de o magistrado romano ter entrado no lugar mais secreto do templo e restabelecido o culto ao Deus de Israel, num momento em que a divindade judaica parecia ter abandonado a cidade, por causa da disputa política entre os asmoneus.

No momento da ocupação romana, os enfrentamentos foram desencadeados pela disputa sucessória do cargo de sumo-sacerdote. Essa querela teve como protagonistas os irmãos Aristóbulo II e Hircano II. Os mesmos grupos, isto é, os partidários da casa de Aristóbulo e os defensores da legitimidade de Hircano, se colocaram na base de todos os levantes que Herodes e sua família enfrentaram na Judeia. Na época de Pompeu, o cargo de sumo-sacerdote estava vago. Isso porque durante essa última insurreição, Antígono, filho de Aristóbulo II, inviabilizou o exercício do sumo-sacerdócio ao mutilar Hircano II (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XI/55). Logo, os sacrifícios estavam interrompidos, a cidade, profanada, e, o templo, permanecia ocupado. Sem eles, segundo a *cosmologia* e a *cosmogonia* judaica, o caos se estabeleceria na cidade.

Desde a ocupação, o sumo-sacerdócio era exercido através da indicação romana, perdendo-se a antiga concepção de que somente aqueles que pertencessem a uma linhagem sacerdotal poderiam exercer tal ofício. Em 63 a.C., Pompeu, enquanto magistrado romano e autoridade religiosa, deu ordem para purificação da casa, restabeleceu os sacrifícios e nomeou Hircano II como sumo-sacerdote (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV). Agora, o magistrado era Herodes e, como Pompeu alguns anos antes, ele também representava os romanos e estava disposto a restabelecer o culto e a ordem social, demonstrando uma certa tolerância para com aqueles que se submetessem ao seu domínio, em nome de Roma (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/72). O "Herodes da Guerra dos Judeus" estava tão seguro da sua vitória e tão certo de que a divindade o favorecia que não retardou mais o seu casamento, como se a situação política da Judeia já tivesse voltado a normalidade.

> [...] depois de ter dado ordens aos que julgava os mais aptos, foi para Samaria, a fim de desposar Mariana, filha de Alexandre, filho de Aristóbulo, que vimos que ele tinha escolhido, para mostrar com esse gesto que desprezava de tal modo seus inimigos, que aquele cerco não lhe impedia pensar em se casar (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/72).

Toda essa *ressignificação* que Flávio Josefo fez em relação ao rei dos *judeanos*, através do seu discurso na obra "Guerra dos Judeus", trazia consigo o risco de Josefo cair no mesmo *lugar discursivo* que os historiadores gregos que ele tanto criticava, chamando-os de bajuladores dos romanos e preconceituosos em relação aos judeus. A fim de evitar esse paradoxo, o historiador judeu também reconhece a capacidade de resistência e o poderio bélico dos sediciosos ao afirmar que:

> Quanto ao restante, nenhuma outra resistência foi maior do que a dos sitiados: sua ousadia nos perigos e seu desprezo pela morte, faziam ver que os romanos só os sobrepujavam na ciência da guerra. Eles retardavam com seus esforços a construção das plataformas: usavam de toda espécie de recursos para impedir o efeito das máquinas; por meio de minas, em cuja arte eram peritíssimos, eles se punham no meio dos que sitiavam, quando menos esperavam; um muro apenas se desmoronava e logo se começava com toda a solicitude a construir outro, que terminava antes que o primeiro tivesse acabado de ruir; para dizermos, em suma, nada se poderia acrescentar à sua força e atividade, ao seu trabalho e coragem, porque eles estavam resolvidos a se defender até o último suspiro. Assim, embora atacados por dois poderosos exércitos, eles sustentaram o cerco durante cinco meses (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/72).

No entanto, a preocupação de Josefo em prestar esse reconhecimento, apenas valorizava ainda mais o triunfo do "Herodes da Guerra dos Judeus". Triunfo esse que não o impediu de tentar amenizar o impacto sociocultural que o desfecho da guerra trouxe para Jerusalém.

> Herodes, depois de ter tido tanto trabalho em vencer seus inimigos, não teve menor dificuldade em reprimir a insolência dos estrangeiros que tinha chamado em seu auxílio. Estes lançaram-se em massa ao Templo, pela curiosidade de ver as coisas santas destinadas ao serviço de Deus. Ele usou, para impedi-los, não somente de rogos e ameaças, mas mesmo de força, porque se julgava mais infeliz, como vencedor, porquanto sua vitória era causa de que se expusesse aos olhos dos profanos o que não lhes era permitido ver. Também fez todo o possível para impedir o saque da cidade, dizendo firmemente a Sósio que, se os romanos queriam saqueá-la e privá-la de habitantes, ele seria apenas rei de um deserto e declarava-lhe que não queria comprar o império do mundo ao preço do sangue de um tão grande número de súditos. Sósio então respondeu-lhe que não podia recusar aos soldados o saque de uma praça que eles haviam tomado; então, prometeu recompensá-los com bens de sua propriedade. Assim, ele assegurou a vida da cidade e realizou magnificamente sua promessa, quer com relação aos soldados, quer aos oficiais e particularmente Sósio, ao qual deu presentes dignos de um rei (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/72).

Com a morte de Antígono e a tomada de Jerusalém, começou uma nova fase na vida de Herodes. O rei dos *judeanos* começou a colocar o reino em ordem e retribuir financeiramente o apoio que tinha recebido nos últimos três anos. Herodes eliminou aquela aristocracia da intriga que sempre esteve em seu encalço. Em seguida, enviou a Marco Antônio alguns móveis que possuía, pois não tinha mais recursos. E, essa falta de recursos inicial, segundo Flávio Josefo, fez Herodes se preocupar com a influência de Cleópatra sobre o seu aliado Marco Antônio. Josefo aproveita o seu discurso para fazer uma crítica veemente a essa rainha e,

certamente, com esse posicionamento ele conseguiu chamar mais ainda a atenção de seus *sujeitos interlocutores*, principalmente daqueles que tinham verdadeira aversão a imagem de Cleópatra.

> [...] Essa ambiciosa mulher, princesa avarenta, depois de ter cruelmente perseguido os de sua própria família, pois não restava nem mais um só com vida, voltou seu furor contra os estrangeiros. Caluniava perante Antônio os mais ilustres dentre eles e o levava a condená-los à morte, a fim de se apoderar de suas riquezas. Sua avareza ainda não estava, porém, satisfeita; ela queria tratar do mesmo modo os judeus e os árabes e fez tudo o que podia para persuadir Antônio a mandar matar Herodes e Malce, reis daquelas duas nações (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/76).

Ao mesmo tempo que Flávio Josefo ressalta a influência de Cleópatra sobre Antônio, ele esclarece que o triúnviro romano apenas fingia atender aos seus desmandos. No entanto, ainda assim, ele se afastou um pouco dos seus aliados e concedeu a Cleópatra várias terras que anteriormente pertenciam ao território judaico, como algumas nas proximidades de Jericó e outras mais ao norte da Judeia. Talvez essa também fosse uma das razões para Flávio Josefo ter emitido uma crítica tão veemente a parceira de Marco Antônio.

Quando Cleópatra visitou a Judeia, "Herodes fez tudo o que pôde para acalmar-lhe o espírito com presentes, concedeu-lhe todas as honras, obrigou-se a pagar duzentos talentos por ano de renda das terras que Antônio havia tirado da Judeia, para lhas dar [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIII/76). Esses discursos sobre a rainha Cleópatra, bem como acerca da relação dela com o rei Herodes, foram retomados e ampliados na obra "Antiguidades Judaicas". Neles Josefo inseriu um dado novo, afirmando que Cleópatra queria seduzir o rei Herodes.

> Durante as diversas entrevistas que Herodes teve com a princesa, ela tudo fez para encontrá-lo amorosamente. E, como era muito impudica, certamente sentia atração por ele. No entanto, o mais verossímil é que o seu intento fosse o de pôr esse meio encontrar ocasião para destruí-lo. De qualquer modo, ela demonstrou sentir grande paixão por Herodes. Ele, que, ao contrário, nutria por ela grande aversão havia muito tempo, pois essa princesa sentia prazer em fazer mal a todos, não somente permaneceu insensível às suas carícias como se sentiu horrorizado pela sua falta de pudor, chegando a consultar os amigos se não era o caso fazê-la morrer e assim livrar muita gente dos males que ela causava, bem como dos que poderia vir a causar. Alegou ainda que estaria fazendo um favor a Antônio, pois se a sorte deixasse de lhe ser favorável, ele só poderia esperar dela infidelidade, em vez de auxílio. A sua intenção era libertar o mundo daquela inimiga declarada da virtude e da justiça (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/V/642).

Fica evidente que Flávio Josefo tinha verdadeira aversão a tudo o que Cleópatra representava. Percebe-se que apesar de ter estabilizado as relações políticas na Judeia, Herodes ainda tinha preocupações com a política externa que, naquela altura, estava para atravessar mais uma mudança no cenário romano, através da disputa de poder entre Otaviano e Marco Antônio.

Por mais que Herodes tivesse muitas reservas em relação a Cleópatra e se conscientizasse da influência perniciosa dela sobre Antônio, seria muito natural que o rei dos *judeanos* se juntasse a ele na guerra contra Otaviano, já que Marco Antônio que o ajudara tantas vezes era um dos responsáveis pela legitimação do seu poder na Judeia. E é aqui que, para Flávio Josefo, a rainha Cleópatra prestou um grande serviço à Herodes.

> Quando foi declarada a guerra entre Augusto e Antônio, Herodes, que então tinha reconquistado a fortaleza de Hircânio, a qual a irmã de Antígono lhe havia entregado, e que vivia pacífico em seu reino, resolveu levar auxílio a Antônio. Mas Cleópatra, temendo que uma ação tão generosa aumentasse o afeto de Antônio por ele, impediu-o por meio de certos artifícios; como nada havia que ela não fizesse para perder os soberbos e os arruinar, uns pelos outros, persuadiu Antônio a fazer guerra aos árabes, com o fim de aproveitar-se de suas conquistas, se ele fosse vitorioso, e de obter o reino da Judeia, se ele fosse vencido. Mas o que essa rainha fez para perder Herodes, saiu-lhe, ao contrário, em vantagem dele (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIV/77).

A trama política de Cleópatra permitiu a Herodes não guerrear contra Otaviano e, posteriormente, essa circunstância seria usada para consolidar as relações políticas entre ele e Augusto. A guerra contra os árabes trouxe ainda mais prestígio e riquezas para o reino de Herodes. Nesse período, houve um terremoto na Judeia. As perdas materiais foram imensas. Logicamente, a *cosmologia* judaica atribuiria esse desastre natural a algum descontentamento do Deus de Israel em relação ao seu povo. Porém, Herodes se aproveitou da situação para discursar e motivar o seu exército, mostrando que o terremoto não seria um sinal que apontava para a ira da divindade sobre os *judeanos*, mas, sim, um presságio sobre a fragilidade do inimigo. Os árabes olhariam para os *judeanos* e pensariam apenas em suas debilidades, menosprezando-os por completo. Logo, os *judeanos* teriam a oportunidade de encontrá-los, mostrando a sua resiliência em meio a tamanha adversidade.

Assim, Herodes desconstruiu a *cosmologia* judaica e banalizou os desastres naturais diante de todos. E em seguida, como rei sacerdote, ofereceu sacrifícios a divindade judaica, como geralmente os generais romanos faziam em campo, antes de suas batalhas. O resultado dessa empreitada foi a subjugamento dos árabes ao reino de Herodes. Graças a Cleópatra! Diria o historiador judeu Flávio Josefo (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XIV/78-80).

O "Herodes da Guerra do Judeus" se trata de um sobrevivente político. A crise estabelecida ao fim da República e as disputas político-militares que rodeavam a sociedade romana, ao final do século I a.C., não foram capazes de fragilizar as relações de poder estabelecidas entre a família de Herodes e os romanos. Desde que o seu pai Antípater foi nomeado rei dos *judeanos*, muitas mudanças políticas ocorreram no cenário romano. Essas

mudanças geralmente afetavam a Judeia e a Síria. Vários governadores se sucederam no controle da região siríaca. Em diversos momentos, a administração da Judeia teve que se submeter ao poder romano instituído ali. Noutras ocasiões, o inverso também aconteceu. No entanto, o "Herodes da Guerra dos Judeus" jamais retrocedeu em seu desenvolvimento político.

Júlio Cesar, Caio Cássio, Marco Antônio e muitos outros romanos favoreceram a família de Herodes. Os problemas políticos que o rei dos *judeanos* enfrentou ao longo de sua trajetória política foram mais por causa das disputas internas do que as rivalidades externas. Mas, agora, aparentemente ele teria se posicionado ao lado do perdedor.

Conforme observamos acima, se não fosse por Cleópatra, a situação política de Herodes seria ainda mais adversa. Como Otaviano venceu a sua disputa político-militar contra Marco Antônio, mais uma vez o rei dos *judeanos* teria de negociar com os romanos a fim de preservar as relações de poder estabelecidas entre a sua família e os romanos, desde o tempo de Júlio Cesar.

Assim, Herodes decidiu procurar Otaviano para conversar, tendo como prerrogativas: 1) a sua fidelidade política aos romanos, independentemente de quem estivesse no poder; 2) a estima que Júlio Cesar tinha pelo seu pai Antípater; 3) o fato de Otaviano ter concedido sua investidura como rei dos *judeanos* no Senado romano alguns anos antes; 4) fundamentalmente a aversão que ambos nutriam por Cleópatra.

Flávio Josefo apresenta uma transcrição do discurso de Herodes diante do príncipe romano:

> Confesso, grande príncipe, que devo a minha coroa a Antônio e vós tendes notado que não lhe fui um rei inútil, se a guerra em que eu estava empenhado contra os árabes não me tivesse impedido de juntar minhas armas às deles. Não podendo fazê-lo, ajudei-o com trigo e tudo o que estava em meu poder. Não o abandonei nem mesmo depois da batalha de Áccio, porque o reconheço como meu benfeitor. Se eu não o pude servir na guerra, combatendo por ele como eu desejara fazê-lo, dei-lhe, contudo, bons conselhos, fazendo-lhe ver que o único meio de restaurar seus interesses era fazer morrer Cleópatra; nesse caso eu lhe oferecia dinheiro, praças, tropas e minha pessoa, para que ele continuasse a vos fazer guerra. Mas sua cega paixão por aquela princesa e a vontade de Deus que vos quer entregar o império do mundo, não lhe permitiram escutar uma proposta que lhe teria sido vantajosa. Assim eu me vejo vencido com ele; e vendo-o precipitado de tão alta posição, tirei de minha cabeça a coroa para vir à vossa presença, baseando a esperança da minha salvação apenas sobre minha virtude e na constatação que podereis fazer de minha fidelidade para com meus amigos (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XV/81).

O "Herodes da Guerra dos Judeus" entendia que a manutenção de seu *status* político estava diretamente arrolada às relações de poder estabelecidas entre ele e os romanos. Ele compreendia que jamais administraria um Estado completamente independente de Roma. Parece que essa compreensão não se fundamentava apenas na disparidade política, econômica,

militar e sociocultural entre as sociedades judaica e romana, mas, fundamentalmente, no fato de que sem a investidura romana os *judeanos* sempre tentariam tirar Herodes do poder. O histórico judaico de conflitos e disputas internas evidenciava isso. Nada mais natural para o rei dos *judeanos* que submeter a sua administração ao novo símbolo de poder romano.

Assim, Otaviano decidiu preservar a coroa de Herodes, e não somente isso, iniciou-se aqui uma relação de amizade entre Otaviano e a casa herodiana. O rei dos *judeanos* fez tudo o que estava ao seu alcance para consolidar essa relação e refleti-la na parte oriental do Império Romano. As ações de Herodes foram bem-sucedidas. Gradativamente, enquanto as relações políticas entre esses dois governantes se consolidavam, Otaviano aumentou o exército de Herodes, devolveu a ele a parte da Judeia que Marco Antônio concedera a Cleópatra, acrescentou as cidades de Gadara, Hipom, Samaria, Gaza, Antedom, Jope e a torre de Estratão (futura Cesareia) ao reino da Judeia. Além disso, o imperador romano submeteu as cidades de Traconídia, Bataneia e Auranita a Herodes.

O rei dos *judeanos* também foi confirmado como governador da Síria e agregou ao seu reino todas as terras da Galileia. Assim, o reino de Herodes se tornou maior que o Império Asmoneu. No entanto, segundo Flávio Josefo, "[...] o que Herodes estimava mais que tudo era que Augusto a ninguém mais apreciava do que ele, depois de Agripa, e Agripa, a nenhum outro aferia mais, depois de Augusto, do que ele" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XV/82). Gradativamente, o "Herodes da Guerra dos Judeus" tornou-se o homem mais rico do Oriente romano.

A prosperidade de Herodes, associada ao momento histórico que o Império Romano atravessava com as reformas de Augusto, permitiu que o rei dos *judeanos* desenvolvesse um *plano urbanístico* para a Judeia. Conforme afirmamos anteriormente, o rei Herodes gradativamente construiu um *discurso urbano materializado,* legando para a posteridade uma memória sobre si mesmo. Essa memória tinha como referência tanto os antigos monarcas helenísticos quanto o seu amigo Otaviano Augusto.

Segundo Flávio Josefo, o "Herodes da Guerra dos Judeus" trabalhou essa imagem dentro e fora da Judeia, como se realmente fosse a representação direta de Augusto, em todo Oriente romano. Ele queria conservar o nome de sua família e imortalizar sua memória. No entanto, cada elemento arquitetônico que compunha o *plano urbanístico* do rei dos *judeanos* também objetivava a consolidação das relações políticas entre a casa de Herodes e a família de Augusto. E se ele iria desenvolver um processo de urbanização na Judeia a partir dos modelos romano e helenístico, uma boa estratégia para minimizar os possíveis enfrentamentos com a aristocracia judaica seria a reconstrução do templo de Jerusalém e o embelezamento da cidade.

Lembrando que, nossa intenção com esta produção bibliográfica não é analisar todo *plano urbanístico* do rei dos *judeanos*, mas sim, levantar o *discurso urbano materializado* de Herodes a partir da cidade de Cesareia Marítima, assunto do nosso próximo capítulo. Por enquanto, vejamos a lista que Flávio Josefo nos apresenta com os resultados da reorganização do espaço promovida por Herodes.

Tabela 1 – Atividades urbanísticas de Herodes na Judeia

1	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	**Templo Judaico**
Referência / Localização	Jerusalém
Dedicação	Deus de Israel
Objetivo	Fortalecer as relações políticas entre a Casa de Herodes e a aristocracia judaica.
Perícope	"Este príncipe, tão feliz, fez no décimo quinto ano de seu reinado, reconstruir o Templo de Jerusalém, com despesas e magnificências incríveis. Ele o circunscreveu duas vezes mais do que antes; construiu de ponta a ponta galerias soberbas, que o uniam do lado do Setentrião à fortaleza, que ele não tornou menos bela do que o palácio real e a chamou Antônia, em honra de Antônio" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/83).

2	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Fortaleza Antônia
Referência / Localização	Jerusalém
Dedicação	Marco Antônio
Objetivo	Celebrar as relações militares entre o reino de Herodes e o Império Romano.
Perícope	"Este príncipe, tão feliz, fez no décimo quinto ano de seu reinado, reconstruir o Templo de Jerusalém, com despesas e magnificências incríveis. Ele o circunscreveu duas vezes mais do que antes; construiu de ponta a ponta galerias soberbas, que o uniam do lado do Setentrião à fortaleza, que ele não tornou menos bela do que o palácio real e a chamou Antônia, em honra de Antônio" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/83).

3	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Palácio de Herodes
Referência / Localização	Jerusalém
Dedicação	Augusto e Agripa (aposentos)
Objetivo	Consolidar as relações políticas entre o reino de Herodes e o Império Romano.
Perícope	"Mandou também fazer no lugar mais elevado da cidade um palácio com dois enormes aposentos, tão ricos e tão magníficos, que nem mesmo os Templos se lhes podem comparar; a um deles deu o nome de Cesáreo e ao outro de Agrípio, em honra de Augusto e de Agripa" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/84).

4	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Cidade de Sebaste
Referência / Localização	Samaria
Dedicação	Augusto
Objetivo	Fortalecer as relações de clientelismo e patronato entre Herodes e Augusto.
Perícope	“Ele mandou também construir, no território da Samaria, uma cidade extraordinariamente bela, que tinha vinte estádios de perímetro e à qual chamou Sebaste, isto é, Augusta” (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/84).

5	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Templo de Augusto
Referência / Localização	Sebaste
Dedicação	Augusto
Objetivo	Fortalecer as relações de clientelismo e patronato entre Herodes e Augusto.
Perícope	“Dentre outros edifícios com que a embelezou, lá construiu um grandioso Templo diante do qual havia uma praça de três estádios e meio e a consagrou a Augusto. Quanto à cidade, ele a povoou com seis mil habitantes, deu-lhes excelentes terras para cultivar e os tornou felizes pelos privilégios que lhes concedeu” (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/84).

6	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Templo de Augusto
Referência / Localização	Pânio
Dedicação	Augusto
Objetivo	Fortalecer as relações de clientelismo e patronato entre Herodes e Augusto.
Perícope	“O generoso imperador não quis deixar, sem um sinal de reconhecimento, essa demonstração de afeto de Herodes. Acrescentou ainda outras terras aos seus termos. Herodes, para lhe testemunhar sua gratidão, ergueu em sua honra, num lugar chamado Pânio, perto da nascente do Jordão, um outro Templo, todo de mármore branco. Há ali perto uma montanha tão alta cujo vértice parece tocar as nuvens; está cercada de enormes rochedos, no fundo do vale, que está abaixo, há uma tenebrosa caverna, que as águas caindo do alto, cavaram com o tempo, tão profunda que dificilmente se poderia encontrar-lhe o fundo, pela incrível quantidade de água que contém. Do pé dessa caverna jorram as fontes de que se julga ter o Jordão sua nascente” (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/84).

7	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Templos
Referência / Localização	Jericó e outras regiões
Dedicação	Augusto e Agripa
Objetivo	Fortalecer as relações de clientelismo e patronato entre Herodes e Augusto.
Perícope	“Esse príncipe mandou também construir perto de jerico, entre o castelo de Cipro e as antigas casas reais, outros palácios mais cômodos, aos quais deu os nomes de Augusto e Agripa; não havia lugar em todo o seu reino apropriado a tornar célebre o nome desse grande imperador, que ele não empregasse para esse fim. Construiu-lhe também em outras províncias vários Templos, aos quais deu igualmente o seu nome” (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/84).

8	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Cidade de Cesareia Marítima[74]
Referência / Localização	Torre de Estratão
Dedicação	Augusto
Objetivo	• Fortalecer as relações de clientelismo e patronato entre Herodes e Augusto. • Movimentar a sociedade judeana para o multiculturalismo romano.
Perícope	“Quando fazia a visita às cidades marítimas, viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era; mas sua posição a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muitos brancas, mas ali construiu um soberbo palácio, mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada. Essa cidade está situada entre Dora e Jope, numa costa assaz desprovida de portos; os que querem ir da Fenícia ao Egito são obrigados a passar pelo alto mar, tanto temem o vento, chamado Áfrico, o qual, ainda que sopre levemente, levanta e impele vagas tão grandes contra os rochedos que as aumentam ainda mais, revolvendo a agitação do mar, durante certo tempo” (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/85).

9	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	Cidade de Agripina
Referência / Localização	Antedom
Dedicação	Agripa
Objetivo	Fortalecer as relações de clientelismo e patronato entre Herodes e Augusto.
Perícope	“Mandou também reconstruir a cidade de Antedom, que a guerra tinha destruído e a chamou Agripina, para honrar a memória de Agripa, seu amigo, cujo nome mandou gravar sobre a porta do Templo, que mandara construir” (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/85).

[74] As *paisagens urbanísticas* de Cesareia Marítima serão analisadas melhor no próximo capítulo.

10	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	1 Cidade de Antipátrida 2 Cidade de Cipro 3 Torre Fazaela 4 Cidade de Setentrião
Referência / Localização	1 Na região mais fértil do reino de Herodes (sem mais informações na obra "Guerra dos Judeus") 2 Jericó 3 Jerusalém 4 Jericó
Dedicação	1 Antípater (pai de Herodes) 2 Cipra (mãe de Herodes) 3 Fazael (irmão de Herodes) 4 Fazael (irmão de Herodes)
Objetivo	• Dar notoriedade ao nome Herodes; • Perpetuar a memória de sua família; • Construir uma imagem dinástica para a família de Herodes, como Augusto estava fazendo em relação a sua família na cidade de Roma.
Perícope	"Se este príncipe manifestou tanto afeto pelos estrangeiros, não menos ele fez pelos seus parentes. Construiu no lugar mais fértil do seu reino, que as águas e os bosques tornavam muito agradável, uma cidade a que chamou Antipátrida, por causa de seu pai, e acima de Jerico, um castelo a que chamou de Cipro, do nome de sua mãe e que não era menos admirável pela resistência do que pela beleza. Como também não queria esquecer Fasael, seu irmão, que ele tinha particularmente amado, para honrar sua memória, construiu vários edifícios de beleza e valor. O primeiro foi uma torre em Jerusalém, a que chamou de Fazaela, [...], construiu também perto de Jerico, do lado do Setentrião, uma cidade à qual deu o mesmo nome" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/86).

11	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	1 Castelo de Herodiom 2 Colina de Herodiom 3 Palácio de Herodes
Referência / Localização	1 Lado oposto da montanha que está perto da Arábia 2 A sessenta estádios de Jerusalém 3 Colina de Herodiom
Dedicação	A si mesmo
Objetivo	• Dar notoriedade ao nome Herodes; • Perpetuar a memória sobre si mesmo; • Construir uma imagem imperialista.
Perícope	"Mandou construir do lado oposto da montanha que está perto da Arábia, um castelo muito forte, ao qual chamou de Herodiom e deu o mesmo nome a uma colina, distante sessenta estádios de Jerusalém que não era natural, mas que ele fez levantar em forma de seio, com terra para lá transportada, e cujo cume rodeou de torres, todas redondas. Construiu abaixo um palácio cujo interior não era somente muito rico, mas o exterior também era soberbo, que se não podia contemplá-lo sem admiração. Para lá fez vir de muito longe e com ingentes despesas, grande quantidade de água; lá se subia por meio de duzentos degraus de mármore branco. Mandou também fazer aos pés dessa colina um outro palácio, para hospedar seus amigos, que era tão espaçoso e tão cheio de toda espécie de bens, que se considerando a grandeza e a abundância, poderia ser tomado por uma cidade: mas sua magnificência fazia bem ver que era um palácio real" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/87).

Tabela 2 – Atividades urbanísticas de Herodes fora da sua jurisdição

1	
Monumentos / Edifícios / Elementos Urbanos / Cidades	1 Colégios (edifícios educacionais) 2 Muralhas 3 Lugares de assembleia, armazéns públicos, mercados e templos 4 Teatros 5 Aquedutos 6 Casas de banho, fontes e pórticos
Referência / Localização	1 Trípoli, Damasco e Ptolemaida 2 Biblos 3 Berita e Tiro 4 Sidom e Damasco 5 Laodiceia 6 Ascalom
Dedicação	Desconhecida
Objetivo	• Dar notoriedade ao nome Herodes; • Perpetuar a memória sobre si mesmo; • Construir uma imagem imperialista; • Fortalecer as relações políticas, socioculturais e comerciais entre o seu reino e essas regiões.
Perícope	"Depois de tantas e grandes obras empreendidas e levadas a cabo por esse príncipe na Judeia, ele quis também mostrar externamente que sua magnificência não tinha limites. Mandou fazer em Trípoli, em Damasco e em Ptolemaida, colégios para instruir a juventude; em Biblos, fortes muralhas; em Berita e em Tiro, lugares de assembleia, armazéns públicos, mercados e Templos; em Sidom e em Damasco, teatros. Mandou fazer também aquedutos para levar água a Laodiceia, cidade perto do mar, e em Ascalom, banhos, fontes e pórticos admiráveis, quer por sua grandeza, quer pela sua beleza" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/88).

Definitivamente, o "Herodes da Guerra dos Judeus" tornou-se um afortunado. Parece que, para Flávio Josefo, Herodes desfrutava, no Oriente, do mesmo favorecimento dos deuses que Augusto recebera, no Ocidente. Além dessas atividades urbanísticas dentro e fora da Judeia, o historiador judeu menciona que o rei dos *judeanos* investiu em diversas cidades da Ásia e da Grécia, até mesmo em Atenas. Josefo menciona também que foi Herodes o responsável pela construção de uma praça em Antioquia da Síria, a fim de resolver problemas de inundação durante o período pluvial. Outra a informação curiosa reside no fato de Herodes também ser o responsável pela revitalização dos jogos olímpicos em Roma. Segundo Flávio Josefo, os jogos se interromperam por falta de recursos e Herodes passou a financiá-los (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/88).

O "Herodes da Guerra dos Judeus" se trata de um monarca que era celebrado em todo mundo, em diversas cidades e nas mais variadas culturas. Na lógica discursiva de Flávio Josefo, parece-nos que o primeiro entre os cidadãos no mundo romano, na realidade, seria o rei Herodes; ou pelo menos na parte oriental do Império Romano.

> Eu jamais poderia terminar, se quisesse enumerar todas as dívidas que perdoou e todos os impostos de que aliviou os povos, principalmente os de Fazaela, de Balaneote e de outras cidades vizinhas a Cilícia, às quais ele teria feito muito mais bem, se não tivesse temido causar inveja aos seus senhores, como se ele quisesse conquistá-la,

> demonstrando-lhe mais afeto do que eles mesmos. A força física desse príncipe estava em relação com a grandeza de sua alma. Apreciando muito a caça e sendo muito bom cavaleiro, não havia animal mais veloz que não perseguisse; há no país grande quantidade de veados e de burros selvagens; certa vez ele matou uns quarenta deles em um só dia. Ele obtinha tão bons resultados em todos os outros exercícios e era tão valente, que os mais bravos na guerra não podiam resistir à sua coragem, nem os mais hábeis viam, sem espanto, com que vigor e precisão lançava o dardo e atirava com o arco. Tendo recebido tantos dons da natureza, ele não tinha menos motivo de se vangloriar de sua fortuna. Ela lhe foi sempre tão favorável que o fez vitorioso em todas as guerras, não menos em algumas ocasiões, em que a má sorte não lhe pôde, porém, ser atribuída, mas à perfídia de alguns traidores ou à temeridade de seus soldados (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/89-90).

O mais interessante, é que, para o historiador Flávio Josefo, nada em seu discurso se trata de bajulação, mas sim de veracidade histórica. Logicamente, a ideologia do historiador judeu, ao ressignificar o rei Herodes através de sua narrativa biográfica, se torna cada vez mais evidente. Herodes parecia ser a figura judaica mais próxima do modelo de "homem notável" que Josefo precisava para desconstruir a ideia de que os judeus pertenciam a um povo sem tradição, importância histórica ou política. Logo, o "Herodes da Guerra dos Judeus" estaria mais atrelado ao *lugar discursivo* construído por Flávio Josefo que ao *lugar antropológico* do rei dos *judeanos*.

Como também acontecia em Roma, não demorou muito para que a prosperidade do reino de Herodes também resultasse em enfrentamentos internos e desencadeasse uma disputa sucessória em sua família. Flávio Josefo dedica três capítulos de sua narrativa biográfica para demonstrar como as intrigas familiares afetaram a saúde física e emocional de Herodes, transformando-o em um parricida. Herodes tinha muitas esposas e filhos. Com o passar do tempo, essa diversidade familiar gerou uma disputa sucessória. O problema se agravou ainda mais quando Augusto permitiu que Herodes escolhesse o seu sucessor através de testamento.

O resultado das intrigas familiares foi que o Herodes afortunado se tornou um homem desconfiado, paranoico e doente. Ele desconfiava de tudo e todos, principalmente dos seus filhos. A narrativa de Flávio Josefo sobre essa fase da vida de Herodes está repleta de instabilidade familiar, intrigas, torturas, traições e morte. Ele mandou matar Hircano II, Aristóbulo (irmão de Mariana sua esposa), a própria Mariana, bem como os seus filhos Alexandre e Aristóbulo. Herodes também se afastou do seu irmão Feroras que foi acusado de conspiração e alterou o seu testamento diversas vezes. Ele foi alvo de conspirações de diversos membros de sua família, principalmente de Antípatro, o seu filho mais velho.

O "Herodes da Guerra dos Judeus" também conseguiu sobreviver ao drama familiar. No entanto, "[...] a doença de Herodes, que então tinha setenta anos, aumentava sempre. A velhice enfraquecia suas forças e suas aflições domésticas davam-lhe tão profunda melancolia que

mesmo que sua saúde não tivesse sido alterada, ele seria incapaz de sentir alegria [...]" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XXI/130).

Parece-nos que Flávio Josefo atribui o estágio final da vida de Herodes a uma provável profanação. Diz ele que o rei dos *judeanos* mandou colocar uma águia na porta principal do Templo de Jerusalém. Essa ação do rei dos *judeanos* gerou resistência e manifestações entre os judeus que acabaram arrancando a águia do local. Os responsáveis pela ação foram presos e disseram que estavam dispostos a morrer por ela. Herodes, mesmo muito doente, foi falar ao povo, condenou veementemente os envolvidos e mandou queimar vivos os responsáveis pela ação, bem como, cortar a cabeça dos outros. Flávio Josefo atribui o agravamento da doença a essa ação do rei dos *judeanos*.

> Logo depois, sua doença estendeu-se a todas as partes do corpo e não havia quase membro em que não sentisse dores horríveis e cruciantes. A febre era muito alta; ele emagrecia a olhos vistos e era atormentado por violentas cólicas. Os pés também estavam inchados e lívidos; o ventre, também; todos os nervos estavam frouxos, as partes do corpo que se ocultam por pudor, estavam tão corrompidas que eram pasto de vermes e ele respirava com extrema dificuldade. Os que o viam nesse estado refletiam sobre o justo juízo de Deus, julgavam que era um castigo da sua crueldade para com Judas e Matias. Mas embora ele fosse atormentado por tantos males juntamente, não deixava de amar a vida e esperava sarar. Não havia remédios que ele não tomasse; fez se transportar além do Jordão, para usar águas quentes de Calliroé, que se lançam no lago de Asfaltite e não somente são medicinais, mas boas para se beber. Os médicos julgaram conveniente pô-lo num banho de óleo bem quente; mas isso enfraqueceu-o de tal modo que ele perdeu os sentidos; todos então julgaram-no morto. Os gritos dos que estavam presentes fizeram-no voltar a si [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XXI/132).

Herodes resolveu cometer suicídio. Ele não suportava mais as dores que sentia. Mas, antes disso, com a permissão de Augusto, ordenou a morte de seu filho Antípatro na prisão, garantindo assim que o seu testamento fosse respeitado por sua família. Arquelau seria o sucessor do trono da Judeia. Flávio Josefo encerra sua narrativa biográfica com o cortejo fúnebre de Herodes, mas, não antes de mais uma vez ressignificar o rei dos *judeanos*. O "Herodes da Guerra dos Judeus", naquele momento, se tratava de um infeliz pai que reinara 37 anos e que, ao mesmo tempo em que foi o mais bem-sucedido de todos os monarcas, tornou-se o mais amargurado de todos os reis por causa das intrigas de sua família.

O "Herodes da Guerra dos Judeus" foi um cidadão comum que por suas ações chegou ao trono, teve um reinado longo e consistente, e ainda conseguiu deixar um sucessor. Esse Herodes passaria por mais um processo de *ressignificação*, quando Flávio Josefo anos mais tarde se debruçaria outra vez sobre a história dos judeus a fim de produzir a sua segunda obra: "Antiguidades Judaicas". Resta-nos então, saber o quanto esse Herodes que acabamos de conhecer se parece com o rei dos *judeanos* que emerge da segunda obra de Josefo.

3.1.1.2 O lugar de Herodes na obra “Antiguidades Judaicas”

> Um essênio, de nome Manaém, que levava uma vida muito virtuosa e era louvado por todos, recebeu de Deus o dom de predizer o futuro. Tendo ele visto Herodes ainda bastante jovem estudar com as crianças de sua idade, disse-lhe que ele reinaria sobre os judeus. Herodes julgou que ele não o conhecia ou que estava zombando dele e por isso respondeu-lhe que bem via que ele desconhecia a sua origem e o seu nascimento, que não eram tão ilustres que o fizessem esperar tal honra. Manaém retrucou, sorrindo e dando-lhe uma palmadinha nas costas: “Eu vo-lo disse e vo-lo digo ainda que sereis rei e reinareis venturosamente, porque Deus assim o quer. Lembrai-vos então desta pancadinha que vos acabo de dar, para indicar as diversas mudanças de sorte, e nunca vos esqueçais de que um rei deve ter continuamente diante dos olhos a piedade que Deus lhe pede, a justiça que deve ministrar a todos e o amor que é obrigado a ter pelos seus súditos. Mas sei que não o fareis quando fordes elevado a tão alto grau de poder. Pois sereis feliz em tudo o mais e digno de glória imortal tanto quanto sereis infeliz por vossa impiedade para com Deus e vossa injustiça para com os homens. Mas não podereis escapar à vista desse Senhor soberano do universo. Ele penetrará os vossos pensamentos mais ocultos, e experimentareis no fim de vossa vida os efeitos de sua cólera” (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIII/675).

A obra “Antiguidades Judaicas” foi publicada por Flávio Josefo entre os anos 93 e 94 d.C. Essa produção literária foi constituída por uma coleção de vinte livros, nos quais Josefo narra a história dos judeus desde os tempos mitológicos, semelhantemente ao que fez Dionísio de Halicarnasso, no século anterior, ao escrever a obra “Antiguidades Romanas”. Além da semelhança literária existente entre essa produção e a obra anterior, existem também muitas similaridades discursivas entre elas. Obviamente, a primeira delas se refere a autoria ou identidade do *sujeito locutor*: Flávio Josefo. Em alguns momentos, Josefo se autorreferencia e interliga os discursos, como se a obra “Antiguidades Judaicas” fosse um complemento do seu discurso em “Guerra dos Judeus”. Mas sobre o *sujeito locutor*, nós já tratamos anteriormente.

A segunda similaridade tem a ver com as *condições de produção*. Como percebemos em nossa análise da obra “Guerra dos Judeus”, novamente estamos diante de uma segunda edição. A primeira delas, que foi publicada em aramaico por volta dos anos 93 e 94 d.C., também não chegou à posteridade. Dessa forma, mais uma vez, nos encontramos perante uma tradução da língua original para o grego, feita pelo próprio Josefo; lembrando que, como aconteceu na obra anterior, Flávio Josefo também não utilizou o grego *koinê*, mas, sim, o dialeto ático.

> [...] Tenho motivo para crer que os gregos sentirão prazer com esta obra porque eles aí verão, traduzida do hebreu para a sua própria língua, a antiguidade de nossa nação e a forma de nossa república (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Prefácio).

Outra similaridade que existe entre as duas obras é a crítica que Flávio Josefo faz em relação aos historiadores que usavam suas narrativas para demonstrar eloquência, conquistar fama ou bajular os objetos biografados. Novamente, Josefo critica alguns escritores gregos do

seu tempo e mais uma vez se apresenta como um historiador que pertence ao grupo daqueles que "[...] não podem tolerar que coisas dignas de serem conhecidas fiquem sepultadas, no silêncio (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Prefácio). A expressão "coisas dignas" se refere exatamente as tradições, organização política e estrutura sociocultural dos judeus, que muitos escritores do século I d.C. se recusavam a dar proeminência em seus relatos.

Flávio Josefo conta aos seus *interlocutores* que, quando ele começou a escrever a obra "Guerra dos Judeus", já tinha a intenção de estender o seu relato e narrar a história das origens do seu povo, porém, ao se dar conta da extensão que esse trabalho teria, decidiu fazer uma obra a parte. No entanto, parece-nos que o historiador judeu escrevia a obra "Antiguidades Judaicas" paralelamente. O processo foi interrompido quando Josefo teve a necessidade de traduzir a obra "Guerra dos Judeus" para o grego. O vínculo dele com a Casa dos Flávios, a conjuntura política da época e a propagação de discursos sobre a guerra, obrigou o historiador judeu a concentrar as suas energias e recursos na produção dessa segunda edição, conforme discutimos anteriormente.

Assim, a primeira edição da obra "Antiguidades Judaicas" chegou ao público aproximadamente 20 anos depois. Após a publicação dessa obra, outro discurso sobre a "Guerra dos Judeus" ganhou popularidade entre a aristocracia judaica: a obra de Justo de Tiberíades, publicada por volta de 96 d.C. Essa obra não chegou à posteridade. No entanto, podemos acessar a parte do seu conteúdo através do discurso de Flávio Josefo, em sua autobiografia.

> Essas razões de justo persuadiram o povo, pois, ele era muito eloquente; a graça, com a qual falava, levou-o a opiniões muito mais sábias e mais salutares. Ele tinha certo conhecimento da língua grega para ter ousado escrever a história do que se passou então, a fim de desmascarar a verdade. No entanto, revelarei mais particularmente, em seguida, toda sua malícia e de como não foi preciso que ele e seu irmão tenham causado a inteira ruína de seu país (FLÁVIO JOSEFO, A VIDA).

Justo de Tiberíades também era uma testemunha ocular da guerra dos judeus contra os romanos. Como Josefo, ele fez parte da resistência judaica. No entanto, diferentemente dele, Justo não se tornou um mediador entre os romanos e os judeus durante o conflito. Ele não escapou de forma duvidosa de um suicídio coletivo em Jotapate. Também não terminou a guerra incentivando os sediciosos a rendição. Justo nunca pertenceu a Casa dos Flávios, se declarou amigo daqueles que devastaram Jerusalém, tornou-se isento do pagamento de impostos, recebeu terras, negócios ou qualquer privilégio dos romanos. Esse antigo rival de Flávio Josefo não

perdeu tempo para problematizar a atuação dele na guerra, descredibilizar o seu discurso[75], atacar a sua família, culpá-lo pela derrota e responsabilizá-lo pela destruição do templo de Jerusalém, em 70 d.C.

Parece-nos que o discurso de Justo se tornou popular entre os gregos e a aristocracia judaica, o que de certa forma deu a Flávio Josefo a motivação que ele precisava para traduzir a obra "Antiguidades Judaicas", anexando a ela outro discurso, que ficou conhecido como "A Vida", ou seja, a autobiografia que citamos anteriormente[76]. Mas, não foi somente o *discurso polêmico* de Justo de Tiberíades que retirou Josefo da letargia; além da motivação interna, o historiador também cita um suposto interesse dos gregos nas origens dos judeus, bem como, o empenho de um homem chamado Epafrodita que, provavelmente, foi um dos patrocinadores de Flávio Josefo e figura entre os *sujeitos interlocutores* de suas obras.

> [...] várias pessoas, levadas pelo desejo de conhecer coisas tão memoráveis, exortaram-me a esse trabalho e principalmente Epafrodita que, pelo grande amor que tem pela ciência e pelo saber aprecia particularmente a história; por essa razão não devemos admirar se ele mesmo teve cargos muito importantes e experimentou as diversas eventualidades da fortuna. Podemos dizer em seu louvor, que ele demonstrou tão grande nobreza de alma e tal firmeza de espírito que jamais coisa alguma foi capaz de sacudir a sua virtude e a desmantelar. Assim, para comprazer a esse grande personagem, que não se cansa de favorecer os que podem trabalhar utilmente para o público e tendo vergonha de preferir ociosa inatividade a ocupação tão louvável, iniciei esta obra com tanto maior alegria quanto sei que nossos antepassados jamais tiveram dificuldade em comunicar coisas semelhantes aos estrangeiros e que os maiores dentre os gregos ardentemente desejaram conhecer o que se passava entre nós [...] (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Prefácio).

---

[75] O discurso de Flávio Josefo apresenta as diferentes posturas da aristocracia judaica e da dinastia herodiana que desencadearam a guerra e resultaram na derrota dos judeus e destruição do templo de Jerusalém. Flávio Josefo procura legitimar suas ações e lançar seus opositores no descrédito, acusando-os de visar apenas seus próprios interesses, enquanto se apresenta como coerente, piedoso, pacificador, tolerante, afortunado, perseguido, obediente a Torah, filho zeloso, defensor dos fracos e um homem justo, conforme os valores éticos e morais das comunidades judaicas do seu tempo. Josefo justifica suas posses e seu status na sociedade romana como uma recompensa divina por suas ações no passado; o que em certo sentido evidencia a formação imaginária do discurso judaico sobre o sucesso e a prosperidade de um homem justo.

[76] No sentido *lato*, Josefo escreve sua obra como complemento de "Guerra dos Judeus", a fim de retomar temas que não teve a oportunidade de trabalhar em sua primeira obra. Flávio Josefo dá conhecimento aos outros povos sobre as origens do povo judeu e faz apologia a sua relevância histórica devido aos relatos de outros historiadores que, segundo ele, obscureceram a verdade concedendo ao seu povo um lugar insignificante na história. Assim ele se aproveita do interesse de alguns eruditos de fala grega sobre a história judaica e a ausência de produções sobre o assunto nas bibliotecas, para traduzir sua obra para a língua grega.

No sentido *stricto*, percebe-se a persistência do questionamento sobre sua posição de Josefo na guerra. A honra de sua de sua família continuava sendo atacada e, para alguns segmentos judaicos, Flávio Josefo ainda era considerado o traidor culpado pela derrota dos judeus. A sua primeira obra não foi capaz de redimir o historiador judeu perante seus compatriotas. Logo, o historiador judeu continuava dialogando com a aristocracia judaica domiciliada na Galileia, Judeia e Roma que teve acesso a outros relatos sobre a guerra dos judeus contra os romanos e suas circunstâncias. Por isso, ele diz: "[...] Senti-me obrigado e quase forçado a escrever-lhe a história, para dar a conhecer a má fé daqueles que, tendo-a escrito antes de mim, obscureceram a verdade" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Prefácio).

Conforme afirmamos anteriormente, a seleção da obra "Antiguidades Judaicas" para integrar a documentação textual de nossa análise, deve-se ao fato de que os Livros XIV – XVII dessa produção apresentam mais uma narrativa biográfica sobre Herodes, o rei dos *judeanos*. Nela, temos um discurso mais amplo que, por sua vez, também incorpora fatos históricos já expostos na obra anterior. No entanto, ao colocarmos as propostas biográficas de Flávio Josefo lado a lado, não poderemos desconsiderar o fato de que esses dois discursos foram produzidos em momentos históricos diferentes. Logo, apesar das similaridades discursivas e literárias que existem entre as duas obras, nos encontramos diante de *elementos desencadeadores*, *sujeitos interlocutores*, *objetividades* e *ideologias* distintas.

Quando começamos a nossa análise sobre o lugar de Herodes nas obras de Flávio Josefo, perguntávamo-nos se existia uma diferença entre o "Herodes da Guerra dos Judeus" e o "Herodes das Antiguidades Judaicas". Aparentemente, a hipótese mais provável para essa problemática, já que permanecíamos diante do mesmo *sujeito locutor*, bem como, de uma narrativa biográfica centrada no mesmo objeto, seria uma negação. O "Herodes da Guerra dos Judeus" necessariamente deveria ser o mesmo "Herodes das Antiguidades Judaicas". Porém, uma análise preliminar realizada no conteúdo do fim de cada uma das narrativas, evidenciou que a opinião de Flávio Josefo sobre o rei dos *judeanos* havia mudado, ou seja, estaríamos diante de mais uma *ressignificação.*

Conforme mencionamos anteriormente, Flávio Josefo encerrou a trajetória de vida de Herodes, na obra "Guerra do Judeus", afirmando que:

> [Herodes] esse infeliz pai viveu ainda mais cinco dias depois da morte de Antípatro, tendo reinado trinta e quatro anos, desde a morte de Antígono e trinta e sete, depois de ter sido constituído rei pelos romanos. Jamais príncipe teve tantas amarguras e desgostos em família, nem mais felicidade, em tudo o mais; sendo apenas um cidadão qualquer, ele não somente se viu elevado ao trono, mas reinou por muito tempo e deixou a coroa aos seus filhos (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XXI/135).

O "Herodes da Guerra dos Judeus" foi um jovem notável que, ao longo da sua trajetória de vida, conseguiu deixar o lugar comum para realizar grandes feitos, sendo favorecido pelo Deus de Israel, bem como, pelos deuses romanos. Um rei que se tornou um modelo de monarca afortunado que possuía uma relação estreita com a vitória. No entanto, a sua casa e principalmente os seus filhos trouxeram para ele muita infelicidade. Parece-nos que esse seria o único problema do "Herodes da Guerra dos Judeus", a única mancha em sua trajetória que ele não conseguira limpar, ao longo de sua vida. Agora percebamos a *ressignificação* que o historiador judeu fez na obra "Antiguidades Judaicas":

> Ele sobreviveu a Antípatro, apenas cinco dias, e morreu trinta e quatro anos depois de ter expulsado Antígono do reino e trinta e sete, depois de ter sido declarado rei, em Roma. Não houve jamais príncipe mais colérico, mais injusto, mais cruel e mais favorecido pela sorte. Pois, tendo nascido em condição humilde, chegou a subir ao trono, venceu perigos sem conta e viveu muitos anos. Quanto aos seus dissabores domésticos, embora as tentativas de seus filhos contra ele o tivessem tornado muito infeliz, segundo meu parecer, ele foi mesmo feliz nisso, segundo o juízo que disso ele fazia, porque não os considerando mais como seus filhos, mas como inimigos, ele os castigou e vingou-se deles (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVII/X/741).

Percebe-se que o "Herodes das Antiguidades Judaicas" também se tratava de um cidadão comum que com suas ações conseguiu tornar-se rei. Esse Herodes era igualmente vitorioso e afortunado. Como o anterior, ele passou pela mesma infelicidade familiar. Entretanto, a ênfase aqui não está no caso de Herodes ser favorecido pelos deuses, mas, sim, no fato dele ser o rei mais colérico, injusto e cruel da história. Diferentemente do "Herodes da Guerra dos Judeus", esse novo rei Herodes sequer se abalava com as intrigas da família ou lamentava a perda dos seus filhos. Ele nunca foi um "infeliz pai", porque, na lógica discursiva de Flávio Josefo o rei "Herodes das Antiguidades Judaicas" sempre enxergou os próprios filhos como inimigos.

Outra *ressignificação* importante na narrativa biográfica de Flávio Josefo está na figura de Hircano II. Na obra "Guerra dos Judeus", Josefo chega a se referir a ele como um sumo-sacerdote estúpido e preguiçoso, mas, em "Antiguidades Judaicas", ele diz que:

> [Hircano] era muito manso, moderado e amante da tranquilidade e sabia não ter as condições necessárias para governar, servia-se em quase tudo do ministério de outrem. Essa excessiva bondade deu a Antípatro e a Herodes ocasião para se elevarem ao auge da autoridade e levarem a coroa à família deles. A morte foi à recompensa que esse infeliz príncipe recebeu da ingratidão de Herodes (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/IX/647).

Percebe-se nesse discurso sobre a morte de Hircano II que a opinião de Flávio Josefo mudou consideravelmente. Aliás, diferentemente do "Herodes da Guerra do Judeus", bem como, do seu pai Antípater, que no discurso anterior, foram pessoas que apoiaram a causa de Hircano II diante das investidas do partido de Aristóbulo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" nunca reconheceu o favorecimento dispensado a ele pelo sumo-sacerdote asmoneu. Ele se tratava de um rei ingrato que nunca teve a intenção de favorecer Hircano II. Como enfatizou o historiador judeu:

> [Hircano] não somente não viu a realização das promessas que Herodes havia feito como, após passar uma vida cheia de incertezas e amarguras, terminou os seus dias em adiantada velhice com uma morte deplorável, que não havia absolutamente merecido (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/IX/647).

Fica evidente aqui que a proposta biográfica de Flávio Josefo na obra "Antiguidades Judaicas" ressignificou não somente o rei dos *judeanos*, mas, também, vários personagens que integraram a narrativa da trajetória de vida de Herodes. Como na biografia anterior, Flávio Josefo começou o seu relato com a disputa sucessória entre Aristóbulo II e Hircano II, após a morte da rainha Alexandra. No meio dessa rivalidade política que, posteriormente, resultaria na ocupação da Judeia pelos romanos, surgiu a figura de Antípater, o pai de Herodes. Conforme fizera na obra anterior, Flávio Josefo o caracteriza como um idumeu muito rico, empreendedor e hábil que se tornou governador da Idumeia por causa das relações políticas estabelecidas com os asmoneus. O "Antípater de Antiguidades Judaicas" era muito amigo de Hircano II, mas, ao mesmo tempo, inimigo ferrenho de Aristóbulo.

Quando Flávio Josefo inseriu a figura de Antípater nessa narrativa, não perdeu a oportunidade para fazer mais críticas a Herodes, evidenciando assim, qual seria a tônica de sua narrativa biográfica. Pois, se o "Herodes da Guerra dos Judeus" surgiu na história como um jovem estrategista, aqui, a primeira menção de seu nome está atrelada a um pseudodiscurso em relação as suas origens.

> Nicolau de Damasco fá-lo descender de uma das principais famílias dos judeus que vieram da Babilônia para a Judeia, mas ele o diz em favor de Herodes, seu filho, que a fortuna elevou depois ao trono de nossos reis, como veremos a seu tempo. Antes não o chamavam Antípater, mas Antipas, como o seu pai, que, tendo sido feito pelo rei Alexandre e pela rainha sua esposa, governador de toda a Idumeia, contraiu amizade com os árabes, os gazeenses e os ascalonitas, conquistando o afeto deles por meio de grandes presentes (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/II/571).

Assim, algumas características já podem ser cogitadas em relação ao "Herodes das Antiguidades Judaicas":

- Para Flávio Josefo, Herodes não era judeu;
- A família do rei dos *judeanos* jamais pertencera a aristocracia judaica;
- A riqueza e poder político da família de Herodes deveriam ser creditadas aos asmoneus;
- Foi o favorecimento asmoneu que viabilizou o estabelecimento de relações políticas entre Antípater e os outros povos.

Percebe-se, então, que o historiador judeu pretendia desconstruir o "Herodes da Guerra dos Judeus", fazendo-o passar por um processo de *ressignificação*. Esse novo Herodes devia toda a sua trajetória política a família de Hircano II. Logicamente, se considerássemos apenas a figura de Antípater, a recíproca também seria verdadeira.

O desenrolar do conflito entre os príncipes asmoneus, bem como, o desfecho da disputa sucessória que resultou na anexação da Judeia a Roma, fazem parte do contexto narrativo do

Livro XIV da obra de Flávio Josefo. Entretanto, o nosso foco aqui não está na crise sucessória asmoneia, nem tampouco no modo como os romanos iniciaram a ocupação da Judeia, mas, sim, na trajetória de vida de Herodes. Quanto a isso, existe um discurso de Josefo que chamou a nossa atenção. Isso porque nele o historiador judeu conectou o desfecho da crise a ascensão da família de Herodes, bem como, mais uma vez aproveitou o momento para desconstruir o "Herodes da Guerra dos Judeus".

> Foi assim que a divergência entre Aristóbulo e Hircano causou tantos males, fazendo-nos perder a liberdade, sujeitando-nos ao Império Romano e nos obrigando a entregar o que havíamos conquistado da Síria pelas armas. A isso devemos acrescentar que esses novos senhores exigiram de nós, logo depois, mais de dez mil talentos e transferiram o reino, que antes sempre pertencera à casta sacerdotal, a homens cujos nascimentos nada tinham de ilustre. Falaremos mais particularmente, a seu tempo, de todas essas coisas (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/VIII/577).

Além de creditar a ocupação da Judeia na disputa sucessória travada entre os asmoneus, Josefo também enfatizou que, dentre os males oriundos do domínio romano na região estava a perda de privilégios da aristocracia sacerdotal, em detrimento do fortalecimento político de "homens cujos nascimentos nada tinham de ilustre". Assim, Flávio Josefo conectou essa parte do seu discurso a alocução anterior, quando revelou aos seus *interlocutores* que, na realidade, a família de Herodes nunca descendeu das principais famílias de judeus. As relações de parentesco entre os herodianos e a aristocracia sacerdotal judaica foram inventadas por Herodes e forjadas por Nicolau de Damasco. Logo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas", até poderia desfrutar de uma legalidade romana, porém, na ótica do historiador judeu, ele nunca desfrutaria de legitimidade no interior da sociedade judaica.

Em contrapartida, se o "Herodes da Guerra dos Judeus" iniciou a sua vida pública ainda jovem, sem que necessariamente Flávio Josefo mencionasse a idade dele, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" assumiu o governo da Galileia com menos de 15 anos. Foi esse menino inteligente e corajoso, segundo o relato de Josefo, que conseguiu livrar a Galileia dos malfeitores e conquistou a admiração dos sírios que habitavam na região. O jovem Herodes aqui também caiu nas graças de Sexto César, governador da Síria, conforme o "Herodes da Guerra dos Judeus". Entretanto, a forma como Flávio Josefo descreveu o início dessa trajetória, também evidencia algumas reservas quanto a atuação dele.

> Essa estima [de Sexto César por Herodes] produziu grande emulação em Fasael, que, não querendo ser inferior ao irmão em mérito e em virtude, não media esforços para conquistar o afeto do povo de Jerusalém. Ele desempenhava em pessoa os cargos públicos e com tanta justiça e de maneira tão agradável que ninguém tinha motivo de queixa nem podia acusá-lo de abuso de poder. Como a glória dos filhos vem recair sobre o pai, a nossa nação concebeu tanto amor por Antípater que lhe prestava as

> mesmas honras, como se ele fosse rei. Tão sábio ministro, em vez de se deixar dominar pelo brilho de tão grande prosperidade, como a maior parte dos homens, conservou sempre o mesmo afeto e a mesma fidelidade para com Hircano (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/594).

Novamente, a ideologia por trás do discurso de Flávio Josefo se torna evidente. Conforme afirmamos acima, na obra "Guerra dos Judeus" o jovem Herodes foi representado como inteligente, corajoso e admirável. No entanto, em "Antiguidades Judaicas", Flávio Josefo fez questão de ressaltar que ele era um menino com menos de 15 anos. Se considerássemos a trajetória de um menino judeu, na época de Josefo, diríamos que ele tinha acabado de iniciar a sua vida pública. Na idade de Herodes, por exemplo, Flávio Josefo ainda estava passando pela iniciação no judaísmo. Ele somente começou a sua vida civil com 19 anos (FLÁVIO JOSEFO, A VIDA).

Logo, a marcação da idade de Herodes, em "Antiguidades Judaicas", deixou bem clara qual deveria ser o *papel social* dele em uma sociedade patriarcal que atribuía o exercício da sabedoria e a tomada de decisões políticas às pessoas com mais tempo de vida. Talvez essa também fosse uma das razões para que os feitos de Herodes e Fasael recaíssem sobre Antípater, aumentando a sua fama.

Um olhar menos criterioso sobre essa perícope, nos conduziria a ideia de que Flávio Josefo queria comunicar aos seus *interlocutores* o fato de que Herodes, mesmo sendo um menino com menos de 15 anos, era inteligente e corajoso. No entanto, a *forma-de-dizer* do historiador judeu aponta para três personagens: Herodes, Fasael e Antípater. Fasael permanecia tão justo e agradável que não era acusado por ninguém. Antípater, por sua vez, conservava o mesmo afeto e fidelidade a Hircano II, era honrado e amado pelo povo. E quanto ao menino inteligente e corajoso, com menos de 15 anos, mencionado por Josefo?

A mesma aristocracia, que não tinha o que reclamar de Fasael, disse que "[...] Herodes lhes parecia tão violento e ousado que não duvidavam de que ele aspirava a um governo tirânico" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/594). Estamos falando da mesma aristocracia da intriga que fez parte da trama da obra "Guerra dos Judeus". Só que, no mesmo episódio na narrativa anterior, Herodes foi apresentado como alguém injustiçado, alvo apenas de intrigas e invejas, oriundas da aristocracia judaica.

O "Herodes da Guerra dos Judeus" tinha "coração" (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/VIII/43). Mas e quanto a esse novo Herodes? O "Herodes das Antiguidades Judaicas" foi acusado de crueldade e assassinato, com menos de quinze anos de idade. Nesse discurso, não se tratava apenas de intrigas, mas de fatos comprovados, pois existiam várias testemunhas.

> [...] Quer Vossa Majestade [Hircano] prova melhor do que ver que, embora as nossas leis proíbam mandar matar um homem, por mais perverso que seja, antes de ele ser condenado juridicamente, Herodes não teve receio de violar essas leis, mandando matar Ezequias e seus companheiros sem mesmo vos pedir licença para isso? (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/594).
>
> [...] As mães daqueles que Herodes condenara à morte aumentaram ainda a sua cólera, pois não se passava um dia sem que elas fossem ao Templo rogar a ele e a todo o povo que obrigasse Herodes a se justificar perante os judeus por uma ação tão criminosa. Assim, ele intimou-o a comparecer perante o tribunal (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/595).

As mães mencionadas nesse relato não foram evocadas na narrativa anterior. Agora não era somente uma questão de intrigas promovidas pela aristocracia. Ao trazer a fala dessas testemunhas diante dos *interlocutores* de seu discurso, Flávio Josefo ressignificou a imagem do rei dos *judeanos* como alguém que foi um cruel assassino, desde a sua infância. Logo, não seria de se estranhar que, posteriormente, Herodes assassinasse os seus filhos.

Como aconteceu na obra "Guerra dos Judeus", Herodes foi julgado por esses crimes, mas com a recomendação de Sexto César a Hircano de que ele fosse absolvido. As narrativas são similares, porém, em "Antiguidades Judaicas", novamente Flávio Josefo inseriu alguns elementos em seu discurso que ressignificaram ainda mais a figura do rei dos *judeanos.*

> Sexto César, governador da Síria, não se contentou em escrever a Hircano em favor de Herodes, mas ordenou que ele fosse absolvido, empregando até mesmo ameaças, para o caso de não ser atendido. Tão forte recomendação, porém, não era necessária, pois Hircano amava Herodes como se fosse seu filho. Quando ele compareceu diante dos juízes com os que o acompanhavam, os seus acusadores ficaram tão atônitos que nem um sequer ousou abrir a boca e sustentar o que haviam dito contra ele na sua ausência. Saméias, então, que era homem de grande virtude e não tinha receio de se expressar com toda a liberdade, levantou-se e falou, dirigindo-se a Hircano e aos juízes: "Majestade e vós, senhores, que aqui estais reunidos para julgar este acusado: quem já viu um homem obrigado a se justificar apresentar-se desta maneira? Creio que se teria dificuldade em citar exemplo semelhante. Todos os que até aqui compareceram a esta assembleia vieram com humildade e temor, vestidos de preto e com os cabelos em desalinho, em atitude de mover à compaixão. Este [Herodes], ao contrário, acusado de haver cometido vários assassínios, quer evitar o castigo e comparece diante de nós vestido de púrpura, com os cabelos bem penteados e acompanhado por uma tropa de homens armados, a fim de que, se o condenarmos, segundo as leis, ele zombe delas e estrangule a todos nós também. Não o censuro, porém, de agir assim, pois se trata de salvar a própria vida, que lhe é mais cara que a observância de nossas leis, mas censuro a todos vós por tolerá-lo, e particularmente ao rei". E, voltando-se para os juízes, acrescentou: "Mas vós sabeis, senhores, que Deus não é menos justo que poderoso, e assim, ele permitirá que este mesmo Herodes, que quereis absolver para agradar a Hircano, nosso rei, vos castigue por isso um dia e castigará também a ele" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/595).

Percebe-se que, ao comparecer diante do tribunal judaico com paramentos reais e acompanhado por uma milícia, Herodes, que naquele momento era apenas o governador da Galileia, já queria ser um signo de poder desde a sua mocidade; pelo menos, essa foi a lógica

narrativa de Flávio Josefo. O historiador judeu fortaleceu essa ideia a partir de um discurso atribuído a aristocracia judaica sobre a trajetória política do rei dos *judeanos*.

A princípio, parece-nos que a aristocracia representada aqui pelo discurso de Saméias acreditava que Herodes queria apenas assumir o lugar de Hircano II e governar no lugar dele. No entanto, a construção narrativa de Flávio Josefo é bem mais profunda. Hircano era o sumo-sacerdote e, como tal, tinha jurisdição apenas sobre a cidade de Jerusalém. O restante da Judeia estava sob a administração de Antípater, Fasael e Herodes. Assim, o governo de Hircano era mais religioso que político, pois, Fasael também era o administrador de Jerusalém.

Cogitar a possibilidade discursiva do jovem Herodes estar apenas em busca do lugar de Hircano II significaria dizer que as intenções do "Herodes das Antiguidades Judaicas" seriam mais religiosas do que políticas. Essa ideia se perde com a forma na qual o jovem Herodes foi representado nesse discurso. Flávio Josefo não o paramentou como sumo-sacerdote. Não há veste de linho fino, peitoral, estola sacerdotal. Em vez disso, o que temos são vestes de púrpura, cabelos bem penteados e uma milícia; ou seja, o jovem Herodes aqui quer ser reconhecido como um rei.

Na lógica discursiva de Flávio Josefo, o jovem Herodes também estava disposto a impor tal condição aos seus opositores. Isso significa que o "Herodes das Antiguidades Judaicas" não desejava apenas o cargo de Hircano II conforme a aristocracia judaica o acusava. O que Flávio Josefo está dizendo aqui é que Herodes pleiteava uma unificação dos poderes religioso e político, como acontecera na história mais recente da Dinastia Asmoneia. E isso, desde cedo.

Se Herodes ocupasse o lugar de Hircano II, ele seria o mediador ritual entre o Deus de Israel e a cidade. Todos os cidadãos se sujeitariam a ele para obter favores. A ordem social dependeria de suas ações. E, se fosse o rei de toda a Judeia, algo que, mais cedo ou mais tarde, dependendo do desempenho político dele, deveria acontecer, Herodes seria o mediador entre os *judeanos* e os demais poderes instituídos no mundo antigo. Em suma, Herodes foi ressignificado aqui como alguém que desejava poder absoluto desde a sua mocidade. E que estaria disposto a fazer qualquer coisa para conquistá-lo, ainda que fosse necessário ignorar a lei mosaica, assassinar pessoas ou afrontar o poder político-religioso instituído na região. O "Herodes da Guerra dos Judeus" nunca teve a mesma ousadia que esse "Herodes das Antiguidades Judaicas".

A última fala de Saméias também merece a devida atenção. Ela foi utilizada por Flávio Josefo como um *mecanismo de antecipação* entre ele e os seus *interlocutores*. Segundo o discurso de Saméias, Herodes seria usado pelo Deus de Israel para punir os responsáveis por ações que perpetuavam a injustiça – "[...], Mas vós sabeis, senhores, que Deus não é menos

justo que poderoso, e assim, ele permitirá que este mesmo Herodes, que quereis absolver para agradar a Hircano, nosso rei, vos castigue por isso um dia e castigará também a ele" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/595).

Na ótica da aristocracia que Saméias representava, justo mesmo seria aplicar todas as penas prescritas pela lei judaica ao caso em questão. Assim, Herodes seria condenado e morto. No entanto, em vez de se preocupar com a manutenção do favorecimento da divindade, o sumo-sacerdote Hircano II trocou o rigor da lei pelo apoio de Sexto César e Herodes. Os juízes, que deveriam agir em favor das famílias vitimadas, fizeram o mesmo movimento que Hircano, com o intuito de preservar os privilégios concedidos pelo sumo-sacerdote na cidade de Jerusalém. Assim, pela lógica discursiva de Josefo, nada seria mais natural do que a divindade judaica se posicionar contra o templo e a favor de Herodes. Então, no discurso do historiador judeu, a ascensão de Herodes teria mais a ver com a fealdade da aristocracia judaica e do sumo-sacerdote que com uma provável existência de dignidade na pessoa do futuro rei dos *judeanos*.

Na narrativa de Flávio Josefo, a princípio, apenas Saméias tentou demonstrar certa imparcialidade. Como era de se esperar em uma narrativa judaica, ainda que o algoz da ação punitiva divina fosse o próprio Herodes, mais tarde Saméias seria simbolicamente poupado pela divindade, como um sinal de que tentara agir com justiça e integridade. No entanto, os demais juízes seriam mortos.

> [...] Essas palavras foram uma profecia, que mais tarde se verificou: Herodes, tendo sido constituído rei, mandou matar todos aqueles juízes, exceto Saméias, a quem sempre tratou com grande honra, tanto por sua virtude quanto porque, quando junto com Sósio sitiou Jerusalém, ele exortou o povo a recebe-lo, dizendo que faltas passadas não deveriam impedir que se submetessem a Herodes, como diremos mais particularmente a seu tempo (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/596).

Gradativamente, o discurso de Saméias fazia cada juiz mudar de ideia. Percebendo a possibilidade de Herodes ser condenado, Hircano decidiu suspender o julgamento e facilitar uma fuga. Com isso, Flávio Josefo ressignificou mais uma vez a figura do rei dos *judeanos*. Diferentemente do "Herodes da Guerra dos Judeus", que se tornou governador da Baixa Síria por seus méritos políticos e feitos militares, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" conseguiu o cargo mediante uma grande soma de dinheiro, ou seja, esse Herodes comprou as suas investiduras. Logo, para Josefo, cada uma delas foi adquirida sem honra; ratificando a ideia de que o governo da Judeia foi dado a homens indignos, conforme mencionamos acima (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/595).

Assim, fortalecido militarmente, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" decidiu invadir Jerusalém. Um primeiro olhar sobre esse discurso nos conduziria a ideia de que Herodes queria apenas se vingar dos juízes que o convocaram novamente para ser julgado. No entanto, como disse o historiador judeu Flávio Josefo, ele pretendia destituir Hircano II: o mesmo sumo-sacerdote que o favorecera e ajudara na fuga; mas, foi dissuadido dessa ideia por seu pai e irmão. Essa premissa emerge da afirmação que fez o historiador judeu ao dizer que naquele momento "[...] [Herodes] contentou-se em haver mostrado a toda a nação até onde chegava o seu poder e adiou a execução de seus grandes desígnios e o gozo do efeito de suas esperanças" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/596).

Na lógica discursiva de Flávio Josefo, assumir o poder político em toda Judeia seria apenas uma questão de tempo e oportunidade, porque as intenções sociais, bem como, a sagacidade política de Herodes já se podia perceber desde a sua mocidade. Parece-nos que para Josefo, antes de servir aos *judeanos*, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" serve a si mesmo e à sua busca desenfreada pelo poder. Em contrapartida, a covardia e a estupidez do "Hircano de Antiguidades Judaicas" tinham sua fonte na simplicidade política que o caracterizava, diferentemente daquele sumo-sacerdote que Josefo apresentou na obra "Guerra dos Judeus" como sendo preguiçoso e incompetente. Para o historiador judeu Flávio Josefo, o "Hircano de Antiguidades Judaicas" era mais digno que Herodes e merecia ocupar o cargo de rei dos *judeanos* e o ofício de sumo-sacerdote.

> Há vários decretos do senado e atos dos imperadores romanos em favor de Hircano e de nossa nação e cartas escritas às cidades e aos governadores das províncias relacionadas aos nossos privilégios. Os que os lerem sem prevenção não terão dificuldade em lhes prestar fé. Assim, tendo mostrado com provas tão claras e tão constantes a nossa amizade com o povo romano, e sendo que as colunas e as tábuas de cobre que ainda hoje se veem no Capitólio são e serão sempre sinais indubitáveis disso, creio que nenhuma pessoa sensata delas ainda queira duvidar. Ao contrário, estou certo de que se julgará, pelo que acabo de dizer, da verdade das outras provas que eu ainda poderia trazer, mas que suprimo como supérfluas, para não aborrecer o leitor (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/597).

Como se pode observar, a *ressignificação* que Flávio Josefo fez do rei dos *judeanos* sempre estará atrelada a nova imagem que ele pretendia construir de Hircano II. Seria como se o discurso de Josefo sempre se fortalecesse através dos binômios Hircano/Herodes, dignidade/indignidade, honra/desonra, competência/incompetência, fortuna/infortúnio, justiça/injustiça, herói/anti-herói. Essa *ressignificação* pode ser observada também na narrativa da chegada de Caio Cássio a Síria. Em primeiro lugar, lembremos como o historiador judeu descreveu as ações de Herodes, Antípater e Hircano na obra "Guerra dos Judeus", conforme já mencionamos anteriormente.

> [...] Esta guerra entre os romanos foi seguida por outra ainda maior; César fora morto no Capitólio por Cássio e por Bruto, depois de ter reinado três anos e meio; todos os principais do império, levados por múltiplos sentimentos e por interesses diversos, tomaram as armas. Cássio veio à Síria, fez reconciliarem-se Marcos e Basso, tomou o comando das tropas que eles comandavam, fez levantar o cerco de Apameia e impôs às cidades tributos que superavam às suas posses. Ordenou também aos judeus que fornecessem setecentos talentos; Antípater, temendo as ameaças, ordenou aos seus filhos e a alguns de seus amigos, entre os quais estava Malico, que procurassem reunir essa soma com toda a solicitude. Herodes foi o primeiro que o fez. Forneceu cem talentos para a Galileia e conquistou por esse meio o afeto de Cássio. Os outros não foram tão diligentes, e Cássio ficou de tal modo encolerizado que depois de ter saqueado Gofna, Amonta e duas outras pequenas cidades, avançou com a intenção de mandar matar Malico; mas Antípater o salvou e impediu a ruína das outras cidades, por meio de cem talentos que deu a Cássio (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/IX/47).

Como se pode observar, o discurso de Josefo nessa perícope evidencia: a) a imposição de tributos às cidades da Síria e Judeia; b) a taxação dos *judeanos*; c) a ordem de Antípater para que os tributos fossem pagos; d) a predisposição de Herodes para pagar os tributos, como se fosse um filho obediente ou um governador sempre alinhado ao governo central; e) o favorecimento político que tal iniciativa trouxe para a região; f) o impacto político que a recusa da aristocracia judaica a pagar os tributos estabelecidos causou nas relações de poder entre Cássio e os *judeanos*; g) a figura de Antípater como uma espécie de salvador da Judeia que usa os próprios recursos para evitar a derrocada das cidades.

Segundo o discurso acima, não houve qualquer atuação do sumo-sacerdote Hircano II no episódio narrado. A preservação das relações políticas estabelecidas na Judeia durante o período de instabilidade política, crise da República e guerra civil romana foi atribuída a Herodes e Antípater. Agora, vejamos os indícios de *ressignificação* na obra "Antiguidades Judaicas".

> Depois da morte de César, surgiu uma grande guerra civil entre os romanos. Os principais do senado iam por toda parte recrutar soldados. Cássio veio à Síria, tomou o comando das tropas que sitiavam Apameia, levantou o cerco e conquistou Basso e Marcos para o seu partido. Em seguida, foi de cidade em cidade, reunindo soldados e exigindo grandes tributos, principalmente na Judeia, de onde levou mais de setecentos talentos de dinheiro. Antípater, vendo as coisas malparadas, ordenou aos seus dois filhos que levassem parte dessa soma. Malico, que não o estimava, e outros foram encarregados do resto. Herodes viu que a prudência o obrigava a ganhar o partido dos romanos, às custas de outrem, e foi o primeiro a executar a comissão na Galileia, tornando-se querido de Cássio. Os outros governadores, não tendo agido do mesmo modo, irritaram-no muito, e ele pôs em leilão os habitantes de várias cidades, das quais as principais eram Gosna, Emaús, Lida e Tamna, e teria mandado matar Malico, se Hircano não lhe tivesse aplacado a cólera, mandando-lhe cem talentos por meio de Antípater (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVIII/599).

Nessa perícope, Flávio Josefo fez questão de revelar a intenção de Herodes ao ser o primeiro a pagar o tributo exigido por Caio Cássio, ou seja, ganhar prestígio entre os romanos.

Josefo diz também que o dinheiro não era dele, mas de Antípater. No entanto, parece-nos que o "Herodes das Antiguidades Judaicas" intencionalmente o entregou como se fosse parte de seu patrimônio pessoal. Diferentemente da narrativa anterior, aqui foi Hircano II que providenciou o pagamento necessário para evitar a derrocada das cidades. Antípater teria sido apenas uma espécie de mediador entre o sumo-sacerdote e o magistrado romano.

Assim, em "Antiguidades Judaicas", foi Hircano que impediu a destruição das cidades, a venda de parte da população como escrava e evitou a morte de Malico. Antípater e Herodes apenas se beneficiaram politicamente da situação. Essa seria mais uma evidência de que Flávio Josefo intencionava descredibilizar a imagem de Herodes e enaltecer a figura de Hircano II, em mais um processo de *ressignificação*. Entretanto, aparentemente houve uma reviravolta no discurso de Flávio Josefo sobre a trajetória de vida do rei dos *judeanos*.

Durante parte do discurso de Josefo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" deixará de ser o anverso do "Herodes da Guerra dos Judeus". Parece-nos que o ponto de referência para essa mudança foi a luta contra Antígono e a decisão de se casar com Mariana, fortalecendo assim as relações políticas entre Hircano II e Herodes.

> [...] [Herodes] voltou triunfante a Jerusalém. O povo ofereceu-lhe coroas, e o próprio Hircano, pois o considerava então como da família, porque ele iria desposar Mariana, filha de Alexandre, filho de Aristóbulo e de Alexandra, filha de Hircano. O casamento realizou-se depois, e Herodes dele teve três filhos e duas filhas. Ele havia desposado em primeiras núpcias uma mulher de nome Dóris, que era de sua nação, e dela tivera Antípatro, seu filho mais velho (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XXI/603).

Logicamente, as críticas e a oposição de parte da aristocracia judaica ainda permaneciam. Parece-nos que as opiniões desse grupo não representavam completamente as concepções de Flávio Josefo sobre o rei dos *judeanos*. No entanto, a ideia de que Herodes não constava entre aqueles que eram considerados etnicamente dignos para assumir o governo dos *judeanos*, ainda circundava as margens do dizer de Flávio Josefo. Tal circunstância pode ser percebida, por exemplo, quando ele narra o apoio que Marco Antônio e Otaviano ofereceram a Herodes em Roma.

> A compaixão que Antônio sentiu da infelicidade a que a inconstância da sorte — que sente prazer em perseguir os homens mais ilustres — reduzira Herodes, a lembrança da maneira gentil com que Antípatro, seu pai, o havia recebido em casa, a consideração do dinheiro que ele lhe prometia se o fizesse rei, tal como já o fizera tetrarca, e principalmente o ódio contra Antígono, que ele considerava faccioso e inimigo declarado dos romanos, fizeram-no decidir-se por ajuda-lo com todas as suas posses. Augusto fez o mesmo, tanto em consideração à amizade particular que César tivera por Antípatro, por causa do auxílio dele recebido na guerra do Egito, quanto pelo desejo de obsequiar Antônio, a quem via abraçar com tanto ardor os interesses de Herodes. Assim, reuniram o Senado. Messala e Atratino introduziram Herodes, elogiaram grandemente os serviços que seu pai e ele havia

> prestado ao povo romano, lembrando que Antígono, ao contrário, não somente era um inimigo declarado, tal como o provavam as suas ações precedentes, como também demonstrara total desprezo pelos romanos ao receber a coroa das mãos dos partos. Essas palavras incitaram o senado contra Antígono, e Antônio acrescentou que na guerra que se travaria contra os partos seria, sem dúvida, muito vantajoso constituir Herodes rei da Judeia. Todos aceitaram a proposta, e o favor que Herodes ficou devendo a Antônio foi tanto maior quanto era inesperada aquela extraordinária graça, pois os romanos não costumavam outorgar coroas senão aos de família real. Ele havia pensado apenas em pedir a coroa da Judeia para Alexandre, irmão de Mariana e neto de Aristóbulo do lado paterno e de Hircano do lado materno. (Herodes depois mandou matar Alexandre, como diremos a seu tempo.) Podemos acrescentar que a pressa de Antônio aumentou ainda esse favor, pois esse importante assunto foi concluído em sete dias. Ao sair do Senado, Antônio e Augusto levaram Herodes em sua companhia e, seguidos pelos cônsules e senadores, foram ao Capitólio, onde ofereceram sacrifícios e colocaram como num sagrado depósito o decreto do senado. Antônio em seguida ofereceu um farto banquete ao novo príncipe, cujo reinado se iniciava na centésima octogésima quarta Olimpíada, no consulado de Caio Domício Calvino e Caio Asínio Polião (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XXVI/612).

A interpolação de Flávio Josefo ao longo dessa perícope evidencia que a crítica do historiador judeu ao rei dos *judeanos* não foi abandonada. Ela apenas passou por um processo de amenização, com uma aliança feita entre Herodes e Hircano, através do casamento. Na ótica de Flávio Josefo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" continuava sem direito ao reinado sobre os *judeanos*. O próprio Herodes sabia disso, por isso, pretendia solicitar a coroa para um descendente asmoneu. No entanto, ele foi favorecido pelos romanos, confirmado pelo Senado e ratificado pelos deuses. Como liberto da Casa dos Flávios, Josefo jamais poderia negar completamente a investidura de Herodes como rei dos *judeanos*. Se, em sua primeira obra, quando ele foi patrocinado pelos Flávios, ele teve que enfatizar essa legitimidade, agora, em "Antiguidades Judaicas", uma produção um pouco mais independente e menos vinculada ao jogo político, Flávio Josefo poderia ressignificar o rei dos *judeanos* e criticar mais abertamente a sua condição monárquica.

Entretanto, a fim de preservar suas relações de parentesco e o vínculo político com os romanos, Josefo converte as suas críticas mais veementes em discursos de terceiros, como por exemplo na fala de Antígono sobre a legitimidade da investidura de Herodes.

> [...] Antígono respondeu, dirigindo-se a Silom e aos romanos, que era coisa indigna da justiça, de que o povo romano fazia profissão, colocar no trono um simples particular, ainda mais um idumeu, isto é, um semijudeu, contra as leis da nação, que só concedia aquela honra a quem o nascimento tornava digno dela, e que, se estavam descontentes por ele haver recebido a coroa das mãos dos partos, restavam ainda outros, de família real, que não haviam ofendido os romanos e aos quais podiam dá-la, e também sacerdotes, aos quais não era justo privar de uma honra à qual tinham o direito de aspirar (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XXVII/615).

Como se pode observar, a tônica da disputa política entre Antígono e Hircano, bem como, a atuação de Herodes nesse confronto não são tão diferentes da narrativa apresentada na obra "Guerra dos Judeus". A saga, as batalhas, o jogo político e os personagens são os mesmos que já mencionamos anteriormente. Flávio Josefo apenas fez uso de mais recursos literários em sua narrativa, sem, contudo, deixar de acentuar a indignidade de nascimento de Herodes. Ele termina o Livro XIV dizendo que:

> [...] a família dos asmoneus, após reinar cento e vinte e seis anos, perdeu o trono. Essa família foi ilustre não somente por ter sido elevada ao poder, mas também porque sempre foi honrada com o sumo sacerdócio e porque as muitas e ilustres ações de seus reis elevaram em muito a glória de nossa nação. As dissensões domésticas, no entanto, causaram pôr fim a sua ruína, e a sua grandeza passou à família de Herodes, filho de Antípater, o qual tinha origem numa família que nada possuía de nobre, para que fosse distinguida do comum dos demais súditos dos reis (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XXVIII/627).

Talvez essa *forma-de-dizer* se tratasse de mais um *mecanismo de antecipação* usado por ele para chamar a atenção de seus *interlocutores*, principalmente daqueles que pertenciam a aristocracia judaica e que nutriam por Josefo a mesma aversão que alimentavam em relação a Herodes. Essa aversão será plenamente justificável a partir de mais uma *ressignificação* proporcionada pelo discurso de Flávio Josefo. O historiador judeu abriu o livro subsequente com o seguinte discurso:

> Vimos no livro precedente a tomada de Jerusalém por Sósio e Herodes e o aprisionamento de Antígono. Vou agora falar de suas consequências. Quando Herodes se viu senhor da Judeia, demonstrou muita gratidão para com aqueles que lhe dedicaram afeto enquanto ele era apenas um homem da vida privada. Mas não se passava um dia em que não matasse algum dos que haviam seguido o partido de Antígono. Poliom, fariseu, e Saméias, discípulo deste, foram os únicos aos quais tratou com consideração, para recompensá-los, porque durante o cerco eles haviam aconselhado o povo a ajudá-lo. Poliom era aquele que durante o julgamento de Herodes, quando os juízes o queriam condenar, predissera a Hircano e aos outros juízes que, se o absolvessem, ele os mataria a todos, o que Deus confirmou em seguida. Herodes mandou levar para o palácio real tudo o que encontrou de móveis preciosos, mais o ouro e a prata que tomou dos ricos, e reuniu assim uma grande soma de que fez presente a Antônio e aos que este mais estimava. Mandou matar quarenta e cinco dos principais seguidores de Antígono e colocou guardas às portas para ver, quando trouxessem os corpos, se estavam mortos de verdade. Ordenou também que lhe trouxessem tudo o que se encontrasse de ouro e de prata. Os que haviam seguido o partido de Antígono não viam o termo de seus males. Os bens todos que possuíam eram insuficientes para satisfazer a ambição de Herodes ou para contentar a sua insaciável avareza, pois as suas finanças estavam então esgotadas. Havia ainda motivos para se temer uma carestia, porque as terras estavam em descanso, sendo aquele o sétimo ano, no qual não nos é permitido cultivar nem semear a terra (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDAES JUDAICAS, LIVRO XV/I/628-629).

A *ressignificação* proposta por Flávio Josefo a partir do Livro XV está diretamente relacionada a desconstrução de Herodes como alguém favorecido pelo Deus de Israel. O rei dos

judeanos agora será um indivíduo transgressor de toda moralidade judaica. O "Herodes das Antiguidades Judaicas" cobiçava, matava indiscriminadamente, levantava falsos testemunhos para atender objetivos escusos, se apropriava indevidamente dos bens e terras de seus súditos enquanto enriquecia e fortalecia as suas relações políticas com os romanos, na figura de Marco Antônio que, a fim de evitar novas sublevações contra o rei dos *judeanos* mandou cortar a cabeça de Antígono.

Um ponto importante na *ressignificação* que fez Flávio Josefo estava na relação entre Herodes e Hircano II após a coroação daquele como rei dos *judeanos*. Assim o historiador judeu apresentou um jogo de intenções. A primeira intenção foi de Hircano II que, segundo Josefo:

> [...] era honrado como sumo sacerdote e rei não somente pelos que se haviam estabelecido naquela poderosa cidade, mas também por todos os outros judeus que moravam além do Eufrates, e ele sentia-se feliz em sua desdita. E, quando soube que Herodes subira ao trono, concebeu as maiores esperanças, tanto porque o rei naturalmente amava os seus parentes e aliados quanto por julgar que, tendo lhe salvado a vida quando ele corria o risco de ser condenado, nada mais esperava dele senão reconhecimento (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/II/631).

A segunda intenção foi a dos judeus que estavam além do Eufrates. Esses reconheciam a legitimidade do sumo-sacerdócio de Hircano, apesar de sua mutilação. E, por isso, queriam que ele permanecesse na Babilônia. Essa parte do discurso de Flávio Josefo indica tanto existência de comunidades judaicas quanto a prática de judaísmos em uma região fora da jurisdição de Herodes.

> [...] Aconselharam-no, porém, a ficar, dizendo-lhe, para convencê-lo disso, que todos os seus compatriotas naquele país já estavam prestando a ele todas as honras que podiam prestar a seu sumo-sacerdote e rei; que ele não podia esperar a mesma coisa da Judeia, por causa da maneira ultrajosa como Antígono o havia tratado; que a mudança de sorte muda também os sentimentos dos homens, e jamais os reis se lembram dos favores recebidos enquanto simples cidadãos; e que ele não devia esperar tanto afeto da parte de Herodes. Essas opiniões, embora tão sensatas, não fizeram impressão no espírito de Hircano, tanto ele estava ansioso para voltar (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/II/631).

A terceira intenção evidenciada por Flávio Josefo foi a de Herodes. No entanto, diferentemente de Hircano II que queria retornar a sua casa e dos judeus além do Eufrates que continuavam apoiando o sumo-sacerdote, Herodes apenas desejava consolidar o seu domínio sobre a Judeia e preservar as relações políticas estabelecidas entre ele e os romanos. E, na lógica discursiva de Josefo, ele não mediria esforços para isso.

> [...] E Herodes escreveu-lhe também, rogando que pedisse ao rei e aos judeus para não lhe invejarem o contentamento de compartilhar o poder da realeza, pois chegara o tempo de agradecer os favores que lhe devia, tanto por Hircano havê-lo elevado como

> por lhe salvar a vida. Esse fingido soberano não se contentou em escrever-lhe nesses termos, mas também enviou Saramala como embaixador a Fraate, com muitos presentes, para obter deste a liberdade de seu benfeitor e a oportunidade para recompensá-lo pelos favores que recebera. Todas essas demonstrações de amizade, no entanto, eram pura mentira e hipocrisia. A única coisa verdadeira nisso tudo era que ele havia usurpado a coroa e temia uma reviravolta. Por isso desejava com ardor ter Hircano ao seu alcance, para poder e fazê-lo morrer, caso julgasse tal coisa conveniente para a sua própria segurança, como nos faz ver a continuação da história. Hircano foi posto em liberdade pelo rei dos partos, e os judeus que estavam na Babilônia forneceram-lhe o dinheiro necessário para a viagem. Herodes tratou-o com muita deferência. Dava-lhe sempre o primeiro lugar nas assembleias e nos banquetes, chamava-o de pai e tudo fazia para que ele não suspeitasse de sua traição, porque desejava a todo custo conservar a posse da coroa e reforçar a sua recente autoridade. Isso causou dissensões domésticas que excitaram grande perturbação [...] (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/II/631-632).

Essa perturbação familiar que resultará na imagem de Herodes como parricida teve sua origem na mesma rivalidade que subjugou a Judeia aos romanos e conduziu o rei dos *judeanos* ao poder: a disputa asmoneana pelo ofício do sumo-sacerdócio. Hircano estava impedido desse exercício e, o mais natural seria que alguém da família assumisse o cargo. No entanto, Herodes temia que tal sucessão fragilizasse o seu poder na região e suscitasse mais revoltas. Assim, ele trouxe e nomeou um judeu da diáspora chamado Ananel como sumo-sacerdote.

> Herodes honrara-o com aquela dignidade logo que subira ao trono, mas apenas porque era um grande amigo. E tirou-a somente porque julgou necessário, para acalmar as divergências em família, pois aquele cargo era concedido não por algum tempo, mas para sempre, e não se podia tirá-lo de alguém sem cometer uma injustiça. Antíoco Epifânio foi o primeiro a violar essa lei, quando depôs Jesus para colocar Onias em seu lugar. Aristóbulo foi o segundo, quando tirou o cargo de Hircano, seu irmão, a fim de guardá-lo para si mesmo. E Herodes foi o terceiro, quando, para ter paz em casa, o entregou a Aristóbulo, vivendo ainda Ananel. Essa reconciliação, todavia, não impediu que Herodes continuasse com as suas desconfianças (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/III/934).

Para Josefo, além de se tratar de uma transgressão da lei mosaica e de uma ruptura com a tradição judaica, a ação de Herodes o colocou em pé de igualdade com um dos maiores profanadores da história judaica: Antíoco Epifânio. Essa *ressignificação* transformou o "Herodes das Antiguidades Judaicas" em um indivíduo que desrespeitava a divindade e consequentemente sofreria os resultados desse sacrilégio, que poderiam se manifestar tanto no âmbito pessoal quanto na esfera política. Assim, gradativamente, Flávio Josefo retomou as narrativas sobre a crise familiar da casa de Herodes, descrevendo mais detalhes sobre o jogo de intrigas, ciúmes, disputas e traições que circundavam o universo familiar do rei dos *judeanos*.

O desfecho do discurso não foi diferente daquele que analisamos na obra anterior. Todos os familiares que, na ótica do "Herodes das Antiguidades Judaicas" representavam uma ameaça ao seu poder, ele eliminou sem muitos problemas, com exceção de Mariana, a esposa que ele

tanto amava e que não se cansava de demonstrar publicamente o desprezo que sentia por ele. Flávio Josefo diz também que foi o medo de uma transição do poder para Hircano II, após a vitória de Otaviano sobre Marco Antônio, que fez Herodes assassinar o antigo sumo-sacerdote, acabando assim com os possíveis sucessores da dinastia que o antecedera (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/647).

Outra parte importante da narrativa biográfica de Josefo foi o encontro entre Herodes e Augusto. Apesar de não haver diferenças significativas entre essa nova narrativa e o relato da obra "Guerra dos Judeus", o discurso de Herodes diante do imperador romano foi mais uma vez elogiado por Flávio Josefo. Os *judeanos* esperavam que Herodes fosse deposto, no entanto, em vez disso ele fortaleceu as relações de *clientelismo e patronato*, consolidou o seu poder na Judeia e aumentou consideravelmente o seu patrimônio. Josefo disse que:

> A volta de Herodes à Judeia com um novo acréscimo de honra e de autoridade causou grande admiração a todos os que esperavam o contrário. E eles só podiam considerar tal fato uma prova da proteção de Deus sobre ele, que escapava com rara felicidade de todos os perigos que o ameaçavam e ainda tornava a sua vida mais brilhante e mais ilustre (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/X/650).

A partir daí, Herodes e Augusto estiveram cada vez mais próximos. E, assim como o rei dos *judeanos* não media esforços para homenagear Augusto, o imperador romano também não se cansava de aumentar a extensão do poder de Herodes no Oriente romano, conforme já mencionamos na análise da obra anterior. Segundo Flávio Josefo, com o passar do tempo, na mesma medida em que enriquecia e fortalecia as relações políticas do seu reino, Herodes foi se afastando da tradição cultural judaica.

> [...] com poder absoluto e plena liberdade para fazer o que queria, não teve receio de se afastar cada vez mais das tradições de nossos antepassados. Aboliu os nossos antigos costumes, que lhe deveriam ser invioláveis, para introduzir outros, trazendo assim uma estranha mudança na disciplina que mantinha o povo no cumprimento do dever. Começou por instituir jogos, lutas e corridas, que se faziam cada cinco anos em honra de Augusto, e mandou construir para esse fim um circo em Jerusalém e um grande anfiteatro fora da cidade. Esses dois edifícios eram soberbos, mas contrários aos nossos costumes, que não nos permitem assistir a semelhantes espetáculos. Como ele queria tornar célebres esses jogos, mandou publicá-los não somente nas províncias vizinhas, mas também nos lugares mais afastados, com a promessa de grandes recompensas para os vencedores. [...] Nada se podia acrescentar à magnificência e aos cuidados que Herodes usava para tornar esses espetáculos os mais belos e agradáveis do mundo. [...] O circo era rodeado de inscrições em louvor a Augusto e de troféus das nações que ele tinha vencido. Havia ouro e prata, ricos vestuários e pedras preciosas. Mandou também vir de todas as partes grande quantidade de animais ferozes, como leões e outros animais, cuja força extraordinária ou alguma qualidade rara suscitava admiração e curiosidade. Fazia-os lutar uns contra os outros e, às vezes, com homens condenados à morte. Tais espetáculos não causavam menos prazer que admiração aos estrangeiros. Mas os judeus o consideravam uma deturpação e uma corrupção da disciplina de seus antepassados. Nada lhes parecia mais ímpio que expor homens ao furor das feras por um prazer tão cruel ou abandonar os santos costumes para abraçar os de nações

> idólatras. Os troféus, que lhes pareciam cobrir figuras de homens, não lhes eram menos insuportáveis, porque violavam inteiramente as nossas leis (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/660).

Como se pode perceber, gradativamente, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" tinha a intenção de movimentar a sociedade para o *multiculturalismo.* Um dos métodos utilizado por ele para lograr êxito nesse deslocamento foi o desenvolvimento de um *plano urbanístico*. Além disso, Herodes queria construir relações socioculturais recíprocas através da instituição de jogos e espetáculos, bem como, promover o encontro de várias culturas nos espaços que ele organizara para esse fim. Foi nesse contexto que Flávio Josefo inseriu um elemento novo em sua narrativa biográfica: a resistência judaica ao estabelecimento de relações socioculturais marcadas por reciprocidade. Para a aristocracia, um romano poderia facilmente se tornar um judeu através da circuncisão, observância das regras alimentares e prática de um dos judaísmos, principalmente aquele praticado no templo e nas sinagogas. No entanto, dificilmente um judeu poderia se tornar um romano. Pois, apesar da possibilidade jurídica proporcionada pela conceção de uma cidadania, a estrutura sociocultural romana, em diversos aspectos colidia com a cultura judaica.

Ao perceber o descontentamento dos judeus com o movimento feito por ele para estabelecer relações socioculturais recíprocas entre as comunidades judaicas e a sociedade romana, Herodes usou como estratégia para ganhar seus opositores a desconstrução dialética da *cosmogonia* judaica. O rei dos *judeanos* tentou convencer os judeus de que o medo que eles tinham de uma punição divina era mera superstição. Como era de se esperar, a negociação foi muito difícil.

> Herodes facilmente concluiu [...] que o único meio de os acalmar era livrá-los daquele engano. Levou alguns deles ao circo, mostrou-lhes vários troféus e perguntou-lhes o que pensavam que eram. Eles responderam que eram figuras de homens. Então ele mandou tirar todos os ornamentos, restando apenas os cabides sobre os quais estavam pendurados. Todos acharam graça, e o tumulto acalmou-se. Quase todos vieram a tolerar com facilidade o resto, mas alguns não mudaram os seus sentimentos nem a sua opinião. O horror que tinham aos costumes estrangeiros lhes fazia crer que não podiam ser introduzidos sem prejuízo das tradições de nossos antepassados e sem causar a ruína da nação. Assim, não consideraram mais Herodes seu rei, e sim um inimigo. E resolveram antes expor-se a qualquer coisa que tolerar tão grande mal (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/660).

Embora se dispusesse a importação de alguns elementos socioculturais romanos inerentes ao movimento de Herodes, a possibilidade de lidar com uma *paisagem urbanística* repleta de iconografias e esculturas com a fisionomia humana parecia colocar a população permanentemente diante de sua *alteridade*, causando um estranhamento persistente; principalmente porque de acordo com a *cosmogonia* judaica, foi a ruptura com o princípio de

não fazer uso de imagens, esculturas e representações que em diversas oportunidades resultou em desenraizamento, escravidão e exílio. Assim, o historiador judeu Flávio Josefo inseriu, em sua narrativa, uma conspiração judaica para matar o rei dos *judeanos.*

Essa conjuração resultou em mais uma *ressignificação*. O "Herodes das Antiguidades Judaicas" agora torna-se um torturador. E, como tal, não isentaria nem mesmo as mulheres desde que o uso da violência o fizesse chegar aos seus conspiradores. Esse Herodes pune não somente os que estavam envolvidos na conspiração, mas, também, manda eliminar todos os familiares, apagando assim a história de várias famílias através da interrupção da linhagem. Além dessa *ressignificação*, Josefo também faz questão de ressaltar a obstinação dos sediciosos que:

> "[...] não demonstraram o menor temor, nem negaram seu intento; mostraram com rosto firme e tranquilo os punhais que tinham preparado para executar o crime e declararam que somente a piedade e o bem público os haviam levado a empreendê-lo, para conservar as leis de seus antepassados, pois não há homem de bem que deva preferi-las à própria vida" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/661).

Se o "Herodes das Antiguidades Judaicas" agora é apresentado como um torturador violento, profanador da cidade, um inimigo público que quer subverter a cultura judaica e reescrever a *cosmogonia* nativa a partir de uma simbiose cultural com a sociedade romana, os judeus que resistiram a esse movimento herodiano são tratados como símbolo de virtude. Josefo os apresenta como indivíduos que entendem o verdadeiro significado da *Shemá*; como *sujeitos* que desejam provar a intensidade de sua relação com a divindade judaica e que estão dispostos não somente a obedecer a Torá, mas, também a ultrapassar as exigências da lei a fim de demonstrar virtude e obter *Zechut,* ou seja*,* conseguir mérito ou favores divinos, através de ações memoráveis que a lei aprova, porém não exige. Flávio Josefo trata esses sediciosos como heróis cujas ações na história os equiparavam aos homens santos do passado (NEUSNER, 2002, p. 137).

Diferentemente dos sediciosos, Herodes continua sendo alguém que deve ser combatido, pois, com suas ações ele parece revoltar-se contra o Deus de Israel. Na *cosmogonia* judaica, os resultados de uma vida "pecaminosa" seria a morte do indivíduo, o caos social, a subjugação política e o exilio da população, principalmente, se tais ações envolvessem violência, fornicação e idolatria. Na lógica discursiva de Flávio Josefo, o rei dos *judeanos*, além de todas essas práticas, também tinha rejeitado a Torá. Por isso, no discurso de Josefo, a ideia de um povo que esquarteja um delator e o serve aos cães, se trata apenas de uma resposta ao

caos eminente e uma tentativa de salvar a cidade, preservando assim a vida dos *judeanos* (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/662).

A aristocracia judaica parecia tão resistente a proposta sociocultural herodiana que Herodes decidiu acelerar o processo de urbanização, mesmo que para isso tivesse que potencializar a imagem de um rei repressor e violento. Assim, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" tratou o controle social como uma parte fundamental do processo de urbanização da Judeia, pois, dele dependeria todo o desenvolvimento do plano urbanístico, bem como, o deslocamento cultural que o rei dos *judeanos* almejava. Logo, no topo da lista de ações urbanísticas estava o fortalecimento das cidades e a segurança político-administrativa.

> [...] além das duas fortalezas que havia em Jerusalém, uma no palácio real, onde ele morava, e outra de nome Antônia, que estava perto do Templo, ele mandou fortificar Samaria porque, estando longe de Jerusalém apenas um dia, podia impedir as rebeliões tanto na cidade quanto no campo. Fortificou também de tal modo a torre de Estratão, a que chamou de Cesareia, que ela parecia dominar todo o país. Construiu um castelo no lugar chamado O Campo, onde colocou uma guarnição de cavalaria, cujos soldados eram indicados por sorte. Construiu outro em Gabara da Galileia e outro, de nome Estmonita, na Pereia. Essas fortalezas, dispostas nos lugares mais convenientes para os fins a que ele as destinava e nas quais colocou fortes guarnições, tiraram ao povo, tão inclinado à revolta, todos os meios de se sublevar, porque ao menor sinal de agitação aqueles que estavam encarregados de vigiar a impediam logo ou a sufocavam apenas iniciada (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/662).

Herodes não parou por aí. Dentro do seu plano urbanístico estava também a resolução de um conflito histórico entre judeus e samaritanos. Historicamente, esse enfrentamento assumiu contornos étnico, sociocultural, político e religioso. Ao inserir o norte da Judeia em seu plano urbanístico, além de fragmentar a influência político-religiosa da aristocracia de Jerusalém sobre a região, o rei dos *judeanos* fortaleceu suas relações políticas com os habitantes do norte e maximizou o potencial de interação sociocultural que eles, inevitavelmente, desenvolveram ao longo da história, devido a intensa circulação de pessoas e mercadorias pelas diversas rotas comerciais que cortavam a região.

> [...] Como ele tinha intenção de reconstruir Samaria, cuja posição a fazia vantajosa e forte, porque estava sobre uma colina, mandou lá construir um Templo, colocou um grande corpo de tropas estrangeiras e das províncias vizinhas e mudou-lhe o nome para Sebaste. Dividiu entre os habitantes as terras da vizinhança, as quais eram muito férteis, a fim de logo deixá-los bem à vontade para que o lugar se povoasse rapidamente. Rodeou-a de fortes muralhas, e assim aumentou e lhe fortificou o perímetro, que era de vinte estádios, tornando-a comparável às maiores cidades. Fez no meio dela uma espaçosa praça, que media um estádio e meio, e construiu um Templo soberbo. Trabalhou continuamente e de todos os modos para tornar célebre a cidade, porque ele considerava a força necessária à segurança e à beleza, um monumento à sua grandeza e magnificência, que conservaria a memória de seu nome através dos séculos (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/662).

A urbanização colocou os judeus que circulavam pelo norte da Judeia em contato permanente com os elementos socioculturais que eles mesmos rejeitavam. Os deslocamentos pelos espaços e a interação com as *paisagens urbanísticas* inevitavelmente minimizariam o estranhamento cultural e dariam fluidez tanto a noção de *identidade* quanto ao senso de *alteridade* dos indivíduos. A princípio, essa *circularidade cultural* até poderia ser evitada pela aristocracia judaica, mas, com o passar do tempo, parte da população desenvolveria o seu processo de ensino/aprendizagem nesse mundo marcado pela diversidade sociocultural planejado por Herodes. Talvez essa fosse a única saída para um rei que tentou, sem muito sucesso, dar mobilidade cultural à sociedade judaica através da dialética, de jogos e espetáculos.

Com a adoção de um plano urbanístico, o controle do processo mais uma vez passaria para as mãos de Herodes. No entanto, conforme a construção narrativa de Flávio Josefo, a impiedade do "Herodes das Antiguidades Judaicas" jamais passaria despercebida diante da divindade. A Judeia pagaria a conta, como temera e alertara aquela aristocracia judaica que resistia a essa *circularidade cultural*.

No décimo terceiro ano do seu reinado, o rei dos *judeanos* esteve diante de uma grave crise socioeconômica, desencadeada por uma seca prolongada na região. Flávio Josefo explicou a crise a partir de elementos socioculturais da *cosmogonia* judaica. Assim como aconteceu no relato das origens, a primeira a ser atingida foi a terra. Na lógica narrativa de Josefo, a seca afetou apenas a produção que não dependia da intervenção humana, ou seja, para ele, mais que uma circunstância natural, a seca representava uma ruptura com a providência divina. Em seguida, os *judeanos* tiveram que reaprender a lidar com a terra a fim de preservar a própria existência. No entanto, as regras alimentares estabelecidas pela Torá foram quebradas e eles passaram a se alimentar com aquilo que era insalubre e proibido, resultando em graves doenças e epidemias. Sem poderem se relacionar com a terra e tirar dela o seu sustento, não havia recursos para tratar dos doentes, até que ocorreu um esgotamento de todas as reservas econômicas, inclusive a de Herodes.

Como a terra ficou estéril, os *judeanos* não tinham como pagar os seus tributos. O rei deles tinha gastado tanto com urbanização e embelezamento que se tornou difícil reverter a situação socioeconômica, ainda mais que o número de pessoas atingidas ou mortas pela doença e fome só aumentava. Como era de se esperar, Herodes seria responsabilizado por esse caos social que, segundo a *cosmologia* e a *cosmogonia* judaica, teria uma relação direta com a ruptura no relacionamento entre o rei dos *judeanos* e a divindade judaica. No entanto, o mesmo Herodes que fora responsabilizado pelo caos social, também foi fundamental para a resolução da crise. Assim, ainda que a princípio essa não fosse a intenção de Flávio Josefo, o rei dos

judeanos passou por mais uma *ressignificação*. Pois, o relato de uma crise que deveria ser tratada como o cumprimento dos presságios da aristocracia judaica por causa do processo de urbanização iniciado por Herodes, transformou-se em um discurso sobre como o rei dos *judeanos* era afortunado e caiu nas graças da população mais uma vez.

> A gratidão por se ver aliviado e socorrido em sua miséria pelos extremos cuidados do rei não somente fez o povo esquecer o ódio que lhe tinha, mas o levou a tecer os elogios que a sua bondade merecia. Ele distribuiu o trigo primeiro aos que podiam fazer o pão e enviou padeiros àqueles que, pela velhice ou pela doença, não o podiam fazer. Ajudou-os também contra o rigor do inverno, dando-lhes vestes, de que tinham também grande necessidade, pois o gado morrera quase todo, e eles não tinham lã nem outras coisas de que se servir. [...] Depois de atender às necessidades de seus súditos, Herodes levou os seus cuidados às cidades da Síria, vizinhas da Judeia. Deu-lhes trigo para semear e não obteve para si menor vantagem que eles, pois a terra produziu em tal abundância o trigo semeado que a fartura voltou. [...] Tantos cuidados e favores realizados em favor do povo numa tão premente necessidade fizeram-no admirado por todo o mundo. Ele ganhou de tal modo o coração de todos que a gratidão pelos favores recentes os fez esquecer o ódio causado pelas modificações que ele havia introduzido no reino e na observância dos antigos costumes. Julgaram que aquele mal fora compensado pelos grandes bens que haviam recebido de sua maravilhosa liberalidade, no tempo em que ela lhes foi tão necessária. Não foi menor a glória que ele conquistou também perante os estrangeiros. Assim, tantos males só serviram para tornar o seu nome ainda mais ilustre. Os sofrimentos do povo aumentaram, em seu reino, a sua fama. A gratidão pelos benefícios e a extraordinária bondade que ele demonstrou em tão dura provação, mesmo para com os que não eram seus súditos, fizeram-no ser considerado no exterior não como antes, mas tal como o haviam conhecido naquela extrema necessidade (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XII/663).

Como se pode perceber, um relato que começou com a afirmação de que o caos socioeconômico seria uma vingança do Deus de Israel, por causa das ações impiedosas do rei dos *judeanos*, transformou-se em um discurso sobre como as desventuras que sobrevieram à Judeia, no décimo terceiro ano de seu reinado, consolidaram as relações políticas internas e aumentaram a *fama* de Herodes por todo oriente romano.

Conforme afirmamos anteriormente, o plano urbanístico de Herodes compreendia a organização de *paisagens culturais* para judeus e não-judeus que habitavam na Judeia. Até então, o rei dos *judeanos* se concentrara na delimitação de *áreas culturais* que resultassem no fortalecimento das relações de *clientelismo e patronato* entre Augusto e a Casa de Herodes, bem como, na consolidação de relações socioculturais recíprocas entre judeus e romanos, nos territórios sob sua jurisdição. Mas, esse ponto de partida gerava muitos conflitos com a aristocracia judaica, pois, diferentemente do que ele esperava, a desconstrução da *cosmogonia* judaica seria um processo de longa duração. Assim sendo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas", agora chamado por Flávio Josefo de "generoso soberano", decidiu atuar paralelamente em *áreas culturais* dentro e fora da Judeia. Na Judeia ele seguiria o plano já estabelecido. Porém, em vez de priorizar a sua relação com os romanos, ele concentraria a sua

atuação inicial em *áreas* e *paisagens* que favorecessem as relações políticas entre ele e os judeus, colocando a população em contato direto com o desenvolvimento sociocultural proporcionado por um processo de urbanização. Fora dela, ele patrocinaria outros planejamentos urbanísticos e consolidaria as suas relações de *clientelismo e patronato* com Augusto.

> A paixão de tornar célebre o seu nome e de cultivar a amizade de Augusto e dos romanos mais poderosos, porém, levou-o a se descuidar da observância dos nossos costumes e a violar em muitos pontos as nossas santas leis. Ele construiu em sua própria honra cidades e Templos, mas não na Judeia, porque a nossa nação jamais o teria permitido, sendo coisa abominável entre nós reverenciar imagens e estátuas, como fazem os gregos. Ele alegava, como desculpa para essas obras sacrílegas, que não o fazia voluntariamente, mas para homenagear àqueles aos quais não podia desobedecer. Herodes ganhava por esse meio o afeto de Augusto e dos romanos, os quais viam que, para agradá-los, ele não temia contrariar os costumes de seu país. O benefício particular e o ardente desejo de eternizar a sua memória eram, contudo, o principal motivo de ele gastar tão prodigiosas somas na construção e embelezamento dessas cidades (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XII/668).

A fim de se certificar do controle social no sul da Judeia, Herodes decidiu destituir o sumo-sacerdote e colocar alguém de sua confiança no cargo político-religioso mais importante da região (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XII/665). Além disso, ele resolveu construir uma fortaleza na mesma região onde ele vencera Antígono e os judeus sediciosos.

> [...] A localização era muito vantajosa, pois trata-se de um pequeno monte arredondado, muito forte e agradável. Ele embelezou-o e o fortificou ainda mais. O castelo era rodeado de torres às quais se subia por duzentos degraus de pedra. Havia no interior soberbos aposentos, porque Herodes não media despesas para unir a beleza à força. A seus pés, havia diversos e vistosos edifícios, particularmente ricos pela quantidade de lagos e de tanques, cujas águas eram trazidas de longe por aquedutos. Os campos das redondezas estavam tão cheios de casas que poderiam formar uma boa cidade, da qual aquele magnífico castelo construído sobre o monte seria a fortaleza, dominando tudo o mais (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XII/666).

Após a construção dessas obras, o controle social foi estabelecido e Herodes não teve mais medo de insurreições[77] em seus domínios. Diante da suntuosidade dos projetos urbanísticos que, inevitavelmente apontava para o poderio do rei dos *judeanos*, bem como, da administração política e econômica desenvolvida por Herodes, os judeus ficaram temerosos de novamente se opor ao governo estabelecido. Quer fosse pela via religiosa ou através de uma

[77] Roma não tolerava turbulências e revoltas onde existiam seus mandados imperiais, certamente não em um território tão estrategicamente significativo como a terra dos judeus, uma porta de entrada para a Arábia, Egito e África Oriental com suas fabulosas riquezas. A coroa de Herodes poderia ser arrebatada tão prontamente quanto havia sido entregue a ele (GOELB, 2013).

representação arquitetônica, Herodes sempre lembraria a população quais seriam os inevitáveis resultados de uma nova sedição contra o seu governo. Com o passar do tempo, o contato com a *alteridade* inerente ao plano urbanístico de Herodes, gradativamente, daria lugar a formação de identidades mais fluídas que naquele momento transformaram Herodes em um rei mais popular, diferentemente do que pretendia fazer Flávio Josefo ao iniciar o seu discurso sobre a crise socioeconômica do décimo terceiro ano do reinado herodiano.

O "Herodes das Antiguidades Judaicas" teria que resolver outro problema: a influência político-religiosa do Sul sobre o Norte. Ele parecia realmente decidido a avançar no processo de urbanização. A substituição do sumo-sacerdote e a construção de uma fortaleza ainda não eram suficientes para que o plano urbanístico herodiano fosse plenamente executado, sem maiores desagrados. Os judeus do sul eram mais conservadores que os *judeanos* do norte e Herodes queria mover toda a sociedade judeana para a multiculturalidade. Assim, ele potencializou a rivalidade histórica e étnico-cultural que existia entre as duas regiões.

O norte da Judeia seria o lugar no qual a reorganização do espaço e as intenções multiculturais do rei dos *judeanos* se tornaria mais evidente e, o processo de urbanização, mais acelerado. Pois, como se tratava de uma área marcada pela diversidade cultural, Herodes não teria tantos problemas para impulsionar o processo, através da construção de cidades romano-helenísticas, com espaços e *paisagens culturais* voltadas para a *multiculturalidade*, como por exemplo, Cesareia Marítima e Sebaste[78]. Em contrapartida, o rei dos *judeanos* precisaria fazer um movimento inverso na região sul, priorizando a reorganização de espaços que, historicamente, se tratava de *lugares antropológicos* para os judeus dali, como por exemplo, a reconstrução do templo de Jerusalém (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livros XV/XIV).

A descrição que Flávio Josefo fez da atuação urbanística de Herodes no templo, resgatou a memória judaica sobre a construção do segundo templo, após o retorno do exílio no século VI a.C. Naquela oportunidade, sacerdotes, levitas e patriarcas que tinham frequentado o primeiro templo lamentaram a disparidade que existia entre a obra pós-exílica e o templo de Salomão[79]. Logicamente, parte da aristocracia judaica do Sul continuava desconfiada de Herodes, principalmente porque havia alguns indícios de *multiculturalismo* no empreendimento do rei dos *judeanos*, bem como, porque o plano arquitetônico de Herodes parecia suntuoso

[78] Sobre a cidade de Cesareia Marítima, nós falaremos no próximo capítulo.

[79] O livro de Esdras apresenta uma narrativa sobre o retorno dos exilados e a reconstrução do templo.

demais e tecnicamente inviável, colocando em risco a estrutura do segundo templo. No entanto, para a aristocracia que Flávio Josefo representava, o plano para reforma do templo simbolizava o maior de todos os empreendimentos urbanísticos de Herodes, um monumento que certamente traria *fama* e perpetuaria a sua memória entre os judeus. Segundo Flávio Josefo, o rei dos *judeanos* tentou amenizar o impacto social de seu plano urbanístico através de um discurso proferido a população da cidade.

> Seria inútil falar-vos de todas as coisas que fiz após a minha ascensão ao trono, pois sendo mais úteis a vós que a mim mesmo, não poderíeis ignorá-las. Sabeis que nas calamidades públicas esqueci os meus próprios interesses para vos ajudar, e não teríeis dificuldade em reconhecer que as muitas obras grandiosas que empreendi e concluí, com a ajuda de Deus, e nas quais não visava tanto a minha satisfação particular quanto as vantagens que disso poderíeis receber elevaram a nossa nação a um grau de estima nunca alcançado. Seria inútil, pois, falar-vos das cidades que construí e das que embelezei na Judeia e nas províncias que nos são tributárias. Mas quero propor-vos uma iniciativa muito maior e mais importante que todas as outras, pois se refere à nossa religião e ao culto que devemos prestar a Deus. Sabeis que o Templo que os nossos antepassados construíram depois de seu regresso do cativeiro da Babilônia mede em altura sessenta côvados a menos que o construído por Salomão, mas não devemos culpá-los, pois desejavam torná-lo mais suntuoso que o primeiro, porém, estando então sujeitos aos persas e depois aos macedônios, foram obrigados a seguir as medidas que lhes deram os reis Ciro e Dario, filho de Histapes. Agora que sou devedor a Deus da coroa que possuo e uso sobre minha cabeça, da paz de que desfrutamos, das riquezas que acumulei e, o mais importante, da amizade dos romanos, que hoje são senhores do mundo, esforçar-me-ei por demonstrar o meu reconhecimento por tantos favores, dando a essa obra a maior perfeição" (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIV/676).

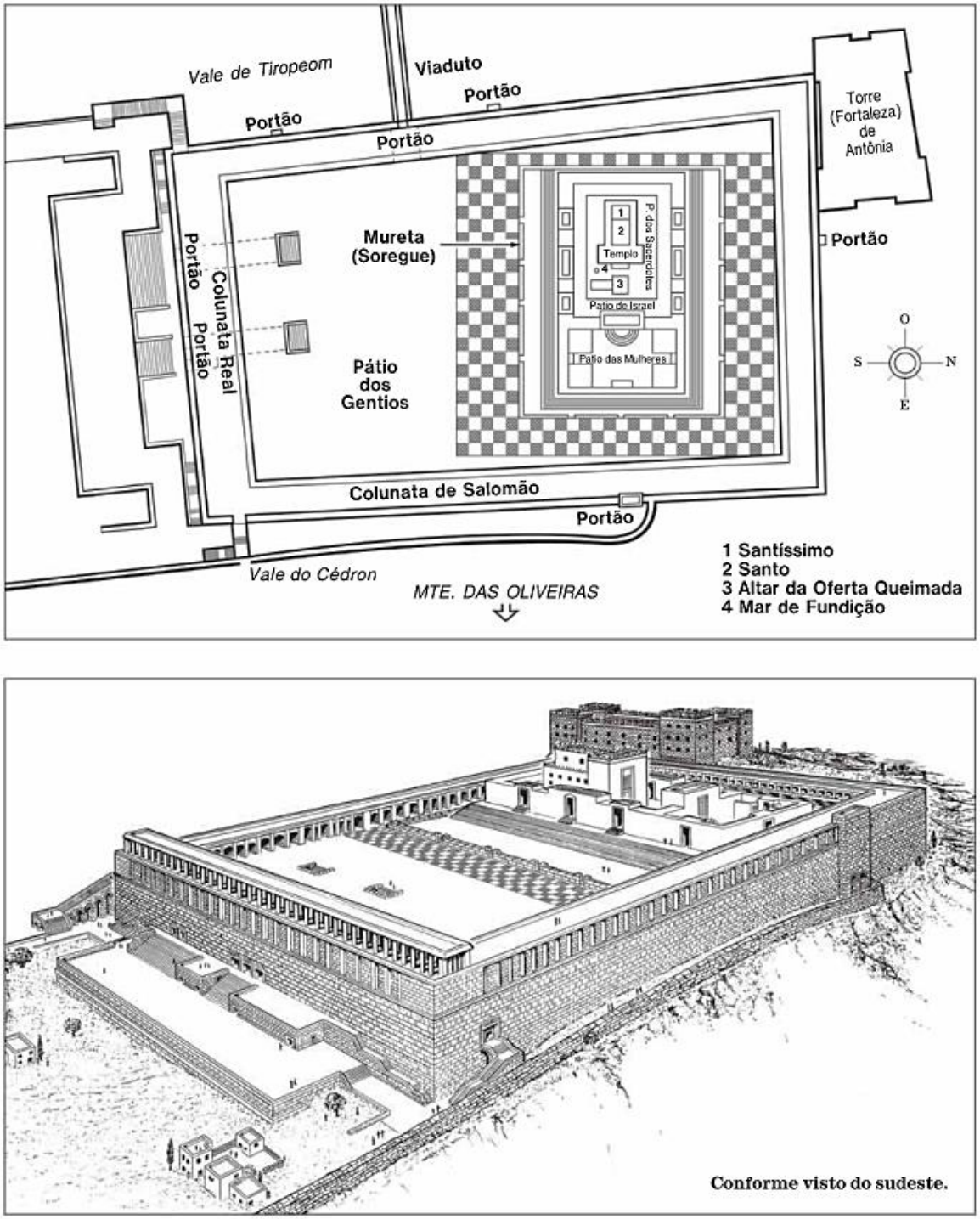
Herodes prometeu que não tocaria no templo antigo até que toda infraestrutura fosse concluída, impedindo assim que os sacrifícios fossem interrompidos. A antiga estrutura não deveria ser comprometida até que o levantamento do novo templo fosse arquitetonicamente garantido. Segundo Flávio Josefo, o rei dos *judeanos* pretendia construir um santuário de aproximadamente 45,72m de comprimento e 54,56m de altura. No entanto, os alicerces não suportaram o peso e cederam, permitindo a Herodes apenas chegar à altura de 45,72m. O historiador judeu comparou o projeto arquitetônico do rei dos *judeanos* com a estrutura e o embelezamento de um palácio.

> A frente desse soberbo edifício parecia a de um palácio real; as duas extremidades de cada frente eram mais baixas que o centro e esse centro era tão alto que os que estavam em frente do templo ou que para lá se dirigiam, podiam vê-lo, embora estivessem muito longe, de vários estágios, mesmo. A arquitetura dos pórticos era quase semelhante ao resto; viam-se tapeçarias estendidas de diversas cores, adornadas de flores de púrpura, com colunas entre elas, nas cornijas, das quais pendiam ramos de videira de ouro, com seus cachos e suas folhas tão bem trabalhados que nessas obras, tão ricas, a arte nada ficava a dever à natureza (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIV/677).

Mapa 3 – Jerusalém no século I d.C.[80]

[80] Jerusalém no século I d.C. Disponível em: https://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/1102003128. Acessado: 01/08/2021.

Figura 6 – Planta baixa e reconstituição do Templo de Herodes[81]



[81] O templo de Herodes. Disponível em: https://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/1001060114. Acessado em: 01/08/2021.

Figura 7 – Maquete do Segundo Templo, Israel Museum[82]

A descrição de Flávio Josefo continua por todo o capítulo XIV do Livro XV da obra "Antiguidades Judaicas". O historiador judeu menciona as técnicas utilizadas para construção das muralhas, embelezamento, montagem das galerias, levantamento dos pórticos, bem como, os materiais utilizados para a edificação. Josefo também menciona que parte da estrutura antiga foi reaproveitada e anexada ao templo novo. O templo era um *lugar de memória*, um *local de recordação* para gerações e, ao fazer uso de parte da estrutura anterior, Herodes tinha como intenção preservar a relação identitária dos judeus com essa nova *paisagem cultural*. Outra informação que Flávio Josefo nos traz é que no templo também havia um espaço para o erário público, local no qual Herodes armazenava todos os despojos oriundos de suas conquistas, das *relações de clientelismo e patronato*, bem como, do favorecimento romano ao seu governo.

[82] Maquete do templo de Herodes. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Second_Temple.jpg. Acessado em: 01/08/2021.

O relato de Josefo ultrapassa os limites do templo propriamente dito e se estende para os arredores do santuário, ou seja, a reorganização espacial da cidade de Jerusalém, a partir da delimitação de novas *paisagens culturais*. No entanto, o nosso objetivo aqui não é analisar o plano urbanístico de Herodes para Jerusalém, o que por si só já nos permitiria desenvolver outra pesquisa. A nossa proposta de análise urbanística utiliza a cidade de Cesareia Marítima como recorte espacial e modelo de urbanização para outras regiões; assunto que trataremos no próximo capítulo. Por hora, cabe-nos apenas dizer que, como era de se esperar, Herodes também fez uso tanto do plano hipodamiano quanto do esquema vitruviano para executar o processo de urbanização da cidade de Jerusalém. Entretanto, nela a prioridade urbanística compreendia espaços que para os judeus se tratava de *lugares antropológicos*. Ao estabelecer suas prioridades, o rei dos *judeanos* conseguiu promover o controle social e postergar os inevitáveis enfrentamentos políticos inerentes ao plano urbanístico que seria implantado no norte da Judeia. Flávio Josefo diz ainda que o rei dos *judeanos* interligou o templo[83] à duas torres através de passagens subterrâneas, mantendo assim o *status* do santuário judaico como lugar [cidade] de refúgio.

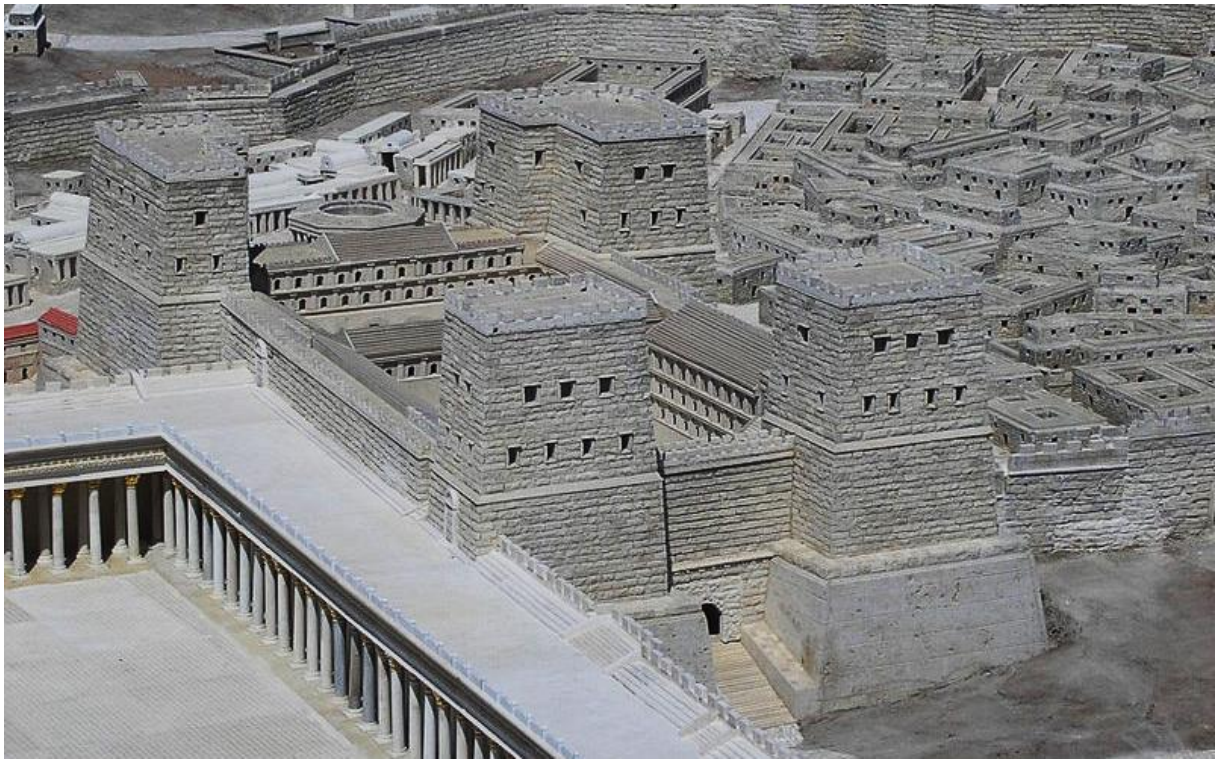
> Não se pode descrever a alegria do povo ao ver tão grandiosa obra terminada em tão pouco tempo. Começaram por dar ações de graças a Deus e em seguida fizeram também elogios ao rei, pois o seu zelo bem os merecia. Depois, promoveram uma grande festa para celebrar a memória da nova construção. Herodes ofereceu a Deus trezentos bois como sacrifício, e os outros também ofereceram vítimas, segundo as suas posses. O número delas foi tão grande que se pode dizer incalculável, e a festa realizou-se no mesmo dia do início do reinado de Herodes e que ele solenizava todos os anos com grande pompa. Esse grande príncipe mandou fazer um subterrâneo, que ia desde a torre Antônia até a porta oriental do Templo, perto da qual mandou construir outra torre, a fim de que ele e os outros reis lá pudessem refugiar-se em caso de rebelião. Diz-se que durante todo o tempo em que se trabalhou para a reconstrução do Templo choveu somente à noite, para que os trabalhos dessa santa obra não fossem retardados. Esse pormenor veio por tradição de nossos antepassados até nós, mas não devemos ter dificuldade em lhe prestar fé, quando se apresentam aos nossos olhos tantas graças e favores recebidos da mão liberal e onipotente de Deus (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIV/678).

Como acontecera no discurso de Flávio Josefo na obra anterior, ao se aproximar do fim de sua narrativa biográfica sobre a trajetória do rei Herodes, mais uma vez o historiador judeu se dedica a três elementos fundamentais para a caracterização do "Herodes das Antiguidades

[83] A reconstrução do templo de Jerusalém aponta não só para a intencionalidade de Herodes em relação ao controle social e fluidez do processo de urbanização da Judeia, mas, também, evidencia que o rei dos *judeanos* tinha uma relação estreita com o judaísmo do templo. Porém, sobre esse assunto, nós trataremos um pouco mais adiante.

Judaicas", a saber: a) a sede pelo poder; b) os conflitos familiares; c) a crise sucessória; assuntos que Josefo desenvolve nos Livros XVI e XVII da obra "Antiguidades Judaicas".

Figura 8 – Maquete da Fortaleza Antônia, Israel Museum[84]



Segundo o historiador judeu, a sede pelo poder serviu como pano de fundo para que Herodes intensificasse o controle social nos limites do seu reino através da criação e promulgação de novas leis. Flávio Josefo afirma que o rei dos *judeanos* promulgou uma lei que condenaria os invasores de domicílios particulares a mudança do estatuto social, ou seja, eles passariam de homens livres para escravos ou de *populus* para *res*, bem como, os sentenciaria ao exílio, já que a pena de escravidão seria cumprida fora dos limites do reino de Herodes. Isso significava que, por estar diante de uma escravidão estrangeira, o judeu condenado jamais teria direito à manumissão depois de sete anos de serviços prestados, conforme prescrevia a Lei Mosaica[85] que ainda era observada pelos judeus do tempo de Herodes. A partir da promulgação

[84] Maquete da Fortaleza Antônia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fortaleza_Ant%C3%B4nia#/media/Ficheiro:P8170045.JPG. Acessado em: 01/08/2021.

[85] O Livro do Êxodo registra parte da legislação mosaica sobre escravidão e manumissão ao afirmar que: "Se comprares um escravo hebreu, seis anos servirá; mas, ao sétimo, sairá forro, de graça. Se entrou solteiro, sozinho sairá; se era homem casado, com ele sairá sua mulher. Se o seu senhor lhe der mulher, e ela der à luz filhos e filhas, a mulher e seus filhos serão do seu senhor, e ele sairá sozinho. Porém, se o escravo expressamente disser:

do rei Herodes, essa categoria de escravidão seria perpétua ou até que o senhor do escravo decidisse libertá-lo, como acontecia por exemplo na prática escravista da sociedade romana.

Josefo caracterizou essa lei como uma clara demonstração da opressão herodiana, já que de acordo com as leis judaicas, os que cometessem tal crime podiam restituir o valor com o pagamento do quádruplo[86] daquilo que haviam furtado, como se fosse uma espécie de fiança, ou tornarem-se escravos até que a dívida fosse paga. Isso não ultrapassaria o período de sete anos (ÊXODO, Capítulo 21, vv. 1-14). Logo, pelas leis judaicas antigas, um escravo judeu pertencente a um senhor de sua própria nação, de alguma maneira, não poderia ser considerado tão *res* quanto o eram os escravos romanos. Ele até poderia ser vendido, como acontecia com os escravos de outras etnias. Entretanto, ao permanecer nos *limes* de sua nação, o seu vínculo identitário, a sua conexão geográfica com o *lugar antropológico*, bem como, a ligação com o seu *microcosmo social* seria preservada; diferentemente do que aconteceria se um judeu fosse vendido como escravo para outro grupo étnico.

Ao ser vendido como escravo para outra etnia e ser deportado do reino de Herodes, o judeu condenado seria obrigado a se submeter ou se ajustar ao universo sociocultural de sua nova casa, independentemente do nível de *alteridade* que isso representaria para ele. E isso, sem muita possibilidade de remissão ou retorno. Assim, para Flávio Josefo, Herodes não queria apenas promover o controle social, mas, em certo sentido, se colocar acima da Lei Mosaica, o que para ele representa uma espécie de tirania (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/I/679).

A sede pelo poder pessoal do "Herodes das Antiguidades Judaicas" contribuiu para que o rei dos *judeanos* não medisse esforços para sempre fomentar as relações políticas estabelecidas entre ele e Augusto, ampliando cada vez mais a extensão do seu poder; pelo menos essa era a lógica da construção narrativa de Flávio Josefo. Aliás, a consolidação das relações

---

Eu amo o meu senhor, minha mulher e meus filhos, não quero sair forro. Então, o seu senhor o levará aos juízes, e o fará chegar à porta ou à ombreira, e o seu senhor lhe furará a orelha com uma sovela; e ele o servirá para sempre" (ÊXODO, Capítulo 21, vv. 2-6). Depois de sete anos, permanecer escravo se tratava de uma escolha e, não, de uma imposição do estatuto social. Posteriormente, no Livro do Deuteronômio, além da possibilidade de remissão após os sete anos de escravidão, também, encontramos a informação de que o escravo hebreu era remunerado durante o período de escravidão, bem como, a evidência de que ao ser manumitido o escravo recebia uma parte do patrimônio do seu antigo senhor: "[...] quando de ti o despedires forro, não o deixarás ir vazio. Liberalmente, lhe fornecerás do teu rebanho, da tua eira e do teu lagar; daquilo com que o Senhor, teu Deus, te houver abençoado, lhe darás. Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito e de que o Senhor, teu Deus, te remiu; pelo que, hoje, isso te ordeno (DEUTERONÔMIO, Capítulo 15, vv. 13-15).

[86] Provavelmente aqui Flávio Josefo está se referindo ao costume que alguns *judeanos* tinham de invadir a propriedade alheia para furtar ovelhas, matá-las e vende-las no mercado, conforme prescreve a Lei Mosaica no Livro do Êxodo.

políticas entre Roma e as regiões anexadas ao Império Romano não se tratava apenas da iniciativa de uma *classe dirigente* nativa. O próprio Augusto também atuava constantemente nesse sentido; principalmente quando uma região era objeto do interesse romano, devido as vantagens econômicas, comerciais, geográficas ou militares que ela oferecia.

Ao apresentar as relações políticas e socioculturais estabelecidas entre Augusto e os reis aliados, bem como, entre a sociedade romana e as demais comunidades multiculturais do Império, Suetônio afirma que o imperador romano costumava promover um intercâmbio sociocultural entre romanos e nativos, através de um processo de ensino/aprendizagem elaborado para integrar os filhos de reis e príncipes, das diversas regiões anexadas ao Império, ao universo multicultural romano. Assim, o vínculo sociocultural gerado nos possíveis sucessores nativos, contribuiria previamente para a preservação da estabilidade política nos limites do Império Romano.

> Com poucas exceções, [Augusto] devolveu os reinos conquistados pelo direito da guerra àqueles de quem os havia arrancado ou a estrangeiros. Uniu, da mesma forma, entre si, os reis aliados, por meio de liames mútuos, e despendeu a maior atividade em atender e favorecer cada casamento e cada tratado de amizade. Na sua solicitude, não os encarou de outro modo senão como membros e partes do Império. Acostumou-se a dar tutores aos príncipes de menor idade ou fracos de espírito, até à maioridade ou restabelecimento. Educou e instruiu, juntamente com os seus filhos, a maior parte daqueles (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 78).

Tanto o "Herodes da Guerra dos Judeus" quanto o "Herodes das Antiguidades Judaicas" se situam entre os reis aliados que fizeram uso da estrutura sociocultural romana para consolidar as relações políticas com o Império Romano. Em diversas oportunidades, o rei dos *judeanos*, entregou seus possíveis sucessores aos cuidados de Augusto (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIII/670). Alexandre, Aristóbulo, Antípatro e até mesmo o seu neto Agripa foram enviados por ele para integrar o grupo de príncipes nativos que eram acompanhados pelos tutores nomeados pelo Imperador Romano, o que, além de contribuir para o processo de *circularidade cultural* entre os romanos e os demais povos nativos, também se tratava de uma demonstração de honra, amizade e fortalecimento das relações políticas.

> [Herodes] foi nessa mesma ocasião [ou seja, após ser alvo de manifestações populares contra a promulgação da lei sobre furto] a Roma para visitar o imperador e ver os filhos, que lá se educavam e que já estavam suficientemente instruídos nas letras. Augusto recebeu-o com grandes demonstrações de honra e amizade e os entregou para que fossem trazidos de volta ao seu país. Os judeus receberam-nos com muita alegria, porque eles eram muito belos e de porte elegante. Tudo neles demonstrava majestade (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/I/680).

Essa perícope do discurso de Josefo evidencia que a *mobilidade sociocultural* da sociedade judaica estava em andamento. A mesma população que era capaz de rejeitar alguns

elementos socioculturais romanos que estavam presentes no plano urbanístico de Herodes, bem como, de considerar a adoção de alguns desses elementos como uma rejeição sistemática dos costumes e tradições judaicas, também tinha a capacidade de enxergar com bons olhos alguns indivíduos marcados pela *ambiguidade sociocultural,* desencadeada por uma formação educacional híbrida que contribuía gradativamente para que os *judeanos* transitassem em dois mundos sociais. Essa aceitação popular, segundo Josefo, foi um dos *elementos desencadeadores* das intrigas palacianas e disputas sucessórias travadas entre os familiares de Herodes (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livros XVI-XVII).

O discurso de Flávio Josefo sobre a sede de poder do rei dos *judeanos* não se encerra com os mecanismos de controle social ou com a integração de seus descendentes ao universo sociocultural romano. Josefo afirma ainda que Herodes investiu em sua relação política com Agripa. Na lógica discursiva de Josefo, apoiar Agripa significava obter o favorecimento de Augusto. Conforme ele já evidenciara em sua narrativa anterior, Agripa ocupava o primeiro lugar na estima do imperador romano (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XV/82). Logo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" também precisava fomentar sua relação com ele, a fim de preservar o seu lugar na política de Augusto. Isso aconteceu não só na reorganização do espaço através do processo de urbanização da Judeia, conforme vimos anteriormente, mas, ainda, no apoio político-militar dispensado ao magistrado romano em diversas oportunidades.

> Nesse mesmo tempo, [Herodes] soube que Agripa navegava da Itália para a Ásia. Foi encontrá-lo e convidou-o, pela amizade que havia entre eles, a visitar o seu reino. Agripa não pôde recusá-lo, e Herodes tudo fez para agradar a ele e aos seus amigos, tratando-os com toda a magnificência possível. Levou-o às novas cidades que havia construído, Sebaste e Cesareia — onde mostrou-lhes o soberbo porto, às fortalezas de Alexandriom e Hircânia —, e depois a Jerusalém, onde todo o povo, vestido como em dia de festa, veio encontrá-lo com grandes aclamações. Agripa ofereceu a Deus em sacrifício uma hecatombe, deu um banquete a todo o povo e ficou tão satisfeito com a maneira como foi recebido que manifestou o desejo de ficar ainda alguns dias. Todavia, como o inverno se aproximava e haveria perigo, caso se demorasse em pôr-se ao mar, foi obrigado a embarcar para a Jônia. Antes, porém, Herodes ofereceu-lhe magníficos presentes, bem como aos principais dentre os que o acompanhavam (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro XVI/II/682).

Como se pode observar através desse relato, uma população que outrora apresentava altos índices de hostilidade e estranhamento em relação ao domínio político e a cultura romana, gradativamente, após início do processo de urbanização promovido pelo rei Herodes, foi às ruas para aclamar um magistrado romano, como se sua entrada na cidade sagrada fizesse parte de um triunfo. Além disso, parece que a população já considerava comum a entrada de um estrangeiro incircunciso no templo de Jerusalém a fim de oferecer sacrifícios. Por isso, Flávio

Josefo afirma que o povo participou do ritual através de um banquete que provavelmente celebrava o domínio romano na região, bem como, simbolizava a consolidação das relações políticas e socioculturais estabelecidas entre judeus e romanos. Isso somente tornou-se possível porque Herodes reorganizara o espaço, através da adoção de um plano urbanístico. Ao fazer isso, o rei dos *judeanos* materializou as relações socioculturais, promoveu uma *circularidade cultural* e moveu a sociedade judaica em direção ao *multiculturalismo*.

O "Herodes das Antiguidades Judaicas" também patrocinava processos de urbanização e jogos fora dos limites do seu reino, principalmente quando isso se revertia no favorecimento de Agripa e Augusto. Flávio Josefo afirma que enquanto se locomovia para o encontro de Agripa na região do Ponto, Herodes financiou a reconstrução do fórum na ilha de Quios (localizada na Grécia, no mar Egeu) e ainda ajudou muitas outras cidades durante sua viagem (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro XVI/III/683).

> [...] Agripa ficou tão satisfeito quanto surpreso por vê-lo chegar com uma frota, quando menos esperava. Recebeu-o com as demonstrações de reconhecimento que merece tão grande prova de amizade, pois Herodes deixara o seu reino e os interesses de Estado para trazer-lhe um considerável auxílio. Esse fortalecimento de amizade uniu-os de tal modo que eles estavam sempre juntos, e Agripa nada fazia sem a participação de Herodes. Chamava-o a todos os conselhos, comunicava-lhe a execução de todas as suas empresas e, quando queria dar-se a algum divertimento para aliviar o espírito, ele era o único a quem convidava para lhe fazer companhia. E deu-lhe não somente provas de sua amizade nas coisas agradáveis, mas também de sua confiança nas ocasiões mais importantes e difíceis. Depois que esse general romano concluiu no Ponto os negócios que haviam sido o motivo de sua viagem, resolveu continuar a rota por terra. Atravessou a Paflagônia, a Capadócia e a Alta Frígia para chegar a Éfeso e depois tornou a embarcar para Samos. A magnificência e a generosidade de Herodes brilharam nessa viagem, pelo bem que ele fez a todas as cidades que sofriam por alguma necessidade. Ajudou-as não somente com o seu dinheiro, mas também com a sua recomendação e favor junto de Agripa, perante o qual ele tinha mais crédito que qualquer outro. Herodes achava aí tanto mais facilidade quanto esse grande homem tinham a alma nobre e elevada, estando sempre pronto a conceder o que lhe era pedido, contanto que não se fizesse injustiça a ninguém. E assim, Agripa concedia ainda mais do que Herodes podia desejar dele, tanto prazer sentia em servi-lo. Ante pedido seu, perdoou os ilíricos, contra os quais estava muito irritado. Herodes pagou ao tesoureiro do imperador o que os habitantes de Quios lhe deviam e ajudou todas as outras cidades em tudo o que elas necessitavam (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro XVI/III/684).

Assim, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" saciava a sua sede de poder e fomentava as relações políticas estabelecidas entre ele Augusto; pelo menos essa é a ideologia que emerge do discurso de Flávio Josefo. O favorecimento de Agripa e Augusto fez com que Herodes gradativamente deixasse de ser apenas o rei dos *judeanos* para se tornar o rei dos judeus. Conforme afirmamos anteriormente, a expressão "judeanos" possui uma conotação geográfica e se refere aos habitantes da Judeia romana, fossem eles judeus ou não-judeus. Desde o período da Diáspora, havia comunidades judaicas espalhadas por quase toda a região mediterrânea.

Muitos deles, como vimos anteriormente no caso dos judeus da Babilônia que acolheram Hircano II, não retornaram para a Judeia após o exílio. No entanto, ainda assim, mantinham o vínculo étnico e sociocultural com a cultura judaica. Eram judeus domiciliados fora dos limites do reino de Herodes e, necessariamente, não possuíam o *status* de *clientes* ou súditos dele.

Flávio Josefo menciona o caso dos judeus que moravam na Jônia como um exemplo da ressignificação de Herodes enquanto rei dos judeus. As comunidades judaicas da região enfrentavam alguns questionamentos quanto aos privilégios concedidos pelos romanos desde o período republicano[87]. Josefo afirma que:

> [...] muitos judeus moradores daquela província vieram queixar-se de que, com prejuízo dos privilégios a eles conferidos pelos romanos e da liberdade que estes lhes haviam concedido para viver segundo as suas próprias leis, estavam sendo obrigados a comparecer nos dias de festas diante dos juízes. Eram também obrigados a ir à guerra e forçados a contribuir para as despesas públicas. Isso os impedia de enviar a Jerusalém o dinheiro destinado às cerimônias sagradas (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/IV/685).

O "Herodes das Antiguidades Judaicas" viu nesse enfrentamento uma possibilidade de ampliar as *relações de clientelismo e patronato*, tornando assim um representante político dos judeus domiciliados noutras regiões anexadas ao Império Romano. Assim, ele contratou Nicolau de Damasco para defender a causa desses judeus diante de Agripa. Flávio Josefo incorporou o discurso de Nicolau a sua narrativa biográfica e, ao fazer isso, legou para a posteridade informações sobre os elementos socioculturais das comunidades judaicas do século I a.C. E, não somente isso, deixou claro também que na ótica dele, os judeus eram cidadãos que poderiam viver segundo as leis do seu próprio país em qualquer região anexada ao Império Romano. Nicolau de Damasco também usou o prestígio de Herodes diante dos romanos para fortalecer os seus argumentos e ganhar a causa perante Agripa. Assim, na lógica discursiva de Flávio Josefo, Herodes tornou-se o *patrono* dos judeus domiciliados em toda extensão do Império Romano, o que rendeu a ele mais um discurso após o seu retorno a Judeia.

> [...] Herodes, tendo vento favorável, pôde chegar a Cesareia e, poucos dias depois, a Jerusalém, onde reuniu todo o povo. Informou-os do que se passara na viagem e contou como conseguira fazer com que os judeus que moravam na Ásia vivessem em plena tranquilidade, sem serem mais importunados. Ao falar da felicidade que desfrutava no seu reinado, afirmou que coisa alguma havia negligenciado em benefício deles e acrescentou que, para dar uma prova do que estava dizendo,

[87] Na obra "Antiguidades Judaicas", Flávio Josefo apresenta uma lista com diversos decretos romanos que favoreceram os judeus e transformaram as comunidades judaicas em uma *politeía* dentro de um universo político e sociocultural mais amplo, como era sociedade romana (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livros XIV, XVI). Josefo apresenta outra lista no Livro XVI da mesma obra. A dualidade desse mundo social foi desenvolvida em nossa pesquisa de mestrado que resultou na publicação da obra "Flávio Josefo e o paradigma de circularidade cultural entre romanos e judeus na Urbs do século I d.C.".

> dispensava-os da quarta parte dos impostos. Essas palavras, acompanhadas de tal favor, foram recebidas pelo povo com grandes demonstrações de regozijo, e eles desejaram ao rei toda sorte de prosperidade (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/V/686).

As conquistas e a popularidade de Herodes resultavam em mais conflitos familiares e intrigas palacianas em torno de um possível sucessor. Salomé – a irmã de Herodes, Alexandre e Aristóbulo – os filhos de Mariana, e principalmente Antípatro – o filho do primeiro casamento, ocupavam lugares de destaque nessa trama. Augusto funcionou como uma espécie de juiz e mediador do conflito. Na lógica discursiva de Flávio Josefo, apesar das intrigas, a situação estaria relativamente controlada se o rei Herodes não tivesse cometido uma profanação que, segundo a *cosmogonia* judaica, o fez contender com a divindade. Seria como se, a partir daquele momento, o favorecimento divino fosse retirado e, a fortuna do rei dos judeanos, comprometida.

Todos os investimentos de Herodes em planos urbanísticos dentro e fora da Judeia esgotaram as finanças de dele. E, sem recursos, tanto o controle social quanto as relações políticas com os romanos estariam comprometidas. Nos discursos de Flávio Josefo, o "Herodes da Guerra dos Judeus" e o "Herodes das Antiguidades Judaicas" sempre usaram os recursos financeiros para manter o *status* político ou conquistar o apoio dos romanos. Logo, o esgotamento dos recursos traria uma certa instabilidade política para seu governo. Assim, o rei Herodes decidiu violar o sepulcro do rei Davi e usufruir dos artefatos ali depositados. Josefo afirma que, temendo um enfrentamento com o povo, Herodes mandou abrir o túmulo a noite e somente entrou lá acompanhado de pessoas de sua extrema confiança. O rei dos judeanos levou muitos artefatos em ouro e ainda ordenou que buscasse até mesmo a esquife que que armazenava os corpos de Davi e Salomão. No entanto, parece que gases tóxicos que emergiram do esquife geraram uma grande explosão, matando dois dos guardas de Herodes. Como era de se esperar, o rei dos *judeanos* concebeu esse fato como uma punição divina por causa da profanação e, tentando recuperar o favorecimento da divindade, ele restaurou e embelezou a entrada do sepulcro de Davi (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/XI/699). Flávio Josefo diz que:

> [...] Desde o dia em que Herodes violou o respeito devido à santidade dos sepulcros, a agitação em sua família aumentou cada vez mais, fosse por uma vingança do céu, o que teria tornado essa chaga ainda mais dolorosa, fosse por ocorrer num tempo em que se podia vincular a causa a esse sacrilégio. Uma guerra civil não agitaria mais uma nação que as paixões dos diversos partidos da corte desse príncipe. Parecia que cada qual desejava superar os demais em calúnias. E era Antípatro quem sobrepujava a todos em artifícios para destruir os irmãos [...] (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/XI/700).

A partir daí, Josefo dedicará grande parte do seu discurso para evidenciar como essa profanação gradativamente resultou no declínio político, social e pessoal do rei Herodes. Os capítulos finais do Livro XVI são marcados por intrigas, mentiras, traições, promiscuidade, injustiça, corrupção e violência. Durante um tempo, até mesmo o Imperador Augusto cessou o diálogo e interrompeu o favorecimento dado a Herodes. Flávio Josefo ressignifica o rei dos *judeanos* como alguém que estava perdendo a sua fortuna e se distanciando do favor dos deuses. O "Herodes das Antiguidades Judaicas" chega ao fim de sua trajetória como um homem marcado pela violência e intolerância. Como disse o historiador judeu:

> Não é de admirar, talvez, que um ódio alimentado por tanto tempo tenha crescido até esse ponto [de condenar e matar seus filhos Alexandre e Aristóbulo], conseguindo afogar no espírito de Herodes todos os sentimentos da natureza. [...] Pois ele, quando se tratava de conservar a sua absoluta autoridade, não tolerava a mínima resistência e se achava no direito de não poupar ninguém. Talvez se possa ainda a atribuir à sorte, que é mais poderosa que todos os sentimentos humanos e pode levar os homens a tais resoluções. [...] Agir depois de tão grande demora e após tantas deliberações é indício de uma alma sanguinária e endurecida pelo mal, como o provaram os fatos seguintes, pois ele não perdoou nem mesmo aqueles a quem antes demonstrara amar sinceramente, embora pouco se tenha a lamentar por causa deles, porque eram culpados. Mas nisso se vê também a grande crueldade de Herodes (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/XVII/721).

O "Herodes das Antiguidades Judaicas", agora se trata apenas de um parricida que mataria também outros membros de sua família com crueldade. Ele se tornara cada vez mais impiedoso com os seus opositores, tanto os reais quanto os imaginários. Um homem doente fisicamente que, segundo a lógica discursiva de Flávio Josefo, estava beirando a loucura.

> Todos os que consideravam com espírito de piedade o estado em que se achava esse infeliz príncipe, estavam de acordo em admitir que tudo aquilo era um castigo visível de Deus, para puni-lo por sua crueldade. Mas embora ninguém acreditasse que ele poderia, ainda, escapar daquela doença, ele não deixava de esperá-lo. Mandou vir médicos de todos os países e, a conselho deles, foi para além do Jordão, às águas cálidas de Calliroé, que se despejam num lago cheio de betume e não somente a medicinais, mas também agradáveis para se beber. Meteram-no numa tina cheia de óleo e ele sentiu-se tão mal, que se pensou que ele ia morrer. Os gritos e as lágrimas de seus domésticos fizeram-no voltar a si e então viram que seu mal era incurável (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVII/VIII/739).

Diante dessa conjuntura, restava apenas ao "Herodes das Antiguidades Judaicas" estabelecer quem seria o seu sucessor no trono da Judeia. Mas isso somente poderia ser resolvido com o consentimento de Augusto, o imperador romano. A trajetória do rei dos judeanos estava se aproximando do fim. E, Flávio Josefo fez questão de atrelar a imagem de um rei parricida, tirano e cruel ao "Herodes das Antiguidades Judaicas" até a sua morte. Segundo ele, Herodes tentou estender o seu sofrimento físico para todos os seus súditos,

planejando uma morte em massa a fim de que em seu ofício fúnebre todos realmente tivessem motivos para chorar, compondo assim um falso cenário de lamento por causa de sua morte.

> Se alguém quisesse desculpar a Herodes as crueldades praticadas em pessoas, que lhe eram parentes, pela razão de que se tratava de garantir a sua vida, esta última ação, o obrigaria a confessar, que jamais se viu tão espantosa desumanidade em querer que, estando ele para deixar a vida, todas as famílias e mesmo amigos ilustres, sofressem também um luto, por sua ordem, a fim de que todo o reino padecesse ao mesmo tempo absoluta tristeza, pela morte de alguém, sem perdoar nem mesmo aos que nunca o haviam ofendido e de que jamais tivera motivo de queixa, quando, por pouca bondade que se tenha, costuma-se perdoar aos mesmos inimigos, reduzidos a esse estado (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVII/VIII/739).

Como se pode perceber, o fim do "Herodes das Antiguidades Judaicas" não foi tão diferente do "Herodes da Guerra dos Judeus". Antes de morrer, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" também mandou executar o seu filho Antípatro. Segundo essa nova narrativa, ele também foi o algoz de toda crise sucessória e rede de intrigas estabelecidas na casa de Herodes (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVII/IX/740).

O "Herodes das Antiguidades Judaicas" também mudou o seu testamento, colocando Antipas como tetrarca da Galileia e Pereia; dando o reino a Arquelau; e entregando a Felipe seu irmão, a Traconídia, Gaulanita e a Bataneia. Até mesmo Salomé, sua irmã, uma das protagonistas das intrigas palacianas, foi incluída no testamento e recebeu terras como herança, conforme ele havia relatado anteriormente na obra "Guerra dos Judeus". Parte do patrimônio herodiano foi remetido a Augusto. A cena preparada por Herodes para que houvesse grande lamento por causa de sua morte, tornou-se uma cerimônia de apoio ao rei Arquelau; pelo menos, essa foi a lógica discursiva de Flávio Josefo.

O "Herodes das Antiguidades Judaicas" morreu como inimigo público número um da aristocracia judaica. Ele estava longe de ser aquele infeliz pai que morrera na obra "Guerra dos Judeus", até porque, esse "Herodes" não nutria afeições por sua família. Assim sendo, o *lugar discursivo* do "Herodes das Antiguidades Judaicas" está marcado por crueldade, ressentimento, malignidade e tirania. Na lógica discursiva do historiador judeu, "jamais houve príncipe mais colérico, injusto, cruel e favorecido pela sorte" que o "Herodes das Antiguidades Judaicas", um *sujeito* que foi objeto de inúmeras ressignificações nos discursos dele (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVII/X/741).

Essas ressignificações possuem uma relação intrínseca com o *microcosmo social* de Flávio Josefo que, por sua vez, seria o mesmo universo sociocultural de Herodes Magno: a sociedade judaica. Essa sociedade se subdividia em diversas comunidades judaicas espalhadas

pelas regiões anexadas ao Império Romano, resultando em mais ressignificações sobre a imagem e a trajetória de vida do rei Herodes.

Tais ressignificações evidenciam que tanto a identidade do "Herodes da Guerra dos Judeus" quanto a insígnia do "Herodes das Antiguidades Judaicas", embora estejam fundamentadas no *lugar antropológico* e *microcosmo social* de Josefo, somente encontrarão o seu *sentido* quando forem simbolicamente abalizadas em um *lugar discursivo* e de igual modo atreladas a *ideologia* que emerge do discurso de Flávio Josefo, enquanto *sujeito locutor*. Resta-nos saber então como essas ressignificações se coadunam ao *macrocosmo social* do biógrafo e do biografado. Isso nos remete diretamente ao que um senador romano chamou de "O Século de Augusto" (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 103).

3.1.2 Herodes, a literatura latina e as evidências de um *macrocosmo social*

Conforme afirmamos no primeiro capítulo, as obras "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas" apresentam relatos retrospectivos sobre a fundação, inauguração e desenvolvimento da cidade de Cesareia Marítima. De igual modo, essas obras também exibem diversas evidências sobre o plano urbanístico adotado pelo rei dos *judeanos* para mover a sociedade judaica ao *multiculturalismo*. Ao descrever os monumentos e edifícios erigidos por Herodes e criticar as relações políticas estabelecidas entre o rei dos judeanos e Augusto, Flávio Josefo nos permitiu vincular nossa análise à dois documentos latinos que consideramos essenciais para a compreensão do *macrocosmo social* de Herodes.

O primeiro deles é a obra "Os Feitos do Divino Augusto", que foi escrita pelo próprio imperador romano e é mais contemporânea a narrativa biográfica de Nicolau de Damasco. Essa obra faz parte da *memória discursiva* inerente ao relado de Flávio Josefo sobre a trajetória de vida do rei Herodes. A imagem de Augusto que emerge desse documento/monumento contribui para a análise da memória de si mesmo que Herodes Magno pretendia perpetuar como sujeito investido de *imperium potestas* fora de Roma. O segundo documento é a obra "A Vida dos Doze Césares", de Suetônio: um discurso que, diferentemente do recorte historiográfico da obra anterior, se trata de um relato mais coetâneo as narrativas biográficas do historiador judeu.

O processo de descrição do conteúdo e as características textuais desses dois documentos já foram exibidos em nosso primeiro capítulo. Entretanto, cabe-nos aqui apresentar mais algumas informações sobre o conteúdo dessas obras, a fim de desvendarmos o *contexto* e o *co-texto* do plano urbanístico de Herodes Magno.

As *condições de produção* da obra "Os Feitos do Divino Augusto"[88] apresentam indícios de que "O Século de Augusto" foi um período de consolidação das relações políticas entre o *populus romanus* e Augusto através de ações planejadas para o abastecimento, urbanização, preservação e embelezamento da cidade; bem como, por meio do fortalecimento do exército e das relações políticas do governo com a plebe, investindo assim em municípios, províncias e colônias. Esse movimento sociopolítico, que se originara durante o período republicano, tinha sua expressão sociocultural no que o historiador Greg Woolf caracterizou como um "esforço coletivo": uma cooperação sociopolítica entre o Senado e o povo, Roma e seus aliados, homens e deuses, a fim de que a *Urbs* conquistasse a liderança sobre os demais povos do mundo (WOOLF, 2017, p. 215).

Assim sendo, seria muito natural que o primeiro imperador romano fizesse imissões nas relações socioculturais e políticas com outros povos, através do exercício de novas práticas imperialistas e da expansão do domínio romano sobre terra e mar, o que em certo sentido contribuiria para a construção de sua imagem como um imperador favorecido pelos deuses e objeto da fortuna: alguém que estava disposto a socializar, por exemplo, com os povos e cidades da Península Itálica através da integração da máquina e recursos públicos ao processo de colonização e exercício da cidadania romana (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 77). Essa imagem era muito similar àquela que Flávio Josefo construiu para o "Herodes da Guerra dos Judeus" e que posteriormente o imperador Adriano também quis resgatar através da obra de Suetônio sobre "A Vida dos Doze Césares", conforme mencionamos anteriormente no primeiro capítulo.

O "Augusto de Suetônio" não se preocupava apenas com as questões relacionadas a Roma ou Península Itálica, mas, também, com as demandas dos outros territórios anexados ao Império Romano, nos quais ele se envolvia na administração pessoalmente, ainda que, em algumas vezes essa intromissão fosse realizada indiretamente, através de magistrados. Segundo a lógica discursiva de Suetônio, o imperador Otaviano Augusto se preocupava ainda com a preservação material, econômica e sociocultural das cidades aliadas, como se disso dependesse a boa saúde do Império.

[88] O imperador romano começou a construir o mausoléu que serviria como local para publicação do "*Res Gestae Divi Augusti*" em 28 a.C., quarenta e dois anos antes de sua morte. Segundo Suetônio, o lugar logo foi aberto para visitações (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 104). A historiografia evidencia que a produção de "Os Feitos do Divino Augusto" também se iniciou no mesmo período da construção do mausoléu, sendo ampliada a cada ano, de acordo com os títulos que Augusto recebia. A sua forma redacional final ocorreu por volta de 14 d.C.

> [Augusto] encarregou-se, pessoalmente, das províncias mais importantes, que ele não achava bom nem seguro confiar a magistrados anuais, e autorizou os procônsules a governar as outras por sorteio. Contudo, efetuou algumas mudanças e visitou, por várias vezes, a maior parte de umas e de outras. [...] Cassou a liberdade a certas cidades aliadas, cuja dissolução de costumes ameaçava perdê-las. Protegeu outras, aniquiladas de dívidas. Reconstruiu as destruídas por tremores de terra e conferiu o direito latino ou de cidadania aos que apresentassem folha de serviços prestados ao povo romano. Não houve uma só província, creio eu, que ele não tivesse visitado, com exceção da África e da Sardenha. Preparava-se para inspecioná-las, após a derrota de Sexto Pompeu, na Sicília. (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, pp.77-78).

Resguardadas as devidas proporções, a trajetória de Augusto foi similar ao percurso político de Herodes. Segundo a *cosmogonia* romana, o nome de família tinha uma força social maior que o laço consanguíneo (VEYNE, 2009, p. 23). Considerando que o jovem Otaviano fora adotado por seu tio, ao ordenar a morte de Cesário, o menino que Cleópatra jurava ser filho de seu novo pai Júlio César, Augusto poderia ter em seu legado histórico a imagem de um governante fratricida que, como Herodes de Flávio Josefo, fizera de tudo para se perpetuar no poder, inclusive contrariar as tradições romanas. No entanto, diferentemente do rei dos *judeanos*, Augusto conseguiu forjar o *discurso dominante*[89], criando a narrativa que funcionaria como uma *memória discursiva* para todas as demais histórias sobre o seu governo. Apesar disso, Mary Beard e Greg Woolf evidenciam que Augusto se trata de um *referente* discursivo de difícil definição.

Em sua obra "Roma: a história de um Império", Woolf levanta uma problemática sobre as razões da permanência de Otaviano Augusto no poder, diferentemente do que acontecera com Sila, Pompeu, Júlio César e até mesmo Marco Antônio.

> Otaviano foi astuto ou apenas deu sorte ao escapar do destino de Cesar? Sem dúvida ele teve inimigos depois da batalha do Áccio e talvez também tenha havido complôs, mas enfrentou realmente os mesmos desafios? Até que ponto era diferente a Roma a que retornou para governar e a classe dominante que converteu em sua aliada? Estava agora Roma tão exausta da guerra civil que aceitaria qualquer alternativa? O Senado tinha sido intimidado por proscrições e pelas guerras civis? Teria o povo realmente o aceitado como um deus que havia salvado o Estado (WOOLF, 2017, p. 218)?

Segundo Greg Woolf (2015, pp. 218-222), a problemática em torno da imagem do primeiro imperador romano ainda hoje é objeto de discussões em diversas escolas historiográficas. Tal discussão estaria longe de se perpetuar devido à falta de documentação sobre "O Século de Augusto", pois, há uma farta produção documental sobre esse período. Algumas narrativas são contemporâneas ao governo do imperador romano, como por exemplo

[89] Entendemos como *discurso dominante* aquela narrativa ou alocução que mais se repetiu ao longo da história ou, a que gradativamente foi enxertada na *memória discursiva* de narrativas posteriores, compondo assim a *interdiscursividade*.

a própria "*Re Gestae Divi Augusti*". Outras se apresentam como relatos retrospectivos, conforme se delineiam as obras de Suetônio e Flávio Josefo. Apesar de Greg Woolf apresentar um Augusto mais estável e facilmente observável através de sua trajetória e escolhas políticas, bem como, mediante os poderes, títulos e investiduras recebidas, nenhuma dessas circunstâncias foi capaz de desfazer a imagem de Augusto como um ser enigmático, conforme defende Mary Beard em sua obra "SPQR: uma história da Roma Antiga". [90]

> Otaviano provavelmente não voltou para a Itália do Egito com um plano autocrático pronto para ser aplicado. Mas por meio de uma longa série de experimentos práticos, improvisações, inícios abortados, alguns poucos fracassos e, em pouco tempo, um novo nome, destinado a consignar ao passado as associações sanguinárias de "Otaviano", ele no final concebeu um modelo de como ser imperador romano que durou na maioria de seus detalhes significativos pelos duzentos anos seguintes, ou perto disso e, em termos amplos, mais tempo ainda (BEARD, 2017, p. 349).

Segundo Beard, até mesmo o título de Augusto seria uma prova da *ambiguidade* e *ambivalência* que circunscrevia a imagem de Otaviano. A palavra "Augusto" evocava para si concepções de *autorictas* e lembrava também a figura dos *augures*, ou seja, naturalmente ela afastava dos *sujeitos interlocutores* do discurso do imperador romano a imagem de fratricídio ou das disputas familiares que sempre nortearam a política romana desde suas origens. Mary Beard entende que, embora todos os demais imperadores tenham incorporado esse nome como parte de sua identidade política, socialmente, ele não significava muita coisa e não possuía força suficiente para definir o imperador romano e sua atuação na *Urbs* (BEARD, 2017, p. 349). Logo, a problemática em torno da imagem de Augusto continuava.

> Até mesmo na época de seu funeral, as pessoas ainda debatiam sobre em que se baseava exatamente o regime de Augusto. Era uma versão moderada da autocracia, fundada no respeito ao cidadão, no primado da lei e na proteção e incentivo das artes? Ou algo não muito distante de uma tirania manchada de sangue, sob um líder cruel, que não havia mudado muito desde os anos da guerra civil e que executara uma série de vítimas de alto perfil, por tramarem contra ele ou irem para a cama com Júlia, sua filha (BEARD, 2017, p. 350)?

---

[90] A análise de conteúdo da obra "Os Feitos do Divino Augusto" proporcionou a identificação de várias narrativas sobre "O Século de Augusto", esses que compõem o que chamamos de intertextualidade discursiva, como, por exemplo, as obras: "Das Antiguidades Romanas", de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); "Vida de Augusto", de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); "Eneida", de Virgílio (fim do século I a.C.); "Tratado de Arquitetura", de Vitrúvio (fim do século I a.C.); "A Vida dos Doze Césares", de Suetônio (início do século II d.C.); "História Romana", de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); "História de Roma", Tito Lívio (início do século I d.C.); "História", de Estrabão (início do século I d.C.); "Guerra dos Judeus", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Antiguidades Judaicas", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Anais", de Tácito (início do século II d.C.); "História Romana", de Apiano (início do século II d.C.); "História Romana", Dião Cássio (início do século III d.C.). Todas essas obras nos ajudariam a desvendar "O Século de Augusto", bem como, se aprofundar na problemática em torno da construção da imagem de Augusto. No entanto, essa problemática também demandaria uma nova pesquisa. O nosso objetivo aqui é apenas situar Herodes em seu *macrocosmo social,* no mundo sociocultural romano, a fim de cotejar similaridades entre o rei dos judeanos e o imperador romano e, não, de centrar a nossa análise da figura de Augusto.

Apesar dessa problemática, não se pode desconsiderar que Augusto foi pioneiro em muitos aspectos da vida pública. Com as suas ações políticas metricamente orquestradas ele gradativamente alterou o sistema político romano e realmente ofereceu um novo modelo para os governantes posteriores (PEREIRA, 2015, pp. 301-315). Greg Woolf afirma que Augusto conduziu Roma novamente para os ares políticos de um reinado e que gradualmente os romanos perderam as preocupações políticas com o retorno de uma monarquia e passaram a "amar os novos reis, mesmo que nunca decidissem chamá-los por esse nome" (WOOLF, 2017, pp. 215-216).

A historiadora Norma Musco Mendes entende que esse novo sistema político inaugurado por Otaviano Augusto, embora se distinguisse do republicano, mantinha as suas bases em torno de *relações de poder* já existentes, como por exemplo, da imagem do *princeps* (MENDES, 2006, p. 26). O esforço coletivo ou a cooperação sociopolítica defendida por Woolf também é anteparada por Mendes ao afirmar que os patrícios viam, no principado e no novo sistema político, a possibilidade de "manter o *Imperium* e reviver os ideais de *res publica*, preservando a sua base material mediante a proteção da propriedade privada, a manutenção dos privilégios sociais e a garantia de segurança dos indivíduos, afastando os abusos do tempo das guerras civis" (MENDES, 2006, p. 26).

O novo sistema concentrou nas mãos de Augusto a *tribunicia potestas*, o *pontificatus maximus* e o *imperium majus*. Assim, o imperador romano tornou-se o gestor de toda a extensão imperial. E, resguardadas as devidas proporções, "foi dessa forma que, a monarquia retornou a Roma" (MENDES, 2006, p. 27). Entretanto, para Greg Woolf (2015, p. 216), o título de "Augusto" por si só era sinônimo de "monarca". Segundo ele, todos os elementos da monarquia estavam presentes no novo sistema político inaugurado por Augusto.

> Entre eles se incluíam um círculo exclusivo de favoritos, conselheiros, secretários e vizires; intrigas palacianas, porque palácio era onde as decisões eram tomadas; uma instância central de informação e controle de recursos; um vínculo de clientelismo centrado na corte; e um princípio hereditário de sucessão, mesmo que só depois de certo tempo ele pudesse ser reconhecido. Como todas as monarquias, sua história é de lutas pela influência na corte, de conflito entre gerações, de emaranhadas rivalidades sexuais e políticas, de complôs reais e suspeitados. Mas é também uma história de notável estabilidade (WOOLF, 2017, p. 216).

Os discursos dos historiadores latinos que escreveram sobre "O Século de Augusto" evidenciam que o sistema político do principado permitiu que o imperador romano exercesse ampla influência nas eleições das magistraturas, aprovação de leis, organização das assembleias, decisões do Senado e, ainda, controlasse o exército. Augusto se tornou o governador geral de todas as províncias onde existissem legiões romanas.

> Roma passou a ser representada pelo *princeps*, na condição de agregador do sistema de valores e peculiaridades culturais que significavam um padrão de perceber, crer, avaliar, agir e desenvolver um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento das relações sociais (MENDES, 2006, p. 27).

Suetônio ressalta que Augusto estava preocupado em restaurar a sociedade romana tradicional. Nela, todos os atores sociais tinham papéis predefinidos que se diferenciavam simbolicamente através dos lugares que patrícios e plebeus, patronos e clientes, romanos e estrangeiros, escravos e livres poderiam ocupar nos diversos espaços públicos. Essa organização do espaço representava a hierarquização social inerente ao sistema sociocultural romano, desde a fundação da *Urbs*.

> Em Roma, [Augusto] vedou aos deputados das nações livres e aliadas o sentarem-se na orquestra, porque notara que vários desses enviados eram descendentes de libertos. Separou os soldados do povo. Criou graduações especiais para os plebeus casados. Os adolescentes, vestidos da toga pretexta, tiveram as suas banquetas colocadas junto dos seus preceptores. Interdisse o centro do anfiteatro às pessoas vestidas de preto. Não permitiu que as mulheres vissem os gladiadores, nem mesmo dos lugares mais elevados, quando, anteriormente, tinham por costume misturar-se aos homens. Concedeu às vestais um lugar à parte no teatro, em frente do tribunal do pretor. Afastou com tanto rigor as mulheres dos espetáculos de atletas que nos jogos pontificais ele adiou para a manhã do dia seguinte a realização de um pugilato que lhe fora solicitado, entre dois lutadores, e declarou "que não achava nada bom que as mulheres frequentassem o teatro antes da quinta hora" (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 76).

No entanto, o poder do imperador não se restringia apenas a esfera pública. Otaviano Augusto administrava também a vida privada e o comportamento dos cidadãos. Ele regulava a vida sexual de parte da população, administrava uma política de natalidade e influenciava até mesmo o modelo de roupas que as pessoas deveriam trajar nos mais variados espaços públicos (BEARD, 2017, p. 350). Além disso, o historiador latino Suetônio, apresentou Augusto como um *princeps* que se preocupava com a boa relação entre os deuses e a cidade, bem como, um governante que valorizava as tradições religiosas romanas, incentivando o exercício dos ofícios sacerdotais, a frequência nos cultos e a celebração dos ancestrais tanto no âmbito público (templos dos deuses) quanto no privado (familiar). Na lógica discursiva de Suetônio, Otaviano Augusto era um governante justo que se preocupava em tratar as causas da população com equidade e, em alguns casos, com muita piedade (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, pp. 70-71).

> [Augusto] aumentou o número e a dignidade dos sacerdotes, assim como as vantagens que auferiam, e, sobretudo, as das virgens vestais. Morta uma delas, era preciso substituí-la. Muitos procediam a manejos, a fim de furtarem as filhas ao sorteio. Jurou, certa vez, que, assim que uma das suas netas atingisse a idade requerida, ele a ofereceria espontaneamente. Restabeleceu algumas antigas cerimônias caídas a pouco e pouco em desuso, como o augúrio da salvação, o flaminato de Júpiter, as festas

> lupercais, os jogos seculares e os jogos em honra dos deuses lares. Proibiu as crianças impúberes de concorrerem às lupercais e, igualmente, os jovens de ambos os sexos de assistirem a qualquer espetáculo noturno, a menos que fossem acompanhados por algum parente idôneo. Ordenou que, duas vezes ao ano, se ornassem os lares compitais com flores da primavera e do verão. Conferiu as mais altas honorificências, depois das outorgadas aos deuses imortais, à memória dos chefes que souberam conquistar para o império romano, a princípio tão débil, a sua soberana potência. Restaurou também os monumentos erigidos por cada um deles, neles deixando as antigas inscrições, colocando solenemente as estátuas de todos, com vestes triunfais, num e noutro pórtico do seu Fórum. Declarou, num édito, "que, por isso, desejava propor aos cidadãos modelos para julgá-lo, a ele mesmo, enquanto vivesse, assim como os príncipes das idades vindouras". Do mesmo modo, transportou a estátua de Pompeu, colocando-a sobre uma arcada de mármore (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, pp. 69-70).

Augusto conseguiu implantar todas essas inovações nas relações políticas, sem que o *populus romanus* de fato enxergasse tudo isso como uma mudança monumental nas tradições romanas. Aliás, Augusto foi tratado como alguém que desejava preservar o *mos maiorum* (BEARD, 2017, pp. 350-351). Logicamente, o sucesso de Augusto estava diretamente atrelado a sua relação com o Senado, a manutenção de privilégios políticos, a propagação de prestígios sociais e a utilização de mecanismos de controle político e social. Na lógica discursiva de Augusto, o *princeps* estava longe de ser um rei, mas, sim, "o primeiro dos cidadãos". Por isso, uma das expressões mais utilizadas pelos romanos de "O Século de Augusto" era *civilitas;* como se todos os integrantes do *populus romanus* pudessem de fato exercer uma cidadania coletiva (BEARD, 2017, p. 351).

Além das relações políticas, essa imagem de Otaviano Augusto foi consolidada através da literatura, do divertimento e da propaganda. Ele procurou estatizar as produções literárias, transformando poetas e escritores em funcionários do Estado. Com a ajuda de Propércio, Virgílio e Horácio, ou seja, os *ferreiros da fama*[91] de Augusto, os temas que permaneceram em circulação e forjaram a memória sobre o governo do primeiro imperador romano foram: a renovação social, a restauração moral, o fortalecimento da cidadania, a consolidação das relações políticas e o favorecimento dos deuses (WOOLF, 2017, p. 218). Esses temas encontraram uma expressão espacial através do desenvolvimento de empreendimentos

[91] A historiadora Aleida Assmann usa essa expressão para caracterizar os poetas como funcionários da fama, os responsáveis pela construção e desconstrução de heróis, os senhores da vida e da morte social, aqueles que tinham o poder de forjar memórias ou fomentar o esquecimento. Segundo ela, "a função do poeta como cultor da fama é uma função memorial: almeja superar a morte corporal na medida em que torna os indivíduos famosos e seus nomes, perenes. Ao poeta é atribuída, em uma tal cultura, uma forma especial de arte (ou magia) de comunicação com o distante, que lhe dá o poder de influenciar, na posteridade, os ouvintes dessas histórias que sequer tenham ainda nascido" (ASSMANN, 2016, p. 43). Mary Beard afirma que os escritores *Publius Vergilius Maro* e *Quintus Horatius Flaccus* integravam o corpo de artistas protegidos pelo Estado, logo, eram clientes de Augusto e foram os responsáveis pela construção de "imagem memorável e eloquente de uma nova era de ouro de Roma e seu Império, com Augusto no centro do palco" (BEARD, 2017, p. 351).

urbanísticos, como na restauração de edifícios, reorganização de espaços, construção de templos e monumentos, fundação de novas cidades e ainda mediante a execução de planos urbanísticos nas demais regiões anexadas ao Império Romano.

No entanto, na ótica de Mary Beard (2017, p. 352), mesmo nessas demarcações socioculturais o imperador romano ainda se mostrava enigmático. Augusto investiu profundamente em propaganda, na popularização de sua imagem. Cada uma dessas imagens representava um discurso sobre si mesmo. Moedas de pequeno valor, estátuas com a sua fisionomia, monumentos em praças públicas e templos, miniaturas de sua imagem gravadas em talheres, joias e pedras preciosas, ou seja, nenhum governante romano fora tão propagandista quanto Augusto, até aquele momento. Entretanto, a diversidade de formas nas quais o imperador romano foi representado, nas mais variadas regiões anexadas ao Império, inclusive na Judeia de Herodes, corrobora para a perpetuação da imagem de Augusto como um *sujeito* elusivo.

Logicamente, há muitas similaridades nessas feições, o que nos sugere a existência de uma matriz, entretanto, certamente essas imagens eram apenas *representações*. Segundo a materialidade do discurso aqui apresentado, Augusto seria um imperador eternamente jovem, saudável, forte, vigoroso, um estrategista militar vitorioso que representava os deuses na vida pública. No entanto, diferentemente do que apresenta essa materialidade, o relato retrospectivo de Suetônio sobre o condicionamento físico de Augusto em sua velhice nos forneceu outros parâmetros sobre a imagem do imperador romano em sua juventude; o que, em certo sentido, corrobora com a hipótese de Mary Beard sobre o fato de que as esculturas e imagens de Augusto não se aproximavam tanto da realidade (BEARD, 2017, p. 353).

> [...] [Augusto][92] era incomumente bonito e extremamente gracioso em todos os períodos de sua vida, embora não se importasse com nenhum adorno pessoal. Estava tão longe de ser cuidadoso sobre o tratamento de seu cabelo, que tinha vários barbeiros trabalhando às pressas ao mesmo tempo, e quanto a sua barba, às vezes a tinha aparada e às vezes raspada, enquanto ao mesmo tempo estava lendo ou escrevendo alguma coisa. [...] Ele tinha olhos claros e brilhantes. [...] Seus dentes eram afastados, pequenos e malconservados; seu cabelo era ligeiramente cacheado e inclinando para dourado; suas sobrancelhas se juntavam. Suas orelhas eram de tamanho moderado, e seu nariz se projetava um pouco no topo e então inclinava-se ligeiramente para dentro. Sua pele era entre escura e clara. Ele foi pequeno de estatura (embora Júlio Marato diga que possuía 1,75 m de altura), mas isso era ocultado pela excelente proporção e simetria de sua figura, e era perceptível apenas por comparação com alguma pessoa

[92] Grifo nosso.

> mais alta de pé ao lado dele [...] (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CESARES, pp. 91-92).[93]

Esses são apenas alguns indícios de que existe um *discurso dominante* que foi forjado por Otaviano Augusto. Apesar da diversidade de documentos textuais que versam sobre sua trajetória política, ainda existe muita dificuldade para definir o imperador romano e o real *status* sociopolítico do seu governo (BEARD, 2017, pp. 352-355). Por essa razão, a obra "Os Feitos do Divino Augusto" se diferencia das demais produções, pois, nela se encontram as evidências do discurso de Otaviano sobre si mesmo e, consequentemente, da memória que ele queria construir e perpetuar através de sua dinastia fundante (MOSCA, 2019, pp. 72-79).

Mary Beard define essa obra como sendo:

> [...] autorreferente, partidária e com frequência vazada em tons cor-de-rosa, que tem o cuidado de mascarar ou ignorar completamente as ilegalidades criminosas do início da sua trajetória. É também um breve relato singular daquilo que o velho réptil queria que a posteridade ficasse sabendo sobre seus muitos anos como *princeps*, a respeito de como definia seu papel e afirmava ter mudado Roma (BEARD, 2017, p. 355).

Aliás, essa foi a mesma espécie de crítica que o historiador judeu Flávio Josefo fez em relação a narrativa biográfica de Herodes produzida por Nicolau de Damasco. A *forma-de-dizer* que emerge do discurso de Josefo evidencia a *ideologia* do historiador judeu ao caracterizar Nicolau como uma espécie de *ferreiro da fama* do rei dos *judeanos*, semelhantemente aqueles poetas de "O Século de Augusto" que citamos anteriormente e que eram patrocinados pelo imperador romano. Logo, na lógica discursiva de Flávio Josefo, Nicolau de Damasco, que era cliente e amigo do rei Herodes, produziu uma espécie de relato autorreferente[94], já que a sua narrativa biográfica era revisada e aprovada pelo rei dos *judeanos* antes de qualquer publicação, contribuindo assim para a construção da memória sobre si mesmo que seu *patrono* desejava

[93] Suetônio é o biógrafo que mais nos oferece informações sob o biotipo do imperador Augusto, os demais, se ocuparam demasiadamente com as qualidades morais, intelectuais e habilidades políticas de Otaviano (JOSÉ, 2011, pp. 182-214).

[94] Além disso, Nicolau de Damasco também foi um dos biógrafos de Augusto e escreveu uma obra chamada de "Vida de Augusto". A Prof.ª Dr.ª Sandra Lúcia Rodrigues da Rocha analisou alguns fragmentos reunidos por Felix Jacoby (FGrHist 90), sob os números de 125 a 129, traduziu os capítulos de 1 a 15 do *Codex Turensis* e definiu a natureza da linguagem do discurso de Nicolau como um encômio ao imperador Augusto. Os capítulos usam como recorte temporal a infância e a juventude de Otaviano, bem como, baseiam sua lógica dissertativa no binômio virtude/vício. Na ótica de Nicolau, "A Vida de Augusto" se divide em dois períodos que possui como marco divisório a morte de Júlio Cesar. Rocha entende que a obra de Damasco possui como memória discursiva "Os Feitos do Divino Augusto", assim como também acontecerá, posteriormente, com a obra homônima de Suetônio, no século II d.C. "A importância do texto de Nicolau para a tradição biográfica, portanto, em que pese seu tom repetitivo de louvor a Augusto, está justamente em ser um dos representantes mais antigos e talvez mais bem acabados, com fragmentos de considerável extensão, do gênero *bíos*, particularmente de orientação peripatética" (ROCHA, 2014, p. 183-185).

perpetuar. No entanto, diferentemente do que acontecia entre Otaviano Augusto e o Senado romano, a fragilidade das relações políticas estabelecidas entre Herodes Magno e a aristocracia judaica impediu que tal narrativa fosse adotada como *discurso dominante*, abrindo espaço para variadas impressões sobre o rei dos *judeanos*, conforme já observamos nos discursos de Flávio Josefo e veremos noutros discursos posteriores.

Retomando a percepção de Mary Beard quanto a obra "Os Feitos do Divino Augusto", a historiadora britânica ressalta que, apesar da *ideologia* que emerge do discurso do imperador romano, ela se trata de um documento importante para se conhecer o *cursus honorum* e a *memória discursiva* construída a partir da narrativa de Otaviano. Em primeiro lugar, Augusto inicia o seu discurso legitimando a sua trajetória política, bem como, a sua condição como libertador e defensor da *res publica*; logicamente, a partir do apoio senatorial e da vontade popular. O *sujeito locutor* da obra "Os Feitos do Divino Augusto" se apresenta como um governante que coloca as *iuris romani* acima dos seus interesses pessoais. Ele se trata de um homem piedoso que está sempre disposto a negociar com os seus opositores. Esse foi um dos motivos para o seu triunfo, tanto na esfera militar quanto no âmbito político. O *princeps* se trata de um cidadão romano que objetiva apenas servir a *Urbs* e a *res publica*. Tal objetivo somente seria alcançado se, enquanto governante, Augusto preservasse o respeito pelo *mos maiorum*, apesar da constante oportunidade para burlá-los a fim de obter benefícios pessoais.

> Quando a ditadura me foi oferecida, tanto em minha presença quanto em minha ausência, pelo povo e pelo Senado, [...], eu não a aceitei. Eu não me esquivei da curadoria dos grãos no pico da carestia, que geri de tal forma que dentro de poucos dias consegui libertar toda a cidade do medo e do perigo às minhas próprias custas e administração. […] Quando o consulado anual e perpétuo foi mais uma vez oferecido a mim, eu não o aceitei. [...] embora o Senado e o povo romano tenham consentido que eu sozinho fosse designado curador das leis e dos costumes com o poder supremo, eu não recebi nenhuma magistratura que me foi oferecida contrária aos costumes dos ancestrais. O que o Senado então quis realizar por meio de minha pessoa, eu o realizei através do poder tribunício, e cinco vezes por minha própria conta eu requisitei e recebi do Senado um colega em tal poder (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, V-VI).

Há muita similaridade entre a lógica discursiva de Otaviano Augusto e o discurso de Herodes Magno quando ele tentou convencer os *judeanos* sobre a legitimidade de suas intenções políticas com a reconstrução do templo de Jerusalém (JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIV/676). Como fizera o imperador romano, ao insinuar que ocupar o principado não trazia benefícios pessoais e que, em vez disso, resultava na diminuição de um patrimônio pessoal que constantemente era utilizado para preservação da ordem socioeconômica na *Urbs* (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XVII), Herodes enalteceu a sua ascensão ao trono e construiu a imagem de uma espécie de *princeps* da

sociedade judaica e, como tal, o rei dos *judeanos* priorizava os interesses do povo em detrimento de vantagens e benefícios pessoais. Herodes Magno se apresenta como alguém que subira ao trono através do favorecimento do Deus de Israel e que por isso estava disposto a retribuir tal patrocínio através da valorização das tradições judaicas, organização da vida pública, bem como, do atendimento das necessidades da população, ainda que para isso ele tivesse que dispor de seu patrimônio. De acordo com a dialética discursiva de Herodes[95], a reconstrução do templo de Jerusalém seria fundamental para que a ordem social fosse consolidada a partir da relação política entre os *judeanos* e a divindade.

> Agora que sou devedor a Deus da coroa que possuo e uso sobre minha cabeça, da paz de que desfrutamos, das riquezas que acumulei e, o mais importante, da amizade dos romanos, que hoje são senhores do mundo, esforçar-me-ei por demonstrar o meu reconhecimento por tantos favores, dando a essa obra [de reconstrução do templo de Jerusalém] a maior perfeição (JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIV/676).

Na lógica discursiva de Augusto, o *princeps* deveria ser um proclamador da justiça e do direito. Semelhantemente ao que acontecia com a *cosmogonia* judaica, isso somente seria possível a partir de uma relação especial com a divindade. Aliás, os romanos, desde seus primórdios, concebiam a cidade como um local de encontro entre os homens e os deuses[96]. Ambos participavam da vida comunitária. Nessa perspectiva, Suetônio afirmou que Augusto:

> [...] Levantou o templo de Apolo nas cercanias da sua casa no Palatino, atingida certa vez por um raio e onde, segundo declaração dos arúspices, aquele deus tencionava ter morada. Acrescentou ao templo um pórtico com uma biblioteca latina e grega. Era aí que nos dias da sua velhice convocava muitas vezes o Senado e passava em revista as decúrias dos juízes. Consagrou um templo a Júpiter Tonante por tê-lo livrado de um perigo ao realizar a sua expedição contra os cântabros: durante uma marcha, à noite, um raio roçara-lhe a liteira e matara-lhe o escravo que o precedia com um archote (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 67).

---

[95] Provavelmente, essa citação direta do discurso de Herodes foi extraída da obra de Nicolau de Damasco e, ainda que o dito expresse a intenção do rei dos judeanos de se aproximar da imagem de Otaviano Augusto, Flávio Josefo a inseriu em um discurso mais amplo que tem como objetivo demonstrar que Herodes estava buscando o apoio da aristocracia judaica para que o seu plano urbanístico para a Judeia fosse executado com a mínima resistência possível, conforme já mencionamos anteriormente.

[96] De acordo com a *cosmologia* e a *cosmogonia* judaica, o Deus de Israel morava no templo de Jerusalém e, como tal, ele atendia os seus súditos e mantinha a ordem social (KESSLER, 2009, pp. 117-120, 192-197). As pessoas iam ao templo diariamente para fortalecer a sua relação com divindade judaica através de sacrifícios: ofertas pacíficas e holocaustos. Além disso, a Casa de Deus era um lugar de peregrinação, festividades e refúgio. Através do serviço sacerdotal, a divindade trazia fortuna para todas as cidades (FOHRER, 2012, pp. 253-277). Quanto mais próximos do templo, mais próspero e bem-sucedido se era. Por isso, a pior punição que os *judeanos* poderiam sofrer era o desenraizamento e o exílio. Pois, com isso, a relação com a divindade seria interrompida e a calamidade somente aumentaria. Seria como se a morte se projetasse para vida. A terra se tornaria estéril. A vida seria revestida de escassez. Os inimigos dominariam politicamente o povo e profanariam o templo. Segundo a *cosmogonia* judaica, todas as vezes que isso acontecia, a explicação mais plausível seria uma retaliação da divindade por causa da interrupção da prática religiosa (SAND, 2011, pp. 233-260); como muitas vezes ocorria na sociedade romana, por isso, os sacrifícios diários eram tão significativos.

A religião romana era o meio utilizado para se estabelecer essa relação divino-humana e, consequentemente, adquirir fortuna para a cidade (LIMA, 2018, p. 174). Assim, "os deuses não eram potências distantes, mas, ao contrário, eram entidades presentes que manifestavam em todo o momento sua aprovação ou desaprovação com relação aos atos humanos" (GONÇALVES apud LIMA, 2018, p. 174). As manifestações divinas poderiam resultar em ordem ou caos social, por isso, era extremamente importante conhecer o tempo e o mundo dos deuses, bem como, saber qual o modo de acesso a esse universo sobrenatural segundo as tradições romanas. Os sacerdotes e os magistrados tinham uma função primordial no processo de interação entre os romanos e os deuses[97]. Cabia a eles firmar "o direito, interrogar os deuses, pedir-lhes sinais e interpretá-los" (ROULAND, 1997, p. 41).

Por isso, o "Augusto de Suetônio", apesar de ser um favorecido dos deuses, não desprezava a filosofia durante o exercício de seu principado. Devido a uma manifestação divina, Otaviano Augusto decidiu construir um templo[98]. No entanto, o imperador romano fez isso sem desmerecer a necessidade de se ter uma biblioteca, como um anexo fulcral à religiosidade. Para um magistrado ou sacerdote interrogar os deuses seria necessário, antes de tudo, conhecer as tradições, a fim de que as perguntas fossem mais objetivas e a interpretação das respostas não prejudicasse a ordem social (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 67).

Assim, não é de se estranhar que Augusto se apresente como um sujeito que nutre uma boa relação com os deuses da *Urbs,* demonstrando suas credenciais sacerdotais como "Pontífice Máximo, augure, membro do Colégio dos Quinze encarregados das sagradas cerimônias, do Colégio dos Sete encarregados dos sacros banquetes, irmão da Confraria Arval, sodal Titio e sacerdote fecial" (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, VII). Entretanto, diferentemente do que se poderia esperar, em vez do acúmulo do título de Pontífice Máximo

[97] Os cônsules eram obrigados a celebrar grande parte dos sacrifícios contidos no calendário citadino. Em caso de impedimento eram substituídos pelos pretores, mas, todos os magistrados dedicavam parte do seu tempo aos ritos sacrificiais públicos: "Sacrificar significava fornecer vítimas, formar uma equipe de assistentes sacrificiais, pedir ajuda a um colega e eventualmente a um sacerdote e, sobretudo. Significava passar uma grande parte do dia cívico (desde o nascer do sol até o início da tarde) no local do sacrifício: além disso todos os atos dessa liturgia exigiam do magistrado atitudes, gestos e palavras de autoridade, desde a imolação da vítima até à oferenda das vísceras (exta) aos deuses e a divisão das carnes reservadas aos participantes no ritual (...). Por ocasião das grandes festas, faziam-se inúmeros sacrifícios, a que se seguiam jogos organizados e presididos pelo magistrado celebrante" (GIARDINA, 1992, p.54). Os magistrados oficiavam com o auxílio de outros sacerdotes, mas sempre eram os mestres da consulta. Eles ainda tinham o poder de propor o estabelecimento de novas divindades públicas e consultar auspícios, além dos votos e as consagrações (LIMA, 2018, pp. 174-177). Em Roma não se tornava sacerdote quem o desejasse, diz Scheid (1992, p.53), o sacerdócio era uma questão de estatuto social. Os atos religiosos eram celebrados em nome da comunidade e somente os que estavam destinados pelo nascimento ou pelo estatuto podiam exercer funções sacerdotais.

resultar em conflitos de interesses, Augusto contou com o apoio de toda a população da *Urbs*: o *populus romanus* e a plebe.

> O Senado fez com que incluíssem meu nome no cântico dos Sacerdotes Salios e uma lei determinou que possuiria, perpetuamente e por toda vida, caráter inviolável para minha pessoa e potestade dos tribunos da plebe. Quando o povo me ofereceu o Pontificado Máximo, que meu pai havia exercido, o recusei, para não ser eleito em lugar do Pontífice que ainda vivia. Não aceitei este sacerdócio senão anos depois, após a morte daquele que o ocupava por ocasião dos conflitos civis; e contei com uma imensa participação da multidão de toda Itália aos comícios que me elegeram, durante o consulado de Publius Sulpicius e Gaius Valgius, tal como jamais se havia visto semelhante em Roma (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, X).

Portanto, na lógica discursiva de Augusto, parte da fortuna política do *princeps* estaria diretamente atrelada a uma boa relação com os deuses romanos e a integração deles na vida pública. Essa conexão era mediada pelo *princeps*, intermediada pelo *populus romanus* por meio do Senado e dos demais magistrados, bem como, vivenciada pela plebe através das *relações de clientelismo e patronato*. Essa dialética discursiva romana encontra a sua similaridade no discurso de Herodes Magno sobre a relação dele com o Deus do templo de Jerusalém. Embora o rei dos *judeanos* não pertencesse a linhagem judaica, ele casou-se com uma mulher que descendia da casta sacerdotal, tinha poder para escolher o sumo-sacerdote e reconstruir o templo de Jerusalém e, tudo isso, com o favorecimento divino; pelo menos essa é a imagem que emerge do seu discurso aos *judeanos* quando estava para iniciar a obra do templo que seria uma nova casa para o Deus de Israel, a fim de que ele participasse da vida pública.

Em segundo lugar, a consolidação das relações políticas entre Roma, os municípios, as colônias e as províncias poderiam ser constatadas através do crescimento do número de cidadãos comprovado pelos censos. Além disso, Otaviano Augusto demonstra que as reformas jurídicas realizadas por ele corroboraram para a preservação das tradições romanas. A sua atuação jurídica resgatou a funcionalidade do *mos maiorum* e legou para a posteridade elementos socioculturais já esquecidos por aqueles que participavam da vida pública. O resultado dessas reformas foi o fortalecimento das relações políticas entre o *princeps* e as mais variadas esferas da sociedade romana.

> O Senado decretou que, a cada quatro anos, os cônsules e sacerdotes oferecessem votos por minha saúde. Para cumpri-los tanto os quatro colégios sacerdotais maiores quanto os cônsules ofereceram frequentemente, em minha vida, jogos públicos. Também, em suas casas e em suas cidades, todos os cidadãos, sem exceção e unanimemente, realizaram todo tempo cerimônias por minha saúde em todo tipo de lugares sacros (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, IX).

O apoio político do Senado foi primordial para a construção da imagem do imperador romano. Gradativamente, Otaviano foi recebendo investiduras propostas pelos senadores que

pleiteavam o favorecimento político do *princeps*. Assim, ele declarou que a celebração das augustais e da Paz Augustana não foi uma iniciativa pessoal, mas, sim, uma homenagem, um ato do próprio Senado, bem como, de parte dos pretores e dos tribunos da plebe, acompanhados por cônsules e pelos cidadãos mais eminentes.

> [...] Durante meus sexto e sétimo consulados, depois de ter extinguido, com os poderes absolutos que o consenso me confiara, a guerra civil, decidi que o governo da República passaria do meu arbítrio ao do Senado e do povo romano. Por tal ação meritória, recebi o nome de Augusto, mediante um ato do senado. As colunas de minha casa foram ornadas oficialmente com lauréis; foi colocada sobre sua porta uma cora cívica e na Cúria Júlia foi depositado um escudo de ouro, com uma inscrição memorial de que o Senado e o povo romano o ofereciam a mim por causa de minha virtude, minha clemência, minha justiça e minha piedade. Desde então fui superior a todos em autoridade, porém não tive mais poderes do que qualquer outro dos que foram meus colegas nas magistraturas. [...] Quando exercia meu décimo terceiro consulado, o Senado, a Ordem dos Cavaleiros Romanos e o povo romano inteiro me designaram Pai da Pátria e decidiram que o título haveria de ser gravado no vestíbulo de minha casa, na Cúria e nas quadrigas do Foro Augusto que, por ocasião de um ato do Senado, haviam sido erigidas em minha honra. Quando escrevi estas coisas estava no septuagésimo sexto ano de minha vida (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XXXIV-XXXV).

Provavelmente, esse apoio político se tratava de uma resposta do *populus romanus* à atuação de Augusto. Suetônio afirmou que Otaviano era um *princeps* que se preocupava com o bem-estar e o interesse dos senadores, alguém que, embora popular, não tinha a intenção de confundir o *lugar social* reservado aos patrícios e plebeus na sociedade romana. Essa demarcação social pode ser observada quando, incentivado por Augusto, o "Senado decretou que, em qualquer representação pública, fosse onde fosse, a primeira fila de localidades seria reservada aos senadores" (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 75-76).

Esta era uma das diferenças entre a atuação jurídica de Herodes Magno e a performance legal de Augusto: enquanto o imperador romano tinha o apoio político do Senado através de uma reforma jurídica que contribuiria para a ordem social, o rei dos *judeanos*, por não ter o apoio da aristocracia judaica, mesmo nos momentos em que as suas leis objetivavam o controle social e o favorecimento da população, a sua atuação era julgada como contrária as tradições, construindo a imagem dele como um governante que permanecia na contramão do patrimônio cultural dos antepassados. Augusto conquistou o lugar de primazia entre os cidadãos: o romano entre os romanos. Já, Herodes Magno sempre seria um semijudeu: alguém que, na lógica discursiva do historiador judeu Flávio Josefo, quer por ignorância cultural ou ruptura étnica, permaneceria a margem da história e cultura judaica (JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XVI/I/679).

Em terceiro lugar, Augusto se apresenta como um governante que sempre esteve disposto a investir o seu patrimônio no abastecimento da cidade e na melhoria das condições

socioeconômicas da plebe. E não somente isso, os investimentos financeiros de seu governo ultrapassavam os limites da *Urbs* para se estender aos municípios, províncias e colônias. Ao mesmo tempo em que o relatório de Augusto registra investimentos de mais de 120 milhões de sestércios, além dos atendimentos de 200 mil pessoas com seus bens pessoais, ele se preocupava também com o embelezamento, preservação de *lugares de memória* e com a mobilidade urbana, expressa através da construção de edifícios e monumentos na cidade.

> A cidade, do ponto de vista ornamental, não correspondia, em absoluto, à majestade do império e, além disso, estava exposta às inundações e aos incêndios. [Augusto] embeleceu-a tão bem que se pôde envaidecer, justamente, de ter deixado uma cidade de mármore no lugar onde encontrara uma de tijolos. Proveu, da mesma forma, à sua segurança futura, tanto quanto pode prever a razão humana. Ergueu numerosos monumentos públicos, entre os quais se contam, principalmente: o Fórum, com o templo de Marte Vingador, o templo de Apolo, no Palatino, o de Júpiter Tonante, no Capitólio. O que o levou a construir o seu Fórum foi a multiplicidade de demandas e de julgamentos que, parecia, estavam a exigir um terceiro para suprir a insuficiência dos dois outros. Abriram-no às pressas, antes mesmo de terminado o templo de Marte, e ficou consagrado aos processos do Estado e ao sorteio dos juízes. Prometera construir o templo de Marte durante a guerra de Filipe, desencadeada com o objetivo de vingar seu pai. Assim, decidiu que o Senado deliberasse nele a respeito dos triunfos e das guerras. Todo aquele que tornasse às províncias com um comando partiria dali e os que tornassem vencedores ali depositariam os troféus dos seus triunfos (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 66-67).

Segundo Suetônio, Otaviano Augusto era um urbanista que se preocupava mais com o ornamento, a segurança e a mobilidade urbana que com a preservação de sua imagem pessoal através de monumentos e edifícios. Augusto atentou para a viabilidade urbana e todos os problemas característicos de uma cidade como, por exemplo, a administração distrital, a fiscalização, a segurança e mobilidade, a prevenção de inundações e incêndios, a preservação de edifícios e monumentos, e a limpeza e ornamentação do espaço público. O imperador romano entendia que a resolução desses problemas deveria ser feita através de uma parceria entre patrícios (magistrados anuais) e plebeus (inspetores escolhidos pela plebe). Assim, ele:

> Dividiu o perímetro da cidade em distritos e bairros. Estabeleceu que aqueles seriam administrados por magistrados anuais, por meio de sorteio, e estes por inspetores escolhidos entre a população do bairro. Criou postos sentinelas noturnas contra os incêndios. Para obviar as inundações, alargou e dragou o leito do Tibre, obstruído, desde muito, pelos resíduos e estreitado pelo desabamento de edifícios. Procurando tornar fácil, por todos os lados, o acesso à cidade, encarregou-se de cortar a Via Flamínia até Arimino e entregar as outras a cidadãos enobrecidos por triunfos, a fim de que as nivelassem com o dinheiro das suas presas de guerra. Reconstruiu edifícios sagrados arruinados pela velhice ou consumidos pelo fogo. Enriqueceu-os, da mesma forma que outros, das mais custosas oferendas. Assim, de uma só vez, mandou levar ao santuário de Júpiter Capitolino 16 mil libras de ouro e pedras preciosas no valor de 50 milhões de sestércios (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 67).

Entretanto, a concepção de que Augusto não priorizava a construção ou preservação de sua imagem pessoal, durante o processo de urbanização e embelezamento da *Urbs,* se fragiliza quando se tem conhecimento de que o *princeps* investiu paralelamente na perpetuação da memória do *gens* Júlia, construindo edifícios, erigindo monumentos e organizando espaços que ostentavam os nomes dos membros de sua família. Logicamente, não se pode desconsiderar também que, ao fazer isso, Augusto evidenciava que pertencia a uma sociedade patriarcal cuja relações de parentesco eram muito valorizadas. As relações políticas e sociais entre a casa de Augusto e as demais famílias patrícias (*populus romanus*) faziam parte da constituição sociocultural da *Urbs*. Logo, uma forma do *princeps* desconstruir a ideia da constituição de um legado pessoal, através da edificação de monumentos urbanos dedicados à sua família, seria a convocação das demais famílias romanas para participar do processo de urbanização e embelezamento da cidade.

> [Augusto] convidava também os principais cidadãos a adornarem a cidade, de acordo com as posses de cada um, fosse com novos monumentos, fosse por meio de reparos e ornamentações. Assim, foram construídos numerosos edifícios, como o templo de Hércules, das Musas, por Márcio Filipo; o templo de Diana, por Lúcio Cornifício; o vestíbulo da Liberdade, por Asínio Polião; o templo de Saturno, por Munácio Planco; um teatro, por Cornélio Balbo; um anfiteatro, por Estatílio Tauro, e vários outros monumentos notáveis, por Marcos Agripa (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 67).

Assim, o processo de urbanização e embelezamento da *Urbs* seria tratado como um projeto coletivo que objetivava a materialização e fortalecimento das relações políticas já estabelecidas entre Augusto e as demais famílias. No entanto, essa diversidade monumental não impediu que a trajetória política de Otaviano Augusto e sua família se sobrepusessem a história de todas as outras envolvidas no plano urbanístico da cidade. De uma forma ou de outra, foi exatamente esse movimento urbanístico iniciado por Augusto que serviu como *elemento desencadeador* fulcral para a produção da obra "Tratado de Arquitetura" de Vitrúvio. Segundo o arquiteto romano, a execução de um plano urbanístico se tratava de um meio para construção e preservação de uma memória sobre o principado de Augusto. Os edifícios e monumentos urbanos estariam dotados de uma força mnemônica e deveriam ser devidamente planejados e edificados de acordo com os princípios da arquitetura. Esses princípios se relacionavam diretamente com a *ideologia* de um discurso e com a memória que se pretendia construir e/ou perpetuar. Como a *Urbs*, além de um *lugar antropológico* também se tratava de um *local de gerações*, o imperador romano Otaviano Augusto também incluiu em seu plano urbanístico a restauração e a conclusão de obras anteriores ao seu governo. Ainda que essas obras não

estivessem diretamente ligadas a construção de uma memória sobre si mesmo[99], todas elas corroborariam para a imagem de seu principado como um período de ordem socioeconômica, fortuna e desenvolvimento urbanístico. Assim sendo, além de promover essas atividades urbanísticas, fazia todo sentido para Augusto prestar um relatório sobre os seus feitos arquitetônicos na *Urbs*.

> Construí a Cúria e seu vestíbulo anexo, o templo de Apolo no Palatino e seus pórticos, o templo do Divino Júlio, o Lupercal, o Pórtico junto ao Circo Flaminio — ao qual dei o nome de Octavia, que havia construído anteriormente outro no mesmo lugar —, o palco imperial do Circo Máximo; os templos de Júpiter Feretrio e de Júpiter Tonante, no Capitólio; o de Quirino, os de Minerva, Juno Rainha e Júpiter Libertador, no Aventino; o templo aos Lares no cimo da Via Sagradas, e dos Deuses Penates na Velia e os da Juventude e a Grande Mãe, no Palatino. [...] Restaurei com extraordinário gasto o Capitólio e o Teatro de Pompeu, sem acrescentar nenhuma inscrição que levasse meu nome. Reparei os aquedutos que, por sua vez, se encontravam arruinados em muitos lugares. Dupliquei a capacidade do aqueduto Márcio, aduzindo-lhe uma nova fonte. Conclui o Foro Júlio e a Basílica situada entre os templos de Cástor e de Saturno, ambas as obras iniciadas e levadas quase a término por meu Pai. Destruída a Basílica por um incêndio, acrescentei seu solar e fiz com que se empreendesse sua reconstrução em nome de meus filhos [adotivos], prescrevendo a meus herdeiros que a concluíssem no caso de não poder fazê-lo eu mesmo. No meu quinto consulado, sob a autoridade do Senado, restaurei em Roma oitenta e dois templos, sem deixar no descuido a nenhum que na ocasião o necessitava. Durante o sétimo, refiz a Via Flamínia, entre Roma e Armínio, e todas as pontes, salvo a Mílvia e a Minúcia. (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XIX-XX).

Ainda que a construção de edifícios e monumentos familiares depusessem contra essa probabilidade, conforme mencionamos acima, Otaviano Augusto fez questão de ressaltar que o processo de ornamentação da *Urbs* e as construções ligadas à sua família foram financiados com recursos de seu patrimônio pessoal e, não, com os expedientes do erário público. Gradativamente, Augusto devolveu recursos recebidos para municípios e colônias itálicas (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XXI). Aliás, paradoxalmente, Otaviano Augusto diz que não havia interesse em perpetuar a celebração de sua imagem pessoal em qualquer monumento erguido na cidade. Os resultados do governo dele deveriam ser atribuídos ao favorecimento dos deuses. Eles sim é que deveriam ser honrados e lembrados.

> Depois de cada vitória, devolvi a todos os templos de todas as cidades da província da Ásia os tesouros dos quais se haviam apropriado aqueles que guerrearam contra mim. Na Cidade, o número de minhas estátuas, a pé, a cavalo ou em quadriga chegou a ser de umas oitenta. Eu mesmo mandei retirá-las e com seu material fiz oferendas de ouro que consagrei no templo de Apolo, em meu nome e no daqueles que as haviam erigido para me honrar (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XXIV).

[99] Provavelmente, o objetivo de Augusto ao concluir obras anteriores ao principado fosse desassociar o processo de urbanização, restauração e embelezamento da cidade da construção de uma imagem pessoal ou busca da *fama*.

No entanto, nenhuma dessas ações conseguiu descaracterizar o principado de Otaviano Augusto como o período mais propagandista do Império Romano. Toda essa publicidade trabalhou a favor da construção de diversas alocuções sobre "O Século de Augusto", evidenciando assim a possibilidade de se cotejar as *regularidades discursivas* das principais narrativas sobre o governo do imperador romano.

O rei Herodes fez o mesmo movimento na Judeia. Através dos edifícios e monumentos que integravam o seu plano urbanístico para a região, o rei dos *judeanos* também enalteceu o nome de sua família. Entretanto, nenhuma de suas ações em prol das cidades foi capaz de forjar um *discurso dominante* sobre o seu governo. O discurso da aristocracia, como por exemplo aquela que Flávio Josefo representava, sempre foi uma sombra para a memória que o rei dos *judeanos* pretendia perpetuar. Diferentemente de Augusto, o processo de urbanização implantado por Herodes se tratava de um movimento individual e, não, de uma intervenção sociocultural coletiva. O rei dos *judeanos* nunca conseguiu o apoio incontestável da aristocracia judaica em nada do que ele fazia, embora tenha se esforçado muito para isso com a reconstrução do templo de Jerusalém.

Os temas que compõem o *discurso dominante* sobre o imperador Augusto também foram propagados através da instituição de jogos que eram usados não só para o divertimento dos habitantes das cidades, mas, também, para a construção e preservação de memórias. Além disso, os espaços públicos intencionalmente construídos para o divertimento serviam como cenário para o desenvolvimento das relações políticas e socioculturais, através da constante interação entre o *princeps*, o *populus romanus* e a plebe (BARROS, 2020, p. 75). Se como disse Raquel Rolnik, a cidade, com seus múltiplos espaços, monumentos, edifícios e paisagens culturais, se trata de uma escrita e apresenta um discurso que aponta para a história e elementos socioculturais de seus habitantes (ROLNIK, 2012, pp. 86-87); se a poesia e a literatura forjam e inscrevem os nomes dos heróis diretamente na memória da posteridade, conforme disse Aleida Assmann (ASSMANN, 2016, p. 43); os jogos tinham o poder de conjugar escrita e memória, história e cultura, fama e infâmia, criar marcos históricos e socioculturais, bem como, de anunciar a todos os *sujeitos interlocutores* do discurso de Augusto que uma nova era havia começado com o sistema político do principado. Esse seria o quarto motivo para que a obra "Os Feitos do Divino Augusto" fosse considerada como um documento importante para a análise da *memória discursiva* construída a partir da narrativa de Otaviano.

> Ofereci combates de gladiadores três vezes em meu próprio nome e cinco em nome de meus filhos ou netos. Nestes combates lutaram uns dez mil homens. Ofereci ao povo um espetáculo de atletas, trazidos de todas as partes, duas vezes em meu nome e uma terceira no de meu neto. Celebrei jogos, em meu nome, por quatro vezes e

> outras vinte e três em nome dos outros magistrados. Durante o consulado de Gaius Furnius e Gaius Silanus celebrei os Jogos Seculares, com Marco Agripa como colega, na minha condição de presidente do Colégio dos Quinze. No meu décimo terceiro consulado celebrei, e fui o primeiro que fiz tal coisa, os jogos de Marte os quais, a partir de então, seguiram sendo presididos por mim e pelos cônsules, em virtude de um ato do Senado e de uma lei. Em meu nome ou em nome de meus filhos e netos, ofereci, por vinte e seis vezes, no Circo, no Foro ou nos anfiteatros, caçadas de animais da África, nas quais foram mortas umas três mil e quinhentas feras. [...] Ofereci ao povo o espetáculo de uma batalha naval, do outro lado do Tibre, onde hoje está o Bosque Sagrado dos Césares, em um tanque escavado de 1.800 pés de largura e 1.200 de comprimento. Tomaram parte nela 30 naves, trirremes e birremes, guarnecidas com aríetes, e um número ainda maior de barcos menores. A bordo destas frotas combateram, sem contar os remadores, uns 3 mil homens (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XXIV).

Conforme observamos anteriormente, a percepção do interesse de Augusto pelos jogos inevitavelmente serviu como justificativa para implantação deles na Judeia de Herodes (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, pp. 74-77). Além de estar no centro dos processos de urbanização iniciados pelo imperador romano, o rei dos *judeanos* também compreendia que os jogos em homenagem a Augusto, bem como, a revitalização dos Jogos Olímpicos e financiamento de outras atividades desportivas fortaleceria as relações políticas estabelecidas entre ele e o imperador romano. Logicamente, não se pode desconsiderar o fato de o próprio Herodes também ser um "amante" dos jogos, mas, se realmente ele quisesse ter sucesso na sua proposta de mover a sociedade judaica para o *multiculturalismo*, além dos monumentos, edifícios, *paisagens culturais* e adoção de um plano urbanístico, o rei dos *judeanos* necessitaria de espaços de convivência comum, locais de divertimento, ambientes nos quais a *reciprocidade cultural* seria motivada e a *identidade interseccional* conjugada. Por isso, conforme mencionamos no capítulo anterior, no plano urbanístico de Herodes para a Judeia não poderia faltar espaços para esse fim. A representatividade deles pode ser percebida através dos diversos edifícios que integravam o projeto de Herodes, como, os teatros, anfiteatros, e hipódromos, conforme ele mesmo construíra na cidade de Cesareia Marítima.

Outras informações que emergem da narrativa biográfica de Otaviano na obra "Os Feitos do Divino Augusto" se referem a construção da unidade política e sociocultural entre Roma e as regiões anexadas ao Império. "O Século de Augusto" também foi um período propício para a expansão do domínio político romano sobre o mundo conhecido.

> Libertei o mar dos piratas. Na guerra dos escravos capturei quase 30 mil que haviam escapado de seus donos e se insurgido em armas contra a República; os devolvi a seus amos, para que lhes dessem suplício. A Itália inteira me jurou, por iniciativa própria, lealdade pessoal [...]. Entre os que então serviram sob minhas insígnias, tive mais de 700 senadores, dos quais 83 tinham sido ou logo seriam cônsules, até o dia de hoje, e dos quais 170 eram ou foram mais tarde sacerdotes. Estendi as fronteiras de todas as províncias do povo romano limítrofes aos povos não submetidos ao nosso domínio. Pacifiquei as Gálias, as Hispânias e a Germânia, até onde o Oceano as banham, desde

> Cadiz até a desembocadura do Elba. Mandei pacificar os Alpes, desde a região imediata ao Mar Adriático até o Mar Tirreno, sem mover contra nenhum daqueles povos guerra que não fosse justa. Minha frota, que zarpou da desembocadura do Reno, se dirigiu ao leste, às fronteiras dos címbrios, terras nas quais nenhum romano havia ido antes, nem por terra nem por mar. Címbrios, cárides, semnones e outros povos germânicos destas terras enviaram embaixadores para solicitar a minha amizade e a do povo romano. Por ordem minha e sob meus auspícios dois exércitos chegaram, quase ao mesmo tempo, na Etiópia e na Arábia chamada Feliz. Nestes países e no combate aberto destruíram muitos inimigos e tomaram numerosas praças. Na Etiópia chegou-se até a cidade de Nabata, próximo a Meroe. Na Arábia, o exército chegou até a cidade de Mariba dos sabeos (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XXV-XXVI).

A extensão territorial do Império Romano resultou na adoção de estratégias políticas e socioeconômicas para que as regiões conquistadas fossem preservadas. A primeira estratégia utilizada por Augusto foi a anexação do Egito a fim de viabilizar o abastecimento permanente da *Urbs*. A segunda tática foi a interrupção do processo expansionista. Assim a consolidação das relações políticas internas ocuparia o centro de suas atenções. A terceira estratégia seria o fortalecimento das *relações de clientelismo e patronato* entre o *princeps* e as *classes dirigentes* locais em diversas regiões do Império. Essa ação estava diretamente relacionada a preocupação com a manutenção das fronteiras, distribuição de *ager publicus* e, ainda, com a preservação das relações políticas e socioculturais estabelecidas entre romanos e nativos no interior das províncias, de tal forma que o domínio romano na região fosse fortalecido. Tal circunstância contribuiu para que Herodes Magno fosse bem-sucedido na sua proposta de urbanização da Judeia, principalmente no que tangia a fundação e urbanização de Cesareia Marítima, a cidade judaica que abrigaria o maior porto artificial do Império e que serviria como porta de entrada marítima para o Oriente.

A atuação urbanística do rei Herodes em "O Século de Augusto" evidencia que nem sempre as relações socioculturais entre Roma e outros povos foram estabelecidas por meio de uma inciativa romana ou através do impacto militar. Apesar do plano urbanístico herodiano receber investimentos da Casa de Augusto, a iniciativa de urbanização, construção de templos em homenagem ao imperador romano, bem como, a constituição de outros edifícios e monumentos urbanos sempre foi do rei dos *judeanos*. Isso quer dizer que similarmente ao movimento herodiano, as *relações de clientelismo e patronato* entre o *princeps* e os nativos muitas vezes acontecia devido aos interesses políticos de outros Estados.

> Chegaram a mim com frequência embaixadas de reis da Índia, que até então não tinham sido vistos sob nenhum outro chefe romano. Bastarnos, escitas, os sármatas que vivem do outro lado do Dniéster e os ainda mais distantes reis dos albanos, iberos e medos que solicitaram nossa amizade por meio de legações. [...] Em mim buscaram refúgio e me suplicaram os reis dos partos: Tirídates e, mais tarde, Fraates, filho do rei Fraates; dos medos, Artavasdes; dos adiabenos, Artaxares; dos britanos, Dumnobelauno e Tincômio; dos sicambros, Maelo; dos suevos marcomanos,

> [Sigime]ro. O rei dos partos, Fraates, filho de Orodes, enviou à Itália seus filhos e netos, junto a mim; não por ter sido vencido na guerra, mas para suplicar nossa amizade entregando-nos, como prenda, seus descendentes. Um grandíssimo número de outros povos que antes nunca havia tido relações diplomáticas nem tratados de amizade com o povo romano conheceu sob meu Principado a probidade do povo romano (AUGUSTO, OS FEITOS DO DIVINO AUGUSTO, XXXI-XXXII).

É interessante observar também que a consolidação das *relações de clientelismo e patronato* entre Augusto e os provincianos também se dava a partir da entrega dos prováveis sucessores dos reis nativos a tutela do *princeps* romano. Tal circunstância favorecia o surgimento de dinastias nativas e ainda prolongava as boas relações políticas entre Roma e as províncias. Com isso, Roma preservava o costume de usar a *classe dirigente* nativa para governar as regiões anexadas, facilitando assim o controle social (GELB, 2013). Esse foi o caso de Herodes que, segundo observamos no relato do historiador judeu Flávio Josefo, costumava enviar os seus filhos para a corte de Augusto, a fim de serem educados a partir do universo sociocultural romano. Tal circunstância também foi registrada pelo historiador latino Suetônio, ao dizer que:

> Com poucas exceções, [Augusto] devolveu os reinos conquistados pelo direito da guerra àqueles de quem os havia arrancado ou a estrangeiros. Uniu, da mesma forma, entre si, os reis aliados, por meio de liames mútuos, e despendeu a maior atividade em atender e favorecer cada casamento e cada tratado de amizade. Na sua solicitude, não os encarou de outro modo senão como membros e partes do Império. Acostumou-se a dar tutores aos príncipes de menor idade ou fracos de espírito, até à maioridade ou restabelecimento. Educou e instruiu, juntamente com os seus filhos, a maior parte daqueles[100] (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 78).

Mais interessante ainda é o fato de que, embora, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" afirmasse sua estreita relação com o Imperador Augusto, sendo ele o segundo na preferência do *princeps*, na obra "Os Feitos do Divino Augusto" não existe qualquer referência ao rei Herodes e ao plano urbanístico implantado por ele na Judeia. Não há também qualquer menção as diversas homenagens prestadas pelo rei dos *judeanos* ao imperador romano, fossem elas ligadas aos monumentos urbanos, *paisagens culturais* ou ao desenvolvimento de jogos. Augusto sequer menciona a participação militar de Herodes na consolidação do domínio político-militar romano ou a atuação de judeus e *judeanos* no Oriente romano. Para "Os Feitos do Divino Augusto", Herodes e os *judeanos,* assim como as disputas e enfrentamentos políticos da Judeia*,* nunca existiram ou, pelo menos, não foram considerados como elementos mnemônicos importantes para a memória sobre si mesmo que o *princeps* romano pretendia legar para a posteridade.

[100] Tal foi o caso de Agripa, que era neto de Herodes.

O historiador latino Suetônio também não fez nenhuma inferência ao rei dos *judeanos* em sua obra "A Vida dos Doze Césares", assim como o fizera Flávio Josefo em "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas". O único indício de intertextualidade entre as obras do historiador judeu e "A Vida de Augusto" seria a informação de que:

> Os reis amigos e aliados, cada qual no seu reino, construíram cidades a que deram o nome de Cesareia e, todos juntos, rejubilaram por haverem terminado, à sua própria custa, o templo de Júpiter Olímpico, começado outrora em Atenas, e poderem dedicá-lo ao gênio de César. Muitas vezes, deixando seus reinos, prestavam-lhe honras não somente em Roma, mas durante as visitas que fazia às províncias, como simples protegidos, de toga e sem ostentarem as insígnias de reis (SUETÔNIO, A VIDA DOS DOZE CÉSARES, p. 83).

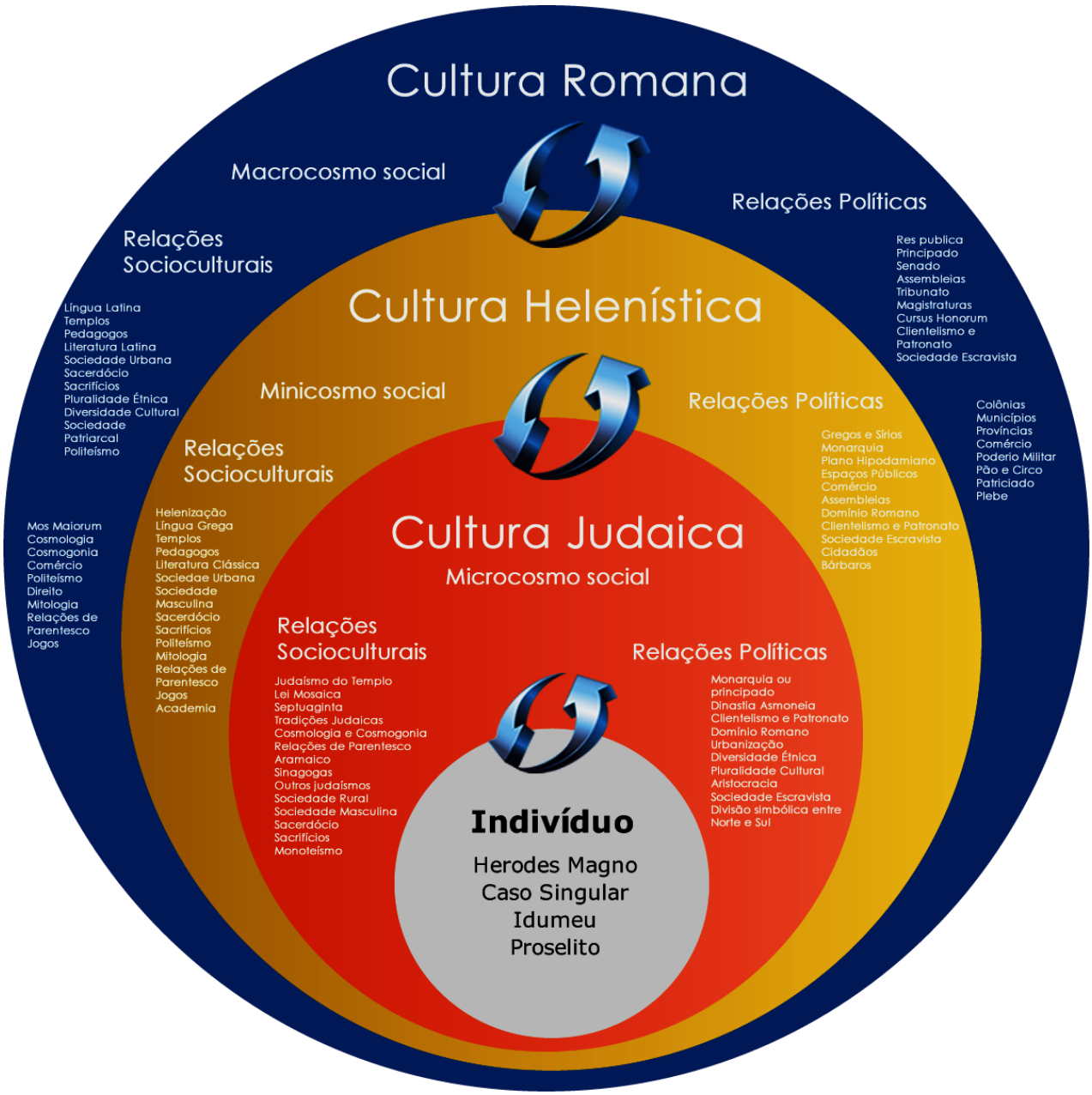
Segundo o historiador judeu Flávio Josefo, tanto o "Herodes da Guerra dos Judeus" quanto o "Herodes das Antiguidades Judaicas" foram protagonistas dessas ações em homenagem a Otaviano Augusto. Isso pode ser considerado suficiente para que se situe o rei dos *judeanos* em um universo de fortalecimento das relações políticas e socioculturais entre o Império Romano e as demais regiões. Essa consolidação foi levada a termo através do desenvolvimento das relações de *clientelismo e patronato*, do exercício das práticas culturais, da implantação de um processo de urbanização e da construção de uma memória sobre si mesmo ou de um legado para a posteridade por meio da literatura e das *paisagens culturais*.

Em suma, apesar de seguir o modelo de principado de Otaviano Augusto, Herodes não conseguiu forjar o *discurso dominante* sobre sua imagem como governante, nem tampouco, sobre as relações políticas e socioculturais de seu governo. Até aqui, observamos que o discurso de Nicolau de Damasco serviu como *memória discursiva* para as narrativas biográficas construídas pelo historiador judeu Flavio Josefo nas obras "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas". Entretanto, nenhuma dessas narrativas foi adotada pelos historiadores gregos ou latinos como *discurso dominante*. Em contrapartida, o discurso do imperador romano, em sua obra "Os Feitos do Divino Augusto", tornou-se *o referente* nas narrativas de diversos autores latinos que, pertencendo ao corpo de funcionários do Estado romano ou não, descreveram "O Século de Augusto" e ajudaram a construir imagem de Otaviano como *princeps*, perpetuando o governo dele como modelo de principado.

Inevitavelmente, enquanto *sujeito discursivo*, o "Herodes de Nicolau de Damasco" cedeu espaço para o "Herodes da Guerra dos Judeus". Esse Herodes, encontrou um lugar na *formação discursiva* da obra "Antiguidades Judaicas". No entanto, a documentação textual posterior prefere lançar o estadista, o político, o urbanista e o religioso no esquecimento. Essas características perderam sua força identitária para dar lugar a crueldade, a injustiça e, fundamentalmente, ao assassinato de crianças. O "Herodes de Nicolau de Damasco", que

ajudou a construir o *lugar discursivo* do "Herodes da Guerra dos Judeus" e que, juntamente com esse, edificou a base discursiva da trajetória de vida do "Herodes das Antiguidades Judaicas", perdeu *status* para um novo Herodes: o "Herodes da História Eclesiástica". Esse Herodes foi o que sobreviveu como *referente* do *discurso dominante,* influenciando diversas narrativas, nos mais variados recortes historiográficos.

Figura 9 – Representação da tríade sociocultural de Herodes, o rei dos *judeanos*[101]



[101] Organograma desenvolvido pelo autor.

3.1.3 O lugar de Herodes na Literatura Cristã Antiga[102] e na Produção Literária Patrística

Como se pode perceber, Herodes Magno também se enquadraria no que Mary Beard definiu como um *referente* discursivo de difícil definição. Provavelmente, a decisão de replicar o modelo de relações políticas e socioculturais de Otaviano Augusto na Judeia contribuiu para que o rei dos *judeanos* fosse lançado nesse *lugar discursivo*. Christiane Saulnier e Bernard Rolland (1983, pp. 22-23) ressaltam que apesar de ser um urbanista, Herodes se tratava de um príncipe helenístico, de origem árabe, que nunca conseguiu desenvolver relações políticas e socioculturais favoráveis com a aristocracia judaica de seu tempo. A fragilidade política do rei dos *judeanos*, suas tragédias familiares, bem como, a proximidade dele das culturas gregas e romanas contribuíram para sua *infâmia*, gerando a maior de todas as ressignificações de Herodes: agora ele seria lembrado apenas como um assassino de crianças (KOESTER, 2012, p. 394). Essa *ressignificação*, que foi ignorada por Nicolau de Damasco, desconhecida por Flávio Josefo e sequer mencionada pelos historiadores de "O Século de Augusto", forjou o *discurso dominante* sobre a trajetória de vida do rei Herodes. Esse novo Herodes seria o filho do casamento entre o processo de institucionalização do cristianismo e o movimento de reorganização do judaísmo, após a destruição do templo de Jerusalém em 70 d.C.

O processo de institucionalização do cristianismo está diretamente relacionado ao movimento que as primeiras comunidades cristãs fizeram a fim de se dissociar de alguns elementos socioculturais do *judaísmo formativo*[103], bem como, das práticas culturais gregas e

[102] Entendemos como Literatura Cristã Antiga o conjunto de todas as produções literárias inerentes ao cristianismo no mundo antigo. Essas literaturas podem ser subdivididas em: a) Textos Canônicos; b) Textos Extracanônicos. A expressão "canônicos" aqui se refere aqueles livros que são considerados sagrados, autorizados, que estão de acordo com as regras eclesiásticas e os dogmas da igreja cristã institucionalizada e que por isso fazem parte do cânon bíblico. Logo, "Extracanônicos" seriam aquelas narrativas que não atendem a essas especificações. Geralmente esses textos são chamados pejorativamente de "apócrifos". Não usamos essa expressão por considerarmos o adjetivo "apócrifos" pejorativo e ideologicamente demarcado. Todas as produções da Literatura Cristã Antiga se trata de documentos históricos que nos permitem acessar a cultura política, as relações socioculturais, as *condições de produção* ou contexto histórico-sociológico em que os *sujeitos locutores* e *interlocutores* estavam inseridos.

[103] Segundo Stegemann (2004, pp. 254-255), o período do judaísmo que começou depois de 70 é chamado de "judaísmo rabínico" ou "judaísmo clássico". Também se utiliza na ciência de fala alemã o conceito "judaísmo formativo" que deu prosseguimento as tradições dos fariseus e dos mestres da lei estabelecendo as bases do judaísmo depois da destruição do templo.

romanas que se integravam ao cristianismo nascente a partir da adesão e interação sociocultural desses indivíduos no interior das comunidades[104].

Ao apresentar um panorama do seguimento de Jesus na terra de Israel, Stegemann (2004, p. 217) distingue três fases distintas:

1. O "movimento de Jesus" propriamente dito, isto é, o grupo ligado a Jesus de Nazaré durante seu tempo de vida (os chamados discípulos);
2. A "protocomunidade de Jerusalém" surgida após a morte de Jesus ou as "comunidades de Deus na Judeia";
3. As "comunidades messiânicas", no período após 70 d.C. Segundo ele, esse último seguimento se fazia representar tanto no "Evangelho de João quanto no "Evangelho de Mateus". Stegemann identifica a comunidade messiânica como um segmento do judaísmo que acreditava e proclamava Jesus como messias.

   Logo, o nascimento do cristianismo mateano coincidiu com a destruição do templo de Jerusalém, o momento no qual todo serviço religioso ligado a ele cessou. Os sacerdotes perderam suas funções, contribuindo para o desaparecimento do saduceísmo enquanto segmento religioso. O Sinédrio, que ficava sediado no templo, também terminou suas atividades. E, o imposto do templo, foi substituído pelo *fiscus Judaicus*. Tal condição desfavorável desencadeou uma renovação da *cosmogonia* judaica. Sem o templo, os judeus tiveram que reorganizar o judaísmo e adaptá-lo ao cotidiano, seguindo assim a lógica discursiva do farisaísmo.

   André Paul afirma que:

> Quando o cristianismo nascia e, no incêndio do templo de Jerusalém, o judaísmo perdia a idealização mural e o símbolo cósmico de sua jurisdição divina, podiam ser notadas entre os judeus duas respostas, que representavam duas ideologias muito diferentes: uma afirmava a existência de uma "lei oral", revelada a Moisés no Sinai, com mesmo valor da "lei escrita"; a outra ensinava que havia apenas uma lei, a "lei escrita" (PAUL, 1981, p. 9).

A destruição do templo não afetou apenas os judeus. Os primeiros cristãos também tinham o templo de Jerusalém como um *lugar antropológico* e costumavam frequentá-lo diariamente. Logo, eles passaram pelo mesmo processo de reestruturação da práxis religiosa que os demais judeus estavam enfrentando. Ao dissertar sobre as origens do cristianismo, Justin Taylor (2001, pp. 24-25) afirma que as comunidades cristãs foram tão influenciadas pela cultura

[104] Stegemann afirma que "as comunidades crentes em Cristo nas cidades pagãs do Império Romano, diferentemente do seguimento de Jesus na terra de Israel, não mais pertenciam sociologicamente ao judaísmo (da diáspora). Porém, tampouco se entendiam como parte do paganismo" (STEGEMANN, 2004, p. 285)

judaica que a distinção entre cristianismo e judaísmo nesse período se torna cada vez mais difícil. Essa dificuldade insurge do fato de que tanto o *cristianismo nascente* quanto o *judaísmo formativo* emergem do mesmo ambiente judaico sectário do século I d.C., no qual o primeiro se entendia como a universalização do judaísmo e, o segundo, se enxergava como o representante sociocultural da nação judaica.

O período que se refere ao nascimento do cristianismo se trata de um momento marcado pela pluralidade étnica, social, política e cultural. Quanto mais nos aproximamos das comunidades cristãs do século I d.C., mais nos distanciamos de qualquer possibilidade de encontrarmos uma uniformidade literária, doutrinária ou litúrgica que nos permita caracterizar as comunidades cristãs nascentes como grupos nos quais predominavam a homogeneidade sociocultural. Assim, o processo de institucionalização do cristianismo pode ser definido como o período em que gradativamente toda essa pluralidade foi assumindo um caráter mais uniforme. Essa uniformidade institucional se fundamentava na conjugação do binômio *identidade/alteridade*. As primeiras comunidades cristãs precisavam definir os limites socioculturais que proporcionavam os encontros e distanciamentos entre o cristianismo, o *judaísmo formativo* e o paganismo. Inevitavelmente, todos esses movimentos sociais contribuíram para a formação sociocultural do que posteriormente seria chamado de "Igreja Católica Apostólica", evidenciando assim uma *formação imaginária* discursiva em relação a extensão geográfica e ao princípio dogmático dessa comunidade apesar de sua inevitável diversidade.

Apesar dos encontros ou similaridades socioculturais, como por exemplo, daquelas que surgem da apropriação cristã da *cosmologia* e *cosmogonia* judaica, assim como da *ressignificação* teológica e *assimilação* litúrgica, o distanciamento ou dissemelhança sociocultural entre o cristianismo e o *judaísmo formativo* se torna evidente na disputa política entre as comunidades cristãs e as sinagogas. Ambas eram proselitistas e disputavam não somente os adeptos, mas a proeminência política nas mais variadas regiões anexadas ao Império Romano.

Essa disputa política e sociocultural serviu como pano de fundo histórico para o processo de institucionalização do cristianismo, um movimento que se iniciou ao final do século I d.C., avançou até o quarto século e se consolidou no Período Patrístico, através dos escritos dos Pais da Igreja. A busca por uma identidade cristã institucionalizada legou para a posteridade um sem-número de alocuções que, apesar da singularidade das *condições de produção* de cada discurso, se interligam através da construção de uma *memória discursiva* autorreferente, promovendo continuidades e rupturas. Dentro daquilo que poderíamos classificar como

continuidade, está a imagem de Herodes como um assassino de crianças. O "Herodes do Cristianismo" tornou-se o *referente* discursivo de várias narrativas tanto da Literatura Cristã Antiga quanto da Literatura Patrística. Juntas, essas produções literárias forjaram o *discurso dominante* sobre o rei Herodes[105].

A Literatura Cristã Antiga pode ser dividida em duas espécies de produções literárias: a) Narrativas Canônicas; b) Narrativas Extracanônicas. No primeiro grupo de produções literárias, apenas duas narrativas nos dão informações sobre o rei Herodes, a saber: o Evangelho de Mateus e o Evangelho de Lucas. Em contrapartida, o número de narrativas que mencionam o rei dos *judeanos* no segundo grupo de produções literárias é um pouco maior. Herodes tornou-se um *referente* nos discursos das obras "Caverna dos Tesouros", "Evangelho Árabe da Infância de Jesus", "Excertos do Evangelho Armênio", "História de José Carpinteiro", "Evangelho de Nicodemos", "Evangelho de Pedro" e "Natividade de Maria". Não sabemos exatamente quem construiu a imagem de Herodes como assassino de crianças. Entretanto, há de se considerar que apesar da cultura dos períodos helenístico e romano ser uma cultura literária, tudo o que era escrito ainda estava imerso em uma forma de comunicação oral e destinava-se também a leitura em voz alta. Provavelmente, antes de ser escrito, o *discurso dominante* sobre Herodes Magno e sua trajetória política alcançava os seus *sujeitos interlocutores* na sociedade judaica do século I d.C. através da circulação de um texto oral (KOESTER, 2005, pp. 2-3).

Charles Perrot (1982, pp. 11-51) analisou as narrativas da infância de Jesus nos evangelhos de Mateus e Lucas e pontuou algumas dificuldades literárias em relação a esses discursos. A primeira delas se refere ao hiato temporal que existe entre o *referente* discursivo e a narrativa em si. Tanto o "Evangelho de Mateus" quanto o "Evangelho de Lucas" foram redigidos aproximadamente 70 ou 80 anos depois dos acontecimentos. Nenhum dos autores, ainda que o primeiro fosse considerado como um daqueles que acompanharam o Jesus Histórico, o que para grande parte dos historiadores se trata de uma impossibilidade[106], viveu

[105] Conforme afirmamos anteriormente, a nossa intenção aqui não é transformar essas narrativas em uma documentação fulcral para nossa análise, mas, sim, evidenciar o *lugar discursivo* de Herodes nesses discursos e comprovar que a quantidade de vezes em que o rei dos *judeanos* foi apresentado como um assassino de crianças contribuiu para que essa imagem se perpetuasse na memória dos *sujeitos interlocutores* que Herodes pretendia alcançar com o seu *discurso urbano materializado*.

[106] A hipótese conservadora é de que a documentação foi escrita por Mateus, um dos doze discípulos de Jesus, também chamado de Levi. Na década de 1950, Edgar Goodspeed afirma que a habilidade escriturária de Mateus o conduziu instintivamente as anotações dos ensinos de Jesus. Goodspeed defendeu a autenticidade de Mateus como um dos doze apóstolos (MIRANDA, 1989, p.110). Kris Stendahl (1989, p.110), por sua vez, fazendo uso dos textos de Qumran, defendeu a hipótese de que a documentação foi composta por uma escola ou grupo de pessoas para servir como catequese e educação religiosa, dissociando assim o "Evangelho de Mateus" do discípulo de Jesus. Dibelius, afirma que os escritores dos Evangelhos foram apenas meros recompiladores,

no tempo de Herodes Magno. Estaríamos então diante de relatos retrospectivos fundamentados na oralidade. Por isso, Perrot defende a hipótese de que não se pode desconsiderar o fato que tais documentos possuem caráter secundário e data de redação tardia. Isso pode ser atestado a partir da diferença que há entre os gêneros literários dos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, no qual o primeiro evangelho a ser escrito, Marcos, não apresenta nenhuma narrativa esquematizada com detalhes da infância de Jesus. Em relação a esse período, não há nada em Marcos que possa ser comparado com as narrativas de Mateus e Lucas. O autor do primeiro evangelho apenas iniciou o seu discurso dizendo que era o "princípio do Evangelho de Jesus Cristo. Filho de Deus" (EVANGELHO DE MARCOS, Capítulo I, v. 1).

Nem mesmo o "Evangelho de João" apresenta qualquer referência a infância de Jesus e, consequentemente, não há nele nenhuma menção a Herodes como parte integrante da narrativa ou como assassino das crianças de Belém da Judeia. Ou seja, embora grande parte da *memória discursiva* inerente ao "Evangelho de Mateus" e ao "Evangelho de Lucas" seja o relato do "Evangelho de Marcos", o autor de Mateus foi pioneiro em forjar a imagem do rei dos *judeanos* como infanticida. Aliás, foram as tragédias familiares de Herodes, bem como, uma trajetória de vida marcada por homicídio, parricídio, fratricídio e feminicídio que contribuíram para sua má reputação entre os judeus. Logo, não seria nenhuma surpresa, para os *sujeitos interlocutores* das narrativas cristãs sobre a infância de Jesus de Nazaré, que o rei dos *judeanos* fosse lembrado também como o assassino das crianças de Belém (KOESTER, 2012, p. 394).

A segunda dificuldade literária apontada por Perrot se refere a totalidade da narrativa. Segundo ele, o "Evangelho de Marcos" está organizado pedagogicamente a partir de narrativas e discursos em torno de um tema específico, facilitando assim a assimilação gradativa da messianidade de Jesus. Já, o "Evangelho de Mateus" e o "Evangelho de Lucas" não se preocupam tanto com uma assimilação gradativa. Eles prontamente evidenciam a messianidade de Jesus de Nazaré anunciada por Marcos e, logo em seguida, apresentam o pano de fundo para

---

transmissores ou redatores. Para ele, os sujeitos locutores simplesmente transmitiram, agruparam e reelaboraram o material transmitido (DIBELIUS, 1984, p. 14). A hipótese de Dibelius acaba concordando com a ideia corrente de que o "Evangelho de Mateus" trata-se de uma composição eclesiástica que se originou numa comunidade que preservara a tradição propagada por Mateus, onde o sujeito locutor acrescentou outras informações e se serviu de outras documentações, como por exemplo, o Evangelho de Marcos e a documentação hipotética "Q". Independentemente do que dizem as hipóteses conservadora e liberal, a documentação em si, não nos permite avançar no processo de identificação a não ser de forma hipotética ou através de inferência. Assim, o que se pode afirmar é que o sujeito locutor, seja ele individual ou coletivo, trata-se de um judeu de fala grega, pertencente à comunidade messiânica, com conhecimentos rabínicos e em conflito com o judaísmo formativo após a destruição do templo, direcionando então seu discurso aos *hachamim* e a comunidade na qual ele pertencia. Ao escrever sua documentação em koinê, demonstrar profundo conhecimento da cultura judaica e ainda valorizar o cumprimento da Torá, o sujeito locutor evidencia seu lugar de fala como sendo a própria comunidade judaica do século I d.C. que poderia estar situada na Palestina ou na Síria (mais precisamente em Antioquia).

as suas narrativas. Por isso, ainda que a veracidade histórica de parte dos relatos permaneça vulnerável, "isso não impede que o historiador aprecie diferentemente as coleções primitivas das palavras de Jesus e os escritos posteriores que trazem a reflexão cristã sobre o nascimento, no que concerne ao estilo figurado das histórias piedosas da época" (PERROT, 1982, p. 12).

Outra dificuldade que existe em relação as narrativas da infância de Jesus de Nazaré se trata da ausência de uma objetividade histórica. Os autores dos evangelhos não pretendiam escrever uma narrativa histórica no sentido em que os historiadores de "O Século de Augusto", como Nicolau de Damasco, Flávio Josefo, Suetônio, Tácito e muitos outros faziam. Se isso não aconteceu em relação aos historiadores contemporâneos a eles, pode-se dizer que também não há nenhuma correlação entre a estrutura discursiva de seus relatos e os elementos que compõem a contemporânea escrita da História. Logo, tratar os evangelhos como narrativas históricas pode trazer mais problemas para os analistas do que soluções. Porém isso não quer dizer que esses documentos não se trate de documentos históricos, conforme já mencionamos anteriormente quando abordamos as concepções de Marc Bloch, Lucien Febvre e Jacques Le Goff.

Se considerarmos tais documentos como discursos e lembrarmos que cada um deles está diretamente relacionado à certas *condições de produção*, somos levados a compreensão de que o "Evangelho de Mateus" e o "Evangelho de Lucas" foram construídos a partir de uma *interdiscursividade*. Logo, atrás de cada uma das representações de Mateus e Lucas existem elementos de uma tradição oral mais antiga que a materialização desses evangelhos. O rei dos *judeanos*, enquanto *referente* discursivo, não foge dessa regra. O "Herodes Infanticida" já existia antes do suposto assassinato das crianças denunciado pelo "Evangelho de Mateus", ainda que não exista nenhum documento anterior atribuindo esse lugar a ele. Aliás, nesse ponto, não há concordância literária nem mesmo no "Evangelho de Lucas"[107].

Uma das hipóteses em relação a origem da tradição que influenciou diretamente a narrativa do "Evangelho de Mateus" sobre a infância de Jesus é a de que o *sujeito locutor* tenha se apropriado de outra narrativa mais antiga a fim de organizar o seu discurso. A composição social[108] das primeiras comunidades cristãs era predominantemente judaica e adotava como modelo litúrgico-eclesiástico a liturgia da sinagoga. Geralmente, no século I d.C., os judeus

[107] Existem muitas outras discrepâncias entre o "Evangelho de Mateus" e o "Evangelho de Lucas". No entanto, a nossa tarefa aqui não é estender a nossa análise sobre elas. Queremos apenas evidenciar o lugar discursivo de Herodes nessas narrativas e cotejar a filiação de dizeres que circunscreveu a formação do discurso sobre o rei dos *judeanos*.

[108] Na composição social da comunidade de Mateus tinha pobres, deficientes físicos, mulheres, crianças e gentios. Mas, também tinha aristocratas, fariseus, mestres da lei, ricos, coletores de impostos, militares, suboficiais romanos, embora fosse minoria conforme observa Wolfgang Stegemann.

costumavam ir à sinagoga para ouvir e meditar na Torá. Nela os intérpretes e os oradores do *shabbat* liam os textos e faziam uma atualização dos princípios ali narrados, a fim de obter um princípio espiritual para o cotidiano. Assim os escritos sagrados eram constantemente reinterpretados, de acordo com o contexto histórico e sociocultural vigente. Esse elemento sociocultural judaico pode ser observado, por exemplo, em alguns diálogos dos evangelhos canônicos, quando Jesus perguntava aos seus ouvintes: "Que está escrito na Lei? Como lês?" (EVANGELHO DE LUCAS, Capítulo X, v. 26). Ou quando ele usava a fórmula fixa: "Ouvistes o que foi dito aos antigos [...]. Eu, porém, vos digo [...]" (EVANGELHO DE MATEUS, Capítulo V, v. 33).

Essa contextualização oral ficou conhecida como *Midrash*[109]. Gradativamente, o *Midrash* foi deixando de ser apenas uma narrativa oral para se materializar através da composição de obras literárias que ficaram conhecidas pelo mesmo nome. Logo, um *Midrash* seria uma reflexão sobre a Torá e uma atualização de um dado bíblico em função da situação atual (PERROT, 1982, p. 17). Geralmente, essa interpretação assumia duas formas. A primeira tinha como objetivo cotejar os princípios morais da Torá, bem como, moldar o comportamento ético, social e religioso dos indivíduos e, consequentemente, da comunidade. Essa primeira forma de interpretação ficou conhecida como *Halakhah*[110]. Posteriormente, essas regras foram reunidas na *Mishnah*[111], na *Tosefta* e no *Talmud*.

O segundo método de interpretação objetivava o estudo da trajetória dos grandes personagens, bem como, a investigação dos acontecimentos importantes narrados na Torá. A ideia seria demonstrar que todos esses personagens antigos continuavam como modelo para as

[109] André Paul (1981, pp.10-11) afirma que o termo "Midrash" é para designar um método exegético, o resultado dessa exegese, ou seja, a interpretação ou comentário da Escritura, bem como, as obras literárias que reúnem os comentários dos intérpretes (Midrashim). Eliane Ketterer e Michel Remaud (1996, pp. 9-10) trabalham esse mesmo termo como sendo uma atividade investigativa sobre o sentido da Torá, uma busca intensiva, um esforço inerente à vontade de encontrar, como em uma escavação. Além de, como Paul, trabalharem o "Midrash" como literatura, eles desenvolvem a ideia de que o objetivo final dessa busca seria a comunicação da vida àquele que a acolhe – "quem tem ouvidos, para ouvir, ouça".

[110] Paul (1981, p.10) define "*Halakha*" como as decisões das autoridades rabínicas em relação as questões de conduta discutidas ou incertas, a regra que interpreta a lei escrita e lhe permite aplicá-la ao cotidiano, bem como, a parte da literatura judaica de teor normativo; "o conjunto das disposições jurídicas que codificam a vida judaica, no plano religioso, civil, familiar, etc." (KETTERER; REMAUD, 1996, p. 16).

[111] Matthieu Collin e Pierre Lenhardt (1994, p. 10) esclarecem que a palavra "*Mishna*" se refere aquilo que é ensinado ou estudado através da repetição oral. Assim eles apresentam um sentido *lato* e um significado *stricto* para essa denominação. No primeiro sentido, ela poderia definir todo conjunto da Torá oral, mas no sentido *stricto* ela designaria "a compilação mais antiga da tradição farisaica, apresentada na forma oral, a partir de labne, até a morte de seu último redator, Rabi Zehudá ha-Nassi, o príncipe (por volta de 219)". Os pequenos enxertos que compõem a *Mishna* também recebem o mesmo nome.

gerações futuras e que os acontecimentos do passado eram fundamentais para que os judeus aprendessem a lidar com a contemporaneidade. A reunião de "evocações e atualizações da história bíblica feitas a partir da Escritura e de numerosas tradições orais que circulavam sempre na Palestina" ficou conhecida como *Haggadah*. Em alguns casos todas essas tradições tinham o mesmo peso moral, ético, social e religioso que a própria Torá.

> O discurso *haggadico* segue muito de perto o texto bíblico, mas muitas vezes insere nele palavras, provérbios, lendas ou narrações de milagres, destinados a instruir e confortar o justo que procura a Deus. A *Haggadah* interpreta e esclarece a Escritura; é nela que se encontram a maior parte dos elementos hagiográficos (ou de vida dos santos) da grande tradição judaica; analogicamente, muitas "vidas de santos" vêm da *Haggadah* (PAUL, 1981, p. 11).

O *Pesher* seria um desdobramento da *Haggadah* e ele acontecia quando os personagens e os acontecimentos do passado eram equiparados aos indivíduos da sociedade vigente. Essa era uma interpretação muito comum nas comunidades de Qumran e nas primeiras comunidades cristãs como a de Mateus. Quando isso acontecia, todos os detalhes da narrativa eram associados ao contexto político e sociocultural vigente. Geralmente, todos esses métodos de interpretação tinham sua funcionalidade na sinagoga, o lugar de origem dos primeiros cristãos, o espaço sociocultural nascente dos *sujeitos locutores* e dos *interlocutores* do Evangelho de Mateus. As primeiras comunidades cristãs se apropriaram desses modelos de leitura e interpretação para tecer suas tradições literárias.

> Como meditar sobre o nascimento de Jesus sem pô-lo em relação com as outras narrativas de infância da Bíblia e das tradições *haggadicas* da época? Para um cristão daquele tempo, o nascimento de Jesus em Belém resumia, de certo modo, e levava à sua perfeição todas as narrativas de infância então existentes. Ele [o cristão] devia consequentemente traduzir o acontecimento do presépio com o auxílio de um amplo tesouro narrativo, conservado nas sinagogas, para celebrarem o nascimento dos patriarcas e dos profetas. Retomando as expressões e os temas *haggadicos*, conhecidos em seu tempo, o cristão afirmava que Jesus "realizava" à perfeição as Sagradas Escrituras (PERROT, 1982, pp. 18-19).

Assim, Charles Perrot, André Paul, Eliane Ketterer e Michel Remaud defendem a hipótese de que a narrativa que a comunidade mateana construiu sobre a infância de Jesus teria uma base literária discursiva vinculada a história de Moisés e aos comentários *haggadicos* sobre a formação do legislador hebreu. Essa semelhança pode ser vista tanto no gênero literário quanto na organização do conteúdo e tipificação dos personagens. Vejamos algumas similaridades.

Tabela 3 – Análise temática da Narrativa da Formação de Moisés no livro do Êxodo

TEMA/NARRATIVA	CONTEÚDO/PERÍCOPE	LOCALIZAÇÃO
A referência genealógica e a descrição das relações de parentesco de Moisés.	Eis os nomes dos filhos de Israel que entraram no Egito: com Jacó cada qual entrou com sua família: Rúben, Simeão, Levi e Judá, Issacar, Zabulon e Benjamim, Dã e Neftali, Gad e Aser. Os descendentes de Jacó eram, ao todo, setenta pessoas. José, porém, já estava no Egito. Depois José morreu, bem como todos os seus irmãos e toda aquela geração. Os filhos de Israel foram fecundos e se multiplicaram; tornaram-se cada vez mais numerosos e poderosos, a tal ponto que o país ficou repleto deles.	Capítulo I, vv. 1-7
A caracterização do novo rei como alguém que não conhece o povo ou a cultura de Israel ou seja, como um governante que não possui relações identitárias com o povo de Israel. Esse novo rei seria capaz de fazer qualquer coisa para se perpetuar no poder. Além disso, ele era um construtor, alguém que pretendia preservar a sua memória através da edificação de monumentos, edifícios e embelezamento da cidade.	Levantou-se sobre o Egito um novo rei, que não conhecia José. Ele disse à sua gente: "Eis que o povo dos filhos de Israel tornou-se mais numeroso e mais poderoso do que nós. Vinde, tomemos sábias medidas para impedir que ele cresça; pois do contrário, em caso de guerra, aumentará o número dos nossos adversários e combaterá contra nós, para depois sair do país." Portanto impuseram a Israel inspetores de obras para tornar-lhe dura a vida com os trabalhos que lhe exigiam. Foi assim que ele construiu para Faraó as cidades armazéns de Pitom e de Ramsés. Mas, quanto mais os oprimiam, tanto mais se multiplicavam e cresciam; e os egípcios se inquietavam por causa dos filhos de Israel. Os egípcios obrigavam os filhos de Israel ao trabalho, e tornavam-lhes amarga a vida com duros trabalhos: a preparação da argila, a fabricação de tijolos, vários trabalhos nos campos, e toda espécie de trabalhos aos quais os obrigavam.	Capítulo I, vv. 8-12
A impiedade do novo rei e sua tendência para opressão social e o infanticídio.	O rei do Egito disse às parteiras dos hebreus, das quais uma se chamava Sefra e a outra Fua: "Quando ajudardes as hebreias a darem à luz, observai as duas pedras. Se for menino, matai-o. Se for menina, deixai-a viver." [...] Então, Faraó ordenou a todo o seu povo: "Jogai no Rio todo menino que nascer. Mas, deixai viver as meninas."	Capítulo I, vv. 15-16, 22
O nascimento daquele que seria o libertador de Israel como resultado do casamento de gente comum que teve que escondê-lo e criar estratégias para fugir do infanticídio decretado pelo novo rei.	Certo homem da casa de Levi foi tomar por esposa uma descendente de Levi, a qual concebeu e deu à luz um filho. Vendo que era bonito, escondeu-o por três meses. E como não pudesse mais escondê-lo, tomou um cesto de papiro, calafetou-o com betume e pez, colocou dentro a criança e a expôs nos juncos, à beira do Rio. De longe, uma irmã do menino observava o que lhe iria acontecer.	Capítulo II, vv. 1-4
O menino criado em dois mundos sociais: o israelita e o egípcio; um mundo de hierarquização sociopolítica e interação sociocultural.	Eis que a filha de Faraó desceu para se lavar no Rio, enquanto as suas criadas andavam à beira do Rio. Ela viu o cesto entre os juncos e mandou uma de suas servas apanhá-lo. Abrindo-o, viu a criança: era um menino que chorava. Compadecida, disse: "É uma criança dos hebreus!" Então a sua irmã disse à filha de Faraó: "Queres que eu vá e te chame uma mulher dos hebreus que possa criar esta criança?" 8ª filha de Faraó respondeu: "Vai." Partiu, pois, a moça e chamou a mãe da criança. A filha de Faraó lhe	Capítulo II, vv. 5-10

	disse: “Leva esta criança e cria-ma e eu te darei a tua paga.” A mulher recebeu a criança e a criou. Quando o menino cresceu, ela o entregou à filha de Faraó, a qual o adotou e lhe pôs o nome de Moisés, dizendo: “Eu o tirei das águas.”	
A morte do rei opressor, após os 40 anos que Moisés ficou escondido na cidade de Midiã.	Muito tempo morreu o rei do Egito, e os filhos de Israel, gemendo sob o peso da servidão, clamaram; e do fundo da servidão o seu clamor subiu até Deus. E Deus ouviu os seus gemidos; Deus lembrou-se da sua Aliança com Abraão, Isaac e Jacó.	Capítulo II, vv. 23-24
O início do cumprimento da vocação de Moisés como libertador de Israel.	Iahweh disse: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel, o lugar dos cananeus, dos heteus, dos amorreus, dos ferezeus, dos heveus e dos jebuseus. Agora, o clamor dos filhos de Israel chegou até mim, e vejo a opressão com que os egípcios os estão oprimindo. Vai, pois, e eu te enviarei a Faraó, para fazer sair do Egito o meu povo, os filhos de Israel.” Então disse Moisés a Deus: “Quem sou eu para ir a Faraó e fazer sair do Egito os filhos de Israel?” Deus disse: “Eu estarei contigo; e este será o sinal de que eu te enviei:’ quando fizeres o povo sair do Egito, vós servireis a Deus nesta montanha.”	Capítulo III, vv. 7-12

A Narrativa da Formação de Moisés do livro de Êxodo pode ser dividida da seguinte maneira:

1. Uma referência genealógica do libertador;
2. Uma descrição do sofrimento do povo nas mãos de um rei estrangeiro opressor;
3. Uma narrativa de infanticídio;
4. A sobrevivência do libertador através da providência divina;
5. A formação sociocultural do libertador em um mundo de dualidade política e sociocultural;
6. Um hiato de 40 anos entre a formação sociocultural do libertador e o cumprimento da vocação em si.

O historiador judeu Flávio Josefo também construiu uma narrativa sobre a formação de Moisés em sua obra “Antiguidades Judaicas”. Essa narrativa preservou a mesma forma literária do livro do Êxodo, mas acrescentou alguns elementos novos que, provavelmente, tinham a sua origem em uma tradição oral.

Tabela 4 – Análise temática da Narrativa da Formação de Moisés na obra “Antiguidades Judaicas”

TEMA/NARRATIVA	CONTEÚDO/PERÍCOPE	LOCALIZAÇÃO
O sofrimento do povo hebreu nas mãos dos egípcios durante 400 anos, um período de escravidão, edificação de monumentos, construção de edifícios e reorganização do espaço, a fim de perpetuar a memória do Faraó.	Como os egípcios são naturalmente preguiçosos e voluptuosos e só pensam no que lhes pode proporcionar prazer e proveito, eles olhavam com inveja a prosperidade dos hebreus e as riquezas que estes conquistavam com o trabalho. Conceberam mesmo certo temor pelo aumento do número deles. Tendo o tempo apagado a memória das obrigações que todo o Egito devia a José e tendo o reino passado a outra família, eles começaram a maltratar os israelitas e a oprimi-los com trabalhos. Empregaram-nos em cavar vários diques para deter as águas do Nilo e diversos canais para conduzi-las. Faziam-nos trabalhar na construção de muralhas para cercar as cidades e levantar pirâmides de altura prodigiosa, obrigando-os até mesmo a aprender, com dificuldade, artes e diversos ofícios. Quatrocentos anos assim se passaram, com os egípcios procurando sempre destruir a nossa nação, e os hebreus, ao contrário, esforçando-se por vencer todos esses obstáculos.	Livro II/V, 85
Os sábios egípcios informam ao rei sobre o tempo do nascimento de um menino hebreu que seria o libertador do povo e seria mais famoso que o rei.	Esse mal foi seguido por um outro, que aumentou ainda mais o desejo que os egípcios tinham de nos perder. Um dos doutores da sua lei, ao qual eles dão o nome de escribas das coisas santas e que passam entre eles por grandes profetas, disse ao rei que naquele mesmo tempo deveria nascer um menino entre os hebreus, cuja virtude seria admirada por todo o mundo, pois aumentaria a glória de sua nação e humilharia o Egito, e cuja reputação seria imortal.	Livro II/V, 86
O decreto da morte das crianças.	O rei, assustado com a predição e seguindo o conselho daquele que lhe fazia essa advertência, publicou um edito pelo qual ordenava que se deveriam afogar todas as crianças hebreias do sexo masculino e ordenou às parteiras do Egito que observassem exatamente quando as mulheres fossem dar à luz, porque não confiava nas parteiras de sua nação. Esse edito ordenava também que aqueles que se atrevessem a salvar ou criar alguma dessas crianças seriam castigados com a pena de morte, juntamente com toda a família.	Livro II/V, 86
A crueldade do rei não conseguiu impedir o nascimento do menino.	Tão cruel determinação cumulou de dor os israelitas porque, ficando obrigados a ser os assassinos dos próprios filhos e não podendo sobreviver a eles senão apenas alguns anos, a extinção da raça parecia inevitável. Mas é em vão que os homens empregam os seus esforços para resistir à vontade de Deus. O menino que havia sido vaticinado veio ao mundo, foi criado ocultamente, não obstante as ordens do rei, e todas as predições a seu respeito se realizaram.	Livro II/V, 86
	Um hebreu de nome Anrão, muito estimado entre os seus, vendo que a sua mulher estava grávida, ficou muito preocupado, por causa do edito que iria exterminar a sua nação. Recorreu então a Deus, rogando-lhe que tivesse compaixão de um povo que	Livro II/V, 87

A anunciação do nascimento e a revelação da vocação do menino como libertador de Israel. **Uma referência ao sacerdócio de Arão ou a supremacia da casta sacerdotal na sociedade judaica.**	sempre o havia adorado e fizesse cessar a perseguição que os ameaçava de ruína total. Deus, tocado por aquela oração, apareceu-lhe em sonho e disse-lhe que esperasse: que Ele se lembrava da piedade do povo e da de seus antepassados; que os recompensaria agora, tal como havia recompensado aqueles; que era por essa consideração que os fizera multiplicar-se, desde Abraão, quando este partiu sozinho da Mesopotâmia para a terra de Canaã, a quem Ele cumulou de bens e tornou a mulher fecunda, e os sucessores dele, aos quais outorgou províncias inteiras [...]. [...] O filho de que a sua mulher estava grávida era o menino de quem os egípcios temiam tanto o nascimento e por causa de quem faziam morrer todos os meninos dos israelitas; que ele viria, contudo, felizmente ao mundo, sem ser descoberto pelos encarregados daquela cruel devassa; que ele, contra todas as esperanças, seria criado e educado e libertaria o seu povo da escravidão; que tão grande feito eternizaria a sua memória, não somente entre os hebreus, mas entre todas as nações da terra; que, por mérito dele, o seu irmão seria educado até tornar-se um grande sacerdote, sendo que todos os descendentes deste seriam honrados com a mesma dignidade.	
O nascimento do menino.	Anrão narrou à sua esposa, de nome Joquebede, a visão que tivera, a qual, embora lhe fosse muito favorável, não lhes diminuiu o temor, porque não podiam deixar de se preocupar com a vida do filho. Além disso, parecia inacreditável a grande felicidade a eles prometida. Joquebede deu à luz, e viu-se que era verdadeira a predição do oráculo. Foi um parto feliz e fácil, que as parteiras egípcias nem chegaram a conhecer. Criaram secretamente a criança durante três meses. Então Anrão, por causa da ordem do rei, temendo ser descoberto e sofrer juntamente com o filho a pena de morte e com receio de que assim o que lhe fora predito não se cumprisse, julgou conveniente abandonar à providência de Deus a conservação de uma criança que lhe era tão cara.	Livro II/V, 87
O menino criado em dois mundos sociais: o israelita e o egípcio; um mundo de hierarquização sociopolítica e interação sociocultural.	Após tomar essa resolução, ele e a mulher fizeram um berço de juncos do tamanho da criança e, para impedir que a água nele penetrasse, revestiram-no de betume. Puseram dentro o menino e colocaram o berço sobre as águas do rio, abandonando-o à Providência. Miriã, irmã do menino, por ordem de sua mãe, foi para o outro lado do Nilo ver o que aconteceria. [...] Como o berço flutuasse ao sabor das águas, Termutis, filha do rei, que passeava pela margem do rio, avistou-o e ordenou a alguns dos que a acompanhavam que a nado fossem ajudá-lo. Trouxeram-no, e ela ficou tão encantada com a beleza da criança que não se cansava de contemplá-la. Resolveu então tomar o menino aos seus cuidados	Livro II/V, 87

	e mandar ajudá-lo. De sorte que, por um favor de Deus assaz extraordinário, ele foi criado no mesmo lugar onde queriam a sua morte e a ruína de sua nação.	
A formação sociocultural de Moisés.	À medida que Moisés crescia, demonstrava muito mais espírito e inteligência que o permitido pela sua idade. Mesmo brincando, dava sinais de que um dia seria alguém extraordinário. Quando completou três anos, Deus fez brilhar em seu rosto uma tão grande beleza que as pessoas, mesmo as mais austeras, ficavam arrebatadas. Ele atraía sobre si os olhares de todos os que o encontravam e, por mais pressa que tivessem, eram obrigados a parar para contemplá-lo.	Livro II/V, 87

A descrição de Flávio Josefo possui pontos em comum com a narrativa escrita original, porém é mais ampla e mais minuciosa. O historiador judeu procurou preencher várias lacunas existentes na narrativa do livro do Êxodo. Josefo se aprofunda bastante nos detalhes da vida de Moisés. Ele trata da sua formação sociocultural, atuação militar, bem como das diversas investidas egípcias para tirar a vida dele por causa de intrigas palacianas e do medo que se tinha de que o rei perdesse seu *status* político. Essas disputas, e não somente o assassinato de um egípcio, levaram Moisés para Midiã, onde durante um período ele vai permanecer na obscuridade até a hora de exercer sua vocação.

O "Moisés de Antiguidades Judaicas" era mais preparado para o exercício da sua vocação como libertador de Israel que o "Moisés do Êxodo". Estaríamos assim diante de um "*Midrash* de Moisés". Talvez fosse a essa tradição oral que o escritor do livro de "Atos dos Apóstolos" se referia quando disse que "foi Moisés iniciado em toda a sabedoria dos egípcios, e tornou-se poderoso em suas palavras e obras" (ATOS DOS APÓSTOLOS, Capítulo VII, v. 22). Similarmente ao escritor cristão, o historiador judeu Flávio Josefo também fez uma observação sobre a educação de Moisés, embora tais informações não estejam na narrativa do Êxodo.

> [...] à medida que Moisés crescia, demonstrava muito mais espírito e inteligência que o permitido pela sua idade. Mesmo brincando, dava sinais de que um dia seria alguém extraordinário. Quando completou três anos, Deus fez brilhar em seu rosto uma tão grande beleza que as pessoas, mesmo as mais austeras, ficavam arrebatadas. Ele atraía sobre si os olhares de todos os que o encontravam e, por mais pressa que tivessem, eram obrigados a parar para contemplá-lo. [...] A princesa fê-lo educar com grande desvelo, e quanto mais os hebreus se alegravam tanto mais os egípcios se atemorizavam. [...] Logo que o menino, criado e educado dessa maneira, chegou à idade de poder dar provas de sua coragem, praticou atos de bravura que não permitiram mais dúvidas quanto à veracidade do que se havia sido predito, isto é, que ele elevaria a glória de sua nação e humilharia os egípcios (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro II/V, 87-88).

Aliás, posteriormente, o "Jesus de Lucas" será tão preparado e inteligente quanto esse "Moisés". Na lógica discursiva do "Evangelho de Lucas", o menino Jesus cresce tanto

fisicamente quanto intelectual, social e espiritualmente. O menino “Jesus de Lucas” possuía condições para interrogar, discutir, e responder as perguntas que os mestres do templo faziam sobre a Torá escrita e sobre a tradição oral, e isso com apenas 12 anos de idade. Entretanto, curiosamente, o “Moisés do Êxodo” era bem mais comedido.

A comunidade mateana construiu a sua “Narrativa da Formação de Jesus” a partir da narrativa do Êxodo e da tradição oral, como fizera Flávio Josefo. Como Moisés, o “Jesus de Mateus” pertencia a uma família comum, mas de linhagem direta com a aristocracia judaica. Se Moisés era um levita, o “Jesus de Mateus” seria um Judeu, descendente de Davi, em uma época em que durante muito tempo o sumo-sacerdócio e a realeza, o templo e o palácio, permaneceram unidos. Mesmo que essa não fosse a realidade na época dos escritos de Mateus, ela era a aspiração das diversas comunidades judaicas. Muitos aguardavam o dia em que o reino de Israel seria restabelecido a partir da chegada de um Messias, o momento em que mais uma vez a realeza e o sacerdócio seriam unificados e Jerusalém retornaria ao *status* de lugar de encontro entre o Deus de Israel e os demais povos do mundo.

Ambos os protagonistas das narrativas foram anunciados sobrenaturalmente aos pais antes do nascimento. A vocação deles como libertadores de um povo que estava sendo oprimido politicamente, explorado economicamente e subjugado socialmente era mais um ponto comum. Como Moisés, o “Jesus de Mateus” escapou de um infanticídio promovido por um rei estrangeiro que explorava o povo e usava ele para construir monumentos, erigir edifícios, edificar templos, reorganizar o espaço público e embelezar a cidade. No caso da narrativa de Mateus, esse rei seria Herodes Magno. Os dois foram educados em um mundo de dualidade social e diversidade cultural. A trajetória dos dois foi anunciada por sábios. Como Moisés, “Jesus de Mateus” também tem um período enigmático em sua trajetória de vida. Ele saiu de cena ainda infante, escondido em um vilarejo de Nazaré por causa da Dinastia Herodiana, assim como Moisés passou um longo tempo em Midiã, na casa do sacerdote Jetro. Vejamos como o “Evangelho de Mateus” construiu a “Narrativa da Formação de Jesus”.

Tabela 5 – Análise temática da Narrativa da Formação de Jesus no “Evangelho de Mateus”

TEMA/NARRATIVA	CONTEÚDO/PERÍCOPE	LOCALIZAÇÃO
A referência genealógica e a descrição das relações de parentesco de Jesus.	Livro da origem de Jesus Cristo, filho de Davi, filho de Abraão [...]. [...] Jacó gerou José, o esposo de Maria, da qual nasceu Jesus chamado Cristo. Portanto, o total das gerações é: de Abraão até Davi, quatorze gerações; de Davi até o exílio na Babilônia, quatorze gerações; e do exílio na Babilônia até Cristo, quatorze gerações.	Capítulo I, v. 1-17
A anunciação do nascimento e a revelação da vocação do menino como libertador de Israel. **O nascimento daquele que seria o libertador de Israel como resultado do casamento de gente comum.**	A origem de Jesus Cristo foi assim: Maria, sua mãe, comprometida em casamento com José, antes que coabitassem, achou-se grávida pelo Espírito Santo. José, seu esposo, sendo justo e não querendo denunciá-la publicamente, resolveu repudiá-la em segredo. Enquanto assim decidia, eis que o Anjo do Senhor manifestou- se a ele em sonho, dizendo: “José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho e tu o chamarás com o nome de Jesus, pois ele salvará o seu povo dos seus pecados”. Tudo isso aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor havia dito pelo profeta: Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho e o chamarão com o nome de Emanuel, o que traduzido significa: “Deus está conosco”. José, ao despertar do sono, agiu conforme o Anjo do Senhor lhe ordenara e recebeu em casa sua mulher. Mas não a conheceu até o dia em que ela deu à luz um filho. E ele o chamou com o nome de Jesus.	Capítulo I, v. 18-25
Os sábios, os chefes dos sacerdotes e os escribas do povo informam ao rei sobre o tempo do nascimento de um menino judeu que seria o libertador do povo e seria mais famoso ele.	Tendo Jesus nascido em Belém da Judeia, no tempo do rei Herodes, eis que vieram magos do Oriente a Jerusalém, perguntando: “Onde está o rei dos judeus recém-nascido? Com efeito, vimos” a sua estrela no seu surgir e viemos homenageá-lo”. Ouvindo isso, o rei Herodes ficou alarmado e com ele toda Jerusalém. E, convocando todos os chefes dos sacerdotes e os escribas do povo, procurou saber deles onde havia de nascer o Cristo. Eles responderam: “Em Belém da Judeia, pois é isto que foi escrito pelo profeta: E tu, Belém, terra de Judá, de modo algum és o menor entre os clãs de Judá, pois de ti sairá um chefe que apascentará Israel, o meu povo”. Então Herodes mandou chamar secretamente os magos e procurou certificar-se com eles a respeito do tempo em que a estrela tinha aparecido.	Capítulo II, v. 1-7
O sinal miraculoso de que o nascimento do menino se tratava de uma intervenção divina na sociedade oprimida.	E, enviando-os a Belém, disse-lhes: “Ide e procurai obter informações exatas a respeito do menino e, ao encontrá-lo, avisai-me, para que também eu vá homenageá-lo”. A essas palavras do rei, eles partiram. E eis que a estrela que tinham visto no seu surgir ia à frente deles até que parou sobre o lugar onde se encontrava o menino. Eles, revendo a estrela, alegraram-se imensamente. Ao entrar na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, e, prostrando-se, o homenagearam. Em seguida, abriram seus cofres e ofereceram-lhe presentes: ouro, incenso e mirra. Avisados em sonho que não voltassem a Herodes, regressaram por outro caminho para a sua região.	Capítulo II, v. 8-12

A impiedade do rei e sua tendência para opressão social e o infanticídio. O menino criado em dois mundos sociais: o israelita e o egípcio; um mundo de hierarquização sociopolítica e interação sociocultural.	Após sua partida, eis que o Anjo do Senhor se manifestou em sonho a José e lhe disse: "Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito. Fica lá até que eu te avise, porque Herodes vai procurar o menino para o matar". Ele se levantou, tomou o menino e sua mãe, durante a noite, e partiu para o Egito. Ali ficou até a morte de Herodes, para que se cumprisse o que dissera o Senhor por meio do profeta: Do Egito chamei o meu filho. Então Herodes, percebendo que fora enganado pelos magos, ficou muito irritado e mandou matar, em Belém e em todo seu território, todos os meninos de dois anos para baixo, conforme o tempo de que havia se certificado com os magos. Então cumpriu-se o que fora dito pelo profeta Jeremias: Ouviu-se uma voz em Ramá, choro e grande lamentação: Raquel chora seus filhos e não quer consolação, porque eles já não existem.	Capítulo II, v. 13-18
A morte do rei opressor e retorno do menino para sua terra natal.	Quando Herodes morreu, eis que o Anjo do Senhor se manifestou em sonho a José, no Egito, e lhe disse: "Levanta-te, toma o menino e sua mãe e vai para a terra de Israel, pois os que buscavam tirar a vida ao menino já morreram". Ele se levantou, tomou o menino e sua mãe e entrou na terra de Israel. Mas, ouvindo que Arquelau era rei da Judeia em lugar de seu pai Herodes, teve medo de ir para lá. Tendo recebido um aviso em sonho, partiu para a região da Galileia e foi morar numa cidade chamada Nazaré, para que se cumprisse o que foi dito pelos profetas: Ele será chamado Nazareno.	Capítulo II, v. 19-23

Se avançássemos mais nessas narrativas, veríamos outras similaridades. Por exemplo, tanto Moisés quanto Jesus iniciaram suas jornadas em regiões desérticas. Moisés procurou os anciãos do povo quando começou o seu ofício. Jesus procurou João Batista. Moisés foi retirado das águas. Jesus emergiu do rio Jordão. O legislador hebreu passou 40 anos no deserto antes de iniciar o seu trabalho. O nazareno passou 40 dias até que de lá saiu para caminhar rumo ao centro da Terra Prometida, a cidade de Jerusalém. Moisés subiu ao Monte Sinai e desceu de lá com as leis de Israel. Jesus subiu em um monte e lá deu aos seus seguidores uma nova Torá.

Depois de tantas similaridades discursivas, não é de se estranhar que a imagem de Herodes fosse naturalmente atrelada ao Faraó infanticida do tempo de Moisés. As mulheres de Belém choraram da mesma forma que as mães hebreias do antigo Egito. Entretanto, nas narrativas sobre a formação de Moisés, o algoz era o Faraó. E aqui, no "Evangelho de Mateus", a fim de defender a ideia de que Moisés tipificava Jesus de Nazaré, bem como, com o objetivo de desenvolver uma Torá escrita para os adeptos de sua comunidade no século I d.C., Mateus importou as características do Faraó da Torá e as enxertou no rei Herodes.

Tabela 6 – Análise Comparativa entre a Narrativa da Formação de Moisés e a Narrativa da Formação de Jesus de Nazaré no "Evangelho de Mateus", "Livro do Êxodo e na obra "Antiguidades Judaicas"

	Evangelho de Mateus	**Livro do Êxodo**	**Antiguidades Judaicas**
Narrativa de Origem	Narrativa Escrita Original e Tradição Oral	Tradição Oral	Narrativa Escrita Original e Tradição Oral
Povo Referente	Israel	Israel	Israel
Localização	Judeia	Egito	Egito
Contexto Histórico	Domínio político romano através de Herodes. Processo de urbanização e embelezamento das cidades. Opressão popular. Sociedade escravista.	Domínio político egípcio. Processo de construção e embelezamento das cidades. Opressão popular. Sociedade escravista.	Domínio político egípcio. Processo de construção e embelezamento das cidades. Opressão popular. Sociedade escravista.
Mensageiro	Anjo do Senhor: um mensageiro do Deus de Abraão, Isaque e Jacó (Patriarcas)	-	Deus de Abraão, Isaque e Jacó (Patriarcas)
Mensagem	O fim da opressão mediante o nascimento de um menino especial, através de uma gravidez miraculosa.	-	O fim da opressão mediante o nascimento de um menino especial, através de uma gravidez miraculosa.
Personagens Principais	Jesus, alguém deveria conduzir o povo de volta ao Deus de Israel, uma teofania em mundo de opressão.	Moisés, alguém que foi forjado pelo Deus de Israel para ser um grande libertador e legislador.	Moisés, alguém que atraía as pessoas para si naturalmente desde o nascimento.
Vocação	Libertador (escravidão ressignificada, *status* espiritual)	Libertador (escravidão, *status* sociopolítico)	Libertador (escravidão, *status* sociopolítico)
Coadjuvantes	José e Maria (pais)	Certo homem e certa mulher da tribo de Levi (pais)	Anrão e Joquebede (pais)
	Os magos do Oriente	-	Os escribas ou sábios do Egito
	Os chefes dos sacerdotes e os escribas do povo		
	O rei Herodes, um rei construtor, opressor, cruel e infanticida	O Faraó, um rei construtor, opressor, cruel e infanticida	O Faraó, um rei construtor, opressor, cruel e infanticida
Outros Personagens	-	As parteiras Sifra e Fua	-
	-	A filha do Faraó	Termutis
	-	A irmã de Moisés	Miriã
	A Estrela	-	O Nilo

A similaridade discursiva entre a "Narrativa da Formação de Moisés" e a "Narrativa da Formação de Jesus" foi intencional. Ela abrangia a *ressignificação* tanto de fatos quanto de personagens, a fim de que a comunidade mateana, que era predominantemente judaica, tivesse também elementos socioculturais que expressassem continuidades, amenizando assim o

impacto cultural que a reorganização da vida sociorreligiosa ocasionaria nos indivíduos que a integravam. Logo, o "Herodes do Evangelho de Mateus", como os demais Herodes que vimos até aqui, também se trata de um *sujeito discursivo*. Entretanto, diferentemente das outras produções literárias, no "Evangelho de Mateus", o rei dos *judeanos* ocupa um papel secundário. Ele se trata de um mero coadjuvante cujo *lugar discursivo* foi milimetricamente construído para que sua atuação contribuísse para o propósito maior que era a *fama* de Jesus de Nazaré. Logo, a *fama* de Jesus de Nazaré foi desenvolvida também a partir da *infâmia* de Herodes, um rei que entraria para História Eclesiástica sob o estigma de um cruel infanticida.

Depois da popularização do "Evangelho de Mateus", Herodes também se tornou um marco temporal para época natalícia do Jesus Histórico, bem como, uma espécie de *representação* dos opositores ao *cristianismo nascente*, conforme registraram Mateus e Lucas em suas narrativas, afirmando que Jesus nascera no tempo do rei Herodes. Assim, conforme outras literaturas iam sendo produzidas no interior das comunidades cristãs, gradativamente o discurso mateano sobre Herodes Magno foi se integrando a *memória discursiva* de outras alocuções, gerando novas *formações imaginárias*. Essas formações transformaram o que deveria ser uma simples alusão narrativa na imagem mais famosa do rei dos *judeanos*. Isso se pode perceber nos demais discursos da Literatura Cristã Antiga.

Um deles foi o "Protoevangelho de Tiago": uma obra que ficou também conhecida como "Evangelho de Tiago" ou "Evangelho da Infância de Tiago". Não se sabe exatamente qual foi o período de produção dessa obra, porém, alguns historiadores entendem que ela data do século II d.C. Ainda existem aqueles que defendem que esse evangelho seria mais antigo que os evangelhos canônicos e que, em certo sentido, tenha servido como *memória discursiva* para eles. De qualquer forma, a data de produção permanece incerta e as informações sobre o autor são bem imprecisas. Tiago, o *sujeito locutor* da narrativa, afirma que escreveu o seu evangelho por ocasião da morte do rei Herodes (PROTO-EVANGELHO DE TIAGO, Capítulo XXV, v. 1). No entanto, o conteúdo da obra, com relatos de acontecimentos posteriores a esse recorte historiográfico, compromete essa informação.

Como esse evangelho narra a história do nascimento e a infância de Maria, ele também ficou conhecido pelo título "Natividade de Maria". O "Protoevangelho de Tiago" também dedica alguns capítulos ao nascimento de Jesus. Logo, essa obra se encontra entre as produções literárias que, no universo da Literatura Cristã Antiga, deixou para a posteridade uma narrativa sobre o rei dos *judeanos*. Vejamos quais eram as características desse Herodes.

> E José dispôs-se a partir para a Judeia. Por essa ocasião sobreveio um grande tumulto em Belém, pois vieram uns magos dizendo: "Onde está o recém-nascido Rei dos

> Judeus, pois vimos sua estrela no Oriente e viemos para adorá-lo?" Herodes, ao ouvir isto, perturbou-se, enviou seus emissários aos magos e convocou os príncipes e os sacerdotes fazendo-lhes esta pergunta: "Que está escrito em relação ao Messias? Onde ele vai nascer?" E eles responderam: "Em Belém da Judeia, segundo rezam as escrituras". Com isto, despachou-os e interrogou os magos com estas palavras: "Qual o sinal que vistes em relação ao nascimento desse rei?" Responderam-lhe os magos: "Vimos um astro muito grande que brilhava entre as demais estrelas e as eclipsava, fazendo-as desaparecer. Nisto soubemos que a Israel havia nascido um rei, e viemos com a intenção de adorá-lo." então replicou Herodes: "Ide e buscai-o para que também possa eu ir adorá-lo." Naquele instante aquela estrela, que haviam visto no Oriente, voltou novamente a guiá-los até que chegaram à caverna e pousou sobre a entrada dela. Vieram, então, os magos a ter com o Menino e sua Mãe, Maria, e tiraram oferendas de seus cofres: ouro, incenso e mirra. Mas, avisados por um anjo para que não entrassem na Judeia, voltaram a suas terras por outro caminho. Ao dar-se conta Herodes de que havia sido enganado pelos magos, encolerizou-se e enviou seus sicários, dando-lhes a missão de assassinar a todos os meninos de menos de dois anos. E quando chegou até Maria a notícia da matança das crianças, encheu-se de temor e, envolvendo seu filho em fraldas, colocou-o numa manjedoura (PROTO-EVANGELHO DE TIAGO, Capítulos XXI-XXII).

Em primeiro lugar, a mesma estrutura literária que compõe a narrativa mateana está presente na alocução do "Protoevangelho de Tiago": temos um nascimento virginal em Belém; a chegada dos magos no palácio de Herodes com a notícia do nascimento; a indagação de Herodes aos sacerdotes sobre o local de nascimento da criança; o pedido de Herodes aos magos; o encontro dos magos com o menino e a entrega de presentes: ouro, incenso e mirra; o aviso de um anjo sobre as más intenções de Herodes; o retorno dos magos por outro caminho; e a decisão do rei dos *judeanos* de assassinar as crianças do sexo masculino até dois anos de idade.

Alguns elementos do cenário foram *ressignificados*. Em vez de uma casa, temos uma caverna. A utilização de uma manjedoura, vincula o "Protoevangelho de Tiago" ao "Evangelho de Lucas", já que a narrativa mateana não presta essa informação. Os personagens também se repetem: José e Maria, os magos, o anjo, o rei Herodes, os sacerdotes, a estrela, o menino recém-nascido. Entretanto, Tiago associa a ação herodiana aos sicários, ou seja, o Herodes do "Protoevangelho de Tiago" não seria tão amigo dos romanos quanto as narrativas tradicionais. Mais que simples homens carregando uma adaga, os sicários pertenciam a um grupo organizado que tinha como objetivo livrar a Judeia do domínio romano, bem como, eliminar pela força da adaga todos os judeus que se beneficiavam politicamente da condição sociopolítica desfavorável da Judeia.

Em segundo lugar, o "Herodes do Protoevangelho de Tiago" não se trata apenas de um infanticida, mas, também de um perseguidor implacável do judaísmo. Tiago informa que:

> [...] quando Isabel inteirou-se de que também buscavam a seu filho João, pegou-o e levou-o a uma montanha e pôs-se a ver onde o haveria de esconder; mas não havia um lugar bom para isso. E, entre soluços, exclamou em voz alta: "Oh Montanha de Deus, recebe em teu seio a mãe com seu filho" (pois que não podia subir mais alto). E nesse instante abriu a montanha suas entranhas para ajudá-los. Acompanhou-os uma grande

> luz, pois estava com eles um anjo de Deus para ajudá-los. Mas Herodes prosseguia na busca de João, e enviou seus emissários a Zacarias para que lhe dissessem: "Onde escondeste teu filho?" Mas ele respondeu desta maneira: "Eu me ocupo do serviço de Deus e me encontro sempre no templo. Não sei onde está meu filho." Os emissários informaram a Herodes tudo o que se passara, e ele encolerizou-se muito, dizendo consigo mesmo: "Deve ser seu filho que vai reinar em Israel". E enviou um outro recado dizendo-lhe: "Diga-nos a verdade sobre onde está teu filho, porque do contrário bem sabes que teu sangue está sob minhas mãos". Mas Zacarias respondeu: "Serei mártir do Senhor" te atreveres a derramar meu sangue, porque minh'alma será recolhida pelo Senhor ao ser segada uma vida inocente no vestíbulo do santuário." E ao romper da aurora foi assassinado Zacarias, sem que os filhos de Israel se dessem conta desse crime (PROTO-EVANGELHO DE TIAGO, Capítulos XXIII-XXIV).

Logo, o "Herodes do Protoevangelho de Tiago" se trata de um assassino de sacerdotes, um infanticida, um rei que na sua ânsia pela preservação de seu *status* político rompeu com os princípios da Torá, se associou a assassinos, perseguiu o Messias e não teve limites para sua crueldade.

Outra narrativa sobre a infância de Jesus também pode ser observada no "Evangelho de Pedro": um escrito que foi encontrado no Egito, ao final do século XIX, e que provavelmente foi produzido entre o final do século I e meados do século II d.C. O sujeito locutor do "Evangelho de Pedro" procura preencher várias lacunas sobre a infância de Jesus, principalmente, sobre o período que ele passou com seus pais no Egito. Ele apresenta um Messias que desde a sua infância se familiarizara com as demais culturas orientais.

Nessa produção literária também encontramos uma referência ao rei Herodes. Em primeiro lugar temos uma alusão ao mesmo fato narrado por textos anteriores: a visita dos magos e a informação sobre o nascimento de um novo rei. O "Evangelho de Pedro" afirma também que os magos identificaram o nascimento de acordo com as afirmações de Zoroastro.

> Herodes, vendo que os magos não retornavam a encontrá-lo, reuniu os sacerdotes e os doutores e disse-lhes: - Mostrai-me onde deve nascer o Cristo. Quando responderam que era em Belém, cidade da Judeia, Herodes pôs-se a tramar, em seu espírito, o assassinato do Senhor Jesus (EVANGELHO DE PEDRO Apud RODRIGUES, 2004, p. 657).

Em segundo lugar, podemos perceber que a reação do rei dos *judeanos* foi similar as demais narrativas, ordenando assim o massacre das crianças, ação que foi ressignificada a partir de novos acontecimentos na trajetória da família de Jesus, enquanto essa estava no Egito.

> Assim se cumpriu a profecia que diz: - Chamei o meu filho do Egito. Quando José e Maria souberam que esse ídolo se havia quebrado, foram tomados de medo e de espanto e diziam: - Quando estávamos na terra de Israel, Herodes queria que Jesus morresse e, com esta intenção, ele ordenou o massacre de todas as crianças de Belém e das vizinhanças. É de se temer que os egípcios nos queimem vivos, se eles souberem que esse ídolo caiu (EVANGELHO DE PEDRO Apud RODRIGUES, 2004, p. 657).

No entanto, temos mais uma *ressignificação*. O "Herodes do Evangelho de Pedro" mandou assassinar não só as crianças de Belém, mas, também, os infantes das regiões adjacentes. Provavelmente isso aconteceu a fim de ampliar o perímetro da sua ação e reduzir a probabilidade de fuga. O infanticídio de Herodes no "Evangelho de Pedro" teve uma extensão bem maior que nas demais narrativas, como se grande parte da Judeia lamentasse a perda de seus descendentes e a possibilidade de que a história das famílias fossem lançadas no esquecimento. Depois de três anos fora da Judeia, após a morte do rei Herodes, José, Maria e Jesus retornaram do Egito e, com medo de Arquelau, o sucessor de Herodes, decidiram morar em Nazaré.

Outra produção da Literatura Cristã Antiga que fez uso dos mesmos elementos discursivos de a narrativa da "Infância de Jesus" que integra o "Evangelho de Pedro" foi a obra "Evangelho de Pseudo-Tomé", um escrito do datado entre os séculos I e II d.C. Esse evangelho foi objeto de duas ampliações posteriores, ao longo do século V d.C. Essas reedições resultaram nas obras o "Evangelho Árabe da Infância de Jesus"[112], uma narrativa mais fiel ao texto original, e o "Evangelho Armênio da Infância de Jesus", no qual temos apenas alguns excertos. Entretanto, apesar de o "Herodes do Evangelho Armênio da Infância de Jesus" ser um indivíduo demasiadamente interessado no universo sociocultural dos magos, inclusive profundamente interessado na história do povo de origem dos seus visitantes, não temos nenhum dado novo sobre o rei dos *judeanos* nessas obras. O máximo que poderíamos afirmar com a análise do Herodes que emerge desses excertos seria a construção da imagem de um rei favorável ao estabelecimento de relações socioculturais recíprocas entre os judeus e os demais povos do Oriente (EVANGELHO ARMÊNIO DA INFÂNCIA DE JESUS, Capítulos X-XII). Isso, sem prejuízo das imagens de crueldade e de infanticídio que permanecem no cerne da *memória discursiva* de todas essas narrativas.

Embora a obra "Atos de Pilatos" ou "Evangelho de Pilatos" também mencione o rei Herodes em sua lógica discursiva, ela não apresenta nenhum dado novo sobre o rei dos *judeanos*. Essa produção literária composta entre os séculos II e IV d.C. usa o nome de Herodes apenas para confirmar que aquele Jesus de Nazaré, que estava diante de Pôncio Pilatos sendo acusado pelos judeus, se tratava da mesma criança que o rei dos *judeanos* procurava por ocasião do massacre das crianças em Belém.

[112] O "Evangelho Árabe da Infância de Jesus" menciona o rei Herodes nas narrativas dos capítulos 7-9, 12 e 26. A ênfase também está no infanticídio e perseguição ao Messias após a visita dos magos.

> [...] E, levantando-se do tribunal, dispôs-se a sair. Mas os judeus começaram a gritar, dizendo: "Nós reconhecemos como rei a César e não a Jesus. E ainda mais, os Magos vieram oferecer-lhe dons trazidos do Oriente como para o seu rei; e quando Herodes tomou conhecimento através dessas personagens de que um rei havia nascido, tentou acabar com ele. Mas seu pai José tomou ciência do fato e levou-o juntamente com a mãe, e fugiram todos para o Egito. E quando Herodes soube disso, exterminou os filhos dos hebreus que haviam nascido em Belém". [...] Quando Pilatos ouviu estas palavras, temeu, e depois de impor silêncio às turbas, já que estavam gritando, disse-lhes: "Então é este aquele a quem Herodes buscava?" Os judeus responderam: "Sim, é este". Então Pilatos pegou água e lavou suas mãos, de frente para o sol, dizendo: "Sou inocente do sangue deste justo; vós vereis", E novamente os judeus começaram a gritar: "Seu sangue sobre nós e sobre nossos filhos" (ATOS DE PILATOS, Capítulo IX, vv. 3-4).

Essa perícope evidencia que a narrativa mateana continuava integrando a *memória discursiva* dos escritos da Literatura Cristã Antiga, independentemente, do recorte e historiográfico e das diferentes *condições de produções* dos mais variados discursos sobre infância de Jesus de Nazaré. Uma narrativa interessante que inseriu um elemento novo, na imagem que os discursos da Literatura Cristã Antiga construíram para o rei Herodes, é a obra "História de José, o Carpinteiro", uma produção literária do século IV ou V d.C., cuja narrativa gira em torno de alguns discursos de Jesus sobre a vida de José e a importância dele para sua formação sociocultural.

> "Satanás deu um conselho a Herodes o Grande, pai de Arquelau, aquele que fez decapitar meu querido parente João. E assim ele me procurou para tirar-me a vida, porque pensava que meu reino era deste mundo. Meu Pai manifestou isto a José numa visão, e este pôs-se imediatamente em fuga levado consigo a mim e à minha mãe, em cujos braços eu ia deitado. Salomé também nos acompanhava. Descemos, então, até o Egito e ali permanecemos por um ano, até que o corpo de Herodes foi presa da corrupção como castigo justo pelo sangue dos inocentes que ele havia derramado, e dos quais já nem se lembrava. "Quando o iníquo Herodes deixou de existir, voltamos a Israel e fomos viver em uma vila da Galileia chamada Nazaré. E meu pai José, o bendito ancião, continuava exercendo o ofício de carpinteiro, graças ao que podíamos viver. Jamais poder-se-á dizer que ele comeu seu pão de graça, mas sim que se conduzia de acordo com o prescrito na lei de Moisés (HISTÓRIA DE JOSÉ, O CARPINTEIRO, Capítulos VIII-IX).

Percebe-se que até aqui o rei dos *judeanos* ainda não tinha sido chamado de iníquo, apesar de suas ações terem sido caracterizadas como cruéis e encolerizadas. Na cultura cristã, o iníquo se trata de alguém que não tem a menor possibilidade de se redimir ou mudar a sua condição. Ele está mergulhado no vício, na malignidade e suas ações sempre serão contrárias a ética, a virtude e a justiça. Aqui, na "História de José, o Carpinteiro", é o próprio Jesus de Nazaré que o define como iníquo e ainda afirma que ele recebeu conselhos de Satanás. Na lógica discursiva dessa obra, Herodes jamais seria um rei favorecido pelo Deus de Israel. Muito pelo contrário, conforme o discurso de Flávio Josefo, a forma como ele terminou seus dias teria sido um castigo da divindade. Assim, Herodes agora seria um rei infanticida, iníquo e cruel que

ouvia conselhos do próprio satanás e que seria sempre objeto da ira divina. No entanto, os elementos narrativos que compõem a *memória discursiva* das alocuções anteriores, como o massacre das crianças de Belém, a fuga da família de Jesus para o Egito e o retorno depois da morte de Herodes para Nazaré se mantém também nessa narrativa.

A última produção da Literatura Cristã Antiga que caracteriza o rei dos *judeanos* é a obra "Caverna dos Tesouros", uma produção siríaca que possui data e autoria incertas, embora alguns historiadores defendam que se trata de uma obra do século IV d.C. Essa obra faz uma compilação de todas as informações sobre Herodes que expusemos aqui. A *memória discursiva* dessa narrativa apresenta subsídios das obras de Flávio Josefo e da Literatura Cristã Antiga. No entanto, dois elementos novos foram acrescentados: 1) a informação de que o rei dos *judeanos* foi sentenciado a uma espécie de "inferno" por causa de suas ações; 2) a ciência de que Herodes conseguiu alcançar o intento de assassinar também os judeus para que todos lamentassem a sua morte, circunstância que segundo Flávio Josefo foi evitada por Salomé.

> [...] Herodes foi imediatamente atingido pelo castigo de Deus, sem compaixão; caiu doente. Seu hálito era pestilento e seu corpo estava sendo devorado pelos vermes; assim, ele foi castigado com um tormento indizível, a ponto de as pessoas não conseguirem mais aproximar-se dele por causa do seu cheiro horrível. Nesse cruel sofrimento, sua alma foi descansar nas trevas exteriores. Mas ainda antes de morrer conseguiu praticar grande maldade, pois ordenara ao seu filho Arquelau e à sua irmã Salomé: "Tão logo eu estiver morto, sejam eliminados todos aqueles que eu mandei colocar na prisão!" Na realidade, ele havia separado uma pessoa de cada casa e posto na cadeia, dizendo: "Eu sei muito bem que os judeus alegrar-se-ão imensamente com a minha morte. Mas para que eles não exultem enquanto estareis tristes e em pranto, todos os encarcerados deverão ser mortos, para que após a minha morte todos guardem luto, embora não o queiram!" As suas ordens foram cumpridas. Isso feito, não houve uma única casa em toda Judá onde não reinasse o luto, como aconteceu no Egito no tempo de Moisés (CAVERNA DOS TESOUROS, capítulo 48, vv. 9-11).

Paralelamente a produção dos textos extracanônicos que compõem a Literatura Cristã Antiga, temos a Literatura Patrística. Aliás, foi exatamente a atuação e os escritos dos chamados "Pais da Igreja", bem como, os documentos dos concílios ecumênicos, durante processo de institucionalização do cristianismo, que definiram quais escritos seriam revestidos de canonicidade. A produção literária do Período Patrístico também legou para a posteridade alguns discursos sobre a atuação política do rei Herodes. Esse período se refere ao momento histórico em que as comunidades cristãs conjugavam o binômio *identidade/alteridade*, a fim de definir quais seriam os seus escritos sagrados, seus métodos interpretativos, sua forma de organização eclesiástica, bem como, o modelo de expressão litúrgica, culminando em uma igreja institucionalizada. Esse período perdurou até o século VII, com os escritos de Santo

Isidoro de Sevilha, no Ocidente, e até o século VIII, com as produções de São João Damasceno, no Oriente.

Geralmente, a História da Igreja divide o Período Patrístico em três momentos históricos:

1. Período Pré-niceno, que se refere ao momento que antecede o concílio ecumênico de Niceia (324-325 d.C.) e compreende os escritos surgidos entre o século I e início do século IV d.C.;
2. Período Niceno, que compreende os escritos surgidos no século IV d.C.;
3. Período Pós-niceno, que por sua vez vai do século V ao VIII d.C.

   Frequentemente, as produções literárias do período Pré-niceno são agrupadas em textos dos "Pais Apostólicos", produções dos "Pais Apologistas" e escritos das escolas exegéticas. Essa divisão geralmente é feita considerando o conteúdo e o estilo literário de cada documentação. Além disso, o Período Patrístico possui diversas escolas interpretativas. As Escolas Orientais tinham a sua origem nas cidades de Alexandria, Capadócia, Cesareia da Palestina e Antioquia. Já, as Escolas Ocidentais, mais ligadas ao cristianismo romano, são representadas pelos autores latinos, como por exemplo: Santo Ambrósio, São Jerônimo; Santo Agostinho, Papa Gregório Magno e o Arcebispo Santo Isidoro de Sevilha.

Como acontecera na Literatura Cristã Antiga, diversos autores do Período Patrístico também mencionaram o rei Herodes em seus discursos. A maioria deles se encontra no Período Pré-niceno e está inserida no processo de institucionalização do cristianismo. A tabela a seguir demonstrará o desenvolvimento do *discurso dominante* sobre o rei dos judeanos e evidenciará a imagem que se perpetuou na memória dos *sujeitos interlocutores* dos discursos cristãos, independentemente do recorte historiográfico a que pertenciam.

Tabela 7 – Desenvolvimento Discursivo e Histórico-Literário da Imagem do Rei Herodes na Literatura Patrística

	1	
Período Patrístico	**Autor, Recorte Temporal**	**Escola ou Estilo Exegético**
Pré-niceno	Justino de Roma, Século II d.C.	Apologista
Perícopes	[...] Quando Ptolomeu, rei do Egito, se preocupou em formar uma biblioteca e nela reunir os escritos de todo o mundo, tendo tido notícia dessas profecias, mandou uma embaixada a Herodes, que então era rei dos judeus, pedindo-lhe que mandasse os livros deles. **O rei Herodes mandou os livros, como dissemos, em sua língua hebraica. Todavia, como seu conteúdo não podia ser entendido pelos egípcios, Ptolomeu pediu, por meio de uma nova embaixada, que Herodes enviasse homens para os verter para a língua**	

	grega. Depois disso, os livros permaneceram entre os egípcios até o presente e os judeus os usam no mundo inteiro. (JUSTINO DE ROMA, PLANO APOLOGÉTICO, Capítulo XXXI). Com efeito, logo que ele nasceu, alguns magos vieram da Arábia para adorá-lo, depois de se apresentarem a Herodes, que era então rei da vossa terra. **Herodes, por causa de seu caráter ímpio e iníquo, é aquele a quem a palavra chama de rei dos assírios** (DIÁLOGO DE JUSTINO, FILÓSOFO E MÁRTIR COM O JUDEU TRIFÃO, Capítulo LXXVII, v. 4). [...] Como os magos da Arábia não voltassem para vê-lo, conforme ele havia pedido, mas, seguindo a ordem que lhes fora dada, voltassem ao seu país por outro caminho; como José, juntamente com Maria e o menino, conforme também lhes fora revelado, houvessem já partido para o Egito; não conhecendo o menino que os magos tinham vindo adorar, **Herodes mandou matar, sem exceção, todos os meninos de Belém** (DIÁLOGO DE JUSTINO, FILÓSOFO E MÁRTIR COM O JUDEU TRIFÃO, Capítulo LXXVIII, vv. 1-2, 7). [...] Talvez alguém nos pergunte: **"Não poderia Deus de preferência matar Herodes?" Ao que respondo logo: Não poderia Deus no princípio ter eliminado a serpente**, para não ter que dizer: "Porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua descendência e a dela?" (DIÁLOGO DE JUSTINO, FILÓSOFO E MÁRTIR COM O JUDEU TRIFÃO, Capítulo CII, v. 3).
Memória Discursiva	Não identificável na primeira perícope. As demais se referem as narrativas sobre a infância de Jesus.
Representação de Herodes	▪ Um rei que teve um papel preponderante na tradução dos textos judaicos para o grego, atuando assim na preservação da cultura judaica e propagação dela pelo mundo helenizado através da LXX. ▪ Um rei ímpio e iníquo, comparado ao maior inimigo do povo de Israel. Um infanticida; que poderia ser comparado a antiga serpente da narrativa de Gênesis.

2

Período Patrístico	**Autor, Recorte Temporal**	**Escola ou Estilo Exegético**
Pré-niceno	Irineu de Lião, Século II d.C.	Apologista
Perícope	As Escrituras, pelas quais Deus preparou e fundou a nossa fé em seu Filho, foram, pois, traduzidas com tanta fidelidade, pela graça de Deus, e conservadas, em toda a sua pureza, **no Egito, onde se tornou grande a família de Jacó, depois de ter fugido da fome, em Canaã, e onde também foi salvo nosso Senhor ao escapar à perseguição de Herodes [...]** (IRINEU DE LIÃO, CONTRA AS HERESIAS, Livro III, Capítulo XXI, v. 2-3).	
Memória Discursiva	Narrativas da Infância de Jesus	
Representação de Herodes	▪ Um rei que perseguiu Jesus e obrigou a família dele a se refugiar no Egito.	

3

Período Patrístico	Autor, Recorte Temporal	Escola ou Estilo Exegético
Niceno	Santo Atanásio, Século III – IV d.C.	Alexandria
Perícope	Eis porque o próprio Verbo, feito homem por nós, julgou bom, quando procurado de novo, frustrar as intrigas. **Efetivamente, convinha-lhe por este meio também, e não somente pela fome, pela sede e pelo sofrimento mostrar o peso da sua carne e a realidade da sua condição humana. Com efeito, desde intenção de atentar contra a vida do menino". Depois na morte de Herodes, vê-se-o evitando Arquelau, seu filho, e retirando-se para Nazaré** (SANTO ATANÁSIO, APOLOGIA DE SUA FUGA, v. 12).	
Memória Discursiva	Narrativas da Infância de Jesus	
Representação de Herodes	▪ Um rei que atentou contra a vida de Jesus de Nazaré.	

4

Período Patrístico	Autor, Recorte Temporal	Escola ou Estilo Exegético
Pré-niceno	Orígenes, Século III d.C.	Alexandria e Cesareia
Perícope	De minha parte, penso que antes da vinda de Cristo, os príncipes dos sacerdotes e os escribas do povo ensinavam, por causa da clareza evidente da profecia, que Cristo nasceria em Belém; e a notícia se havia espalhado mesmo entre a maior parte dos judeus. Por isso, **Herodes, conforme a Escritura, havendo-se informado junto aos príncipes dos sacerdotes e dos escribas do povo, viera a saber deles que o Cristo nasceria "em Belém de Judá", lugar de origem de Davi** (ORÍGENES, CONTRA CELSO, Capítulo LI). Depois disso, o judeu de Celso, em vez de falar dos magos do evangelho, fala dos caldeus, e afirma: Alguns caldeus, segundo Jesus, foram levados ao local de seu nascimento para o adorarem como Deus, embora ainda fosse criancinha. Revelaram ao tetrarca Herodes sua intenção; mas **ele mandou matar as crianças nascidas no mesmo tempo, pensando assim eliminá-lo com elas, temendo que, se ele sobrevivesse muito tempo, não obteria a realeza.** Aí está, portanto, a confusão de um homem que não distingue magos de caldeus, não percebe a diferença das doutrinas que eles professam, e consequentemente falsifica o texto evangélico! (ORÍGENES, CONTRA CELSO, Capítulo LVIII). **Não é de admirar que Herodes tenha tramado uma conspiração contra o recém-nascido**, ainda que o judeu de Celso se negue a acreditar: **a maldade é cega e, pretendendo ser mais forte que o destino, gostaria de vencê-lo.** Com este sentimento, Herodes acreditou no nascimento do rei dos judeus, mas tomou uma decisão em desacordo com esta crença, sem ter visto o dilema: ou de fato ele era rei e reinaria, ou ele não reinaria, e querer sua morte seria inútil. **Desejou, pois, encontrá-lo, tendo por causa de sua maldade juízos discordantes, levado como era pelo diabo, cego e mau que, desde a origem, conspirava contra o Salvador, e pressagiando que aquele era e se tornaria grande personagem.** Entretanto, embora Celso se recusasse a crer, um anjo que andava vigilante com os acontecimentos vindouros, avisou José dizendo-lhe que fugisse para o Egito com a criança e sua mãe; mas **Herodes mandou matar todas as crianças de Belém e arredores, esperando assim eliminar o rei dos judeus que acabava de nascer** (ORÍGENES, CONTRA CELSO, Capítulo LXI).	
Memória Discursiva	Narrativas da Infância de Jesus	

Representação de Herodes	▪ Um rei infanticida, conspirador, influenciado pelo diabo, cego, mal, infanticida e perseguidor de Jesus de Nazaré.

5

Período Patrístico	**Autor, Recorte Temporal**	**Escola ou Estilo Exegético**
Niceno	Gregório de Nissa, Século IV d.C.	Capadócia
Perícope	É por isso que ele aplica ao homem a cura imediatamente depois da inveja e do fratricídio de Caim, pois não se manifestara em plena luz a perversidade daqueles que pereceram nos tempos de Noé, nem se tinha manifestado o mal gravíssimo da infâmia de Sodoma, nem a luta dos egípcios contra Deus, nem a soberba dos assírios, nem a cruenta perseguição dos judeus contra os santos de Deus, **nem a matança criminosa das crianças perpetrada por Herodes**, nem todas as outras maldades das quais se faz memória, nem de quantas foram perpetradas na sucessão das gerações sem serem registradas pela história, pois a raiz do mal germinava de múltiplas formas nas livres decisões dos homens. Assim, pois, quando a maldade alcançou seu cume e já nenhuma forma de maldade faltava à experiência humana, então Deus interveio para curar o mal não em seu início, mas em sua plena maturidade, com o fim determinado de que a cura se aplicasse a toda enfermidade humana (GREGÓRIO DE NISSA, A GRANDE CATEQUESE, Capítulo XXIX, v. 3).	
Memória Discursiva	Narrativas da Infância de Jesus	
Representação de Herodes	▪ Um rei infanticida cuja maldade o situa entre os grandes males da história.	

6

Período Patrístico	**Autor, Recorte Temporal**	**Escola ou Estilo Exegético**
Pós-niceno	Leão magno, Século V d.C.	Latina
Perícope	Deus, porque no princípio era o Verbo e o Verbo estava junto de Deus, e o Verbo era Deus. Homem, porque o Verbo fez-se carne e habitou entre nós. Deus, porque todas as coisas foram feitas por meio dele, e sem ele, coisa alguma foi feita de quanto existe. Homem porque nascido de mulher, nascido sob a lei. O nascimento carnal é manifestação da natureza humana; o parto da Virgem, indício do poder divino. A humilhação do presépio denota a infância do menino; as vozes dos anjos declaram a grandeza do Altíssimo. **Assemelha-se aos homens em seus primeiros dias aquele que Herodes tenta impiamente matar.** Mas, é Senhor de todos, aquele que, suplicantes, os magos alegram-se de adorar (LEÃO MAGNO, SERMÕES, v. 4).	
Memória Discursiva	Narrativas da Infância de Jesus	
Representação de Herodes	▪ Um rei assassino.	

7

Período Patrístico	Autor, Recorte Temporal	Escola ou Estilo Exegético
Pós-niceno	Santo Agostinho, Século IV – V d.C.	Latina
Perícope	**Assim, lembremos aquelas crianças postas à morte, quando Herodes procurava o Senhor Jesus Cristo para o matar.** Não é em vão que a Igreja as apresenta à nossa veneração, reconhecendo-as no número glorioso dos mártires (SANTO AGOSTINHO, O LIVRE-ARBÍTRIO, Capítulo XXIII, v. 68). Foi, portanto, ouvido o rei estabelecido em Sião, e foi-lhe entregue o domínio até os confins da terra. Os reis devem temer a perda do reino, que este lhes seja retirado, **como receou o infeliz Herodes, que matou os inocentes em lugar do Menino. Receoso de perder o reino, não mereceu ver o rei. Oxalá ele tivesse, com os magos, adorado o rei, e não procurasse perversamente reinar, nem matasse os inocentes, praticando o crime e se perdendo.** Pois, ele de seu lado matou os inocentes; quanto a Cristo, porém, ainda pequenino, coroou as crianças que morreram por sua causa (SANTO AGOSTINHO, COMENTÁRIOS AOS SALMOS, NÚMERO XLVII, v. 5). [...] Relativamente à profecia: "O cetro não se afastará de Judá, nem o bastão de chefe de entre seus pés, até que venha o prometido", quando se consideram os tempos primitivos, vê-se que os reis dos judeus sempre se originaram da tribo de Judá; dela receberam o nome os judeus. **Anteriormente não tiveram reis estrangeiros, até que viesse aquele Herodes que reinava quando o Senhor nasceu.** Antes de Herodes todos os reis eram da tribo de Judá, mas até que viesse o que fora prometido. Por isso, após a vinda do Senhor, foi destruído o reino judaico e o reinado foi tirado dos judeus. Agora não têm reino porque não querem reconhecer seu verdadeiro rei [...] (SANTO AGOSTINHO, COMENTÁRIOS AOS SALMOS, NÚMERO LXXV, v. 1).	
Memória Discursiva	Narrativas da Infância de Jesus	
Representação de Herodes	▪ Um que atentou contra a vida de Jesus de Nazaré. Um infanticida, criminoso. O rei que interrompeu a linhagem davídica no trono de Israel, consequentemente um violador da aliança.	

Um autor do Período Patrístico que merece uma especial atenção é Eusébio de Cesareia[113]. Ele nasceu entre 260-264 d.C.[114], viveu em um período de muitos conflitos entre

[113] Eusébio de Cesareia, conforme designado pela grande maioria de seus contemporâneos, também era chamado de Eusébio da Palestina. A expressão "de Cesareia" se trata de uma distinção entre o bispo de Nicomédia e, segundo Velasco (1973, p.16), não indica mais que a sede episcopal. Entretanto, diz ele, se Eusébio não nasceu em Cesareia, passou grande parte de sua vida nela. A terra natal e a ascendência de Eusébio de Cesareia continuam incertas. Velasco (1973, p.16) defende a hipótese de que a família de Eusébio era de origem grega ou helenizada. Não se sabe se seus pais eram cristãos ou não. Entretanto, diz Velasco, ele parece ter crescido em um ambiente cristão, como indica seu nome. Talvez pelo menos sua mãe tenha sido adepta do cristianismo.

[114] Apesar de algumas controvérsias entre os historiadores que fixam a faixa de nascimento de Eusébio entre 260-270 d.C., Argemiro Velasco (1973, p.14-15) prefere fixar a data entre os anos 260 e 264 d.C. Sua hipótese se fundamenta no fato de que Eusébio em sua História Eclesiástica afirmar que a perseguição de Valeriano (258-260) e as obras de Dionísio de Alexandria se tratava de coisas passadas e que os fatos de sua própria geração seriam posteriores aos eventos narrados. Velasco mostra que o primeiro episódio mencionado por Eusébio de Cesareia como sendo de sua própria geração é a intervenção de Dionísio na polêmica contra Paulo de Samosata. Dionísio, que não pôde assistir pessoalmente o concílio de Antioquia devido a uma enfermidade, morreu entre 264 e 265 d.C.

cristãos, judeus e pagãos, e morreu por volta de 339-340 d.C. Segundo ele, uma lei foi promulgada por Diocleciano e Maximiano abolindo as práticas religiosas cristãs. Eusébio assumiu o bispado durante o momento de reconstrução do cristianismo na cidade de Cesareia e início do processo de institucionalização da igreja, ou seja, um período posterior ao Edito de Tolerância (311 d.C.) e ao Edito de Milão (313 d.C.) que concederam liberdade para práticas religiosas locais em todo império.

Argemiro Velasco (1973, p. 38) postula que para Eusébio de Cesareia a palavra história se referia tanto ao relato de um acontecimento, quanto ao fato em si. Como historiador eclesiástico, Eusébio em nenhum momento pretendia utilizar o termo "História" com a mesma intenção e sentido que a historiografia contemporânea o conceitua. Para Eusébio de Cesareia, a "História" não significava a "História" no sentido universal. Ele não estava preocupado em investigar a experiência humana em sua plenitude e totalidade. Eusébio não desejava escrever uma História da Igreja, mas, sim, uma História Eclesiástica. Ele queria apresentar apenas pessoas, obras e acontecimentos que, segundo seu julgamento, mereciam ser preservados para a posteridade, tudo o que pudesse interessar a um cristão, bispo, clérigo ou laico. Assim, Eusébio de Cesareia se limitou apenas a reunir o material que se relacionava a vida da igreja. Logicamente, o lugar de fala do bispo de Cesareia estava diretamente relacionado à sua posição eclesiástica, a sua religiosidade, a diversidade sociocultural de sua cidade e ao conjunto de relações simbólicas vividas e institucionalizadas na sociedade na qual ele estava inserido.

A forma final da obra "História Eclesiástica" foi atingida apenas após 4 edições. Os primeiros 9 livros foram publicados antes do Edito de Milão e o décimo entre 323 e 325 d.C. A obra está assim dividida:

1. Livros I/VII – Contínua sucessão de temas iniciada talvez antes da perseguição, com material reunido até mais ou menos antes de 311 d.C.;
2. Livro VIII – Atualização da obra com os acontecimentos mais recentes;
3. Livros IX/X – Longa extensão do Livro VIII, com desfecho escrito após a inauguração da Igreja de Tiro.

Eusébio de Cesareia, em seu primeiro livro, apresentou os objetivos de seu discurso, ou seja:

> Registrar as sucessões dos santos apóstolos e os tempos transcorridos desde o surgimento de nosso Salvador até nós; enumerar a magnitude dos feitos registrados pela história eclesiástica e os que nela se sobressaíram no governo e presidência das igrejas mais ilustres, assim como quantidade daqueles que em cada geração, de viva voz ou por escrito, foram os embaixadores da palavra de Deus; consignar quantos, quais e quando, absorvidos pelo erro e levando ao extremo suas fantasias, proclamaram publicamente a si mesmos introdutores de um mal chamado saber e devastaram sem piedade, como lobos cruéis, o rebanho de Cristo; apresentar as

> desventuras que se abateram sobre toda a nação judia depois que concluíram sua conspiração contra nosso Salvador, assim como também o número, o caráter e o tempo dos ataques dos pagãos contra a divina doutrina, e a grandeza de quantos por ela, segundo a ocasião, enfrentaram o combate em sangrenta tortura; relatar os martírios de nosso próprio tempo e a proteção benévola e propícia de nosso Salvador. Ao empreender a obra não tomarei outro ponto de partida que o princípio dos desígnios de nosso Salvador e Senhor Jesus, o Cristo de Deus (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I, 1-2).

Assim, pode-se inferir que o *elemento desencadeador* do discurso de Eusébio foi:

- A necessidade de fortalecer o cristianismo em toda Judeia diante da nova condição de liberdade religiosa estabelecida pelo Império Romano, perante o crescimento das práticas religiosas romanas que poderia ser observado através da reconstrução dos templos, do restabelecimento dos sacrifícios e da revitalização das funções sacerdotais romanas;
- A oportunidade de denunciar que as perseguições resultaram em prisões e mortes na cidade;
- A construção de uma *identidade* cristã ante a *alteridade* representada pelo judaísmo e pelas práticas religiosas romanas de seu tempo.

Resguardadas as devidas proporções, toda essa conjuntura contribuiu para o processo de institucionalização da igreja. Eusébio de Cesareia se apropriou da história judaica e fez uma conexão entre os textos judaicos e a literatura cristã, desenvolvendo uma história linear, justificando essa conexão através de cristofanias. Para ele, todos os grandes personagens da história judaica foram, em certo sentido, cristãos. Com o objetivo de justificar sua análise, Eusébio se apropriou das obras de Flávio Josefo, utilizando o discurso do historiador judeu em suas obras "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas" para legitimar a sua "História Eclesiástica".

Eusébio de Cesareia, assim como Orígenes (184-254 d.C.) e Jerônimo (342-420 d.C.), foi um dos grandes responsáveis pela preservação dos escritos de Flávio Josefo e, consequentemente, pela consolidação do *discurso dominante* sobre a imagem do rei Herodes nos séculos que se seguiram, pois, tanto a Igreja Católica Apostólica Romana (Ocidente) quanto a Igreja Católica Ortodoxa (Oriente) fundamentaram sua História Eclesiástica e sua Teologia na produção literária patrística. Esses pilares também sustentaram a releitura eclesiástica iniciada pelo movimento reformista dos séculos XV e XVI. Vejamos algumas características do "Herodes da História Eclesiástica", conforme a *ressignificação* realizada pelo bispo de Cesareia, a partir de uma *memória discursiva* atrelada aos discursos de Flávio Josefo, bem como, as diversas "Narrativas da Infância de Jesus" que pertencem a Literatura Cristã Antiga.

A primeira característica do "Herodes da História Eclesiástica" se refere a ilegitimidade de sua linhagem. Herodes é apresentado por Eusébio de Cesareia como um rei que não tinha ascendência real e não estava inscrito nos registros públicos como pertencente a uma família judaica. Esse elemento mnemônico emerge da narrativa biográfica desenvolvida por Flávio Josefo, conforme vimos anteriormente. O "Herodes de Eusébio de Cesareia" aqui se confunde com o "Herodes das Antiguidades Judaicas". O bispo de Cesareia afirmou que Herodes foi o primeiro rei estrangeiro a ocupar o trono entre os judeus. Segundo ele, isso aconteceu devido ao presságio que apontava para a degradação da monarquia judaica.

> Nesta ocasião, Herodes, o primeiro de raça estrangeira, assumiu a realeza da nação judaica e cumpriu-se a profecia de Moisés, que prenunciava: "O cetro não se afastará de Judá, nem faltará um príncipe de sua raça, até que venha aquele a quem está reservado" e que aparece como a expectativa das nações. O oráculo não foi cumprido enquanto foi lícito aos judeus viverem sob chefes da própria raça; isso teve início outrora pelo próprio Moisés e foi descendo até o império de Augusto, em cuja época o primeiro estrangeiro, Herodes, governou os judeus, sob a autoridade dos romanos. Segundo diz Josefo, ele era idumeu por parte do pai, e árabe por parte da mãe; conforme africano, porém, igualmente historiador e homem invulgar, os que escreveram acuradamente afirmam ter sido Antípatro, pai de Herodes, filho de certo Herodes de Ascalon, um dos sacerdotes sagrados do templo de Apolo. Antípatro foi capturado quando muito criança por salteadores idumeus, e viveu entre eles, porque o pai, sendo pobre, não podia resgatá-lo; foi educado conforme os costumes daquele povo. Enfim, mais tarde, conseguiu a amizade de Hircano, sumo sacerdote dos judeus. Dele nasceu Herodes, no tempo de nosso Salvador (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I/VI, 1-3).

Assim, o "Herodes da História Eclesiástica" se tornou um símbolo do nível mais degradante que a monarquia judaica poderia alcançar, ao ser exercida por um estrangeiro e legitimada pelo domínio político de um povo incircunciso. Herodes foi apresentado como um árabe/idumeu, descendente de uma família não aristocrática, cujo pai fora um escravo que teve a sua formação sociocultural entre salteadores idumeus e que posteriormente foi resgatado por Hircano II. Na lógica discursiva de Eusébio de Cesareia, Antípater era um liberto da Casa dos Asmoneus. Essa informação não estaria tão clara nos relatos de Flávio Josefo quanto aqui na "História Eclesiástica". No entanto, como o próprio bispo nos diz, a obra "Histórias" de Sexto Júlio Africano também compôs a *memória discursiva* da alocução de Eusébio de Cesareia. Provavelmente, foi dessa obra que ele retirou essa informação. O interessante é que a concepção de Eusébio sobre o estatuto de Antípater fornece-nos uma motivação social para a atuação dele nas narrativas do historiador judeu Flávio Josefo. O pai de Herodes sempre se posicionou a favor do príncipe asmoneu e constantemente defendia os interesses de Hircano, ainda que para isso tivesse que se posicionar contra o seu filho Herodes.

A segunda característica do "Herodes da História Eclesiástica", apesar de não representar uma singularidade discursiva, aprofunda a imagem do rei dos judeanos como alguém que profanou o templo e comprometeu a relação entre a cidade e a divindade.

> Ora, Hircano, no qual se extinguiu a sucessão dos sumos sacerdotes, foi aprisionado pelos partas; e, como foi dito, Herodes foi o primeiro estrangeiro que, sob a autoridade do Senado romano e do imperador Augusto, tomou em mãos a nação judaica. [...] Fidedigna garantia de tudo isso é Josefo. Ele conta que Herodes, após ter recebido dos romanos a realeza, não instituiu sumos-sacerdotes da antiga raça, mas confiou esta honra a homens obscuros. De modo semelhante a Herodes, seu filho Arquelau portou-se na instituição de sacerdotes; e depois dele, o mesmo fizeram os romanos que tiveram o domínio sobre os judeus. [...] Josefo narra ainda ter sido Herodes o primeiro a guardar sob chaves, com seu próprio selo, a veste sagrada do sumo pontífice e não permitir mais aos sumos pontífices tê-la à sua disposição. Em seguida, Arquelau, e logo os romanos seguiram seu exemplo (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I/VI, 7-10).

Herodes é caracterizado como um rei que governou com a legitimação do Senado romano e do Imperador Augusto; e essa não seria uma singularidade do discurso de Eusébio. No entanto, o bispo de Cesareia fez questão de tonificar o fato de que o rei dos *judeanos* intencionalmente pôs fim ao exercício do sumo-sacerdócio a partir das relações de parentesco ou através do pertencimento a uma linhagem sacerdotal, conforme prescrevia a Lei Mosaica. Isso significava dizer que pessoas não autorizadas estariam entrando no lugar mais sagrado do templo para mediar a relação da cidade com a divindade. De acordo com a *cosmogonia* judaica, qualquer sumo-sacerdote que entrasse no "Santo dos Santos" nessa condição, seria fulminado pela divindade. Se isso não estava acontecendo, ou seja, se pessoas incircuncisas ou cerimonialmente impuras entravam e saíam desse lugar sem que nada acontecesse, significava que o Deus de Israel tinha abandonado o povo a própria sorte. Ele já não moraria mais no templo de Jerusalém. Isso explicaria por que o domínio romano na região se perpetuava.

Eusébio de Cesareia jogou toda a responsabilidade pelo infortúnio dos *judeanos* nas mãos de Herodes. Ele foi o rei que profanou o culto, colocando homens incircuncisos para mediar a relação entre o povo e divindade. Além disso, foi Herodes que submeteu o poder religioso (templo) ao poder político (palácio) e estabeleceu um novo modelo de relações político-religiosas para as próximas gerações na sua dinastia.

A terceira característica que Eusébio de Cesareia apresenta se refere as ações de Herodes para se perpetuar no poder. As narrativas de Flávio Josefo nos apresentaram um rei que estava disposto a fazer qualquer coisa para consolidar o seu *status* político, inclusive tornar-se um fratricida, mas, o bispo de Cesareia nos apresenta uma singularidade discursiva: Herodes mandou queimar os registros públicos a fim de que, como ele, todos os demais integrantes da aristocracia judaica também tivessem a sua linhagem questionada. Assim, qualquer acusação

feita a ele de não ter relações de parentesco com os judeus poderia tornar-se também a inculpação de todos.

> Depois Hircano o envio em embaixada a Pompeu, e obteve a liberdade do reino, roubada por Aristóbulo, seu irmão. Teve a sorte de ser nomeado comissário da Palestina. Tendo sido morto Antípatro, numa emboscada, devido à inveja ocasionada por sua sorte, sucedeu-lhe o filho, Herodes. E este, mais tarde, foi chamado por Antônio e Augusto, segundo um decreto do Senado, a reinar sobre os judeus. Foram seus filhos Herodes e os outros tetrarcas. Estes fatos são narrados igualmente nas histórias dos gregos. [...] Até então nos arquivos achavam-se transcritas as genealogias dos hebreus genuínos e dos prosélitos por origem, como o amonita Aquior, a moabita Rute, e alguns mestiços de egípcios com hebreus. Herodes, que em nada se interessava pela raça israelita e um tanto embaraçado, porque ciente de sua origem obscura, mandou queimar os registros das genealogias, julgando que passaria por nobre se ninguém pudesse por meio dos registros públicos remontar a própria origem aos patriarcas ou a prosélitos, ou a mestiços de estrangeiros e hebreus, denominados "georos" (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I/VII, 12-13).

Assim, o "Herodes da História Eclesiástica" tinha todas as caraterísticas do "Herodes das Antiguidades Judaicas"; entretanto, conforme afirmamos acima, a proposta de Eusébio de Cesareia era construir uma linearidade histórica entre a história judaica e a das comunidades cristãs, criando a ideia de cristandade e gerando uma tradição para o cristianismo institucionalizado. Logo, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" representava apenas um bloco dessa narrativa, era preciso recorrer também a Literatura Cristã Antiga e, nela, o "Herodes de Josefo" se confundia com o rei dos *judeanos* por ocasião do nascimento de Jesus de Nazaré. Com isso, Eusébio de Cesareia retomou essas narrativas a fim de agregar mais caracteres a imagem que ele estava construindo.

> Tendo Cristo, segundo as profecias, nascido em Belém da Judeia, no tempo que indicamos, Herodes foi interpelado por uns magos, vindos do Oriente, que lhe perguntaram onde estava o recém-nascido rei dos judeus; pois eles haviam visto uma estrela que lhes ocasionara tão longa viagem e tinham pressa em adorar o menino, como um Deus. Herodes ficou muito abalado com esta questão que, em sua opinião, fazia periclitar seu poder; e tendo perguntado aos doutores da lei dentre o povo, onde se daria o nascimento de Cristo, desde que tomou conhecimento da profecia de Miquéias que designava Belém, proclamou um edito de serem mortos, em Belém e cercanias, as criancinhas de peito, de dois anos para baixo, segundo o tempo exato indicado pelos magos. Julgava que certamente Jesus partilharia a sorte infeliz de seus coetâneos. Mas o menino antecipou-se e escapou desse plano, sendo levado para o Egito, pois, através da aparição de um anjo, os pais haviam conhecido de antemão o futuro. Ora, tais informações encontram-se também na sagrada narrativa do Evangelho (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I/VIII, 1-2).

Mais uma vez estamos diante de uma narrativa cristã com alguns elementos discursivos, como por exemplo: o nascimento do rei em Belém, a visita dos magos, a estrela, a preocupação de Herodes com seu *status* político, a consulta aos mestres da Lei, o infanticídio – que em Eusébio, também não acontece somente em Belém, a fuga da família de Jesus para o Egito.

Logo, mais uma vez permanecemos ante o discurso dominante, no qual Herodes foi representado como o rei infanticida, criminoso que atentou contra a vida de Jesus de Nazaré. Partindo desse pressuposto, na lógica discursiva de Eusébio de Cesareia, a doença de Herodes passa a ser uma punição por causa desse crime contra o "Salvador" do cristianismo. O rei dos *judeanos* tornou-se um objeto da ira divina.

> Além disso, convém verificar quais os castigos da ousadia de Herodes contra Cristo e os meninos de sua idade. Imediatamente, sem o menor aviso, a justiça divina o alcançou, preludiando quando ele estava ainda em vida, o que haveria de receber depois da partida dessa terra. Quando tudo parecia correr bem no seu reino, ele empanou a glória de sua casa com sucessivas desgraças, pelo assassinato da mulher, dos filhos e dos consanguíneos mais próximos e dos mais amigos. Não é possível descrever agora esses eventos que deixam na sombra todas as tragédias e foram referidos por Josefo no decurso das Histórias a ele atinentes. Logo após o crime contra o Salvador e as crianças, um flagelo enviado por Deus atacou Herodes e levou-o à morte. Vem a propósito ouvir o historiador desses crimes, que descreve sua morte em termos adequados no décimo sétimo livro das Antiguidades judaicas: "A doença de Herodes mais o amargurava porque a justiça de Deus o castigava por seus crimes. De fato, uma febre branda não demonstrava ao tato a inflamação tão grave quanto maligna que havia na parte interna do corpo. Sentia fome insaciável e não era possível socorrê-lo, devido a uma úlcera intestinal e sobretudo violentas dores nas entranhas. Os pés, inchados e úmidos, supuravam. O ventre achava-se igualmente em mau estado; o órgão viril em podridão e cheio de vermes. A respiração ofegante exalava um cheiro insuportável devido à expiração pesada e às ânsias. Os membros todos convulsionados com insuportável violência. Os adivinhos e os que interpretam acontecimentos tais, afirmavam castigar Deus deste modo as numerosas impiedades do rei". Eis o que diz o mencionado historiador no livro de que falamos. No segundo livro das Histórias, ele transmite narrativas semelhantes acerca do mesmo Herodes, escrevendo o seguinte: "Em seguida, a doença se propagou pelo corpo inteiro e multiplicaram-se lhe os sofrimentos (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I/VIII, 3-9).

Eusébio de Cesareia integrou as duas *memórias discursivas*, ou seja, as narrativas dos discursos de Flávio Josefo e das alocuções da Literatura Cristã Antiga, e forjou uma *interdiscursividade*. Para Josefo, o castigo divino era resultado da profanação do sepulcro do rei Davi. Mas, para Eusébio de Cesareia, a doença de Herodes tinha relação direta com a perseguição de Jesus de Nazaré e o infanticídio das crianças de Belém, evidenciando assim uma *ruptura discursiva*. No entanto, a prisão dos judeus e a sentença de morte decretada por Herodes se tratava de uma continuidade.

> Então, retornou a Jericó, de humor sombrio, pronto a enfrentar a morte, mas planejando uma ação abominável. Então, reuniu os homens mais importantes de cada aldeia da Judeia, e prendeu-os no lugar chamado hipódromo. Depois, chamou sua irmã Salomé e seu esposo Alexas e disse-lhes: 'Sei que os judeus festejarão minha morte; mas posso ser pranteado e ter exéquias brilhantes, se quiserdes obedecer às minhas ordens. A esses homens aprisionados, logo que eu expirar, cercai-os de soldados e executai-os depressa. Assim toda a Judeia e toda casa, embora a contragosto, chorará por minha causa'." Um pouco mais adiante, diz Josefo: "Logo, porém, foi atormentado pela falta de alimento e pela tosse espasmódica. Sob a pressão das dores, decidiu antecipar a morte a que estava destinado. Tomou uma fruta e pediu uma faca, pois costumava cortar o que ia comer; depois, olhando se não havia quem o impedisse,

> levantou a direita para se ferir". O mesmo historiador narra ainda que antes do último momento de vida, mandou matar o terceiro de seus filhos, além dos dois que já matara; e de repente terminou a vida em meio a grandes sofrimentos. Tal foi o termo da vida de Herodes, com justo castigo pela morte das crianças que massacrara nas cercanias de Belém, ao planejar a morte de nosso Salvador. Depois disso, um anjo apareceu em sonhos a José, que estava no Egito e mandou-lhe que reconduzisse à Judeia o menino e sua mãe, revelando-lhe que estavam mortos os que procuravam eliminar a vida do menino. A isto, acrescenta o evangelista: "Mas, ouvindo que Arquelau era rei da Judeia em lugar de seu pai Herodes, teve medo de ir para lá. Tendo recebido um aviso em sonho, partiu para o distrito da Galileia". (EUSÉBIO DE CESAREIA, HISTÓRIA ECLESIÁSTICA, LIVRO I/VIII, 9-14).

Como se pode observar, o "Herodes das Antiguidades Judaicas" fundiu-se ao "Herodes da Literatura Cristã Antiga" e transformou-se no "Herodes da História Eclesiástica", forjando assim o *discurso dominante* sobre a identidade do rei dos *judeanos*. Essa alocução também integrará a *formação imaginária* dos mais variados discursos e narrativas sobre o rei Herodes em sociedades de formação sociocultural judaico-cristã, independentemente do recorte-historiográfico a que elas pertençam. Herodes entrará para a abordagem histórica dominante em todo Período Medieval e início do Período Moderno como um rei perverso e odioso: um sinônimo para a palavra "maldade". O *lugar discursivo* atribuído ao rei dos *judeanos* posteriormente servirá como objeto de inspiração[115] tanto para a arte renascentista quanto a produção artística dos séculos XVIII e XIX, conforme demonstram as figuras do Anexo 1. Isso acontecerá independentemente de a História considerá-lo como um dos maiores construtores do mundo antigo.

Possivelmente, Herodes foi o maior urbanista que Augusto já conhecera fora de Roma. Se retirássemos, desse "Herodes Composto", as intrigas palacianas narradas por Flávio Josefo e o infanticídio propagado pela Literatura Cristã Antiga, possivelmente sobraria apenas "Herodes Magno", o grande urbanista e o homem mais poderoso do Oriente romano: alguém que, como Júlio Cesar e Otaviano Augusto, deixou o seu nome como legado para os próximos governantes. A partir dele, todos os demais adotariam o nome de Herodes, até que a Judeia deixasse de existir como Estado independente. Entretanto, ainda temos mais uma *ressignificação* para apresentar antes de nos debruçarmos sobre o *discurso urbano materializado* do rei dos *judeanos*.

[115] A análise das *regularidades discursivas* que emergem de manifestações artísticas que representaram a imagem do rei Herodes a partir do *discurso dominante* será um desdobramento dessa pesquisa. Por hora, apenas queremos usar algumas imagens para comprovar que o "Herodes da Literatura Cristã Antiga" e o "Herodes da História Eclesiástica" subjugaram as demais representações do rei dos *judeanos* que vimos até aqui.

3.1.4 O lugar de Herodes no Talmude Babilônico: uma *ressignificação* do "Herodes de Flávio Josefo"

Conforme afirmamos anteriormente, para a aristocracia judaica, o plano de reforma do templo simbolizava o maior de todos os empreendimentos urbanísticos de Herodes, um monumento que certamente traria fama e perpetuaria a sua memória entre os judeus. A historiadora Aleida Assmann afirma que, além de um local de culto, o templo seria um lugar para circulação de todas as notícias e mensagens proferidas noutros lugares. Assim, tudo o que fosse "falado, sussurrado, escrito ou cantado [sobre Herodes] se dirigiria a esse local de confirmação como se atraído por uma força gravitacional" (ASSMANN, 2016, p. 49). Existia também a possibilidade de que esses discursos sobre o rei dos *judeanos* ganhassem um lugar fixo no *templo da memória* dos judeus. Aliás, essa probabilidade pode ser verificada em alguns discursos sobre o rei Herodes que foram registrados no Talmude Babilônico.

No Talmude, o rei dos *judeanos* foi apresentado como um escravo da Casa dos Asmoneus[116] que se apaixonou por Mariana quando ela era ainda uma menina. Por uma espécie de influência "demoníaca"[117], Herodes acreditou que estava no tempo oportuno para se rebelar contra os seus senhores, matando todos os que pertenciam a Dinastia Asmoneia, com exceção da jovem Mariana, com quem ele pretendia se casar a fim de legitimar o seu novo *status* sociopolítico. No entanto, ela teria subido ao telhado, anunciado a todos que Herodes se tratava apenas de um escravo rebelde, um assassino que queria legitimar sua ascensão ao poder através de um casamento e, em seguida, teria cometido suicídio[118].

Herodes seria alguém que não pertencia a linhagem da aliança. De acordo com as *formações imaginárias* das narrativas das origens do povo judeu, o Deus de Israel participava da vida pública e, quando isso acontecia, ele se utilizava de uma *fórmula discursiva* para ratificar o vínculo histórico e sociocultural entre o indivíduo e o povo, através da história dos patriarcas. Assim, ele se identificava como o "Deus dos seus antepassados" ou o "Deus de Abraão, Isaque e Jacó". Segundo a *cosmogonia* judaica, Rebeca, a esposa de Isaque, teve dois

---

[116] Essa informação é similar àquela que foi prestada por Eusébio de Cesareia quando ele discorreu sobre a origem de Herodes no Livro I/VI, vv.1-11 da obra "História Eclesiástica".

[117] Essa palavra está sendo utilizada aqui no sentido clássico [*daimõv*], com o objetivo de traduzir aquilo que fica fora da capacidade humana, e que deve, portanto ser atribuído à intervenção de poderes superiores e, não para se confundir com conotações cristãs mais tardias.

[118] RODKINSON, Michel. the babylonian talmud, all 20 volumes (illustrated) (p. 2544). Amity EBooks. Edição do Kindle.

filhos: Esaú, o que tinha direito a primogenitura; e Jacó, aquele que posteriormente ficaria conhecido como Israel.

Ambos cresceram juntos em Canaã. No entanto, a instabilidade familiar e a disputa pela primogenitura, levaram os gêmeos a se afastarem e trilharem caminhos diferentes. A narrativa das origens do povo de Israel diz que a disputa entre os irmãos já acontecia quando esses ainda estavam no ventre materno. Os meninos seriam o resultado de uma intervenção da divindade no mundo natural. A dificuldade para lidar com a gravidez fez com que Rebeca consultasse o Deus de Israel e recebesse o seguinte oráculo: "há duas nações em teu seio, dois povos saídos de ti, se separarão, um povo dominará o outro, o mais velho servirá ao mais novo" (GÊNESIS, Capítulo XXV, v. 23).

No tempo oportuno, Jacó teve 12 filhos e, esses deram origem as 12 tribos de Israel. Essas tribos conquistaram o território que, no tempo de Herodes, era ocupado pelos *judeanos*. Durante um período, elas foram governadas por juízes; posteriormente mudaram o sistema político para uma monarquia e, depois da morte de Salomão se dividiram entre os Reinos do Norte, com sede em Samaria, e do Sul, com sede em Jerusalém. Essa linhagem ocupa o lugar central na história das origens do povo judeu. Entretanto, Esaú, aquele filho mais velho que seria dominado pelo mais novo, migrou para o Sul com a sua família e se estabeleceu em uma região que, segundo a narrativa das origens do povo judeu, ficaria conhecida como Edom; e conforme indicam o "Livro de Gênesis" e a obra "Antiguidades Judaicas", Edom seria o nome atribuído a Esaú após o episódio da venda da primogenitura (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro II/I/61).

Em grego clássico, a palavra Edom seria traduzida como Ἰδουμαία e, em latim, como *Idumæa* ou *Idumea.* Esse seria o local onde Herodes Magno nasceria e cresceria cerca de 2.000 anos depois. Logicamente, apesar da região em questão ter um equivalente geográfico enquanto *lugar antropológico*, na narrativa das origens do povo judeu, a terra de Edom ocupa também um *lugar discursivo.* Certamente, estamos nos referindo a uma região que, semelhantemente a Judeia, também foi objeto de domínio político de diversos impérios do mundo antigo, resultando no estabelecimento de relações socioculturais recíprocas e em desenvolvimento citadino, através do processo de helenização. A história entre judeus e idumeus está repleta de encontros e enfrentamentos. O fato é que a Idumeia foi conquistada pelos Asmoneus e integrada a Judeia no século II a.C. Os idumeus foram autorizados a ficar em sua terra desde que se circuncidassem e se submetessem as práticas religiosas e as leis dos judeus (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIII/VII/538).

No que concerne ao reinado de Herodes, isso significaria duas coisas: a) apesar de ser um prosélito, o rei dos *judeanos* se tratava de um estrangeiro, circunstância proibida de acordo com as leis judaicas (DEUTERONÔMIO, Capítulo XVII, vv. 14-15); b) como Herodes se tratava de um Idumeu, ou descendente de Esaú, ser governado por aquele que segundo oráculo da narrativa das origens do povo judeu deveria ser dominado, se trataria de uma inversão sociocultural, uma confusão na conjugação *identidade* e *alteridade*. Logo, não havia nenhuma condição para que o poder de Herodes fosse legitimado pelos judeus.

Sem a possibilidade de legitimação do seu novo *status* sociopolítico através do casamento com uma asmoneia, e refletindo sobre o fato de que a Lei Mosaica estabelecia que o rei não poderia ser estrangeiro, mas deveria ser israelita e alguém indicado por Deus, Herodes decidiu matar também todos os rabinos, eliminando assim qualquer possibilidade de enfrentamento político. Entretanto, o rei dos *judeanos*, ou o escravo estrangeiro usurpador do trono, conforme a ideologia do discurso talmúdico, precisava conservar o vínculo com as tradições e resguardar o diálogo político e sociocultural com os judeus. Isso foi feito através da preservação da vida de um rabino chamado Baba uma Buta[119].

Segundo a narrativa talmúdica, Herodes o deixara cego. Mas, ainda assim, o "Herodes Talmúdico" desconfiava que, mesmo sem ter a capacidade de ler a Torá e meditar nela todos os dias, o rabino Baba uma Buta poderia representar algum tipo de perigo ao seu governo. Como o "Herodes das Antiguidades Judaicas", o "Herodes Talmúdico" não media esforços para consolidar o seu poder. Pelo menos esse também foi o testemunho do rabino Hilel que segundo a tradição talmúdica, "[...] viveu na época de Herodes e testemunhou todas as atrocidades que aquele tirano perpetrou contra o povo, e mais especialmente contra os rabinos. Hilel também foi testemunha ocular do crime hediondo que Herodes cometeu ao afogar em um banho seu cunhado, o sumo-sacerdote Aristóbulo III"[120].

A narrativa talmúdica diz que o rei dos *judeanos* procurou o rabino Baba uma Buta e, sem se identificar, travou com ele uma disputa de sabedoria, a fim de desvendar o pensamento rabínico sobre as autoridades instituídas, ainda que essas tenham chegado ao poder por meios escusos, como foi o caso dele. O diálogo aqui está centrado na ética rabínica e tem Herodes como coadjuvante. Segundo ela, não seria sábio fazer críticas ou amaldiçoar os governantes ou

[119] Acredita-se que o rabino Baba ben Buta tenha vivido no século I a.C. tempo de Herodes e parte do século I d.C., porém, as tradições talmúdicas sobre ele remontam aos séculos IV a VIII. Acredita-se ainda que Baba ben Buta tenha sido discípulo do rabino Shammai. Hillel e Shammai foram contemporâneos a Herodes.

[120] RODKINSON, Michael. The babylonian talmud, all 20 volumes (illustrated) (p. 1851). Amity EBooks. Edição do Kindle.

os *patronos* (ricos) em pensamentos, espaços públicos ou em ambientes privados, sob a pena de sofrer algumas represálias políticas ou perseguições sociais. As autoridades devem ser temidas e a postura rabínica em relação a elas deve ser de submissão e respeito, ainda que elas sejam eticamente duvidosas e injustas.

Existem pelo menos duas hipóteses aqui: 1) o rabino Baba uma Buta estava extremamente preocupado com a preservação da tradição rabínica. Já que ele era o último dos rabinos do tempo de Herodes, ele afastaria de seus pensamentos qualquer possibilidade de rebelião ou enfrentamento até que a tradição rabínica fosse passada adiante; 2) O rabino já percebera que estava diante de Herodes e produziu um discurso norteado pela ideologia de que o *rabinismo* nunca foi contra qualquer governo estabelecido na Judeia, logo, os temores de Herodes foram infundados e, sua violência contra os demais rabinos, precipitada e insensata. Seja como for, foi a postura resiliente do rabino Baba uma Buta que fez o "Herodes Talmúdico" reconhecer a sua insensatez e desejar reparar os danos socioculturais causados por suas ações.

Caberia aqui uma interpolação a narrativa talmúdica. Talvez, uma hipótese que não possa ser descartada se refira as *condições de produção* do discurso talmúdico, ou seja, ao *contexto* e ao *co-texto* dessa narrativa, a saber: o século III e IV d.C. Provavelmente, o cerne da discussão talmúdica está em uma perseguição considerada injusta e sistemática do Estado, representado aqui por Herodes, em relação aos praticantes do judaísmo rabínico. Essa narrativa foi construída durante o período de institucionalização das comunidades cristãs que, desde o século I d.C., concorriam com as sinagogas. Durante um longo período, essas comunidades amarguraram o *status* de *religio ilicita* nos limites de um Império Romano que, desde o século anterior, beneficiava os judeus com diversos favores políticos e privilégios socioculturais[121]. No entanto, a partir do século III d.C., as comunidades cristãs começaram o processo de aproximação do Estado, o que resultou em concessão de direitos no século IV, e união ao Estado romano no século V, com o decreto do imperador Teodósio. O cristianismo passaria então ao *status* de *religio licita* e, o judaísmo rabínico, assim como as demais práticas religiosas, seria considerado uma ameaça ao Estado romano.

Logo, teria todo sentido para o recorte historiográfico no qual se insere o Talmude, a produção de um discurso sobre alguém que representava uma comunidade que estava associada diretamente ao poder político e tinha base sociocultural judaica, mas que ao mesmo tempo se dissociava do judaísmo rabínico. Simbolicamente, esse indivíduo representaria uma

[121] Flávio Josefo apresentou uma lista com todos esses privilégios nos livros XIV e XVI da obra "Antiguidades Judaicas".

comunidade historicamente construída que, depois de muitos anos sem usufruir da proteção do Estado romano, usava a perseguição e a violência contra seus opositores para preservar os privilégios políticos adquiridos. Essa "comunidade" permaneceria sempre à espreita, vigiando o seu rival sociopolítico, com o objetivo de desbaratar quaisquer possíveis rebeliões antes que elas acontecessem.

Em contrapartida, o rabinismo mostrava-se naquele momento como um movimento favorável à consolidação das relações políticas já estabelecidas, a fim de resgatar ou preservar os direitos concedidos pelos romanos aos judeus desde a época da ocupação da Judeia, e quem sabe assim ainda obter o favorecimento do Estado para reconstruir o templo de Jerusalém que fora destruído em 70 d.C. Assim sendo, o "Herodes Talmúdico" simbolizaria uma inversão de papéis. Enquanto o "Herodes da Literatura Cristã Antiga" representaria uma perseguição sistemática dos judeus a comunidade cristã nascente, o "Herodes Talmúdico" simbolizaria um Estado cristão que oprimiria o judaísmo rabínico, em seu processo formativo[122]. Porém, essas seriam apenas mais algumas conjecturas; principalmente porque cada discurso sobre o rei Herodes apresentado nesse capítulo, devido a singularidade de suas *condições de produção*, já abriria o caminho para uma nova pesquisa.

Concluída a interpolação, lembremos que o fato é que na narrativa em foco o "Herodes Talmúdico" reconheceu as suas más ações e implorou por um conselho rabínico. O resultado de sua crise pessoal foi a reconstrução do Templo de Jerusalém, conforme orientou o rabino Baba uma Buta, ainda que isso tenha acontecido sem a autorização romana.

> [...] Aquele que não viu Jerusalém em sua beleza, não viu uma bela grande cidade em toda a sua vida; e quem não viu a construção do Segundo Templo, não viu um belo edifício em sua vida. O que isso significa? Disse Abayi, segundo outros R. Hisda: Significa a edificação de Herodes. De que materiais foi construído? Disse Rabba: De mármore preto e branco; e de acordo com outros, de outras cores também. Ele fez uma fileira de pedras projetando-se para fora e uma fileira de pedras restantes dentro. Queria revesti-lo de ouro, mas os sábios disseram-lhe: Deixa assim, porque é mais bonito, tendo o aspecto das ondas do mar[123].

Assim, pode-se dizer que o "Herodes Talmúdico" foi um escravo rebelde, assassino e usurpador do poder político que se reencontrou a partir do judaísmo rabínico. Devido a

---

[122] Essas temas também se coadunam com o fato de que, como Jacó e Esaú, as comunidades cristãs as sinagogas tinham uma origem étnica e sociocultural comum; se tratavam de um movimento paralelo, pois ambas eram proselitistas; durante um período, essas comunidades seguiam as leis dos judeus e queriam impor a circuncisão e as regras alimentares aos demais povos anexados a comunidade; e depois, teve a lógica social invertida, quando os não judeus se tornaram maioria e passaram governar os judeus no interior da comunidade.

[123] RODKINSON, Michael. The babylonian talmud, all 20 volumes (illustrated) (p. 1460). Amity EBooks. Edição do Kindle.

sabedoria, resiliência e jornada virtuosa de um só homem, Herodes reconheceu a sua arrogância, contrariou os seus *patronos* romanos e, como meio de reparação, reconstruiu o Templo de Jerusalém, devolvendo assim, segundo a *cosmogonia* judaica, os olhos do mundo. Evidentemente, o local desse Herodes, também se trata de um *lugar discursivo* e a sua história representa a restauração da condição humana, a preservação étnica e a manutenção de tradições que o judaísmo rabínico poderia proporcionar a sociedade, mesmo diante da indisposição de autoridades governamentais. Assim, Herodes Magno teria sido objeto de mais uma *ressignificação*.

Como se pôde perceber até aqui, Herodes, o rei dos *judeanos*, tornou-se o referente de diversos discursos através do tempo, em diferentes *condições de produção* e nos mais variados recortes historiográficos. Tal circunstância fez com que o reinado herodiano se tornasse um dos períodos mais bem documentados da história de Israel. Isso deveria ser o suficiente para que tivéssemos acesso ao que eu chamaria de "Herodes Histórico". No entanto, a quantidade de narrativas, discursos, ressignificações e representações do rei dos *judeanos* fez com que a problemática em torno da identidade de Herodes permanecesse no campo da probabilidade. Todas as narrativas que observamos até aqui possuem um pouco do "Herodes Histórico" e de seu *lugar antropológico*. Entretanto, cada uma delas também preservou o seu vínculo com *o sujeito* e *lugar discursivo*, transformando o "Herodes Histórico" em uma figura de difícil definição; um ser tão enigmático quanto o Augusto de Mary Beard.

O "Herodes da Guerra dos Judeus" foi representado como um jovem afortunado, urbanista, amante dos jogos, um monarca celebrado em todo o mundo, o primeiro entre os cidadãos na Judeia romana, um modelo de homem notável que foi vítima de inveja, cobiça e intrigas familiares. Esse Herodes que também teve requintes de crueldade em sua trajetória política, reconstruiu o templo de Jerusalém, mas também o profanou com a utilização de símbolos proibidos pelas leis dos judeus, o que resultou na perda do favorecimento divino e caos familiar. Ele morreu como um infeliz pai, alguém que obteve muito sucesso em seus empreendimentos políticos, mas que nunca conseguira o apoio da aristocracia judaica ou o reconhecimento de sua família.

Com elementos identitários similares ao "Herodes da Guerra dos Judeus", o "Herodes das Antiguidades Judaicas" deixou de ser o modelo de homem notável para se tornar um arquétipo de transgressão. Esse Herodes foi apresentado como um infante assassino, torturador, colérico, cruel, injusto, impiedoso, ingrato para com a Casa dos Asmoneus, alguém que desejava centralizar em suas mãos tanto o poder político quanto o poder religioso e que estava disposto a fazer qualquer coisa para que seu desejo se concretizasse.

O “Herodes das Antiguidades Judaicas” foi mais odiado e odioso que o anterior. Nem os projetos de urbanização que ele desenvolvera estavam desprovidos de objetivos escusos. Ele não tinha afeição por ninguém, nem pelos próprios filhos, por isso, sequer lamentou o destino que deu aos seus familiares. Se as circunstâncias políticas e familiares transformaram o “Herodes da Guerra dos Judeus” em um rei homicida e parricida, o “Herodes das Antiguidades Judaicas” tornou-se também fratricida e *feminicida* por uma questão de caráter. Esse Herodes tinha o caráter tão duvidoso que sequer hesitou em sua decisão de violar o túmulo do rei Davi, circunstância que resultou na ruptura do favorecimento da divindade.

Por mais que o “Herodes da Guerra dos Judeus” e o “Herodes das Antiguidades Judaicas” fossem inspirados no “Herodes de Nicolau de Damasco”, parece-nos que Flávio Josefo queria mais desconstruir e descredibilizar o “Herodes Histórico”. O resultado intrínseco a construção desse *lugar discursivo* foi a criação de dois Herodes que se distinguem um do outro através da ideologia que emerge de cada discurso e da singularidade das *condições de produção* dele. Em contrapartida, Nicolau de Damasco, enquanto cliente e biógrafo oficial de Herodes, estava mais preocupado com a construção de um legado herodiano e a perpetuação da fama de Herodes. Logo, esse Herodes seria um político habilidoso, estrategista militar, o representante do Império no Oriente, amigo de Augusto, um judeu favorecido pelos deuses, incompreendido pela aristocracia judaica, vítima das intrigas familiares e um extraordinário urbanista.

O “Herodes da Literatura Cristã Antiga” foi redesenhado como um infanticida, o assassino das crianças de Belém, aquele que por causa da sua sede pelo poder tentou matar Jesus de Nazaré. Esse Herodes herdaria a mesma crueldade do “Herodes das Antiguidades Judaicas”, mas avançaria em um novo estágio de crueldade. E, se os anteriores tiveram a profanação do templo ou a violação do túmulo real como elementos desencadeadores da sua derrocada política e familiar, aqui o motivo da doença e morte horrenda de Herodes seria a sua atuação no infanticídio. Os discursos da Literatura Cristã Antiga somados as narrativas de Flávio Josefo, resultaram no nascimento do “Herodes da História Eclesiástica”, o rei dos *judeanos* que encontrou maior aceitação entre os *sujeitos interlocutores* das narrativas biográficas de Herodes. Logo, a problemática em torno da identidade do “Herodes Histórico” continua.

Iniciamos o terceiro capítulo desse trabalho com o objetivo de analisar a pluralidade de narrativas e notas biográficas sobre Herodes Magno nos mais variados recortes historiográficos. Tudo isso a fim de desvendar o *sujeito locutor* do *discurso urbano materializado* impresso na cidade de Cesareia Marítima. Partimos do pressuposto de que existem diferenças significativas

entre o *lugar antropológico* e o *lugar discursivo*. Logo, Herodes, o *referente* das narrativas que analisamos até aqui não é o indivíduo, o "Herodes Histórico", mas o "Herodes Discursivo", que carrega consigo as marcas do que é social, ideológico e histórico naqueles que o transformaram em objeto de suas narrativas. Assim, a aparente discrepância que existe entre o "Herodes da Guerra dos Judeus", "Herodes das Antiguidades Judaicas", "Herodes de Nicolau de Damasco", "Herodes da Literatura Cristã Antiga", "Herodes da História Eclesiástica" e o "Herodes Talmúdico" não deveria causar estranheza aos analistas de discurso.

Todos esses Herodes, enquanto *referentes*, são elementos sócio-históricos; e ao mesmo tempo, cada um deles se trata de uma construção discursiva. Todos emergem de uma *ideologia*, de *condições de produção* singulares; e cada um deles, apesar de ocupar um *lugar discursivo*, mantém um vínculo geográfico, histórico e identitário com o seu *lugar antropológico*. Todos são marcados por *ambiguidade* e *ambivalência* e são multiculturais, pois, inevitavelmente transitam em quatro mundos sociais: a comunidade judaica, a comunidade helenística, a sociedade romana e o universo sociocultural daqueles que se dispuseram a escrever uma narrativa sobre a trajetória de vida do rei dos *judeanos*, tentando apresentar o Herodes real.

Conforme disse Peter Richardson (1996, p. 12) qualquer relato sobre a vida de Herodes Magno terá alguns traços de ficção e deverá ser relativizado. Assim, a problemática continua. Quem seria de fato o rei Herodes: o *sujeito locutor* do *discurso urbano materializado* da cidade de Cesareia Marítima? Parafraseando o historiador Gabriele Cornelli (2006, p. 22) eu diria que "estamos ainda procurando". Entretanto, não se pode desconsiderar que, enquanto espaço planejado e devidamente organizado, a arquitetura urbana de Cesareia Marítima nos apresenta um *discurso simbólico* que evidencia o universo sociocultural de Herodes, relacionando-se diretamente com o universo social dos indivíduos que habitavam na cidade.

Logo, conforme afirmamos no início desse capítulo, olhar para o processo de urbanização de Cesareia Marítima como parte de um processo discursivo mais amplo denota o mesmo que, simbolicamente, observar as palavras de Herodes em movimento, significando e ressignificando, produzindo e fazendo uso de memórias, conjugando arquitetura, língua, política, cultura e história (ORLANDI, 2008, p. 46). Através das ruas, paredes, edifícios, monumentos e paisagens culturais de Cesareia Marítima, Herodes deixou de ser apenas um *referente* discursivo para se transformar no *sujeito locutor* de uma *narrativa [auto]biográfica* que inevitavelmente entrou na *relação de forças* que emerge da pluralidade de narrativas e representações sobre a sua trajetória de vida. A materialização do discurso autorreferente será o assunto do próximo capítulo.

4 UM OLHAR SOCIOCULTURAL SOBRE O DISCURSO URBANO MATERIALIZADO DE HERODES MAGNO A PARTIR DA SINGULARIDADE DA CIDADE DE CESAREIA MARÍTIMA

> As pessoas organizam seus projetos e dão sentido aos objetos partindo das compreensões pré-existentes da ordem cultural. A cultura é historicamente reproduzida na ação.
> *Marshall Sahlins*

Conforme afirmamos no segundo capítulo dessa obra, a Judeia de Herodes foi cenário para o desenvolvimento de ralações socioculturais recíprocas entre judeus, *judeanos* e romanos. O historiador Flávio Josefo afirmou que a região era habitada originalmente por pelo menos três comunidades culturais compostas por judeus, gregos e sírios. O processo de fundação e urbanização da cidade também adicionou a sua demografia uma colônia romana, ainda que esse *status* não fosse oficial. Todos esses grupos, com exceção dos romanos que respondiam diretamente a Roma, poderiam ser incluídos no que chamamos de *judeanos.* Além dos indivíduos que integravam essas comunidades, a cidade de Cesareia Marítima, por ser uma região portuária, também se tratava de um local preparado para a circulação de muitos outros povos que usavam a região como entreposto para o Oriente romano. Foi exatamente essa conjuntura multicultural e os interesses políticos de Herodes que impulsionaram o processo de urbanização da cidade.

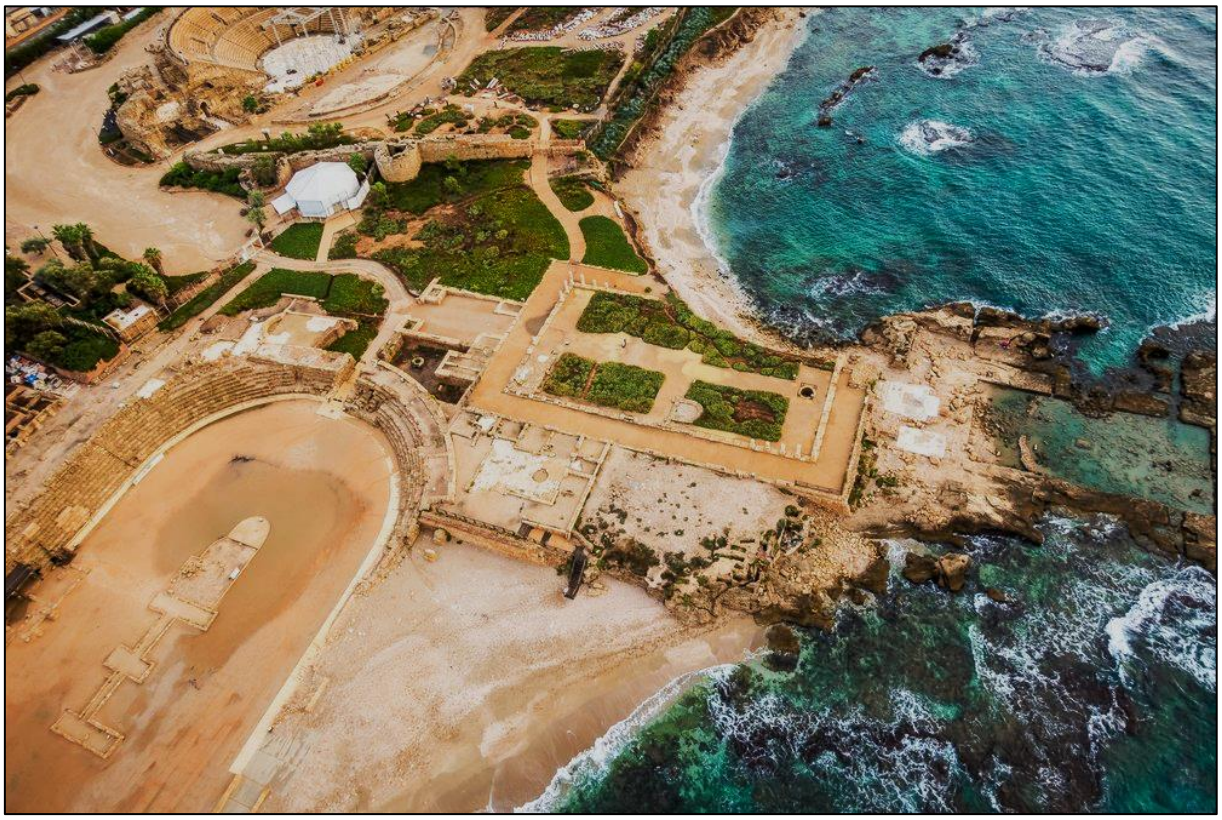
Observamos nos capítulos anteriores que o plano urbanístico de Herodes estava inserido em um processo de urbanização mais amplo capitaneado pelo imperador Otaviano Augusto e que esse movimento urbanístico se estendia por várias regiões do Império. Notamos também que a fundação e a urbanização de cidades foi utilizada pelo rei dos *judeanos* para consolidar as relações políticas estabelecidas com os romanos, estreitar as *relações de clientelismo e patronato* com Augusto e gradativamente mover a sociedade judaica para o *multiculturalismo*; resultando assim no aumento do controle social, do domínio político herodiano e na construção de um legado para as gerações posteriores.

Reparamos ainda que Herodes Magno seguiu o modelo de principado de Augusto e que, como ele, tentou alcançar a *fama* através da literatura, usando como "ferreiro" Nicolau de Damasco; por meio das festividades, revitalizando os jogos e estabelecendo datas comemorativas; e através de um plano urbanístico que abrangia a ereção de edifícios e construções em honra a si mesmo e sua família, a confecção de monumentos tanto em sua

homenagem como em honra aos seus *patronos*, a reorganização de espaços, a fundação de cidades, delimitações de *áreas* e o desenvolvimento de *paisagens culturais* que perpetuassem a sua memória a partir de um discurso sobre si mesmo.

A cidade de Cesareia Marítima se trata de um espaço no qual todos esses elementos se encontram: um lugar planejado para a conjugação do binômio identidade/alteridade; um ambiente propício para a produção de mitos e símbolos; o *espaço simbólico discursivo* no qual se pode observar a atuação de Herodes Magno como *sujeito locutor* e, os judeanos, como *interlocutores* de um *discurso urbano materializado* que facilitou o encontro entre as diversas culturas envolvidas, minimizou enfrentamentos, fez de Cesareia o maior porto romano do oriente, um *lugar antropológico* para *judeanos* e romanos. O plano urbanístico de Herodes Magno transformou a cidade de Cesareia Marítima em uma *etnocidade*, um modelo de convivência pacífica, apesar da diversidade sociocultural, religiosa e política.

Figura 10 – Vista aérea da Cidade de Cesareia Marítima[124]



[124] Cesareia Marítima. Disponível em: https://national-parks.org/israel/caesarea#&gid=null&pid=6. Acessado em: 01/08/2021.

4.1 **Cidade, *etnocidade* e multiplicidade: o espaço organizado em Cesareia Marítima como documento sócio-histórico e objeto linguístico**

> Fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia natureza.
> *Raquel Rolnik*

Local de encontros e desencontros, pluralidade e singularidade, *identidade* e *alteridade*, *lugares antropológicos* e *não-lugares*, a cidade tornou-se um objeto de investigação para representantes de diversas áreas de conhecimento. Urbanistas, arquitetos, geógrafos, sociólogos, antropólogos, filósofos, historiadores, todos em maior ou menor escala convergiram suas lentes, em algum momento, para a construção concreta ou organização simbólica de um espaço no qual as relações socioculturais e políticas seriam desenvolvidas através dos tempos. Tal conversão evidencia que o urbano, o citadino, é válido para matutar.

A cidade de Cesareia Marítima foi fundada durante os primeiros anos da ocupação romana[125] e tornou-se um símbolo das relações políticas e socioculturais estabelecidas entre o Império Romano e a casa de Herodes, o rei dos *judeanos,* conforme relata o historiador judeu Flávio Josefo.

> [...] Construiu-se também sobre uma colina que está em frente à entrada desse porto um Templo a Augusto, de tamanho e de beleza extraordinários. Lá se via uma estátua desse ilustre imperador do tamanho da de Júpiter Olímpico, sobre cujo modelo tinha sido feita, e uma outra de Roma, semelhante à de Juno de Argos. Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, livro I/XVI/85).

O conjunto de edifícios e monumentos selecionados, organizados e construídos durante o seu governo aponta para um sistema ideológico que não pode ser dissociado do universo cultural do qual o rei dos *judeanos* era parte integrante, nem tampouco, ser desagregado das relações de poder que ele desejava preservar ou da memória que Herodes pretendia materializar.

Como toda cidade, Cesareia Marítima se trata de um ambiente propício para produção de mitos e símbolos: um espaço para a materialização de sua própria história (ROLNIK, 2012,

[125] Roma iniciou a ocupação da Judeia apenas cinquenta anos antes da fundação e urbanização da cidade de Cesareia Marítima quando Pompeu pôs fim a condição da Judeia como Estado independente. Entretanto, a documentação evidencia que o general romano permitiu aos judeus a continuidade de suas práticas religiosas desde que estes se submetessem ao poder político romano.

p. 30). Nesse ambiente, a vida social foi reorganizada, bem como, as relações econômicas e políticas inerentes a esse processo de materialização concreta ou simbólica, reajustadas. Isso porque além de consolidar o domínio do homem sobre determinado espaço, o surgimento da cidade delimitou uma "nova relação homem/natureza" (ROLNIK, 2012, p. 21).

A arquiteta e urbanista Raquel Rolnik define metaforicamente a cidade como um *imã*, uma *escrita*, um lugar de política e comércio. A primeira afirmação está diretamente atrelada à premissa de que antes das relações comerciais, laborais ou domiciliares se estabelecerem permanentemente nela, a cidade foi um *local cerimonial ou local sagrado*[126]. No processo de formação da cidade, "a cidade dos deuses e dos mortos precedeu a cidade dos vivos [...]" (ROLNIK, 2012, p. 67) e transformou a maneira de o homem ocupar o ambiente, através da construção de zigurates e templos. Assim, a cidade se tornou um espaço organizado, preparado para o encontro entre homens e homens, homens e deuses, vivos e mortos: um local convergente (um *imã*) aparelhado para o estabelecimento de relações socioculturais recíprocas – fossem elas concretas (entre seres humanos) ou simbólicas (entre seres humanos, criaturas míticas e deuses).

Historicamente, esse não foi o caso de Cesareia Marítima. Isso, pelo menos, por dois motivos. Em primeiro lugar, os judeus não costumavam fundar cidades. A saga judaica se confunde com uma história de conquista e ocupação. Depois de uma conquista, o espaço ocupado era reorganizado e devidamente ajustado ao universo sociocultural judaico. A cidade de Jerusalém, por exemplo, antes das conquistas de Canaã pertencia aos Jebuseus e era conhecida como Jebus. Apenas após a ocupação davídica que ela recebeu o nome de Salém e gradativamente tornou a cidade o centro político-religioso mais importante da Judeia. Assim, como muitas outras urbes da região, Cesareia Marítima também foi fundada em uma cidade preexistente. Por isso, também era conhecida como *Caesarea Stratoni.*

Em segundo lugar, Cesareia Marítima foi construída num momento histórico em que o planejamento de uma cidade conglomerava múltiplas *paisagens culturais*. O processo de delimitação das áreas incluía em si a construção de diversos locais cerimoniais que serviriam como espaço relacional entre os deuses e os homens. A demanda de fundação, urbanização, reorganização ou embelezamento de uma cidade trazia consigo a ideia de que, dentre outras funções, a cidade sempre seria um *local cerimonial*. Principalmente, se ela fosse construída seguindo o modelo helenístico ou o arquétipo romano.

---

[126] Assmann define locais sagrados como "aqueles em que se pode vivenciar a presença dos deuses. Tal local é assinalado por tabus especiais. O *local sagrado* é uma zona de contato entre Deus e o homem" (ASSMANN, 2016, p. 322).

A segunda afirmação rolkiana sobre a cidade emerge do paralelismo existente entre o processo criativo arquitetônico e a necessidade de representação sociocultural para construção, perpetuação ou reconstrução de uma memória.

> Na cidade-escrita, habitar ganha uma dimensão completamente nova, uma vez que se fixa em uma memória que, ao contrário da lembrança, não se dissipa com a morte. Não somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também esse papel (ROLNIK, 2012, pp. 86-87).

A arquitetura urbana se trata de um discurso que aponta para o universo sociocultural daquele que a idealizou. O desenho das ruas e casas, os traçados dos templos em Cesareia Marítima evidenciam, em maior ou menor escala, as experiências socioculturais dos indivíduos que habitavam a cidade. E é por isso que "as formas e tipologias arquitetônicas, desde quando se definiram enquanto hábitat permanente, podem ser lidas e decifradas como se lê e decifra um texto" (ROLNIK, 2012, p. 87).

O próprio espaço da cidade de Cesareia conta a sua história, evidencia a construção e perpetuação de uma memória, materializa a vida social através de uma diversidade de ritos e símbolos, como acontece em um processo discursivo. Nesse sentido, conforme postula Raquel Rolnik, essa cidade é uma *escrita*. Aqui podemos aproximar a arquiteta e urbanista brasileira da historiografia francesa, mais precisamente de Jacques Le Goff, em sua obra "História e Memória".

Ao se refletir sobre a cidade de Cesareia Marítima não se pode desconsiderar que ela é portadora de duas formas principais em matéria de *memória*[127]: os documentos e os monumentos (LE GOFF, 1990, p. 462). O ambiente citadino apresenta uma diversidade quase infinita de documentos. Conforme afirma o historiador francês Marc Bloch[128], "tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele" (BLOCH apud Le GOFF, 1990, p. 89). Logo, a cidade de Cesareia pode e deve evidenciar as

[127] Entende-se por memória aquela que dá um fundamento, aparentemente histórico, à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem. Segundo Le Goff, esta memória seria a responsável pela reprodução de comportamentos nas sociedades humanas (LE GOFF, 1990, p. 426).

[128] O historiador francês Lucien Febvre concorda com Marc Bloch ao postular que a prática histórica não se limita a existência e utilização de documentos escritos. "[A história] pode e deve fazer-se sem documentos escritos, se não existirem [...] faz-se com tudo o que a engenhosidade do historiador permite utilizar para fabricar o seu mel, quando faltam as flores habituais: com palavras, sinais, paisagens e telhas; com formas de campo e com más ervas; com eclipses da lua e arreios com peritagens de pedras, feitas por geólogos e análises de espadas de metal, feitas por químicos. Em suma, com tudo o que, sendo próprio do homem, dele depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gostos e maneiras de ser" (FEBVRE Apud Le GOFF, 1990, p.89).

relações políticas e socioculturais que os indivíduos mantiveram entre si, permitindo-nos relacionar história, espaço e memória. As *paisagens culturais* da cidade, os edifícios, os traçados, a arquitetura, as imagens e esculturas dessa determinada *área cultural* fazem parte de um processo discursivo, apontam para os *sujeitos locutores*, *interlocutores* e compõem a materialidade de um discurso que tem tanto a nos dizer quanto qualquer outro documento escrito.

Tratar a cidade de Cesareia Marítima como uma *escrita* significa adotá-la como um documento histórico que fala tanto por meio de sua disposição arquitetônica e paisagem urbanística quanto pelas relações que os moradores e os transeuntes estabeleceram com espaço através dos tempos – "o documento [em nosso caso, a cidade de Cesareia] [...] é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que [ali] detinham o poder" (LE GOFF, 1990, p. 470).

Se a cidade de Cesareia se trata de um documento, somente a análise dela enquanto *monumento* nos permitirá acessar a memória construída, reconstruída e perpetuada através das múltiplas relações estabelecidas com o *espaço concreto* e *espaço simbólico*. Le Goff (1990, p. 462) entende que *monumento* é tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação, quer seja de forma voluntária ou involuntária, como os fazem as obras comemorativas de arquitetura ou de escultura e, até mesmo, os *monumentos funerários* que compõem, dentre outras construções, as múltiplas *paisagens culturais* da cidade Cesareia.

Outra característica que a arquiteta e urbanista Rolnik apresenta para a cidade é a necessidade de se viver de forma coletiva. A cidade, diz ela, "nunca está só". Logo, administrá-la significa gerenciar a vida coletiva, reger a concentração ou aglomeração de indivíduos; e isso independentemente de seu tamanho ou da sua localização no tempo e espaço (ROLNIK, 2012, p. 115). A vida urbana é bidimensional, ou seja, possui uma proporção privada, mas, fundamentalmente, apresenta uma dimensão pública, um território para o exercício da prática da vida coletiva que basicamente precisa ser organizado, pensado e repensado a fim de se evitar o caos, a desordem urbana. Por isso, surge a necessidade de se estabelecerem relações políticas na cidade.

Aristóteles, em sua obra "A Política", comparou a cidade política a uma associação que tem como objetivo principal o bem comum e, segundo ele, é essa busca que une todos os homens. Cada cidade é singular e, o governo dela, deve considerar suas características socioculturais. Outra premissa importante levantada por ele se refere ao homem como ser político, social e racional. Para ele, o homem foi destinado naturalmente para viver em sociedade.

Na lógica discursiva de Fustel de Coulanges, a cidade seria uma associação de grupamentos que já estavam organizados político e socioculturalmente mesmo antes de sua constituição, um espaço organizado para o exercício da pluralidade a partir do reconhecimento da singularidade. As famílias, fratrias, tribos e as cidades seriam grupamentos sociais semelhantes entre si, nascidos uns dos outros; sociedades que, apesar de suas similaridades culturais, como por exemplo, o reconhecimento de uma prática religiosa em comum, preservavam também suas singularidades socioculturais, principalmente em tempos de isolamento. Por exemplo, um judeu que morava em Cesareia Marítima seria parte integrante de quatro universos socioculturais: sua família nuclear, a família estendida (tribo), a sua comunidade cultural (judaica ou judaico-helenística) e a cidade (ambiente multicultural). Esse modelo de pertencimento também se ajustaria aos demais indivíduos que transitavam pela cidade, independentemente da comunidade a que eles pertenciam. O indivíduo transitava por todos esses mundos sociais ao longo de sua existência (COULANGES, 2009, p. 144).

Considerando que o rei Herodes, por pertencer à *classe dirigente* judaica no século I a.C., tinha acesso aos clássicos, parece-nos que a premissa de Aristóteles contribuiu naturalmente para que o rei dos *judeanos* viabilizasse a construção de espaços sociais nos quais gregos, sírios, romanos e judeus pudessem estabelecer relações socioculturais recíprocas, ou seja, viver em sociedade, e assim minimizar futuros enfrentamentos, como os que ocorreram após a morte de Herodes.

> Aconteceu, nesse mesmo tempo, uma grande perturbação em Cesareia, entre os judeus e seus habitantes, com relação à precedência. Os judeus pretendiam-na, porque Herodes, um de seus reis, tinha construído a cidade: os sírios afirmavam que deviam ser preferidos, porque ela subsistia desde muito tempo sob o nome de Torre de Estratão, quando ali não havia um só judeu (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XX/VI/850-851).

A delimitação de *áreas culturais* na cidade de Cesareia Marítima como parte integrante de um *plano urbanístico* atingiria gradativamente esse propósito. Pois, o Estado (cidade) vem antes do indivíduo e ele existe para a sociedade.

> Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e de qualquer indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte. […] o Estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo; porque, se cada indivíduo isolado não se basta em si mesmo, assim também se dará com as partes em relação ao todo. Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que de nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus. A natureza compele assim todos os homens a se associarem. Àquele que primeiro se estabeleceu isso se deve o maior bem; porque se o homem, tendo atingido a perfeição, é o mais excelente de todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem preconceitos (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/I/11).

Outro ponto importante que a arquiteta e a urbanista Raquel Rolnik aborda em sua reflexão sobre a cidade se refere à capacidade que os habitantes possuem de alterar a *paisagem cultural* citadina através do estabelecimento de novas relações simbólicas com o *espaço concreto*. Isso acontece, por exemplo, quando o *espaço público* deixa de ser apenas local de circulação cotidiana para caracterizar o *civitas* integralmente[129]. Em uma manifestação citadina, alguns locais assumem o significado e as aspirações dos manifestantes que desafiam o poder urbano através da apropriação do *espaço público*. Isso aconteceu diversas vezes na cidade de Cesareia Marítima que durante o período de acomodação sociocultural foi cenário para o enfrentamento entre gregos, sírios, judeus e romanos.

A cidade de Cesareia também sofreu algumas reorganizações espaciais ao longo da história, tanto no período bizantino quanto sob o domínio muçulmano, corroborando para a concepção de Leonardo Benevolo de que "a cidade permanece uma criação histórica particular; ela não existiu sempre, mas teve início num dado momento da evolução social, e pode acabar, ou ser radicalmente transformada, num outro momento. Não existe uma necessidade natural, mas uma necessidade histórica, que tem um início e pode ter um fim" (BENEVOLO, 2015, p. 9).

Algumas festividades também invertem a hierarquização social tradicional ou rompem temporariamente as fronteiras culturais. O território de opressão pode se transformar em cenário de festa e, o local de festividade, em paisagem de opressão ou repressão. Essas demarcações, apesar da excepcionalidade do momento, apontam para modelos de relações socioculturais e políticas já estabelecidas entre os moradores da cidade e que sempre encontram uma expressão espacial (ROLNIK, 2012, p. 167). Por exemplo, apesar de se localizar em um território de domínio e ocupação romana, após o processo de urbanização a cidade de Cesareia Marítima tornou-se um local para celebração por meio dos jogos estabelecidos por Herodes em honra ao imperador Augusto. O espaço de opressão foi transformado em território de festividade. O inverso também aconteceu em 66 d.C., durante a guerra dos judeus contra os romanos.

A cidade também seria um local para divisão e especialização do trabalho. Na cidade de Cesareia, por exemplo, essa condição possibilitou o desenvolvimento de técnicas que facilitavam as relações comerciais entre moradores e demais transeuntes, bem como, entre cidades e cidades. A extensão dos mercados citadinos variava de acordo com as rotas comerciais

[129] Fustel de Coulanges diferenciava *civitas* de *urbs*. Para ele, *civita*s seria a associação religiosa e política das famílias e das tribos, *urbs* era o lugar de reunião, o domicílio e sobretudo o santuário dessa associação. Não se formava uma *urb* ao longo de muito tempo ou devido ao aumento do número de habitantes e construções, a *urb* era fundada de uma vez, em um só dia (COULANGES, 2009, p. 150).

que cortavam ou se aproximavam da cidade e a facilidade ou dificuldade que se tinha para transportar suas mercadorias. No entanto, as relações comerciais não suplantavam as relações políticas. A expansão dessas relações comerciais acontecia apenas quando novas práticas imperialistas começavam a fomentar a ampliação das fronteiras através do contato Inter citadino.

Na mesma linha reflexiva da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, Gonçalves Junior levanta uma problemática sobre a formação, organização e administração da cidade em busca de uma compreensão abrangente sobre o que seria *urbanismo*[130]. Segundo ele,

> [...] o urbanismo é o estudo das relações entre determinada sociedade (cultura, tradição, poder, história...) e o espaço que a abriga (ruas, construções, limitações geográficas, ...) bem, como das formas de sua organização e intervenção sobre elas com determinado objetivo. [...] O urbanismo como ação sempre existiu (mesmo antes da palavra urbanismo) (GONÇALVES JUNIOR, 2017, p. 87).

Com isso, a cidade de Cesareia Marítima seria mais que uma aglomeração de indivíduos e construções em um mesmo espaço. A compreensão de sua essência seria inviável sem a apreensão do "comportamento cultural, formas de ocupação do espaço, sistemas de produção, conflitos sociais", bem como, de outros elementos que fazem da cidade um "turbilhão de complexidade" (GONÇALVES JUNIOR, 2017, pp. 28-43). Logo, o *plano urbanístico*[131] de Herodes estaria além da mera intervenção concreta no espaço.

---

[130] Gonçalves Junior define urbanismo como o estudo ou a compreensão da cidade. Segundo ele, os termos "cidade" e "urbe" tinham diferentes significados na Antiguidade. A palavra "cidade" se referia a aglomeração de famílias e tribos, enquanto, "urbe" se tratava do local consagrado para reunião desse *populus*. Dialogando com Gaston Bardet, ele levanta a possibilidade de pioneirismo na utilização dessa palavra em 1910 no *Bulletin de la Societé Geographique de Neufchatel* se referindo transformações r ocorridas nas cidades europeias do final do século XIX e início do XX devido ao crescimento demográfico e o processo migratório. Assim sendo, em busca de uma definição clássica para urbanismo, ele evidencia que ele surgiu enquanto ciência para frear o caos físico e social instaurado nas cidades europeias (GONÇALVES JUNIOR, 2017, pp. 56-63). Com isso, o autor evoca a visão clássica sobre urbanismo para dizer que "se trata de uma técnica de planejamento urbano que visa disciplinar o crescimento oriundo das migrações (urbanização), atender à crescente demanda por infraestrutura, serviços e abastecimento e melhorar a qualidade de vida" (GONÇALVES JUNIOR, 2017, p. 73). Entretanto, urbanização seria a execução desse planejamento. Essa conceituação tornou-se a base para o desenvolvimento dos mais variados conceitos de urbanismo através dos tempos. No entanto, segundo Gonçalves Junior (2017, p. 73), a essência do urbanismo seria as "relações entre o espaço da cidade e a sociedade que nela vive".

[131] Os romanos frequentemente usavam o termo *Urbs* para se referir a Roma, a cidade por excelência e por definição. Sempre que a topografia permitia, "uma cidade era ordenada segundo plano perpendicular, em que as ruas se entrecruzavam em ângulo reto. A disposição interna dos edifícios urbanos correspondia a uma lógica de repetição, reproduzindo a cidade-mãe, Roma, em escala menor", observa Norbert Rouland (2009, pp. 111-113). Posteriormente, os romanos utilizaram esse mesmo modelo para urbanizar novas cidades e promover as relações socioculturais entre os romanos e os povos conquistados. Geralmente encontramos nas cidades urbanizadas um fórum; um capitólio, abrigando Júpiter, Juno e Minerva; uma cúria, para as reuniões do senado local; e uma basílica, para as sessões do tribunal e reuniões públicas. Norbert Rouland (2009, pp. 111-113) chama esse fenômeno de *mimetismo arquitetônico* e afirma que ele contribuía para a unificação política e sociocultural nas regiões anexadas (LIMA, 2018, p. 83).

Além de uma vistoria territorial, antes de qualquer interferência urbanística, é fundamental que se realize um levantamento de todas as relações socioculturais estabelecidas no e com o espaço que será objeto de intervenção, sejam elas concretas ou simbólicas. Esse levantamento é essencial para a minimização dos impactos que a delimitação de *áreas culturais* ou construção e reconstrução de novas *paisagens* causariam nos transeuntes e moradores da cidade. O idealizador/urbanista (em nosso caso Herodes), então, seria uma espécie de orientador para o bom andamento de todas as atividades da cidade, tanto naquilo que é concreto – como o formato, a dimensão e a localização dos edifícios, quanto no que é simbólico, considerando assim, em seu *plano urbanístico*, a singularidade sociocultural das comunidades que compartilham do mesmo espaço e, inevitavelmente, transformam a cidade – local de multiplicidade, em uma *etnocidade*.

Ao analisar o processo de construção da cidade, Gonçalves Junior (2017, p. 96) afirma que existe uma série de fatores que, em maior ou menor escala, compõe o *elemento desencadeador* de sua formação. Todos esses fatores têm a ver com o binômio espaço/sociedade. Assim como não se pode atribuir a formação de uma cidade apenas a circunstância espacial, conforme advertiram Fustel de Coulanges e Gustave Glotz, também não se deve limitar sua construção a conjuntura sociocultural. Antes de construir a cidade, Herodes a planejou da escolha do terreno a construção de cada edifício e monumento. A cidade de Cesareia Marítima tinha em sua origem diversos *elementos desencadeadores* como, por exemplo, as relações econômicas, comerciais, políticas, sociais, culturais, implicações geográficas, climáticas e tantas outras que se tornam fundamentais para a compreensão da cidade ou para adoção de um *plano urbanístico*.

Um posicionamento minimalista desconsideraria qualquer uma dessas relações e defenderia a preeminência do espaço sobre a sociedade ou a primazia da sociedade em relação ao espaço. No entanto, espaço e sociedade permanecem em interação contínua na cidade de Cesareia, de tal forma que uma mesma comunidade pode transitar e estabelecer múltiplas relações socioculturais através das conexões existentes entre as diversas *paisagens culturais* que compõem a cidade e que foram conjeturadas antecipadamente por Herodes.

Essa condição multicultural intracidade viabiliza a reciprocidade cultural entre os indivíduos que circulam no mesmo espaço, comunidades que compartilham a mesma área cultural e cidades que se entrecruzam formando grandes *regiões culturais*[132]. O curioso é que

[132] Roberto Lobato Corrêa dialoga com Wagner, Mikesell, Bonnemaison e define "regiões culturais" como "áreas habitadas, em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas,

uma determinada comunidade cultural pode permanecer quase inalterada apesar das mudanças espaciais ou reconstruir simbolicamente o seu espaço de origem noutra localidade, ou seja,

> Espaços que se alteram e sociedades que se mantêm imutáveis, espaços semelhantes e sociedades completamente diferentes e infinitas outras combinações conduzem à conclusão de que não existe uma situação estabelecida, com um único e definido espaço urbano para uma única e definida sociedade que o ocupa ou ocupará (GONÇALVES JUNIOR, 2017, p. 111).

Assim, um *plano urbanístico* deve prestar muita atenção às formas nas quais as múltiplas relações se estabelecem em uma cidade, sejam elas funcionais, sensitivas ou imaginativas[133]. A conjugação dessas três relações resulta na própria relação espaço/sociedade, diz Gonçalves Junior. Com isso, não faz muito sentido olhar para a cidade de Cesareia Marítima de forma unidirecional, pois a relação espaço/sociedade põe em jogo uma série de correlações que circunda a *etnocidade* e impulsiona o analista urbano para a interdisciplinaridade, dialogando por exemplo com sociólogos, geógrafos, economistas, antropólogos, sanitaristas, administradores, dentre outras áreas de conhecimento. Portanto, mais uma vez somos direcionados para a abordagem antropológica de Marc Augé, a fim de cotejarmos as singularidades culturais que compõem a cidade.

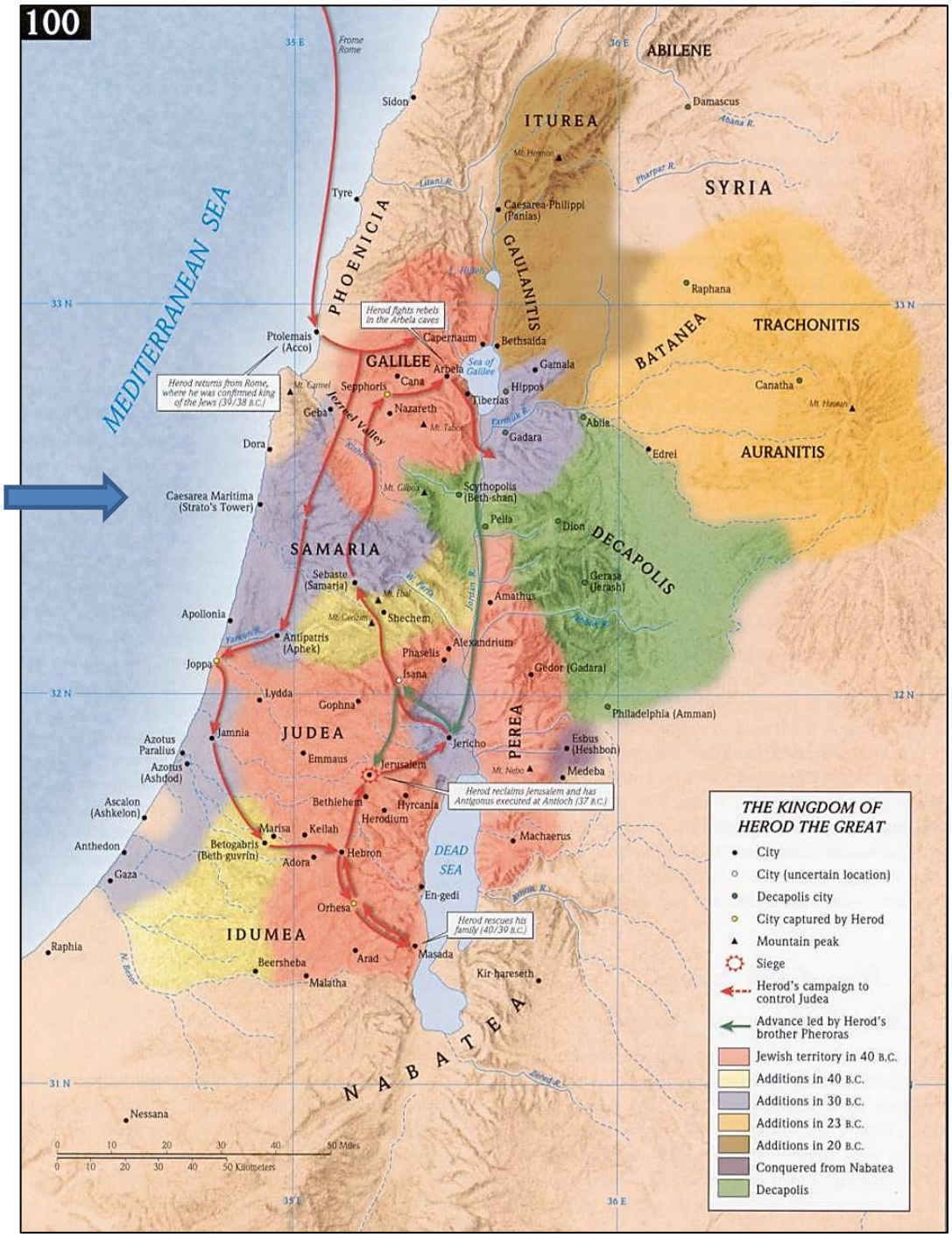
4.2 **O conceito de *lugar antropológico* e a construção do espaço concreto na cidade de Cesareia**

Segundo o historiador judeu Flávio Josefo, a cidade de Cesareia foi construída no mesmo local no qual havia a pequena Torre de Estratão que, por sua vez, foi erguida durante o período de dominação persa na região, quando a costa da Palestina era governada pelos reis fenícios de Tiro e Sidom.

identificadas com base na combinação de traços culturais, materiais e não materiais que tendem a originar uma paisagem cultural". As regiões culturais são áreas apropriadas, vivenciadas e por vezes disputadas. Apresentam diversos geossímbolos, fixos, que por serem dotados de significados identitários, fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam (CORRÊA, 2008, pp. 11-12).

[133] Segundo Gonçalves Junior (2017, p. 111), as relações funcionais se manifestam pelos usos que predominam no espaço; as sensitivas se caracterizam pela percepção sensorial imediata; e, as imaginativas estão associadas ao repertório ideológico.

Mapa 4 – Localização da cidade de Cesareia Marítima[134]



O historiador judeu não foi primeiro escritor a mencionar a Torre de Estratão em suas narrativas. Em um de seus relatos, Zenon – o assistente de Apolônio, um tesoureiro do monarca Ptolomeu II, narrou que em uma de suas viagens a região da Judeia ele fez uma parada na Torre

[134] O reino de Herodes o Grande. Disponível em: http://www.swartzentrover.com/cotor/Bible/Bible/Bible%20Atlas/HBA_15.htm. Acessado em: 01/08/2021.

de Estratão a fim de comprar alimentos. Isso aconteceu por volta de 259 a.C. Logo, mesmo antes da fundação do porto de Cesareia a região na qual a cidade seria fundada, segundo a informação geográfica de Josefo, já era utilizada como entreposto marítimo e possuía um ancoradouro conhecido desde século III a.C. (FOERSTER, 1975, pp. 9-19). Dois séculos mais tarde, a Torre de Estratão também seria citada nos escritos de Marciano de Heracleia como sendo um assentamento perto de Dora. Numa narrativa mais recente, ou seja, no recorte temporal de "O Século de Augusto", Estrabão, autor que também faz parte da *memória discursiva* das alocuções de Flávio Josefo, se referiu a Torre dizendo que ela se localizava entre Acre (Ptolomaida) e Jaffa (Jope) e enfatizou que havia um ancoradouro lá. No entanto, a exata localização desse assentamento fenício ainda é muito discutida entre geógrafos, arqueólogos e historiadores. Não existe um consenso nem mesmo em relação ao fundador do assentamento ou a origem do nome da torre. O mais significativo para nossa abordagem aqui é o fato de que antes de Cesareia Marítima existir, a região fora ocupada por diversas etnias que se organizavam como comunidades culturais.

Por exemplo, os assentamentos fenícios na localidade se estabeleceram com autorização e o apoio Persa. Enquanto os fenícios eram abastecidos com produtos comerciais, os persas faziam uso da frota naval fenícia em suas realizações. Nessa transação, as cidades de Tiro e Sidom foram usadas como local de interação comercial e sociocultural entre Persas e Fenícios. E, por se tratar de um ancoradouro, outras etnias também migravam para a região promovendo mais contato cultural. Além disso, como as demais regiões da Judeia, a Torre de Estratão passaria sucessivamente por períodos de domínio ptolomaico (helenístico), selêucida (sírio), judaico (asmoneus) e romano. No entanto, com a consolidação das *relações de clientelismo e patronato* entre Herodes e Augusto, ela passaria para as mãos do rei dos *judeanos*.

Josefo afirmou que a torre fazia parte do território que Herodes recebera de Otaviano após a Batalha do Áccio em 31 a.C., momento em que ele foi confirmado como rei dos *judeanos* e ampliou a extensão do seu reino.

> [...] Como já havia adquirido muita familiaridade com Augusto e tinha parte na sua amizade, Herodes recebeu dele não somente honras, mas grandes benefícios. Augusto deu-lhe quatrocentos gauleses que serviam de guardas a Cleópatra e entregou-lhe aquela parte da Judeia que Antônio entregara a ela, bem como as cidades de Gadara, Hipona e Samaria e, à beira-mar, Gaza, Antedom, Jope e a torre de Estratão, o que aumentou em muito o seu reino (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XI/654).

Percebe-se pelo discurso de Flávio Josefo que Herodes recebeu de Otaviano Augusto não somente a Torre de Estratão, mas também a cidade de Jope. Jope ou Jaffa se tratava de uma

cidade portuária que ficava a cerca de 55km de Jerusalém e aproximadamente 60km de distância do local no qual Herodes fundaria a cidade de Cesareia.

O porto natural de Jope era usado para transporte de produtos e viagens desde o período de construção do primeiro templo por volta do século X a.C. Os tírios e os sidônios, por exemplo, costumavam usar esse porto para realizar transações comerciais na Judeia. Por que Herodes, em vez de fundar uma nova cidade e construir um porto artificial, não urbanizou a cidade de Jope? As hipóteses para essa pergunta são variadas. Uma delas se refere ao fato de que, segundo a cronologia narrativa de Flávio Josefo, Herodes já tinha iniciado o processo de urbanização em Jerusalém, reconstruindo o templo e anexando a ele algumas edificações que representavam o poder político instituído. O sumo-sacerdote também já era escolhido por ele, logo, ele já possuía uma sede administrativa mais ao Sul de seu reino. Faltava agora ele fazer o mesmo movimento para o Norte a fim de consolidar as relações políticas em toda a Judeia.

Em segundo lugar, como Jope era um porto natural, a reorganização do espaço seria muito complexa. Ela envolveria desconstrução e construção, ou seja, o embaraço logístico de uma das portas de entrada que Herodes precisava para dar andamento no processo de urbanização da região. Outra possibilidade também seria o fato de Jope ser pequena demais para a grandiosidade arquitetônica que Herodes planejava. E realmente era. A escolha do terreno se tratava de um elemento crucial na implantação deu plano urbanístico e poderia comprometer o desenvolvimento da cidade.

Por mais que Jope fosse amplamente utilizada como região portuária, o centro da diversidade cultural sempre foi o Norte da Judeia. Inclusive, a região escolhida por Herodes para fundar a cidade e construir o novo porto, ficava muito mais próxima da Síria e da Ásia Menor. Isso sem desconsiderar que a Torre de Estratão estava na região de Samaria ou da cidade de Sebaste, outra cidade fundada e urbanizada por Herodes para dar mobilidade comercial e mover a sociedade judaica para o *multiculturalismo*.

Mais uma hipótese e talvez a mais importante seria a de que apesar de Augusto ter cedido a cidade de Jope para o rei dos Judeanos, socioculturalmente ela se tratava de uma região de influência política asmoneia. Ao longo da história, os romanos sempre cederam Jope para a Casa dos Asmoneus. Antes de ser outorgada para Herodes por Otaviano Augusto, Júlio Cesar também tinha concedido essa cidade para Hircano II e sua família através de um decreto (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XIV/XVII/597). Provavelmente, Jope seria uma localidade que Herodes sofreria muita oposição, o que retardaria o avanço do processo de urbanização. Assim, transferir o seu plano urbanístico para Jope seria trilhar o caminho da provável inviabilidade urbanística.

Agora, quais seriam as vantagens de se fundar uma cidade em Cesareia? Parece-nos que Flávio Josefo não enxergou muitas vantagens durante o processo de escolha do terreno para a constituição da cidade. Segundo ele,

> Quando fazia a visita às cidades marítimas, [Herodes] viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era [...]. Essa cidade está situada entre Dora e Jope, numa costa assaz desprovida de portos; os que querem ir da Fenícia ao Egito são obrigados a passar pelo alto mar, tanto temem o vento, chamado África, o qual, ainda que sopre levemente, levanta e impele vagas tão grandes contra os rochedos que as aumentam ainda mais, revolvendo a agitação do mar, durante certo tempo [...] (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, livro I/XVI/85).

Ou seja, para o historiador judeu, Herodes procurou um terreno para a implantação de seu plano urbanístico, mas, na ótica dele, o que ele viu foi o antigo ancoradouro em ruínas, numa região desprovida de portos, sujeita a vendavais e muita ressaca. No entanto, esse foi o lugar que o rei dos *judeanos* escolheu para construir o primeiro porto artificial da Judeia e o maior entreposto marítimo do Oriente romano. Provavelmente, nem mesmo a existência de uma pluralidade étnica e sociocultural seria considerada por um aristocrata judeu como Flávio Josefo uma circunstância atenuante. Foram tantos povos se revezando no exercício do domínio político na região que os enfrentamentos sociais seriam quase inevitáveis.

Talvez, o historiador judeu tenha usado essa *forma-de-dizer* apenas para depois enaltecer a empreitada de Herodes, já que o relato dele era retrospectivo e Cesareia permanecia funcional mesmo um século depois, quando Flávio Josefo escreveu as suas obras. O fato é que, onde Josefo viu apenas dificuldades, Herodes enxergou uma grande oportunidade, pois, embora o terreno fosse difícil, ali ele tinha tudo: rotas comerciais; proximidade de outros centros políticos e comerciais de interesse romano; o apoio de Otaviano Augusto; uma aristocracia mais aberta a *reciprocidade cultural*; famílias com uma relação histórica e identitária com o espaço; comunidades culturais familiarizadas com a interação comercial e sociocultural; e um ancoradouro que estava em ruínas, mas que ao mesmo tempo era conhecido nas sociedades mediterrâneas desde o século III a.C.

Acima de tudo, Herodes tinha um plano urbanístico e uma filosofia política; por isso ele acreditava que, apesar do desenvolvimento econômico citadino apresentar um resultado a curto prazo, o deslocamento das comunidades que constituem uma cidade para *multiculturalidade* seria lento e aconteceria a longo prazo. Logo, esse movimento deveria ser minuciosamente planejado. E era exatamente isso que ele pretendia fazer na cidade de Cesareia. Se tudo desse certo, ele escreveria a sua história em "pedra e cal", construiria e perpetuaria uma memória, e levaria a sua *fama* para o mundo conhecido.

Entretanto, se quisermos caracterizar as singularidades culturais das comunidades que

constituíam a cidade de Cesareia Marítima devemos considerar que todas as relações socioculturais estabelecidas na cidade eram constitutivas de *identidade* pessoal e coletiva e tinham uma expressão espacial. Conforme disse o antropólogo Marc Augé:

> As coletividades [as comunidades culturais de Cesareia] (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam [os citadinos], necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e para fazerem isso, simbolizar constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto ou grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou de determinado indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro). O tratamento do espaço é um dos meios dessa empreitada (AUGÉ, 2007, pp. 50-51).

Conforme afirmamos no primeiro capítulo, Herodes inovou em seu planejamento e fez uso tanto do plano de construção helenístico de Hipódamo de Mileto[135] (século V a.C.) quanto dos princípios arquitetônicos de Marcos Vitrúvio Polião[136] (século I a.C.) a fim de constituir o *plano urbanístico* da cidade de Cesareia Marítima. As regras de residência, a divisão da cidade em lotes, a delimitação entre *espaço sagrado* e *espaço profano*, *espaço público* e *espaço privado* são evidências de que Herodes utilizou o plano hipodamiano como base de seu *plano urbanístico*, sem prejuízo para incorporação de edificações vitruvianas, elementos socioculturais e monumentos romanos que também contribuíram para construção materializada e simbólica do espaço. E, esta é a definição que Augé faz de *lugar antropológico*:

> [...] a construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das adversidades e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja. [...] O lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa" (AUGÉ, 2007, pp. 51-52).

O *discurso polêmico* de Flávio Josefo e o *discurso urbano materializado* de Herodes emergem da sua relação com a cidade de Cesareia Marítima como *lugar antropológico* para judeus, *judeanos* e romanos. Em sua obra "O sentido dos outros: atualidade da antropologia", Marc Augé caracteriza o *lugar antropológico* como "o lugar do 'em casa' o lugar da identidade partilhada, o lugar comum àqueles que, ao habitá-los juntos, são identificados como tal por aqueles que nele não o habitam" (AUGÉ, 1999, p. 134).

---

[135] Arquiteto grego do período clássico responsável pelo plano de construção do Porto do Pireu, Atenas.

[136]Arquiteto romano contemporâneo a Otaviano e Herodes que deixou como legado a obra *"De Architectura" que*, por sua vez, é o único tratado europeu do período greco-romano que chegou aos nossos dias e serviu como referência para diversos textos sobre arquitetura e urbanismo, hidráulica, engenharia, desde o Renascimento.

Existem três características[137] para os *lugares antropológicos*. Eles são: a) identitários – lugar constitutivo da *identidade* individual; b) relacionais – lugar onde se ordena as relações de coexistência; c) históricos – lugar onde, conjugando *identidade* e relação, o habitante vive a história[138]. Todas essas características estão presentes na cidade de Cesareia Marítima. Sinagogas, templos romanos, termas, espaços dedicados a outras culturas, elementos arquitetônicos helenísticos, toda a organização urbana foi desenvolvida em Cesareia para que a singularidade cultural de cada comunidade fosse vivenciada e a identidade individual constituída, sem prejuízo da *reciprocidade sociocultural*, começando pela escolha do terreno. Logicamente, algumas construções foram desenvolvidas posteriormente, como é o caso da sinagoga que data entre os séculos IV e V d.C. e a casa de banho público que se refere aos séculos II e III d.C.; no entanto, todas essas reorganizações do espaço seguem a mesma proposta herodiana de fazer da cidade de Cesareia um espaço organizado para o exercício da multiculturalidade.

No entanto, cabe aqui mais uma interpolação. Se um *lugar antropológico* pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não se possa conceber assim, segundo Augé (2007, p. 73), definirá um *não-lugar*. Os *não-lugares*, diz Marc Augé (2007, p. 74), nunca existem sob forma pura, pois, lugares se recompõem nele; relações se reconstituem. Eles são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens quanto os próprios meios de transporte ou grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado, como por exemplo, acontecem em uma região portuária no mundo contemporâneo. O *não-lugar* pode ser identificado atualmente, por exemplo, em vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e em domicílios móveis considerados ou não como meios de transportes, os aeroportos, as estações, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, até mesmo as redes a cabo ou sem fio que mobilizam o espaço terrestre para a comunicação.

Apesar da reflexão do antropólogo e etnólogo francês se enraizar na *Supermodernidade*, podemos encontrar uma similaridade funcional do que ele conceitua como *não-lugar* na Antiguidade. A cidade de Cesareia Marítima possuía um porto que fora devidamente planejado pelo rei Herodes para servir como espaço no qual o indivíduo/usuário da região portuária viveria

---

[138] Segundo Michel de Certeau, pode-se ver no lugar a ordem segundo a qual elementos são distribuídos em relações de coexistência. Cada elemento do lugar está ao lado dos outros, num local próprio. Para Certeau, o lugar se trata de uma configuração instantânea de posições, o que para Augé equivale a dizer que, num mesmo lugar, podem coexistir elementos distintos e singulares, mas sobre os quais não se proíbe pensar em relações nem a *identidade partilhada* que lhes confere a ocupação do lugar comum (AUGÉ, 2007, pp. 52-53).

a “experiência simultânea do presente perpétuo e do encontro de si” (AUGÉ, 2007, p. 96). Como “na realidade do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os *não-lugares* misturam-se, interpenetram-se. A possibilidade do *não-lugar* nunca está ausente de qualquer lugar que seja. A volta ao lugar é o recurso de quem frequenta os *não-lugares*” (AUGÉ, 2007, p. 98).

O que nos leva entender que assim como seria um equívoco pensar a *identidade* sem a *alteridade*, seria igualmente confuso conceber *lugares antropológicos* sem considerar a existência de *não-lugares*, principalmente quando se trata da adoção de plano urbanístico para uma cidade. Apesar *lugares* e *não-lugares* serem polaridades fugidias , ou seja, o primeiro nunca é totalmente apagado (identidade) e o segundo nunca se realiza totalmente (relação), a cidade se trata de um espaço organizado no qual a *identidade compartilhada* é constituída através das conivências da linguagem, dos sinais da paisagem, das regras do bem viver estabelecendo um tipo de relação contratual, como por exemplo, o modo de uso do *não-lugar*, ainda que a relação com ele seja temporária e parcialmente realizada. Todas essas características se aplicam ao porto de Sebastos na cidade de Cesareia Marítima, bem como, às embarcações, armazéns e estalagens que diariamente eram ocupadas pelos indivíduos/usuários. Isso somente foi possível porque o rei dos *judeanos* tinha um plano urbanístico para a cidade. Por isso, até mesmo Flávio Josefo teve que se curvar diante da empreitada de Herodes.

> Mas este rei tão magnífico tornou-se, por seus cuidados, por suas liberalidades e por seu amor à glória, vencedor da mesma natureza; ele construiu, contra todos os obstáculos, um porto mais espaçoso do que o de Pireu, no qual os maiores navios podiam estar em segurança, contra todos os perigos das tempestades e cuja construção era tão perfeita, que se poderia pensar que nenhuma dificuldade se encontrou na realização daquela obra (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro I/XVI/85).

. A hipótese de que Herodes Magno adotou um plano urbanístico para a cidade corrobora para a concepção de Augé de que o *lugar antropológico* se coaduna com a construção do espaço concreto. Logo, o uso do plano hipodamiano nos remete diretamente ao terceiro eixo documental de nossa abordagem: o discurso de Aristóteles, em sua obra “A Política”, e a alocução de Vitrúvio em seu “Tratado de Arquitetura”.

4.2.1 O plano citadino hipodamiano e a política urbanística de Herodes

Na obra "A Política" [139], Aristóteles descreveu os elementos que compõem a cidade-estado[140]: a população (famílias e cidadãos); o território (geografia ideal da Cidade); a autoridade política (fins do poder, formas de governo, comparação e apreciação destes, exame das causas que acarretam sua ruína ou garantem sua conservação). Esse discurso está diretamente relacionado ao período judaico-helenístico. Isso nos levou a uma problemática sobre como o discurso de Aristóteles sobre a cidade-estado poderia influenciar o processo de urbanização da cidade de Cesareia Marítima, iniciado por Herodes cerca de três séculos depois.

A relação de Aristóteles com a Judeia se deu de maneira indireta. O filósofo grego foi convidado por Filipe da Macedônia para ser o preceptor do seu filho Alexandre (13 anos), posteriormente conhecido como Alexandre Magno. Depois de três anos nessa função, Aristóteles retornou para Atenas para fundar sua escola (Liceu), próxima ao templo de Apolo Lício. Alexandre Magno, mesmo durante suas conquistas, preservava sua ligação com Aristóteles e enviava ao Liceu toda sorte de vegetais e animais coletados em suas viagens pelo Oriente. No entanto, os dois tinham posições diferentes quanto à possibilidade de ampliação da forma de governo grega para outros povos. Alexandre acreditava no processo de helenização. Mas, mesmo assim, pode-se dizer que a helenização da Judeia, que resultou na reorganização sociocultural de várias cidades, inclusive a Idumeia que era a terra natal de Herodes, estava diretamente ligada às conquistas de Alexandre Magno e permanecia indiretamente relacionada a Aristóteles e suas concepções sobre a formação da cidade e a *politeía*. Além disso, Ateneu de Náucratis afirma em sua obra "Banquete dos Eruditos" que Nicolau de Damasco era um dos membros da Escola Peripatética: um círculo filosófico grego que basicamente seguia os ensinamentos de Aristóteles. Conforme disse Flávio Josefo, Nicolau atuou como *cliente* e biógrafo oficial de Herodes; o que certamente aproximou ainda mais o rei dos *judeanos* da

[139] A análise de conteúdo evidenciou que a obra foi escrita em grego ático e apresenta gênero textual épico (não ficcional), tipo textual argumentativo, e se trata de um ensaio e discurso privado com o objetivo de promover a interação entre os alunos de Aristóteles no Liceu, através de leituras e debates. A obra em foco foi produzida no século IV a.C., na cidade de Atenas.

[140] Devemos considerar que, apesar de descrever vários modelos de cidade e *politeía*, Aristóteles usa a *cidade-Estado* antiga como modelo para uma abordagem em sua obra "A Política". No entanto, a cidade de Cesareia Marítima não se enquadrava neste modelo de cidade. Cesareia não era uma *cidade-Estado*. Não havia independência política. A cidade era parte de uma região maior: a Judeia romana. Entretanto, "A Política" de Aristóteles nos permite cotejar indícios da utilização do *plano hipodamiano* no processo de urbanização de Cesareia Marítima.

política aristotélica e da proposta urbanística de Hipódamo de Mileto (ATENEU DE NÁUCRATIS, BANQUETE DOS ERUDITOS, Livro VI).

Apenas parte da obra "A Política" chegou até a posteridade e, ainda assim, não se tem certeza da ordem original dos oito livros. Aqui utilizaremos somente os Livros I, II, III e IV nos quais Aristóteles respectivamente apresentou os elementos essenciais para formação de uma cidade, analisou a Constituição de Hipódamo de Mileto, descreveu o *plano hipodamiano* e tratou da geografia física, cultural e organização ideal para a uma cidade-estado.

Para os gregos do século IV a.C. a existência da cidade-estado seria tão natural quanto o fato de o homem ter nascido para ela (GLOTZ, 1980, pp. 1-25). Pelo menos, essa parecia ser a concepção de Aristóteles ao afirmar que:

> [...] a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a censura cruel de ser sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como aves de rapina, incapaz de se submeter a qualquer obediência. […] o que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/I/9-10).

Uma geografia marcada por fragmentação física contribuiu fortemente para o estabelecimento de divisões geopolíticas na Grécia antiga. Para os historiadores do século XIX era comum analisar surgimento da cidade-estado grega a partir dessas condições geográficas. No entanto, apesar dessa característica ser fulcral para a compreensão da formação da cidade grega, seria um erro atribuir o seu surgimento apenas a relação homem/espaço, cogitando a preeminência do meio ambiente sobre todo o processo. Pois, mesmo quando estabelecidas em lugares não tão acidentados, as colônias gregas espalhadas pelos arredores do Mediterrâneo antigo reproduziam as mesmas condições políticas e socioculturais estabelecidas em seu território de origem. Tal circunstância contribuiu para a comprovação da hipótese de que não há preeminência geográfica no processo de formação de uma cidade (GLOTZ, 1980, pp. 2-3). Logo, faria todo sentido para o rei dos *judeanos* não se ocupar somente com a construção do espaço concreto. Em seu plano urbanístico, Herodes precisava considerar que Cesareia Marítima deveria ser um *lugar antropológico* para todas as comunidades que participariam do processo de constituição da cidade. Esse vínculo identitário deveria ser criado e/ou potencializado através das *paisagens culturais* que comporiam o conjunto arquitetônico de Cesareia.

No Livro I, Aristóteles comparou a cidade política a uma associação que tem como objetivo principal o bem comum e, segundo ele, é essa busca que une todos os homens. Em seguida, ele adverte sobre o equívoco de uniformizar o governo das diversas cidades. Cada cidade é singular e, o governo dela, deve considerar suas características socioculturais[141]. Depois, o filósofo grego apresentou a família como a primeira associação entre indivíduos.

> Esta dupla união do homem com a mulher, do senhor com o escravo, constitui, antes de tudo, a família. Hesíodo disse, com razão, que a primeira família[142] se formou da mulher e do boi para a lavra. Com efeito, o boi serve de escravo aos pobres. Assim, naturalmente, a sociedade constituída para prover às necessidades quotidianas é a família, formada daqueles que Carondas[143] chama *homos pyens* (tirando o pão da mesma arca) e que Epimenides, de Creta, denomina *homocapiens* (comendo na mesma manjedoura) (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/I/6).

A família compreendia "todos os que comiam na mesma mesa e respiravam a fumaça do mesmo altar" (GLOTZ, 1980, p. 2). Nessa mesma lógica discursiva, Leonardo Benevolo (2015, p. 76) afirma que um dos órgãos essenciais para o funcionamento da cidade grega como um todo orgânico era a existência do lar comum que era consagrado ao deus protetor da cidade, no qual se ofereciam sacrifícios, banquetes públicos e se proporcionava também o acolhimento do estrangeiro. Segundo ele, em sua origem esse lugar se confundia com o palácio real, mas, posteriormente, esse local se tornou um espaço simbólico usado como residência para os primeiros dignitários da cidade, o *pritaneu*. Nesse lugar havia um altar, um fosso cheio de brasas, uma cozinha e salas para refeição. O fogo deveria ser preservado. Quando os emigrantes deixavam a sua região de origem para fundar outra colônia, eles deveriam levar fogo de seu *lugar antropológico* de origem a fim de realizar uma conexão simbólica entre ele e o *pritaneu* da nova cidade. Assim, a nova terra seria considerada como uma extensão da terra dos ancestrais e o *ponto de referência mnemônica* criado ali transformaria esse novo espaço em um *lugar antropológico* para seus novos habitantes (BENEVOLO, 2015, p. 76).

---

[141] Leonardo Benevolo evidencia que, ainda que a cidade ocupasse um território considerável, no qual retirava os meios para sua subsistência, existiam também outros grupamentos menores que embora tivessem certa autonomia administrativa por meio das assembleias locais, permaneciam ligados a ela através do vínculo com o *pritaneu* e o *buleutérion*, que por sua vez era sala que abrigava o conselho de nobres ou funcionários que a assembleia de cidadãos, outro órgão essencial para o funcionamento orgânico da cidade grega (BENEVOLO, 2015, p. 76).

[142] As Obras e os Dias.

[143] Os sicilianos, entre os quais nascera Carondas, chamavam *sipye* à arca em que se guarda pão, e os cretenses denominavam *papê* à manjedoura.

A reflexão aristotélica não parou no primeiro estágio. Segundo o filósofo grego, essa associação de indivíduos se desenvolveu e constituiu uma sociedade formada por muitas famílias.

> A primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, mas não quotidiana, é o pequeno burgo [*kômê*]; esta parece ser naturalmente uma espécie de colônia da família. Chamam alguns de *homogalactiens* (alimentados do mesmo leite) aos filhos da primeira família, e aos filhos desses filhos. É porque as cidades eram primitivamente governadas por reis, como ainda hoje o são as grandes nações; e porque elas se formavam de hordas submissas à autoridade real. Com efeito, uma casa é administrada pelo membro mais velho da família, que tem uma espécie de poder real – e as colônias conservam o governo da consanguinidade. É o que diz Homero: "cada senhor absoluto de mulheres e filhos, a todos prescreve leis" (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/I/7).

Logo, a primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, mas não quotidiana, era o pequeno burgo; que para ele parecia ser naturalmente uma espécie de colônia da família. Assim, Aristóteles entendeu que uma cidade completa se tratava de uma sociedade constituída por diversos pequenos burgos, com todos os meios de se abastecer por si, e com capacidade para executar o fim que se propôs.

> Nascida principalmente da necessidade de viver, ela subsiste para uma vida feliz. Eis por que toda cidade se integra na natureza, pois foi a própria natureza que formou as primeiras sociedades. A natureza era o fim dessas sociedades; e a natureza é o verdadeiro fim de todas as coisas. Dizemos, pois, dos diferentes seres, que eles se acham integrados na natureza quando tenham atingido todo o desenvolvimento que lhes é peculiar. Além disso, o fim para o qual cada ser é criado é de cada um bastar-se a si (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/I/8).

Na lógica política aristotélica, a cidade seria o último estágio do desenvolvimento comunitário, a mais importante de todas as sociedades, a finalidade última de todas as associações nas quais os homens, enquanto seres políticos, sociais e racionais seriam inseridos desde o nascimento. O homem necessita da cidade para amadurecer plenamente. Ele foi destinado naturalmente para viver em sociedade e se relacionar com o espaço de forma concreta e simbólica. Essa foi mais uma premissa importante levantada por Aristóteles. Para ele, o homem se tratava de um ser político, social e racional que foi destinado naturalmente para viver em sociedade.

Considerando que o rei Herodes, por pertencer à classe dirigente judaica no século I a.C., tinha acesso aos clássicos e ainda era patrono e amigo de Nicolau de Damasco, parece-nos que essa premissa de Aristóteles contribuiu naturalmente para que o rei dos *judeanos* viabilizasse a construção de espaços sociais nos quais gregos, sírios, romanos e judeus

pudessem estabelecer relações socioculturais recíprocas, ou seja, viver em sociedade, e assim minimizar futuros enfrentamentos, como os que ocorreram após a morte de Herodes.

> Aconteceu, nesse mesmo tempo, uma grande perturbação em Cesareia, entre os judeus e seus habitantes, com relação à precedência. Os judeus pretendiam-na, porque Herodes, um de seus reis, tinha construído a cidade: os sírios afirmavam que deviam ser preferidos, porque ela subsistia desde muito tempo sob o nome de Torre de Estratão, quando ali não havia um só judeu (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XX/VI/850-851).

A delimitação de *áreas culturais* na cidade de Cesareia Marítima como parte integrante de um *plano urbanístico* atingiria gradativamente esse propósito. Pois, o Estado (cidade) vem antes do indivíduo e ele existe para a sociedade.

> Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e de qualquer indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte. […] se cada indivíduo isolado não se basta em si mesmo, assim também se dará com as partes em relação ao todo. Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que de nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus. A natureza compele assim todos os homens a se associarem. Àquele que primeiro se estabeleceu isso se deve o maior bem; porque se o homem, tendo atingido a perfeição, é o mais excelente de todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem preconceitos (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/I/11).

O discurso aristotélico sobre cidade e sociedade revela parte dos princípios políticos que nortearam o plano urbanístico de Herodes e o processo de urbanização de Cesareia Marítima. A fundação da cidade foi fomentada pela concepção de que cada indivíduo daquela região, independentemente de sua singularidade sociocultural, tinha nascido para viver em sociedade. Gregos, sírios, judeus, romanos, transeuntes, todos enquanto seres políticos, sociais e racionais foram treinados para a vida citadina desde o nascimento, quando experimentaram a primeira forma de organização social: a família. Herodes entendia que o homem nasceu para a cidade e talvez por isso tenha investido tanto em urbanização.

A suntuosidade de Cesareia Marítima também se relacionava diretamente com a concepção herodiana de que a cidade precisava ser completa, ou seja, ela deveria cumprir o fim a que se propôs, se autossustentar. A sociedade de Cesareia, formada pelas diversas comunidades culturais que a constituía, deveria prover as necessidades cotidianas através do Porto de Sebastos. O Livro I da obra "A Política" diferencia a ciência do enriquecer da ciência econômica. Aristóteles associou essa à subsistência, a qualidade e, não, ao acúmulo de excedentes para se obter vantagens. Já aquela, ele ligou ao comércio, aumento dos objetos possuídos, ao que é supérfluo. Aristóteles afirmou que o comércio faz parte da ciência do enriquecer e, se divide em três partes: a navegação, transporte por terra e venda local. Além

disso, para ele, o trabalho mercenário, exportação e importação de matéria prima e produtos agrícolas contribuem para o enriquecimento da cidade.

> Quanto às maneiras de adquirir por troca, a principal é o comércio, que se divide em três partes: navegação, transporte por terra e venda no próprio local. Estas partes diferem entre si, sendo umas mais seguras, outras mais lucrativas. Depois do comércio, vem o tráfico de espécies metálicas. Seguem-se os trabalhos mercenários, dos quais alguns dependem de alguma arte, enquanto outros só requerem o trabalho corporal. Uma quarta maneira, que fica entre a terceira e a primeira (pois é em parte natural, em parte comercial), diz respeito às coisas que se tiram da terra e não são frutos, mas têm sua utilidade, como a exploração da madeira, a das minas, que se subdivide por sua vez em muitas partes, pois há várias espécies de minas, cujos detalhes aqueles que as exploram devem conhecer, mas seria cansativo enumerar aqui (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro I/IV/23).

Mais uma vez, o discurso de Aristóteles nos remete aos princípios políticos de Herodes. O rei dos *judeanos* buscava o enriquecimento através do comércio, da prestação de serviços e da tributação. Por isso, em seu plano urbanístico não havia somente a construção de uma cidade, mas, sim, a organização de um espaço que serviria como centro de distribuição para o Porto de Sebastos. A cidade de Cesareia Marítima seria o ponto de intercessão entre as rotas marítimas (mar Mediterrâneo) e as rotas comerciais terrestres que atravessavam a Judeia e interligavam o Egito e o Antigo Oriente Próximo à Síria, chegando até a Ásia.

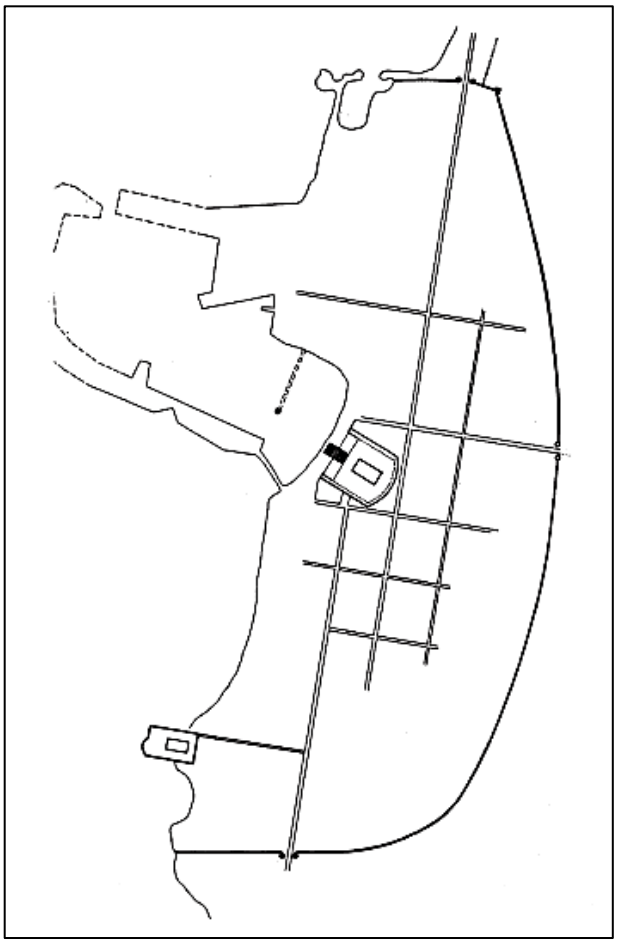
O Livro II da obra "A Política", por sua vez, se inicia com a premissa de que uma cidade somente será virtuosa através da filosofia, dos bons costumes e das boas leis. Essa premissa aponta diretamente para a necessidade de se administrar a inevitável diversidade política e sociocultural da cidade. Herodes compreendia que a cidade era composta por várias comunidades culturais e que, esses grupamentos sociais, foram constituídos por famílias. Seria muito difícil mover um "arquipélago" inteiro para a *multiculturalidade*. No entanto, esse conjunto era formado por algumas "ilhotas": os indivíduos. Eles, como seres forjados para a vida em sociedade, seriam mais flexíveis e suscetíveis as mudanças que o rei dos *judeanos* pretendia implantar (AUGÉ, 2007, pp. 48-50). O *discurso urbano materializado* de Herodes evidencia que, para o rei dos *judeanos*, mudando o indivíduo, transforma-se a sociedade. Paradoxalmente, a constituição da cidade de Cesareia Marítima seria o último estágio desse processo e ainda o seu início, já que Herodes organizou espaços e construiu *paisagens culturais* a partir das individualidades durante o movimento de urbanização. A divisão dos bens, organização e a socialização dos espaços contribuíram diretamente para isso. Logo, as escolhas de Herodes Magno, a composição de múltiplas *paisagens culturais* se relacionava diretamente com a necessidade de administrar a diversidade étnica e sociocultural que gerava, segundo Flávio Josefo, muitos enfrentamentos no século I a.C.

> Já que a sociedade civil supõe, como já ficou dito, uma grande multidão de homens, é preciso torná-la una pelos princípios e pela instrução comum. Aquele que, tentando discipliná-la, se gaba de torná-la virtuosa por meios diferentes da filosofia, dos bons costumes e das boas leis, engana-se redondamente. Assim agiram o legislador de Creta e o da Lacedemônia, que limitaram a comunidade dos bens, um apenas aos fundos destinados à despesa com as refeições públicas, outro ao uso familiar das posses de cada um. Deve-se, aliás, atentar para a longa sequência dos séculos e dos anos anteriores ao nosso e persuadir-se de que as boas instituições não escaparam à sagacidade dos que nos antecederam. Quase tudo foi imaginado, mas, dos diversos projetos propostos, uns não foram aceitos, outros foram abandonados após algumas tentativas. Da mesma forma, basta submeter a uma tentativa a comunidade socrática e se terá a prova de que ela é impraticável. Com efeito, jamais se formará um Estado se não se começar por classificar os homens e partilhar os bens, destinando alguns ao uso público e distribuindo o restante às cúrias e às tribos particulares (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro II/II/10-11).

Depois de abordar a necessidade de se administrar a diversidade sociocultural da cidade, Aristóteles analisou a Constituição de Hipódamo de Mileto. Dois artigos dessa Constituição são interessantes para nossa análise. Em primeiro lugar, a informação de que para Hipódamo uma cidade deveria ter dez mil homens, dividindo-se em três classes: uma de artesãos, outra de lavradores e a terceira de guerreiros e funcionários do exército (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro II/V/2). O que nos remete diretamente a problemática sobre a quantidade máxima de habitantes que Cesareia Marítima comportaria sem comprometer a organização da cidade[144]. E, em segundo lugar, a divisão da terra. Na lógica aristotélica, a cidade deveria ser dividida em três áreas culturais formadas por: a) espaços privados ocupados por casas ou áreas particulares; b) espaços sagrados consagrados à religião para despesas do culto e dos sacrifícios, destinados aos templos dos deuses; c) espaços públicos ou áreas de convivência comum, dedicados às reuniões políticas, à alimentação e ao soldo do exército, ao comércio e ao divertimento, como por exemplo, os teatros e os jogos desportivos (BENEVOLO, 2015, p. 78). Enquanto governante, o rei dos *judeanos* personificava os interesses da comunidade e deveria administrar as áreas públicas, ordenar os espaços sagrados e até mesmo intervir nos espaços particulares. A cidade de Cesareia Marítima foi fundada para funcionar como um centro político, comercial e religioso, unificando dentro de seus limites um sem-número de serviços diferenciados.

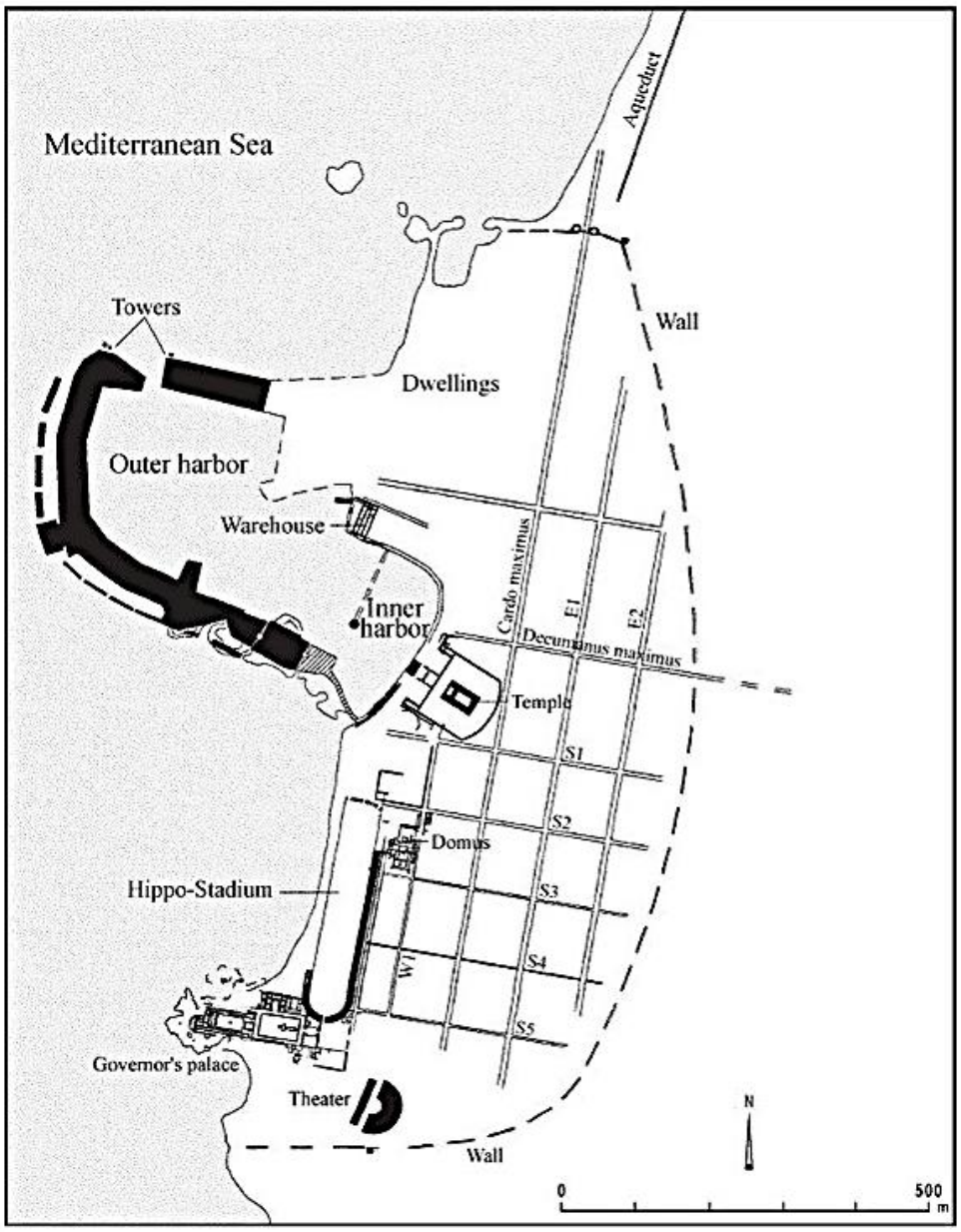
[144] Leonardo Benevolo aponta que na cidade grega a população, que não incluía escravos e estrangeiros, era sempre reduzida sob pena de não se ter a condição necessária para o desenvolvimento da vida civil. Essa concepção demográfica era marcada por ambiguidades. Por exemplo, a população deveria ser numerosa suficiente para se defender durante uma guerra, mas, não poderia ser tão densa a ponto de inviabilizar o funcionamento das assembleias (BENEVOLO, 2015, p. 76-77).

Figura 11 – Plano provisório da cidade de Cesareia Marítima na primeira fase de construção, durante o reinado de Herodes, por Ehud Netzer, 2007.



A cidade de Herodes deveria ser funcional e segura. Para isso, ela se construía e se reconstruía de acordo com suas necessidades. Apesar de planejada, ela se corrigia com o passar do tempo e se revestia de novos edifícios e monumentos para esse fim. As marcas dessas correções, permaneciam impressas nas *paisagens culturais* da cidade de tal forma que a *memória dos locais* fosse preservada e o vínculo identitário, embora fluido, fosse igualmente radicalizado. Assim como acontecia em todas as cidades helenísticas, em Cesareia Marítima a natureza e a história se harmonizavam a partir da intervenção humana, organizando e reorganizando o espaço, pondo em jogo *identidade* e *alteridade*, ruptura e continuidade (BENEVOLO, 2015, pp. 87-89). Por exemplo, o plano original da cidade, representado na imagem anterior, se diferenciava da disposição final, conforme veremos na imagem a seguir.

Figura 12 – Plano da cidade de Cesareia da inauguração até 70 d.C.[145]

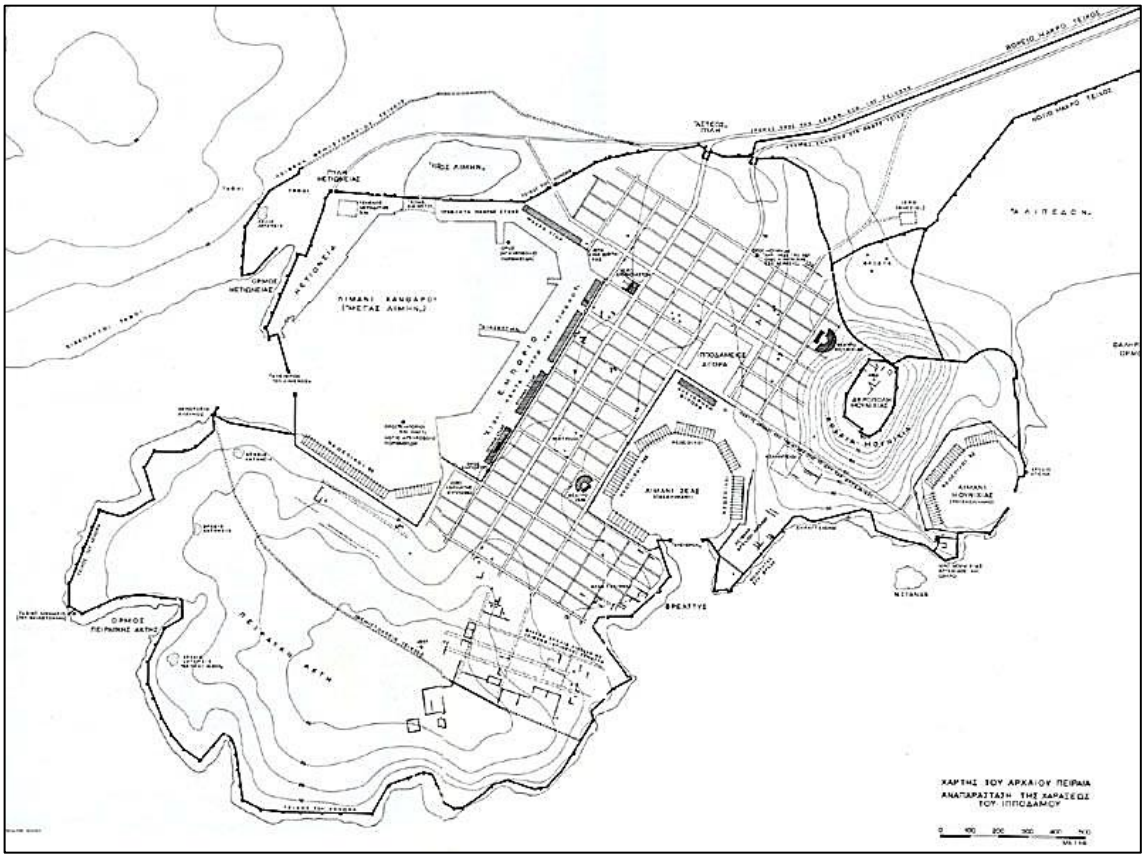


Apesar das diferenças acima demonstradas ou das mudanças arquitetônicas que também ocorrerão durante o período de institucionalização do cristianismo e ainda durante o domínio muçulmano na cidade, grande parte do traçado e forma original será preservada conforme o plano urbanístico de Herodes.

[145] Cesareia Marítima até 70 d.C. Disponível em: https://bibleinterp.arizona.edu/articles/pat358031. Acessado em: 01/08/2021.

Segundo Helmut Koester (2012, p. 78), o plano e as construções da cidade helenística incluíam: a edificação de muralhas reforçadas, de acordo com as características geográficas de cada região; a disposição de pórticos, tribunais e prédios governamentais em torno da ágora; templos nas proximidades da ágora, teatro; anfiteatro; vários ginásios e termas. As ruas dividiam a cidade em quarteirões retangulares iguais que eram subdivididos em lotes do mesmo tamanho para cada cidadão. Somente os prédios públicos podiam ocupar vários lotes. Essa disposição foi chamada de *plano hipodamiano*, o mesmo adotado no Porto de Pireu em Atenas.

Figura 13 – Plano hipodamiano do Porto de Pireu[146]



Hipódamo confirmou e tornou sistemática todas as características da cidade grega antiga, de tal forma que ela pudesse ser reproduzida noutras regiões, criando assim uma regularidade, um padrão citadino que permitia até mesmo uma expansão futura (BENEVOLO, 2015, p. 127). E foi exatamente isso que aconteceu na Judeia de Herodes e que resultou na fundação e urbanização de Cesareia Marítima. A similaridade urbanística com as cidades

[146] Porto de Pireu. Disponível em: https://sk.pinterest.com/lubome/hippodamus-of-miletos/. Acessado em: 01/08/2021.

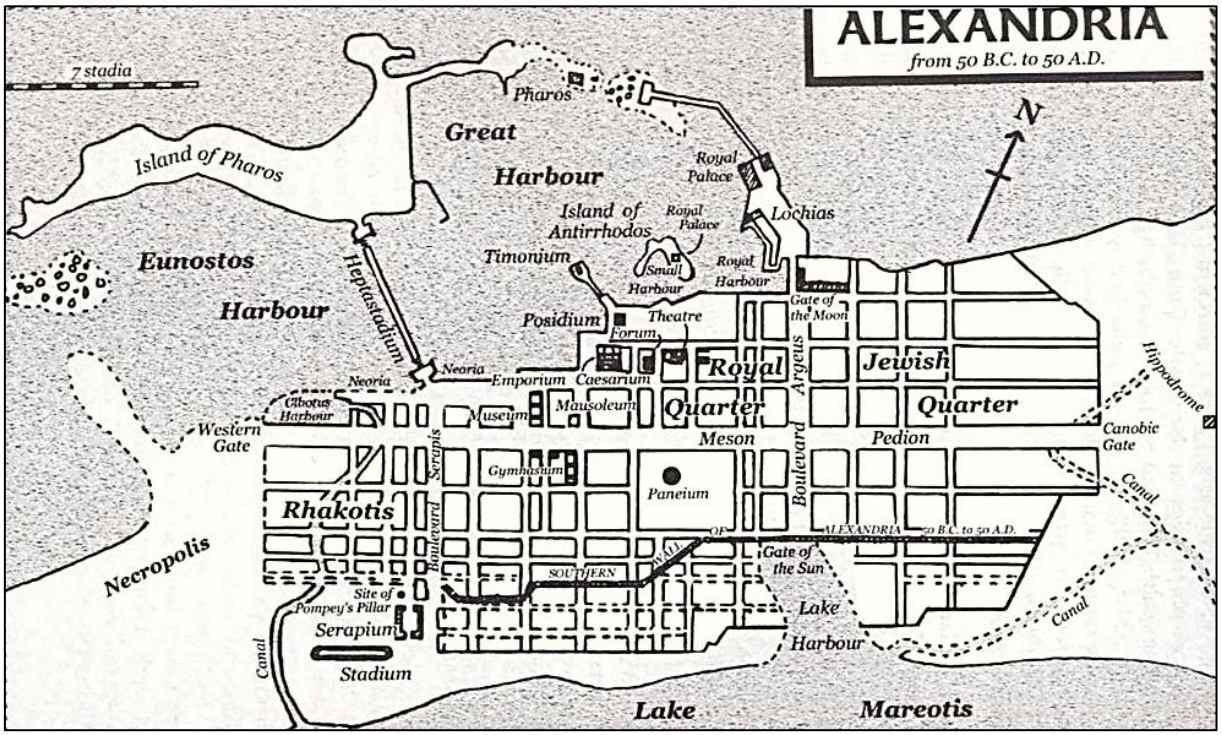
helenísticas fez com que Flávio Josefo usasse o Porto de Pireu como referência arquitetônica para descrever a cidade de Cesareia aos sujeitos locutores que provavelmente nunca tinham visitado a localidade. Leonardo Benevolo assim descreveu as características do Plano Hipodamiano:

> As ruas são traçadas em ângulo reto, com poucas vias principais no sentido de comprimento, que dividem a cidade em faixas paralelas em um número maior de vias secundárias transversais; as sessões das ruas são sem pretensões monumentais (de 5 a 10m as principais, de 3 a 5m as secundárias). Daí resulta uma grade de quarteirões retangulares e uniformes, que pode variar nos casos concretos para adaptar-se ao terreno e às outras exigências particulares; a dimensão menor desses quarteirões – isto é, a distância entre duas vias secundárias – é a necessária para uma ou duas casas individuais (muitas vezes 30-35) metros; a dimensão maior – isto é, a distância entre duas ruas principais – é apropriada para uma fileira ininterrupta de casas (de 50m a cerca de 300m). As áreas especializadas civis e religiosas não comandam o resto da composição, mas se adaptam à grade comum e muitas vezes são dispostas em um ou mais quarteirões normais; deste modo, as ruas principais não entram em tais áreas, e corre em tangentes. O perímetro da cidade não segue uma figura regular, e os lotes terminam de maneira irregular perto dos obstáculos naturais como os montes e as costas. Os muros não correm rentes aos lotes, mas unem as alturas mais defensáveis, mesmo uma certa distância do povoado, razão por que têm costumeiramente um traçado todo irregular. A constância da grade – fixadas pelas exigências excepcionais dos templos e dos palácios – confirma a unidade do organismo urbano e a uniformidade de todas as áreas e das propriedades particulares perante a regra comum, imposta pelo poder público. A elasticidade da relação entre os lados dos lotes retangulares permite que cada cidade seja diferente das outras não vinculada ao modelo único. A complicação do perímetro e a distância que os muros estão dos quarteirões respeitam o equilíbrio entre a natureza e a obra do homem, e diminuem, em grande escala, o contraste entre a cidade e a paisagem (BENEVOLO, 2015, p. 114).

Além de Augusto, Herodes também tinha como referência política os monarcas helenísticos. Geralmente esses monarcas incluíam em sua política a fundação de novas cidades. A Judeia, por exemplo, tinha várias cidades helenísticas, inclusive a Idumeia que era o local de origem do rei dos *judeanos*. Helmut Koester (2012, pp. 75-80) afirma que, apesar da fundação dessas cidades terem um papel significativo no processo de helenização, os principais objetivos desses monarcas ao fundar uma cidade eram proteger as rotas comerciais mais importantes, as linhas de abastecimento militar e preservar os limites do seu reino.

Se tomássemos como referência Alexandria – a cidade que foi fundada por Alexandre Magno no Egito e se tornou o modelo de pólis helenística para todas as sociedades mediterrâneas, veríamos que um terço da área da cidade estava ocupado com construções reais: o palácio, a biblioteca, o museu, o jardim zoológico e tumba de Alexandre Magno; além da existência de grandes avenidas, praças, fontes para abastecimento da cidade e templos, configurando um traçado urbanístico similar ao que Herodes utilizou em Cesareia (KOESTER, 2012, pp. 75-80).

Mapa 5 – Modelo de plano urbanístico hipodamiano: porto de Alexandria[147]



Joseph Patrich listou algumas similaridades entre o plano urbanístico de cidade de Cesareia Marítima e o planejamento urbano de Alexandria: a) a existência de um porto artificial projetando-se no mar; b) a construção de um templo no topo de uma colina proeminente, com vista para o mar e toda a cidade; c) a edificação de um palácio ou sede administrativa; d) a confecção de um teatro próximo ao mar, localizado perto do palácio (PATRICH, 2007, p. 122).

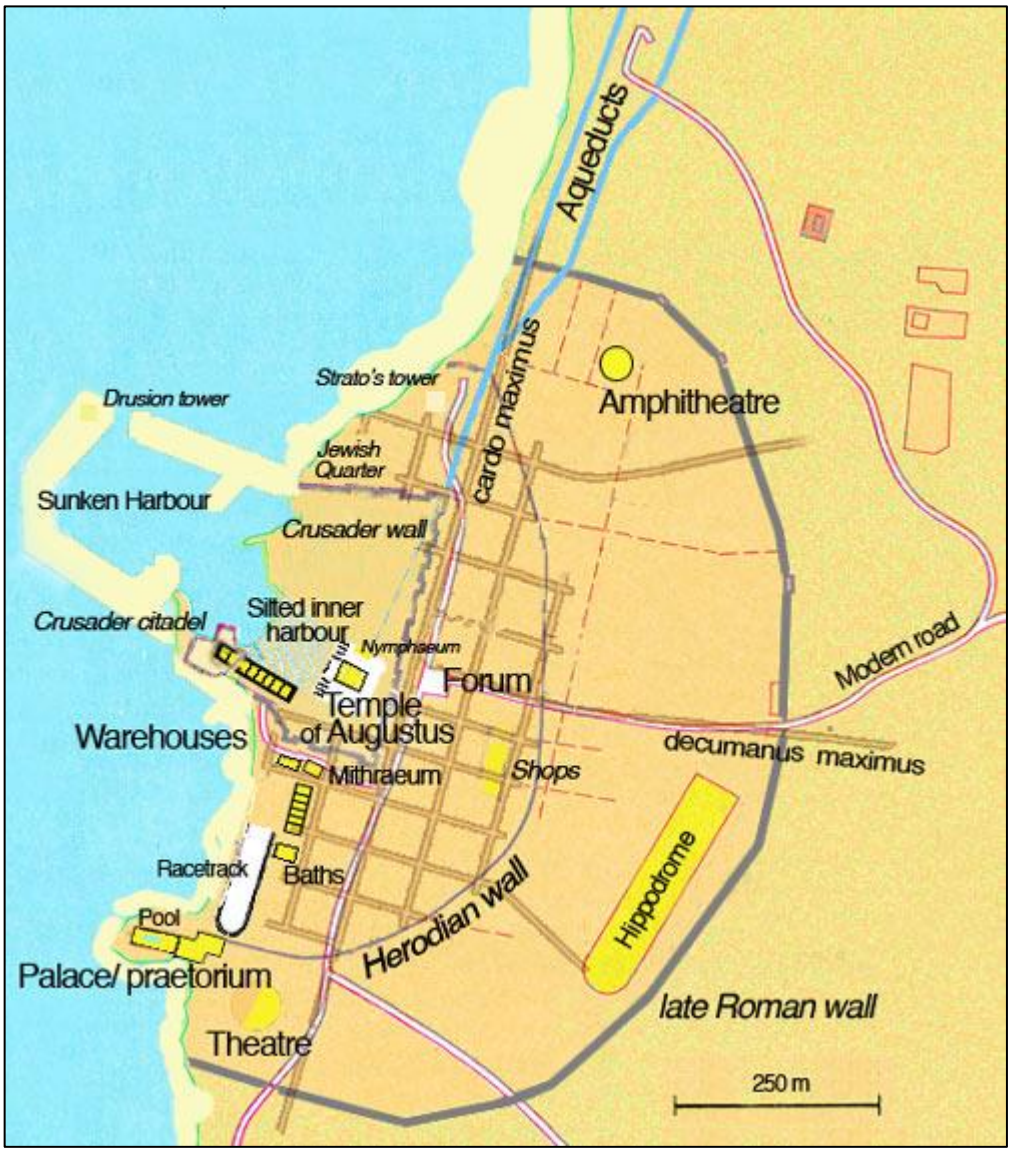
Apesar da comparação que Flávio Josefo fez entre o porto de Sebastos, em Cesareia, e o porto de Pireu, em Atenas, Joseph Patrich entende que o projeto que serviu como inspiração para Herodes foi o de Alexandria; região na qual o rei dos judeanos esteve em muitas oportunidades, segundo o relato de Josefo (PATRICH, 2007, p. 124).

Muitas cidades helenísticas do tempo de Herodes foram fundadas como colônias militares *(klerouchiai*). Esse modelo organizacional oferecia muitas vantagens para os governantes, pois, desoneravam um pouco o erário tendo em vista que assentados os soldados podiam cultivar e usufruir das terras reais, gerando uma renda independente e estabelecendo um novo vínculo com a cidade que teriam de defender em caso de guerra. Essa política também

[147] Plano de Alexandria. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fcs.uwaterloo.ca%2F~cbruni%2FCO480Resources%2Flectures%2FCO480MayAug2017%2Flecture3.pdf&clen=12525321&chunk=true. Acessado em: 01/08/2021.

oferecia oportunidades para imigrantes gregos, pois, o serviço militar lhes daria posteriormente uma casa e uma área rural de sua propriedade. O resultado era a ampliação das áreas cultiváveis e a equiparação funcional das colônias militares com a *polis* (KOESTER, 2012, pp. 75-80).

Figura 14 – Plano atual da Cidade de Cesareia, Israel[148]



No Livro III, o filósofo grego se aprofundou em sua concepção sobre cidade, cidadão e cidadania. E, a partir da sua ideia de cidadania, ele caracterizou os dois modelos de cidadão que compõem uma cidade, associando cidadania ao poder. Em seguida, Aristóteles problematizou algumas justificativas para a mudança do nome de uma cidade. Isso nos remete mais uma vez

[148] Plano da cidade de Cesareia Marítima. Disponível em: https://www.albert-tours-israel.com/single-post/2017/04/30/caesarea-the-capital-of-judea-for-over-600-years. Acessado em: 01/07/2020.

a mudança do nome de Torre de Estratão para Cesareia, o que segundo Flávio Josefo se relacionava apenas a tentativa de homenagear Augusto, mas, culturalmente falando, parece-nos que se tratava de uma alteração nas dinâmicas sociocultural, política e no *modus vivendi* dos *judeanos,* a partir do processo de urbanização da região.

> [...] Se a cidade é uma espécie de comunidade, se ela é uma comunidade de governo entre os cidadãos, do momento em que a forma do governo se modifique, e que ela se torna de uma espécie diferente, é forçoso que a cidade também pareça não mais ser a mesma. É como o coro que, figurando ora na tragédia, ora na comédia, nos parece outro, embora ele muitas vezes se componha dos mesmos indivíduos. Da mesma forma, qualquer outra associação ou combinação nos parece diferente, quando apresenta outra espécie de combinação. Por exemplo, dizemos que a harmonia dos mesmos sons é outra quando ela produz ora o modo dórico, ora o modo frígio. Ora, se assim acontece na música, com mais razão se dirá que uma cidade é a mesma, quando consideramos a sua forma de governo. Pode-se dar à cidade outro nome, ou o mesmo nome, seja ela habitada pelos mesmos homens, ou por homens completamente diferentes. Será justo cumprir com os compromissos, ou não os cumprir, em virtude de ter a cidade mudado a sua forma de governo? Esta é uma outra questão (ARISTÓTELES, A POLÍTICA, Livro III/I/13-14).

Assim, chegamos ao Livro IV da obra de Aristóteles, no qual o filósofo grego colocou o planejamento demográfico como uma das principais preocupações do político ou homem de Estado, bem como, pôs o planejamento territorial ou a adoção de um *plano urbanístico* como um dos fundamentos para o sucesso da cidade.

A descrição de Aristóteles levou em consideração a diversidade e a singularidade sociocultural dos indivíduos que compõem a cidade. A análise comparativa entre a descrição que Flávio Josefo fez de Cesareia Marítima e a concepção aristotélica sobre os elementos que compõem uma cidade evidenciou as similaridades entre o *plano urbanístico* de Herodes e o plano hipodamiano, conforme demonstraremos a seguir:

Tabela 8 – Análise descritiva e comparativa dos elementos que compõem a cidade helenística: comparação entre as obras "Guerra dos Judeus", "Antiguidades Judaicas" de Flávio Josefo e "A Política" de Aristóteles[149].

1

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: UM TERRENO APROPRIADO PARA O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO E URBANO
Princípio urbanístico adotado por Herodes: fazer um levantamento territorial e elaborar um plano urbanístico que favorecesse o desenvolvimento da cidade.
Sujeito Locutor: **Flávio Josefo** Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85** Discurso: **Quando fazia a visita às cidades marítimas, viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era; mas sua posição a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar**; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muitos brancas, mas ali construiu um soberbo palácio, mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada. Essa cidade está situada entre Dora e Jope, numa costa assaz desprovida de portos; os que querem ir da Fenícia ao Egito são obrigados a passar pelo alto mar, tanto temem o vento, chamado África, o qual, ainda que sopre levemente, levanta e impele vagas tão grandes contra os rochedos que as aumentam ainda mais, revolvendo a agitação do mar, durante certo tempo. Mas este rei tão magnífico tornou-se, por seus cuidados, por suas liberalidades e por seu amor à glória, vencedor da mesma natureza; ele construiu, contra todos os obstáculos, um porto mais espaçoso do que o de Pireu, no qual os maiores navios podiam estar em segurança, contra todos os perigos das tempestades e cuja construção era tão perfeita, que se poderia pensar nenhuma dificuldade se encontrou na realização daquela obra.
Sujeito Locutor: **Aristóteles** Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/V/1-2** Discurso: 1) O mesmo acontece em relação ao terreno. É evidente que o mais favorável, na aprovação de todos, é aquele que melhor satisfaça a todas as necessidades, e que, por conseguinte, seja o mais fértil em qualquer gênero de produção. Possuir tudo e nada precisar é a verdadeira independência. **A extensão e a grandeza do terreno devem ser tais aqueles que o habitam possam nele viver libre e sobriamente, sem serem obrigados a privações […].** (2) Quanto à disposição do terreno, não é difícil indicá-la. Segundo conselho daqueles que têm a experiência da guerra, **o terreno deve ser de acesso difícil aos inimigos, e apresentar uma porta fácil para os seus habitantes.** Além disso, assim como a massa da população, conforme dissemos, **ele deve ser fácil de vigiar.** A facilidade da vigilância do território faz a facilidade da defesa. Quanto à posição da cidade, se se quer que ela ofereça todas as vantagens que se podem desejar, **convém que seja favorável do lado do mar e do lado da terra.** Já demos conhecer qual deve ser a posição da cidade, dizendo que **é precioso que ela tenha comunicações fáceis com todos os pontos do território, para a remessa de socorros. Em seguida, devem-se facilitar os meios de transporte das colheitas, sortimentos de madeira e todos os produtos do país.**

[149] Metodologia aplicada: *comparativismo literário-descritivo*, desenvolvida pelo autor.

2

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: A PROXIMIDADE AO MAR

Princípio urbanístico adotado por Herodes: construir uma cidade em uma área que facilitasse a comunicação marítima e terrestre.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Depois que ele mandou tomar as medidas da extensão do porto, **como o mar tinha naquele lugar vinte braças de profundidade, mandou enchê-lo com pedras de tamanho descomunal, das quais a maior parte tinha cinquenta pés de comprimento, dez de largura e nove de altura. Havia mesmo ainda outras maiores, e assim ele o fez até a flor d'água. A metade dessa mole, que tinha duzentos pés de largura, servia para quebrar a violência das vagas**; construiu-se sobre a outra metade um muro fortificado com torres, à maior e à mais bela das quais Herodes deu o nome de Druso, filho da imperatriz Lívia, mulher de Augusto.

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/V/3-4**

Discurso:

(3) Muito se discute por saber se as comunicações por mar são uma vantagem ou um inconveniente para os Estados regidos por boas leis. Pretende-se que a estada dos estrangeiros, educados sob a influência de outras leis, não é destituída de perigo para a manutenção da boa ordem e da medida a observar relativamente à cifra de população; que a familiaridade com o mar, dando ensejos aos cidadãos de saírem de seu meio e receberem estrangeiros, traz uma porção de comerciantes, e que, afinal, tal influencia é contrária à boa administração do Estado.

(4) Por outro lado, **é incontestável que, exceto esses inconvenientes, as comunicações por mar oferecem as maiores vantagens à cidade e ao país, pela segurança e pela facilidade de obter as coisas necessárias. Para resistir mais facilmente à invasão é preciso estar habilitado a receber socorros e poder defender-se dos dois lados – por terra e por mar; e para prejudicar ao inimigo, se não se conta com os dois lados à sua disposição. Eles podem receber, por meio da importação, os produtos indispensáveis que lhes faltam, e exportar os que têm em grande abundância.** É para sua própria utilidade que a cidade deve fazer o comércio e não a dos outros Estados.

3

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: ORNAMENTAÇÃO, EMBELEZAMENTO, COMODIDADE E UTILIDADE

Princípio urbanístico adotado por Herodes: viabilizar o funcionamento da cidade através do acesso aos meios de subsistência, as artes, armas, finanças, ao culto e a magistratura.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Havia dentro do porto grandes armazéns vazios para receber qualquer mercadoria e diversos outros pórticos em arcadas, para alojar os marinheiros. Uma descida muito suave, e que podia servir de **belo passeio, rodeava todo o porto**, cuja entrada estava em frente dos ventos do inverno, que, naquele lugar, é o mais favorável de todos os ventos. Dos dois lados dessa entrada, estavam **três colossos, apoiados em pilastras**; os que estavam à esquerda, eram sustentados por **uma torre muita forte** e os da direita por duas colunas de pedra, tão grandes que sobrepujavam a altura da torre.

Construiu-se também sobre uma colina que está em frente à entrada desse porto um Templo a Augusto, de tamanho e de beleza extraordinários. Lá se via **uma estátua desse ilustre imperador do tamanho da de Júpiter Olímpico,** sobre cujo modelo tinha sido feita, e uma outra de Roma, semelhante à de Juno de Argos.

Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/VII/3-5**

Discurso:

(4) [...] **Primeiramente os meios de subsistência, em seguida as artes, porque muitos instrumentos e materiais são precisos para prover as necessidades da vida; em terceiro lugar as armas, porque aqueles que fazem parte da sociedade devem ter armas perto de si contra os cidadãos que desobedecem à autoridade e os inimigos de fora que tentem uma invasão injusta; as finanças que possam permitir-lhes prover às suas próprias necessidades e às exigências da guerra; em quinto lugar, ou melhor, em primeiro lugar, o serviço das coisas divinas, denominado culto; em sexto lugar – e esse é o mais essencial –o julgamento a tomar sobre os interesses gerais da república e sobre os direitos recíprocos entre os cidadãos.**

(5) Tais são, pois, as coisas sem as quais nenhuma cidade, por assim dizer, poderia passar; porque a cidade não é uma multidão de homens tomada por acaso, mas bastando-se a si mesma, como dissemos, para as necessidades da vida. Se um desses elementos vem a faltar, é absolutamente impossível que tal associação se baste em si mesma. É, pois necessário que uma cidade se componha de diversos elementos postos em atividade. Por conseguinte, é preciso lavradores para fornecer os víveres, artesãos, soldados, ricos, pobres e juízes encarregados de julgar o direito dos cidadãos e sobre o interesse geral do Estado.

4

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: CASAS PARTICULARES ALINHADAS

Princípio urbanístico adotado por Herodes: alinhar e padronizar as casas particulares.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Viam-se nas cercanias do porto uma fileira de casas construídas de uma pedra muito branca e ruas igualmente distantes umas das outras, que iam da cidade ao porto.

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/X/4-5**

Discurso:

(4) Os lugares fortificados não convêm todos igualmente às diversas espécies de governos. Uma cidadela, por exemplo, convém mais à oligarquia e à monarquia; um país plano, à democracia; nem um nem outro convém para a aristocracia; ela prefere várias posições fortificadas. **A disposição das habitações particulares parece mais agradável e geralmente mais cômoda se elas forem bem alinhadas, e edificadas de acordo com o estilo moderno e o sistema de Hipódamo.** Mas, em caso de guerra, a segurança pública estará mais bem garantida pelo método contrário, tal como se fazia nos tempos antigos. Então os estrangeiros tinham dificuldade em sair da cidade e os agressores em descobri-los.

(5) **É por essa razão que há motivo para empregar os dois sistemas, e isso é possível fazendo-se como os vinhateiros, que plantam a vinha em forma especial. Alinhar-se-á a cidade, não em toda a sua extensão, mas apenas em algumas partes, e por quarteirões. Reunir-se-ão assim vantagens de segurança e de elegância [...].**

5

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: SEGURANÇA

Princípio urbanístico adotado por Herodes: Construir muralhas, torres e fortificações sem comprometer a ornamentação da cidade.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Antiguidades Judaicas, Livro XV/XI/662**

Discurso:

Herodes mandou ajudá-los, com suas famílias, mas vendo que o povo se obstinava cada vez mais em defender os seus costumes e as suas leis e que aquilo os levaria a uma revolta se ele não empregasse os meios mais violentos para reprimi-los, decidiu fazê-lo. Assim, além das duas fortalezas que havia em Jerusalém, uma no palácio real, onde ele morava, e outra de nome Antônia, que estava perto do Templo, ele mandou fortificar Samaria porque, estando longe de Jerusalém apenas um dia, podia impedir as rebeliões tanto na cidade quanto no campo. **Fortificou também de tal modo a torre de Estratão, a que chamou de Cesareia, que ela parecia dominar todo o país.**

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/X/5-8**

Discurso:

(5) [...] Aqueles que dizem que as cidades que têm pretensões ao valor militar não precisam de muralhas, sustentam um velho preconceito, e isso eles verificam quando os fatos expõem à luz do dia o erro das cidades que se impuseram esse falso ponto de honra.

(6) Sem dúvida não é honroso, quando se tem a lidar com inimigos de igual força ou pouco superior em número, só procurar salvação atrás de muralhas inexpugnáveis; mas como é possível, e como acontece que aqueles que atacam possuam uma superioridade à qual o valor humano e a coragem de um punhado de bravos são capazes de resistir, não se pode duvidar, quando se tratar de garantir a defesa, evitar a derrota e repelir a ofensa, de que as muralhas mais fortes sejam a melhor defesa, sobretudo agora que se aperfeiçoaram com tanta arte as flechas e as máquinas que servem para os cercos.

(7) **Ter a pretensão de não circundar a cidade de muralhas é criar um país fácil de ser invadido; e nivelar todas as eminências que se encontram é o mesmo que proibir que se cerquem por meio de muros as casas particulares, com receio de dar um motivo de covardia àquele que as habitam. Nem se deve esquecer que uma cidade cercada de muralhas pode ou não se servir delas, ao passo que, se absolutamente não as possui, a escolha não é possível.**

(8) Se assim é, pois, **deve-se não só construir muralhas à volta da cidade, mas ainda delas cuidar, a fim de sirvam ao ornamento e a suntuosidade do lugar, e que nelas se encontrem todos os meios que lhes proporcionem vantagem.** E a primeira de todas as vantagens é que nem sequer se sonhe mesmo em atacar aqueles que estão prontos a resistir. Mas, convindo que a multidão dos cidadãos seja dividida em várias seções para os banquetes públicos, e que as muralhas sejam guarnecidas de fortaleza e torres, é evidente que a própria natureza das coisas convida a realizar alguns desses banquetes nos próprios fortes. Tal é, pois, a ordem que se devem estabelecer todos esses pontos.

6

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: TEMPLOS

Princípio urbanístico adotado por Herodes: construir um local específico para a prática religiosa, bem como, alguns espaços reservados para os banquetes públicos dos magistrados e sacerdotes.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Antiguidades Judaicas, Livro XV/XIII/669**

Discurso:

Herodes mandou construir o porto de Cesareia em forma de crescente, capaz de conter muitos navios. E, como o mar mede ali vinte braças de profundidade, mandou lançar pedras de tamanho enorme, a maior das quais tinha cinquenta pés de comprimento, dezoito de largura e nove de altura. E havia ainda maiores. Do lado direito, estavam duas colunas de pedra, tão grandes que superavam a altura da torre. Via-se ao redor do porto uma **fileira de casas** cujas pedras eram muito bem talhadas, e construiu-se sobre uma colina que está meio o **Templo consagrado a Augusto.** Os que navegam podem vê-lo de bem longe, e há duas estátuas, uma de Roma e outra desse príncipe, em honra do qual Herodes deu o nome de Cesareia a essa cidade, não menos admirável pela riqueza de suas construções que pela magnificência de seus ornamentos.

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/XI/1**

Discurso:

(1) **Convém que os edifícios consagrados ao culto dos deuses e os que são reservados para os banquetes públicos dos primeiros magistrados sejam reunidos num local adequado ao seu fim**, a menos que a lei dos sacrifícios ou o oráculo de Pítia não prescrevam um local especial e determinado. Esse local deve ser bastante visível para que a majestade dos deuses possa nele manifestar-se, e bem fortificado para que ele nada tenha a temer e parte das cidades que se lhe avizinham.

7

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: EDIFÍCIOS PÚBLICOS E LOCAIS PARA A CONVIVÊNCIA COMUM

Princípio urbanístico adotado por Herodes: promover a comodidade, o embelezamento e a utilidade dos espaços de circulação pública.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85; Antiguidades Judaicas, Livro XVI/IX/695**

Discurso:

Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. **E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.**

Nesse mesmo tempo, a cidade de Cesareia, cujos alicerces tinham sido lançados havia dez anos, foi terminada, no ano vinte e oito do reinado de Herodes e na centésima nonagésima segunda Olimpíada. Ele quis celebrar a dedicação com toda a suntuosidade possível e imaginável. Mandou vir de todas as partes todos os que tinham fama de excelentes músicos, lutadores ou atletas de corridas e das outras espécies de exercícios. Reuniu muitos gladiadores, animais ferozes, cavalos rapidíssimos e tudo o que se usa nesses

espetáculos tão apreciados pelos romanos e por outras nações. Consagrou todos esses jogos em honra de Augusto e ordenou que fossem repetidos cada cinco anos.

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/XI/2**

Discurso:

(2) **É também conveniente que abaixo desse local [templo] se encontre a praça pública, construída como aquela que em Tessália se chama a Praça da Liberdade. Esta praça será desembaraçada de tudo aquilo que se vende e que se compra: os artesãos, os lavradores e aqueles que exercem profissões desse gênero não deverão dela se aproximar, a não ser que os chamem os magistrados. Ela não deixará de oferecer um espetáculo agradável, se as salas de exercícios dos homens de idade nela forem construídas. Convém, com efeito, que os próprios exercícios sejam separados segundo a idade, que certos magistrados vigiem sem cessar as salas dos jovens, e que os anciãos sejam admitidos na dos magistrados.**

A presença e as vistas dos magistrados inspiram a verdadeira modéstia e a reserva que convém aos homens livres. A praça destinada a servir de mercado para as mercadorias de toda a espécie deve ser separada da Praça da Liberdade, e de tal modo situada que seja fácil a ela transportar tudo que vem por mar e os produtos do país.

8

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: LOCAL PARA SACERDOTES E MAGISTRADOS

Princípio urbanístico adotado por Herodes: local específico para a prática religiosa, bem como, um lugar reservado para os banquetes públicos dos magistrados e sacerdotes.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Antiguidades Judaicas, Livro XVIII/IV/770**

Discurso:

Pilatos, governador da Judéia, enviou dos quartéis de inverno de Cesareia a Jerusalém tropas que traziam em seus estandartes a imagem do imperador, o que é tão contrário às nossas leis que nenhum outro governador antes dele o fizera. As tropas entraram de noite, e por isso apenas no dia seguinte é que se percebeu. Imediatamente os judeus foram em grande número procurar Pilatos em Cesareia e durante vários dias rogaram-lhe que removesse aqueles estandartes. Ele negou o pedido, dizendo que não o poderia fazer sem ofender o imperador. Mas como eles continuavam a insistir, ordenou aos seus soldados, no sétimo dia, que secretamente se conservassem em armas e **subiu em seguida ao tribunal que mandara erguer de propósito no local dos exercícios públicos, porque era o lugar mais apropriado para escondê-los.** Os judeus, porém, insistiam no pedido. Ele então deu o sinal aos soldados, que os envolveram imediatamente por todos os lados, e ameaçou mandar matá-los se continuassem a insistir e não voltassem logo cada qual para a sua casa. A essas palavras, eles lançaram-se todos por terra e apresentaram-lhe a garganta descoberta, para mostrar que a observância de suas leis lhes era muito mais cara que a própria vida. Aquela constância e zelo tão ardentes pela religião causou tanto assombro a Pilatos que ele ordenou que se levassem os estandartes de Jerusalém para Cesareia.

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/XI/3-4**

Discurso:

(2) **Dividindo-se a multidão dos cidadãos em duas classes – os sacerdotes e os magistrados é conveniente que os banquetes públicos dos sacerdotes se realizem na vizinhança dos edifícios sagrados. Mas, para os magistrados encarregados de se pronunciar sobre os contratos, ações criminais, citações de justiça, e outros negócios desse gênero, e para todos os magistrados que atendem ao policiamento dos mercados e da cidade, as salas de refeições devem ser estabelecidas**

perto da praça pública e do quarteirão mais frequentado. Tal será a vizinhança do mercado: queremos que a praça situada na cidade alta seja consagrada ao repouso, e que o mercado sirva a todas as transações entre particulares.

(4) É preciso ainda observar no campo uma análoga àquela que acabamos de descrever. Os magistrados que se chamam Hiloros ou Agrônomos precisam de salas para as refeições públicas, fortes para defender e templos consagrados aos deuses e aos heróis. Aliás, é inútil insistir sobre os detalhes mais preciosos. Não é difícil conceber estas ideias, e sim pô-las em execução. Para curso da sorte. Assim, deixemos de lado, por ora, maiores detalhes sobre este assunto.

9

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A CIDADE HELENÍSTICA: SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LOCAL PRÓPRIO PARA ALOJAR O EXÉRCITO

Princípio urbanístico adotado por Herodes: gerenciar a salubridade e providenciar o abastecimento de água o alojamento de legiões romanas.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro III/XXVIII/273**

Discurso:

A quatro de julho, Vespasiano voltou a Ptolemaida e, marchando ao longo da costa marítima, **dirigiu-se a Cesareia, que é a maior das cidades da Judéia.** Como a maior parte dos habitantes eram gregos, receberam-no muito bem, com seu exército, quer pelo afeto para com os romanos, quer pelo ódio para com os judeus. Era este tão grande, que lhe pediram, com grandes exclamações, que mandassem matar Josefo. Mas aquele sábio general, considerando tais clamores como efeito da paixão de uma multidão confusa, não lhes deu importância alguma. Colocou somente duas legiões em quartéis de inverno, naquela cidade, onde podiam ficar comodamente, **porque o ar é temperado durante o inverno, e o calor é excessivo durante o verão, porque ela está situada numa planície à beira-mar**; e para não a sobrecarregar com o alojamento de tantos soldados, ele mandou a Citópolis a quinta e a décima segunda legiões.

Embora exista um aqueduto na cidade de Cesareia, ele não foi mencionado nas narrativas de Flávio Josefo. Esse tipo de construção era comum nos projetos de Herodes. No entanto, a fixação da data em relação a essa construção ainda é motivo de discussão entre os especialistas. Alguns acreditam que ele foi construído por Herodes; outros pensam mais no período flaviano (Patrich, 2007). Entretanto, Flávio Josefo menciona um sistema de saneamento:

"Fizeram-se em terra longos arcos, distantes igualmente uns dos outros, que se dirigiam todos para o mar, e havia um que os atravessava para levar até ele a água da chuva e as imundícies da cidade e receber ao mesmo tempo as águas do mar, quando este se achasse muito agitado, a fim de lavar assim a maior parte das ruas" (ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIII/669).

Sujeito Locutor: **Aristóteles**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **A Política, IV/X/1**

Discurso:

(1) [...] **Para que a sua situação [da cidade] seja, em relação a si mesma, tão vantajosa quanto se possa desejar, é preciso levar em consideração quatro coisas: em primeiro lugar, a salubridade, como condição indispensável. As cidades situadas para o lado do oriente e expostas aos ventos do levante são mais saudáveis; em seguida, as que são situadas ao norte, porque o inverno aí é mais ameno.**

(2) Sob outros aspectos, **a cidade deve ter uma situação favorável às ocupações dos cidadãos e dos guerreiros.** Assim, é preciso que os guerreiros possam facilmente sair, e que, ao contrário, seja difícil ao inimigo nela penetrar e fazer-lhe o bloqueio. **É preciso também que tenha água e recursos naturais em abundância.** E se ficar privada dessa vantagem, pode-se obtê-la cavando grandes reservatórios para águas pluviais, a fim de que não falte água, se as comunicações com resto do país forem interrompidas pela guerra.

(3) Pois que se deve garantir a saúde aos habitantes – e aquilo que para ela mais contribui é a situação da cidade em lugar determinado, e a uma exposição prevista – pois que é preciso, em segundo lugar, servir-se apenas de águas salubres, lutar-se-á por esses dois pontos sem o menor desfalecimento; porque o que mais frequente e comumente serve à necessidade do corpo é justamente o que mais contribui para a saúde. Tal é a influência natural da água e do ar. Também, nos Estados sabiamente administrados, observar-se-á se as águas naturais não são todas iguais, e se não são abundantes – separar-se-á as que servem para alimentação e as que se usam para outros fins.

Como se pode perceber, o *discurso urbano materializado* de Herodes Magno nos apresenta um rei que tinha uma relação estreita com a filosofia política peripatética. Os princípios políticos de Aristóteles deram a Herodes uma estratégia para fundar e desenvolver uma cidade que se valeria das singularidades socioculturais de seus habitantes, a fim de construir um plano urbanístico que desenvolvesse a região e fizesse de Cesareia Marítima uma cidade multicultural, autossustentável e voltada para o enriquecimento através do comércio, de alguns serviços e da tributação. Evidentemente, Herodes fez uso da proposta arquitetônica de Hipódamo de Mileto, principalmente no que se referia a escolha do terreno e ao traçado da cidade. O rei dos *judeanos* tinha ao seu dispor os princípios políticos e alguns modelos de cidades já construídas no seu tempo. Isso permitiria a ele observar as técnicas que pretendia utilizar, a resolução de problemas relacionados ao terreno, a funcionalidade do espaço organizado e, fundamentalmente, estudar como as comunidades culturais se relacionavam no espaço concreto. Por exemplo, Josefo afirma que Herodes observou algumas falhas nos projetos portuários de Jope e Dora e decidiu corrigi-las em Sebastos.

> Os portos destas, porém, não são seguros, porque são batidos pelo vento áfrico, cuja impetuosidade levanta tão grande quantidade de areia contra a praia que os navios carregados de mercadorias aí não podem estar seguros, e os pilotos são obrigados a lançar as âncoras ao mar. Para remediar esse inconveniente, Herodes mandou construir o porto de Cesareia em forma de crescente, capaz de conter muitos navios. E, como o mar mede ali vinte braças de profundidade, mandou lançar pedras de tamanho enorme, a maior das quais tinha cinquenta pés de comprimento, dezoito de largura e nove de altura. E havia ainda maiores (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIII/669).

Provavelmente, ele também fez esse mesmo movimento em suas viagens para Grécia, Roma e outras regiões portuárias pelas quais passou. Entretanto, Herodes não intencionava construir uma pólis, mas, sim, desenvolver uma *Urb*. E, para isso, ainda faltavam alguns elementos arquitetônicos e outros espaços para serem organizados. A pólis atenderia aos gregos, sírios e judeus-helenísticos, no entanto, o mundo de Herodes era romano. O rei dos *judeanos*, cliente de Augusto. E o século, bem, isso a história diria muito em breve de quem seria. Cabe-nos então responder a seguinte pergunta: quanto da arquitetura da cidade de Cesareia Marítima era realmente romana?

4.2.2 O plano urbanístico vitruviano e o movimento sociocultural de Herodes

A obra "Tratado[150] de Arquitetura" foi produzida em latim clássico, por volta de 27 a 16 a.C. na Península Itálica, mais precisamente em Roma, por Marcos Vitrúvio Polião (80-15 a. C.). Ela se trata do único documento textual do gênero que conseguiu ultrapassar as fronteiras espaço/temporais da Antiguidade, sobrevivendo ao tempo e espaço. A obra foi interpretada, testada e aplicada por renascentistas, pintores, escultores e arquitetos de diversas temporalidades, como: Leon Battista Alberti, Raffaello Sanzio, Andrea di Pietro della Gondola (Palladio), Sebastiano Serlio, Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni e Giacomo Barozzi da Vignola. A obra de Vitrúvio também influenciou a arquitetura dos séculos XVIII e XIX e, assim, nos permite ainda hoje dialogar com as técnicas e teorias arquitetônicas utilizadas pelas sociedades mediterrâneas do mundo antigo. Segundo o historiador da arte Renato Brolezi (2007, pp. 25-27), os dez livros da obra estabelecem uma conexão ininterrupta entre o mundo contemporâneo e a cultura arquitetônica da Antiguidade. A descoberta da primeira cópia manuscrita da obra de Vitrúvio, em 1414, bem como, da sua *editio princeps* de 1486, proporcionou aos arquitetos, pintores, escultores modernos um contato com o patrimônio cultural romano e, ainda que indiretamente, com a arquitetura helenística.

Justino Maciel caracteriza o tratado de Vitrúvio como um discurso portador da linguagem pragmática "característica de um engenheiro militar que participou das campanhas de Júlio Cesar e que, estando então reformado, ofereceu ao imperador Augusto uma obra sobre arquitetura" (MACIEL apud VITRÚVIO, 2007, p. 29). Assim, o arquiteto romano não pretendia classificar sua obra entre o gênero literário poético ou épico, estilos de proeminência entre vários autores antigos. Pois, segundo ele,

> [...] escrever sobre arquitetura não é o mesmo que escrever histórias ou poesia. As histórias, por si mesmas, entretêm os leitores. Com efeito, trazem várias expectativas de coisas novas. Por sua vez, a métrica e as sílabas dos cantos dos poemas, a disposição elegante das palavras e das frases entre personagens distintas e a recitação dos versos, atraindo os sentimentos dos leitores, transporta-nos sem dificuldade até a última página das obras. Porém, isso não se verifica nos tratados de arquitetura, porque

[150] Se trata de um texto literário didático que expõe ideias, críticas e reflexões morais e filosóficas a respeito de certo tema. Diferentemente do Ensaio, o Tratado é mais formal e inflexível; e consiste na declamação objetiva e integral de um assunto específico. Através de diferentes seções, o tratado usa o texto expositivo para abordar um público especializado que pretende aumentar seus conhecimentos sobre o assunto em questão. Logo, ele inclui uma grande quantidade de dados precisos, como definições, datas ou magnitudes, muitas vezes incluídas como nota de rodapé, de modo a não obstruir a leitura e a compreensão do texto. Geralmente, o tratado se divide em várias seções que ajudam a organizá-lo de forma correlativa e lógica, assim como no caso do romance os diferentes eventos são agrupados em capítulos. Além disso, o autor escreve na terceira pessoa e sempre se refere ao mesmo público, que tem certa noção do assunto ou está familiarizado com alguns conceitos que são explicados no texto.

> os vocábulos concebidos pela própria especificidade da arte trazem obscuridade à linguagem, por não serem de uso comum (VITRÚVIO, 2007, pp. 239-240).

Logo, o "Tratado de Arquitetura" prioriza um discurso denotativo marcado pela objetividade. Como o próprio autor apresenta, "se os escritos que longamente divagam sobre preceitos não forem resumidos e explicados em pequenas e claras definições, tornam-se confusos para as mentes, devido à repetição e à prolixidade da terminologia" (VITRÚVIO, 2007, p. 240). No entanto, apesar de todo o cuidado de Vitrúvio ao escrever sua obra, o diálogo com a sua materialidade é essencial para compreensão do discurso vitruviano. Como o texto nem sempre é absolutamente claro, torna-se "mais que evidente a necessidade de colocá-lo em interação com os monumentos, o urbanismo, a observação e a prática arqueológico-arquitetônicas" (MACIEL apud VITRÚVIO, 2007, p. 29). Tudo isso, com o objetivo de minimizar as dificuldades resultantes de uma análise unilateral centrada na Filologia ou na História da Arte quando se decide não importar técnicas, métodos ou problemáticas de outras áreas de conhecimento científico, contribuindo para uma abordagem minimalista da obra de Vitrúvio.

A análise de conteúdo evidenciou que a obra "Tratado de Arquitetura" se trata de um discurso de caráter privado direcionado ao imperador Augusto, a fim de que servisse como um manual de arquitetura que possibilitasse ao imperador dinamizar o processo de urbanização e embelezamento da cidade iniciado por ele. O arquiteto latino evidenciou o primeiro *elemento desencadeador* do seu discurso, ao dizer que:

> Havendo a tua divina mente e a tua grandeza, ó Imperador César, submetido o mundo com Império, prostrados com força invicta todos os inimigos, tendo-se gloriado os cidadãos com tua vitória e triunfo, dependendo do teu gesto todos os povos submetidos e sendo governados o Povo e o Senado romanos, livres de temor, pelos teus preciosíssimos pensamentos e conselhos, não ousarei, no meio de tantas ocupações, apresentar-te um Tratado de Arquitetura, escrito e concluído depois de profundas reflexões, temendo encontrar desagrado no teu espírito, perturbando em tempo inoportuno. Tendo, porém, notado que não apenas te preocupas com a vida comum de todos e com a ordem do Estado, mas igualmente te empenhas com a oportunidade dos edifícios públicos, porque a Cidade não foi apenas engrandecida, através de ti, com as províncias, mas também a dignidade do Império foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos, julguei que não deveria adiar, mas bem pelo contrário, deveria te apresentar, quanto antes, estes escritos sobre estas coisas [...] (VITRÚVIO, TRATADO DE ARQUITETURA, Livro I/Pr/1-2).

Além desse *elemento desencadeador*, Vitrúvio também fez referência às relações sociais estabelecidas entre ele e a família de Augusto, a preservação da memória do principado do imperador romano através dos edifícios e monumentos urbanísticos (o que nos remete diretamente a problemática em torno das motivações de Herodes Magno para urbanizar a cidade

de Cesareia Marítima, conforme citamos anteriormente), bem como, a possibilidade de Augusto fiscalizar pessoalmente as obras de urbanização da cidade a partir dos conhecimentos listados no "Tratado de Arquitetura".

> Como, pois, eu estivesse obrigado por esse benefício, sem receio da pobreza no fim da vida, comecei a escrever estas coisas para ti, porque verifiquei que edificaste e edificas no momento presente muitos monumentos e no futuro te preocuparás com os edifícios públicos e privados, para que sejam entregues à memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis [...]. [...] Redigi normas pormenorizadas, de modo que, tendo-as presentes, possas por ti ter o conhecimento perante as obras já construídas ou futuras, quaisquer que sejam. Com efeito, nestes livros expliquei todos os preceitos da arquitetura (VITRÚVIO, TRATADO DE ARQUITETURA, Livro I/Pr/3).

A análise dos preâmbulos dos dez livros do "Tratado de Arquitetura" evidenciou as *condições de produção* do discurso vitruviano. Apesar de viver a crise republicana do século I a.C., e ter lutado ao lado de Júlio Cesar, Vitrúvio escreveu sua obra durante a ascensão do principado de Otaviano e participou do momento histórico em que ele estava construindo as bases socioculturais do Império Romano através das leis, religião, arquitetura e literatura. A ideologia de Augusto em breve dominaria o mundo, a sociedade, as artes e estabeleceria um modelo para todo período imperial romano. Vitrúvio escreveu o seu tratado no mesmo século em que Mecenas patrocinava as sátiras e poemas de Horácio, a elegia de Propércio e as obras de Virgílio que, produziu a "Eneida". Entretanto, diferentemente desses autores, no "Tratado de Arquitetura", Vitrúvio se ocupou com uma produção mais técnica que literária. Essa conjuntura política e sociocultural foi abordada no capítulo anterior quando tratamos de "O Século de Augusto".

A leitura do documento nos colocou diante de um texto com gênero literário narrativo ou épico (não ficcional), tipo textual injuntivo e modelo de discurso urbanístico. Embora Vitrúvio faça referência a vários tratados de arquitetura produzidos no século II e I a.C., nenhuma dessas outras obras chegou à posteridade. Pode-se dizer que, o arquiteto romano, forneceu-nos o "primeiro manual conjunto de urbanismo, construção, decoração e engenharia" (MACIEL apud VITRÚVIO, 2007, p. 31). Todavia, Vitrúvio também figura como um literato, filósofo, historiador da arte e "[...] até teórico de uma deontologia, sublinhando direta ou indiretamente as virtudes romanas, tais como *autorictas, dignitas, fides, gloria, grauitas, honor, humanitas, labor, mos maiorum, otium cum dignitate, pietas, sapientia e virtus,* cuja percepção na arte do século de Augusto, e não só, é de grande significado" (MACIEL apud VITRÚVIO, 2007, p. 31).

Conforme afirmamos em nosso primeiro capítulo quando evidenciamos os eixos temáticos de nossa abordagem, o estilo narrativo de Vitrúvio nos remeteu a uma problemática sobre a possibilidade de Herodes ter tido acesso aos manuscritos vitruvianos antes da produção final da obra. Respondemos essa questão com a hipótese de que Vitrúvio escreveu o seu tratado gradativamente, livro por livro, endereçando-os separadamente ao imperador Augusto, o que de certa forma possibilitou a circulação desses escritos entre aqueles que estavam diretamente envolvidos no amplo processo de urbanização de "O Século de Augusto" que se iniciou em Roma se estendeu às demais regiões anexadas ao Império Romano, chegando até Herodes. Afirmamos também que somente os Livros I – VII da obra de Vitrúvio seriam analisados aqui a fim de que pudéssemos comparar os princípios urbanísticos do arquiteto romano com o movimento sociocultural de Herodes na cidade de Cesareia Marítima. Assim, iniciando a análise de conteúdo do tratado vitruviano, percebemos que no primeiro livro Vitrúvio definiu o verdadeiro arquiteto a partir da multiplicidade de disciplinas e saberes que emergem da conjugação entre prática e teoria. Ele apresentou os atributos e os saberes do verdadeiro arquiteto; justificou o porquê de um arquiteto ser versado em múltiplos saberes; relacionou a arquitetura com o conhecimento histórico e filosófico, ornamentação e monumentalidade; bem como, relacionou o conhecimento musical do arquiteto com a construção e operação das armas de guerra, a edificação e funcionamento dos teatros e a estrutura hidráulica. Vitrúvio ainda falou sobre astronomia, conhecimento medicinal, planejamento e outros assuntos concernentes à múltipla formação de um arquiteto. Deste modo, ele defendeu a sua obra como sendo um tratado de arquitetura:

> Como, por conseguinte, não é possível que, por inata inteligência, toda gente, indistintamente, possa se beneficiar de tais conhecimentos, acessíveis apenas a alguns, e como o ofício de arquiteto deve ser exercido tendo em conta todos os saberes, pois a razão, devido à sua amplitude, não permite atingir a plenitude do conhecimento desejado, mas apenas um saber mediano das várias especialidades, peço, ó Cesar, a tua compreensão e a daqueles que hão de ler estes livros, de modo que eu venha a ser desculpado se algo do que é explicado estiver pouco de acordo com as regras da arte da gramática. Com efeito, não foi como sumo filósofo, nem como retórico eloquente, nem como gramático exercitado nos profundos meandros da arte, mas como arquiteto imbuído destes conhecimentos, que me esforcei por escrever estas coisas. Mas eu comprometo-me, com estes livros, como espero, a disponibilizar, não só aos que edificam como também a todos os eruditos, sem qualquer dúvida e com a máxima autoridade, os conhecimentos acerca das potencialidades da arte e dos raciocínios que lhes são inerentes (VITRÚVIO, TRATADO DE ARQUITETURA, Livro I/I/18).

Vitrúvio ainda definiu o campo da arquitetura ao dizer que, “na realidade, a arquitetura consta de: ordenação[151], que em grego se diz *taxis*[152]; disposição[153], à qual os gregos chamam *diathesis*[154]; euritmia[155]; comensuralidade[156]; decoro[157] e distribuição[158], esta em grego dita *oeconomia*[159]” (VITRÚVIO, TRATADO DE ARQUITETURA, Livro I/II/1). Todos esses elementos estão presentes nas múltiplas *paisagens culturais* da cidade de Cesareia Marítima.

O Livro II, por sua vez, trata da ordenação, proporções e comensuralidades dos templos sagrados e dos prédios públicos e privados, dos recursos de materiais fundamentais para construir os edifícios de acordo com a interligação das estruturas, as potencialidades de utilização e princípios naturais que presidem à sua preparação. Já, os Livro III e IV, versam sobre a tipologia, características, comensuralidade e orientação dos templos; o que nos remete diretamente ao templo que Herodes ergueu em homenagem à Augusto na cidade de Cesareia.

O próximo livro se dedica ao foro, basílica, erário público, cúria, localização e modelo arquitetônico para um teatro, termas, palestras, bem como, trata da utilidade, características e processo de construção de portos; e termina com uma abordagem sobre as coisas necessárias à utilidade dos locais públicos nas cidades, sua construção e acabamento. Mais uma vez encontramos elementos arquitetônicos enumerados por Vitrúvio na cidade de Cesareia Marítima que, segundo o discurso de Flávio Josefo e o levantamento territorial, possuía teatro, anfiteatro (hipódromo), foro, além de se tratar de uma cidade portuária.

O Livro VI versa sobre os espaços privados, casas urbanas e os modos de disposição dos edifícios na cidade. E o livro seguinte discorre sobre adução de águas. E assim, mais uma vez somos levados a cidade de Cesareia com seu aqueduto.

---

[151] *Ordinatio*: ordenação, ação de pôr em ordem.

[152] *Taxis*: ordenação, colocação em ordem.

[153] *Dispositio*: disposição, apresentação, representação.

[154] *Diathesis*: disposição, distribuição adequada das coisas.

[155] *Eurytmia*: proporção, harmonia, euritmia.

[156] *Symmetria*: comensuralidade, configuração, correlação, sistema de medidas.

[157] *Decor*: decoro, conveniência, o que convém, o que fica bem.

[158] *Distributio*: distribuição, repartição, divisão.

[159] *Oeconomia:*distribuição, administração, organização, economia.

Como se pode observar, a cidade de Cesaria Marítima possui elementos arquitetônicos próprios do plano hipodamiano, bem como, componentes característicos do plano urbanístico vitruviano. A análise comparativa entre a descrição que Flávio Josefo fez da cidade de Cesareia Marítima e os passos vitruvianos para a fundação de uma cidade evidencia similaridades e pontos em comum entre o plano urbanístico de Herodes e o projeto arquitetônico de Vitrúvio, conforme demonstraremos a seguir.

Tabela 9 – Análise descritiva e comparativa dos princípios vitruvianos para construção de uma *urb*: comparação entre as obras "Guerra dos Judeus", "Antiguidades Judaicas" de Flávio Josefo e "Tratado de Arquitetura" de Vitrúvio

1

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: A ESCOLHA DO LOCAL[160]
Princípio vitruviano adotado por Herodes: fazer um levantamento territorial e elaborar um plano urbanístico que favorecesse o desenvolvimento da cidade.
Sujeito Locutor: **Flávio Josefo** Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85** Discurso: **Quando fazia a visita às cidades marítimas, viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era; mas sua posição a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar**; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muitos brancas, mas ali construiu um soberbo palácio, mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada. Essa cidade está situada entre Dora e Jope, numa costa assaz desprovida de portos; os que querem ir da Fenícia ao Egito são obrigados a passar pelo alto mar, tanto temem o vento, chamado Áfrico, o qual, ainda que sopre levemente, levanta e impele vagas tão grandes contra os rochedos que as aumentam ainda mais, revolvendo a agitação do mar, durante certo tempo.
Sujeito Locutor: **Vitrúvio** Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, I/IV/1** Discurso: No que diz respeito às cidades, serão estes os princípios. Primeiro, a eleição de um lugar o mais saudável possível. Ele será alto e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante que não seja nem quente nem frio, mas temperado. Depois, a vizinhança de pântanos será evitada. Com efeito, quando as brisas matutinas, ao nascer do sol, chegarem ao ópido, e as neblinas nascidas se juntarem a elas, tornarão o lugar pestilento, espargindo com o seu influxo, misturadas com a névoa, os miasmas envenenados dos animais palustres nos corpos dos moradores. Do mesmo modo, se as cidades se encontrarem junto ao mar e estiverem orientadas para o sul ou para o ocidente não serão saudáveis, porque, pelo verão, o céu meridiado queima desde o nascer do sol e arde ao meio-dia. Também o que está exposto a ocidente amorna ao nascer do sol, aquece ao meio-dia e ferve à tarde.

[160] No Livro I, IV, Vitrúvio aponta métodos para se verificar a salubridade do local no qual se pretende construir a cidade. Segundo ele, a salubridade pode ser verificada através da comparação com a exposição solar das adegas e dos celeiros; nas alterações físicas do ferro, através da exposição dos organismos ao frio e ao calor; a verificação da umidade, terra e ar; bem como, na análise das aves, peixes, animais terrestres, existência de pântanos, dentre outras coisas.

2

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: A CONSTRUÇÃO DAS MURALHAS

Princípio vitruviano adotado por Herodes: construir muralhas para a cidade.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Depois que ele mandou tomar as medidas da extensão do porto, como o mar tinha naquele lugar vinte braças de profundidade, mandou enchê-lo com pedras de tamanho descomunal, das quais a maior parte tinha cinquenta pés de comprimento, dez de largura e nove de altura. Havia mesmo ainda outras maiores, e assim ele o fez até a flor d'água. A metade dessa mole, que tinha duzentos pés de largura, servia para quebrar a violência das vagas**; construiu-se sobre a outra metade um muro fortificado com torres**, à maior e à mais bela das quais Herodes deu o nome de Druso, filho da imperatriz Lívia, mulher de Augusto.

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, I/V/1, 3, 8**

Discurso:

(1) Quando, pois, segundo essas regras se verificar o requisito da salubridade dos recintos urbanos a levantar, forem escolhidas regiões abundantes em frutos para alimentar a cidade, quando construções de vias, localizações favoráveis de rios ou comunicações marítimas através de um porto proporcionarem facilidades de transportes para as cidades, do seguinte modo deverão ser construídos, então, os fundamentos das torres e das muralhas: escava-se até o chão firme, se for possível encontrá-lo, e, nesse chá firme, até onde pareça ser necessário segundo a amplitude da obra, com uma espessura mais larga do que a das paredes que ficarão acima da terra, enchendo-se de concreto o mais consistente possível.

(3) Além disso, penso que a espessura da muralha deverá ficar de tal modo que, vindo homens armados um na direção do outro sobre o caminho da ronda, eles possam cruzar-se sem obstáculo, e também de tal modo que, no correr dessa mesma espessura, se disponham, lado a lado e o m ais cerradas possível, traves de oliveira passadas pelo fogo, a fim de que umas e outras faces da muralha disponham de solidez, ligadas entre si por essas varas como que por grampos; porque nem a putrefação nem as tempestades nem a vetustez podem prejudicar essa madeira, que se mantém sempre em bom estado, sem defeitos, seja enterrada no solo, seja imersa na água. E, sendo assim, não apenas na fortificação como também nas substruções, quaisquer paredes que devam ser feitas com a espessura de uma muralha não se degradarão facilmente se forem travadas dessa maneira.

(8) [...] Não se deverá definir de antemão em que material será construída ou aperfeiçoada, porque não podemos dispor dos recursos que desejamos. Mas, onde houver cantaria, alvenaria, pedra miúda, tijolo cozido ou cru, será isso que se utilizará. Pois, assim como na Babilônia dispunham em abundância de betume líquido e fizeram uma muralha de tijolo cozido, usando esse betume em vez de cal e areia, assim também todas as regiões ou características dos lugares poderão dispor de outros recursos semelhantes, de modo que, com esses aprestos, as muralhas se mantenham perfeitas e sem defeito para a eternidade.

3

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: O LEVANTAMENTO E A DISPOSIÇÃO DAS TORRES

Princípio vitruviano adotado por Herodes: levantar torres para proteção da cidade.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Herodes mandou ajudá-los, com suas famílias, mas vendo que o povo se obstinava cada vez mais em defender os seus costumes e as suas leis e que aquilo os levaria a uma revolta se ele não empregasse os meios mais violentos para reprimi-los, decidiu fazê-lo. Assim, além das duas fortalezas que havia em Jerusalém, uma no palácio real, onde ele morava, e outra de nome Antônia, que estava perto do Templo, ele mandou fortificar Samaria porque, estando longe de Jerusalém apenas um dia, podia impedir as rebeliões tanto na cidade quanto no campo. **Fortificou também de tal modo a torre de Estratão, a que chamou de Cesareia, que ela parecia dominar todo o país.**

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, I/V/2, 4-5**

Discurso:

(2) [...] As torres deverão ficar salientes para o lado exterior, de tal maneira que, quando num ataque o inimigo quiser aproximar-se da muralha, os atacantes possam ser feridos nos flancos desprotegidos, à direita e à esquerda, com dardos lançados das torres. E deverá haver a maior preocupação em que não haja caminho fácil para atacar a muralha, que deverá circundar locais escarpados, assim como se planejará de modo que os acessos às portas não sejam diretos, mas vindos do lado esquerdo. Pois, se assim fizer, o flanco direito dos atacantes, que não estará protegido pelo escudo, se aproximará mais do muro. Com efeito, os ópidos não deverão ser estabelecidos em forma quadrada nem com ângulo salientes, mas em circuitos, de modo que o inimigo possa ser observado a partir de vários lados. Efetivamente, naqueles onde abundam os ângulos, dificilmente haverá defesa, porque o ângulo protege mais o inimigo do que o cidadão.

(4) As distâncias entre as torres deverão ser efetuadas de tal maneira que o intervalo entre cada uma não seja maior do que o alcance de um dardo, para que, sendo uma delas atacada, os inimigos possam ser repelidos, a partir das torres que estiverem à direita e à esquerda, com escorpiões e outros disparos de armas de arremesso. Além disso, contra as partes inferiores das torres, a muralha deverá ser dividida a espaços tão grandes quanto a largura delas, de modo que os caminhos de ronda sejam, na parte inferior das mesmas torres, constituídos por vigas sem travamentos de ferro; porquanto, se o inimigo ocupar uma parte da muralha, os que a defenderem abrirão de novo esses vãos e, se o fizerem rapidamente, não será possível ao invasor penetrar nas restantes partes das torres, a não ser que se queira lançar no precipício.

(5) E assim, as torres deverão ser feitas arredondas ou poligonais: efetivamente, as máquinas destroçam mais rapidamente as quadradas, porque os aríetes, batendo repetidas vezes, destroem os ângulos, enquanto nas formas circulares, forçando as pedras para o centro como se fossem cunhas, não podem causar dano.

4

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: A DISTRIBUIÇÃO DAS PRAÇAS E DAS RUAS

Princípio vitruviano adotado por Herodes: distribuição uniforme do espaço público.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Havia dentro do porto grandes armazéns vazios para receber qualquer mercadoria e diversos outros pórticos em arcadas, para alojar os marinheiros. **Uma descida muito suave, e que podia servir de belo passeio, rodeava todo o porto, cuja entrada estava em frente dos ventos do inverno, que, naquele lugar, é o mais favorável de todos os ventos. Dos dois lados dessa entrada, estavam três colossos, apoiados em pilastras; os que estavam à esquerda, eram sustentados por uma torre muita forte e os da direita por duas colunas de pedra, tão grandes que sobrepujavam a altura da torre.**

Construiu-se também sobre uma colina que está em frente à entrada desse porto um Templo a Augusto, de tamanho e de beleza extraordinários. Lá se via uma estátua desse ilustre imperador do tamanho da de Júpiter Olímpico, sobre cujo modelo tinha sido feita, e uma outra de Roma, semelhante à de Juno de Argos.

Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. **E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.**

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, I/VI/1, 7-8**

Discurso:

(1) Circundado o recinto, seguem-se as divisões das áreas dentro da muralha e as orientações das praças e das ruas. Serão, de fato, traçados como deve ser se habilmente se afastarem das ruas os ventos que, se forem frios, prejudicam, se quentes, corrompem, se úmidos, são nocivos. Por essa razão, julga-se que se deverá evitar esse condicionalismo e precaver para que não se verifique o que costuma acontecer em muitas cidades, como em Mitilene, ópido na ilha de Lesbos, edificado de modo magnificente e elegante, mas estabelecido sem habilidade. Quando nessa cidade sopra o austro, os homens adoecem; soprando o coro, tossem; quando o setentrião, são restituídos à saúde, mas não podem permanecer nas ruas nem nas praças, devido à veemência do frio.

(7) Tendo como referência essas duas marcas, com o compasso será descrita uma interseção de círculos secantes, trançando-se uma linha que passa por esse cruzamento e pelo centro até a extremidade, de modo a obter-se a orientação meridional e setentrional. Depois disso, tomando-se a décima sexta da totalidade da linha do círculo, será marcado o centro da rotação no ponto em que a linha meridiana toca o círculo, fazendo também marcas à direita e à esquerda sobre o mesmo círculo, seja da parte meridional, seja da setentrional. Então, a partir destes quatro pontos, e de uma extremidade à outra do dito círculo, serão traçadas linhas que se intersectam no centro. Assim se encontrará a designação da oitava parte, uma do lado do astro; outra, do lado do setentrião. As partes restantes deverão ser distribuídas de modo igual na totalidade do círculo, três para a direita e três para a esquerda, para que na descrição sejam designadas, em partes iguais, as divisões dos oito ventos. Desse modo, parece-nos que o ordenamento das praças e das vielas deverá ser alinhado pelos ângulos entre duas direções de ventos.

(8) Na realidade, com essa metodologia e com essa distribuição se afastará das habitações e das ruas a força nociva dos ventos. Se, efetivamente, as praças ficarem diretamente expostas a eles, o ímpeto vindo do espaço aberto do céu e a brisa constante contida na entrada estreita das vielas andarão por aqui e por ali com uma veemência mais forte. Eis por que não se deverão voltar para as orientações dos ventos os direcionamentos das ruas, de modo que, ao chegarem, eles se enfraqueçam contra os ângulos das ínsulas e, repelidos, se dissipem.

5

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: ESCOLHA DAS ÁREAS PARA OS TEMPLOS SAGRADOS, FORO E RESTANTE DOS ESPAÇOS COMUNS.

Princípio vitruviano adotado por Herodes: organização do espaço sagrado e do espaço profano.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Havia dentro do porto grandes armazéns vazios para receber qualquer mercadoria e diversos outros pórticos em arcadas, para alojar os marinheiros. **Uma descida muito suave, e que podia servir de belo passeio, rodeava todo o porto, cuja entrada estava em frente dos ventos do inverno, que, naquele lugar, é o mais favorável de todos os ventos. Dos dois lados dessa entrada, estavam três colossos, apoiados em pilastras; os que estavam à esquerda, eram sustentados por uma torre muita forte e os da direita por duas colunas de pedra, tão grandes que sobrepujavam a altura da torre.**

Construiu-se também sobre uma colina que está em frente à entrada desse porto um Templo a Augusto, de tamanho e de beleza extraordinários. Lá se via uma estátua desse ilustre imperador do tamanho da de Júpiter Olímpico, sobre cujo modelo tinha sido feita, e uma outra de Roma, semelhante à de Juno de Argos.

Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. **E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.**

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, I/VII/1-2**

Discurso:

(4) Distribuídas as vielas e dispostas as praças, há que proceder, de acordo com a utilidade pública e o interesse comum, a escolha das áreas para os templos sagrados, para o foro e restantes espaços comuns.

Se o recinto fortificado se encontrar junto ao mar, a zona onde se implantará o foro deverá ser escolhida próximo do porto; mas, se estiver no meio das terras, deverá ser implantada no meio do ópido.

Quanto aos templos sagrados dos deuses, considerados a mais alta tutela da cidade, Júpiter, Juno e Minerva, devem lhes ser distribuídas zonas no lugar mais elevado, de onde se possa observar a maior extensão do recinto fortificado. No que diz respeito a Mercúrio, no foro; ou então, como a Ísis e Serápis, no empório; a Apolo e ao deus Líbero, junto do teatro; a Hércules, naquelas cidades onde não há ginásios nem anfiteatros, junto do circo; a Marte, fora da urbe, mas junto de um terreno plano; do mesmo modo, a Vênus, junto do porto. Pois também os arúspices etruscos, nos escritos das suas ciências, solenemente afirmaram que os fanos de Vênus, Vulcano e Marte deveriam ser edificados fora da muralha, a fim de que o desejo venéreo não se tornasse habitual dentro da urbe, nos adolescentes e nas mães de família, e que, convocada a força de vulcano fora do recinto fortificado, através de práticas religiosas e de sacrifícios, os edifícios parecessem ficar libertos do medo de incêndios. Quanto a Marte, se a sua divindade fosse venerada fora dos muros, não haveria dissensão armada entre os cidadãos, mas, defendendo a cidade dos inimigos, iria salvá-la do perigo da guerra.

(2) Igualmente, para Ceres será fora da urbe, num lugar aonde ninguém vá com frequência, a não ser quando necessário para o sacrifício; esse lugar deverá ser honrado com uma consciência piedosa e pureza de costumes. Aos restantes deuses, deverão ser distribuídos locais de recintos sagrados adaptados às especificidades dos seus sacrifícios.

No que diz respeito à construção dos templos sagrados às suas comensuralidades, apresentarei no terceiro e quarto volumes as respectivas metodologias, uma vez que no segundo me pareceu bem tratar, antes de tudo, das disponibilidades de materiais que deverão ser preparados para os edifícios, quais as suas

potencialidades e utilidades, expondo, em seguida, as medidas desses edifícios e enunciando as ordens e os gêneros dos sistemas de medidas de cada uma delas, tratando disso em volumes singulares.

6

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: A LOCALIZAÇÃO DO TEATRO

Princípio vitruviano adotado por Herodes: escolha da localização do teatro e demais espaços para divertimento.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. **E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras,** um mercado, o mais belo do mundo, **um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.**

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, V/III/1-3**

Discurso:

(1) Uma vez estabelecido o foro, deve-se escolher para o teatro o lugar mais saudável possível, para a realização do espetáculo dos jogos nos dias festivos dos deuses imortais, de acordo com o que já foi escrito no Livro I acerca da salubridade na localização dos recintos das cidades. Quando há jogos, os que se encontram sentados com as suas mulheres e filhos, deleitados os corpos imóveis com o prazer do espetáculo, apresentam as veias expostas, na penetra o sopro dos ventos que procedem de regiões palustres ou de outros lugares doentios, infundindo nos corpos exalações nocivas. Por isso, se o local do teatro for escolhido com muito cuidado, evitam-se as doenças.

(2) Será providenciado também que não receba o ímpeto do sul. Com efeito, quando o sol enche a cávea, o ar fechado dentro, sem ter a possibilidade de se renovar, inflama-se, movendo-se sobre si próprio, cresta e queima, ardente, esvaindo a umidade dos corpos. Por esta razão, devem ser evitadas ao máximo, mediantes essas coisas, as exposições doentias, devem-se escolher as salubres.

(3) Mais fácil será a preparação dos fundamentos se se construir nos montes, mas se a necessidade obrigar a que se construa num local plano ou palustre, deverão ser lançados alicerces ou muros semelhantes as fundações dos templos sagrados, como foi escrito no Livro III. Sobre os fundamentos e a partir dos muros intermediários serão colocados os degraus em obra de pedra ou de mármore.

7

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: A CONSTRUÇÃO, DISPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS TERMAS

Princípio vitruviano adotado por Herodes: construção de casas de banho público.

Acessível apenas pela materialidade.

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, V/X/1**

Discurso:

Em primeiro lugar, deve-se escolher mais quente possível, ou seja, protegido do setentrião e do aquilão. Os próprios caldários e tepidários deverão ter de inverno, luz do poente e, se por acaso a natureza do lugar tal impedir, deverão então, de toda maneira, ser virados a sul, porque o tempo dos banhos é sobretudo desde o meio-dia até a tarde. Também se deve ter em conta que os caldários femininos e masculinos sejam colocados juntos e com as mesmas disposições. Assim será o procedimento, a fim de que, nos equipamentos dos banhos, um hipocausto comum sirva a uns e a outros. Sobre o hipocausto deverão ser colocadas três banheiras de bronze, uma como caldário, outra como tepidário e uma terceira como frigidário, de tal maneira dispostas que, à medida que a água quente for saindo do tepidário para o caldário, do mesmo modo vai fluindo do frigidário para o tepidário. As abóbadas dos alvéolos serão aquecidas pelo hipocausto comum.

8

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: A UTILIDADE, CARACTERÍSTICAS E CONSTRUÇÃO DOS PORTOS

Princípio vitruviano adotado por Herodes: dimensionamento do porto de Sebastos.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Depois que ele mandou tomar as medidas da extensão do porto, como o mar tinha naquele lugar vinte braças de profundidade, mandou enchê-lo com pedras de tamanho descomunal, das quais a maior parte tinha cinquenta pés de comprimento, dez de largura e nove de altura. Havia mesmo ainda outras maiores, e assim ele o fez até a flor d'água. A metade dessa mole, que tinha duzentos pés de largura, servia para quebrar a violência das vagas; construiu-se sobre a outra metade um muro fortificado com torres, à maior e à mais bela das quais Herodes deu o nome de Druso, filho da imperatriz Lívia, mulher de Augusto.

Havia dentro do porto grandes armazéns vazios para receber qualquer mercadoria e diversos outros pórticos em arcadas, para alojar os marinheiros. Uma descida muito suave, e que podia servir de belo passeio, rodeava todo o porto, cuja entrada estava em frente dos ventos do inverno, que, naquele lugar, é o mais favorável de todos os ventos. Dos dois lados dessa entrada, estavam três colossos, apoiados em pilastras; os que estavam à esquerda, eram sustentados por uma torre muita forte e os da direita por duas colunas de pedra, tão grandes que sobrepujavam a altura da torre.

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, V/XII/1-3**

Discurso:

(1) Também não será de omitir a questão da utilidade dos portos, mas, antes, deverão ser referidos os métodos através dos quais os navios poderão neles se proteger das tempestades. Efetivamente, os portos prestarão naturalmente os melhores serviços se estiverem bem situados e possuírem espigões ou promontórios salientes, a partir dos quais, para o seu interior e segundo a natureza do lugar, sejam formados

ângulos ou curvaturas. Em volta, deverão ser construídos pórticos ou arsenais, bem como acesso dos pórticos para os empórios. De um e de outro lado dos portos deverão ser erguidas torres, a partir das quais, por meio de máquinas, se possam passar correntes de ferro de um lado para outro.

(2) Se, todavia, não estivermos na presença de um lugar natural ou idôneo que possa proteger as naves das tempestades, convém agir do seguinte modo: se nenhum rio nesses lugares o impedir, mas houver num dos lados uma enseada, então avança-se para diante, a partir do outro lado, com estruturas cimentícias e terraplenos que assim conformarão os recintos dos portos. E essas estruturas que ficarão dentro d'água, serão feitas de modo que se traga pozolana das regiões que vão de Cuma ao promontório de Minerva e mistura-se essa de maneira que na argamassa a proporção seja de dois para um.

(3) Em seguida, no lugar que for designado, serão lançadas e firmemente cofragens de estacas de carvalho cingidas por correntes. Entretanto, debaixo d'água, o fundo será aplanado e limpo com a ajuda de pequenas pranchas e aí se amontoará a mistura de argamassa com os seixos, como acima foi escrito, até que encha o espaço para a estrutura entre as cofragens. Os lugares que acima mencionamos já tem naturalmente essas potencialidades. Se, todavia, devido às ondas ou ao ímpeto do mar aberto, as amarras não puderem suster as cofragens, nesse caso será erguido o mais solidamente possível, a partir do próprio terreno ou do molhe, um estrado nivelado horizontalmente até o meio, sendo na parte restante, do lado da margem, inclinado.

9

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: ADAPTAÇÃO DOS EDIFÍCIOS PRIVADOS AO AMBIENTE GEOGRÁFICO

Princípio vitruviano adotado por Herodes: disposição geográfica e arquitetônica dos edifícios públicos e das casas particulares.

Sujeito Locutor: **Flávio Josefo**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Guerra dos Judeus, Livro I/XVI/85**

Discurso:

Viam-se nas cercanias do porto uma fileira de casas construídas de uma pedra muito branca e ruas igualmente distantes umas das outras, que iam da cidade ao porto.

Sujeito Locutor: **Vitrúvio**

Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, VI/I/1-2**

Discurso:

(1) [...] Portanto, assim como a constituição do Universo em relação à Terra se baseia naturalmente na inclinação do círculo zodíaco e no curso do Sol com díspares qualidades, do mesmo modo se julga deverem ser traçadas as disposições dos edifícios de acordo com as características das regiões e as variedades do céu.

(2) Nas regiões setentrionais, pensa-se ser conveniente que os edifícios sejam construídos abobadados, resguardados ao máximo e não expostos, voltados para as partes quentes. Contrariamente, nas regiões meridionais, sob o ímpeto do sol, porque sujeitos ao calor, os edifícios deverão ser feitos mais abertos e voltados para o setentrião e o aquilão. Desse modo, o que a natureza lesa em demasia será emendado pela arte. De maneira idêntica será feita também uma aferição nas regiões restantes, de acordo com a posição do céu em relação à inclinação do Universo.

10

PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA URB: ADUÇÃO DE ÁGUAS
Princípio vitruviano adotado por Herodes: construção de um sistema de abastecimento de água.
Embora exista um aqueduto na cidade de Cesareia, ele não foi mencionado nas narrativas de Flávio Josefo. Esse tipo de construção era comum nos projetos de Herodes. No entanto, a fixação da data em relação a essa construção ainda é motivo de discussão entre os especialistas. Alguns acreditam que ele foi construído por Herodes; outros pensam mais no período flaviano (Patrich, 2007). Entretanto, Flávio Josefo menciona um sistema de saneamento: "Fizeram-se em terra longos arcos, distantes igualmente uns dos outros, que se dirigiam todos para o mar, e havia um que os atravessava para levar até ele a água da chuva e as imundícies da cidade e receber ao mesmo tempo as águas do mar, quando este se achasse muito agitado, a fim de lavar assim a maior parte das ruas" (ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XV/XIII/669).
Sujeito Locutor: **Vitrúvio** Localização (Livro/Capítulo/Verso): **Tratado de Arquitetura, VIII/VI/1** Discurso: Com efeito, executam-se de três maneiras as aduções de águas: por canais, através de condutos de concreto, por canos de chumbo ou por tubos cerâmicos. Faz-se do seguinte modo: se for por condutas, a construção será o mais sólida possível, e o lastro deverá ser nivelado com inclinação não menor que um sicílio por cada cem pés, devendo essas estruturas ser abobadadas, para que a água seja o menos possível tocada pelo sol. Ao chegar às muralhas, levanta-se um arca-de-água e juntos serão feitos três tanques emissários para receber o líquido, dispondo-se nessa arca três canos com igual débito de água para dentro daqueles três tanques, de tal modo que, enchendo o das extremidades, a água transvase para o meio.

Como se pode observar, as narrativas de Flávio Josefo nos apresentam uma lista dos edifícios e monumentos que constituíam a *paisagem cultural* de Cesareia Marítima. Na obra "Guerra dos Judeus", Josefo fez uma descrição mais detalhada e evidenciou os seguintes elementos urbanísticos: a) um porto artificial com muro fortificado, torres, armazéns para mercadorias, pórticos e arcadas para hospedagem dos marinheiros, um passeio público, três colossos em pilastras; b) uma fileira de casas de pedra; c) ruas planejadas que iam da cidade de Cesareia ao porto de Sebastos; d) uma estátua colossal de Augusto e outra de Roma, localizadas no templo dedicado a Augusto, em uma colina em frente à entrada do porto; e) a cidade com um mercado, teatro e um anfiteatro (hipódromo). Além desses edifícios e monumentos, na obra seguinte Flávio Josefo também acrescentou a existência de palácios de mármore, casas particulares, torres, um sistema de saneamento e um circo de pedra (o mesmo hipódromo). Os achados arqueológicos correspondem a descrição que o historiador judeu fez da cidade.

Figura 15 – Palácio de Herodes, Cesareia Marítima[161]

Figura 16 – Anfiteatro/Hipódromo, Cesareia Marítima[162]

[161] Ruínas do palácio de Herodes. Disponível em: https://images.app.goo.gl/zBQd2rmitcr28qWM7. Acessado em: 01/08/2021.
[162] Vista aérea do anfiteatro (Google Earth). Disponível em: https://earth.google.com/web/@32.50654202,34.89005413,0.40514998a,1875.98246899d,35y,107.11726492h,0t,0r/data=OgMKATA?authuser=0. Acessado em: 01/08/2021.

Figura 17 – Teatro Romano, Cesareia Marítima[163]

Figura 18 – Sistema de abóbodas encontrado em frente a colina do templo de Augusto e Roma, Cesareia Marítima[164]

[163] Vista aérea do teatro (Google Earth). Disponível em: https://earth.google.com/web/@32.50654202,34.89005413,0.40514998a,1875.98246899d,35y,107.11726492h,0t,0r/data=OgMKATA?authuser=0. Acessado em: 01/08/2021.

[164] Vista frontal no templo de Augusto (Google Earth). Disponível em: https://earth.google.com/web/@32.50654202,34.89005413,0.40514998a,1875.98246899d,35y,107.11726492h,0t,0r/data=OgMKATA?authuser=0. Acessado em: 01/08/2021.

Figura 19 – Restos do altar construído por Herodes para o imperador Augusto e a deusa Roma em frente ao templo, Cesareia Marítima[165]

Figura 20 – Ruínas da antiga sinagoga, Cesareia Marítima[166]

A análise descritiva e comparativa entre o *discurso polêmico* de Flávio Josefo e as obras "A Política" de Aristóteles e "Tratado de Arquitetura" de Vitrúvio contribui para a comprovação da hipótese de que Herodes mesclou os dois modelos citadinos a fim de construir *paisagens culturais* que favorecessem o estabelecimento de relações socioculturais recíprocas na cidade

[165] Altar de Roma e Augusto. Disponível em: https://www.israel365news.com/87227/rothschild-foundation-investing-27-million-caesareas-hidden-treasures-photos/. Acessado em: 01/08/2021.

[166] Antiga Sinagoga de Cesareia. Disponível em: https://www.israel365news.com/87227/rothschild-foundation-investing-27-million-caesareas-hidden-treasures-photos/. Acessado em: 01/08/2021.

de Cesareia Marítima. Sem dúvida alguma, Cesareia foi o maior projeto urbanístico de Herodes: uma cidade com grandes estruturas públicas que foi projetada para atender as necessidades políticas, comerciais e econômicas da região, além de promover o controle social e movimentar uma aristocracia que era resistente ao estabelecimento de relações socioculturais recíprocas rumo ao *multiculturalismo*. Conforme afirmamos anteriormente, a cidade também cumpriu o seu papel na consolidação das *relações de clientelismo em patronato* entre Herodes e o imperador Augusto. O nome da cidade e a denominação do porto corroboram para essa hipótese. Logo, a partir da fundação de Cesareia Marítima, o rei dos *judeanos* apresentou o seu discurso para o mundo romano. A sua trajetória política, o legado do seu reinado, a extensão de seu patrimônio e a sua proximidade com a cultura romana seria sempre avaliada a partir de um olhar sobre a cidade. Inevitavelmente, apreciar a cidade seria o mesmo que se tornar um *sujeito interlocutor* do *discurso urbano materializado* de Herodes e interagir com a memória de si mesmo que ele queria perpetuar. Tudo isso a partir da construção de um espaço concreto; no entanto, todo lugar antropológico também tem se trata de uma referência simbólica.

4.3 **A organização do espaço simbólico e a construção de *um local de recordação* para *judeanos* e romanos na cidade de Cesareia Marítima**

Conforme postulamos até aqui, a cidade de Cesareia se tratava de uma região marcada pela pluralidade étnica e sociocultural mesmo antes de sua fundação. Flávio Josefo citou pelo menos três comunidades culturais que compreendiam Cesareia Marítima como seu *lugar antropológico*: a grega, a síria, a judaica e a romana. E isso, sem nos aprofundarmos no fato de que a região escolhida por Herodes se tratava de origem cultural fenícia e que também tinha sido ocupada pelos persas alguns séculos antes do nascimento do rei dos *judeanos*. Conforme mencionamos anteriormente, esses povos se revezaram no domínio da região a partir do século IV a.C., culminando no domínio judaico-asmoneu. Os romanos começaram a fazer parte da demografia de forma definitiva somente após a fundação e urbanização da cidade iniciada por Herodes. A palavra “iniciada” aqui assume a perspectiva de que o rei dos *judeanos* planejou a cidade segundo a sua filosofia política, mesclou o plano hipodamiano com o planejamento urbanístico vitruviano e permitiu que a cidade fosse reorganizada e expandida posteriormente. Essas alterações posteriores não alteraram a infraestrutura do plano urbanístico desenvolvido por Herodes.

Logicamente, apesar de ser uma *etnocidade*, ou seja, uma cidade planejada, fundada, urbanizada e organizada com a finalidade de se tornar um cenário para o desenvolvimento de

relações socioculturais concretas ou simbólicas entre diversas comunidades culturais que a compõe, parece-nos que houve um período de assimilação e ajustamento entre as diversas comunidades ali domiciliadas, pois, assim como a diversidade sociocultural que emergia dos espaços de convivência comum promovia a integração cultural, durante um período, esses encontros também foram marcados por alguns enfrentamentos; principalmente após a morte do rei Herodes, momento em que a política judeana voltou a ficar fragmentada. Entretanto, a simbolização do espaço promovida por Herodes Magno concedeu para os moradores de Cesareia Marítima o princípio pelo qual se construiria a experiência sociocultural entre judeus, *judeanos* e romanos e, ao mesmo tempo, se formaria a personalidade de cada um. Nesse sentido, essa simbolização tornou-se paralelamente uma matriz intelectual, uma constituição social, uma herança e a condição primordial de toda história individual ou coletiva na cidade de Cesareia marítima.

> Numa perspectiva mais histórica e mais concreta, podemos observar que a simbolização, e especialmente a simbolização do espaço, é o meio e não necessariamente a expressão da unidade. [...] se desenrola em várias escalas: ela se aplica à casa, aos grupamentos de casas, às regras de residência, às divisões da aldeia (em quarteirões, em zonas profanas e sagradas), ao solo, ao território, à fronteira entre espaço aculturado e natureza selvagem. Se ele constrói uma identidade relativa, isto se dá sempre por oposição a uma alteridade externa e em função de alteridade interna (AUGÉ, 1999, pp. 136-137).

Na lógica discursiva de Marc Augé, a simbolização do espaço planejada por Herodes promoveu uma *circularidade cultural* entre as diversas comunidades, a partir da movimentação dos indivíduos pelos mais variados espaços preparados para que o binômio *identidade/alteridade* fosse conjugado. Isso aconteceria tantas vezes durante o dia que gradativamente a identidade das comunidades socioculturais de Cesareia Marítima se tornaria multicultural; principalmente nos espaços em que a *identidade interseccional* fosse acionada intencionalmente e sem prejuízo do exercício da singularidade, ao se retornar a paisagem cultural de origem. Os habitantes de Cesareia Marítima se identificavam com a nova cidade porque ela fora fundada em um *local de recordação*; e parece-nos que Herodes não desconsiderou essa circunstância quando escolheu o terreno para a execução de seu plano urbanístico.

Em sua obra “Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural”, Aleida Assmann problematizou a expressão *memória dos locais* e afirmou que ela pode referir-se tanto a memória que se recorda dos locais quanto a aquela que está situada nos locais (ASSMANN, 2016, p. 317). Partindo desse princípio, a historiadora cultural investigou o que a *memória dos locais* guarda em si mesma, independentemente da memória dos seres

humanos[167], bem como, pesquisou a passagem dos *lugares de memória* para os *lugares de recordação.* Os *lugares de memória* estão associados às impressões assimiladas por ouvir, falar ou ler, enquanto, os *lugares de recordação,* àquelas sensações captadas em cenário histórico. Embora, a antiga Torre de Estratão (local no qual foi construída a cidade de Cesareia Marítima) não se tratasse de um local que tivesse em si necessariamente uma memória imanente – já que se tratava da urbanização de uma [nova] cidade, o plano urbanístico de Herodes previa a construção de *áreas* e *paisagens culturais* que serviriam como *espaços culturais da recordação* que, por suas vezes, seriam concretizados nas relações identitárias estabelecidas entre os indivíduos e a nova cidade, através dos edifícios, monumentos, artefatos, ritos e símbolos expressos nas diversas *paisagens culturais* planejadas por Herodes.

Segundo as concepções de Aleida Assmann, o que dotaria a cidade de Cesareia Marítima de uma força de memória especial seria a sua ligação fixa e duradoura com histórias familiares. Herodes escolheu uma *região cultural* que mesmo antes do processo de urbanização já era considerada *local de família* ou *local de gerações* – isto é, "um local no qual membros de uma mesma família nasceram e morreram, em uma corrente inquebrantável de gerações" (ASSMANN, 2016, p. 320). Ao escolher a Torre de Estratão para urbanização de Cesareia, o rei Herodes considerou a história e a memória das comunidades culturais que transitavam pela região.

A cidade de Cesareia Marítima foi construída próxima a rota dos patriarcas hebreus, ou seja, um dos lugares no qual Abraão, Isaque e Jacó colocaram os pés e que segundo a lógica discursiva judaica pertenceria inevitavelmente ao povo judeu. Ainda que Herodes tenha construído a cidade, motivo que segundo Flávio Josefo foi o vínculo identitário principal dos judeus com a região, a comunidade judaica não poderia esquecer que a cidade de Cesareia estava nos limites entre a tribo de Manassés e a antiga Fenícia e que posteriormente foi conquistada pelos asmoneus. Logo, os judeus da região se consideravam mais antigos do que os sírios e os gregos ali domiciliados[168].

---

[167] Analisando a obra "De finibus bonorum et malorum" de Cícero, Assmann questionou a força específica da memória e do poder vinculativo dos locais para a construção de uma memória. Segundo ela, "[...] como peças de construção da arte da memória, ele [Cícero] determinou figuras e lugares (imagines et locí), sendo que as figuras eram úteis para fixação afetiva de determinados conteúdo do saber, e os lugares, para a ordenação desses conteúdos e sua recuperação (ASSMANN, 2016, p. 318).

[168] A narrativa de Flávio Josefo não nos dá muitas informações sobre a comunidade judaica de Cesareia. Segundo o relato do historiador judeu, ela era compostas de pessoas muito ricas, dotadas de privilégios sociais e políticos entre os romanos devido ao seu status jurídico e, principalmente, por causa do prestígio de Herodes. Cabe lembrar aqui que não estamos nos referindo a aristocracia do Sul da Judeia. Os judeus de Cesareia, a princípio, enquanto judeus da diáspora tinham boas relações socioculturais com os sírios e gregos e, além disso,

Entretanto, a região também esteve sob o domínio helênico e sírio. Conforme Flávio Josefo evidencia, em suas obras "Guerra dos Judeus" e "Antiguidades Judaicas", Cesareia era habitada por comunidades de sírios, gregos e judeus. Cada uma dessas comunidades compreendia a região como um *local de gerações*.

> Aconteceu, nesse mesmo tempo, uma grande perturbação em Cesareia, entre os judeus e seus habitantes, com relação à precedência. Os judeus pretendiam-na, porque Herodes, um de seus reis, tinha construído a cidade: os sírios afirmavam que deviam ser preferidos, porque ela subsistia desde muito tempo sob o nome de Torre de Estratão, quando ali não havia um só judeu. Os governadores das províncias tomaram conhecimento dessa divergência e mandaram vergastar os que nela haviam tomado parte, de ambos os lados. Mas os judeus, que confiavam nas suas riquezas, recomeçaram a desprezar e a maltratar com palavras, os sírios. Entre estes, havia vários de Cesareia e de Sebaste, que serviam nas tropas romanas, as quais lhes respondiam insolentemente. Das palavras, passaram às pedradas e vários foram mesmo mortos, muitos feridos, de parte a parte: os judeus levaram a melhor (FLÁVIO JOSEFO, ANTIGUIDADES JUDAICAS, Livro XX/VI/850-851).

A relação dos sírios com a cidade de Cesareia Marítima como sendo um *local de gerações* tornou-se evidente na narrativa de Josefo. Para essa comunidade cultural, o vínculo identitário com o local estava diretamente relacionado a ancestralidade. Isso sem desconsiderar o fato de que geralmente essa região era administrada pelo governador da Síria, o que aconteceu diversas vezes durante o período de ocupação romana. Os sírios que habitavam na cidade de Cesareia Marítima eram notadamente de cultura helenística. Como Herodes usou o plano hipodamiano para construir a cidade, a comunidade síria se identificava profundamente com a *paisagem cultural* da cidade. Flávio Josefo inseriu em sua narrativa sobre os estágios que antecederam a guerra dos judeus contra os romanos, a partir de 66 d.C. e ressaltou a mesma dissensão entre sírios e judeus na cidade; entretanto, aqui ele evidenciou mais um motivo para que os sírios se considerassem em um lugar de proeminência em relação aos judeus: o plano urbanístico de Herodes para a cidade.

> [...] surgiu um grande litígio em Cesareia, entre os judeus e os sírios que lá habitavam. Os judeus afirmavam que aquela cidade lhes pertencia, porque Herodes, que era seu rei, a tinha construído. Os sírios diziam, ao contrário, que ainda que ele fosse seu fundador, ela não podia deixar de ser cidade grega, porque, se sua intenção era que ela pertencesse aos judeus, ele não teria mandado construir Templos nem teria levantado estátuas. Esta divergência acirrou de tal sorte os ânimos, que eles tomaram as armas e não se passava um só dia sem que os mais exaltados, de ambas as partes, não se atracassem, porque a prudência dos anciãos judeus não era capaz de os conter e os sírios não queriam ser inferiores. Os judeus eram mais ricos e mais valentes que os

desenvolviam a sua prática religiosa, bem como, guardavam suas leis através da sinagoga que existia na cidade. Eles celebravam o shabbat, seguiam as regras alimentares e participavam das festas de peregrinação na cidade de Jerusalém. Não se sabe ao certo quando a comunidade judaica de Cesareia surgiu. O fato é que no tempo de Herodes, Cesareia Marítima ainda não era um centro teológico importante para o judaísmo rabínico. Assim como também não o era para o cristianismo (LEVEY, 2007, pp. 43-78).

> outros. Mas os sírios confiavam no auxílio dos soldados, porque uma parte das tropas romanas, tendo sido formada na Síria, tinha entre eles muitos parentes, sempre prontos a ajudá-los (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro II/XXIII/181-182).

A possibilidade de que os antigos gregos tenham levado o fogo do *pritaneu* para a Torre de Estratão quando ocuparam a região, também era uma probabilidade real. Quando Josefo narrou o enfrentamento entre gregos e judeus no século I d.C., ele evidenciou que a religião grega também era praticada nos limites da cidade.

> [...] No dia seguinte, que era sábado, os judeus estavam na Sinagoga; um rebelde grego, de Cesareia, pôs, de propósito, na entrada, antes que eles saíssem, um vaso de terra e ali imolava aves, em sacrifício. Não se pode imaginar até que ponto isto irritou os judeus, porque o consideravam como um ultraje às suas leis e à Sinagoga, que julgavam profanada com aqueles sacrifícios. Os mais moderados e os mais sensatos eram de opinião de que se devia ir falar com os magistrados, para pedir-lhes justiça. Mas os mais jovens e os mais violentos, não podendo conter a cólera, queriam pegar em armas e os gregos, que tinham sido os autores do fato e que não lhes eram inferiores em ousadia, nada mais desejavam do que isso (FLÁVIO JOSEFO, GUERRA DOS JUDEUS, Livro II/XXV/188).

Embora não tivessem laços culturais com o local escolhido por Herodes antes do processo de urbanização, os romanos geralmente utilizavam o *rito de fundação* de uma cidade como meio para se estabelecer um vínculo entre o local e seus ancestrais, transformando-o simbolicamente em um *local de gerações*. No dia da fundação, o fundador da cidade oferecia o primeiro sacrifício. Para os romanos, a fundação de uma urbe era um ato sagrado cuja primeira ação do fundador seria escolher um terreno para nova urbe, assim como fez Herodes. Mas, essa escolha, na qual um romano acreditava depender o desenvolvimento da cidade, era sempre entregue à decisão dos deuses (COULANGES, 2009, 152). Norbert Rouland (1997, pp. 22-23) afirma que no processo de urbanização a delimitação do espaço urbano tinha relação com o depósito de gado miúdo no *mundus.* O *mundus* se tratava de uma cova, um pequeno fosso de forma circular que simbolicamente serviria como via de comunicação entre o mundo dos mortos, o dos vivos e dos deuses subterrâneos. Simbolicamente, os romanos encerravam ali a alma dos antepassados. Essas almas receberiam um culto perpétuo e zelariam por seus descendentes (COULANGES, 2009, 152).

O abandono da terra em que fora estabelecida a lareira da *Urb* e onde repousavam os antepassados divinos era proibido pela religião romana. Assim, no ritual simbólico de fundação da cidade, cada homem que chega lança no *mundus* um punhado de terra que recolheu antes de abandonar o seu solo natal para procurar fortuna noutro lugar. Apropria-se então da cidade que acaba de ser fundada dizendo: “Onde está a terra dos meus pais, aí será a minha pátria” (*terra patrum*). No *mundus* eram lançados grãos, vinho e gado miúdo. Depois ele era coberto e sobre ele erigia-se um altar onde arderia o fogo sagrado. Ao redor desse fogo se construiria a nova

urbe. Em seguida, o espaço era demarcado. Com bois que deveriam ser brancos como as vítimas oferecidas a Júpiter e um arado, abria-se um sulco na terra, traçando um círculo mágico, o *pomoerium,* e delimitando assim o espaço urbano. Nem o estrangeiro, nem o cidadão podiam entrar nele. Saltar por cima seria um ato de profanação da cidade. Mas o círculo seria interrompido em alguns pontos durante a aragem. Esses intervalos eram chamados de *portae*: seriam as portas da urbe. Sobre esse círculo ou pouco mais para trás seriam erguidas as muralhas da cidade. E, como a nova urbe, as muralhas também eram consideradas sagradas e somente poderiam ser tocadas ou reparadas com a autorização dos pontífices. Fustel de Coulanges (2009, p. 154) afirma que havia também dos dois lados da muralha um espaço reservado para a religião. O gado também era oferecido em ato propiciatório aos ancestrais e aos deuses subterrâneos do *mundus*.

Bois brancos eram oferecidos a Júpiter. Por intermédio dos bois também se traçava os limites entre uma cidade e o mundo exterior, entre a vida e a morte (ROULAND 1997, pp. 22-23). Era proibido sepultar ou incinerar um morto nos limites do *pomoerium*. Um carrasco deveria morar fora da cidade e a morte deveria ser lançada para fora dela. Como um sacerdote de Júpiter domiciliado no interior da cidade nunca deveria ter contato com nada que representasse a morte, nenhum soldado armado poderia adentrar as portas da cidade. Anualmente os romanos celebravam o dia de fundação da *Urb*, diz Fustel de Coulanges. Segundo ele, é bem provável que muitas cidades antes de Roma tenham sido fundadas da mesma maneira. Ritos similares eram praticados por todos os fundadores de urbes e havia registros detalhados nos livros etruscos sobre como realizar esse rito de fundação (COULANGES, 2009, p 154).

Como a intenção de Herodes era fundar uma urbe na antiga Torre de Estratão e ainda fazer desse espaço concreto um *local de gerações* para os romanos, provavelmente, o rei dos *judeanos* seguiu esse rito de fundação romano, antes de iniciar o processo de construção da cidade, começando pela escolha do terreno. Esse rito daria aos romanos domiciliados na cidade um *ponto de referência mnemônica*, ou seja, um espaço imóvel para memória que se destinava ao armazenamento seguro e limitado de elementos materiais, que serviriam como uma representação da memória cultural romana e um marco inicial para a relação dos romanos com a cidade de Cesareia Marítima, a urbe fundada por Herodes. Por meio do rito fundador a cidade funcionaria como uma *terra patrum*, um novo *lugar de gerações.* Cesareia seria também uma cidade romana para os romanos (ASSMANN, 2016, pp. 125-126).

Como se pode observar, Cesareia Marítima foi urbanizada para servir como um *local de gerações* para todas as comunidades ali estabelecidas. As *paisagens culturais* planejadas por

Herodes, bem como a delimitação de *áreas culturais* para cada comunidade, contribuíram para que essas relações identitárias se fortalecessem ao longo do tempo. Apesar da conjugação entre identidade e relação, bem como, a concepção da cidade de Cesareia Marítima como um lugar no qual os indivíduos nela domiciliados viviam a história, não se pode desconsiderar também que enquanto *lugar antropológico* a cidade era marcada por *ambiguidades* – "ela era apenas a ideia, parcialmente materializada, que tinham aqueles que a habitavam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros. Essa ideia podia ser parcial ou mitificada. Ela variava de acordo com o lugar e o ponto de vista que cada um deles ocupava" (AUGÉ, 2007, p. 54). Logo, se algum romano desconsiderasse o rito fundador como meio de se construir um sentido para si mesmo, ainda havia a possibilidade dessa relação identitária ser efetivada a partir do reconhecimento do domínio político de Roma na região, da concepção de *imperium nostrum* e, se isso não fosse suficiente, o contato permanente com as *paisagens culturais* desenvolvidas por Herodes inevitavelmente forjariam esse senso de pertencimento a cidade de Cesareia Marítima.

Todos os elementos que compõem uma urbe estavam no interior da cidade, nos limites do *pomoerium*. Nela, um romano poderia cultuar os seus ancestrais, celebrar o imperador e ainda frequentar os templos de seus deuses. O Estado romano estava representado na escultura da deusa Roma e, ao lado dela, havia uma representação do sistema político do principado através da estatuária de Augusto, no templo dedicado a ele. Na *paisagem cultural* da cidade existia um lugar para sacrifícios diários. Havia também as muralhas, o foro, o pretório, um porto, o mar Mediterrâneo e um fluxo ininterrupto de pessoas de todos os lugares. E, não se pode esquecer do teatro, do anfiteatro e dos jogos que Herodes frequentemente oferecia a população. O nome da cidade e a denominação do porto lembravam aos romanos constantemente que a cidade pertencia a Roma. Pode-se dizer que a cidade de Cesareia Marítima era mais romana do que grega, síria ou judaica. Aliás, precisava ser. Pois, essa era a sociedade para qual Herodes pretendia movimentar seus súditos, transformando as comunidades culturais em uma sociedade multicultural.

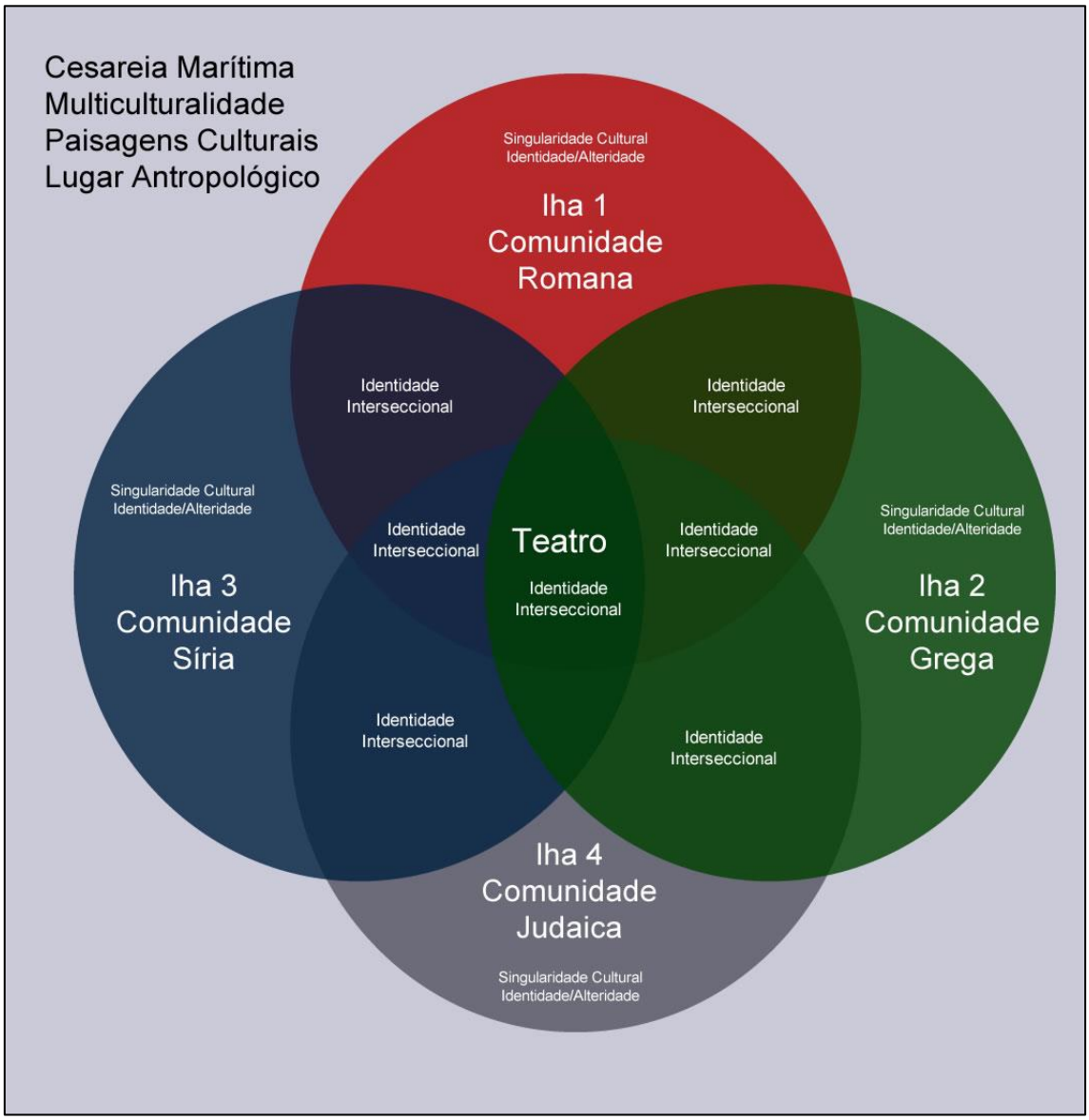
A cidade de Cesareia Marítima enquanto o *lugar antropológico* para gregos, sírios, judeus e romanos também era geométrica, ou seja, tratava-se da linha, da interseção das linhas e do ponto de interseção entre elas como os itinerários, eixos ou caminhos que conduziam a outro lugar, a locais onde os indivíduos se encontravam e se reuniam; referia-se também aos lugares de intercâmbio econômico, centros mais ou menos monumentais, fossem eles religiosos

ou políticos nos quais se definiam os espaços de fronteira ou se estabelecia a relação entre *identidade* e *alteridade*[169] (AUGÉ, 2007, pp. 54-55).

Por exemplo, quando um judeu de Cesareia frequentava a sinagoga, celebrava o *shabbat*, observava as regras alimentares, debatia sobre os princípios da Torá em praça pública, fazia suas peregrinações ao templo de Jerusalém ou celebrava o *pessach* no âmbito familiar ele estava vivenciando a singularidade sociocultural de sua comunidade no interior da cidade, no espaço organizado por Herodes para esse fim. Aqui teríamos um fortalecimento da *identidade* e uma marcação simbólica da *alteridade*. Entretanto, quando esse mesmo judeu transitava pelo mercado, fazia viagens pelo porto de Sebastos, participava dos jogos no anfiteatro ou assistia espetáculos no teatro da cidade, ele se permitia o contato com a *alteridade* e participava da singularidade cultural de outras comunidades, adotando para si mesmo elementos socioculturais divergentes nos espaços preparados por Herodes para que essas "ilhas" se encontrassem, se modificassem e se tornassem homólogas. A *identidade* conjugada aqui estaria atrelada ao espaço. Nele a ocorria a desconstrução temporária da *alteridade*, até que acontecesse o retorno à comunidade cultural de origem. Esse reencontro jamais ocorreria sem que, em maior ou menor escala, novos elementos socioculturais fossem exportados para a comunidade de origem. Logo, o próximo encontro entre uns e outros nesses espaços de convivência comum não geraria mais os mesmos estranhamentos. A adoção de uma *identidade interseccional* seria uma ferramenta poderosa para que, gradativamente, a sociedade *judeana* se movimentasse rumo a multiculturalidade.

[169] Augé entende que a abordagem antropológica associou a conjugação do binômio identidade/alteridade ao processo de simbolização do espaço devido à necessidade que os indivíduos possuem de compreender e dominar o ambiente compartilhado a fim de que possam compreender a si mesmos e se organizarem socialmente. A cidade é o local no qual os indivíduos pensam e repensam a identidade e a relação, a si mesmo e o outro. Tal processo cognitivo afeta todas as esferas da vida urbana, tanto interiores quanto exteriores (AUGÉ, 1999, p. 137).

Figura 21 – Representação da aplicação do conceito de identidade interseccional na cidade de Cesareia Marítima[170]



Inevitavelmente, essa movimentação também foi constituída de resistência e enfretamentos, um resultado esperado quando se trata da conjugação do binômio identidade/alteridade, conforme observamos acima. Apesar de Flávio Josefo descrever alguns desses enfrentamentos, não se pode esquecer que uma mudança sociocultural não é algo feito da noite para o dia. Não bastava apenas adotar um plano urbanístico, fundar uma cidade, compor *paisagens culturais* e nela construir espaços para a convivência comum. Seria preciso um longo período para as relações socioculturais fossem revestidas de reciprocidade. E, Herodes contava com isso. Aliás, ele planejou essa movimentação detalhadamente.

[170] Organograma desenvolvido pelo autor.

Todos os enfrentamentos citados pelo historiador judeu Flávio Josefo foram alimentados por disputas políticas que ocorreram após a morte de Herodes, bem como, em um contexto sociopolítico mais amplo que envolvia fragmentação política na província romana, perda de privilégios da aristocracia do Norte da Judeia, aumento de tributos, dentre outras questões que não trataremos aqui por não se referirem ao nosso recorte historiográfico. O mais interessante é que, depois desse período de ajustamento político e sociocultural, e com a chegada de mais um momento de centralização política na Judeia, Cesareia retomou o seu desenvolvimento, teve sua área estendida e o seu espaço reorganizado, e embora já desfrutasse do *status* de capital da Judeia desde 44 d.C., também se tornou historicamente um centro de difusão para o cristianismo siro-palestino, uma sede para uma das escolas patrísticas e, quando ocupada pelos muçulmanos também transformou-se em um centro importante para o islamismo. A multiculturalidade planejada por Herodes prevaleceu. Assim, o *discurso urbano materializado* do rei judeanos apresenta Herodes como um grande urbanista, um político competente e alguém que governou para o bem da cidade e o desenvolvimento das comunidades culturais que permaneciam sob seu governo. Nesse discurso, não há indícios de crueldade, sede pelo poder, intrigas familiares, parricídio ou infanticídio. Pois, nada disso fazia parte da fama que Herodes Magno pretendia construir ou da memória autorreferente que ele queria perpetuar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno no século I a.C. contribuiu para a concepção de que as relações socioculturais estabelecidas entre gregos, sírios, judeus e romanos na cidade de Cesareia Marítima tiveram como resultado histórico e antropológico a importação/exportação de elementos socioculturais que facilitaram o processo de urbanização da Judeia. Essas relações encontraram sua expressão espacial a partir de um plano urbanístico adotado pelo rei dos *judeanos*. A cidade de Cesareia Marítima se tornou um modelo para todas as outras cidades da Judeia, adquirindo inclusive o *status* de sede administrativa da província nos anos seguintes.

Como Herodes Magno foi o idealizador da cidade e o citadino pode ser usado como elemento discursivo, o rei dos *judeanos* legou para a posteridade um discurso sobre si mesmo. Essa alocução entrou em uma disputa de forças com muitos outros discursos produzidos sobre a imagem do rei dos *judeanos*, em diversos recortes historiográficos. O historiador judeu Flávio Josefo, por exemplo, legou-nos duas narrativas biográficas sobre Herodes: uma na obra "Guerra dos Judeus" e outra em "Antiguidades Judaicas". Além de fazerem uso de uma tradição oral sobre o governo de Herodes, essas duas produções literárias adotaram como *memória discursiva* a obra de Nicolau de Damasco, o biógrafo oficial do rei dos *judeanos.*

Como todo discurso está atrelado a uma ideologia e emerge de *condições de produção* singulares, selecionamos uma documentação diferenciada que nos permitiu conhecer diversas narrativas sobre Herodes e depois disso compará-las. Partimos do princípio de que o primeiro passo para uma análise de discurso seria identificar o *sujeito locutor*. Logo, se quiséssemos mesmo compreender o *discurso urbano materializado* de Herodes em Cesareia Marítima, deveríamos antes de tudo conhecer o idealizador da cidade. Somente teríamos a possibilidade de realizar uma abordagem mais abrangente se colocássemos toda documentação textual em contato com a exterioridade, com suas *condições de produção*. Assim, o *contexto* e o *co-texto* desses discursos colocariam em jogo as motivações políticas e as circunstâncias socioculturais em que as diversas alocuções sobre a trajetória de vida de Herodes foram produzidas. Com isso, encontramos alguns arquétipos do rei dos judeanos: o "Herodes de Nicolau de Damasco"; o "Herodes da Guerra dos Judeus"; o "Herodes das Antiguidades Judaicas"; o "Herodes da Literatura Cristã Antiga"; o "Herodes da História Eclesiástica"; e o "Herodes Talmúdico". Todos esses modelos ajudaram a forjar o *discurso dominante* sobre a imagem do rei dos *judeanos*. Nenhum deles se ajustava plenamente ao Herodes da cidade de Cesareia Marítima.

No primeiro capítulo apresentamos as nossas escolhas documentais, delimitamos o nosso recorte historiográfico, expusemos nossa problemática, enumeramos nossos objetivos e fizemos um resumo da abordagem historiográfica escolhida para nortear a análise sociocultural do plano urbanístico de Herodes Magno para a cidade de Cesareia.

Observamos que Herodes seguiu um *plano urbanístico* que ultrapassou a geografia física para se associar a delimitação de *áreas culturais,* a construção simbólica de um *lugar antropológico* para os indivíduos que circulavam em Cesareia Marítima. O *plano urbanístico* de Herodes possuía motivações políticas, sociais, culturais e econômicas. Esses *elementos desencadeadores* tinham a ver com as relações políticas e socioculturais estabelecidas entre os judeus e *judeanos*, bem como, entre os judeus, *judeanos* e uma sociedade romana mais ampla que tinha como característica central a diversidade étnica, sociocultural, política e geográfica. Ao urbanizar a cidade de Cesareia mesclando o plano hipodamiano com a arquitetura vitruviana, o rei Herodes deixou transparecer que arquitetou um *discurso urbano materializado*.

Herodes inseriu em seu *plano urbanístico* para Cesareia Marítima locais de trânsito, transporte, lazer e comércio. A partir da compreensão de Marc Augé de que existem espaços que foram construídos em relação a certos fins e que a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços está diretamente ligada ao que eles fazem nessas áreas de convivência comum temporária, desenvolvemos o conceito de *identidade interseccional.* Entendemos que havia uma intersecção entre as *paisagens culturais* da cidade de Cesareia que interligava temporariamente as diversas comunidades culturais nela domiciliadas em uma área de convivência comum que minimizava os enfrentamentos socioculturais entre judeus, *judeanos* e romanos e possibilitava a importação/exportação de elementos culturais entre essas comunidades, através dos indivíduos que circulavam por esses espaços e depois retornavam para sua comunidade cultural de origem.

Essas paisagens planejadas por Herodes, bem como a delimitação de *áreas culturais* para cada comunidade, contribuíram para que as relações identitárias se fortalecessem ao longo do tempo. Herodes moveu a sociedade judaica para a multiculturalidade romana, por isso, a cidade de Cesareia Marítima se tratava de uma singularidade urbanística dentro de um universo maior no qual toda a Judeia era objeto do processo de urbanização iniciado pelo rei dos *judeanos*. Através desse processo, ele consolidava suas relações políticas com os *judeanos*, promovia o controle social, desenvolvia o seu reino economicamente e fortalecia as *relações de clientelismo e patronato* com o imperador romano.

Observamos ainda que a cidade de Cesareia Marítima se tratava de um *lugar de memória* que se transformou em um *lugar de recordação* para os indivíduos que constituíam as diversas

comunidades culturais envolvidas na composição social e demográfica da cidade; e que, no caso dos romanos, o rito de fundação da urbe deu a eles um *ponto de referência mnemônica*, dando a Cesareia Marítima o *status* de *terra patrum*.

No segundo capítulo, partindo do pressuposto de que o diálogo interdisciplinar entre a nova História Política, Análise de Discurso, Antropologia Histórica e Geografia Cultural contribui firmemente para apreensão das relações políticas e socioculturais estabelecidas na cidade de Cesareia Marítima no século I a.C., descrevemos nossas escolhas teórica e metodológica. Defendemos a hipótese de que os vestígios arqueológicos deixados pelos povos que circulavam pela Judeia do século I a.C. confirmam que Herodes seguiu um *plano urbanístico* que ultrapassou a geografia física para associar a delimitação concreta de áreas culturais à construção simbólica de *lugares antropológicos* para os indivíduos que ali circulavam. Notamos que a cidade se trata de um local de encontros e desencontros, pluralidade e singularidade, *identidade* e *alteridade*, *lugares antropológicos* e *não-lugares*, um objeto de investigação para representantes de diversas áreas de conhecimento.

A cidade de Cesareia Marítima foi fundada durante os primeiros anos da ocupação romana e tornou-se um símbolo das relações políticas e socioculturais estabelecidas entre o Império Romano e a casa de Herodes, o rei dos *judeanos*. O conjunto de edifícios e monumentos selecionados, organizados e construídos durante o seu governo aponta para um sistema ideológico que não pode ser dissociado do universo cultural do qual o rei dos *judeanos* era parte integrante, nem tampouco, ser desagregado das relações de poder que ele desejava preservar ou da memória que Herodes pretendia materializar.

Como toda cidade, Cesareia Marítima se tratava de um ambiente propício para produção de mitos e símbolos: um espaço para a materialização de sua própria história. O desenho das ruas e casas, os traçados dos templos em Cesareia Marítima evidenciavam, em maior ou menor escala, as experiências socioculturais dos indivíduos que habitavam a cidade, o que nos colocou em contato direto com a abordagem teórica citadina de arquitetos e urbanistas. Assim, com o objetivo de promover um olhar mais abrangente sobre as comunidades culturais da cidade de Cesareia Marítima, partimos em busca da área de conhecimento que serviria como base para a proposta de diálogo interdisciplinar: a nova História Política. Observamos que o historiador político Pierre Rosanvallon concebe o *mundo da política* como um segmento do *mundo político.* Esse mundo, por sua vez, é operado pela mobilização de mecanismos simbólicos de representação. Logo, abordar as relações políticas desenvolvidas na cidade de Cesareia Marítima considerando a história do *político* significa promover um entendimento acerca do modo pelos quais foram projetados e se desenvolveram os sistemas representativos que

possibilitaram aos judeus, *judeanos* e romanos, enquanto grupos socioculturais, conceberem a vida comunitária na cidade, bem como, fornece uma descrição histórica da atividade intelectual decorrente da permanente interação entre a realidade e a representação, entre o espaço materializado e o espaço simbólico.

Afirmamos que investigar a organização social das comunidades culturais domiciliadas na cidade de Cesareia, as vinculações dessas comunidades com outros centros de poder, bem como, a economia doméstica, as relações de parentesco, conceitos de direito comum e diversas ações e funções no âmbito doméstico contribuiu para a uma abordagem mais completa das relações políticas estabelecidas entre judeus, *judeanos* e romanos em Cesareia Marítima, no século I a.C.

O próximo passo nesse capítulo foi verificar a possibilidade de diálogo entre a nova História Política e a Antropologia. Então, nos concentramos na relação entre tempo antropológico e espaço histórico na cidade de Cesareia Marítima. Vimos que o antropólogo francês Marc Augé entende que, no que se remete à natureza de seu objeto, existe uma relação de proximidade entre a História e a Antropologia. A cidade de Cesareia Marítima se tratava de um espaço histórico e de um espaço simbolizado que foi reorganizado a partir da execução do *plano urbanístico* de Herodes Magno. A urbanização da cidade tornou legível, aos indivíduos que nela circulavam, uma série de esquemas organizadores, referências ideológicas e intelectuais que ordenavam o social. E, todas as relações constitutivas de identidade pessoal e coletiva têm uma expressão espacial. As regras de residência, divisão da cidade em lotes, delimitação entre *espaço sagrado* e *espaço profano*, *espaço público* e *espaço privado* são evidências de que Herodes utilizou plano hipodamiano como base de seu *plano urbanístico*, sem prejuízo para incorporação de edificações vitruvianas, elementos socioculturais e monumentos romanos que também contribuíram para construção materializada e simbólica do espaço.

Atentamos para o fato de que a simbolização desse espaço concedeu para os moradores de Cesareia Marítima o princípio pelo qual se construiria a experiência sociocultural entre judeus, *judeanos* e romanos e, ao mesmo tempo, se formaria a personalidade de cada um. Nesse sentido, a simbolização do espaço seria paralelamente uma matriz intelectual, uma constituição social, uma herança e a condição primordial de toda história individual ou coletiva na cidade.

Entendemos que cada indivíduo de Cesareia Marítima se tratava de uma construção social que representava o seu vínculo sociocultural, suas relações de parentesco, a sociedade na qual ele estava inserido e todos os elementos socioculturais que ele herdou dos seus antepassados (AUGÉ, 2007, pp. 24-26). Esses indivíduos conjugavam identidade, relação e

história, pois, a partir do senso de pertencimento as diversas comunidades culturais organizadas e espalhadas pela cidade e do contato com o espaço organizado, diariamente eles reconheciam a cidade de Cesareia como seu *lugar antropológico*. Nesse ponto nos aproximamos do trabalho de Aleida Assmann. Segundo ela, o que dotaria a cidade de Cesareia Marítima de uma força de memória especial seria a sua ligação fixa e duradoura com histórias familiares. Isso nos remeteu diretamente a problemática em torno da escolha do local para urbanização da cidade. Vimos que Herodes escolheu uma *região cultural* que mesmo antes do processo de urbanização já era considerada *local de família* ou *local de gerações* (ASSMANN, 2016, p. 320). Cesareia Marítima foi urbanizada para servir como um *local de gerações* para todas as comunidades ali estabelecidas.

Observamos que o *lugar antropológico* também é geométrico, ou seja, trata-se da linha, da interseção das linhas e do ponto de interseção como itinerários, eixos ou caminhos que conduzem a outro lugar, também a locais onde os homens se encontram e se reúnem; um lugar de intercâmbio econômico, centros mais ou menos monumentais, sejam eles religiosos ou políticos que definem espaços de fronteira e se estabelece a relação entre *identidade* e *alteridade*. Todo lugar que pode figurar como centro de um espaço social. E aqui nos aproximamos da Geografia Cultural, a fim de desvendar como o diálogo interdisciplinar contribuiria para que a cultura fosse considerada como parte integrante da espacialidade humana na cidade de Cesareia Marítima.

Reparamos que Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa entendem que há inúmeros caminhos a serem trilhados pelos geógrafos para dar inteligibilidade à ação humana sobre a superfície terrestre. Nesses caminhos podem ser considerados tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não material, o presente e o passado, objetos e ações em escala global, regional e local, tanto aspectos concebidos como vivenciados, espontâneos como planejados, aspectos objetivos e intersubjetivos (ROSENDHAL; CORRÊA, 2011, pp. 13-14). Essa proposta de abordagem geográfica une geógrafos, historiadores e antropólogos em torno da concepção de que esses aspectos são vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana.

Se o diálogo com a Antropologia Histórica nos ajudou a compreender a cidade de Cesareia Marítima como *lugar antropológico*, os indivíduos que nela circulavam como uma construção social e as comunidades organizadas como multiculturais e políticas que assim como os indivíduos encontravam sua expressão espacial materializada no processo de urbanização da cidade, a Geografia Cultural aprofundou nossa análise sobre o espaço simbólico a partir de conceitos oriundos dessa área de conhecimento, como: a *paisagem cultural*, *área cultural*,

espaço sagrado e *espaço profano*.

As *paisagens culturais* de Cesareia Marítima exprimiam a identidade de cada comunidade cultural estabelecida na cidade e definiam o que elas deveriam defender contra as ameaças socioculturais externas e internas, para que a linguagem da identidade conservasse seu sentido. Elas indicavam ainda que o *lugar antropológico* era identitário e relacional. E, nelas, conjugando identidade e relação, os indivíduos de Cesareia Marítima vivenciavam a história, organizavam e reorganizavam o espaço, definiam e redefiniam o seu senso de pertencimento e o *sentido* dos outros.

No terceiro capítulo, demonstramos que Herodes Magno foi o referente de diversos discursos ao longo da história. Tais alocuções legaram para a posteridade um ser enigmático, soberbo, cruel, injusto, parricida, feminicida e infanticida. Essas narrativas ofuscaram a política e o bom desempenho político de Herodes. Elas minimizaram suas ações em prol do desenvolvimento cultural e socioeconômico da Judeia. Tais alocuções também apagaram da biografia de Herodes sua relação estreita com a filosofia peripatética e seu talento urbanístico. Todas essas características estão gravadas na cidade de Cesareia Marítima e emergem da sua monumentalidade.

O *discurso urbano materializado* do rei dos *judeanos* foi escrito em "pedra e cal". Assim, cabe-nos como analistas de discursos nos debruçarmos sobre essa narrativa e gradativamente desvendar o que Herodes gostaria de dizer sobre si mesmo, a memória que ele queria perpetuar. Mas, isso sem esquecer de que mesmo que essa alocução apresente uma natureza de linguagem não convencional, ela se trata apenas de mais um discurso. E, se conforme demonstramos, todo discurso sempre está atrelado a uma ideologia, o *discurso urbano materializado* do rei dos *judeanos* apenas evidenciaria o "Herodes de Herodes": um indivíduo que, apesar de ser o mais próximo da realidade histórica, seria, ao mesmo tempo, achegado ao *lugar discursivo* e a *ideologia*. O "Herodes de Herodes", apesar de diferente, preserva suas relações de parentesco com os demais *referentes discursivos*, por causa de sua *ambiguidade*. Assim, iniciamos o nosso quarto capítulo com a proposta de desenvolver um olhar sociocultural sobre o *discurso urbano materializado* apresentado por Herodes nas *paisagens culturais* da cidade de Cesareia Marítima.

Partimos do pressuposto de que o rei dos *judeanos* planejou a construção de uma *etnocidade* que possibilitasse aos indivíduos nela domiciliados conjugar *identidade* e *alteridade*, a partir do contato social nas diversas paisagens pensadas e criadas por Herodes para esse fim. Consideramos que a cidade de Cesareia se trata de uma escrita. A organização dos espaços, a constituição de edifícios, a delimitação de áreas culturais e a seleção de

monumentos contribuíram para construção de um espaço concreto que serviria como pano de fundo histórico e sociocultural para o desenvolvimento de relações socioculturais recíprocas entre gregos, judeus, sírios e romanos no interior da cidade.

Observamos também que a adoção de um plano urbanístico permitiu que a cidade de Cesareia fosse objeto de um movimento contínuo para organização e reorganização do espaço na mesma medida em que a singularidade cultural se aproximava da pluralidade, e o ambiente citadino necessitava de ajustes arquitetônicos com a anexação de novos edifícios e monumentos ao plano urbanístico herodiano. Logo, a cidade de Cesareia Marítima a partir do século II d.C., já não correspondia plenamente àquela do plano urbanístico de Herodes. Pois, assim como as *identidades* são fluidas, a manifestação delas no espaço concreto e a relação dos indivíduos com *espaço simbólico* também são. No entanto, o *discurso urbano materializado* de Herodes, ainda hoje, ecoa pela cidade, alcançando os mais variados *sujeitos interlocutores*.

Vimos também que Herodes Magno dialogou com a filosofia política peripatética, e mesclou em seu plano urbanístico os princípios arquitetônicos de Hipódamo com as técnicas urbanísticas de Vitrúvio. A intenção do rei dos *judeanos* não era construir uma cidade helenística, mas, sim, fundar uma urbe. Herodes queria mover a sociedade judaica para a multiculturalidade romana, por isso, a cidade de Cesareia Marítima se tratava de uma singularidade urbanística dentro de um universo maior no qual toda a Judeia era objeto do processo de urbanização iniciado pelo rei dos *judeanos*. Através desse processo, Herodes Magno consolidava suas relações políticas com os *judeanos*, promovia o controle social, desenvolvia o seu reino economicamente e fortalecia as *relações de clientelismo e patronato* com o imperador romano. Entretanto, não foi só a construção do espaço concreto que contribuiu para que as intenções de Herodes fossem levadas a termo. O rei dos judeanos desenvolveu uma cidade que se valia das singularidades socioculturais de seus habitantes, a fim de transformar Cesareia Marítima em uma cidade multicultural, autossustentável e voltada para o enriquecimento através do comércio e da tributação. Ele tinha ao seu dispor os princípios políticos e alguns modelos de cidades já construídas no seu tempo. O que deu mais funcionalidade ao seu plano urbanístico. Herodes estudou o modo como as comunidades culturais se relacionavam com o espaço concreto noutras cidades, observou algumas falhas noutros projetos urbanísticos e evitou cometer os mesmos erros dos seus antecessores. E, ao fazer isso, preservou o seu discurso autorreferente para a posteridade. Até hoje, historiadores, arqueólogos, geógrafos, antropólogos e urbanistas se debruçam sobre os vestígios arqueológicos da cidade de Cesareia Marítima em busca das comunidades multiculturais, da

organização do espaço, bem como, das relações socioculturais e políticas daquele que conseguiu tornar-se o rei dos judeus e dos *judeanos*.

REFERÊNCIAS

ALFÖDY, Gëza. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

AMELLING, Walter. et. al. *Corpus Inscriptionum Judaeae/Palaestinae*: a multi-lingual corpus of the inscriptions from Alexander to Muhammad. Berlin/Boston: Hubert & Co., 2011.

ANDERSON, James D. The impact of Rome on the periphery: the case of Palestina – roman period (63 BCE - 324 CE) In: LEVY, Thomas Evan. *The Archaeology of Society in the Holy Land*: new approaches in anthropological archaeology. London: Continuum, 2003.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico*: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Editora Escala, 2008.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

AUGÉ, Marc. *El oficio del antropólogo*. Barcelona: Gedisa, 2007.

_____. *Não-lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus. 2007.

_____ . *Guerra dos sonhos*: exercícios de etnoficção. Campinas: Papirus, 1998.

_____ A construção do mundo: religião, representações, ideologia. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

_____ . *O sentido dos outros*: atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____ . *Por uma antropologia dos mundos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____ . *El viaje imposible*: el turismo y sus imágenes. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

_____ . *Las formas del olvido*. Barcelona: Editorial Gedisa, 1998.

_____ . *Por qué vivimos*: por uma antropologia de los fines. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

AUGUSTO. *A vida e os feitos do Divino Augusto*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BARROS, Sidney de Souza. *A legitimidade do poder econômico e da governabilidade de Gaius Julius Caesar Octavianus Augustus direcionada à plebe romana (27 a. C. – 14 d. C.)*. 2020. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BOMENY, Helena. Teoria Literária e Escrita da História. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 265-271. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/133.pdf.>. Acesso em: 13 fev. 2009.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____ A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANDIDO, M. R. *Memórias do Mediterrâneo Antigo*: interações culturais no Mediterrâneo Antigo. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Cidade-Estado antiga*. São Paulo: Ática, 1993.

CHARLES RIVER EDITORS. *The kingdom of Herod the Great*: the history of the herodian dynasty in ancient Israel during the life of Jesus. Charles River Editors. Edição do Kindle.

CHARTIER, Roger. *A história cultural* – entre práticas e representações. Alges: DIFEL, 2002.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabrielli; SELVATICI, Mônica (Orgs). *Jesus de Nazaré:* uma outra história. São Paulo: Annablume, 2006.

COHEN, Shaye J. D. *Josephus in Galilee and Rome*: his vita and development as a historian. Boston: Brill Academic Publishers, 2002.

COLLINS, John J. *Between Athens and Jerusalem*: jewish identity in the hellenistic diaspora. Cambridge: Wni. B. Eerdmans Publishing Co., 2000.

_____ . ; GREGORY, E. Sterling (ed.). *Hellenism in the Land of Israel*. Indiana: University of Notre Dame Press, 2000.

CORASSIM, Maria Luiza. *Sociedade e política na Roma antiga*. São Paulo: Atual, 2001.

_____. *Comentário sobre as Res Gestae Divi Avgvsti*. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18990/21053.> Acesso em: 30 out. 2019.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martim Claret, 2009.

CRAWFORD, M. *The Roman Republic*. Cambridge: Harvard University, 1978.

DEGAN, Alex. *A identidade incômoda*: um estudo das identidades étnicas no Bellum Judaicum de Flávio Josefo. São Paulo/Limeira: USP, 2006.

DELGADO-VELASCO, Argimiro. Introducción. In: CESAREA, Eusébio de. *Historia Eclesiástica*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2001.

DIRVEN, Lucinda. The imperial cult in the cities of the Decapolis, Caesarea Maritima and Palmyra: a note on the development of imperial cults in the Roman Near East. *ARAM*, n. 23, p. 141-156, 2011.

DOBRORUKA, Vicente. Historiografia helenística em roupagem judaica: Flávio Josefo, história e teologia. In: JOLY, Fábio (org.). *História e retórica.* Ensaios sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda / FAPESP, 2007.

DUARTE, Alair Figueiredo. *Comparando Fronteiras terrestres e Fronteiras marítimas*: a participação política e social dos thetes na pólis ateniense do século V a.c. 2017. Tese (Doutorado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

EINSENSTADT, Shauel Noah. *The Political Systems of Empires*. Nova Jersey: Transaction Publishers, 1969.

EDWARDS, Douglas R.; MCCOLLOUGH, C. Thomas. *Archaeology and the Galilee*: Texts and Contexts in the Graeco-Roman and Byzantine Periods. Atlanta, Ga:, 1997.

ESPINOSA, Urbano. *Crear ciudades y regir el mundo*: uma síntese sobre el papel de las colônias em la expansión territorial romana. Disponível em: <https://publicaciones.unirioja.es/ojs/index.php/iberia/article/view/294>. Acesso em: 04 jul. 2016.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica.* São Paulo: Editora Novo Século, 1999.

FERREIRA, Ana Maria Guedes. Plutarchi Vitae Parallellae: a biografia como compromisso entre literatura e história. *Actas do Colóquio Internacional Literatura e História*, Porto, 2004,

vol. I, pp. 259-264. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6809.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2011.

FINLEY, M. I. *A política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.

FOHRER, Georg. *História da religião de Israel*. São Paulo: Academia Cristã / Paulus, 2012.

FREY, Jörg; SCHWARTZ, Daniel R.; GRIPENTROG, Stephanie. *Jewish identity in the greco-roman world*. Boston: Brill, 2007.

FREYNE, Seán. *Galilee, from Alexander the Great to Hadrian, 323 B.C.E. to 135 C.E.*: A Study of Second Temple Judaism. Wilmington, DE: M. Glazier; Notre Dame, IN: University of Notre Dame Press, 1980.

FRITSCH, Charles T. The joint expedition to Caesarea Maritima. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*: Supplemental studies, v. 1, n. 19, 1975.

FUNARI, Pedro Paulo A. SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.). *Política e identidades no mundo antigo.* São Paulo: Annablume: Fapesp 2009.

_____; FOGOLARI, Everson Paulo. *Estudos de arqueologia histórica*. Rio Grande do Sul: Erechim, 2005.

GELB, Norman. *Herod the Great*: statesman, visionary, tyrant. New York, 2013. Edição Kindle.

Gelb, Norman. *Herod the Great* . Rowman & Littlefield Publishers. Edição do Kindle.

GERSHT, Rivka. Aquatic Figure Types from Caesarea-Maritima. Disponível em: <http://www5.tau.ac.il/arts/departments/images/stories/journals/arthistory/Assaph6/03gersht.pdf.>. Acesso em: 02 jul. 2016.

GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença. 1992.

GIL PUJOL, Xavier. La historia política de la Edad Moderna europea, hoy: Progresos y minimalismo In: BARROS, Carlos (Coord.). *Historia a debate*: actas del Congreso Internacional "A historia a debate". Santiago de Compostela: Historia a Debate, 1995.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GLOTZ, Gustave. *A cidade grega*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980.

GOODMAN, Martin. *Jews in a graeco-roman world*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____ . *Rome and Jerusalem*: the clash of ancient civilizations. New York: Vintage Books, 2008.

_____. *A classe dirigente da Judéia*: as origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. *Lei e ordem na república romana*: uma análise da obre De Legibus de Cícero. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/historia_militar/lei_ordem.html>. Acesso em: 2 nov. 2011.

GONÇALVES JR., A. J.; SANT'ANNA, Aurélio; CARSTENS, Frederico; FLEITH, Rossano. *O que é urbanismo*. São Paulo: Brasiliense, 2017. E-book.

GONCALVES, Márcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da história: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Rev. Hist*., São Paulo, n. 150, jul. 2004. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092004000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jul. 2011.

GREGÓRIO DE NISSA. *A criação do homem*; A alma e a ressurreição; A grande catequese / Gregório de Nissa; [tradução Bento Silva Santos]. São Paulo: Paulus, 2011. (Coleção Patrística)

GREIMAS, Julien Algirdas. *Semiótica e Ciências Sociais.* São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

GRICOLETTO, Evandra. *Do lugar social ao lugar discursivo*: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.ufrgs.br%2Fanalisedodiscurso%2Fanaisdosead%2F2SEAD%2FSIMPOSIOS%2FEvandraGrigoletto.pdf&clen=160083&chunk=true>. Acesso em: 02 mar. 2020.

GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1988.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 125-132, 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/his/v26n1/a09v26n1.pdf >. Acesso em: 02 mar. 2020.

HADAS-LEBEL, Meirelle. *Weapons of the Weak*. Everyday Forms of Peasant Resistence. Haven/ London: Yale University Press, 1990.

_____ . *Flávio Josefo*: o judeu de Roma. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

HADRILL, Andrew Wallace (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1988.

HALL, Anthony. Social relations of Power. IN: SCHMIDT, Steffen W. et alli. Friends, *Followers, and factions*: A reader in Political clientelism. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1977.

HALL, Stuart. *Da diáspora*: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____ . *El trabajo de la representacíon*. Lima: IESP, 2002.

HENGEL, Martin. *Judaism and Hellenism*: studies in their encounter in Palestine during the early Hellenistc period. London: SCM Press, 1981.

HILL, Ph. V. *The Monuments of Ancient Rome as Coins Types*. London: Seaby, 1977.

HOLUM, K. G.; RABAN, A.; PATRICH, J. *Caesarea papers 2*: Herod's temple, the provincial governor's praetorium, and granaries, the later harbor, a gold coin hoard, and other studies. Portsmouth, Rhode Island: Journal of Roman Archaeology, 1999.

HORSLEY, Richard. *Arqueologia, história e sociedade na Galileia*: o contexto social de Jesus e dos rabis. São Paulo: Paulus, 2000.

_____; HANSON, John S. *Bandidos, profetas e messias*: movimentos populares no tempo de Jesus. São Paulo: Paulus, 1995.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IRENEU DE LIÃO. *Contra as heresias*. [Introdução, notas e comentários Helcion Ribeiro; organização das notas bíblicas Roque Frangiotti; tradução Lourenço Costa]. São Paulo: Paulus, 1995. — (Patrística)

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem.* Lisboa: Ed. 70, 2007.

JONES, Peter; SIDWELL, Keith. *The world of Rome*: an introduction to Roman culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

JOSÉ, Natália Frazão. *A construção da imagem do imperador Augusto nas obras de Veléio Patérculo, Plutarco e Suetônio.* 2012. 257 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93196>. Acesso em: 26 out. 2021

JOSEFO, Flávio. *História dos hebreus*. Rio de Janeiro: CPAD, 1990.

JOSEPHUS, Flavius. *Jewish Antiquies*. Cambridge: Harvard University Press, 1954 (Loeb Classical Library, books 14-19).

_____. *The Jewish War*. Cambridge: Harvard University Press, 1997 (Loeb Classical Library, book 1).

KESSLER, Reiner. *História social do antigo Israel*. São Paulo: Edições Paulinas, 2009.

KIPPENBERG, Hans. *Religião e formação de classes na antiga Judéia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

KOESTER, Helmut. *Introdução ao Novo Testamento*: história, cultura e religião do período helenístico. São Paulo: Paulus, 2012.

KOVELMAN, Arkady. *Between Alexandria e Jerusalem*: the dynamic of jewish and hellenistic culture. London: Brill, 2005.

LAFER, M. de C. N. Autobiografia de Nicolau de Damasco – breve apresentação e tradução. Classica - *Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 171–180, 2014. DOI: 10.24277/classica.v27i2.315. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/315>. Acesso em: 26 out. 2021.

LAQUEUR, Richard. *The jewish historian Flavius Josephus*: a biographical investigation based on new critical sources. Toronto: York University, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEÃO MAGNO. *Sermões.* Organização, introdução e notas explicativas Roque Frangiotti; tradução Sérgio José Schirato e outros]. São Paulo: Paulus, 1996. (Patrística)

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LEVY, Thomas Evan. *The Archaeology of Society in the Holy Land*: New approaches in anthropological archaeology. London: Continuum, 2003.

LIMA, Junio Cesar Rodrigues. *Flávio Josefo*: o paradigma de circularidade cultural entre as comunidades judaicas e a sociedade romana na Urbs do século I d. C. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2018.

LIVROS APÓCRIFOS E PSEUDO-EPÍGRAFOS DA BÍBLIA. São Paulo: Editora Novo Século, 1999.

LOBIANCO, Luís Eduardo. *O outono da Judéia (séculos I a.C. – I d.C.)*: resistência e guerras judaicas sob domínio romano – Flávio Josefo e sua narrativa. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

MAGNESS, Jodi. *The Archaeology of the Holy Land*: from the destruction of Solomon's Temple to the muslim conquest. New York: Cambridge University Press, 2012.

MASON, Steve. *Josephus and New Testament*. Massachussets: Hendrickson Publishers, 1993.

MENDES, Norma; VENTURA, Gilvan (Org.). *Repensando o Império Romano*: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: MAUD, 2006.

MEYERS, Eric M. Galilee Through the Centuries: Confluence of Cultures. Winona

Lake, IN: Eisenbrauns, 1999.

MOMIGLIANO, A. *Os limites da helenização*: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

MORDECHAI, Aviam. *Jews, Pagans and Christians in the Galilee*: 25 Years of

Archaeological Excavations and Surveys: Hellenistic to Byzantine Periods. Rochester: N.Y., 2004.

MOSCA, L. G. A construção da imagem de Otávio César Augusto como propaganda política: uma análise das "Res Gestae Divi Augusti" (Séc.I d.C). *Revista Cantareira*, n. 22, 5 fev. 2019.

MUMFORD, Lewis. *La ciudad en la historia:* sus orígenes, transformaciones y perspectivas. Buenos Aires: Infinito, 1966.

NAKHAI, Beth Alpert. *Archaeology and the religions of Canaan and Israel*. Boston, MA: American Schools of Oriental Research, 2001.

NEUSNER, Jacob. *Introdução ao judaísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Fontes, 2003.

_____ . *O que é linguística?*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____ . *Análise do discurso em suas diferentes tradições intelectuais*. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/evento/conf_04/eniorlandi.pdf>. Acesso em: 2 maio 2011.

_____ . *Discurso, imaginário social e conhecimento*. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>. Acesso em: 2 maio 2011.

OLIVEIRA, Bruno Pegorari. *O General Judeu e o Cidadão Romano*: O Discurso de Construção de Flávio Josefo em Vita (Século I d.C.). 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ORÍGENES. *Contra Celso/Orígenes*; [tradução Orlando dos Reis; introdução e notas Roque Frangiotti]. São Paulo: Paulus, 2004. (Patrística; 20)

OTZEN, Benedikt. *O judaísmo na antiguidade*. São Paulo: Edições Paulinas, 2003.

PATRICH, Joseph. *Studies in the archeology and history of Caesarea Maritima*: caput Judaeae, metropolis Palaestinae. Boston: Brill, 2011.

_____ . *Archaeological excavations at Caesarea Maritima areas CC, KK and NN*: final reports, volume 1 – the objects. Oxford: Israel Exploration Society, 2008.

_____ . Herodian Caesarea: The Urban Space. In: KOKKINOS, Nikos. *The World of the Herods.* Stuttgard: Franz Steiner Verlag, 2007.

PAUL, André. *O que é intertestamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

PORTER, Adam; MARK, A. The archaelogy of Roman Palestine. *Near Eastern Arquaeology*, n. 64:4, p. 164-203, 2003.

PEDERSEN, Susan. Que é história política hoje? In: CANNADINE, David. *Que é história hoje?* .Lisboa: Gradiva, 2006.

PEREIRA, Soares Virgínia. O Século de Augusto: entre a guerra e a paz, conflitos e traumas. In: MACEDO, Ana Gabriela; SOUSA, Carlos Mendes de; MOURA, Vítor (Orgs.). *Conflito e Trauma.* Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Edições Húmus, 2015. p. 301-315.

RABAN, Avner; HOLUM, *Kenneth G. Caesarea Maritima*: a retrospective after two millennia. Boston: Brill, 1996.

RAJAK, Tessa. *The Jewish dialogue with Greece and Rome*: studies in cultural and The evidence of social interaction. Koln: Brill, 2000.

RICHARDSON, Peter. *Herod:* king of the jews and friend of the romans. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1996.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ROCHA, Ivan Esperança. *A vida cotidiana na Palestina do século I na visão de Flávio Josefo*. São Paulo: Annalube, 2014.

_____ . *Dominadores e dominados na Palestina do século I.* São Paulo: sn, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a12v2312.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2009.

ROCHA, S. L. R. da. A vida de Augusto, de Nicolau de Damasco: tradução acompanhada de breve introdução. *Classica* - Revista Brasileira de Estudos Clássicos, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 181–193, 2014. DOI: 10.24277/classica.v27i2.316. Disponível em: <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/316>. Acesso em: 26 out. 2021.

RODGERS, Zuleika. *Making history*: Josephus and historical method. Boston: Brill, 2007.

RODKINSON, Michael. *The babylonian talmud, all 20 volumes* (illustrated). Amity EBooks. Edição do Kindle.

ROLLER, Duanne W. *The Building Program of Herod the Great.* London: University of California Press, 1998.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2012. Edição Kindle.

ROSA, Claudia B. *A Busca do Antigo*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião*: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

_____ . *Hierópolis*: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____ . *Trilhas do sagrado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. *Economia, cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço e cultura*: pluralidade temática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____; CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia cultural*: uma antologia – Volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ROULAND, Norbert. *Roma democracia impossível?* Os agentes de poder na urbe romana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____ . *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SANTO AGOSTINHO. *O livre-arbítrio* ; [tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira; revisão Honório Dalbosco]. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística).

_____. *Comentário aos Salmos*; revisão de H. Dalbosco. São Paulo: Paulus, 1997. (Patrística).

SANTO ATANÁSIO. *Contra os pagãos*; A encarnação do verbo; Apologia ao imperador Constâncio; Apologia de sua fuga; Vida e conduta de S. Antão . São Paulo: Paulus, 2002. (Patrística; 18).

SANTO JUSTINO DE ROMA. *I e II apologias*: diálogo com Trifão ; [introdução e notas Roque Frangiotti; tradução Ivo Storniolo, Euclides M. Balancin]. São Paulo: Paulus, 1995. (Patrística).

SAULNIER, Christiane; ROULAND, Bernard. *A Palestina no tempo de Jesus*. São Paulo: Paulus, 1983.

SAND, SHLOMO. *The invention of the jewish people.* New York: Maple Vail, 2009.

SANTOS, Zoloí Aparecida Martins. *História e literatura*: uma relação possível. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/zeloidossantos.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2009.

SAUER, Carl. O. Geografia cultural. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral.* Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida*: reflexões sobre a narrativa biográfica. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/sumario_historia/vol10n8/15historian10vol8_artigo09.pdf.> Acesso em: 4 ago. 2010.

SCHWARZ, Fernando. *Mitos, ritos, símbolos*: antropologia de lo sagrado. Buenos Aires: Biblos, 2008.

SCHWARTZ, Seth. *Were the jews a mediterranean society?* reciprocity and solidarity in ancient judaism. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2010.

SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistence*. Hidden Transcripts. New Haven, London: Yale University Press, 1990.

SHEINER, Viviane. *Josefo, a retórica e as origens da biografia.* Disponível em: <http://www.pej-unb.org/downloads/paper_vivianne_sbec_2001.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2010.

SIEVERS, Joseph; PARENTE, Fausto. *Josephus and the history of the Greco-Roman period*: essays in memory of Morton Smith. New York: E. J. Brill, 1994.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Biografia como fonte histórica*. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/1146/1066>. Acesso em: 5 maio 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SILVA, Uiran Gebara da. A escrita biográfica na antiguidade: uma tradição incerta. *Politeia*: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 67-81, 2008.

SILVER, Sandra. *The rise and fall of the house of Herod*. Amazon, 2014. Edição do Kindle.

SIMON, Marcel; BENOIT, André. *Judaísmo e cristianismo antigo*: de Antíoco Epifânio a Constantino. São Paulo: Pioneira / EDUSP, 1987.

STEGEMANN, Ekkehard W.; STEGEMANN, Wolfgang. *História social do protocristianismo.* São Leopoldo: Sinodal, 2004.

STRONG, E. *Art in Ancient Rome.* London: W. Heinemann, 1929.

SUETÔNIO. *A vida dos doze Césares*: Julio César, Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Óton, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano. Brasília: Senado Federal, 2012.

TURCAN, Robert. *The Cults of the Roman Empire*. Harvard University Press, 1997.

VAUX, R. de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004.

VERMES, Geza. *The true Herod*. New York: Bloomsbury T&T Clark, 2014.

VEYNE, Paul. *História da vida privada*: do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____ *Pão e circo*. São Paulo: Unesp, 2014.

VITRUVIUS, Polio. *Tratado de arquitetura* /Vitrúvio; tradução, introdução e notas M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Pontes, 2007.

VV. AA. *Flávio Josefo*: uma testemunha do tempo dos apóstolos. São Paulo: Paulus, 1986.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Os temas da geografia cultural. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Introdução à geografia cultural.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WARD-PERKINS, J. B. *Roman Imperial Architeture*. New York: Penguin, 1981.

WHITTAKER, Charles R. *Lês Frontieres de L´Empire Roman.* Paris: Belles Lettres,1989.

WYCHERLEY, R.E. *How the Greeks built cities*. N. York: Macmillan, 1976.

GLOSSÁRIO

Áreas Culturais	Entende-se por área cultural “as expressões do aproveitamento humano da terra, o conjunto cultural que registra a medida integral do uso humano da superfície, as marcas visíveis, realmente extensivas e expressivas da presença do homem, os territórios habitados, em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2011, pp. 23, 32). As áreas culturais constituem regiões culturais.
Bios	Uiran Gebara da Silva (2008, p. 73) define *bios* como “a palavra comumente utilizada para denominar a descrição da vida de um indivíduo era *bios*; no entanto, este não era seu uso exclusivo. A palavra *bios* também podia ser usada para se referir a outras descrições ou narrativas, como o retrato de um povo inteiro. E a principal meta desta descrição era o esboço de um caráter, de uma personalidade, mesmo que essa personalidade fosse um corpo coletivo”.
Circularidade Cultural	Carlo Ginzburg afirma que entre as culturas dominantes e as subalternas há um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se move de baixo para cima, bem como, de cima para baixo; um influxo recíproco entre as duas culturas (LIMA, 2018, p. 28).
Cosmogonia e Cosmologia	Marc Augé conceitua “cosmologia” como o conjunto de crenças e de conhecimentos, como um saber compósito, que abrange o universo natural e humano. A cosmologia ordena e põe em relação o meio natural e os traços culturais do grupo que a produziu. A cosmogonia, por sua vez, expõe sob a forma de mitos, as origens do cosmos e o processo de constituição da sociedade. A cosmologia e a cosmogonia estão diretamente relacionadas à organização espaço, relações de poder, divisões sociais e reorganização do mundo entre os indivíduos das sociedades antigas (AUGÉ, 1978, pp. 27-33).
Cultura	Entendemos por cultura um sistema de significados, atitudes e valores partilhados e as formas simbólicas em que eles são expressos e encarnados. Acreditamos que a cultura faz parte do todo modo de vida do

	indivíduo, mas não é idêntica a ele. A cultura pode ser apreendida nas ações ou noções subjacentes à vida cotidiana (LIMA, 2018).
Cultura Dominante	A cultura dominante aquela que é letrada, que contém os cultos e cerimônias oficiais, o Estado e o mundo oficial. Aqui seria a cultura da elite, dos patrícios, do *populus*, em contraponto com a cultura subalterna (LIMA, 2018).
Cultura Subalterna	Entendemos por culturas subalternas as culturas dos povos que viviam sob o domínio do Império Romano no século I a.C., bem como, a cultura da não elite, da plebe, dos escravos, libertos, não cidadãos, clientes e outros grupos sociais que pobres ou ricos, não eram gentios. A cultura popular (subalterna) se define segundo Carlo Ginzburg pela sua oposição a cultura letrada ou oficial. Entretanto, a cultura popular se define também pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelos indivíduos ligados as culturas subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida. A cultura letrada, segundo ele, também filtra à sua moda os elementos da cultura popular (LIMA, 2018).
Discurso	Eni P. Orlandi (2003, p. 15) conceitua discurso como "a palavra em movimento, prática de linguagem: com estudo do discurso observa-se o homem falando". Segundo Marc Augé, "todo discurso é resultado de interações sociais e se situa no tempo e no espaço. A experiência do fato social, além de ser aquela de uma sociedade localizada no tempo e no espaço, é a de um indivíduo qualquer da sociedade. Tal indivíduo, apesar de não passar de uma expressão dessa sociedade, torna-se significativo porque com ela se identifica" (AUGÉ, 2007, p. 25).
Discurso Dominante	Entendemos como discurso dominante aquela narrativa ou alocução que mais se repetiu ao longo da história ou, a que gradativamente foi enxertada na memória discursiva de narrativas posteriores, compondo assim a interdiscursividade.
Discurso Polêmico	Segundo Eni Orlandi, "se trata daquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e este se mantém em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos" (ORLANDI, 2003).

Discurso Urbano Materializado	Entendemos como Discurso Urbano Materializado o discurso do idealizador sobre si mesmo e a autoimagem que ele pretende construir e perpetuar simbolicamente evidenciada na organização do espaço após a execução do seu plano urbanístico (conceito autoral).
Elemento Desencadeador	Se trata das possíveis razões para a produção de um discurso (ORLANDI, 2003).
Espaço Profano	Segundo Zeny Rosendhal, "constitui-se naquele espaço ao redor do espaço sagrado. Em relação ao espaço profano aplicam-se as interdições aos objetos e coisas que estão vinculadas ao sagrado, numa realidade diferenciada da realidade sagrada. Através da segregação que o sagrado impõe a organização espacial, identifica-se o espaço profano diretamente vinculado ao sagrado e o espaço profano indiretamente vinculado. O comércio e o lazer, nas hierópolis, estão nos espaços profanos" (ROSENDHAL, 1996, p. 81).
Espaço Sagrado	Zeny Rosendahl define "espaço sagrado como um campo de forças e de valores que eleva o homem religioso acima de si mesmo, que o transporta para um meio distinto daquele no qual transcorre sua existência. Produção cultural, o espaço sagrado é o resultado de uma manifestação do sagrado, revelada por uma hierofania espacialmente definida" (ROSENDHAL, 1996, p. 81).
Etnocidade	No decorrer de nossa pesquisa, nos deparamos com a necessidade da concepção de um signo linguístico, compreendendo-o como conceito dado por Ferdinando Saussure, em seu livro "Curso da Linguística Geral", que apresenta duas propriedades essenciais: significado e significante (SAUSSURE, 2006, p. 81). Este signo linguístico: "etnocidade", é um neologismo concebido para designar a cidade como o espaço no qual os grupamentos étnicos se constituem e gradativamente desenvolvem suas relações socioculturais com reciprocidade. Logo, a palavra "etnocidade" não é tratada, aqui, de uma forma adjetiva, como no caso da utilização dos termos "etno" e "cidade", separadamente, ou aplicações similares que estão centradas nos indivíduos e suas relações com a coletividade; mas sim – da aglutinação dessas palavras –, de um substantivo concreto que

não possui definição em dicionários da língua portuguesa, francesa ou inglesa. Esse neologismo pode ser assim classificado:

a) quanto à sua estrutura, primitivo;

b) quanto à formação, composto;

c) quanto ao seu significado, próprio.

Diferentemente do vocábulo "etnicidade", que possui um significado social diretamente relacionado ao universo cultural de um determinado grupo ou indivíduos, conjugando o binômio identidade/alteridade, sujeito/subjetividade, o substantivo "etnocidade" irá nomear as cidades planejadas, fundadas, urbanizadas e organizadas, com a finalidade de se tornar um cenário para o desenvolvimento de relações socioculturais concretas ou simbólicas entre diversas comunidades culturais que as compõem (conceito autoral).

Formação Imaginária

Eni Puccinelli Orlandi conceitua as formações imaginárias como "as projeções que permitem ao analista passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos". O mecanismo imaginário, diz Orlandi, produz imagens dos sujeitos e do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI, 2003, p. 40).

Identidade Étnica

Entendemos que o conceito de identidade étnica, ainda que no singular, representa toda pluralidade identitária dos judeus. No discurso de Flávio Josefo, por exemplo, podemos observar diversas identidades que, do ponto vista judaico, se diferenciavam etnicamente, religiosamente, politicamente e culturalmente. Entretanto, conforme postula Marcel Simon, um romano não tinha por hábito fazer distinção ou classificação entre as diversas identidades judaicas. Segundo ele, os autores antigos tratam os judeus como uma simples variação dos sírios, pois, geograficamente, a Palestina era meramente uma subdivisão ou prolongamento da Síria. Simon afirma que era comum utilizar o termo "sírio" incluindo também os judeus. Aparentemente, o que fazia distinção entre sírios e judeus era sua devoção a Iahweh e sua religião voltada para o monoteísmo (SIMON, 1960, p. 133). Jacques Le Goff caminha na

mesma direção ao entender que, de um modo geral, a religião judaica apela para o dever da recordação e da memória constituinte que, por sua vez, se trata de um reconhecimento de Iahweh como memória fundadora da identidade judaica (LE GOFF, 1999, p. 382). Esse seria um ponto comum entre as diversas identidades e comunidades judaicas espalhadas pelo Império Romano.

Identidade Interseccional	Entendemos por Identidade Interseccional aquela que quando vinculada à intersecção entre as paisagens culturais interliga temporariamente as diversas comunidades culturais em uma área de convivência comum que minimizava os enfrentamentos socioculturais e possibilita a importação/exportação de elementos culturais entre essas comunidades, através dos indivíduos que circulavam por esses espaços e depois retornavam para sua comunidade cultural de origem, movendo-se gradativamente para assimilação da pluralidade (conceito autoral).
Ideologia	Menners entende que o sistema ideológico ou ideologia de qualquer sociedade consiste em todas as suas crenças, filosofias, valores e conhecimento científico. Segundo ele, essa ideologia não está confinada a nenhuma instituição particular ou à principal ordem institucional dessa sociedade (MENNERS, 1975, p.137).
Judeus e Judeanos	Segundo Daniel Shwartz, a expressão “judeus” é complexa e ambígua. Geralmente, a expressão “judeus” define tanto aqueles que nasceram com ascendência judaica, que possuem relações preestabelecidas - os judeus de nascimento, quanto os que são apenas adeptos de alguma forma de judaísmo. O problema reside no fato de que nem todos os judeus de nascimento são adeptos de algum tipo de judaísmo, bem como, nem todos os adeptos do judaísmo, na realidade, são judeus de nascimento. Porém, em ambos os casos, pode-se usar o termo “judeu” para se referir a esses indivíduos. Daniel Shwartz propõe que em caso de referência geográfica ou regional se utilize o termo “judeanos”. A proposta de Shwartz nos é interessante porque se trata da possibilidade de nós repensarmos diversas referências feitas ao povo judeu pelos escritores da Antiguidade, livre das associações contemporâneas. No mundo contemporâneo não há mais judeanos; encontramos israelenses, palestinos, mas ninguém chama a si

	próprio de judeano, o que já favorece a utilização desse conceito (LIMA, 2013, pp. 76-78).
Local de Família ou Local de Gerações	Segundo Aleida Assmann, "o que dota determinados locais de uma força de memória especial é antes de tudo sua ligação fixa e duradoura com histórias de família, ou seja, um local de gerações se refere ao lugar no qual os membros de uma mesma família nasceram e morreram, em uma corrente inquebrantável de gerações" (ASSMANN, 2011, p. 320).
Locais Sagrados	Assmann define locais sagrados como "aqueles em que se pode vivenciar a presença dos deuses. Tal local é assinalado por tabus especiais. O local sagrado é uma zona de contato entre Deus e o homem" (ASSMANN, 2011, p. 322).
Lugar	Segundo Michel de Certeau, pode-se ver no lugar a ordem segundo a qual elementos são distribuídos em relações de coexistência. Cada elemento do lugar está ao lado dos outros, num local próprio. Para Certeau, o lugar se trata de uma configuração instantânea de posições, o que para Augé equivale a dizer que, num mesmo lugar, podem coexistir elementos distintos e singulares, mas sobre os quais não se proíbe pensar em relações nem a identidade partilhada que lhes confere a ocupação do lugar comum (AUGÉ, 2007, pp. 52-53).
Lugar Antropológico	Marc Augé (2007, p. 52) aponta três características para os *lugares-antropológicos*: eles são *identitários* – lugar constitutivo da identidade individual; relacionais – lugar onde se ordena as relações de coexistência; e históricos – lugar onde, conjugando identidade e relação, o habitante vive na história. Augé (2007, p. 45) entende que o espaço exprime a identidade do grupo e o que o grupo deve defender contra as ameaças externas e internas para que a linguagem da identidade conserve seu sentido. Segundo ele, a identidades dos grupos étnicos, além de exigir um bom domínio de suas tensões internas, passa pelo reexame constante do bom estado de suas fronteiras interiores e exteriores. As coletividades (ou aqueles que as dirigem), como os indivíduos que a elas se ligam, necessitam simultaneamente pensar a identidade e a relação, e para fazerem isso, simbolizar constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto ou grupo), da identidade particular (de determinado grupo ou de

determinado indivíduo em relação aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos como não semelhantes a nenhum outro); e o tratamento do espaço é um dos meios dessa empreitada (AUGÉ, 2007, p. 50-51).

Não podemos desconsiderar também que o lugar antropológico é ambíguo - "ele é apenas a ideia, parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros. Essa ideia pode ser parcial ou mitificada. Ela varia com o lugar e o ponto de vista que cada um ocupa" (AUGÉ, 2007, p. 54).

Material Simbólico

Esse conceito se refere à forma como o texto se apresenta. Eni Orlandi entende que ser escrito ou oral não muda a definição de um texto, pois, embora cada um deles signifique de modo específico particular suas propriedades materiais, ambos são considerados textos. Orlandi observa que não é a organização linguística do texto que interessa ao analista do discurso, mas, sim, como "o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo" (ORLANDI, 2003, p. 69).

Memória

Entende-se por memória aquela que dá um fundamento, aparentemente histórico, à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem. Segundo Le Goff, esta memória seria a responsável pela reprodução de comportamentos nas sociedades humanas (LE GOFF, 1990, p. 426).

Memória Discursiva

Eni Orlandi trata a memória discursiva como interdiscurso, ou seja, "o discurso não é singular, ele apresenta indícios do que se fala antes, em outro lugar, do já-dito que está na base do dizível e sustenta cada tomada de palavra. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm efeito sobre o discurso". Assim, Eni P. Orlandi nos permite remeter o discurso a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, a sua historicidade e significância que demonstram seus compromissos políticos, sociais e religiosos, além de suas relações socioculturais.

Memória dos Locais	Assmann problematiza a expressão memória dos locais e afirma que ela pode referir-se tanto a memória que se recorda dos locais quanto a aquela que está situada nos locais (ASSMANN, 2016, p. 317). Com isso a historiadora cultural investiga o que a memória dos locais guarda em si mesma, independentemente da memória dos seres humanos.
Mundus	Segundo Norbert Roland (1997, p. 22), *mundus* se tratava de uma cova, via de comunicação entre o mundo dos mortos, o dos vivos e dos deuses subterrâneos. A partir do *mundus* se delimitava o espaço urbano do homem. No ritual simbólico de fundação da cidade, cada homem que chega lança no *mundus* um punhado de terra que recolheu antes de abandonar o seu solo natal para procurar fortuna alhures. Apropria-se então da cidade que acaba de ser fundada dizendo: "Onde está a terra dos meus pais, aí será a minha pátria". No *mundus* são lançados grãos, vinho e gado miúdo. Depois ele é coberto e sobre ele erige-se um altar onde arderá o fogo sagrado. Jungem-se os bois, brancos como as vítimas oferecidas a Júpiter. Abrem um sulco na terra, traçando um círculo mágico, o *pomoerium*.
Paisagens Culturais	Segundo Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell, "a associação típica de características geográficas concretas numa região ou em qualquer outra subdivisão especial da superfície terrestre pode ser descrita como uma 'paisagem'. Esse termo abrange tanto as características distintas que servem para diferenciar uma região, como as caraterísticas que não se limitam a uma região determinada, mas ocorrem nela. Então, a paisagem cultural refere-se ao conteúdo geográfico de uma determinada área ou a um complexo geográfico de certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural" (CORRÊA; ROSENDHAL, 2011, p. 34).
Paradigma	Nosso entendimento de paradigma se fundamenta no historiador da ciência Thomas Kuhn (1962) que utilizou esse termo para definir as diversas formas de ver o mundo, uma maneira de ver a realidade. Kuhn entendia que no mundo científico as leis, teorias e modelos aceitos de forma geral pela comunidade científica representam paradigmas.

Entretanto, segundo Khun os paradigmas podem sofrer mudanças com o passar do tempo. Pois, os grandes processos da ciência não resultam de mecanismos de continuidade, mas sim, de ruptura (KUHN, 2006, p. 67-76). Entendemos que o separatismo étnico e religioso das comunidades judaicas em relação ao Império Romano se trata de um paradigma que, com o alargamento do conceito de cultura nas ciências sociais, bem como, o avanço das pesquisas sobre a relação binária indivíduo/sociedade, está sofrendo mudanças permitindo um olhar sobre as comunidades judaicas como mais abertas a reciprocidade nas relações culturais com outros povos. Essa circularidade cultural pode ser apreendida através da cultura material, documentação textual e, ainda, da análise do cotidiano dos indivíduos das comunidades judaicas de Roma, no século I d.C.

Político

O político, afirma Rosanvallon "pode ser definido como o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição. [...] A atividade política está subordinada à pluralidade da atividade humana [...] A atividade humana diz respeito à comunidade e com o modo pelo qual ser diferente afeta as respectivas partes" (ROSANVALLON, 2010, p. 42).

Rosanvallon compreende o político ao mesmo tempo como um campo e um trabalho. Conceitua campo como o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres, aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações e que remete a existência de uma sociedade. Já, trabalho, como o político que qualifica o processo pelo qual um grupamento humano adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade que se constitui graças ao processo conflituoso de elaboração de regras explícitas ou implícitas acerca do participável e do compartilhável, que dão forma à vida da polis. Para Pierre Rosanvallon não se pode apreender o mundo sem conceder um lugar a essa ordem sintética do político, a não ser que se recaia no reducionismo (ROSANVALLON, 2010, pp. 71-72).

Ao falar do político, Rosanvallon o qualifica tanto como uma modalidade de existência da vida comum, quanto como uma forma de ação coletiva que se distingue implicitamente do exercício da política. Segundo ele,

	falar de político significa abordar o poder da lei, Estado e da nação, da igualdade e da justiça, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade e tudo o que constitui a polis para além do campo imediato da competição partidária pelo exercício do poder, da ação governamental cotidiana e da vida ordinária das instituições (ROSANVALLON, 2010, p. 73).
Pomoerium	Círculo mágico em que se delimitava a edificação da cidade, abençoada por Júpiter e protegida por uma série de tabus, pelos quais a mácula da morte é repelida para fora dos seus limites. Era proibido sepultar ou incinerar um morto no recinto do *pomoerium*, e o carrasco deveria morar fora da cidade. Nenhum soldado armado pode passar as suas portas, pois isso representava a morte, trazida pelo gládio. O sacerdote de Júpiter habita no âmbito intrapomerial, jamais poderia presenciar o desfile de uma tropa armada, nem tocar um morto, nem se aproximar de uma sepultura (ROULAND, 1997, p. 22).
Ponto de Referência Mnemônica	Entendemos como ponto de referência mnemônica um espaço imóvel para memória que se destina ao armazenamento seguro e limitado de elementos materiais que servem como representação da memória cultural de um povo e marco inicial para a relação do indivíduo com um novo lugar de gerações. Esse conceito que será desenvolvido ao longo de nossa pesquisa, a partir do conceito de "caixa mnemônica" de Aleida Assmann, pois, não encontramos um conceito que dê conta de nossa problemática em torno do mundus (conceito autoral).
Região Cultural	Roberto Lobato Corrêa define região cultural como uma "área habitada em qualquer período determinado, por comunidades humanas caracterizadas por culturas específicas, identificadas com base na combinação de traços culturais, materiais e não materiais que tendem a originar uma paisagem cultural. As regiões culturais são áreas apropriadas, vivenciadas e por vezes disputadas. Apresentam diversos geossímbolos, fixos, que, por serem dotados de significados identitários, fortalecem a identidade cultural dos grupos que as habitam. Essas regiões são, geralmente, nomeadas, sendo designadas como diferentes entre si" (ROSENDAHL; CORRÊA, 2008, pp.12-13).

Sentido Social	Entendemos por sentido social “o conjunto de relações simbolizadas, instituídas e vividas entre uns e outros no seio de uma coletividade que esse conjunto permite identificar como tal” (AUGÉ, 1999, p. 11). O sentido social se ordena por dois eixos: o eixo dos pertencimentos ou da identidade; e o eixo da relação ou da alteridade.
Sujeitos Interlocutores	Eni Orlandi (2003, pp. 21-22) conceitua os sujeitos interlocutores como os receptores ou aqueles a quem o sujeito locutor direciona seu discurso.
Sujeitos Locutores	Eni P. Orlandi (2003, p. 32) conceitua os sujeitos locutores como os emissores de discursos, entretanto, Orlandi entende que um dizer não é propriedade particular. Aquilo que foi dito noutro lugar também significa nas palavras dos locutores. O sujeito locutor diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem em seu discurso. Por isso, é fundamental recorrer ao interdiscurso para identificar discurso em sua historicidade e significância.

APÊNDICE A – Modelo de análise de discurso na obra "Antiguidades Judaicas" – Vida de Herodes

I. PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO

- **SUJEITO LOCUTOR[171]:** Flavius Josephus (nome latino), Yossef Ben Matitiahu ha-Cohen (nome hebraico). Nascido em 37 ou 38 d.C. (segundo ele no primeiro ano do reinado de Calígula, o imperador Caio César que reinou de 37 a 41 d.C.), de rica família da aristocracia sacerdotal (pelo lado paterno) asmoneia (pelo lado materno), filho de Matias, de educação sofisticada, fariseu (apesar de ter experimentado a seita dos saduceus, dos essênios e de ter seguido Bane, um eremita do seu tempo), governador militar da Galileia, líder da resistência judaica contra os romanos, escravo de guerra (família caesaris), intermediário entre Roma e os judeus sediciosos, cidadão romano enquanto liberto da casa dos Flavius (Vespasiano), beneficiado com terras na Judeia após a derrota, morador de Roma, escreveu a maior parte das suas obras com o patrocínio de Vespasiano, Tito e Domiciano, fundamental para relações de clientelismo e patronato entre a domus flaviana e os judeus de Roma, homenageado com uma estátua em Roma (segundo Eusébio de Cesareia), criticado por Justo de Tiberíades e Apion.
- **SUJEITOS INTERLOCUTORES[172]:** Josefo dirige sua obra aos gregos interessados em conhecer as origens dos judeus, principalmente a Epafrodito que, segundo ele, se tratava de alguém da alta sociedade, amante da ciência e do saber. Pode-se inferir também que o autor continuava dialogando com a aristocracia judaica[173] domiciliada na Galileia, Judeia e Roma que teve acesso a outros relatos sobre a guerra dos judeus contra os romanos e suas circunstâncias, além do próprio Justo de Tiberíades[174].

---

[171] Eni P. Orlandi (2003, p. 32) conceitua o sujeito locutor como o emissor de discurso, entretanto, Orlandi entende que um dizer não é propriedade particular. As palavras de Flávio Josefo não são só dele, mas significam pela história e pela língua.

[172] Eni Orlandi (2003, p. 21-22) conceitua os sujeitos interlocutores como os receptores ou aqueles a quem o sujeito locutor direciona seu discurso.

[173] Essa aristocracia domiciliada em Roma e nas demais cidades anexadas ao Império Romano utilizava o grego como língua oficial, embora, no interior da comunidade fizesse uso também do hebraico e do aramaico.

[174] A quantidade de sujeitos interlocutores foi ampliada a partir do momento em que Flávio Josefo anexou a obra "A Vida" à segunda edição de "Antiguidades Judaicas". Embora essa última obra seja anterior ao relato de Justo de Tiberíades sobre a guerra, "A Vida" foi escrita posteriormente como uma espécie de defesa para Flávio Josefo e sua família.

- **MATERIAL SIMBÓLICO[175]:** Circulação de documento escrito.
- **MANIFESTAÇÃO DA LÍNGUA:** Grego Ático.
- **PROPRIEDADES DA LINGUAGEM:** Antigamente, eram identificados quatro dialetos gregos: ático, jônico, eólico e dórico. O dialeto ático, falado em Atenas entre 500 a.C e 300 a.C e também chamado de Grego Clássico, deriva do antigo dialeto jônico e foi utilizado por alguns dos mais importantes autores gregos, dentre eles Tucídides, Eurípides, Platão e Demóstenes. Em relação a história da língua grega, o Período Clássico (de 900 a.C. a 330 a.C.) sucedeu o chamado Período Formativo (de 1500 a.C. a 900 a.C. - época de Homero). Do ático emergiu a "língua comum" (gr. η κοινή διάλεκτος), falada a partir o Período Helenístico. O grego Koinê (de 330 a.C. a 330 d.C.), da qual evoluiu o grego moderno, também se relaciona com o processo de helenização da Judeia ou Período Judaico Helenístico. Nessa região foram construídas várias cidades com arquitetura grega e, as relações socioculturais estabelecidas ao longo de três séculos influenciaram a cultura judaica tanto no âmbito da linguística quanto na literatura. Os textos sagrados dos judeus, por exemplo, foram traduzidos para o grego entre os séculos III e I a.C. Nos séculos seguintes, muitos discursos produzidos para *interlocutores* judeus tiveram como língua matriz o grego Koine, no entanto, parece-nos que a obra 'Guerra dos Judeus, que teve a sua primeira edição em aramaico, posteriormente, foi ampliada em grego ático, pois, se apresenta com um estilo mais clássico do que aquele que caracteriza as produções literárias em grego Koine.

- **NATUREZA DA LINGUAGEM[176]:**
  - ✓ **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional);
  - ✓ **Tipo Textual:** Narrativo;
  - ✓ **Gênero Textual:** biográfico;
  - ✓ **Comunicação do Texto:** Verbal.
- **MODO DE FUNCIONAMENTO[177]:** Discurso Polêmico.

---

[175] Esse conceito se refere a forma como o texto se apresenta. Eni Orlandi entende que ser escrito ou oral não muda a definição de um texto, pois, embora cada um deles signifique de modo específico particular suas propriedades materiais, ambos são considerados textos. Orlandi observa que não é a organização linguística do texto que interessa ao analista do discurso, mas, sim, como "o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em sua relação com o mundo" (ORLANDI, 2003, p. 69).

[176] Forma como o sujeito locutor ordena os fatos narrados.

[177] Eni Orlandi ressalta que existem muitos critérios pelos quais se constituem tipologias na análise do discurso. Essas tipologias refletem as distinções institucionais, como por exemplo, os discursos político, jurídico,

- **TEXTUALIDADE[178]:** O texto envolve a comunidade judaica do século I, mais precisamente entre 76 e 100 d. C., estabelecidas na Judeia, Galileia e em Roma, local onde Josefo circulava.
- **OBJETO DO DISCURSO[179]:** A vida e trajetória política do rei Herodes. Josefo descreve os contatos culturais e enfrentamentos ocorridos em Cesareia, enumera os monumentos e edifícios erigidos pelo rei dos judeanos e critica as relações políticas estabelecidas entre ele e o princeps romano *Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus*. Tudo isso para minimizar a credibilidade de Herodes enquanto estadista, desacreditar a legitimidade de seu governo e demonstrar que a derrota dos judeus para os romanos em 70 d.C. começou com a disputa política entre Aristóbulo II e Hircano II, se fortaleceu com a ambição política de Herodes e se consolidou com a perpetuação das alianças políticas, negociadas e estabelecidas entre a classe dirigente da Judeia e os governantes de Roma, quer fosse no período republicano ou no sistema político do principado.

II. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

- **ELEMENTO DESENCADEADOR[180]:** No sentido geral, Josefo escreve sua obra, ao final do século I (93 d.C), como complemento de "Guerra dos Judeus" (76-81 d.C.), a fim de retomar temas que não teve a oportunidade de trabalhar em sua primeira obra. Flávio Josefo dá conhecimento aos outros povos sobre as origens do povo judeu e faz

religioso, jornalísticos, pedagógico, médico, científico e suas variáveis. As tipologias também refletem diferenças entre disciplinas como no caso dos discursos histórico, sociológico, antropológico e biológico. Eni Puccinelli Orlandi pontua também diferenças relativas a estilos e a gêneros. Entretanto, para ela, a tipologia não ocupa o centro das preocupações do analista do discurso. Segundo Eni Orlandi, o que caracteriza o discurso não é o seu tipo, mas, sim, o seu modo de funcionamento. Com isso, ela estabelece um critério para distinguir diferentes modos de funcionamento do discurso, tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos, como segue: a) discurso autoritário – aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor; b) discurso polêmico – aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e este se mantém em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos; c) discurso lúdico – aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos . Apesar dessas distinções, para Eni Orlandi não há discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico, mas, sim, misturas, a predominância de um modo de funcionamento sobre outro. Assim, ela postula que quando um discurso tem um funcionamento que tende para a paráfrase ou para a monossemia se trata de um discurso autoritário; quando tende para a polissemia, será lúdico; e quando se divide entre polissemia e paráfrase se refere ao discurso polêmico.

[178] O conceito de textualidade se refere a historicidade de um texto em sua materialidade, na qual a historicidade se trata do acontecimento do texto como discurso, o trabalho de sentidos nele. Eni Orlandi entende que há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele). Entretanto, essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito, diz Orlandi (2003, p. 68).

[179] Sobre o que fala o discurso.

[180] Quais as possíveis razões para produção do discurso?

apologia a sua relevância histórica devido aos relatos de outros historiadores que, segundo ele, obscureceram a verdade concedendo ao seu povo um lugar insignificante na história da humanidade. Assim ele se aproveita do interesse de alguns eruditos de fala grega sobre a história judaica e a ausência de obras sobre o assunto nas bibliotecas, para traduzir sua obra para a língua grega. No sentido específico, pode-se perceber a persistência do questionamento sobre sua posição na guerra. A honra de sua de sua família continuava sendo atacada e, para alguns segmentos judaicos, Josefo ainda era considerado o traidor culpado pela guerra e consequente derrota dos judeus. Sua primeira obra não foi capaz de redimir o historiador judeu perante seus compatriotas.

- **RELAÇÃO DE SENTIDO[181]:** No sentido geral, o discurso aponta para a disputa política entre antiga *classe dirigente* da Judeia (asmoneus) e a Dinastia Herodiana. O relato de Flávio Josefo é retrospectivo e evidencia elementos socioculturais e políticos essenciais da formação sociocultural do historiador judeu, como por exemplo: a concepção judaica de nobreza, a importância do ofício sacerdotal para a comunidade, o apego dos judeus a Torá e os resultados da não observância de seus preceitos, as riquezas da sociedade judaica, a concepção de santidade, purificação e profanação de um lugar sagrado, a relevância do templo de Jerusalém para a comunidade, a posição de Roma como mediadora entre os povos, a estratégia e preparo militar romano, a função e autoridade religiosa de um magistrado romano, o tratamento dado aos traidores de Roma e a forma como os romanos poderiam se relacionar com suas províncias. No sentido estrito, o discurso evidencia como todos esses elementos socioculturais e políticos estiveram em jogo desde a ascensão de Herodes ao poder até a sua morte. Flávio Josefo trata essa ascensão como se fosse uma espécie usurpação, apesar da legitimação romana, principalmente porque ele pertencia a dinastia antecessora. Logo, o discurso aponta para a concepção judaica de que Herodes não era um judeu legítimo, tinha usurpado o poder dos asmoneus através de sua relação política com os romanos, era impiedoso, injusto e violento, e o seu reinado não possuía legitimação divina, assim sendo, não era reconhecido pela *classe dirigente* da Judeia.
- **MECANISMO DE ANTECIPAÇÃO[182]:** Interagindo com o sujeito interlocutor, Josefo utiliza palavras como: Idumeu, empreendedor, hábil, amicíssimo, inimigo,

[181] O discurso aponta para outros discursos?

[182] Qual tipo de palavras o autor usa para interagir com o receptor/ público-alvo? Qual efeito ele pensa produzir em seu ouvinte?

Babilônia, fortuna, trono, rei, árabes, gazeenses, ascalonitas, poder, judeus mais ilustres, usurpar o trono, injusta autoridade, Judeia, Templo de Jerusalém, sacerdotes, Páscoa, guerra civil, orações, imprecações, rico, pobre, nabatenses, Damasco, Síria, ouro, talentos, presentes, quartéis de inverno, litígio, dominação, direito de nascimento, incursões, pirataria, queixas, testemunho, indigno da realeza, covardia, incapacidade, inepto para o governo, vaidade, violência, urbanidade, Pompeu, Cesar, guerra, facioso, Roma, reconstrução dos muros, príncipe dos judeus, Hircano, Aristóbulo, prestígio, virtude, profecia, temor, magistrados, Augusto, Herodes, jogos, lutas, corridas, espetáculos, honra de Augusto, cidades, templos, grandes obras, auspicioso, colérico, injusto, cruel, favorecido pela sorte, condição humilde, vencedor, dissabores domésticos, vingativo, dentre outras expressões.

- **RELAÇÃO DE FORÇAS[183]:** Flávio Josefo (sujeito locutor) é judeu, sacerdote, aristocrata judaico, cidadão romano também ligado a aristocracia e aos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano, o que situa o lugar de sua fala entre as comunidades judaicas e a sociedade romana, dominados e dominadores, derrotados e vencedores; entre a cultura hegemônica e a cultura subalterna, o mundo oficial e o não-oficial, o microcosmo e o macrocosmo social. Seu público-alvo (sujeito interlocutor) pertence à aristocracia judaica da Galileia, Judéia e Roma. Parte dela associada aos vencedores e outra subjugada e insatisfeita com a derrota. Assim, pode se identificar no discurso a disputa entre duas forças: aqueles que saíram beneficiados após a guerra, se associando aos romanos, mas preservando valores religiosos judaicos, e aqueles que continuavam subjugados na própria Província, pagando impostos, sem o templo, com poderes fragmentados e insatisfeitos com o desfecho do confronto. Josefo afirma que pela sua posição social mais elevada seu discurso merece mais crédito que os demais relatos. Assim ele defende seus interesses apresentando um "discurso polêmico".
- **FORMAÇÃO IMAGINÁRIA[184]:** Das projeções do discurso resultam as seguintes imagens: sociedade masculina hierarquicamente organizada, valorização da estrutura familiar e dos antepassados, exaltação do ofício sacerdotal e da necessidade de um intermediário entre os homens e a divindade, consideração da honra, obediência a Torá

[183] Identificar aqui o lugar social dos sujeitos, definir o poder/autoridade / a hierarquia de sua fala.

[184] Eni Puccinelli Orlandi conceitua as formações imaginárias como as projeções que permitem ao analista passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos. O mecanismo imaginário, diz Orlandi, produz imagens dos sujeitos e do objeto do discurso dentro de uma conjuntura sócio-histórica (ORLANDI 2003, p. 40).

e da justiça como valores estimáveis na vida pública resultando em sorte para os indivíduos. Das projeções do discurso ainda resultam as seguintes imagens: influência administrativa e religiosa de Jerusalém nas outras regiões; a relação diplomática entre Jerusalém e os romanos; a disputa familiar pelo ofício de sumo-sacerdote; a disputa política entre a aristocracia judaica; a proibição de confronto armado entre judeus pela Torá; a crença na providência divina; o reconhecimento de autoridades religiosas fora do judaísmo; a importância do templo de Jerusalém para os judeus; o tratamento romano para os inimigos e para os aliados; a concepção de boa morte para os judeus; a concepção de santidade e profanação do lugar sagrado; a organização e treinamento militar romano.

III – PROCESSO DISCURSIVO

- **INTERDISCURSO[185]:** "Das Antiguidades Romanas", de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); "Vida de Augusto", de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); "História", de Estrabão (início do século I d.C.); "Guerra dos Judeus", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.).
- **MEMÓRIA DISCURSIVA[186]:** Flávio Josefo faz referência a Estrabão e Nicolau de Damasco, autores que escreveram sobre os feitos de Herodes; exalta personagens políticos e papéis sociais do passado a fim de fortalecer sua defesa e validar seus argumentos. Ainda retoma o relato do mesmo episódio feito em sua primeira obra, "Guerra dos Judeus".
- **INTERTEXTO[187]:** "Das Antiguidades Romanas", de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); "Vida de Augusto", de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.);

[185] Eni Orlandi entende que aquilo que foi dito noutro lugar também significa nas palavras de Flávio Josefo. Josefo diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem em seu discurso. Por isso, é fundamental recorrer ao interdiscurso para identificar discurso de Flávio Josefo em sua historicidade e significância.

[186] Segundo a abordagem metodológica de Eni Puccineli Orlandi, o discurso de Josefo se trata de um objeto sócio-histórico e linguístico. O seu sentido não está apenas nas palavras, mas na sua relação com a exterioridade, nas condições em que ele foi produzido e que não depende só das intenções de Flávio Josefo, mas, ainda, de sua relação com os interlocutores, contexto imediato, contexto sócio-histórico, ideológico e com a memória discursiva. Eni Orlandi trata a memória discursiva como interdiscurso, ou seja, o discurso não é singular, ele apresenta indícios do que se fala antes, em outro lugar, do já-dito que está na base do dizível e sustenta cada tomada de palavra. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm efeito sobre o discurso de Flávio Josefo. Assim, Eni P. Orlandi nos permite remeter o discurso de Josefo a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, a sua historicidade e significância que demonstram seus compromissos políticos, sociais e religiosos, além de suas relações socioculturais.

[187] Listar aqui Documento/autor/data de documentos anteriores.

"Eneida", de Virgílio (fim do século I a.C.); "Tratado de Arquitetura", de Vitrúvio (fim do século I a.C.); "A Vida dos Doze Césares", de Suetônio (início do século II d.C.); "História Romana", de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); "História de Roma", Tito Lívio (início do século I d.C.); "História", de Estrabão (início do século I d.C.); "A Vida", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Guerra dos Judeus", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Contra Apion", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.) "História da Guerra", Justus of Tiberias, (fim do século I d.C.); "Anais", de Tácito (início do século II d.C.); "História Romana", de Apiano (início do século II d.C.); "História Romana", Dião Cássio (início do século III d.C.).

- **PARÁFRASE[188]:** O discurso apresenta as diferentes posturas da aristocracia judaica e da dinastia herodiana que desencadearam a guerra e resultaram na derrota dos judeus e destruição do templo de Jerusalém. Flávio Josefo procura legitimar suas ações e lançar seus opositores no descrédito, acusando-os de visar apenas seus próprios interesses, enquanto se apresenta como coerente, piedoso, pacificador, tolerante, afortunado, perseguido, obediente a Torah, filho zeloso, defensor dos fracos e um homem justo, conforme os valores éticos e morais das comunidades judaicas do seu tempo. Josefo justifica suas posses e seu *status* na sociedade romana como uma recompensa divina por suas ações no passado; o que em certo sentido evidencia a formação imaginária do discurso judaico sobre o sucesso e a prosperidade de um homem justo.
- **POLISSEMIA[189]:** O discurso aponta para as relações socioculturais recíprocas e relações políticas estabelecidas entre as comunidades judaicas e as sociedades grega e romana. Apesar de descrever suas origens judaicas e evocar valores próprios dessa sociedade, Flávio Josefo ao descrever alguns episódios indica formas judaica, grega e romana de contar o tempo. Isso significaria uma evidência de ruptura.
- **MATERIALIDADE DA POLISSEMIA[190]:** A materialidade pode ser encontrada nos vestígios arqueológicos da cidade de Cesareia Marítima, em Israel. Os relatórios de escavação foram listados na obra AMELLING, Walter. et. al. Corpus Inscriptionum Judaeae/Palaestinae: a multi-lingual corpus of the inscriptions from Alexander to Muhammad. Berlin/Boston: Hubert & Co., 2011.

[188] Identificar o que é reforçado na mensagem. Em todo texto há sempre algo que se repete.

[189] Ruptura – inovação - desvio ao padrão.

[190] Diferentes maneiras de chamar a atenção para rupturas: outros textos, vasos pintura etc.

IV – ILUSÃO REFERENCIAL

LIVRO XIV

1

Relação Binária de Oposição	
Dito	**Como Poderia Ser Dito/Outra Maneira de Dizer**
Mostramos no livro precedente qual foi a vida e a morte da rainha Alexandra. Falemos agora do que aconteceu em seguida, pois devemos cuidar em nada omitir, por negligência ou por esquecimento. Embora aqueles que fazem a narração de fatos históricos e procuram esclarecer as coisas que o tempo obscureceu não se devam descuidar da elegância do estilo e dos ornamentos que a podem tornar agradável, o seu cuidado principal deve ser relatar exatamente a verdade, a fim de comunicá-la aos leitores e aos que prestarão fé às suas palavras (LIVRO XIV/I/570).	Mostramos no livro precedente qual foi a vida e a morte da rainha Alexandra. Falemos agora do que aconteceu em seguida.
Identificação do Subentendido	
Não Dito/Não Explícito	Como não dito/não explícito pode-se identificar a disputa entre o discurso de Flavio Josefo e outras narrativas que pareciam mais favoráveis politicamente à dinastia herodiana.
O Silêncio do Texto	Josefo silencia quanto ao nome dos *sujeitos locutores* que segundo ele emitiram discursos sem veracidade histórica.

V – OBJETIVIDADE

PREFÁCIO

Tema	Livro/Capítulo/Verso	Frase
Objeto do discurso	Prefácio	[...] Direi de que modo o rei Antíoco Epifânio, depois de tomar Jerusalém e de tê-la possuído durante três anos e meio, de lá foi expulso pelos filhos de Matatias, hasmoneu; como a divisão suscitada entre os seus sucessores, com relação à posse do reino, atraiu os romanos sob o comando de Pompeu; como Herodes, filho de Antípatro, com o auxílio de Sósio, general do exército romano, pôs fim à dominação dos príncipes hasmoneus [...].

Objetivos: Apresentar um breve relato sobre o conteúdo da obra, sua delimitação temática e temporal.

Obs.1: Esse quadro metodológico se trata apenas de uma representação da tabela completa que possui 145 páginas de análise do discurso.

APÊNDICE B - Análise de conteúdo da obra “Antiguidades Judaicas”

I. PROCESSO DE DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

- **Autor:** Flavius Josephus (nome latino), Yossef Ben Matitiahu ha-Cohen (nome hebraico)[191].
- **Obra[192]:** Antiguidades Judaicas.
- **Período de Produção:** Século I d.C., aproximadamente entre 93 e 94 d.C.
- **Região de Produção:** Península Itálica, Roma.
- **Gênero do Discurso (público/privado):** Privado[193].

II. ANÁLISE DO TEXTO

- **Manifestação da Língua:** Grego Ático.
- **Propriedades da Linguagem:** Antigamente, eram identificados quatro dialetos gregos: ático, jônico, eólico e dórico. O dialeto ático, falado em Atenas entre 500 a.C e 300 a.C e também chamado de Grego Clássico, deriva do antigo dialeto jônico e foi utilizado por alguns dos mais importantes autores gregos, dentre eles Tucídides, Eurípides, Platão e Demóstenes. Em relação a história da língua grega, o Período Clássico (de 900 a.C. a 330 a.C.) sucedeu o chamado Período Formativo (de 1500 a.C. a 900 a.C. - época de Homero). Do ático emergiu a "língua comum" (gr. η κοινή διάλεκτος), falada a partir o Período Helenístico. O grego Koinê (de 330 a.C. a 330 d.C.), da qual evoluiu o grego moderno, também se relaciona com o processo de helenização da Judeia ou Período Judaico Helenístico. Nessa região foram construídas várias cidades com arquitetura

---

[191] Nota biográfica. Nascido em 37 ou 38 d.C. (segundo ele no primeiro ano do reinado de Calígula, o imperador Caio César que reinou de 37 a 41 d.C.), de rica família da aristocracia sacerdotal (pelo lado paterno) asmoneia (pelo lado materno), filho de Matias, de educação sofisticada, fariseu (apesar de ter experimentado a seita dos saduceus, dos essênios e de ter seguido Bane, um eremita do seu tempo), governador militar da Galileia, líder da resistência judaica contra os romanos, escravo de guerra (família caesaris), intermediário entre Roma e os judeus sediciosos, cidadão romano enquanto liberto da casa dos Flavius (Vespasiano), beneficiado com terras na Judeia após a derrota, morador de Roma, escreveu a maior parte das suas obras com o patrocínio de Vespasiano, Tito e Domiciano, fundamental para relações de clientelismo e patronato entre a domus flaviana e os judeus de Roma, homenageado com uma estátua em Roma (segundo Eusébio de Cesareia), criticado por Justo de Tiberíades e Apion.

[192] A obra “Antiguidades Judaicas” se trata de uma coleção de vinte livros em que Flávio Josefo relata a história dos judeus desde os tempos mitológicos, a exemplo da obra de Dionísio de Halicarnasso - “Romaike Archaiologia”. Posteriormente, na segunda edição (99 d.C.), Josefo incorporou uma autobiografia sob o título “A Vida”, a fim de minimizar suas ações na guerra.

[193] Josefo dirige sua obra aos gregos interessados em conhecer as origens dos judeus, principalmente a Epafrodito que, segundo ele, se tratava de alguém da alta sociedade, amante da ciência e do saber. Pode-se inferir também que o autor continuava dialogando com a aristocracia judaica domiciliada na Galileia, Judeia e Roma que teve acesso a outros relatos sobre a guerra dos judeus contra os romanos e suas circunstâncias, além do próprio Justo de Tiberíades.

grega e, as relações socioculturais estabelecidas ao longo de três séculos influenciaram a cultura judaica tanto no âmbito da linguística quanto na literatura. Os textos sagrados dos judeus, por exemplo, foram traduzidos para o grego entre os séculos III e I a.C. Nos séculos seguintes, muitos discursos produzidos para *interlocutores* judeus tiveram como língua matriz o grego Koine, no entanto, parece-nos que a obra 'Guerra dos Judeus, que teve a sua primeira edição em aramaico, posteriormente, foi ampliada em grego ático, pois, se apresenta com um estilo mais clássico do que aquele que caracteriza as produções literárias em grego Koine.

- **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional).
- **Tipo Textual:** Narrativo.
- **Gênero Textual:** Relato Histórico.
- **Comunicação do Texto:** Verbal[194].
- **Processo de Interação:** Circulação de documento escrito.
- **Tipo de Discurso:** Discurso Polêmico.
- **Monofonia/Polifonia:** Polifonia.
- **Conceitos Operacionais do Texto:** Esses conceitos foram listados e explicados nas notas de rodapé da Seleção de Conteúdo.
- **Intertextualidade:** "Das Antiguidades Romanas", de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); "Vida de Augusto", de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); "Eneida", de Virgílio (fim do século I a.C.); "Tratado de Arquitetura", de Vitrúvio (fim do século I a.C.); "A Vida dos Doze Césares", de Suetônio (início do século II d.C.); "História Romana", de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); "História de Roma", Tito Lívio (início do século I d.C.); "História", de Estrabão (início do século I d.C.); "A Vida", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Guerra dos Judeus", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Contra Apion", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.) "História da Guerra", Justus of Tiberias, (fim do século I d.C.); "Anais", de Tácito (início do século II d.C.); "História Romana", de Apiano (início do século II d.C.); "História Romana", Dião Cássio (início do século III d.C.).
- **Contexto Vital:** Fortalecimento das relações de poder entre a casa de Herodes e a *domus* augustina a partir da fundação e urbanização da cidade de Cesareia Marítima. O processo de urbanização de Cesareia se situa em um contexto mais amplo que envolve as relações de clientela e patronato entre romanos e judeus, bem como, as relações

[194] A linguagem verbal utiliza palavras para estabelecer a comunicação, que são utilizadas tanto na escrita como na oralidade.

socioculturais, políticas comerciais entre o Império Romano e oriente através do mar Mediterrâneo. Herodes pretendia construir um porto que se tornasse mais importante que o de Alexandria, no Egito, e concorresse também com o porto de Pireu, na Ática. Além disso, pretendia minimizar os enfrentamentos populacionais na região através da criação de áreas e paisagens culturais que contribuíssem para troca de elementos socioculturais entre as diversas comunidades multiculturais domiciliadas na cidade.

- **Contexto Histórico-Sociológico:** No sentido geral, Josefo escreve sua obra, ao final do século I (93 d.C), como complemento de "Guerra dos Judeus" (76-81 d.C.), a fim de retomar temas que não teve a oportunidade de trabalhar em sua primeira obra. Flávio Josefo dá conhecimento a outros povos sobre as origens do povo judeu e faz apologia a sua relevância histórica devido à má fé de outros historiadores que, segundo ele, obscureceram a verdade concedendo ao seu povo um lugar insignificante na história da humanidade. Assim ele se aproveita do interesse de alguns eruditos de fala grega sobre a história judaica e a ausência de obras sobre o assunto nas bibliotecas, para traduzir sua obra parta língua grega. No sentido específico, pode-se perceber a persistência do questionamento sobre sua posição na guerra. A honra de sua de sua família continuava sendo atacada e, para alguns segmentos judaicos, Josefo ainda era considerado como traidor culpado pela guerra e consequente derrota. Sua primeira obra não foi capaz de redimir o historiador judeu perante seus compatriotas. O discurso aponta para a disputa política entre a elite judaica, a concepção judaica de nobreza, a importância do ofício sacerdotal para a comunidade, o apego dos judeus a Torá e os resultados da não observância de seus preceitos, as riquezas da sociedade judaica, a concepção de santidade, purificação e profanação de um lugar sagrado, a relevância do templo de Jerusalém para a comunidade, a posição de Roma como mediadora entre os povos, a estratégia e preparo militar romano, a função e autoridade religiosa de um magistrado romano, o tratamento dado aos traidores de Roma e a forma como os romanos poderiam se relacionar com suas províncias.

III. SELEÇÃO DE CONTEÚDO

1

Tema: Ocupação da Judeia pelos romanos.
Localização: Livro XIV/VIII/577
Conteúdo:

> **Quanto à cidade de Jerusalém, ele a tornou tributária dos romanos. Tirou ao judeus as cidades que haviam conquistado na Baixa Síria, determinou que obedecessem aos governadores e fixou, assim, em seus primeiros limites, o poder de nossa nação, antes tão grande e tão extenso.** A cidade de Gadara algum tempo antes fora destruída, mas foi reconstruída em favor de Demétrio, seu liberto, que dela era oriundo. Pompeu restituiu aos seus antigos habitantes as que estavam bem dentro, em terra firme, a saber: Hipona, Citópolis, Pela, Diom, Samara, Maressa, Azoto, Jamnia e Aretusa, como também as que a guerra destruíra completamente. Quis ele que as cidades marítimas ficassem livres e fizessem parte da província, a saber: Gaza, Jope, Adora e a torre de Estratão, que Herodes depois mandou reconstruir com grande magnificência e enriqueceu com portos e belos Templos, mudando-lhe o nome para Cesaréia

Objetivo: Comprovar que a ocupação da Judeia em 63 a.C. ocorreu devido a disputa política entre Hircano e Aristóbulo pelo cargo de sumo sacerdote que, or sua vez, centralizava os poderes político e religioso na região. O resultado dessa disputa foi a perda do domínio político sobre as cidades anexadas a Judeia durante a dinastia dos asmoneus, bem como, a anexação da Judeia a Roma sob a administração da Síria. Essa situação permanecerá inalterada até o início do reinado de Herodes.

2

Tema: Feitos de Herodes.
Localização: Livro XV/XI/662
Conteúdo:

> Herodes mandou matá-los, com suas famílias, mas vendo que o povo se obstinava cada vez mais em defender os seus costumes e as suas leis e que aquilo os levaria a uma revolta se ele não empregasse os meios mais violentos para reprimi-los, decidiu fazê-lo. Assim, além das duas fortalezas que havia em Jerusalém, uma no palácio real, onde ele morava, e outra de nome Antônia, que estava perto do Templo, ele mandou fortificar Samaria porque, estando longe de Jerusalém apenas um dia, podia impedir as rebeliões tanto na cidade quanto no campo. Fortificou também de tal modo a torre de Estratão, a que chamou de Cesareia, que ela parecia dominar todo o país.
>
> Construiu um castelo no lugar chamado O Campo, onde colocou uma guarnição de cavalaria, cujos soldados eram indicados por sorte. Construiu outro em Gabara da Galiléia e outro, de nome Estmonita, na Peréia. Essas fortalezas, dispostas nos lugares mais convenientes para os fins a que ele as destinava e nas quais colocou fortes guarnições, tiraram ao povo, tão inclinado à revolta, todos os meios de se sublevar, porque ao menor sinal de agitação aqueles que estavam encarregados de vigiar a impediam logo ou a sufocavam apenas iniciada.
>
> Como ele tinha intenção de reconstruir Samaria, cuja posição a fazia vantajosa e forte, porque estava sobre uma colina, mandou lá construir um Templo, colocou um grande corpo de tropas estrangeiras e das províncias vizinhas e mudou-lhe o nome para Sebaste. Dividiu entre os habitantes as terras da vizinhança, as quais eram muito férteis, a fim de logo deixá-los bem à vontade para que o lugar se povoasse rapidamente. Rodeou-a de fortes muralhas, e assim aumentou e lhe fortificou o

perímetro, que era de vinte estádios, tornando-a comparável às maiores cidades. Fez no meio dela uma espaçosa praça, que media um estádio e meio, e construiu um Templo soberbo.

Trabalhou continuamente e de todos os modos para tornar célebre a cidade, porque ele considerava a força necessária à segurança e à beleza, um monumento à sua grandeza e magnificência, que conservaria a memória de seu nome através dos séculos.

Objetivo: Descrever o processo de urbanização da Judeia iniciado por Herodes.

3

Tema: Construção do porto artificial.
Localização: Livro XV/XIII/669
Conteúdo:

Herodes, tendo notado ao longo do mar a torre de Estratão, cuja situação era muito vantajosa, edificou ali uma cidade de forma e beleza admiráveis. Não somente os palácios eram magníficos, construídos de mármore branco, como também apresentavam belíssima arquitetura as casas dos particulares. E o porto, com dimensões semelhantes às do Pireu, onde os navios podiam ancorar em segurança, sobrepujava a tudo o mais. A estrutura era maravilhosa. Havia dentro grandes magazines para receber toda sorte de mercadoria e de objetos. Foi necessário, para levar a cabo tão grande obra, um trabalho extraordinário e uma despesa fabulosa, porque era preciso trazer de muito longe todo o material.

Essa cidade está na Fenícia, situada no lugar onde se embarca para passar ao Egito, entre Jope e Adora, que são duas pequenas cidades marítimas.

Os portos destas, porém, não são seguros, porque são batidos pelo vento áfrico, cuja impetuosidade levanta tão grande quantidade de areia contra a praia que os navios carregados de mercadorias aí não podem estar seguros, e os pilotos são obrigados a lançar as âncoras ao mar. Para remediar esse inconveniente, Herodes mandou construir o porto de Cesaréia em forma de crescente, capaz de conter um grande número de navios. E, como o mar mede ali vinte braças de profundidade, mandou lançar pedras de tamanho enorme, a maior das quais tinha cinqüenta pés de comprimento, dezoito de largura e nove de altura. E havia ainda maiores.

A extensão do cais era de duzentos pés, cuja metade servia para quebrar a violência nas ondas, e construiu-se na outra metade um muro fortificado com torres, sendo que a maior e mais bela recebeu de Herodes o nome de Druso, filho da imperatriz Júlia,* mulher de Augusto, que morreu jovem. Havia ainda diversos arcos em forma de pórticos, para alojar os marinheiros. Uma descida muito suave e que poderia servir de belíssimo passeio rodeava todo o porto, cuja entrada estava exposta ao aquilão, que é o mais forte de todos os ventos.

Havia do lado esquerdo, por onde se entrava no porto, uma torre construída sobre uma plataforma muito larga, feita para resistir à violência das vagas.

Do lado direito, estavam duas colunas de pedra, tão grandes que superavam a altura da torre. Via-se ao redor do porto uma fileira de casas cujas pedras eram muito bem talhadas, e construiu-se sobre uma colina que está meio o Templo consagrado a Augusto. Os que navegam podem vê-lo de bem longe, e há duas estátuas, uma de Roma e outra desse príncipe, em honra do qual Herodes deu o nome de Cesaréia a essa cidade, não menos admirável pela riqueza de suas construções que pela magnificência de seus ornamentos.

Fizeram-se em terra longos arcos, distantes igualmente uns dos outros, que se dirigiam todos para o mar, e havia um que os atravessava para levar até ele a água da chuva e as imundícies da cidade e receber ao mesmo tempo as águas do mar, quando este se achasse muito agitado, a fim de lavar assim a maior parte das ruas. Herodes mandou

> também construir um circo de pedra e, ao lado do porto que está voltado para o sul, um enorme anfiteatro, de onde se pode ver bem ao longe por sobre o mar. E, como ele não economizava nem trabalho nem dinheiro em tão grandes obras, empregou doze anos para fazê-la chegar à sua maior perfeição.

Objetivo: Descrever o processo de construção de Cesareia Marítima - utilidade do porto, travamento dos alicerces, edificação de muralhas e torres, Distribuição das ruas e escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns..

4

Tema: Relações de clientela e patronato entre a casa de Herodes e a domus augustina (vide informações de Suetônio sobre os a vida de Augusto).
Localização: Livro XV/XIII/670
Conteúdo:

> Depois que construiu essas duas grandes cidades, Sebaste e Cesareia, **o magnífico monarca enviou a Roma Alexandre e Aristóbulo, filhos que tivera de Mariana, para que se fixassem na corte de Augusto.**

Objetivo: Evidenciar a proximidade entre Herodes e Augustus.

5

Tema: Consolidação do poder herodiano.
Localização: Livro XVI/II/682
Conteúdo:

> Nesse mesmo tempo, soube que Agripa navegava da Itália para a Ásia. Foi procurá-lo e convidou-o, pela amizade que havia entre eles, a visitar o seu reino. Agripa não pôde recusá-lo, e **Herodes tudo fez para agradar a ele e aos seus amigos, tratando-os com toda a magnificência possível. Levou-o às novas cidades que havia construído, Sebaste e Cesareia — onde mostrou-lhes o soberbo porto, às fortalezas de Alexandriom e Hircânia —, e depois a Jerusalém, onde todo o povo, vestido como em dia de festa, veio encontrá-lo com grandes aclamações.** Agripa ofereceu a Deus em sacrifício uma hecatombe, deu um banquete a todo o povo e ficou tão satisfeito com a maneira como foi recebido que manifestou o desejo de ficar ainda alguns dias. Todavia, como o inverno se aproximava e haveria perigo, caso se demorasse em pôr-se ao mar; foi obrigado a embarcar para a Jônia. Antes, porém, Herodes ofereceu-lhe magníficos presentes, bem como aos principais dentre os que o acompanhavam.

Objetivo: Demonstrar que o plano urbanístico executado por Herodes simbolizava a estabilidade política e econômica do seu governo.

6

Tema: Prosperidade do reino de Herodes.
Localização: Livro XVI/V/686
Conteúdo:

> Os dois príncipes separaram-se em seguida, com grandes demonstrações de afeto e partiram de Lesbos. Herodes, tendo vento favorável, pôde chegar a Cesareia e, poucos dias depois, a Jerusalém, onde reuniu todo o povo. **Informou-os do que se passara na viagem e contou como conseguira fazer com que os judeus que moravam na Ásia vivessem em plena tranquilidade, sem serem mais importunados. Ao falar**

da felicidade que desfrutava no seu reinado, afirmou que coisa alguma havia negligenciado em benefício deles e acrescentou que, para dar uma prova do que estava dizendo, dispensava-os da quarta parte dos impostos. Essas palavras, acompanhadas de tal favor, foram recebidas pelo povo com grandes demonstrações de regozijo, e eles desejaram ao rei toda sorte de prosperidade.

Objetivo: Evidenciar que Herodes tinha apoio popular.

7

Tema: Inauguração da cidade.
Localização: Livro XVI/IX/695
Conteúdo:

Nesse mesmo tempo, a cidade de Cesareia, cujos alicerces tinham sido lançados havia dez anos, foi terminada, no ano vinte e oito do reinado de Herodes e na centésima nonagésima segunda Olimpíada. Ele quis celebrar a dedicação com toda a suntuosidade possível e imaginável. Mandou vir de todas as partes todos os que tinham fama de excelentes músicos, lutadores ou atletas de corridas e das outras espécies de exercícios. Reuniu um grande número de gladiadores, animais ferozes, cavalos rapidíssimos e tudo o que se usa nesses espetáculos tão apreciados pelos romanos e por outras nações. Consagrou todos esses jogos em honra de Augusto e ordenou que fossem repetidos cada cinco anos.

A imperatriz Lívia quis contribuir para essa soberba festividade, em que Herodes não havia poupado despesa alguma. Mandou-lhe de Roma muitas coisas preciosas, cujo valor chegava a quinhentos talentos. Além de uma multidão enorme de povo que acorreu de toda as partes para ver tão grandiosa festa, vieram embaixadores de diversas nações, convidados por Herodes. Ele recebeu-os, alojou-os e os tratou com grande fidalguia. Dava-lhes todos os dias novos divertimentos e, quando a noite caía, reunia-os em grandes banquetes, dos quais eles não se cansavam de admirar a magnificência. Sentia tanto prazer em se distinguir que se esforçava para que o brilho das últimas ações superasse sempre o das anteriores. Afirmava-se que Augusto e Agripa disseram muitas vezes que a sua alma estava tão acima de sua coroa que ele teria merecido reinar sobre toda a Síria e todo o Egito.

Objetivo: Demonstrar que Cesareia foi fundada, urbanizada e inaugurada como uma cidade romana e que assim seria lembrada.

8

Tema: Utilização da cidade como sede administrativa.
Localização: Livro XVIII/IV/770
Conteúdo:

Pilatos, governador da Judéia, enviou dos quartéis de inverno de Cesareia a Jerusalém tropas que traziam em seus estandartes a imagem do imperador, o que é tão contrário às nossas leis que nenhum outro governador antes dele o fizera. As tropas entraram de noite, e por isso apenas no dia seguinte é que se percebeu. Imediatamente os judeus foram em grande número procurar Pilatos em Cesareia e durante vários dias rogaram-lhe que removesse aqueles estandartes. Ele negou o pedido, dizendo que não o poderia fazer sem ofender o imperador. Mas como eles continuavam a insistir, ordenou aos seus soldados, no sétimo dia, que secretamente se conservassem em armas e subiu em seguida ao tribunal que mandara erguer de propósito no local dos exercícios públicos, porque era o lugar mais apropriado para escondê-los. Os judeus, porém, insistiam no pedido. Ele então deu o sinal aos soldados, que os envolveram imediatamente por todos os lados, e ameaçou mandar

matá-los se continuassem a insistir e não voltassem logo cada qual para a sua casa. A essas palavras, eles lançaram-se todos por terra e apresentaram-lhe a garganta descoberta, para mostrar que a observância de suas leis lhes era muito mais cara que a própria vida. Aquela constância e zelo tão ardentes pela religião causou tanto assombro a Pilatos que ele ordenou que se levassem os estandarte de Jerusalém para Cesareia.

Objetivo: Demonstrar que posteriormente a cidade de Cesareia Marítima foi adotada como sede administrativa romana na Judeia.

9

Tema: Utilização da cidade como sede administrativa.
Localização: Livro IXX/VII/825
Conteúdo:

Durante uma viagem que ele fez a Cesareia, um doutor da lei, chamado Simão, teve a ousadia de acusá-lo publicamente, em Jerusalém, de ser um viciado, ao qual se devia recusar a entrada no Templo, pois tal só era permitida às pessoas castas. O governador da cidade avisou Agripa do ocorrido, e ele solicitou-lhe que fosse buscar aquele homem. **Simão foi avisado, e, quando chegou a Cesareia, o príncipe já se encontrava no teatro.** Agripa convidou-o a sentar-se junto de si e falou-lhe com voz suave e sem se irritar: "Dizei-me, eu vos peço, quais são os vícios de que me acusais?" Aquele homem ficou tão confuso que, não sabendo o que responder, suplicou ao rei que o perdoasse, e este o perdoou no mesmo instante, dizendo que os reis devem preferir a clemência ao rigor e fazer com que a cólera seja vencida pela moderação. A sua bondade foi ainda além, pois ele despediu Simão com presentes.

Objetivo: Demonstrar que posteriormente a cidade de Cesareia Marítima foi adotada como sede administrativa romana na Judeia.

10

Tema: Prosseguimento das manifestações culturais estabelecidas por Herodes.
Localização: Livro IXX/VII/828
Conteúdo:

Nesse mesmo tempo, ele tirou o sumo sacerdócio de Matias e entregou-a a Elioneu, filho de Citeu. **E, no terceiro ano de seu reinado, celebrou na cidade de Cesareia, antes conhecida como a torre de Estratão, jogos solenes em honra ao imperador. Os principais do reino e toda a nobreza da província reuniram-se nessa festa.** No segundo dia dos espetáculos, Agripa chegou bem cedo pela manhã ao teatro. Usava uma veste trabalhada com muita arte, cujo forro era de prata, e, quando o sol o iluminava com os seus raios, emitia tão vivos reflexos de luz que não se podia olhar para ele sem se sentir tomado por um respeito misto de temor. Então alguns mesquinhos bajuladores, com palavras melífluas, mas que destilam veneno mortal sobre o coração dos príncipes, começaram a dizer que até então haviam considerado o seu rei um simples homem, porém dali em diante o iriam reverenciar como a um deus, rogando-lhe que se lhes mostrasse favorável, pois parecia que ele não era como os demais, de condição mortal.

Agripa tolerou essa impiedade, que deveria ter sido castigada com muito rigor. E logo ele levantou os olhos e viu uma coruja por sobre a sua cabeça, pousada numa corda estendida no ar, e lembrou-se de que aquela ave era agora um presságio de sua desgraça, tal como outrora havia sido o prenuncio de sua prosperidade. Soltou então um profundo suspiro, ao mesmo tempo que começou a sentir as entranhas roídas por uma dor horrível. E, voltando-se para os seus amigos, disse-lhes: "Aquele que pretendeis fazer acreditar que é imortal está prestes a morrer. A providência divina

veio desmascarar a vossa mentira. Mas é preciso aceitar as determinações de Deus, apesar de eu ter sido muito feliz, a ponto de não haver príncipe de quem eu invejasse a felicidade".

Dizendo essas palavras, ele sentiu que as dores aumentavam. Levaram-no ao palácio, e a notícia de que ele estava prestes a exalar o último suspiro espalhou-se imediatamente. Logo todo o povo, com a cabeça coberta por um saco, segundo o costume de nossos pais, fez orações a Deus pela sua saúde, e todo o ar ressoava com gritos e lamentações. O príncipe, que estava no quarto mais alto do palácio, vendo-os de lá prostrados em terra, não pôde reter as lágrimas. As dores, porém, continuaram por cinco dias a fio e o levaram desta vida, aos cinqüenta e quatro anos de idade e sete de reinado. Foram quatro anos sob o imperador Caio, dos quais nos três primeiros ele governou apenas a tetrarquia que pertencera a Filipe, sendo-lhe acrescentada no quarto ano a de Herodes. Nos três anos em que reinou sob Cláudio, esse imperador deu-lhe também a judéia, Samaria e Cesareia. E, embora as suas rendas fossem muito altas, ele era tão liberal e magnânimo que se via obrigado a pedir emprestado grandes somas.

Objetivo: Narrar a morte de Agripa.

11

Tema: Dissensões entre os habitantes de Cesareia e a casa de Herodes.
Localização: Livro IXX/VII/831
Conteúdo:

Quando a notícia da morte do rei Agripa se tornou pública, os habitantes de Cesareia e de Sebaste esqueceram todos os benefícios que dele haviam recebido. A sua horrível ingratidão levou-os a querer enxovalhar a sua memória com injúrias e ultrajes que eu não teria coragem de referir aqui. Então os vândalos (e entre eles alguns soldados), que eram em grande número no meio do povo, tiveram a insolência de arrancar do palácio as estátuas das princesas filhas do rei e levá-las a lugares infames, onde uma vergonhosa prostituição reúne as infelizes vítimas da impudicícia pública. E, depois que foram expostas à vista de todos, acrescentaram-lhes todas as ofensas e indignidades que imaginaram.

Esses pérfidos indivíduos chegaram a promover banquetes nas ruas, onde, com coroas de flores sobre a cabeça e cabelos perfumados, ofereceram sacrifícios a Charom e beberam à saúde uns dos outros, demonstrando grande alegria pela morte do soberano. Ações tão insolentes e ofensivas foram a prova que eles deram de sua ingratidão, depois dos muitos benefícios que deviam a Herodes, o Grande, seu avô, que não somente construíra aquelas cidades como também as havia embelezado com suntuosos Templos e com aqueles portos admiráveis que as tornaram tão célebres.

Objetivo: Criticar as ações dos habitantes da cidade de Cesareia e enaltecer a imagem de Agripa e Herodes, o Grande na história da cidade.

12

Tema: Alteração nas relações de poder em Cesareia.
Localização: Livro IXX/VII/832
Conteúdo:

Nessa época, o jovem Agripa se encontrava em Roma, sendo educado junto ao imperador. Cláudio ficou muito sentido com a morte de Agripa e enfurecido contra os habitantes de Sebaste e Cesareia. A fim de cumprir o seu juramento, pensou em mandar imediatamente o jovem príncipe para tomar posse do reino. Porém os amigos e libertos, que tinham grande autoridade perante ele, o fizeram mudar de idéia,

alertando-o de que era perigoso conceder o governo de um reino tão extenso a um jovem que não tinha experiência suficiente para administrá-lo, quando a tarefa já era árdua até mesmo para um homem maduro.

Assim, ele decidiu enviar outro governador para a Judéia, o qual teria autoridade em todo o reino. Sabedor de que Marcos e o falecido rei Agripa se haviam desentendido, julgou que prestaria melhor essa honra à memória do príncipe entregando o cargo a um amigo, em vez de a um inimigo. Assim, enviou Cúspio Fado, recomendando-lhe, antes de tudo, que castigasse severamente os habitantes de Cesareia e Sebaste pelos ultrajes que haviam feito à memória de Agripa e às princesas filhas dele. Ordenou-lhe também que enviasse ao Ponto as cinco coortes e o resto dos soldados que estavam naquelas duas cidades e pusesse em seu lugar um corpo retirado das legiões romanas da Síria. A última ordem, no entanto, não foi executada, pois aqueles enviaram delegados ao imperador, os quais lhe acalmaram o espírito e obtiveram dele permissão para ficar na Judéia. **E isso foi o princípio de muitos males que depois vieram a afligi-la e a semente da guerra que sucedeu sob o governo de Floro. Vespasiano estava tão convencido de ser esse o motivo que, após subjugar o país, removeu-os da província, como relataremos em seguida.**

Objetivo: Relacionar o desrespeito da população de Cesareia a memória de Agripa com os acontecimentos que desencadearam a guerra dos judeus contra os romanos.

13

Tema: Enfrentamentos na cidade.
Localização: Livro XX/IV/842
Conteúdo:

Essa tragédia ainda era lamentada quando sobreveio outra confusão. Alguns dos que haviam fugido, na ocasião do tumulto, encontraram a cem estádios de Jerusalém um homem de nome Estêvão, que era doméstico do imperador, assaltaram-no e apoderaram-se de tudo o que ele trazia consigo.

Cumano, logo que soube disso, enviou soldados com ordem de devastar as aldeias vizinhas e trazer-lhe aprisionados os principais habitantes. Um soldado encontrou numa dessas aldeias os livros de Moisés e rasgou-os na presença de todos, proferindo ainda mil ofensas contra as nossas leis e contra a nossa nação. Os judeus não puderam tolerar tal ofensa e foram em grande número encontrar-se com Cumano, em Cesareia, para rogar-lhe que castigasse tão grande injúria, feita antes ao próprio Deus que a eles. O governador, vendo-os tão exaltados e temendo uma revolta, a conselho de amigos mandou matar o soldado que fizera semelhante ultraje às nossas leis e assim acalmou uma grande perturbação.

Objetivo: Apresentar a cidade de Cesareia Marítima como local de enfrentamentos e origem da guerra dos judeus contra os romanos.

14

Tema: Enfrentamentos na cidade.
Localização: Livro XX/VI/850-851
Conteúdo:

Aconteceu, nesse mesmo tempo, uma grande perturbação em Cesareia, entre os judeus e seus habitantes, com relação à precedência. **Os judeus pretendiam-na, porque Herodes, um de seus reis, tinha construído a cidade: os sírios afirmavam que deviam ser preferidos, porque ela subsistia desde muito tempo sob o nome de Torre de Estratão, quando ali não havia um só judeu.** Os governadores das províncias tomaram conhecimento dessa divergência e mandaram vergastar com várias os que nela haviam tomado parte, de ambos os lados. Mas os judeus, que

> confiavam nas suas riquezas, recomeçaram a desprezar e a maltratar com palavras, os sírios. Entre estes, havia vários de Cesareia e de Sebaste, que serviam nas tropas romanas, as quais lhes respondiam insolentemente. Das palavras, passaram às pedradas e vários foram mesmo mortos, muitos feridos, de parte a parte: os judeus levaram a melhor. Félix, vendo que essa divergência já havia tomado um aspecto de guerra, rogou aos judeus que se moderassem; mas, como não lhe obedeciam, ele mandou soldados contra eles, os quais mataram a muitos e prenderam também a vários, saquearam, sem que eles pudessem impedir, suas terras e suas casas, onde encontraram grandes riquezas. Os mais ilustres e os mais sensatos dos judeus, vendo tão grande desordem, temendo-lhe as conseqüências, rogaram a Félix que ordenasse aos soldados que se retirassem, para que os que se tinham deixado levar inconsideradamente pela paixão, refletissem e não continuassem a lutar; e ele concordou.
>
> Nesse mesmo tempo o rei Agripa deu o sumo sacerdócio a Ismael, filho de Fabeu, e os supremos-sacerdotes iniciaram então uma luta com os sacerdotes ordinários e os chefes de Jerusalém. Todos se faziam acompanhar por soldados armados, que eram escolhidos entre os mais revoltosos e os mais obstinados. Começavam por se injuriarem mutuamente, depois passavam às pedradas, sem que nem se decide separá-los; parecia que não havia magistrados da cidade que tivessem o poder de impedi-los fazer, com plena liberdade, tudo o que lhes agradava. A imprudência e a ousadia dos sumos sacerdotes foi tão longe, que eles mandavam seus homens às granjas, retirar as décimas que pertenciam aos sacerdotes, alguns dos quais, sendo mui pobres, morriam de fome; a injustiça era assim espezinhada pela violência desses facciosos.

Objetivo: Apresentar a cidade de Cesareia Marítima como local de enfrentamentos entre judeus, sírios e romanos, bem como, o local de origem da guerra dos judeus contra os romanos.

Obs: As demais citações da cidade de Cesareia nesta obra ou se referem a deslocamento geográfico ou a Cesareia de Filipe.

APÊNDICE C - Análise de conteúdo da obra "Guerra dos Judeus"

I. PROCESSO DE DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

- **Autor:** Flavius Josephus (nome latino), Yossef Ben Matitiahu ha-Cohen (nome hebraico)[195].
- **Obra**[196]**:** Guerra dos Judeus.
- **Período de Produção:** Século I d.C., aproximadamente entre 75 e 79 d.C.[197]
- **Região de Produção:** Península Itálica, Roma.
- **Gênero do Discurso (público/privado):** Público.

II. ANÁLISE DO TEXTO

- **Manifestação da Língua:** Grego Ático.
- **Propriedades da Linguagem:** Antigamente, eram identificados quatro dialetos gregos: ático, jônico, eólico e dórico. O dialeto ático, falado em Atenas entre 500 a.C e 300 a.C e também chamado de Grego Clássico, deriva do antigo dialeto jônico e foi utilizado por alguns dos mais importantes autores gregos, dentre eles Tucídides, Eurípides, Platão e Demóstenes. Em relação a história da língua grega, o Período Clássico (de 900 a.C. a 330 a.C.) sucedeu o chamado Período Formativo (de 1500 a.C. a 900 a.C. - época de

[195] Nota biográfica. Nascido em 37 ou 38 d.C. (segundo ele no primeiro ano do reinado de Calígula, o imperador Caio César que reinou de 37 a 41 d.C.), de rica família da aristocracia sacerdotal (pelo lado paterno) asmoneia (pelo lado materno), filho de Matias, de educação sofisticada, fariseu (apesar de ter experimentado a seita dos saduceus, dos essênios e de ter seguido Bane, um eremita do seu tempo), governador militar da Galileia, líder da resistência judaica contra os romanos, escravo de guerra (família caesaris), intermediário entre Roma e os judeus sediciosos, cidadão romano enquanto liberto da casa dos Flavius (Vespasiano), beneficiado com terras na Judeia após a derrota, morador de Roma, escreveu a maior parte das suas obras com o patrocínio de Vespasiano, Tito e Domiciano, fundamental para relações de clientelismo e patronato entre a domus flaviana e os judeus de Roma, homenageado com uma estátua em Roma (segundo Eusébio de Cesareia), criticado por Justo de Tiberíades e Apion.

[196] A obra é dividida em sete livros, como já avança o próprio Josefo no proêmio. O livro I narra os acontecimentos desde a sublevação dos Macabeus (167 a.C.) até a morte de Herodes, o Grande, sendo o único dos reis judeus sobre o qual Josefo se estende com pormenor. O livro II relata desse momento (4 a.C.) até 66 d.C., centrando-se nos sucessores de Herodes e o governo dos procuradores romanos, narrando os começos da revolta judaica em Cesareia e as primeiras atividades em Galileia do próprio Josefo como líder militar. O livro III versa sobre a campanha dos romanos em Galileia até Outono de 67, narrando a chegada à frente de Vespasiano, a tomada de Jotapata e a rendição de Josefo. O livro IV dá conta das últimas atividades dos romanos em Galileia, a tomada de Gamala e a ascensão ao trono de Vespasiano após a morte de Nero no chamado ano dos quatro imperadores (69). Os livros V e VI são os mais destacados da obra, ao narrar o assédio e a queda de Jerusalém (70), e a destruição do Segundo Templo por ordem de Tito, fatos aos quais assistiu o próprio Josefo como testemunha direta. Finalmente, o livro VII é um acréscimo posterior e menos rigoroso, que se centra nas últimas operações militares romanas na Judeia, como a conquista das três últimas fortalezas judaicas rebeldes (o Heródio, Maqueronte e Massada), as honras recebidas pelos Flávios em Roma e as revoltas judaicas do Egito e Cirene.

[197] Josefo menciona na mesma obra a dedicação do Templo da Paz em 75 d.C., bem como, que entregou uma cópia a Vespasiano, morto em 79 d.C.

Homero). Do ático emergiu a "língua comum" (gr. η κοινή διάλεκτος), falada a partir o Período Helenístico. O grego Koinê (de 330 a.C. a 330 d.C.), da qual evoluiu o grego moderno, também se relaciona com o processo de helenização da Judeia ou Período Judaico Helenístico. Nessa região foram construídas várias cidades com arquitetura grega e, as relações socioculturais estabelecidas ao longo de três séculos influenciaram a cultura judaica tanto no âmbito da linguística quanto na literatura. Os textos sagrados dos judeus, por exemplo, foram traduzidos para o grego entre os séculos III e I a.C. Nos séculos seguintes, muitos discursos produzidos para *interlocutores* judeus tiveram como língua matriz o grego Koine, no entanto, parece-nos que a obra 'Guerra dos Judeus, que teve a sua primeira edição em aramaico, posteriormente, foi ampliada em grego ático, pois, se apresenta com um estilo mais clássico do que aquele que caracteriza as produções literárias em grego Koine.

- **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional).
- **Tipo Textual:** Narrativo.
- **Gênero Textual:** Relato Histórico.
- **Comunicação do Texto:** Verbal[198].
- **Processo de Interação:** Circulação de documento escrito.
- **Tipo de Discurso:** Discurso Polêmico.
- **Monofonia/Polifonia:** Polifonia.
- **Conceitos Operacionais do Texto:** Esses conceitos foram listados e explicados nas notas de rodapé da Seleção de Conteúdo.
- **Intertextualidade:** "Das Antiguidades Romanas", de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); "Vida de Augusto", de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); "Eneida", de Virgílio (fim do século I a.C.); "Tratado de Arquitetura", de Vitrúvio (fim do século I a.C.); "A Vida dos Doze Césares", de Suetônio (início do século II d.C.); "História Romana", de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); "História de Roma", Tito Lívio (início do século I d.C.); "História", de Estrabão (início do século I d.C.); "A Vida", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Antiguidades Judaicas", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); "Contra Apion", de Flávio Josefo (fim do século I d.C.) "História da Guerra", Justus of Tiberias, (fim do século I d.C.); "Anais", de Tácito (início do século II d.C.); "História Romana", de Apiano (início do século II d.C.); "História Romana", Dião Cássio (início do século III d.C.).

[198] A linguagem verbal utiliza palavras para estabelecer a comunicação, que são utilizadas tanto na escrita como na oralidade.

- **Contexto Vital:** Fortalecimento das relações de poder entre a casa de Herodes e a *domus* augustina a partir da fundação e urbanização da cidade de Cesareia Marítima. O processo de urbanização de Cesareia se situa em um contexto mais amplo que envolve as relações de clientela e patronato entre romanos e judeus, bem como, as relações socioculturais, políticas comerciais entre o Império Romano e oriente através do mar Mediterrâneo. Herodes pretendia construir um porto que se tornasse mais importante que o de Alexandria, no Egito, e concorresse também com o porto de Pireu, na Ática. Além disso, pretendia minimizar os enfrentamentos populacionais na região através da criação de áreas e paisagens culturais que contribuíssem para troca de elementos socioculturais entre as diversas comunidades multiculturais domiciliadas na cidade.
- **Contexto Histórico-Sociológico:** Paul Spilsbury[199], afirma que frequentemente Flavio Josefo é acusado de ser oportunista e orgulhoso, um traidor com talento para a autopreservação. Spilsbury lembra que relatos como o incidente em Jotapata, na qual Josefo conseguiu sair vivo de um suicídio coletivo e ainda convenceu Vespasiano a preservar sua vida, além de outros relatos que mostram o historiador hebreu se aproveitando de situações de calamidade para obter vantagens pessoais, corroboram para a construção da identidade de Flávio Josefo como traidor e aproveitador. No entendimento de Paul Spilsbury[200], a ênfase de Josefo em relação à piedade de Tito hesitando em destruir Jerusalém, bem como, sua indiferença e insensibilidade ao descrever a procissão dos judeus cativos e a ostentação dos objetos sagrados retirados do templo de Jerusalém durante o triunfo de Vespasiano em Roma, fortalecem a imagem de Flávio Josefo como um mero propagandista da Dinastia Flaviana. Josefo, enquanto historiador da guerra dos judeus contra os romanos teria como principal objetivo aumentar o prestígio dos Flávios na sociedade romana e dar legitimidade aos novos imperadores diante de um público desconfiado. Por isso, houve interesse dos Flávios em patrocinar suas obras. Embora concorde parcialmente com Spilsbury, Tessa Rajak sugere que Josefo concluiu o sétimo livro da obra "Guerra dos

---

[199] SPILSBURY, Paul. Flavius Josephus on the Rise and Fall of the Roman Empire**. Journal Theological Studies**, Oxford, n. 54 (1), p. 1-24, 2003.

[200] SPILSBURY, 2003, Passim.

Judeus" com uma cota de intenso patriotismo judaico querendo, assim, corrigir o desequilíbrio criado por sua descrição excessivamente pró-romana dos Flávios[201].

III. SELEÇÃO DE CONTEÚDO

1

Tema: Ocupação da Judeia pelos romanos.
Localização: Livro I/V/32
Conteúdo:

> Como Hircano o tinha ajudado muito nesse cerco e impedido que uma grande multidão de judeus se declarasse contra os romanos, em favor de Aristóbulo, ele o confirmou no cargo de sumo sacerdote, e pelo proceder digno de um homem, constituído em tão grande autoridade, em vez de empregar a força para se fazer temer, ele ganhou, pela mansidão e pela bondade, o coração e o afeto do povo. O sogro de Aristóbulo, que era também seu tio, estava entre os prisioneiros. **Pompeu mandou cortar a cabeça aos que haviam sido os principais autores da revolta, deu a Cornélio Fausto e aos outros que se haviam distinguido nesta guerra as recompensas mais gloriosas que um valor extraordinário pode merecer; impôs um tributo a Jerusalém e a toda a província, tirou as cidades dos judeus, que eles haviam tomado na baixa Síria, colocou-as, como as cidades gregas, sob a jurisdição do governador, que as presidia, pelos romanos, naquela província e estabeleceu assim a Judeia, em seus limites.** Restabeleceu em favor de Demétrio, um de seus libertos, a cidade de Gadara, de onde ele tinha sua origem e que os judeus tinham destruído. **Quanto às cidades de Hipom, Citópolis, Pella, Samaria, Marissa, Azoto, Jamnia e Aretusa, que estão no meio das terras e que eles não haviam tido a oportunidade de destruir, como também as de Gaza, Jope, Dora e a Torre de Estratão, depois chamada Cesareia, pelo rei Herodes, que a construiu riquissimamente e que todas estão situadas à beira-mar, ele as tirou aos judeus, para entregá-las aos seus habitantes e as anexou à Síria.**

Objetivo: Comprovar que a ocupação da Judeia em 63 a.C. ocorreu devido a disputa política entre Hircano e Aristóbulo pelo cargo de sumo sacerdote que, or sua vez, centralizava os poderes político e religioso na região. O resultado dessa disputa foi a perda do domínio político sobre as cidades anexadas a Judeia durante a dinastia dos asmoneus, bem como, a anexação da Judeia a Roma sob a administração da Síria. Essa situação permanecerá inalterada até o início do reinado de Herodes.

2

Tema: Localização da cidade.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> **Quando fazia a visita às cidades marítimas, viu que a torre de Estratão estava em ruínas, tão antiga ela era; mas sua posição a tornava capaz de receber todo o embelezamento que sua magnificência lhe quisera dar**; por isso, não somente a mandou restaurar com pedras muitos brancas, mas **ali construiu um soberbo palácio**,

[201] RAJAK, 1983, apud SPILSBURY, 2003, p. 24.

> mostrando naquela obra mais que em qualquer outra, o quanto sua alma era grande e elevada.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação da cidade de Cesareia Marítima – a escolha do terreno e início do processo de urbanização.

3

Tema: Localização da cidade.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> **Essa cidade está situada entre Dora e Jope, numa costa assaz desprovida de portos; os que querem ir da Fenícia ao Egito são obrigados a passar pelo alto mar**, tanto temem o vento, chamado Áfrico, o qual, ainda que sopre levemente, levanta e impele vagas tão grandes contra os rochedos que as aumentam ainda mais, revolvendo a agitação do mar, durante certo tempo. Mas este rei tão magnífico tornou-se, por seus cuidados, por suas liberalidades e por seu amor à glória, vencedor da mesma natureza; **ele construiu, contra todos os obstáculos, um porto mais espaçoso do que o de Pireu, no qual os maiores navios podiam estar em segurança, contra todos os perigos das tempestades e cuja construção era tão perfeita, que se poderia pensar nenhuma dificuldade se encontrou na realização daquela obra.**

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação da cidade de Cesareia Marítima – a escolha do terreno e verificação da utilidade do porto.

4

Tema: Construção do porto artificial.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> **Depois que ele mandou tomar as medidas da extensão do porto, como o mar tinha naquele lugar vinte braças de profundidade, mandou enchê-lo com pedras de tamanho descomunal, das quais a maior parte tinha cinquenta pés de comprimento, dez de largura e nove de altura.** Havia mesmo ainda outras maiores, e assim ele o fez até a flor d'água. A metade dessa mole, que tinha duzentos pés de largura, servia para quebrar a violência das vagas; **construiu-se sobre a outra metade um muro fortificado com torres**, à maior e à mais bela das quais Herodes deu o nome de Druso, filho da imperatriz Lívia, mulher de Augusto.

Objetivo: Descrever o processo de construção de Cesareia Marítima - utilidade do porto, travamento dos alicerces, edificação de muralhas e torres.

5

Tema: Distribuição das ruas e escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> Havia dentro do porto **grandes armazéns vazios** para receber qualquer mercadoria e diversos outros pórticos em arcadas, para alojar os marinheiros. Uma descida muito suave, e que podia servir de **belo passeio**, rodeava todo o porto, cuja entrada estava em frente dos ventos do inverno, que, naquele lugar, é o mais favorável de todos os

> ventos. Dos dois lados dessa entrada, estavam **três colossos, apoiados em pilastras; os que estavam à esquerda, eram sustentados por uma torre muita forte e os da direita por duas colunas de pedra, tão grandes que sobrepujavam a altura da torre.** Viam-se nas cercanias do porto **uma fileira de casas construídas de uma pedra muito branca e ruas igualmente distantes umas das outras, que iam da cidade ao porto.**

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.

6

Tema: Distribuição das ruas e escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> **Construiu-se também sobre uma colina que está em frente à entrada desse porto um Templo a Augusto, de tamanho e de beleza extraordinários.** Lá se via uma estátua desse ilustre imperador do tamanho da de Júpiter Olímpico, sobre cujo modelo tinha sido feita, e uma outra de Roma, semelhante à de Juno de Argos.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.

7

Tema: Distribuição das ruas e escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> Herodes, construindo esta cidade, queria a utilidade da Província; edificando esse soberbo porto, a comodidade e a segurança do comércio; num e noutro, bem como nesse Templo tão magnífico, a glória de Augusto, em honra do qual ele deu o nome de Cesareia a essa nova e admirável cidade. **E, para que absolutamente nada faltasse, do que a poderia tornar digna de nome tão célebre, ele acrescentou a tantas e tão grandes obras, um mercado, o mais belo do mundo, um teatro e um anfiteatro, que não era inferior a tudo o mais.**

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns, bem como, o embelezamento da cidade.

8

Tema: Vínculo identitário com a cidade.
Localização: Livro I/XVI/85
Conteúdo:

> **Determinou, em seguida, jogos e espetáculos que se deviam realizar de cinco em cinco anos, em honra de Augusto**; e ele mesmo fez-lhe a abertura na centésima nonagésima segunda Olimpíada. Prometeu grandes prêmios não somente aos que saíssem vencedores nesses jogos de exercícios, mas também, aos segundos e aos terceiros colocados.

Objetivo: Demonstrar que Herodes incentivou as realaoes socioculturais na cidade e contribuiu para a construção de uma memória a partir dos jogos, transformando a cidade em um monumento.

9

Tema: Utilização da cidade como sede administrativa.
Localização: Livro II/XIV/160
Conteúdo:

> Pilatos foi mandado por Tibério, como governador da Judeia; dias depois, à noite, fez entrar em Jerusalém umas bandeiras onde estava o retrato do imperador. Os judeus ficaram tão atônitos e irritados com isso que surgiu, três dias depois, uma grande agitação, porque eles consideravam aquele ato uma violação de suas leis, as quais proíbem expressamente em suas cidades figuras de homens e de animais. **O povo dos campos veio também de todos os lugares a Jerusalém e todos foram em grandíssimo número procurar Pilatos, em Cesareia, para pedir-lhe que mandasse retirar da cidade aquelas bandeiras e lhes conservasse seus privilégios.** Ele respondeu que não podia fazê-lo e os judeus então lançaram-se por terra, em redor de sua casa, e assim ficaram durante cinco dias e cinco noites. **No sexto dia Pilatos compareceu ao tribunal que mandara erguer expressamente para os exercícios públicos** e fez vir aquela grande multidão, como para atendê-la, mas a enganou, ordenando que os soldados a rodeassem de todos os lados. Pode-se imaginar o terror que tal ato causou. Pilatos disse-lhe que a mandaria matar, se se negasse a receber aquelas bandeiras e ordenou aos soldados que puxassem das espadas. A estas palavras todos os judeus lançaram-se por terra, como tinha combinado antes, e apresentaram-lhes a garganta, dizendo que preferiam ser mortos a consentir na violação de suas santas leis. Tal firmeza e zelo tão ardente pela religião causaram grande admiração a Pilatos; ele ordenou no mesmo instante que levassem as bandeiras para fora de Jerusalém.

Objetivo: Demonstrar que posteriormente a cidade de Cesareia Marítima foi adotada como sede administrativa romana na Judeia.

10

Tema: Enfrentamentos na cidade.
Localização: Livro II/XXIII/181-182
Conteúdo:

> Depois de tantas agitações reprimidas sempre, parecia que a Judeia iria gozar de algum descanso. Mas, como acontece num corpo, em que todas as suas partes estão corrompidas e um membro não está curado de um mal que logo outro, em seguida, é também atacado, alguns mágicos e ladrões uniram-se, e exortaram o povo a sacudir o jugo dos romanos, ameaçando matar os que continuassem a querer suportar tão vergonhosa servidão. Dirigiram-se todos para o país, saquearam as casas dos ricos, mataram-nos, incendiaram as aldeias e fizeram que a desolação e a tristeza campeassem por toda a parte, enchendo a Judeia de luto e de dor**. Estando as coisas neste pé, surgiu um grande litígio em Cesareia, entre os judeus e os sírios que lá habitavam. Os judeus afirmavam que aquela cidade lhes pertencia, porque Herodes, que era seu rei, a tinha construído. Os sírios diziam, ao contrário, que ainda que ele fosse seu fundador, ela não podia deixar de ser cidade grega, porque, se sua intenção era que ela pertencesse aos judeus, ele não teria mandado construir Templos nem teria levantado estátuas.** Esta divergência acirrou de tal sorte os ânimos, que eles tomaram as armas e não se passava um só dia sem que os mais exaltados, de ambas as partes, não se atracassem, porque a prudência dos anciãos judeus não era capaz de os conter e os sírios não queriam ser inferiores. **Os judeus**

> **eram mais ricos e mais valentes que os outros. Mas os sírios confiavam no auxílio dos soldados, porque uma parte das tropas romanas, tendo sido formada na Síria, tinha entre eles um grande número de parentes, sempre prontos a ajudá-los.** Os oficiais, que os comandavam, fizeram todo o possível para acalmar o tumulto e mandaram mesmo vergastar e prender os mais exaltados. Mas esse castigo, em vez de assustá-los, irritou-os ainda mais. Félix encontrou-os em luta, quando passava pelo mercado; ordenou aos judeus, que levavam vantagem, que se retirassem e, como estes não obedeceram, mandou vir seus soldados que mataram a muitos ali mesmo e saquearam-nos, e apoderaram-se de seus bens. Esse governador vendo que a dissidência continuava, sempre com a mesma intensidade, mandou a Nero alguns dos principais, dos dois partidos, para defenderem seus direitos perante ele.

Objetivo: Apresentar a cidade de Cesareia Marítima como local de enfrentamentos entre judeus, sírios e romanos, bem como, o local de origem da guerra dos judeus contra os romanos.

11

Tema: Enfrentamentos na cidade.
Localização: Livro II/XXIV/187
Conteúdo:

> **Nesse mesmo tempo os gregos de Cesareia ganharam a causa perante Nero contra os judeus, e obtiveram um decreto a seu favor, dando motivo à guerra**, que começou no mês de maio, no décimo segundo ano do reinado daquele imperador e no décimo sétimo do de Agripa

Objetivo: Apresentar a cidade de Cesareia Marítima como local de enfrentamentos entre judeus, sírios e romanos, bem como, o local de origem da guerra dos judeus contra os romanos.

12

Tema: Enfrentamentos na cidade.
Localização: Livro II/XXV/188
Conteúdo:

> Por maiores que fossem os males que a tirania de Floro causava à nossa nação, ela os sofria sem se revoltar. **Mas o que aconteceu em Cesareia foi como uma centelha que acendeu o fogo da guerra.** Os judeus dessa cidade haviam rogado muitas vezes a um grego, que tinha um terreno perto de sua sinagoga, que o vendesse com a proposta de pagar-lhe muito bem, mais do que valia; ele não somente não se contentou em recusá-lo, mas também resolveu, para aborrecê-los ainda mais, mandar construir neste terreno uns armazéns e deixar assim uma passagem muito estreita para se ir à sinagoga. Alguns jovens judeus, levados pela raiva, quiseram impedir que os operários continuassem a obra, mas Floro não permitiu que o fizessem. Então os principais deles, no número dos quais estava João, que recebia as rendas do imperador, deram oito talentos a Floro, para fazer cessar essa obra. Ele prometeu-lhes, mas em vez de manter a promessa, apenas recebeu o dinheiro e partiu para Cesareia, de onde foi a Sebaste, como se tivesse vendido aos judeus àquele preço o meio e a oportunidade que ele lhes dava de pegar em armas. **No dia seguinte, que era sábado, os judeus estavam na Sinagoga; um rebelde grego, de Cesareia, pôs, de propósito, na entrada, antes que eles saíssem, um vaso de terra e ali imolava aves, em sacrifício. Não se pode imaginar até que ponto isto irritou os judeus, porque o consideravam como um ultraje às suas leis e à Sinagoga, que julgavam profanada com aqueles sacrifícios. Os mais moderados e os mais sensatos eram de opinião de que se devia ir falar com os magistrados, para pedir-lhes justiça. Mas os mais jovens e os mais violentos, não podendo conter a cólera, queriam pegar em armas e os gregos, que tinham sido os autores do fato e que não lhes eram inferiores em ousadia, nada mais desejavam do que isso. Assim, mui depressa se preparou a luta.** Jucundus,

> comandante de uma companhia de cavalaria, que lá tinha ficado para impedir qualquer desordem, mandou retirar aquele vaso e procurou acalmar a agitação; mas não pôde resistir ao grande número de gregos e então os judeus tomaram os livros de suas leis e se retiraram para Narbate, longe de Cesareia sessenta estádios apenas. Doze dos principais foram com João procurar Floro, em Sebaste, para se queixar do que havia acontecido e implorar o seu auxílio, falando outrossim dos oito talentos; mas em vez de ele lhes fazer justiça, mandou pô-los numa prisão, tomando como pretexto que eles tinham violado suas leis.

Objetivo: Apresentar a cidade de Cesareia Marítima como local de enfrentamentos entre judeus e gregos, bem como, o local de origem da guerra dos judeus contra os romanos.

13

Tema: Corrupção romana.
Localização: Livro II/XXV/190
Conteúdo:

> Um descontentamento tão geral em vez de dar a Floro motivo de temor e de receio, principalmente quanto à sua ambição, aumentou-lhe o desejo de enriquecer ainda mais, e **bem longe de ir a Cesareia, para fazer cessar a causa da perturbação e esmagar as sementes de uma guerra prestes a se declarar**, como seria particularmente sua obrigação, além de dever do seu cargo, pelo dinheiro que tinha recebido, marchou com tropas de cavalaria e de infantaria para Jerusalém, para empregar as armas romanas contra aqueles dos quais queria se vingar e, com suas ameaças, encheu toda a cidade de temor e de receio.

Objetivo: Demonstrar que o favorecimento romano a corrupção e a omissão dos governantes contribuíram fortemente para a eclosão da guerra.

14

Tema: Mortes de judeus.
Localização: Livro II/XXXIII/209
Conteúdo:

> Aconteceu, com a permissão da providência de Deus, que, **naquele mesmo dia e na mesma hora, os de Cesareia atacaram os judeus, e dos vinte mil que moravam naquela cidade, não escapou um só, porque Floro mandou perseguir os fugitivos e prendê-los.** Tão grande morticínio excitou tal furor à nação judaica, que eles devastaram todas as cidades e aldeias na fronteira da Síria, a saber: Filadélfia, Gebonite, Gerasa, Pella e Citópolis; tomaram de assalto Gadara, Hipoim, Gaulanite, destruíram umas, incendiaram outras e avançaram até Cedasa, que pertence aos tirios, Ptolemaida, Gaba, Cesareia, sem que Sebaste e Ascalom fossem capazes de os deter. Incendiaram-na e destruíram Antedom e Gaza. Saquearam também várias aldeias da fronteira e mataram a todos os que puderam apanhar.

Objetivo: Justificar a revolta dos judeus contra os romanos a partir do assassinato em massa na cidade de Cesareia.

15

Tema: Situação da Síria.
Localização: Livro II/XXXIII/210
Conteúdo:

> **Os sírios, por seu lado, não causavam menor prejuízo às terras dos judeus e não matavam menos do que eles, massacrando todos os que se encontravam em suas cidades, quer pelo antigo ódio que lhes tinham, quer para tonar o perigo menor para si mesmos, diminuindo o número dos inimigos.** A Síria por esse motivo ficou em estado deplorável; todas as cidades estavam expostas às desordens e às violências dos vários exércitos e por isso todos procuravam a salvação, derramando rios de sangue. Os dias passavam-se nesses atos tão desumanos, que as leis da guerra autorizam; o temor e o horror tornavam a noite ainda mais terrível que o dia. Embora parecesse que os sírios visassem expulsar os judeus, não podiam deixar de suspeitar das nações que tinham abraçado sua religião, mas não ousavam, entretanto, por uma simples suspeita, tratá-las como inimigas. Por outro lado, a ambição tornava cruéis de ambos os lados àqueles mesmos que antes pareciam os mais moderados, porque eles consideravam como despojos e presas, que a vitória tornava legítimos, os bens daqueles que matavam; e assim os mais valentes se enriqueciam cada vez mais por estes meios tão odiosos e bárbaros. Viam-se, com horror, as cidades cheias de cadáveres de velhos, crianças e mulheres, nus e sem sepulturas. Por toda a parte, inacreditável miséria; e outras, ainda maiores, se temiam.

Objetivo: Evidenciar que a Síria se encontrava era resultado da disputa e perseguição de judeus.

16

Tema: Guerra.
Localização: Livro III/V/241
Conteúdo:

> Entretanto, Tito, com as tropas que tinha levado de Alexandria, dirigiu-se a Ptolemaida, para junto de Vespasiano, seu pai, mais depressa do que se teria imaginado e que o inverno lhe teria permitido. Uniu assim, à décima quinta legião, a quinta e a décima, compostas dos melhores soldados do império e que eram seguidas de dezoito coortes **fortalecidas ainda com cinco outras e com seis companhias de cavalaria, vindas de Cesareia, cinco das quais eram de sírios.** Dez dessas coortes, ou regimentos, tinham cada uma mil soldados de infantaria e as outras, seiscentos e treze, além de cento e vinte cavaleiros. Os príncipes aliados fortaleceram ainda mais esse exército, pois os reis Antioco, Agripa e Soheme mandaram cada qual dois mil soldados de infantaria; Malco, rei da Arábia, mandou mil cavaleiros e cinco mil soldados de infantaria, dos quais a maior parte também estava armada de arcos e flechas. Todas essas tropas unidas faziam mais ou menos sessenta mil homens, sem contar os empregados, os servidores que eram em mui grande número e que tendo passado toda a vida nos perigos da guerra e assistido a todos os exercícios que se faziam durante a paz não eram inferiores aos seus amos, em coragem e perícia.

Objetivo: Descrever o poderio militar romano e evidenciar que havia quartéis e legiões domiciliadas na cidade de Cesareia.

17

Tema: Descrição da cidade.
Localização: Livro III/XXVIII/273
Conteúdo:

> A quatro de julho, Vespasiano voltou a Ptolemaida e, marchando ao longo da costa marítima, **dirigiu-se a Cesareia, que é a maior das cidades da Judeia. Como a maior parte dos habitantes eram gregos, receberam-no muito bem, com seu exército, quer pelo afeto para com os romanos, quer pelo ódio para com os judeus.** Era este tão grande, que lhe pediram, com grandes exclamações, que mandassem matar Josefo. Mas aquele sábio general, considerando tais clamores como efeito da paixão de uma multidão confusa, não lhes deu importância alguma. **Colocou somente duas legiões em quartéis de inverno, naquela cidade, onde podiam ficar comodamente, porque o ar é temperado durante o inverno, e o calor é excessivo durante o verão, porque ela está situada numa planície à beira-mar;** e para não sobrecarregá-la com o alojamento de tantos soldados, ele mandou a Citópolis a quinta e a décima segunda legiões.

Objetivo: Apresentar a cidade de Cesareia Marítima como um local favorável para o estacionamento das tropas romanas devido as rivalidades entre judeus e gregos na cidade.

18

Tema: Sacrificio de judeus.
Localização: Livro VII/VIII/508-509
Conteúdo:

> **O grande príncipe comemorou nesse mesmo lugar, em Cesareia, o dia natalício de Domiciano, seu irmão, com grandes demonstrações de regozijo e à custa da vida de mais de dois mil e quinhentos judeus, que tinham sido julgados dignos de morte. Uma parte foi queimada, o restante, obrigado a combater ou contra animais ferozes, ou uns contra os outros, como gladiadores.** Por mais que parecesse desumano fazer esse povo perecer, dessas diversas maneiras, os romanos estavam persuadidos de que seus crimes mereciam um castigo ainda muito maior. Tito foi de Cesareia a Berita, cidade da Fenícia e colônia dos romanos. Lá ficou muito tempo e quis celebrar com magnificência ainda maior o dia natalício do imperador, seu pai. **Nos tantos divertimentos e espetáculos que ele deu ao povo, pereceram também judeus da mesma maneira de como acabo de falar.**

Objetivo: Esclarecer que os judeus mortos por Tito foram julgados e condenados or seus atos criminosos.

19

Tema: Discurso em Massada.
Localização: Livro VII/XXXIV/538
Conteúdo:

> Quando os judeus que moravam em Cesareia e que não somente não haviam tido o pensamento de se revoltar, foram mortos, com suas esposas e filhos, sem se defender quando se ocupavam unicamente em celebrar o sábado, foram talvez os romanos que os massacraram, tão cruelmente, eles, que nos trataram como inimigos somente depois que tomamos as armas? **Se dissermos que os habitantes de Cesareia foram obrigados a degolar os judeus, pelo antigo ódio que lhes votavam, que diremos dos de Citópolis, que poupando aos romanos, não temem fazer-nos guerra, para agradar aos gregos e assassinando os nossos, com todas as suas famílias, assim nos recompensaram o auxílio que lhes havíamos dado e nos fizeram sofrer o que**

> **nós mesmos havíamos impedido que eles sofressem?** Eu seria demasiado longo se quisesse referir todos os exemplo semelhantes. Não sabeis que não há uma só cidade da Síria que nos não tenha tratado do mesmo modo e que não nos odeie ainda mais do que os romanos? Os de Damasco, sem poder alegar pretexto algum, não mataram dezoito mil dos nossos, com suas mulheres e filhos e não se nos garante que mais de sessenta mil foram de diferentes maneiras torturados no Egito? A isto, se se responder que foi, porque eles não puderam num país estrangeiro encontrar auxílio algum, contra seus perseguidores, que diremos dos nossos que fizeram guerra aos romanos, no nosso próprio país? Que nos faltava para esperarmos vencê-los? Não tínhamos armas, cidades mui fortificadas, castelos e fortalezas, que pareciam inexpugnáveis, uma resolução decidida de não temer perigo algum, para conservarmos nossa liberdade e enfim, tudo o que nos podia pôr em condições de resistir? Mas, durante quanto tempo isso nos valeu? Aquelas praças, nas quais depositávamos nossa principal confiança, não foram todas elas tomadas e em vez de servir de refúgio seguro para aqueles que tanto tinham trabalhado em construí-las e fortificá-las, não parece que o foram apenas para tornar a vitória dos romanos ainda mais brilhante?

Objetivo: Apresentar o discurso de Eleazar em Massada.

Obs: As demais citações da cidade de Cesareia nesta obra ou se referem a deslocamento geográfico ou a Cesareia de Filipe.

APÊNDICE D - Análise de conteúdo da obra “Tratado de Arquitetura” de Vitrúvio (Livros I, II, III, IV, V, VI E VIII)[202]

I. PROCESSO DE DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

- **Autor:** Marcus Vitruvius Pollio (80-15 a.C.).
- **Obra[203]:** Tratado de Arquitetura (Livros I, II, III, IV, V, VI e VIII).
- **Período de Produção:** Século I a.C., aproximadamente de 27 a 16 a.C.
- **Região de Produção:** Península Itálica, Roma.
- **Gênero do Discurso (público/privado):** Privado, direcionado ao Imperador Octavius Caesar Augustus, atuando como um manual de arquitetura.

II. ANÁLISE DO TEXTO

- **Manifestação da Língua:** Latim Clássico.
- **Propriedades da Linguagem:** Latim Clássico (*sermo urbanus*, lit. "fala urbana") é o nome dado à variante do latim usada pelos antigos romanos naquela que é considerada a literatura latina "clássica". Seu uso perdurou por toda a chamada Era de Ouro da literatura latina (aproximadamente entre o século I a.C. e o século I d.C.), e possivelmente chegou até a Era de Prata (séculos I e II). Nesse período, coexistiam duas modalidades do latim: o *sermo cultus* (ou "língua culta") e o *sermo vulgaris* ("língua vulgar"); sendo o primeiro a modalidade utilizada na urbe e geralmente por pessoas escolarizadas e o segundo utilizado por camponeses, soldados e até por camadas superiores, mas no seio familiar. O "latim clássico" era, na realidade, uma língua literária escrita de maneira altamente estilizada e polida, construída de maneira seletiva e intencional a partir do latim antigo (do qual restaram algumas poucas obras escritas). Ele é diferente da primeira literatura latina, como a de Catão, o Velho, Plauto e, até certo ponto, Lucrécio, de diversas maneiras. E começou a divergir do latim antigo quando as antigas terminações da segunda declinação, *-om* e (nominativo singular) *-os*, passaram para as formas *-um* e *-us*, e algumas mudanças semânticas também ocorreram no léxico

---

[202] Este procedimento é parte de uma sistematização metodológica de pesquisa voltada às áreas de Ciências Humanas, Sociais, Filosofia e Letras, desenvolvida pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de janeiro (NEA-UERJ), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Regina Candido, coordenadora do NEA-UERJ, fundamentado na obra “Semiótica e Ciências Sociais” de A. J. Greimas (1981). Referência Bibligráfica: CANDIDO, Maria Regina [et al.]. Novas perspectivas sobre Aplicação Metodológica em História Antiga. In: ROSA, Claudia B. A Busca do Antigo. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010, pp. 13-24.

[203] VITRUVIUS POLLIO. Tratado de arquitetura/ Vitrúvio; tradução, introdução e notas M. Justino Maciel. São paulo: Martins, 2007.

(por exemplo, forte não significava mais apenas "surpreendentemente", mas também "duro").

- **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional).
- **Tipo Textual:** Injuntivo.
- **Gênero Textual:** Tratado[204].
- **Comunicação do Texto:** Verbal[205].
- **Processo de Interação:** Circulação de documento escrito entre Vitrúvio e o imperador Octavius Caesar Augustus.
- **Tipo de Discurso:** Discurso urbanístico (com modo de funcionamento polêmico).
- **Monofonia/Polifonia:** Polifonia.
- **Conceitos Operacionais do Texto:** Esses conceitos foram listados e explicados nas notas de rodapé da Seleção de Conteúdo.
- **Intertextualidade:** Embora Vitrúvio faça inferência a vários tratados de arquitetura produzidos no século II e I a.C., nenhuma dessas obras chegou à posteridade[206]. No entanto, como a introdução (Pr) de cada livro faz referência ao século de Augustus, podemos citar algumas obras que tratam do mesmo recorte historiográfico: “Das Antiguidades Romanas”, de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); “Vida de Augusto”, de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); “Res Gestae Divi Augusti”, Augustus (início do século I d.C.); “Eneida”, de Virgílio (fim do século I a.C.); “Tratado de Arquitetura”, de Vitrúvio (fim do século I a.C.); “A Vida dos Doze Césares”, de Suetônio (início do século II d.C.); “História Romana”, de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); “História de Roma”, Tito Lívio (início do século I d.C.); “História”, de

[204] Se trata de um texto literário didático que expõe ideias, críticas e reflexões morais e filosóficas a respeito de certo tema. Diferentemente do Ensaio, o Tratado é mais formal e inflexível; e consiste na declamação objetiva e integral de um assunto específico. Através de diferentes seções, o tratado usa o texto expositivo para abordar um público especializado que pretende aumentar seus conhecimentos sobre o assunto em questão. Logo, ele inclui uma grande quantidade de dados precisos, como definições, datas ou magnitudes, muitas vezes incluídas como nota de rodapé, de modo a não obstruir a leitura e a compreensão do texto. Geralmente, o tratado se divide em várias seções que ajudam a organizá-lo de forma correlativa e lógica, assim como no caso do romance os diferentes eventos são agrupados em capítulos. Além disso, o autor escreve na terceira pessoa e sempre se refere ao mesmo público, que tem certa noção do assunto ou está familiarizado com alguns conceitos que são explicados no texto.

[205] A linguagem verbal utiliza palavras para estabelecer a comunicação, que são utilizadas tanto na escrita como na oralidade.

[206] A obra vitruviana “Tratado de Arquitetura” se trata do único documento textual do gênero que conseguiu ultrapassar as fronteiras espaço/temporais da Antiguidade, sobrevivendo ao tempo e espaço. Ela foi interpretada, testada e aplicada por renascentistas, pintores, escultores e arquitetos de diversas temporalidades, como: Leon Battista Alberti, Raffaello Sanzio, Andrea di Pietro della Gondola (Palladio), Sebastiano Serlio, Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni e Giacomo Barozzi da Vignola. A obra de Vitrúvio também influenciou a arquitetura dos séculos XVIII e XIX e, assim, nos permite ainda hoje dialogar com as técnicas e teorias arquitetônicas utilizadas pelas sociedades mediterrâneas do mundo antigo.

Estrabão (início do século I d.C.); “Guerra dos Judeus”, de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); “Antiguidades Judaicas”, de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); “Anais”, de Tácito (início do século II d.C.); “História Romana”, de Apiano (início do século II d.C.); “História Romana”, Dião Cássio (início do século III d.C.).

- **Contexto Social:** A análise preliminar dos preâmbulos dos dez livros do “Tratado de Arquitetura” evidencia as condições de produção do discurso vitruviano. Apesar de viver a crise republicana do século I a.C., e ter lutado ao lado de Júlio Cesar, Vitrúvio escreve sua obra durante a ascensão do principado de Otaviano e participa do momento histórico em que Octavius Caesar Augustus está construindo as bases socioculturais do Império Romano através das leis, religião, arquitetura e literatura. A ideologia de Augustus em breve dominaria o mundo, a sociedade, as artes e estabeleceria um modelo para todo período imperial. Vitrúvio escreveu o seu tratado no mesmo século em que Mecenas patrocinava as sátiras e poemas de Horácio, a elegia de Propércio e as obras de Virgílio que, produziu a “Eneida”. Entretanto, diferentemente desses autores, no “Tratado de Arquitetura”, Vitrúvio se ocupa com uma produção mais técnica que literária. Pode-se dizer que, o arquiteto romano, fornece-nos o “primeiro manual conjunto de urbanismo, construção, decoração e engenharia” (MACIEL apud VITRÚVIO, 2007, p.31). Todavia, Vitrúvio também figura como um literato, filósofo, historiador da arte e “[...] até teórico de uma deontologia, sublinhando direta ou indiretamente as virtudes romanas, tais como *autorictas, dignitas, fides, gloria, grauitas, honor, humanitas, labor, mos maiorum, otium cum dignitate, pietas, sapientia* e *virtus,* cuja percepção na arte do século de Augusto, e não só, é de grande significado” (MACIEL apud VITRÚVIO, 2007, p.31).

III. SELEÇÃO DE CONTEÚDO

1

Tema: O processo de urbanização e embelezamento da cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/Pr/1-2.
Conteúdo:

> Havendo a tua divina mente e a tua grandeza, ó Imperador César, submetido o mundo com Império, prostrados com força invicta todos os inimigos, tendo-se gloriado os cidadãos com tua vitória e triunfo, dependendo do teu gesto todos os povos submetidos e sendo governados o Povo e o Senado romanos, livres de temor, pelos teus preciosíssimos pensamentos e conselhos, não ousarei, no meio de tantas ocupações, apresentar-te um Tratado de Arquitetura, escrito e concluído depois de

> profundas reflexões, temendo encontrar desagrado no teu espírito, perturbando em tempo inoportuno. Tendo, porém, notado que não apenas te preocupas com a vida comum de todos e com a ordem do Estado, mas igualmente te empenhas com a oportunidade dos edifícios públicos, porque a Cidade não foi apenas engrandecida, através de ti, com as províncias, mas também a dignidade do Império foi sublinhada pela egrégia autoridade dos edifícios públicos, julguei que não deveria adiar, mas bem pelo contrário, deveria te apresentar, quanto antes, estes escritos sobre estas coisas [...]

Objetivo: Apresentar o primeiro *elemento desencadeador* da obra de Vitrúvio, ou seja, o processo de urbanização e embelezamento da cidade iniciado por Augustus.

2

Tema: As relações sociais entre Vitrúvio e a família de Augustus.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/Pr/2.
Conteúdo:

> [...] até porque eu já fora primeiramente reconhecido sobre estes assuntos por teu pai [Gaius Iulius Caesar], cuja virtude sempre venerei. Como, porém, os deuses o colocaram nos assentos da imortalidade e transferiram para o teu poder o seu império, continuando viva a minha afeição pela sua memória, manteve-se em ti o mesmo favor. E assim, com M. Aurélio, P. Minídio e Gn. Cornélio, estive ao serviço na preparação de *ballistae*[207] e de *scorpiones*[208], bem como na reparação das restantes máquinas de guerra, e com eles recebi os salários que, tendo-me tu [Octavius Caesar Augustus] inicialmente concedido o cargo, me mantiveste por recomendação de tua irmã [Octavia Iulius Thurinus Minor].

Objetivo: Apresentar o segundo *elemento desencadeador* da obra de Vitrúvio: as relações sociais estabelecidas entre Vitrúvio e a família de Augustus.

3

Tema: O plano urbanístico como meio para construção e preservação da memória do principado.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/Pr/3.
Conteúdo:

> Como, pois, eu estivesse obrigado por esse benefício, sem receio da pobreza no fim da vida, comecei a escrever estas coisas para ti, porque verifiquei que edificaste e edificas no momento presente muitos monumentos e no futuro te preocuparás com os edifícios públicos e privados, para que sejam entregues à memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis [...].

Objetivo: Apresentar o terceiro *elemento desencadeador* da obra de Vitrúvio: a preservação da memória do principado de Augustus através dos edifícios e monumentos urbanísticos.

4

Tema: A necessidade de fiscalização das obras de urbanização e embelazamento por parte do imperador.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/Pr/3.
Conteúdo:

---

[207] Máquinas de arremesso de pedras.
[208] Máquinas de arremesso de flechas ou virotões. Sinônimo de *catapultae*.

> [...] Redigi normas pormenorizadas, de modo que, tendo-as presentes, possas por ti ter o conhecimento perante as obras já construídas ou futuras, quaisquer que sejam. Com efeito, nestes livros expliquei todos os preceitos da arquitetura.

Objetivo: Apresentar o quarto *elemento desencadeador* da obra de Vitrúvio: a possibilidade de Augustus fiscalizar as obras de urbanização da cidade a partir dos conhecimentos listados no Tratado de Arquitetura.

5

Tema: A relação entre *fabrica* e *ratiocinatio* no trabalho do *architectus*
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/1-2.
Conteúdo:

> (1) A ciência do arquiteto[209] é ornada de muitas disciplinas e de vários saberes, estando a sua dinâmica presente em todas as obras oriundas das restantes artes. Nasce da prática[210] e da teoria[211]. A prática consiste na preparação contínua e exercitada da experiência, a qual se consegue manualmente a partir da matéria, qualquer que seja a obra de estilo cuja execução se pretende. Por sua vez, a teoria é aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas trabalhadas proporcionalmente ao engenho e à racionalidade.
> (2) Por isso, os arquitetos que exerceram sem uma formação teórica mas apenas com base na experiência das suas mãos não puderam realizar-se a ponto de lhes reconhecerem a autoridade pelos seus trabalhos; também aqueles que se basearam somente nas teorias e nas letras foram considerados como perseguindo a sombra e não a realidade. Todavia, os que se aplicaram numa e noutra coisa, como protegidos por todas as armas, atingiram mais depressa, com prestígio a que se propuseram.

Objetivo: Definir o verdadeiro arquiteto a partir da multiplicidade de disciplinas e saberes que emergem da conjugação entre prática e teoria. Essa relação, segundo Vitrúvio, resultará em sucesso e prestígio para ele.

6

Tema: Os atributos e os saberes de um arquiteto.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/3
Conteúdo:

> [...] Parece que aquele que deseja ser arquiteto deverá se exercitar numa [o que é significado][212] e noutra parte [o que significa][213]. Convém que ele seja engenhoso e hábil para a disciplina; de fato, nem o engenho sem a disciplina nem esta sem aquele podem criar um artista[214] perfeito. Deverá ser versado na literatura, perito no desenho gráfico, erudito em geometria, deverá conhecer muitas narrativas e fatos históricos. Ouvir diligentemente os filósofos, saber música, não ser ignorante de medicina, conhecer decisões dos jurisconsultos, ter conhecimento da astronomia e das orientações da abóbada celeste.

Objetivo: Apresentar os atributos e os saberes do verdadeiro arquiteto.

7

---

[209] *Architectus* significa, na sua origem, "carpinteiro principal" (tekton significa, em grego, "carpinteiro").
[210] *Fabrica*, entendida como "prática", exercício real ou experimental da arquitetura.
[211] *Ratiocinatio*: teoria como fundamento epistemológico da arquitetura.
[212] Grifo meu.
[213] Grifo meu.
[214] No caso presente, *artifex* é o arquiteto. Vitrúvio usa também o termo *faber*, quando se trata de operário que trabalha manualmente numa arte específica, como carpintaria, cantaria, metais, etc.

Tema: As contribuições da literatura, desenho, geometria (traçado, óptica) e aritmética (cálculos) para o trabalho do arquiteto.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/4
Conteúdo:

> Convém que o arquiteto conheça a arte literária, para que possa deixar uma marca mais forte através de seus escritos. Também deverá ser instruído na ciência do desenho, a fim de que disponha da capacidade de mais facilmente representar a forma que deseja para as suas obras, através de modelos[215] pintados. A geometria, por sua vez, proporciona à arquitetura muitos recursos. Em primeiro lugar, logo a seguir às linhas retas, ensina o uso do compasso [*Circinus*], com o qual se efetuam muito mais facilmente as representações gráficas dos edifícios[216] nos seus próprios locais, juntamente com a ajuda dos esquadros[217], dos níveis[218] e dos direcionamentos das linhas. Em segundo lugar, porque, através da óptica, se orientam corretamente os vãos de iluminação nas construções, a partir de determinadas zonas da abóboda celeste. E, por último, porque, através da aritmética, se calculam as despesas dos edifícios, se define a lógica das medidas e se encontram soluções para as difíceis questões das comensuralidades[219] através da lógica e métodos geométricos.

Objetivo: Justificar o porquê de um arquiteto ser versado em múltiplos saberes.

8

Tema: A relação entre o arquiteto e o conhecimento histórico (o ornamento como monumento).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/5
Conteúdo:

> Do mesmo modo, convém que conheça muitas narrativas de fatos históricos, porque frequentemente os arquitetos desenham muitos ornamentos[220] nas suas obras, de cuja razão de ser devem saber dar uma explicação, quando interrogados. [...] Por essa razão, arquitetos que então vieram e desenharam para edifícos públicos as *imagines*[221] delas [as matronas da cidade de Cária] colocadas a suportar peso, a fim de que também dos vindouros fossem conhecidos o erro e o castigo dos cariates, e assim fosse transmitidos à memória futura.

Objetivo: Relacionar arquitetura, conhecimento histórico e ornamentação.

9

Tema: A relação entre o arquiteto e o conhecimento histórico (o pórtico como monumento).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/6
Conteúdo:

> [...] Aí [os lacedemônios] colocaram**,** sustentando a cobertura, estátuas dos cativos com vestes de traje bárbaro, desse modo castigando a sua soberba com uma merecida humilhação. Assim, os inimigos se encheriam de temor perante as atitudes valorosas dos cidadãos, que, animados por esse sinal de coragem que os exaltava para a glória, ficariam preparados para defender a liberdade. Por isso, a partir daí, muitos ergueram

---

[215] *Exemplares* ou mesmo plantas originais das obras a executar, poderiam até constituir um mostruário de plantas e alçados da autoria do arquiteto.
[216] *Aedificium*: edifício, construção destinada a uso público ou privado, sagrado ou profano.
[217] *Norma*, esquadro. O significado original, lei, regra, norma.
[218] *Libratio*: ação de nivelar. Aqui tomado como instrumento nível-de-água, *libra*, ou seu diminutivo *libella*.
[219] Symmetria, sistema interrelacional de módulos (as partes em relação ao todo).
[220] *Ornamentum*: motivo ornamental, decoração própria, designadamente, de cada uma das ordens aquitetônicas.
[221] *Imago*: imagem, retrato esculpido ou pintado, estátua, busto, sinônimo de *signum*, *simulacrum* e *statua*. *Simulacrum*: estátua, figura, imagem.

> figuras pérsicas suportando arquitraves com os respectivos ornamentos, e dessa forma, com base nesse comportamento, acrescentaram egrégias variedades ás obras e á arquitetura.

Objetivo: Relacionar arquitetura, conhecimento histórico e monumentalidade.

10

Tema: A relação entre o arquiteto e a filosofia.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/7
Conteúdo:

> [...] A filosofia torna o arquiteto magnânimo, para que não seja narrogante, mas sobretudo prestável, equitativo, digno de confiança e sem avareza, o que é fundamental; com efeito, nehuma obra pode ser levada a bom termo, verdadeiramente, sem fidelidade à palavra dada e sem integridade; também para que não se deixe levar pela cobiça nem tenha o espírito ocupado com honorários que deverá receber, antes gravemente proteja a sua dignidade, tendo boa fama; com efeito, prescreve tudo isso a filosofia. Além disso, esta explica a natureza das coisas, o que em grego se diz *physiologia*. É necessário que o arquiteto a conheça muito diligentemente, porque tem de resolver muitas e variadas questões naturais, como é o caso das condutas de água. Por exemplo, nas descidas [*cursus*], nas curvaturas [*circuitiones*] e nas subidas [*expressiones*] a partir de planos horizontais geram-se aqui e ali fenômenos naturais cujas consequências ninguém poderá remediar, a não ser aquele que conhaça os princípios da natureza das coisas, a partir da filosofia.

Objetivo: Relacionar arquitetura com o conhecimento filosófico.

11

Tema: A relação entre o conhecimento musical do arquiteto, a construção e operação das armas de guerra.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/8
Conteúdo:

> [...] Convém que saiba música para dominar as suas leis harmônicas e matemáticas e, além disso, possa corretamente efetuar os cáculos de direcionamento das balistas, catapultas e escorpiões. Nos seus quadros existem, à direita e à esquerda, aberturas de *hemitonia* através das quais se esticam, por cabrestantes e alavancas, as cordas de nervos torcidos que apenas são dispostas e atadas quando produzem os sons corretos e com igual tom aos ouvidos do manobrador [*artificex*]. Os braços do balista que se introduzem nesses locais de tensão, ao serem distendidos, devem disparar os dois do mesmo modo e ao mesmo tempo o golpe, dado que, se não forem do mesmo tom, dificultarão o envio dos projéteis.

Objetivo: Relacionar o conhecimento musical do arquiteto com a construção e operação das armas de guerra.

12

Tema: A relação entre o conhecimento musical do arquiteto e a acústica do teatro.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/9
Conteúdo:

> [...] Nos teatros são colocados, em celas[222] sob os degraus, vasos de bronze a que os gregos chamam *echeia*, de acordo com a gradação de sons, numa relação matemática; são dispostos a espaços na cávea[223], de modo a produzir acordes musicais, ou seja, concertos *diatessaron* e *diapente* até *disdiapason*, a fim de que a voz do ator, auxiliada pelo incremento do som ressoando através dessas disposições dos vasos, percutindo-os chegue mais clara e suave aos ouvidos dos espectadores [...].

Objetivo: Relacionar o conhecimento musical do arquiteto com a construção e funcionamento dos teatros.

13

Tema: A relação entre o conhecimento musical do arquiteto e a construção hidráulica.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/9
Conteúdo:

> [...] Ninguém poderá fazer órgãos hidráulicos [*hydraulicae machinae*] e outras máquinas que são semelhantes a esses instrumentos [*organum*] sem conhecimentos técnicos musicais.

Objetivo: Relacionar o conhecimento musical do arquiteto com a construção hidráulica.

14

Tema: A relação entre o conhecimento medicinal do arquiteto e a escolha do local para construções.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/10
Conteúdo:

> Por outro lado, é conveniente conhecer a disciplina de medicina, por cusa da inclinação do céu, que os gregos dizem *climata*[224], assim como dos ares e dos sítios, quais os salubres ou quais os pestilentos, assim como o uso das águas; sem esses conhecimentos, nenhuma habitação[225] saudável poderá ser construída.

Objetivo: Relacionar o conhecimento medicinal do arquiteto com a salubridade da cidade.

15

Tema: O conhecimento das técnicas de construção civil e o planejamento da obra.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/10
Conteúdo:

> [...] Igualmente, é preciso que conheça aquelas regras do direito que são necessárias aos edifícios com paredes comuns, no que diz respeito às águas dos telhados, dos esgotos e às janelas. Do mesmo modo, no que diz respeito às condutas de água e outras

---

[222] *Ceiiae*: caixas de ressonância nos teatros grego e romano.
[223] *Circinatio*: círculo dinamizador do plano do teatro clássico que mnarca o contorno da *orchestra*. Bancada em curvatura do teatro, a *cauea*, cuja planta era um semicírculo traçado, pelo menos teoricamente, a compasso, paralelamente à linha semicircular da *orchestra*.
[224] Em latim, também *climata*, plural de clima. Em protuguês: clima ou região geográfica.
[225] *Habitatio*: habitação, morada, casa, domicílio.

> coisas que também devem ser conhecidas dos arquitetos, a fim de que, antes de construir os edifícios, evitem deixar controvérsias entre proprietários, uma vez terminadas as obras, e se possam acautelar com inteligência, nos registros legais, quer proprietário, quer o comprador. Na verdade, se o contrato legal for elaborado habilmente, um e outro ficarão defendidos sem engano.

Objetivo: Relacionar o trabalho do arquiteto com o conhecimento das leis e técnicas de construção vigentes.

16

Tema: O conhecimento da astronomia e o planejamento da obra.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/10

Conteúdo:

> [...] Pela astronomia, conhece-se o oriente, o ocidente, o meio-dia, o setentrião, assim como a disposição do céu, o equinócio, o solstício, o curso dos astros; se alguém os desconhecer, não poderá de modo algum compreender o sistema dos relógios[226].

Objetivo: Relacionar o conhecimento da astronomia com o planejamento da obra.

17

Tema: Quem deveria ser considerado arquiteto
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/11
Conteúdo:

> [...] julgo que, de um modo justo, os arquitetos não deveriam poder formar-se como tal de um momento para outro; antes só deveriam ser aqueles que desde meninos, subindo por esses degraus das disciplinas e alimentados pela ciência da maioria das letras e das artes, atingissem o altíssimo templo da arquitetura.

Objetivo: Condicionar o ofício da arquitetura ao seu exercício em um contexto familiar mais amplo.

18

Tema: A formação do arquiteto.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/12
Conteúdo:

> [...] quando descobrirem que todas as disciplinas têm ligação e comunicação, acreditarão facilmente que tal [a natureza permita conhecer e a memória conter tão grande números de doutrinas][227] é possível.
>
> [...] E, assim, aqueles que desde tenra idade foram instruídos em erudições várias têm acesso, em todos os escritos, aos mesmos dados e à interação de todas as disciplinas, razão pela qual conhecem mais facilmente todas as coisas. Por isso, entre os antigos arquitetos, Pítio[228], que em Priene de modo notável projetou o templo de Minerva, disse no seu tratado[229] ser conveniente que o arquiteto possa, em todas as artes e doutrinas, fazer mais do que aqueles que, através dos seus esforços e das suas

[226] *Horologium*: relógio, quadrante solar, clepsidra, objeto da gnomônica (Livro IX).
[227] Grifo meu.
[228] Arquiteto e teórico grego, viveu no século IV a.C. Cf. 1, 1, 15; 4, 3, 1 e 7, Pr. 12.
[229] *Commentaria*.

> reflexões, elevaram cada um dos ramos do conhecimento mais alta ilustração. Coisa esta que, efetivamente, não se pode verificar.

Objetivo: Demonstrar a morosidade do processo de formação de um arquiteto.

19

Tema: A cultura geral do arquiteto e a impossibilidade dele atingir a perfeição
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/13-14
Conteúdo:

> (13) Pois nem o arquiteto deverá nem poderá ser gramático como o foi Aristarco, embora não deva ser ignorante da gramática; nem músico como Aristoxeno, embora não deva ser desconhecedor da música; nem pintor como Apeles, se bem que não deva ser inábil no desenho; nem escultor como o foram Míron ou Policleto, embora não deva ser ignorado na arter escultórica; nem por fim, médico, como Hipócrates, se bem que não deva desconhecer a medicina; nem excelente nas restantes disciplinas, singularmente consideradas, ainda que não deva ser ignorante delas [...].
>
> (14) [...] Portanto, se, em cada uma das ciências, os atífices especializados – e nem todos, mas apenas alguns no decorrer dos tempos – dificilmente conseguiram notoriedade, como poderá um arquiteto, que deve ser instruído em diversas artes, não só cumprir esta coisa admirável e grande de não carecer desses conhecimentos, como também superar todos os artistas que, com sua indústria, cultivaram com tenacidade cada uma das especialidades?

Objetivo: Diferenciar a cultural geral do arquiteto da especialidade de cada artista, bem como, expressar a impossibilidade dele atingir a perfeição.

20

Tema: A obra e seu fundamento epistemológico.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/15-16
Conteúdo:

> (15) Nessa questão parece que Pítio errou, porque não se apercebeu de que cada uma das artes é composta de duas coisas: a obra e a sua teoria; todavia, dessas duas coisas, uma é própria daqueles que se exercitaram nas suas especialidades, ou seja, a execução da obra; a outra é comum a todos os letrados, ou seja, a teoria [...].
>
> (16) [...] a autoria das obras que se aproximam da perfeição, seja pelas mãos, seja com recursos de instrumentos, pertence àqueles que se educaram particularmentre no exercício de apenas uma arte. Por isso, parece ter atuado bastante bem aquele que, em cada um dos ramos do saber, possui um conhecimento médio das partes e teorias necessárias à arquitetura, a fim de que não falhe se tiver de julgar e aprovar uma obra sobre essas coisas e essas artes.

Objetivo: Demonstrar que a perfeita relação entre teoria e prática minimizará a possibilidade de erros do arquiteto.

21

Tema: Vitrúvio apresenta sua obra como tratado de arquitetura
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/18
Conteúdo:

> Como, por conseguinte, não é possível que, por inata inteligência, toda gente, indistintamente, possa se beneficiar de tais conhecimentos, acessíveis apenas a alguns,

> e como o ofício de arquiteto deve ser exercido tendo em conta todos os saberes, pois a razão, devido à sua amplitude, não permite atingir a plenitude do conhecimento desejado, mas apenas um saber mediano das várias especialidades, peço, ó Cesar, a tua compreensão e a daqueles que hão de ler estes livros[230], de modo que eu venha a ser desculpado se algo do que é explicado estiver pouco de acordo com as regras da arte da gramática. Com efeito, não foi como sumo filósofo, nem como retórico eloquente, nem como gramático exercitado nos profundos meandros da arte, mas como arquiteto imbuído destes conhecimentos, que me esforcei por escrever estas coisas. Mas eu comprometo-me, com estes livros, como espero, a disponibilizar, não só aos que edificam como também a todos os eruditos, sem qualquer dúvida e com a máxima autoridade, os conhecimentos acerca das potencialidades da arte e dos raciocínios que lhes são inerentes.

Objetivo: Caracterizar e defender a sua obra como um tratado de arquitetura.

22

Tema: Definições da arquitetura.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/1
Conteúdo:

> Na realidade, a arquitetura consta de: ordenação[231], que em grego se diz *taxis*[232]; disposição[233], à qual os gregos chamam *diathesis*[234]; euritmia[235]; comensuralidade[236]; decoro[237] e distribuição[238], esta em grego dita *oeconomia*[239].

Objetivo: Definir o campo da arquitetura.

23

Tema: Definição vitruviana de ordenação
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/2
Conteúdo:

> A ordenação define-se como a justa proporção na medida das partes da obra consideradas separadamentes e, numa divisão de totalidade, a comparação proporcional tendo em vista a comensuralidade. É harmonizada pela quantidade[240], que em grego se diz *posotes*. Esta, por sua vez, consiste em tomar módulos[241] de porções da própria obra e na execução da totalidade desta, com base em cada uma das partes dos seus membros.

Objetivo: Definir o que é ordenação.

---

[230] *Volumina.*
[231] *Ordinatio*: ordenação, ação de pôr em ordem.
[232] *Taxis*: ordenação, colocação em ordem.
[233] *Dispositio*: disposição, apresentação, representação.
[234] *Diathesis*: disposição, distribuição adequada das coisas.
[235] *Eurytmia*: proporção, harmonia, euritmia.
[236] *Symmetria*: comensuralidade, configuração, correlação, sistema de medidas.
[237] *Decor*: decoro, conveniência, o que convém, o que fica bem.
[238] *Distributio*: distribuição, repartição, divisão.
[239] *Oeconomia:*distribuição, administração, organização, economia.
[240] *Quantitas*: quantidade, grandeza.
[241] *Moduli*: módulos, medidas. Singular: *modulus*.

24

Tema: Definição vitruviana de disposição.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/2
Conteúdo:

> A disposição, por sua vez, define-se como a colocação adequada das coisas e o efeito estético da obra com a qualidade que vem dessas adequações. São estas as espécies de disposição, que em grego se dizem *ideae*[242]: iconografia[243], ortografia[244], cenografia[245].

Objetivo: Definir o que é disposição.

25

Tema: Espécies de disposição: definição vitruviana de iconografia.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/2
Conteúdo:

> [...] A iconografia consiste no uso conjunto e adequado do compasso e da régua[246], e por ela se fazem os desenhos das formas nos terrenos das zonas a construir.

Objetivo: Definir o que é iconografia.

26

Tema: Espécies de disposição: definição vitruviana de ortografia.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/2
Conteúdo:

> [...] A ortografia, por seu turno, define-se como o alçado[247] do frontispício e figura pintada à medida e de acordo com a disposição da obra futura.

Objetivo: Definir o que é ortografia.

27

Tema: Espécies de disposição: definição vitruviana de cenografia.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/2
Conteúdo:

> [...] a cenografia é o bosquejo do frontispício com as partes laterais em perspectiva e e correspondência de todas as linhas em relação ao centro do círculo.

Objetivo: Definir o que é cenografia.

---

[242] *Idea*: aspecto exterior, forma distintiva, aparência.
[243] *Ichonographia*: iconografia, planta de um edifício, no seu plano horizontal e geometral.
[244] *Ortographia*: ortografia, aqui significando o alçado ou *imago erecta* de um edifício.
[245] *Scaenographia*: cenografia, aqui no sentido de representação em perspectiva de um edifício.
[246] *Regula*: régua, barra reta de madeira ou metal.
[247] *Imago erecta*: alçado ou projeção vertical de um edifício.

28

Tema: Como nascem as espécies de disposição.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/2
Conteúdo:

> [...] essas espécies de disposição nascem da reflexão e da invenção. A reflexão caracteriza-se pela dedicação plena ao estudo e ao trabalho, sendo também o resultado de uma atenção constante, com satisfação pessoal, em relação ao objetivo proposto. Por sua vez, a invenção define-se como a explicação das questões obscuras e o conhecimento de uma nova realidade, descoberta com dinâmico vigor. São essas as definições da disposição.

Objetivo: Informar como nascem as espécies de disposição a partir da invenção e reflexão.

29

Tema: Definição vitruviana de euritmia.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/3
Conteúdo:

> A euritmia é a forma exterior elegante e o aspecto agradável na adequação das diferente porções. Tal verifica-se quando as partes da são proporcionais na altura em relação à largira, nesta em relção ao cumprimento, em suma, quando todas as partes correspondem às respectivas comensuralidades.

Objetivo: Definir o que é euritmia.

30

Tema: Definição vitruviana de comensuralidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/4
Conteúdo:

> [...] a comensuralidade consiste no conveniente equilíbrio dos membros da própria obra e na correspondência de uma determinada parte[248], dentre as partes separadas, com a harmonia do conjunto da figura. Assim como no corpo humano existe a natureza simétrica dsa euritmia a partir do côvado, do pé, do palmo e de outras pequenas partes, o mesmo acontece no completo acabamento das obras. Em primeiro lugar, nos templos sagrados, seja pelas espessuras das colunas[249], seja pelo tríglifo[250] ou mesmo pelo *embater*[251]; na balista, pela abertura a que os gregos chama *peritreton*; nas embarcações, pelo espaço entre dois toletes, que se diz *dipechyaia*; igualmente a partir das partes de outras obras se descobre uma lógica de simetrias.

Objetivo: Definir o que é comensuralidade.

31

Tema: Definição vitruviana de decoro.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/5
Conteúdo:

> O decoro é o aspecto irrepreensível das obras, dispostas com autoridade através de coisas provadas. Consegue-se pelo cumprimento de um princípio, que em grego se diz thematismos, segundo costume ou naturalmente.

---

[248] *Rata pars*: determinada parte, base da relação modular de que resulta a proporção.
[249] *Columna*: coluna, composta de base, fuste e capitel (Livros III e IV).
[250] *Triglyphus*: decoração de três sulcos verticais característica do estilo dórico, alternando com as métopas.
[251] *Embater*: nome dado ao módulo do templo dórico.

Objetivo: Definir o que é decoro.

32

Tema: O decoro cumprindo um princípio.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/5
Conteúdo:

> Consegue-se pelo cumprimento de um princípio quando se levantam edifícios sem telhado e hipetros[252] a Júpiter Relâmpago, ao Céu, ao Sol e á Lua; de fato, vemos o aspecto do céu e as obras desses deuses presentes no mundo aberto e luminoso. A Minerva, a Marte e a Hércules, levantam-se templos[253] dóricos; com efeito, convém que a esses deuses, devido á sua força, se ergam edifícios despojados de ornamentos. Os dedicados a Vênus, a Flora, a Prosérpina e às Ninfas das Fontes parece que deverão ter as características próprias do gênero coríntio, porque se pensa que, devido à delicadeza destas, os templos a elas levantados se revestem de uma justa conveniência, sendo mais gráceis e floridos, assim ornados de folhas e de volutas. Se forem construídos templos jônicos a Juno, Diana, ao deus Líbero e a todos os deuses análogos, será considerada sua posição intermédia, porque o teor das suas características ficará convenientemente disposto entre o severo costume dos dóricos e a delicadeza dos coríntios.

Objetivo: Demonstrar como se consegue o decoro a partir do cumprimento de um princípio.

33

Tema: O decoro expresso segundo um costume.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/6
Conteúdo:

> [...] O decoro exprime-se segundo o costume, quando se constroem vestíbulos[254] com elegância e conveniência para edifícios com interiores magníficos. Efetivamente, se os interiores tiverem acabamentos de bom gosto, e as entradas[255] foram modestas e sem nobreza, não terão conveniência. Do mesmo modo, se no âmbito dos epistílios dóricos se esculpirem dentículos[256] nas cornijas ou se nas colunas pulvinadas[257] ou nos epistílios jônico se inscreverem tríglifos, a aparência será afetada devido á transferência das características de diferente estilo para um outro gênero de obra, uma vez que, do antecedente, foram, instituídas determinadas regras de ordem arquitetônica.

Objetivo: Demonstrar como se exprime o decoro a partir do costume.

34

Tema: O decoro conseguido naturalmente.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/6
Conteúdo:

> [...] O decoro consegue de modo natural se, em primeiro lugar para todos os templos, depois e sobretudo dedicados a Esculápio, a Salus, assim como os daqueles deuses por cujas medicinas um enorme número de doentes parecem ser curados, forem

---

[252] O templo *hypaethros*, ou a céu aberto.
[253] *Aedes* ou *aedis*: templo. Equivalente a *templum, fanum, delubrum, sanctuarium*.
[254] *Vestibulum*: vestíbulo, entrada, pátio de ingresso.
[255] *Aditus*: entrada, acesso de um edifício.
[256] *Denticulus*: dentículo, pequena projeção de setor quadrangular, lembrando um dente, com altura igual à espessura, sobre o friso jônico.
[257] *Puluinatae columnae*: colunas com capitéis de *puluini* ou balaústres, ou seja, jônicos.

> escolhidas as orientações mais saudáveis e as fontes adequadas nesse lugares onde se erguem os santuários. Quando, com efeito, forem levados corpos doentes de uma zona pestilenta para um local sadio e lhes for facultado o uso de águas provenientes de fontes salutares, convalescerão mnais rapidamente. E assim se verificará que, devido à natureza do lugar, a divindade acolherá uma maior fama, com o crescimentgo do mérito. Igualmente haverá decoro segundo a natureza se nos cubículos[258] e nas bibliotecas a luz for tomada de oriente; nos banhos[259] e compartimentos hibernais[260], do poente de inverno; nas pinacotecas[261] e naqueles ambientes em que é necessária uma certa luz, deve ser tomada de norte, uma vez que esse lado do céu não é nem batido nem obscurecido pelo curso do Sol, antes se manifesta em contínua imutabilidade durante o dia.

Objetivo: Demonstrar como se consegue o decoro naturalmente.

35

Tema: Distribuição segundo os recursos naturais e equilíbrio econômico nas despesas com a obra.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/8
Conteúdo:

> A distribuição é a repartição apropriada dos meios e do solo, assim como um equilíbrio econômico nas contas de despesa das obras. Isso será observado se o arquiteto não procurar primeiro aquelas coisas que não se podem encontrar ou preparar, a não ser com grande despesa. Pois não é em todos os lugares que há abundância de areia fóssil, de calhaus[262], de abeto, de tábuas dessa árvore ou de mámore, antes cada coisa nasce no seu lugar, sendo o seu transporte difícil e dispendioso. Deverá ser usada areia fluvial ou marinha lavada onde não existe areia fóssil. As faltas de abeto ou de tábuas dessa árvore serão colmatadas utilizando cipreste, o choupo, o olmo, o pinheiro; e as carências restantes serão solucionadas de modo semelhante.

Objetivo: Definir o que é distribuição.

36

Tema: Distribuição de acordo com os interesses, capacidade finaceira e dignidade dos proprietários.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/II/9
Conteúdo:

> Haverá outro grau de distribuição, quando se dispõem os edifícios de outra maneira, de acordo com o interesse dos proprietários, a sua capacidade financeira ou a dignidade oratória. Pois parece que as residências[263] urbanas deverão ser construídas de um modo, e aquelas às quais afluem os frutos das propriedades[264] rurais, de outro; e o mesmo se dirá para as casas dos usuários, diferentes das dos opulentos e dos delicados; todavia, para os poderosos, de cujos pensamentos a coisa pública se governa, serão planejadas conforme essa finalidade; e, em geral, as disposições dos edifícios deverão ser adequadas a cada tipo de pessoa.

---

[258] *Cubiculum*: cubículo, quarto de dormir.
[259] *Balnea ou balinea*: banhos (Livro V).
[260] *Hibernaculum*: quarto ou residência de inverno.
[261] *Pinacotheca*: pinacoteca, galeria de pintura.
[262] *Caementum*: pedra miúda, calhau, seixo que, em *tout-vernant* com outros desperdícios, areia, cal e água, permite fazer, em caldeamento, o chamado *opus caementicium*, *structura caementicia*, ou simplesmente *structura* como lhe chama Vitrúvio.
[263] *Domus*: residência, casa urbana, por contraponto à *insula*, prédio de rendimento, e à *uilla*, casa rústica (Livro VI).
[264] *Possessio*: propriedade, dominio rural.

Objetivo: Definir como proceder à distribuição.

37

Tema: Partes em que se divide a arquitetura.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/III/1
Conteúdo:

> As partes da própria arquitetura são três: edificação[265], gnomônica[266] e mecânica[267]. A edificação, por seu turno, é dividida em duas partes, uma das quais consiste na instauração dos recintos fortificados[268] e das obras comuns nos lugares públicos; a outra diz respeito ao levantamenteo dos edifícios privados. Por sua vez, as obras comuns públicas dividem-se em três classes, sendo a primeira a defesa[269], a segunda a religião[270] e a terceira a utilidade pública[271]. É próprio da defesa a disposição das muralhas[272], das torres[273] e das portas[274], tendo em vista repelir continuamente o ataque dos inimigos. Pertence à religião o levantamento dos santuários e dos templos sagrados dos deuses imortais. E à utilidade pública a disposição dos lugares comuns para uso público, como os portos[275], os foros[276], os pórticos[277], os banhos, os teatros, os espaços de circulação[278] e todas as outras coisas que se ordenam nos espaços públicos, de acordo com estas teorias.

Objetivo: Descrever as partes em que se divide a arquitetura.

38

Tema: Princípios de solidez, funcionalidade e beleza na arquitetura
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/III/2
Conteúdo:

> Por outro lado, essas coisas [as partes que se divide a arquitetura][279] deverão ser realizadas de modo a que se tenham presentes os princípios da solidez[280], da funcionalidade[281] e da beleza[282]. O princípio da solidez estará presente quando for feita a escavação dos fundamentos[283] até chão firme[284] e se escolherem diligentemente e sem avareza as necessárias quantidades de materiais. O da funcionalidade, por sua vez, será conseguido se for bem realizada e sem qualquer impedimento a adequação

---

[265] *Aedificatio*: edificação, construção de edifícios.
[266] *Gnomonice*: gnomônica, construção de relógios ou quadrantes solares (Livro IX).
[267] *Machinatio*: mecânica (Livro X).
[268] *Moenia*: muralhas, recinto fortificado e, por metonímia, cidade.
[269] *Defensio*: defesa, segurança, proteção militar.
[270] *Religio*: religião, culto, ritos, santidade, o sagrado.
[271] *Opportunitas*: o bem comum, a utilidade pública.
[272] *Murus*: muralha, muro, fortificação.
[273] *Turris*: torre, torreão, contraforte fortificado.
[274] *Porta*: porta, passagem, acesso. Distingue-se da porta dupla (ualuae).
[275] *Portus*: porto.
[276] *Forum*: foro, praça pública, centro reiligioso, cívico, jurídico e comercial da cidade romana.
[277] *Porticus*: pórtico, galeria coberta e ladeada de colunas.
[278] *Inambulationes*: espaços de circulação, passeios, zonas de circulação a céu aberto em jardins ou entre ou sobre pórticos.
[279] Grifo meu.
[280] *Firmitas*: solidez, firmeza, consitência, robustez.
[281] *Utilitas*: utilidade, uso, funcionalidade, proveito, vantagem.
[282] *Venustas*: beleza, elegância, estética.
[283] *Fundamentum*: alecerce, fundamento de uma construção, sapata que serve de primeiro assentamento de um edifício.
[284] *Ad solidum*: até o chão firme.

> do uso dos solos, assim como uma repartição apropriada e daptada ao tipo de exposição solar de cada um dos gêneros. Finalmente, o princípio da beleza será atingido quando o aspecto da obra for agradável e elegante e as medidas das partes corresponderem a uma equilibrada lógica de comensurabilidade.

Objetivo: Relacionar as partes em que se divide a arquitetura com os princípios de solidez, funcionalidade e beleza.

39

Tema: Passo 1: escolha dos lugares para as cidades[285] - verificação da salubridade do terreno.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/IV/1
Conteúdo:

> No que diz respeito às cidades, serão estes os princípios. Primeiro, a eleição de um lugar o mais saudável possível. Ele será alto e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante que não seja nem quente nem frio, mas temperado. Depois, a vizinhança de pântanos será evitada. Com efeito, quando as brisas matutinas, ao nascer do sol, chegarem ao ópido[286], e as neblinas nascidas se juntarem a elas, tornarão o lugar pestilento, espargindo com o seu influxo, misturadas com a névoa, os miasmas envenenados dos animais palustres nos corpos dos moradores. Do mesmo modo, se as cidades se encontrarem junto ao mar e estiverem orientadas para o sul ou para o ocidente não serão saudáveis, porque, pelo verão, o céu meridiado queima desde o nascer do sol e arde ao meio-dia. Também o que está exposto a ocidente amorna ao nascer do sol, aquece ao meio-dia e ferve à tarde.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: escolha do local.

40

Tema: Passo 2: a construção das muralhas.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/V/1, 3, 8
Conteúdo:

> (1) Quando, pois, segundo essas regras se verificar o requisito da salubridade dos recintos urbanos a levantar, forem escolhidas regiões abundantes em frutos para alimentar a cidade, quando construções de vias, localizações favoráveis de rios ou comunicações marítimas através de um porto proporcionarem facilidades de transportes para as cidades, do seguinte modo deverão ser construídos, então, os fundamentos das torres e das muralhas: escava-se até o chão firme, se for possível encontrá-lo, e, nesse chá firme, até onde pareça ser necessário segundo a amplitude da obra, com uma espessura mais larga do que a das paredes que ficarão acima da terra, enchendo-se de concreto o mais consistente possível.
>
> (3) Além disso, penso que a espessura da muralha deverá ficar de tal modo que, vindo homens armados um na direção do outro sobre o caminho da ronda, eles possam cruzar-se sem obstáculo, e também de tal modo que, no correr dessa mesma espessura,

---

[285] No Livro I, IV, Vitrúvio aponta métodos para se verificar a salubridade do local no qual se pretende construir a cidade. Segundo ele, a salubridade pode ser verificada através da comparação com a exposição solar das adegas e dos celeiros; nas alterações físicas do ferro, através da exposição dos organismos ao frio e ao calor; a verificação da umidade, terra e ar; bem como, na análise das aves, peixes, animais terrestres, existência de pântanos, dentre outras coisas.
[286] *Oppidum*: cidade fortificada. Em Vitrúvio, essa palavra parece ser sinônima de *moenia* e de *civitas*. Mas o termo *moenia*, "muralhas" é usado mais como metonímia, tomando a parte fortificada pelo conjunto da cidade. Por sua vez, o termo civitas, "cidade", sublinha o conceito jurídico da cidade como ponto de referência para os cidadãos. Por vezes, Vitrúvio usa o termo urbs, "urbe", para se referir á cidade, ainda que mais raramente, porque, de fato, para os romanos, a Vrbs por excelência era Roma.

se disponham, lado a lado e o m ais cerradas possível, traves de oliveira passadas pelo fogo, a fim de que uma e outras faces da muralha disponham de solidez, ligadas entre si por essas varas como que por grampos; porque nem a putrefação nem as tempestades nem a vetustez podem prejudicar essa madeira, que se mantém sempre em bom estado, sem defeitos, seja enterrada no solo, seja imersa na água. E, sendo assim, não apenas na fortificação como também nas substruções[287], quaiquer paredes que devam ser feitaqs com a espessura de uma muralha não se degradrão facilmente se forem travadas dessa maneira.

(8) [...] Não se deverá definir de antemão em que material será construída ou aperfeiçoada, porque não podemos dispor dos recursos que desejamos. Mas, onde houver cantaria[288], alvenaria[289], pedra miúda, tijolo cozido ou cru, será isso que se utilizará. Pois, assim como na Babilônia dispunham em abundância de betume líquido e fizeram uma muralha de tijolo cozido, usando esse betume em vez de cal e areia, assim também todas as regiões ou características dos lugares poderão dispor de outros recursos semelhantes, de modo que, com esses aprestos, as muralhas se mantenham perfeitas e sem defeito para a eternidade.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: as muralhas.

41

Tema: Passo 3: o levantamento e a disposição das torres
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/V/2, 4, 5
Conteúdo:

(2) [...] As torres deverão ficar salientes para o lado exterior, de tal maneira que, quando num ataque o inimigo quiser aproximar-se da muralha, os atacantes possam ser feridos nos flancos desprotegidos, á direita e á esquerda, com dardos lançados das torres. E deverá haver a maior preocupação em que não haja caminho fácil para atacar a muralha, que deverá circundar locais escarpados, assim como se planejará de modo que os acessos às portas não sejam diretos, mas vindos do lado esquerdo. Pois, se assim fizer, o flanco direito dos atacantes, que não estará protegido pelo escudo, se aproximará mais do muro. Com efeito, os ópidos não deverão ser estabelecidos em forma quadrada nem com ângulo salientes, mas em circuitos, de modo que o inimigo possa ser observado a partir de vários lados. Efetivamente, naqueles onde abundam os ângulos, dificilmente haverá defesa, porque o ângulo protege mais o inimigo do que o cidadão.

(4) As distâncias entre as torres deverão ser efetuadas de tal maneira que o intervalo entre cada uma não seja maior do que o alcance de um dardo[290], para que, sendo uma delas atacada, os inimigos possam ser repelidos, a partir das torres que estiverem à direita e á esquerda, com escorpiões e outros disparos de armas de arremesso. Além disso, contra as partes inferiores das torres, a muralha deverá ser dividida a espaços tão grandes quanto a largura delas, de modo que os caminhos de ronda sejam, na parte inferior das mesmas torres, constituídos por vigas sem travamentos de ferro; porquanto, se o inimigo ocupar uma parte da muralha, os que a defenderem abrirão de novo esses vãos e, se o fizerem rapidamente, não será possível ao invasor penetrar nas restantes partes das torres, a não ser que se queira lançar no precipício.

(5) E assim, as torres deverão ser feitas arredondas ou poligonais: efetivamente, as máquinas destroçam mais rapidamente as quadradas, porque os aríetes, batendo

[287] *Substructio*: parte inferior de um edifício, entre os *fundamenta* ou alicerces e as paredes, estilóbatos ou outras estruturas acima do solo. Substrução ou subestrutura.
[288] *Saxum quadratum*: pedra esquadriada, cantaria. O mesmo que *opus quadratum*, de granito, calcário ou outro tipo de pedra passível de trabalho de canteiro.
[289] *Silex*: pedra não trabalhada, usada em alvenaria, em geral extremamente dura para ser usada em cantaria, sobretudo utilizada com tratamento sumário nas construções e fortificações anteriores à época imperial romana, numa técnica conhecida como *opus siliceum*.
[290] *Saggita*: seta, flecha, dardo lançado por arco ou máquina de guerra.

repetidas vezes, destroem os ângulos, enquanto que nas formas circulares, forçando as pedras para o centro como se fossem cunhas, não podem causar dano.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: as torres.

42

Tema: Passo 4: fortalecimento das muralhas com terraplenos ou fossos.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/V/5, 6
Conteúdo:

(5) [...] Do mesmo modo, as fortificações das muralhas e das torres tornam-se muito mais seguras quando unidas a terraplenos[291], porque nem os aríetes, nem as minagens dos sapadores, nem outras máquinas lhes poderão causar dano.

(6) Todavia, não é em todos os sítios que se deve aplicar essa solução do terrapleno, mas tão somente naqueles onde houver fora da muralha um acesso de ponto elevado e plano para atacar as fortificações. Por consequência, nesses lugares deverão ser feitos, antes de tudo, fossos com largura e profundidade o mais amplas possível, sendo posteriormente escavado o alicerce da muralha dentro do leito do fosso, devendo o mesmo ser erguido com tal espessura que facilmente sustenha o terrapleno.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: o fortalecimento das muralhas.

43

Tema: Passo 5: travamento dos alicerces.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/V/7
Conteúdo:

Do mesmo modo se escavará, na parte interior da substrução, um alicerce separado do outro exterior por um espaço de tal maneira amplo que as coortes[292] possam, como dispostas em linha de batalha, fazer parada em toda a largura do talude, a fim de o defender. Quando, pois, se levantarem os fundamentos com essa distância entre si, coloquem-se então entre eles outros em posição transversal, unidos aos alicerces exterior e interior, dispostos em forma de pente, como costumam ser os dentes de uma serra; se, efetivamente, assim se fizer, então o volume da carga de terra, distribuída em pequenas partes, de nenhuma forma poderá, pressionando com todo o seu peso, fazer ceder as substituições da muralha.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: o travamento dos alicerces.

44

Tema: Passo 6: distribuição das praças e das ruas.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/VI/1, 7-8
Conteúdo:

(1) Circundado o recinto, seguem-se as divisãoes das áreas dentro da muralha e as orientações das praças[293] e das ruas[294]. Serão, de fato, traçados como deve ser se

[291] *Agger*: terrapleno, talude, amontoado de terra para reforço das fortificações, terreiro.
[292] *Cohors*: coorte, décima parte da legião, composta por três manípulos e seis centúrias.
[293] *Platea*: praça, grande rua, avenida.
[294] *Angiportus* ou *angiportum*: rua, ruela, rua estreita, viela, beco.

habilmnete se afastarem das ruas os ventos[295] que, se forem frios, prejudicam, se quentes, corrompem, se úmidos, são nocivos. Por essa razão, julga-se que se deverá evitar esse condicionalismo e precaver para que não se verifique o que costuma acontecer em muitas cidades, como em Mitilene, ópido na ilha de Lesbos, edificado de modo magnificiente e elegante, mas estabelecido sem habilidade. Quando nessa cidade sopra o austro[296], os homens adoecem; soprando o coro[297], tossem; quando o setentrião[298], são restituídos à saúde, mas não podem permanecer nas ruas nem nas praças, devido à veemência do frio.

(7) Tendo como referência essa duas marcas, com o compasso será descrita uma interseção de círculos secantes, trançando-se uma linha que passa por esse cruzamento e pelo centro até a extremidade, de modo a obter-se a orinetação meridional e setentrional. Depois disso, tomando-se a décima sexta da totalidade da linha do círculo, será marcado o centro da rotação no ponto em que a linha meridiana toca o círculo, fazendo também marcas à direita e à esquerda sobre o mesmo círculo, seja da parte meridional, seja da setentrional. Então, à partir destes quatro pontos, e de uma extremidade à outra do dito círculo, serão traçadas linhas que se intersectam no centro. Assim se encontrará a designação da oitava parte, uma do lado do astro; outra, do lado do setentrião. As partes restantes deverão ser distribuídas de modo igual na totalidade do círculo, três para a direita e três para a esquerda, para que na descrição sejam designadas, em partes iguais, as divisões dos oito ventos. Desse modo, parece-nos que o ordenamento das praças e das vielas deverá ser alinhado pelo ângulos entre duas direções de ventos[299].

(8) Na realidade, com essa metodologia e com essa distribuição se afastará das habitações e das ruas[300] a força nociva dos ventos. Se, efetivamente, as praças ficarem diretamente expostas a eles, o ímpeto vindo do espaço aberto do céu e a brisa constante contida na entrada estreita das vielas andarão por aqui e por ali com uma veemência mais forte. Eis por que não se deverãovolta para as orientações dos ventos os direcionamentos das ruas, de modo que, ao chegarem, eles se enfraqueçam contra os ângulos das ínsulas[301] e, repelidos, se dissipem.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: distribuição das praças e das ruas.

45

Tema: Passo 7: escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/VII/1-2
Conteúdo:

(1) Distribuídas as vielas e dispostas as praças, há que proceder, de acordo com a utilidade pública e o interesse comum, á escolha das áreas para os templos sagrados, para o foro e restantes espaços comuns.

---

[295] No Livro I/VI/2-6, 9-12, Vitrúvio se dedica a explicação da natureza dos ventos, a influência deles na saúde, a descrição dos ventos principais e como estudá-los com auxílio de um gnômon. Segundo ele, o domínio desses conhecimentos é essencial para que o alinhamento das ruas não contribua para insalubridade da cidade. No Livro I/VI/12-13, Vitrúvio faz referência a esquemas que não chegaram aos nossos dias e proporciona um desenho para uso no traçado das ruas.
[296] *Auster*: austro, vento sul, a que os gregos chamavam noto.
[297] *Chorus*: coro, vento de nor-noroeste.
[298] *Septentrio*: setentrião, vento-norte, o bóreas dos gregos.
[299] Encontramos aqui uma clara explicação para a planta octogonal dos *castra* e primitivas implantações das cidades romanas.
[300] *Vicus*: no sentido que lhe dá Vitrúvio, é a rua tomada em sentido geral, embora pareça, no que diz respeito à sua largura e importância, encontrar-se entre a *platea* e o *angiportus.*
[301] *Insula*: quarteirão ou conjunto de edifícios entre o reticulado das ruas, lembrando uma ilha. Edifício de um andar ou mais com várias habitações para a classe média ou baixa, por contraposição a *domus*, que é uma vivenda unifamiliar.

> Se o recinto fortificado se encontrar junto ao mar, a zona onde se implantará o foro deverá ser escolhida próximo do porto; mas, se estiver no meio das terras, deverá ser implantada no meio do ópido.
>
> Quanto aos templos sagrados dos deuses, considerados a mais alta tutela da cidade, Júpiter, Juno e Minerva, devem lhes ser distribuídas zonas no lugar mais elevado, de onde se possa observar a maior extensão do recinto fortificado. No que diz respeito a Mercúrio, no foro; ou então, como a Ísis e Serápis, no empório[302]; a Apolo e ao deus Líbero, junto do teatro; a Hércules, naquelas cidades[303] onde não há ginásios[304] nem anfiteatros[305], junto do circo[306]; a Marte, fora da urbe[307], mas junto de um terreno plano; do mesmo modo, a Vênus, junto do porto. Pois também os arúspices etruscos, nos escritos das suas ciências, solenemente afirmaram que os fanos[308] de Vênus, Vulcano e Marte deveriam ser edificados fora da muralha, a fim de que o desejo venéreo não se tornasse habitual dentro da urbe, nos adolescentes e nas mães de família, e que, convocada a força de vulcano fora do recinto fortificado, através de práticas religiosas e de sacrifícios, os edifícios parecessem ficar libertos do medo de incêndios. Quanto a Marte, se a sua dicindade fosse venerada fora dos muros, não haveria dissenssão armada entre os cidadãos, mas, defedendo a cidade dos inimigos, iria salvá-la do perigo da guerra.
>
> (2) Igualmente, para Ceres será fora da urbe, num lugar aonde niunguém vá com frequência, a não ser quando necessário para o sacrifício; esse lugar deverá ser honrado com uma consciência piedosa e pureza de costumes. Aos restantes deuses, deverão ser distribuídos locais de recintos sagrados[309] adaptados às especificidades dos seus sacrifícios.
>
> No que diz respeito à cosntrução dos templos sagrados às suas comensuralidades, apresentarei no terceiro e quarto volumes as respectivas metodologias, uma vez que no segundo me pareceu bem tratar, antes de tudo, das disponibilidades de materiais que deverão ser preparados para os edifícios, quais as suas potencialidades e utilidades, expondo, em seguida, as medidas desses edifícios e enunciando as ordens[310] e os gêneros dos sistemas de medidas de cada uma delas, tratando disso em volumes singulares.

Objetivo: Apresentar os passos para a fundação das cidades: escolha das áreas para os templos sagrados, foro e restante dos espaços comuns.

46

Tema: Proposta arquitetônica de Dinócrates a Alexandre da Macedônia.

---

[302] *Emporium*: empório, praça de comércio marítimo, junto ao porto (Livro V/XII/1).
[303] *Civitates*: cidade, geralmente tomada mais no sentido social e jurídico do que no sentido físico, aqui também usado; acepção que será recuperada na Antiguidade tardia.
[304] *Gymnasium*: ginásio, de contexto grego, que teve em parte continuidade na *palaestra* (Livro V/XI/1).
[305] *Amphitheatrum*: anfitetaro, sendo aliás a primeira referência que conhecemos do termo. Não o descreve talvez porque no seu tempo essa infraestrutura era ainda incipiente. Em contrapartida, descreve muito bem o *theatrum*, no Livro V.
[306] *Circus*: circo, infraestrutura para corridas de carros, com *cauea*, *spina* e *carceres*.
[307] *Oppidum*: cidade fortificada. Em Vitrúvio, essa palavra parece ser sinônima de *moenia* e de *civitas*. Mas o termo *moenia*, "muralhas" é usado mais como metonímia, tomando a parte fortificada pelo conjunto da cidade. Por sua vez, o termo *civitas*, "cidade", sublinha o conceito jurídico da cidade como ponto de referência para os cidadãos. Por vezes, Vitrúvio usa o termo *urbs*, "urbe", para se referir á cidade, ainda que mais raramente, porque, de fato, para os romanos, a *Vrbs* por excelência era Roma.
[308] *Fana*: templos. Singular: *fanum*.
[309] *Templa*: recintos sagrados, templos. A distinção que Vitrúvio faz entre *templum* e *aedes* parece estar de acordo com o sentido primitivo de *templum*: um espaço delimitado e sagrado para o culto dos deuses e, no contexto etrusco, para o exercício divinatório dos áugures. Sentido próximo de *temenos*.
[310] *Ordines*: ordens, singular *ordo*. Como noutras passagens, Vitrúvio indica que o termo ordem aplicado aos diferentes estilos arquitetônicos já se usava no seu tempo.

Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/Pr/2
Conteúdo:

> [...] Sou Dinócrates, arquiteto macedônio, que te trago ideias e projetos dignos da tua celebridade. Planejei dar ao monte Atos a forma de uma estátua viril em cuja mão esuerda tracei as muralhas de uma amplíssima cidade e na direita uma pátera que receberá a água de todas as nascentes que existem nesse monte e da qual será lançada no mar.

Objetivo: Defender o conteúdo do livro II.

47

Tema: Resposta de Alexandre a Dinócrates: uma cidade precisa ser autossustentável.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/Pr/3
Conteúdo:

> Deleitado Alexandre com a originalidade desse projeto, logo lhe perguntou se existiam campos em volta que pudessem sustentar aquela cidade com a necessária provisão de cereais. Como concluísse que não era possível, a não ser através de transportes marítimos, disse: "Dinócrates, prestei atenção e agradou-me o teu excelente plano. Todavia, dou conta de que, se alguém fundar uma colônia nesse local, talvez venha a ser criticado pela sua decisão. Assim como uma criança recém-nascida não pode alimentar-se nem continuar a crescer para a vida sem o leite de uma ama, assim não poderá crescer uma cidade sem campos e sem frutos que deles venham para dentro de seus muros, uma vez que não poderá desenvolver-se sem abundância de alimentos nem poderá sustentar a sua população se não tiver recursos. E assim, embora julgue o teu projeto digno de louvor, considero de reprovar o local escolhido[311]. Todavia, quero que fiques junto de mim, porque utilizarei os teus planos".

Objetivo: Defender o conteúdo do livro II.

48

Tema: Apresentação do Livro II.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/Pr/4-5
Conteúdo:

> (4) [...] A mim, porém, ó Imperador, não ofereceu a natureza boa aparência [como a de Dinócrates], a idade desfeou-me o rosto e a doença me subtraiu as forças. E, porque estou privado desses apoios, espero conseguir a tua recomendação através dos méritos da ciência e através destes escritos.
>
> (5) Tendo, efetivamente, no primeiro livro escrito sobre o ofício da arquitetura e sobre as características dessa arte, bem como das cidades fortificadas e da distibuição dos espaços dentro das muralhas, segue-se a ordenação dos templos sagrados e dos edifícios públicos e privados, de modo a explicar quais deverão ser as suas proporções e comensuralidades. Julguei que deveria antes disso tratar dos recursos de materiais, expondo como se devem construir os edifícios de acordo com a interligação das estruturas, as características dos materiais, expondo como se devem construir os edifícios de acordo com a interligação das estruturas, as características dos materiais e as potencialidades de utilização, bom como referindo que princípios naturais presidem à sua preparação. Porém, ainda antes de iniciar a explicação dessas coisas naturais, falarei da economia dos edifícios, onde tiveram a sua origem e como se desenvolveram as suas formas, seguindo a correlação com a natureza e aqueles que escreveram sobre os primórdios da humanidade e sobre a constante procura de novas

[311] Posteriormente, segundo Vitrúvio (Livro II/Pr/4), Dinócrates foi o responsável pela construção da cidade de Alexandria, no Egito, onde encontro as condições favoráveis para a fundação de uma cidade..

invenções. Farei, portanto, a exposição de acordo com o modo como fui instruído por eles[312].

Objetivo: Defender o conteúdo do livro II.

49

Tema: Sequência natural do Livro I, conteúdo e finalidade do Livro II.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/I/8-9
Conteúdo:

(8) Mas se alguém quiser criticar a sequência deste livro, por julgar que ele deveria ter sido posto no início, não julgue que errei, como vou explicar. Ao escrever um tratado[313] de arquitetura, pensei em versar no primeiro volume sobre os conhecimentos e disciplinas de que ela deverá ser ornada, definir o âmbito da sua especialidade e dizer de que realidades é originada. Igualmente, também aí proclamei o que convém haver num arquiteto. Portanto, no primeiro livro tratei do ofício[314] dessa arte[315]. Neste, dissertarei sobre a essência natural dos materiais, do uso que poderão ter. Pois este livro não tratará de onde provém a arquitetura, mas de onde se encontram as origens dos edifícios e os princípios pelos quais eles foram gradualmente crescendo e progredindo até sua perfeição.

(9) Daí que a sequência deste volume se encontrará na ordem e no lugar adequados. Assim voltarei ao meu propósito e avaliarei dos recursos apropriados para os acabamentos dos edifícios, como eles parecem ter sido criados pela natureza e como são moderados pelas misturas da convergência dos elementos originais, a fim de que não se tornem obscuros, mas claros para os leitores[316]. De fato, nenhum tipo de material, de corpo, ou de qualquer outra coisa poderá ser originado ou percebido pela inteligência fora desse encontro dos elementos originais, nem de outra maneira a natureza poderá descobrir explicações verdadeira nas lições dos físicos, a não ser que as causas inerentes a essas coisa sofram demonstrações, seguindo uma lógica rigorosa, explicando a sua razão de ser.

Objetivo: Defender o conteúdo e a disposição do livro II na obra.

50

Tema: Apresentação do Livro III.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/Pr/4
Conteúdo:

No primeiro livro, ó Imperador, expus e submeti à tua consideração as causas da arte e as suas caracteríscas, bem como em que disciplinas deverá ser educado o aqrquiteto e em que áreas covém que ele seja especialista. Expliquei as razões da divisão em partes do conjunto da qrquitetura e apresentei definições. Em seguida, porque deveria vir em primeiro lugar e é necessário, tratei dos recintos das cidades, mencionei a melhor forma de scolher lugares salubres, mostrei através de esquemas geométricos quais são e de que regiões sopram cada um dos ventos, ensinei a maneira de distribuir corretamente dentro das cidades as praças e as ruas, tendo desse modo constituído o conjunto do meu primeiro livro. No que diz respeito ao segundo, falei dos materiais utilizados na construção e das qualidades que a natureza lhes atribuiu.

---

[312] Assim, no Livro II/I/1-7, Vitrúvio faz um resumo histórico e antropológico sobre a relação dos homens com o espaço, englobanco tanto a utilização dos elementos naturais quanto a construção de templos, casas e edifícios.
[313] *Corpus*: aqui no sentido de "tratado".
[314] *Officium*: ofício, profissão, especialidade, trabalho.
[315] *Ars*: arte, a arte do arquiteto.
[316] Vitrúvio concentra os dez capítulos do Livro II na descrição e análise dos materiais necessários para construção (Livro II/X/3).

Agora, no terceiro, tratarei dos templos sagrados dos deuses imortais e explanarei circunstanciadamente as suas regras como convém.

Objetivo: Apresentar o conteúdo do livro III.

51

Tema: Composição dos templos e comensuralidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/I/1
Conteúdo:

A composição[317] dos templos assenta na comensuralidade, a cujo princípio os arquitetos deverão se submeter-se com muita diligência. A comensuralidade nasce da proporção[318], que em grego se diz *analogia*. A proprorção consiste na relação modular[319] de uma determinada parte[320] dos membros, tomados em cada seção ou na totalidade da obra, a partir da qual se define o sistema das comensuralidades. Pois nenhum templo poderá ter esse sistema sem conveniente equilíbrio e proporção e se não tiver um rigorosa disposição como os membros de um homem bem configurado[321].

Objetivo: Demonstrar a importância da comensuralidade na composição dos templos.

52

Tema: Tipologia dos templos de acordo com seu alçado.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/1
Conteúdo:

As tipologias dos templos de acordo com o aspecto das suas formas exteriores, são: primeiro, *in antis*[322], que em grego se diz *naos en parastasin*[323]; depois prostilo[324], anfiprostilo[325], períptero[326], pseudodíptero[327], [díptero][328], hípetro[329]. As suas formas se apresentam de acordo com estas disposições.

Objetivo: Descrever a tipologia dos templos.

53

Tema: Características do templo *in antis*.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/2
Conteúdo:

O templo *in antis* será quele que tive no frotispício as pilastras das paredes que circundam a cela[330], e entre elas, no meio, duas colunas, tendo em cima um fastígio[331],

---

317 *Compositio*: composição, no sentido de ordenação dos elementos arquiteturais num todo.
318 *Proportio*: proporção, palavra que tem na sua gênese a ideia de uma parte e a sua relação com o todo.
319 *Commodulatio*: relação modular que corresponde à *symmetria*. Tem como referência o módulo, a *rata pars*.
320 *Rata pars*: uma determinada parte, ou seja, o módulo.
321 A partir daqui, Vitrúvio usa o Livro III/I/2-9 para fazer uma analogia entre o corpo humano e o sistema de comensuralidades dos templos. Dessa parte surgiu o que se denominou de "Homem Vitruviano".
322 *In antis*: com pilastras.
323 Templo com muros terminando em pilastras.
324 *Prostylos*: com colunas à frente.
325 *Amphiprotylos*: com colunas à frente e atrás
326 *Peripteros*: com colunas em volta.
327 *Pseudodipteros*: de falsa ala dupla. Também dito exostilo, por apresentar apenas a ala exterior.
328 *Dipteros*: de ala dupla.
329 *Hypaetros*: a céu aberto, descoberto.
330 *Cella*: compartimento interior do templo clássico, para abrigo da estátua ou *simulacrum* da divindade.
331 *Fastigium*: frontão, fastígio, trelhado inclinado de duas águas, cumeeira.

colocado de acordo com a comensuralidade, que neste livro será exposta em pormenor. Um exemplo dessa tipologia poderá ser de entre os três templos às Três Fortunas, aquele que está mais perto da Porta da Colina[332].

Objetivo: Caracterizar o templo *in antis*.

54

Tema: Características do templo prostilo.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/3
Conteúdo:

O templo prostilo tem tudo como o anterior [*in antis*][333], mas com duas colunas face às pilastras angulares e sobre elas epistílios semelhantes aos dos templos *in antis*, travando à direita e à esquerda cada um dos ângulos[334] das paredes. Há um exemplo na ilha Tiberina, no templo de Júpiter e de Fauno.

Objetivo: Caracterizar o templo prostilo.

55

Tema: Características do templo anfiprostilo.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/4
Conteúdo:

O anfiprostilo apresenta-se com tudo o que tem o prostilo, além de que possui, do mesmo modo, colunas e fastígio na parte de trás[335].

Objetivo: Caracterizar o templo anfiprostilo.

56

Tema: Características do templo períptero.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/5
Conteúdo:

O períptero, por sua vez, será quele que tiver, seja no frontispício, seja na parte posterior, seis colunas e, nos lados, com as angulares, onze. Mas essa colunas deverão ser colocadas de tal modo que em volta, entre as paredes e as filas das colunas que ficam do lado de fora, haja espaço livre igual a largura do intercolúnio[336], assim se obtendo uma zona de circulação em volta da cela do templo, como no de Júpiter Estator, levantado por Hermodoro[337], no pórtico de Metelo e no da Honra e da Virtude, erigido por Múcio[338], sem tratamento de fachada posterior, junto dos Monumentos de Mário.

Objetivo: Caracterizar o templo períptero.

---

[332] *Porta Collina*: onde se situa a nascente do Quirinal, em Roma.
[333] Grifo meu.
[334] *Versurae*: versuras, lugares onde as paredes fazem ângulo ou mudam de direção. Termo vitruviano usado sobretudo no contexto do teatro, mas também no da palestra dos banhos.
[335] *Posticum*: a parte de trá de um edifício ou de um templo, fachada posterior. Não confundir com opistódomo, que era um pequeno compartimento que nos templos gregos existia atrás da *cella*.
[336] *Intercolumnium*: intercolúnio, distância entre as colunas, sempre tendo presente uma referência modular, a qual permite também classificar variedade de templos.
[337] *Hermodorus*: arquiteto de Salamina (Chipre) que viveu no século II a.C. e que planejou em Roma o templo de Marte dedicado por Bruto Galaico.
[338] *G. Mucius*: arquiteto romano um pouco anterior a Vitrúvio.

57

Tema: Características do templo pseudodíptero.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/6
Conteúdo:

> O pseudodíptero, por seu turno, será de tal maneira constituído que haja oito colunas no frontispício e na parte de trás, sendo quinze nos lados, incluindo as angulares. Mas as paredes da cela deverão ficar contra as quatro colunas do meio, seja no frontispício, seja no lado de trás. Dessa forma, em volta, entre as paredes e as filas das colunas que ficam do lado de fora, haverá um espaço livre iguala dois intercolúnios e a um diâmetro inferior de coluna. Não há exemplo dessa tipologia em Roma, mas existe em Magnésia o templo de Diana, construído por Hermógenes[339], e em Alabanda o de Apolo, levantado por Menestes[340].

Objetivo: Caracterizar o templo pseudodíptero.

58

Tema: Características do templo díptero.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/7
Conteúdo:

> Quanto ao díptero, é o octoestilo no pronau quanto na fachada posterior, mas tem em volta do templo filas duplas de colunas, como o templo dórico de Quirino[341] e, em Éfeso, o jônico de Diana, construído por Quérsifron[342].

Objetivo: Caracterizar o templo díptero.

59

Tema: Características do templo hipetro.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/II/8
Conteúdo:

> Finalmente, o hipetro é um templo decastilo no pronau e no lado posterior. No restante, tem as mesma características que o díptero, mas na parte inferior dispõe de duas colunas repetidas em altura, afastadas da parede, formando um perímetro, como um pórtico de peristilo. A zona média, ao ar livre, fica sem teto. A entrada tanto se faz pela parte da frente comopela parte de trás, por portas de dois batentes. Não há nenhum exemplo em Roma, mas em Atenas existe o tipo octostilo, no Olimpieu consagrado a Júpiter.

Objetivo: Caracterizar o templo hipetro.

---

[339] *Hermogenes*: arquiteto helenístico natural de Priene (Jônia, Ásia Menor), cuja atividade se situa na transição do século III para o século II a.C., que teria sido também o autor de um tratado (Livro VII/Pr/12) sobre esse templo de Magnésia do Meandro, cidade da Lídia, perto de Éfeso.
[340] *Menethes*: arquiteto helenístico do século II a.C., possivelmente discípulo de Hermógenes. Alabanda é uma cidade da Cária, Ásia Menor.
[341] *Aedes Quirinis*: templo ao deus Quirino, em Roma, consagrado por *L. Papirius Cursor* em 293 a.C.
[342] *Chersiphron*: arquitetocretense do século VI a.C., também referido neste tratado, juntamente com seu filho Metagenes, no Livro VII/Pr/12 e em X/II/11.

60

Tema: Classificação dos templos de acordo com os intercolúnios[343].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/III/1
Conteúdo:

> São cinco as espécies de templos, que têm as seguintes designações: picnostilo, ou seja, de colunas cerradas; sistilo, um pouco bastas; diastilo, mais amplamente abertas; areostilo, com as colunasmais distanciadas entre si do que convêm; e eustilo, com uma justa distribuição de intervalos.

Objetivo: Classificar as espécies de templo de acordo com os intercolúnios.

61

Tema: Apresentação do Livro IV[344].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/Pr/1-2
Conteúdo:

> (1) Tendo reparado, ó Imperador, que muitos deixaram dispersos preceitos e livros de comentários sobre arquitetura, como partículas não ordenadas e apenas principiadas, julguei que seria digno e utilíssimo ordenar antes de mais nada o *corpus* dessa disciplina segundo uma metodologia equilibrada e expor pormenorizadamente em cada um dos livros as características de cada um dos temas. Desse modo, ó Cesar, no primeiro volume falei-te do ofício da arquitetura e em que assuntos convém que seja versado o arquiteto. Nos segundo, dos materiais de construção. No terceiro, das disposições dos templos sagrados e da variedade dos seus gêneros e espécies, bem como da metodologia de cada uma dessas variedades.
>
> (2) Ensinei, entre os três gêneros, as sutilíssimas medidas das proporções dos módulos, segundo os cânones da ordem jônica. Agora, no presente livro, tratarei das convenções dóricas e coríntias, de que referirei as respectivas diferenças e características.

Objetivo: Apresentar o conteúdo do livro IV.

62

Tema: Orientação dos templos.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/V/1-2
Conteúdo:

> (1) As direções para as quais devem estar voltados os templos sagrados dos deuses imortais deverão ser planejadas do seguinte modo: se nehuma razão impedir e se tiver total desobstrução, o templo e a estátua colocada na cela devem estar voltados para a região vespertina do céu, de forma que os que se aproximam da ara[345] para imolar ou fazer sacrifícios olhem para a parte do céu nascente e para a imagem que estiver no templo, pois assim os que dirigem súplicas aos deuses poderão contemplar o templo e o oriente do céu, de onde parecerão surgir as próprias estátuas olhando

[343] Vitrúvio dedica o Livro III/III a classificação dos templos de acordo com os intercolúnios, fornecendo detalhes sobre as cinco espécies de templos por ele citadas a partir da disposição das colunas. O Livro III/IV-V se dedica a estrutura e as disposições dos templos. Como o nosso interesse se restringe apenas a identificação do tipo de templo a fim de localizá-lo em nosso recorte espacial, optamos por não selecionar os demais conteúdos do Livro III.
[344] Vitrúvio dedica o Livro IV as diferenças e características entre os templos jônico, dórico, coríntio, ático e toscano.
[345] *Ara*: altar. Entrava-se em frente ao frontispício do templo, com a sua mesa orientada para o nascente (Livro IV/IX/1).

complacentemente para os suplicantes e sacrificantes, porque parece necessário que todas as aras do deuses estejam direcionadas para o oriente.

(2) Se, porém, a natureza do lugar impedir, deve-se mudar o ordenamento dessas orientações, de modo que a maior parte do recinto fortificado da cidade possa ser avistada a partir dos templos dos deuses. Igualmente, se o templo sagrado tiver de ser construído junto a um rio, como no Egito ao longo do rio Nilo, será conveniente ficar de frente para suas margens. Do mesmo modo, se forem levantados edifícios aos deuses ao longo das vias públicas, serão de tal forma planejados que os transeuntes possam voltar os olhos e fazer as saudações na presença dos deuses.

Objetivo: Descrever o processo de orientação dos templos.

63

Tema: Apresentação do Livro V.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/Pr/1-3, 5
Conteúdo:

(1) Aqueles que explicaram, ó Imperador, em obras mais amplas, os preceitos e os pensamentos da sua sabedoria, acrescentaram aos seus escritos uma máxima e egrégia autoridade. Oxalá que o mesmo se verifique nos nossos próprios estudos: que a um maior aprofundamento nesses comentários corresponda também uma mior autoridade. Todavia, isso não é tão fácil como à primeira vista poderá julgar-se. Escrever sobre arquitetura não é o mesmo que escrever sobre histórias ou poesia. As histórias, por si mesmas, entretêm os leitores. Com efeito, trazem várias expectativas de coisas novas. Por sua vez, a métrica e as sílabas dos cantos dos poemas, a disposição elegante das palvras e das frases entre personagens distintas e a recitação dos versos, atraindo os sentimentos dos leitores, transportan-nos sem dificuldades até a última página das obras.

(2) Porém isso não se verifica em tratados de arquitetura, porque os vocábulos, concebidos pela própria especificidade da arte, trazem obscuridade à linguagem, por não serem de uso comum. Como eles, de *per si*, não são claros nem transparecem na língua corrente, se os escritos que longamente divagam sobre os preceitos não forem resumidos e explicados em pequenas e claras definições, tornam-se confusos para as mentes, devido a repetição e à prolixidade da terminologia. Nessas circunstâncias, exporei brevemente os difíceis termos técnicos e as proporções das partes dos edifícios, para que sejam entregues à memória. E, assim, as mentes poderão recebê-los de modo mais diligente.

(3) Até porque, vendo a cidade ocupada com os negócios públicos e privados, julguei que deveria escrever em poucas palavras, para que os que recorressem a esse tratado pudessem rapidamente consultá-lo no pouco tempo livre de que dispõem [...].

(5) Tendo sido, pois, essas coisas observadas de modo natural ne vendo que devo escrever sobre temas inusitados e difíceis para muitos, a fim que mais facilmente possam chegar ao entendimento dos leitores, resolvi produzir textos breves, porque assim serão de mais fácil percepção. Estabeleci a metodologia de modo que os interessados não fizessem uma recolha separadamente, mas que, a partir do todo da obra e em cada um dos livros, encontrassem explicações para os vários assuntos. Desse modo, ó Cesar, no terceiro e quarto volumes, expus as regras dos templos sagrados. Neste tratarei das disposições dos espaços públicos. Primeiramente, do foro e do modo com deverá ser planejado, porque nele é gerida pelos magistrados a ordenação dos negócios públicos e privados.

Objetivo: Apresentar o conteúdo do livro V.

64

Tema: Disposição do foro na Grécia e em Roma.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/I/1
Conteúdo:

> Os gregos dispõem os foros num quadrado com amplos pórticos duplos e colunas cerradas, que adornam com epistílios de pedra e de mármore, e nos pavimentos superiores controem passeios[346]. Todavia, nas cidades da Itália, não se deve proceder desse modo, porque nos foi deixado pelos nossos maiores o costume de apresentar jogos de gladiadores no foro.

Objetivo: Diferenciar a disposição do foro na Grécia e em Roma.

65

Tema: A planta do foro.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/I/2
Conteúdo:

> Por isso se dispõem intercolúnios mais espaçosos para a assistência e em volta, nos pórticos, se colocam lojas bancárias, assim como balcões nos pavimentos superiores, dispostos para utilidade e adequado rendimento público. Há toda conveniência em que as medidas sejam calculadas levando em conta a quantidade de habitantes, a fim de que o foro não pareça nem espaço pequeno para as necessidades, nem largo em demasia pela falta de povo. A sua largura será definida de sorte que tenha duas partes das três em que for dividido em comprimento. Assim, desse modo, a sua planta[347] será oblonga, e a sua disposição, útil para a realização de espetáculos.

Objetivo: Apresentar uma proposta de planta do foro.

66

Tema: As colunas do pórtico do foro.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/I/3
Conteúdo:

> As colunas superiores deverão ser executadas uma quarta parte menos que as inferiores, porque, para suportar o peso as colunas de baixo devem ser mais fortes que as de cima. Convém imitar aqui também a natureza das plantas, pois nas árvores bem proporcionadas, tais como o abeto, o cipreste e o pinheiro, vemos que nehuma delas é mais grossa em cima do que na base, antes se contraindo natural e uniformemente desde a raiz até o alto e á medida que vai crescendo em altura. Portanto, se a natureza assim dispõe com as plantas, será igualmente lógico que o que está por cima deverá ser diminuído em altura e espessura do que o que está em baixo.

Objetivo: Descrever a execução das colunas do pórtico do foro.

---

[346] *Ambulationes*: termo genérico que significa passeios, normalmente descobertos, ou outros espaços de circulação sobre os pórticos. Aqui indica zona de circulação sobre os pórticos. Singular: *ambulatio*.
[347] O termo *formatio* é traduzido aqui por planta, mas deverá ser aproximado dos conceitos da *dispositio* vitruviana*, ichnographia* (planta), *orthographia* (alçado) e *scaenographia* (perspectiva) (Livro I/II/2).

67

Tema: Localização e planta da basílica[348].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/I/4
Conteúdo:

> Convém que os locais das basílicas se situem junto dos foros e nas partes mais quentes, a fim de que, no inverno, os comerciantes reunir-se nelas sem o incômodo do mau tempo. A sua largura deve ser determinada de modo que naõ seja menor que a terça parte nem maior que a metade do respectivo comprimento, salvo se a natureza do lugar tal impedir e obrigar a fazer a proporção de outra maneira. Quando longitudinalmente houver maior disponibilidade de espaço, deverão ser construídos calcídicos[349] nos extremos, como os que existem na Basílica Júlia Aquiliana[350].

Objetivo: Descrever a disposição da basílica no foro.

68

Tema: O erário, o cárcere e a cúria.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/II/1-2
Conteúdo:

> (1) O erário, o cárcere e a cúria deverão estar ligados ao foro, mas de maneira que as suas dimensões sejam proporcionais a este. Nomeadamente, e em primeiro lugar, a cúria deve ser construída de acordo com a dignidade do município ou da cidade. Se for quadrada, a sua altura corresponderá a uma vez e meia a sua largura. Se retangular, somados o comprimento e a largura, será atribuída metade dessa soma à altura, até os lacunários[351] do teto.
>
> (2) Além disso, as paredes do recinto deverão ser circuncidadas, a meia altura, por cornijas[352] de madeira ou estuque[353]. Se assim não se fizer a voz dos que participam nos debates, subindo para o alto, não poderá ser entendida pelos ouvintes. Estando as paredes circundadas por cornijas, a voz, demorada embaixo, será apreendida pelos ouvidos, antes de se dissipar, arrebatada, nos ares.

Objetivo: Localizar o erário, o cárcere a cúria em relação ao foro.

69

Tema: A localização do Teatro[354].

---

[348] No Livro V/I/5-10 Vitrúvio descreve as naves, pisos, traçado, plano, espaço absidado para o tribunal, economia e beleza na construção, cobertura da basílica.
[349] *Chalcidica*: calcídicos, pórticos ou galerias. O termo *chalcidicum* significa por vezes o "andar superior das casas" e aí *cenaculum* ou mesmo as "varandas". A origem pode estar em *Chalcis*, cidade da Elbeia que teria colonizado Cumas, perto de Nápoles.
[350] *Iulia Aquiliana*: basílica até hoje não localizada.
[351] *Lacunaria*: caixotões, muitas vezes com florões e molduras. Painéis emoldurados no teto. Sofito. Singular: *lacunarium*.
[352] *Opus intestinum*: obra de interior de madeira.
[353] *Opus albarium*: estuque. Vitrúvio refere pormenor a sua feitura e uso no Livro VII/II-V. Normalmente aparece associado a *opus tectorium*, que significa o mesmo num sentido mais dinâmico, como a ação de rebocar, de cobrir uma superfície com cal, gesso ou argamassa de cal e areia. *Opus albarium* tem um sentido mais estático, ligado à cor branca da cal. A expressão *albarius tector*, significando "estucador", permite fazer a ponte entre as duas nomenclaturas.
[354] No Livro V/III/4-8, Vitrúvio se dedica a disposição interna do teatro como linearidade dos degraus e muretes, acústica e ressonância. No capítulo IV, ele se ocupa com as questões harmônicas, cromáticas e diatônicas de acordo coma ciência musical. O capítulo V trata da distribuição das caixas de ressonância nos diferentes tipos de teatros.

Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/III/1-3
Conteúdo:

(1) Uma vez estabelecido o foro, deve-se escolher para o teatro o lugar mais saudável possível, para a realização do espetáluco dos jogos nos dias festivos dos deuses imortais, de acordo com o que já foi escrito no Livro I acerca da salubridade na localização dos recintos das cidades. Quando há jogos, os que se encontram sentados com as suas mulheres e filhos, deleitados os corpos imóveis com o prazer do espetáculo, apresentam as veias expostas, na penetra o sopro dos ventos que procedem de regiões palustres ou de outros lugares doentios, infundindo nos corpos exalações nocivas. Por isso, se o local do teatro for escolhido com muito cuidado, evitam-se as doenças.

(2) Será providenciado também que não receba o ímpeto do sul. Com efeito, quando o sol enche a cávea, o ar fechado dentro, sem ter a possibilidade de se renovar, inflama-se, movendo-se sobre si próprio, cresta e queima, ardente, esvaindo a umidade dos corpos. Por esta razão, devem ser evitadas ao máximo, mediantes essas coisas, as exposições doentias, devem-se escolher as salubres.

(3) Mais fácil será a preparação dos fundamentos se se construir nos montes, mas se a necessidade obrigar a que se contrua num local plano ou palustre[355], deverão ser lançados alicerces ou muros semelhantes as fundações dos templos sagrados, como foi escrito no Livro III. Sobre os fundamentos e a partir dos muros intermediários serão colocados os degraus[356] em obra de pedra ou de mármore.

Objetivo: Descrever a localização do teatro.

70

Tema: O projeto do teatro.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/VI/1
Conteúdo:

A planta do teatro deverá ser elaborada de modo que, determinado o perímetro da base, se trace uma linha circular a partir do centro e se inscrevam nela quatro triângulos iguais que toquem a intervalos a linha de extremidade do círculo, como se faz na astrologia dos doze signos celestes, segundo a harmonia musical dos astros. Desses triângulos, aquele cujo lado estiver mais próximo da cena determinará aí, na linha que intersecta a curvatura do círculo, o lugar da fronte da cena, sendo traçada pelo centro do círculo uma linha paralela a esta que fará a separação entre o estrado do proscênio e a zona da orquestra.

Objetivo: Apresentar um projeto de teatro.

71

Tema: Diferenças entre teatro romano e teatro grego[357].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/VI/2
Conteúdo:

[355] São vários os exemplos de construção, especificamente de anfiteatros, em zonas com água, como o Anfiteatro Flávio, construído sobre onde se encontrava o lago de Nero, o anfiteatro de Conímbriga, que se encontra sobre uma linha de água, próximo à Coimbra, em Portugal.
[356] *Gradationes*: aqui significa a série de degraus ou assentos em degrau que revestem a cávea. Em geral, e no contexto do teatro, significa "escadas", paralelamente a *gradus*.
[357] Nos capítulos VI-IX, Vitrúvio se aprofunda nas diferenças estruturais entre os teatros grego e romano, falando sobre a planta, os pórticos, acessos á orquestra, cenários, proporções das colunas, jardins e passeios a céu aberto.

> Desse modo, o palco[358] será mais amplo que no teatro grego, porque todos os artistas[359] representam na cena, ficando na orquestra os lugares destinados às cadeiras dos senadores. E a altura do estrado de representação não deverá ter mais que cinco pés, para que os que estão na orquestra possam observar os gestos de todos os atores. Os cúneos das bancadas deverão ser traçados de modo que as subidas e as escadas que os dividem correspondam, até o primeiro murete, aos ângulos dos triângulos que correm à volta da curvatura da orquestra. Em cima, os cúneos médios e superiores deverão corresponder a acessos alternados.

Objetivo: Diferenciar o teatro grego do teatro romano.

72

Tema: Os banhos[360].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/X/1
Conteúdo:

> Em primeiro lugar, deve-se escolher mais quente possível, ou seja, protegido do setentrião[361] e do aquilão[362]. Os próprios caldários[363] e tepidários[364] deverão ter de inverno, luz do poente e, se por acaso a natureza do lugar tal impedir, deverão então, de toda maneira, ser virados a sul, porque o tempo dos banhos é sobretudo desde o maio-dia até a tarde. Também se deve ter em conta que os caldários femininos e masculinos sejam colocados juntos e com as mesmas disposições. Assim será o procedimento, a fim de que, nos equipamentos dos banhos, um hipocausto[365] comum sirva a uns e a outros. Sobre o hipocausto deverão ser colocadas três banheiras de bronze, uma como caldário, outra como tepidário e uam terceira como frigidário[366], de tal maneira dispostas que, á medida que a água quente for saindo do tepidário para o caldário, do mesmo modo vai fluindo do frigidário para o tepidário. As abóbadas dos alvéolos[367] serão aquecidas pelo hipocausto comum.

Objetivo: Descrever a construção, disposição e funcionamento das termas.

---

[358] *Pulpitum*: espaço de representação propriamente dito e equivalente a *scaena*, tomando esta em sentido estrito. Em sentido lato, a *scaena* é o conjunto dos *proscaenium*, *pulpitum* e *scaenae frons*. Vitrúvio refere-se quase sempre ao estrado de representação ou palco como *pulpitum*. A *scaenae frons*, a construção em fachada com dois ou três andares com estátuas e decorações arquitetônicas, no âmbito das cenas trágica, cómica ou satírica, chama também, simplesmente, de *scaena*.
[359] *Artifices*: artificex é todo aquele que exerce uma arte, seja ele, escritor, artista, operário... Aqui o termo é aplicado aos atores porque exercem a arte da representação. No entanto, Vitrúvio também distinguirá, no teatro grego, os atífices dos atores.
[360] No capítulo X/II-V, Vitrúvio discorre sobre a disposição interna dos banhos.
[361] Vento-norte.
[362] Vento-nordeste.
[363] *Caldaria*: plural de *caldarium* ou *calidarium* (de *caleo*), zonas de água quente nas termas, banhos quentes, estufas, caldeiras, banheiras de água quente.
[364] *Tepidaria*: plural de *tepidarium*, zona, compartimento ou banheira de água tépida nas termas.
[365] *Hypocausis*: o mesmo que *hypocaustum*, fornalha de aquecimento das zonas quentes das termas.
[366] *Frigidarium*: zona, compartimento de água fria.
[367] *Alueoli*: alvéolos. Alueolus é o diminutivo de *alueus*, que tanto pode significar "pequeno tanque" como "banheira", "vasilha", "cavidade". Nesse contexto, os *alueoli* poderão ser os canais entre as paredes por onde circulava o ar quente, ou os próprios recintos abobadados onde estavam as banheiras, ou as duas coisas, dado que as abóbadas eram aquecidas, bem como o pavimento e as paredes, por um sistema de distribuição de ar quente que recorria a vãos, canais e zonas ocas. De qualquer maneira, estamos ainda perante balnea incipientes de tipo doméstico, próximo dos banhos gregos do *gymnasia*, longe das grandes termas que em seguida se iniciarão com Agripa.

73

Tema: A palestra.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/XI/1-2
Conteúdo:

> (1) Embora a construção de palestras[368] não seja de costume itálico, parece-me contudo que devo falar delas e explicar como são formadas entre os gregos. Nelas os peristilos[369] serão planeados com forma quadrada ou oblonga, demodo que tenham um circuito deambulatório de dois estádios[370], circuito a que os gregos chama de *diaulos*, com pórticos simples em três dos seus lados e um pórtico duplo no quarto, virado a sul, a fim de que, havendo ventosas intempéries, não posssa a água chegar a parte interior.
>
> (2) Igualmente se deverão construir nos três pórticos êxedras[371] espaçosas, com assentos, nas quais os filósofos, retóricos e outras pessoas que se comprazem nos estudos possam dialogar sentados. No pórtico dúplice colocam-se os seguintes espaços: no centro sala dos efebos[372], que é uma amplíssima êxedra com bancos, um terço mais comprida do que larga. Do lado direito o espaço para exercícios com saco de areia[373], seguido da conistra[374] e entre esta e o ângulo do pórtico, o banho frio, a que os gregos chamam *lutron*. Do lado esquerdo da sala dos efebos, dispõem-se o untório[375], a seguir o frigidário e, já no ângulo do pórtico, a boca da fornalha. Próximo, mas para o interior, na zona do frigidário, ficará a estufa abobadada, com um comprimento duplo da largura, tendo lateralmente, de uma parte, o lacônico, construído do mesmo modo que acima foi escrito e, do outro lado, o banho quente. Nas palestras, os peristilos devem ser bem distribuídos, como também já foi dito acima.

Objetivo: Descrever a construção, disposição e funcionamento das palestras.

74

Tema: Conclusão do capítulo XI[376].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/XI/4
Conteúdo:

> [...] Escrevi pormenorizadamente sobre as coisas que parecem ser necessárias dentro dos muros da cidade[377] e sobre o modo como devem ser dispostas convenientemente.

Objetivo: Concluir o capítulo XI: as coisas que parecem ser necessárias dentro dos muros da cidade.

---

[368] *Palaestra*: significa na partida o exercício da luta; no contexto das termas, o lugar onde se praticava a luta ou outros jogos atléticos. *Gymnasium*.
[369] *Peristylia*: quaisquer zonas rodeadas por colunas, pórticos. Surgem aqui num sentido mais lato que no contexto doméstico, onde *peristylum* tem um lugar fundamental. Vitrúvio usa as forma *peristylo* e *peristylium*.
[370] Cerca de 368 metros.
[371] *Exhedrae*: êxedras. No contexto das termas, salas de planta semicircular ou quadrangular, com assentos unidos e em torno das paredes, salientes na linha exterior dos pórticos, para reunião, discussão filosófica, cultura e leitura. Singular: *exhedra*.
[372] *Ephebeum*: ampla êxedra com bancos para a educação dos jovens, quer sob o ponto de vista cultural, quer sob o ponto de vista físico.
[373] *Coryceum*: sala de exercícios de luta e de ginástica. O nome vem de corycus, córico, saco de couro com areia ou farinha com que se exercitavam os atletas.
[374] *Conisterium*: lugar onde os atletas, depois de se untarem com óleo, se esfregavam com pó ou areia. Conistério, conistra.
[375] *Elaeothesium*: sala onde os atletas se untavam com óleo e faziam massagens. Untório.
[376] Em V/XI/3-4, Vitrúvio trata dos pórticos exteriores, passeios e recessos.
[377] Conforme os Livros I-V, segundo Vitrúvio, nos locais públicos, dentro dos muros da cidade, são necessários praças, ruas, templos, foro, arborização, basílica, erário, cárcere, cúria, teatro, circo, termas e palestra.

75

Tema: Utilidade, características e construção dos portos[378].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/XII/1-3
Conteúdo:

> (1) Também não será de omitir a questão da utilidade dos portos, mas, antes, deverão ser referidos os métodos através dos quais os navios poderão neles se proteger das tempestades. Efetivamente, os portos prestarão naturalmente os melhores serviços se estiverem bem situados e possuírem espigões ou promontórios salientes, a partir dos quais, para o seu interior e segundo a natureza do lugar, sejam formados ângulos ou curvaturas. Em volta, deverão ser construídos pórticos ou arsenais, bem como acesso dos pórticos para os empórios[379]. De um e de outro lado dos portos deverão ser erguidas torres, a partir das quais, por meio de máquinas, se possam passar correntes de ferro de um lado para outro.
>
> (2) Se, todavia, não estivermos na presença de um lugar natural ou idôneo que possa proteger as naves das tempestades, convém agir do seguinte modo: se nenhum rio nesses lugares o impedir, mas houver num dos lados uma enseada, então avansa-se para diante, a partir do outro lado, com estruturas cimentícias[380] e terraplenos que assim conformarão os recintos dos portos. E essas estruturas que ficarão dentro d'água, serão feitas de modo que se traga pozolana[381] das regiões que vão de Cuma ao promontório de Minerva[382] e mistura-se essa de maneira que na argamassa[383] a proporção seja de dois para um.
>
> (3) Em seguida, no lugar que for designado, serão lançadas e firmemente cofragens de estacas de carvalho cingidas por correntes. Entretanto, debaixo d'água, o fundo será aplanado e limpo com a ajuda de pequenas pranchas e aí se amontoará a mistura de argamassa com os seixos, como acima foi escrito, até que encha o espaço para a estrutura entre as cofragens. Os lugares que acima mencionamos já tem naturalmente essas potencialidades. Se, todavia, devido às ondas ou ao ímpeto do mar aberto, as amarras não puderem suster as cofragens, nesse caso será erguido o mais solidamente possível, a partir do prórpio terreno ou do molhe, um estrado nivelado horizontalmente até o meio, sendo na parte restanto, do lado da margem, inclinado.

Objetivo: Descrever a utilidade, características e o processo de construção de portos.

76

Tema: Conclusão do Livro V.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): V/XII/7
Conteúdo:

> Neste volume [Livro V], escrevi sobre as coisas que me puderam vir à ideia como necessárias à utilidade dos locais públicos nas cidades, sua construção e acabamento. No que segue [Livro VI], tratarei das utilidades dos edifícios privados e das suas proporções.

Objetivo: Concluir o conteúdo do Livro V - as coisas necessárias à utilidade dos locais públicos nas cidades, sua construção e acabamento.

---

[378] Vitrúvio ainda trata da construção dos portos nos versos 4-7 do Livro V/XII, dissertando sobre o esvaziamento das cofragens com noras, contrução sobre estacaria e os arsenais.
[379] *Emporia*: praças de comércio marítimo.
[380] *Structurae (caementiciae)*: estruturas cimentícias de concreto ou formigão. *Opus caementicium*.
[381] *Pozzolana*: pozolana, areia e pó vulcânicos (*puluis*) da zona de *Pozzuoli*, de onde vem o nome pozolana.
[382] Sorrento.
[383] *Mortarium*: argamassa.

77

Tema: Legitimidade de Vitrúvio como arquiteto.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/Pr/5
Conteúdo:

> Eu, porém, ó Cesar, não me dediquei ao estudo da arte para ganhar dinheiro, pois descobri que mais vale a pobreza com boa fama do que a abundância com infâmia. Daí que eu tenha conseguido pouca celebridade. Todavia, publicados estes livros, espero vir a ser também conhecido da posteridade. Nem será para admirar que eu seja assim ignorado de muitos. Os outros arquitetos rogam e litigam para que seus projetos sejam aceitos. Eu, todavia, sigo o conselho que me foi dado pelos meus preceptores: "mais vale ser solicitado do que importunar, porque um semblante honesto cora de vergonha quando pede um duvidoso. Com efeito, os que dão o benefício é que são solicitados, não os que recebem. Que diremos, pois, sobre o que pensará aquele a quem se roga para despender dinheiro em detrimento do próprio patrimônio, para proveito dos impetrantes, a não ser que isso reddundará apenas em ganho e lucro destes últimos"?

Objetivo: Defender sua legitimidade como arquiteto.

78

Tema: Elemento desencadeador e objetivo da obra de Vitrúvio.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/Pr/6-7
Conteúdo:

> (6) Por isso, os nossos maiores entregavam de preferência as suas obras a arquitetos recomendados pelo nascimento e depois procuravam saber se foram educados honestamente, julgando dever confiar na natural honradez e não na audácia aventureira. E mesmo os próprios artistas ensinavam apenas seus filhos ou parentes próximos, assim preparando aqueles homens bons a cuja a integridade pudesssem ser entregues sem hesitação os pagamentos de tantas coisas. Como, porém, vejo que a grandeza de tão importante disciplina é posta em causa por ignorantes e ineptos, bem como por aqueles que não tem qualquer conhecimento, não apenas de arquitetura como até da simples construção, não posso condenar os pais de família que, apoiados na segunrança do seu próprio conhecimento, edificam eles próprios as suas casas, com a justificação de que, a ser o trabalho entregue a inexperientes, mas vale que eles próprios gastem dinheiro segundo a sua própria vontade do que segundo a dos outros.
>
> (7) Acontece que ninguém procura exercer em sua casa qualquer outra arte, como a de sapateiro, de pisoeiro ou outras, que são mais fáceis. Todavia, exerce-se a da arquitetura, porque os que a professam se intitulam arquitetos, não segundo a verdadeira arte mas falsamente. Por esse motivo, julguei que deveria escrever com diligência um corpus de arquitetura com explanação dos seus preceitos, pensando que será acolhido com agrado ao serviço de toda a gente. Tendo, pois, tratado, no livro quinto, da oportunidade das obras públicas, neste explicarei as normas dos edifícios privados e das suas proporções.

Objetivo: Demonstrar a utilidade de sua obra para os espaços privados.

79

Tema: Adaptação dos edifícios privados ao ambiente geográfico[384].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/I/1-2
Conteúdo:

(1) [...] Portanto, assim como a constituição do Universo em relação à Terra se baseia naturalmente na inclinação do círculo zodíaco e no curso do Sol com díspares qualidades, do mesmo modo se julga deverem ser traçadas as disposições dos edifícios de acordo com as características das regiões e as variedades do céu.

(2) Nas regiões setentrionais, pensa-se ser conveniente que os edifícios sejam construídos abobadados, reguardados ao máximo e não expostos, voltados para as partes quentes. Contrariamente, nas regiões meridionais, sob o ímpeto do sol, porque sujeitos ao calor, os edifícios deverão ser feitos mais abertos e voltados para o setentrião e o aquilão. Desse modo, o que a natureza lesa em demasia será emendado pela arte. De maneira idêntica será feita também uma aferição nas regiões restantes, de acordo com a pósição do céu em relaçãoà inclinação do Universo.

Objetivo: Demonstrar porque os edifícios privados devem se adaptar ao ambiente geográfico.

80

Tema: Tipos de átrios das casas urbanas.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/III/1
Conteúdo:

Os átrios[385] das casa distinguem-se em cinco tipologias: toscano[386], coríntio[387], tetrastilo[388], displuviado[389] e testudinado[390]. Os toscanos são aqueles nos quais as traves dispostas no sentido da largura do átrio tem pranchas[391] e telhas[392] que correm das esquinas das paredes até os ângulos dos vigamentos, sendo assim lançadas as águas das chuva sobre o ripado na direção central do complúvio[393]. No coríntio, colocam-se da mesma maneira as traves e os complúvios, mas as vigas que saem das paredes apoiam-se sobre colunas dispostas em volta. Os tetrastilos são os que possuem colunas angulares sob as traves, proporcionando-lhes suporte e segurança, uma vez que as colunas não são submetidas a uma grande carga nem são oneradas pelas pranchas.

Por sua vez, os displuviados são aqueles nos quais as tábuas de escoamento[394] que sustentam a armação lançam para fora as águas das chuvas. Prestam-se maior utilidade nas residências de inverno, porque os seus complúvios levantados não impedem a

---

[384] Nos versos seguintes desse capítulo, Vitrúvio fará uma associação entre a geografia e as características étnicas dos povos a fim de justificar a supremacia romana a partir da sua localização geográfica e proporções étnicas.
[385] *Caua aedium*: átrios ou cavedios, no sentido de espaço interior em torno da qual se articulam os diversos compartimentos da casa itálica. Literalmente "cavidade", "interior das casas". O autor utiliza depois o termo *atrium*.
[386] *Toscanicum*: toscano ou de tradiçao etrusca.
[387] *Corinthium*: coríntio, por referência à casa grega, designadamente a Corinto. Era o tipo de peristilo de casa grega, com mais de quatro colunas.
[388] *Tetrastylon*: com quatro colunas.
[389] *Displuuiaton*: no sentido de que a inclinação do telhado envolvente da abertura se encontra direcionada para o exterior e não para o interior do átrio.
[390] *Testudinatum*: coberto, fechado com teto, abóboda.
[391] *Interpensiua*: prancha, travessas, tábuas.
[392] *Colliciae*: telhas côncavas, goteiras.
[393] *Compluuium*: complúvio, espaço aberto central na cobertura do átrio; inclinação central do telhado, normalmente em quatro águas, fazendo convergir para o interior as águas das chuvas, na direção do implúvio, o tanque que se encontra no meio do átrio.
[394] *Deliquae:* tábuas, travessas ou caibros que sustentam a armação.

> iluminação dos triclínios[395]. [...] Por fim, os testudinados constroem-se nos lugares onde não há grandes cargas, podendo sobre os madeiramentos dispor-se de espaçosas habitações.

Objetivo: Descrever os tipos de átrios das casas urbanas.

81

Tema: Orientação dos vários compartimentos da casa[396].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/IV/1-2
Conteúdo:

> (1) Trataremos agora das propriedades que apresentam as diversas partes dos edifícios, no que diz respeito ao uso, e as exposições para que de preferência deverão ficar orientados. Os triclínios de inverno e os banhos deverão estar voltados para o ocidente hibernal, devido ao fato de nels ser necessário a luz vespertina, além de que também o Sol, ao incidir o seu esplendor e emitindo calor, torna o lugar mais aquecido ao fim da tarde. Os cubículos[397] e as bibliotecas devem estar virados a oriente. Com efeito, o seu uso matutino exige luz, e também assim os livros não apodrecem nas bibliotecas. Pois, em quaisquer delas que estejam voltadas para o meio-dia, e para o ocidente, os livros são danificados pelas traças e pela umidade, originada e alimentada pelo ventos úmidos que chegam, além de que, espalhando exalações úmidas, corrompem os volumes com bolor.
>
> (2) Os triclínios de primavera e de outono devem estar direcionados para nascente; com efeito, estando eles expostos à luz na direção dos raios do Sol, à medida que ele se dirige para o Ocidente torna-os temperados naquela altura em que habitualmente é necessário o seu uso. Os triclínios de verão devem ficar voltados para o setentrião, porque esta exposição, sendo oposta ao curso do sol, apresenta-se sempre fresca, sã e agradável, ao contrário das outras que, no solstício, se tornam ardentes devido ao calor. A mesma exposição devrão ter as pinacotecas, oficinas de tecelagem e oficinas de pintura, a fim de que as cores mantenham uma qualidade perene no suporte, mercê da constância da luz.

Objetivo: Descrever o uso e as disposições dos vários compartimentos das casas urbanas.

82

Tema: Adequação da casa à função e estatuto do proprietário.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/V/2
Conteúdo:

> Aqueles, porém, que vivem do fruto do campo deverão construir nos seus vestíbulos e estábulos, lojas e, no interior dos edifícios, caves[398], celeiros[399], armazéns[400] e outras instalações que possam estar mais de acordo com a guarda dos produtos do que com a disposição de elegância. No que diz respeito às casas destinadas aos capitalistas[401] e publicanos[402], elas devem ser funcionais, pomposas e protegidas em relação a assaltos;

---

[395] *Triclinia*: sala com três leitos em torno de uma mesa. Aí se tomavam as refeições, permanecendo os convivas deitados de lado em estrados inclinados.
[396] No capítulo III deste livro, Vitrúvio descreve cada compartimento da casa, bem como, a dimensão deles e como construí-los. Optamos por ess perícope porque ela nos possibilita conhecer os compartimentos da casa.
[397] *Cubicula*: cubículos, quarto de dormir. Singular, *cubiculum* (de cugo, estar deitado).
[398] *Cryptae*: caves, cripta.
[399] *Horrea*: celeiros.
[400] *Apothecae*: armazéns.
[401] *Feneratores*: usurários, capitalistas.
[402] *Publicani*: publicanos, cobradores de impostos para o erário público.

> para os forenses[403] e escritores[404], deverão ser mais elegantes e espaçosas para poderem acolher reuniões; para os nobres[405], porém, que devem prestar serviços aos cidadãos, assumindo as honras e as magistraturas, deverão fazer-se régios e amplos vestíbulos, grandiosos átrios e peristilos, arvoredos[406] e os mais largos passeios, com um acabamento ao que convém à majestade; também as suas bibliotecas e basílicas[407] deverão ser levantadas com magnificência semelhante á das obras públicas, porque nas suas casas muitas vezes se tomam quer decisões públicas, quer acórdãos privados e se fazem julgamentos.

Objetivo: Adequar casa à função e estatuto do proprietário.

83

Tema: Conclusão da primeira parte do Livro VI.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VI/V/3
Conteúdo:

> Assim, nada haverá a apontar se, cumprindo essas regras, os edifícios forem dispostos em função das diferentes categorias de pessoas, como no livro primeiro se escreveu a respeito da conveniência; pois tal se apresentará vantajoso e correto em todas as circunstâncias. Essas normas, por outro lado, não se aplicam apenas na cidade, mas também no campo, com a diferença de que na cidade os átris costumam ficar mais próximos das portas e, no campo, surgem logo peristilos de tipo urbano e só depois vem os átrios, apresentando em volta pórticos pavimentados voltados para palestras e passeios. Propus-me, tanto quanto pude, registrar suscintamente os modos de disposição urbana dos edifícios; agora, falarei sobre o planejamento das construções rústicas[408] e com que regras convém dispô-las, de modo a ficarem apropriadas ao uso.

Objetivo: Concluir a primeira parte do Livro VI - os modos de disposição urbana dos edifícios.

84

Tema: Processos utilizados na adução[409].
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VIII/VI/1
Conteúdo:

> Com efeito, executam-se de três maneiras as aduções de águas: por canais, através de condutos de concreto, por canos de chumbo ou por tubos cerâmicos. Faz-se do seguinte modo: se for por condutas, a construção será o mais sólida possível, e o lastro deverá ser nivelado com inclinação não menor que um sicílio por cada cem pés, devendo essas estruturas ser abobadadas, para que a água seja o menos possível tocada pelo sol. Ao chegar às muralhas, levanta-se um arca-de-água e juntos serão feitos três tanques emissários para receber o líquido, dispondo-se nessa arca três canos com igual débito de água para dentro daqueles três tanques, de tal modo que, enchendo o das extremidades, a água transvase para o meio.

Objetivo: Descrever os processos utilizados nas aduções de águas.

---

[403] *Forenses*: forenses, juristas, advogados, homens do foro.
[404] *Diserti*: escritores, literatos, poetas, filósofos.
[405] *Nobiles*: nobres, patrícios, membros das classes mais altas e do Senado.
[406] *Siluae*: arvoredo, bosques, jardins.
[407] *Basilicae*: basílicas privadas, salões de recepção das domus de estatuto, assim designadas por lembrarem as basílicas públicas do foro.
[408] Vitrúvio dedica o capítulo VI da obra às construções rurais. O capítulo VII, por sua vez, apresenta algumas diferenças entre a casa e cultura grega e a romana.
[409] Vitrúvio usa o Livro VIII para dissertar sobre o tratamento da água na cidade.

85

Tema: Levantamento de arcas-de-água e sua localização.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): VIII/VI/7
Conteúdo:

> Será também proveitoso levantar arcas-de-água à distância de vinte e quatro mil pés, a fim de que, acontecendo um estrago em qualquer lugar, não seja preciso levantar a estrutura em toda a sua extensão e se localize mais facilmente o local em que esse estrago aconteceu; todavia, essa arcas deverão ser estabelecidas em lugares de constante pendente e não nas descidas, nem nas zonas planas dos ventres, nem nas ascensões nem, de modo nenhum, nos vales.

Objetivo: Localizar as arcas-de-água.

APÊNDICE E - Análise de conteúdo da obra "A Política" de Aristóteles (Livros I, II, III e IV)[410]

I. PROCESSO DE DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

- **Autor:** Aristóteles[411].
- **Obra[412]:** A Política (Livros I, II, III e IV)[413].
- **Período de Produção:** Século IV a.C.
- **Região de Produção:** Ática, Pólis dos Atenienses.
- **Gênero do Discurso (público/privado):** Privado[414].

II. ANÁLISE DO TEXTO

- **Manifestação da Língua:** Grego Ático.
- **Propriedades da Linguagem:** Antigamente, eram identificados quatro dialetos gregos: ático, jônico, eólico e dórico. O dialeto ático, falado em Atenas entre 500 a.C e 300 a.C e também chamado de Grego Clássico, deriva do antigo dialeto jônico e foi utilizado por alguns dos mais importantes autores gregos, dentre eles Tucídides, Eurípides, Platão e Demóstenes. Em relação a história da língua grega, o Período Clássico (de 900 a.C. a

---

[410] Este procedimento é parte de uma sistematização metodológica de pesquisa voltada às áreas de Ciências Humanas, Sociais, Filosofia e Letras, desenvolvida pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de janeiro (NEA-UERJ), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Maria Regina Candido, coordenadora do NEA-UERJ, fundamentado na obra "Semiótica e Ciências Sociais" de A. J. Greimas (1981). Referência Bibligráfica: CANDIDO, Maria Regina [et al.]. Novas perspectivas sobre Aplicação Metodológica em História Antiga. In: ROSA, Claudia B. A Busca do Antigo. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010, pp. 13-24.

[411] Nota Biográfica: Com a morte de Alexandre, em 323, os partidários da Macedônia vêem-se ameaçados de morte e de perda dos bens pelo partido nacional ateniense, dirigido por Demóstenes. Aristóteles, pró-macedônio, é acusado. Sem aguardar o julgamento que deve condená-lo, deixa Atenas e vai para Cálcis, na ilha de Eubéia. Morre ali um ano depois, em 322, aos 63 anos. Deixa dois filhos, uma menina, Pítia, com o nome de sua mulher, e um menino, Nicômaco, com o nome de seu pai. Diógenes Laércio conta que Aristóteles era um pouco gago, muito magro de pernas, tinha olhos pequenos e gostava de belas roupas. As gravuras mais antigas representam-no com uma longa barba ondulada, um nariz muito arqueado e um bigode pendente.

[412] ARISTÓTELES. A Política. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Vol. 16. São Paulo: Escala, 2008.

[413] Política (em grego: Πολιτικά; em latim: Politica) é um texto do filósofo grego antigo Aristóteles. É composto por oito livros e não existem dúvidas acerca da autenticidade da obra. Acredita-se que as reflexões aristotélicas sobre a política originam-se da época em que ele era preceptor de Alexandre. Ao mesmo tempo, Aristóteles compôs para Alexandre duas obras de caráter político que se perderam: *Os colonos e Sobre a monarquia*. Na filosofia aristotélica a Política é a ciência que tem por objeto a felicidade humana e divide-se em ética (que se preocupa com a felicidade individual do homem na pólis) e na política propriamente dita (que se preocupa com a felicidade coletiva da pólis). O objetivo de Aristóteles com sua Política é justamente investigar as formas de governo e as instituições capazes de assegurar uma vida feliz ao cidadão. Por isso mesmo, a política situa-se no âmbito das ciências práticas, ou seja, as ciências que buscam o conhecimento como meio para ação. Os livros I, II, e III são introdutórios e versam sobre temas como teoria do Estado e classificação das várias espécies de constituição; os livros IV, V e VI tratam da prática política, da natureza das várias constituições e dos princípios que as regulam; os livros VII e VIII especulam sobre a política ideal, analisando a estrutura da melhor cidade.

[414] Aristóteles escreveu basicamente dois formatos: um destinado ao grande público na forma de diálogos como Platão, outro, mais científico, destinado aos estudantes do Liceu.

330 a.C.) sucedeu o chamado Período Formativo (de 1500 a.C. a 900 a.C. - época de Homero). Do ático emergiu a "língua comum" (gr. η κοινή διάλεκτος), falada durante o Período Helenístico. Assim, o grego Koinê (330 a.C. a 330 d.C.), da qual evoluiu o grego moderno, apesar de se relacionar com o processo de helenização, se situa em um período posterior a vida de Aristóteles.

- **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional).
- **Tipo Textual:** Argumentativo.
- **Gênero Textual:** Ensaio (é um texto literário breve, situado entre o poético e o didático, expondo ideias, críticas e reflexões morais e filosóficas a respeito de certo tema. É menos formal e mais flexível que o tratado. Consiste também na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema (humanístico, filosófico, político, social, cultural, moral, comportamental, literário, etc.), sem que se paute em formalidades como documentos ou provas empíricas ou dedutivas de caráter científico).
- **Comunicação do Texto:** Verbal[415].
- **Processo de Interação:** Discursos, leituras e debates entre os alunos de Aristóteles no Liceu.
- **Tipo de Discurso:** Discurso Polêmico.
- **Monofonia/Polifonia:** Polifonia.
- **Conceitos Operacionais do Texto:** Esses conceitos foram listados e explicados nas notas de rodapé da Seleção de Conteúdo.
- **Intertextualidade:** "República", Platão; "As Leis", Platão; "Banquete", Platão; "Político", Platão; "Helênicas", Xenofonte; "História da Guerra do Peloponeso", Tucídides; "Poesias", Solon; "Constituição de Hipodamo de Mileto"; "Constituição de Faléias de Calcedônia"; "Constituição dos Lacedemônios"; "Carondas"; Epimênides de Creta; "Odisseia", Homero; "Ilíada", Homero; além das outras obras do próprio Aristóteles[416].

---

[415] A linguagem verbal utiliza palavras para estabelecer a comunicação, que são utilizadas tanto na escrita como na oralidade.

[416] Principais obras - Aristóteles escreveu basicamente dois formatos: um destinado ao grande público na forma de diálogos como Platão, outro, mais científico, destinado aos estudantes do Liceu. Suas obras na forma de diálogos foram todas perdidas, restando apenas algumas menções e citações em obras de terceiros. Porém grande parte do que escrevera para o Liceu se preservou. Entre estas obras podemos citar as mais importantes: "A Metafísica", "A Política", "A Constituição de Atenas", "A Poética", "A Retórica das Paixões", "Ética de Nicômaco", "Organon", "Segundos Analíticos", "O Homem de Gênio e a Melancolia", "Da Alma" (De Anima), "Da Geração e da Corrupção", "Os Econômicos" (CAMPOS, André Mesquita. Apresentação. In: ARISTÓTELES. A Política. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. Vol. 16. São Paulo: Escala, 2008).

- **Contexto Social:** Aristóteles nasceu no ano de 385 a.C. em Estagiros, cidadezinha da Trácia, fundada por colonos gregos no lugar onde hoje se situa Stavro, na costa setentrional do mar Egeu. Era ainda muito jovem quando morreu seu pai, Nicômaco, médico bastante famoso, neto de Esculápio. Um amigo da família, Próxeno, que morava em Estagiros, se encarregou de sua educação. Aos dezessete anos, foi para Atenas prosseguir seus estudos. Em 367, quando Platão retorna da Sicília e retoma seu magistério na Academia, Aristóteles aparece como um de seus alunos mais assíduos e se distingue por seu ardor e pela excepcional inteligência. Depois de alguns anos de estudo, rompe subitamente com Platão, mas sem cessar de testemunhar-lhe respeito e continuando a conservar do mestre uma grata lembrança. Permanece, no entanto, em Atenas até 347; presume-se que teria fundado uma escola retórica que lhe valeu grande reputação. De 347 a 342, Aristóteles deixa Atenas. Torna-se como que um embaixador oficioso junto a Filipe, que acaba de subir ao trono da Macedônia e é quase seu amigo. Mais tarde o encontramos junto com outros alunos de Platão, como Xenócrates, na Eólida, junto a Hérmias, tirano de Atárnea, que seguiu seus cursos em Atenas e está contente por tê-lo junto a si. Permanece na corte do tirano até a morte de Hérmias, que será estrangulado pelos persas. Hérmias deixa uma filha e uma sobrinha. Aristóteles casa-se com a sobrinha. Não se sentindo em segurança em Atárnea, parte para Mitilene, onde permanece até 342. Vai então à Macedônia, onde o chamava Filipe para lhe confiar a educação de seu filho Alexandre, de treze anos. O filósofo esforça-se por desenvolver nele as qualidades de moderação e de razão que lhe parecem essenciais para a conduta de um soberano. Alexandre sente por seu mestre um grande apego, que conservará até quando suceder a seu pai. Todavia, Alexandre parte em conquista da Ásia em 335, e Aristóteles considera que seu papel terminou. Deixa Alexandre e retorna a Atenas. O ensino de Platão na Academia tem sequência com Xenócrates. Aristóteles, então, abre uma escola perto do templo de Apolo Lício, donde o nome de escola do Liceu que lhe foi dado. Aristóteles expõe suas ideias enquanto passeia com seus discípulos, e é por isso que são chamados peripatéticos, que significa "lugar de passeio". O ensino de Aristóteles compreende duas séries de aulas: de manhã, tratadas questões puramente teóricas, no ensino exotérico reservado aos iniciados. À tarde, Aristóteles se dirige a um público mais amplo: as questões tratadas são mais acessíveis. A retórica ocupa um lugar importante; é o ensino exotérico. Durante doze anos, prossegue suas aulas, não sem publicar numerosas obras que abordam todos os domínios do saber humano.

III. SELEÇÃO DE CONTEÚDO

1

Tema: Definição de cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/1
Conteúdo:

> Sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda a associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem conta de um bem. Todas as sociedades, pois, se propõem qualquer tipo de vantagem – sobretudo a mais importante delas, pois que visa um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade política.

Objetivo: Aristoteles compara a cidade política a uma associação que tem como objetivo principal o bem comum e, é essa busca que une todos os homens.

2

Tema: Modelos de governos para a cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/2
Conteúdo:

> Erram, assim, os que julgam ser um só o governo, político ou real, econômico ou despótico[417] – porque acreditam que cada um deles só difere pelo maior ou menor número de individuos que o compõem e não pela sua espécie. Por exemplo, se aquele que governa só possui autoridade sobre um número reduzido de homens, chamam-no senhor (déspota); ecônomo, se dirige um número maior; chefe político ou rei se governa a um número ainda mais elevado – não fazendo a menor distinção entre uma grande familia política e uma pequena cidade. No que se refere ao governo político e real, dizem que quando um homem governa só e com autoridade própria, o governo é real; e sendo, pelos termos da constituição do Estado, alternadamente, senhor e súdito, o governo é político.

Objetivo: Aristoteles adverte sobre o equívoco de uniformizar o governo das diversas cidades. Cada cidade é singular e, o governo dela, deve considerar suas características socioculturais.

3

Tema: Passos para a formação da cidade: associação entre indivíduos (família).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/6
Conteúdo:

> Esta dupla união do homem com a mulher, do senhor com o escravo, constitui, antes de tudo, a familia. Hesíodo disse, com razão, que a primeira familia[418] se formou da mulher e do boi para a lavra. Com efeito, o boi serve de escravo aos pobres. Assim, naturalmente, a sociedade constituída para prover às necesidades quotidianas é a familia, formada daqueles que Carondas[419] chama *homos pyens* (tirando o pão da mesma arca) e que Epimenides, de Creta, denomina *homocapiens* (comendo na mesma manjedoura).

Objetivo: Aristoteles apresenta a família como a primeira associação entre indivíduos.

---

[417] Alusão a opinião de Platão, exposta particularmete no diálogo intitulado "Político".
[418] As Obras e os Dias.
[419] Os sicilianos, entre os quais nascera Carondas, chamavam *sipye* à arca em que se guarda pão, e os cretenses denominavam *papê* à manjedoura.

4

Tema: Passos para a formação da cidade: associação entre famílias (pequenos burgos).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/7
Conteúdo:

> A primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, mas não quotidiana, é o pequeno burgo; esta parece ser naturalmente uma espécie de colônia da família. Chamam alguns de *homogalactiens* (alimentados do mesmo leite) aos filhos da primeira familia, e aos filhos desses filhos. É porque as cidades eram primitivamente governadas por reis, como ainda hoje o são as grandes nações; e porque elas se formavam de hordas submissas à autoridade real. Com efeito, uma casa é administrada pelo membro mais velho da família, que tem uma espécie de poder real – e as colônias conservam o governo da consaguinidade. É o que diz Homero: "cada senhor absoluto de mulheres e filhos, a todos prescreve leis"[420].

Objetivo: Aristoteles desenvolve a associação familiar e diz que primeira sociedade formada por muitas famílias tendo em vista a utilidade comum, mas não quotidiana, é o pequeno burgo; que para ele parece ser naturalmente uma espécie de colônia da família.

5

Tema: Passos para a formação da cidade: associação de pequenos burgos e auto abastecimento (cidade completa).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/8
Conteúdo:

> A sociedade constituída por diversos pequenos burgos forma uma cidade completa, com todos os meios de se abastecer por si, e tendo atingido, por assim dizer, o fim que se propôs. Nascida principalmente da necessidade de viver, ela subsiste para uma vida feliz. Eis por que toda cidade se integra na natureza, pois foi a própria natureza que formou as primeiras sociedades. A natureza era o fim dessas sociedades; e a natureza é o verdadeiro fim de todas as coisas. Dizemos, pois, dos diferentes seres, que eles se acham integrados na natureza[421] quando tenham atingido todo o desenvolvimento que lhes é peculiar. Além disso, o fim para o qual cada ser é criado é de cada um bastar-se a si.

Objetivo: Aristóteles entende que uma cidade completa se trata de uma sociedade constituída por diversos pequenos burgos, com todos os meios de se abastecer por si, e com capacidade para executar o fim que se propôs.

6

Tema: O homem como ser político, social e racional.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/9-10
Conteúdo:

> É evidente, pois, que a cidade faz parte das coisas da natureza, que o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um vil ou superior ao homem. Tal indivíduo merece, como disse Homero, a

[420] Odisseia, capítulo IX, v.114.
[421] A natureza, isto é, a reunião das condições de existência, das faculdades e dos meios, é o objetivo dos seres e determina o modo e o último grau de desenvolvimento que eles são destinados a atingir.

> censura cruel de ser sem família, sem leis, sem lar. Porque ele é ávido de combates, e, como aves de rapiña, incapaz de se submeter a qualquer obediência.
>
> […] o que distingue o homem de um modo específico é que ele sabe discernir o bem, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado.

Objetivo: Aristóteles trata do homem como ser político, social e racional. Segundo ele, o discernimento entre o bem, o justo do injusto, e assim todos os sentimentos da mesma ordem cuja comunicação constitui precisamente a família do Estado. O homem foi destinado naturalmente a viver em sociedade.

7

Tema: Motivos para se viver em sociedade (cidade).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/I/11
Conteúdo:

> Na ordem da natureza, o Estado se coloca antes da família e de qualquer indivíduo, pois que o todo deve, forçosamente, ser colocado antes da parte. […] o Estado está na ordem da natureza e antes do indivíduo; porque, se cada indivíduo isolado não se basta em si mesmo, assim também se dará com as partes em relação ao todo. Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que de nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus. A natureza compele assim todos os homens a se associarem. Àquele que primeiro se estabeleceu isso se debe o maior bem; porque se o homem, tendo atingido a perfeição, é o mais excelente de todos os animais, também é o pior quando vive isolado, sem leis e sem preconceitos.

Objetivo: Aristóteles declara que o Estado vem antes do indivíduo. Ele existe para a sociedade, logo, ignorar a natureza significa viver como um bruto ou um deus.

8

Tema: Ciência de Enriquecer (comércio – aumento dos objetos possuídos - supérfluo) e Ciência Econômica (posse - subsistência).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/III/23
Conteúdo:

> Assim, das duas maneiras de adquirir e de se enriquecer, uma pela economia e pelos trabalhos rústicos, outra pelo comércio, a primeira é indispensável e merece elogios; a segunda, em contrapartida, merece algumas censuras: nada recebe da natureza, mas tudo da convenção. O que há de mais odioso, sobretudo, do que o tráfico de dinheiro, que consiste em dar para ter mais e com isso desvia a moeda de sua destinação primitiva? Ela foi inventada para facilitar as trocas; a usura, pelo contrário, faz com que o dinheiro sirva para aumentar-se a si mesmo; assim, em grego, lhe demos o nome de *tokos*[422], que significa progenitura, porque as coisas geradas se parecem com as que as geraram. Ora, neste caso, é a moeda que torna a trazer moeda, gênero de ganho totalmente contrário à natureza.

Objetivo: Aristóteles diferencia a ciência do enriquecer da ciência econômica.

[422] Existe no texto grego um jogo de palavras intraduzíveis: *tokos* significa ao mesmo tempo criança e lucro.

9

Tema: Ciência Econômica (posse - subsistência).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/IV/1
Conteúdo:

> A atenção deve concentrar-se principalmente no conhecimento das coisas antes que elas próprias sejam adquiridas: saber quais são as melhores, onde se encontram, e qual é a maneira mais vantajosa de obtê-las; por exemplo, quais são os melhores cavalos, os melhores bois, os melhores carneiros ou outros animais, em que regiões eles se dão bem (pois nem todas as regiões são igualmente próprias para criá-los), e como podemos tê-los. O mesmo ocorre para a agricultura: é preciso conhecer os diversos tipos de terrenos virgens ou plantados; igualmente, ainda, para as abelhas, os animais aquáticos e as aves de galinheiro: devemos saber que proveito podemos tirar deles.

Objetivo: Aristóteles conceitua a ciência econômica e a associa a subsistência, a qualidade e, não, ao acúmulo de excedentes para se obter vantagens.

10

Tema: Ciência de Enriquecer (comércio – aumento dos objetos possuídos - supérfluo).
Localização (Livro/Capítulo/Verso): I/IV/2-3
Conteúdo:

> Quanto às maneiras de adquirir por troca, a principal é o comércio, que se divide em três partes: navegação, transporte por terra e venda no próprio local. Estas partes diferem entre si, sendo umas mais seguras, outras mais lucrativas. Depois do comércio, vem o tráfico de espécies metálicas. Seguem-se os trabalhos mercenários, dos quais alguns dependem de alguma arte, enquanto outros só requerem o trabalho corporal. Uma quarta maneira, que fica entre a terceira e a primeira (pois é em parte natural, em parte comercial), diz respeito às coisas que se tiram da terra e não são frutos, mas têm sua utilidade, como a exploração da madeira, a das minas, que se subdivide por sua vez em muitas partes, pois há várias espécies de minas, cujos detalhes aqueles que as exploram devem conhecer, mas seria cansativo enumerar aqui.

Objetivo: Aristóteles afirma que o comércio faz parte da ciência do enriquecer e, se divide em três partes: a navegação, transporte por terra e venda local. Além disso, para ele, o trabalho mercenário, exportação e importação de matéria prima e produtos agrícolas contribuem para o enriquecimento da cidade.

11

Tema: Administração da diversidade política e sociocultural da cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/II/10-11
Conteúdo:

> Já que a sociedade civil supõe, como já ficou dito, uma grande multidão de homens, é preciso torná-la una pelos princípios e pela instrução comum. Aquele que, tentando discipliná-la, se gaba de torná-la virtuosa por meios diferentes da filosofia, dos bons costumes e das boas leis, engana-se redondamente. Assim agiram o legislador de Creta e o da Lacedemônia, que limitaram a comunidade dos bens, um apenas aos fundos destinados à despesa com as refeições públicas, outro ao uso familiar das posses de cada um. Deve-se, aliás, atentar para a longa seqüência dos séculos e dos anos anteriores ao nosso e persuadir-se de que as boas instituições não escaparam à sagacidade dos que nos antecederam. Quase tudo foi imaginado, mas, dos diversos projetos propostos, uns não foram aceitos, outros foram abandonados após algumas tentativas. Da mesma forma, basta submeter a uma tentativa a comunidade socrática e se terá a prova de que ela é impraticável. Com efeito, jamais se formará um Estado

> se não se começar por classificar os homens e partilhar os bens, destinando alguns ao uso público e distribuindo o restante às cúrias e às tribos particulares.

Objetivo: Aristóteles afirma que auma cidade somente será virtuosa através da filosofia, dos bons costumes e das boas leis.

12

Tema: Nota biográfica sobre Hipódamos de Mileto.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/V/1
Conteúdo:

> Hipodamos De Mileto, filho de Eurifron, foi o primeiro que, sem ter tomado parte alguma na administração dos negocios públicos, empreendeu a tarefa de escrever sobre a melhor forma de governo. Foi ele quem inventou a arte de traçar diferentes quarteirões numa cidade para lhe marcar as divisões, e quem cortou o Pireu em diversas seções. Este homem muito vaidoso, e tão cioso da sua pessoa, a ponto de parecer viver unicamente para mostrar, com demasiada complacencia, a sua cabeleira, que era bastante e disposta com muita arte. As suas vestes, simples na aparência, eram quentes (ele usava as mesmas, tanto no inverno como no verão). Tinha também a pretensão de ser um homem erudito nas ciências naturais.

Objetivo: Aristóteles apresenta uma nota biográfica sobre Hipodamos de Mileto, segundo ele, o primeiro a escrever sobre a melhor forma de governo e a traçar diferentes quarteirões numa cidade.

13

Tema: Estrutura organizacional da República de Hipódamos de Mileto: classificação das terras.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): II/V/2
Conteúdo:

> Formava a sua República de dez mil cidadãos, e a dividia em três classes: uma dos artesãos, outra dos lavradores, a terceira dos guerreiros, sendo que só estes possuíam armas. Repartia igualmente o territorio em três partes: as terras sagradas, as terras públicas e as terras particulares. As primeiras deviam ocorrer às despesas do culto; as segundas à alimentação dos guerreiros; as últimas pertenciam aos lavradores. Ele imaginou também só três espécies de leis, visto que as ações judiciárias só são de três espécies: a injúria, o dano e o homicídio.

Objetivo: Aristóteles apresenta as características da República de Hipodamos de Mileto, como, por exemplo, a divisão e classificação das terras.

14

Tema: Ampliação da definição de cidade, a partir do conceito de cidadania.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/I/1-2
Conteúdo:

> Quando se examinam os governos, sua natureza e seus caracteres disitintivos, a primeira questão que se apresenta, por assim dizer, é perguntar, em se tratando de cidade, o que é uma cidade[423]. Até agora ainda não se chegou a um acordo sobre este

[423] A palavra cidade (pólis) deve tomar, nesta tradução, um significado bastante amplo. Ela significa a mesma coisa que república, Estado, sociedade política ou civil, mas com essa circunstância especial que por ela se designa principalmente uma cidade ou capital que compreende, de algum modo, o Estado inteiro, qualquer que seja a extensão, grande ou pequena, do território que circunda a cidade, ou que está sob a sua dependência.

ponto. Pretendem uns que é sempre a cidade que opera quando existe transação; outros sustentam que não é a cidade, mas a oligarquia ou o tirano. Aliás, sabemos que toda a atividade do homem político e do legislador é de uma certa ordem estabelecida entre os que habitam a cidade. Mas sendo a cidade algo de complexo assim como qualquer outro sistema composto de elementos ou de partes, é preciso, evidentemente, procurar antes de tudo o que é um cidadão. Porque a cidade é uma multidão de cidadãos, e assim é preciso examinar o que é um cidadão, e a quem se debe dar este nome. Nem sempre se está de acordo neste ponto, já que nem todos concordam, no caso de um mesmo indivíduo, que ele seja uma cidadão. É possível, com efeito, que aquele que seja cidadão numa democracia, não seja numa oligarquía.

Objetivo: Aristóteles define cidade, cidadão e cidadania.

15

Tema: Definição de cidadão.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/I/3-8
Conteúdo:

(3) Ponhamos de lado, pois, os que obtêm este título por qualquer outro modo, como por exemplo, aqueles a quem se concedeu o direito de cidadania. O cidadão não é cidadão pelo fato de se ter estabelecido em algum lugar – pois os estrangeiros também saõ estabelecidos. Nem é cidadão por se poder, jurídicamente, levar ou ser levado ante os mesmos tribunais. Pois isso é o que acontece aos que se servem de selos para as relações de comercio. Em varios pontos, mesmo os estrangeiros estabelecidos não gozam completamente deste privilégio, mas é preciso que tenham um fiador[424] e, sob este aspecto, eles só são membros da comunidade imperfeitamente.

(4) É assim que, só até um certo ponto, e não em todo o sentido, se pode dar o nome de cidaãos aos filos quer não sejam ainda escritos nos registros públicos, debido à sua tenra idade, e aos velhos, porque estão isentos de qualquer serviço. Mas é preciso acrescentar aqueles que não são cidadão imperfeitamente, e que estes já ultrapassaram a idade (ou qualquer outra restrição semelhante). Porque pouco importa, e compreende-se o que eu quero dizer. O que eu procuro é a ideia absoluta, sem que nada haja nela para acresecentar ou transformar. Aliás o mesmo acontece com os que foram marcados de infamia ou condenados ao exílio. As mesma dúvidas, as mesmas soluções. Em uma palabra, cidadão é aquele cuja especial característica é poder participar da administreação da justiça e de cargos públicos; destes cargos alguns são descontínuos e a mesma pessoa não pode exercê-lo duas vezes o usó pode voltar a exercê-lo depois de certo tempo prefixado. Outros não tem limite de tempo – por exemplo, o cargo de juiz e de membro das assembleias gerais.

(5) [...] Como não achamos um termo próprio para designar o que há de comum entre o juiz e o membro da assembleia geral admitamos, para dar corpo a ideia, que constitui autoridade uma magistratura indeterminada. Todos que nela tomam parte, chamamo-los cidadãos. Tal é, aproximadamente o caráter de semelhança entre todos aqueles aos quais damos ese nome. […] o cidadão não o mesmo em todas as formas de governo; e que, por isso, é na democracia, principalmente, que ele se adapta à nossa definição.

(8) […] nas outras formas de governo as funções de juiz e de membro da assembleia geral não são acessíveis a qulquer cidadão, indistintamente, como na democracia; a contrario, elas constituem uma magistratura especial. E o privilégio de dliberar e julgar é concedido a todos os membros dessa magistratura, ou a alguns dentre eles, sobre todas as questões ou sobre algunas penas. Por aí se vê, pois, o que é o cidadão: aquele que tem uma parte legal na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária – eis o que chamamos de cidadão da cidade assim constituída. E chamaos cidade à

[424] Os estrangeiros domiciliados em Atenas eram obrigados pela lei a tomar um cidadão por patrono. Se eles deixassem de cumprir esse dever, eram levados ao tribunal. Nenhum ato civil podiam fazer sem um requerimento do patrono; era mesmo no nome deste que eles pagavam os impostos.

multidão de cidadãos capaz de bastar a sia mesma, e de obter, tudo que é necessário à sua existencia.

Objetivo: Aristóteles apresenta os tipos de cidadãos que integram uma cidade.

16

Tema: Cidadania e poder.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/I/10
Conteúdo:

[...] Cidadão, segundo a nossa definição, é o homem investido de um certo poder.

Objetivo: Aristóteles associa cidadania ao poder.

17

Tema: Motivos para se mudar o nome de uma cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): III/I/13-14
Conteúdo:

(13) [...] Se a cidade é uma espécie de comunidade, se ela é uma comunidade de governo entre os cidadãos, do momento em que a forma do governo se modifique, e que ela se torna de uma espécie diferente, é forçoso que a cidade também pareça não mais ser a mesma. É como o coro que, figurando ora na tragédia, ora na comédia, nos parece outro, embora ele muitas vezes se componha dos mesmos indivíduos.

(14) Da mesma forma, qualquer outra associação ou combinação nos parece diferente, quando apresenta outra espécie de combinação. Por exemplo, dizemos que a harmonia dos mesmos sons é outra quando ela produz ora o modo dórico, ora o modo frígio. Ora, se assim acontece na música, com mais razão se dirá que uma cidade é a mesma, quando consideramos a sua forma de governo. Pode-se dar à cidade outro nome, ou o mesmo nome, seja ela habitada pelos mesmos homens, ou por homens completamente diferentes. Será justo cumprir com os compromisos, ou não cumpri-los, em virtude de ter a cidade mudado a sua forma de governo? Esta é uma outra questão.

Objetivo: Aristóteles problematiza algumas justificativas para a mudança do nome de uma cidade.

18

Tema: A necessidade de planejamento demográfico.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/IV/2-8
Conteúdo:

(2) Ora, o primeiro cuidado de um homem de Estado é prover uma multidão de homens que pelo número e pela qualidade sejam naturalmente tais como devem ser, e quanto ao terreno, é preciso também que tenha extensão e qualidades determinadas.

(3) No mais acredita-se geralmente que, para que uma cidade seja feliz, é preciso que ela seja grande; mas se isso é verdade então não se sabe o que é que faz uma cidade grande ou pequena; julgamo-la grande pela importância do número. Há uma tarefa imposta a toda cidade, e aquela que melhor possa realizá-la é que se deve considerar como sendo a maior […].

(4) E mesmo se for preciso julgar a grandeza de uma cidade tendo-se em vista o número, não se trata de qualquer espécie de número, pois que as ciudades encerram forçosamente uma porção de escravos, domiciliados e estrangeiros; mas debe-se contar apenas os que dela fazem parte integrante e que são os próprios elementos de que se compões. É o excesso dessa população que assinala uma grande cidade: dela

saem muitos artesãos, mas poucos guerreiros. Não é possível que essa seja uma grande cidade; um grande Estado e um Estado muito populoso não são a mesma coisa.

(5) Os fatos vêm provar que é difícil, senão impossível, bem governar um Estado cuja população é muito numerosa; pelo menos sabemos que nenhum daqueles que têm a reputação de ser bem gobernados pode aumentar sem medida a sua população […].

(6) Além disso o número e a grandeza constituem o belo; é preciso, pois, considerar perfeito e belo o Estado que acrescenta à grandeza o número, encerrado em justos limites, como acabamos de dizer […].

(7) O mesmo acontece com uma cidade; aquela que possuir muitos poucos habitantes não poderá bastar-se a si mesma; ora o natural da cidade é bastar-se a si própria. A que tiver uma população demasiaso grande poderá sem dúvida satisfacer a todas as suas necesidades, mas já como nação, e não como cidade. […] A cidade se forma logo que se compõe de uma multidão suficiente para ter todas as comodidades da vida, segundo as regras da associação política. É possível que a cidade cujo número de habitantes exceda esta medida seja ainda uma cidade numa escala maior; mas como dissemos, ese excesso tem limites[…].

(8) […] É claro, pois, que o melhor limite da população de uma cidade é que ela encerre o maior número possível de habitantes para satisfacer às necesidades da vida, mas sem que a vigilancia cesse de ser fácil […].

Objetivo: Aristóteles coloca o planejamento demográfico como uma das principais preocupações do político ou homem de Estado.

19

Tema: A necessidade de planejamento territorial: disposição do terreno.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/V/1-2
Conteúdo:

(1) O mesmo acontece em relação ao terreno. É evidente que o mais favorável, na aprovação de todos, é quele que melhor satisfaça a todas as necesidades, e que, por conseguinte, seja o mais fértil em qualquer gênero de produção. Possuir tudo e nada precisar é a verdadeira independencia. A extensão e a grandeza do terreno devem ser tais aqueles que o habitam possam nele viver libre e sobriamente, sem serem obrigados a privações […].

(2) Quanto à disposição do terreno, não é difícil indicá-la. Segundo conselho daqueles que têm a experiencia da guerra, o terreno deve ser de acesso difícil aos inimigos, e apresentar uma porta fácil para os seus habitantes. Além disso, assim como a massa da população, conforme dissemos, ele deve ser fácil de vigiar. A facilidade da vigilância do territorio faz a facilidade da defesa. Quanto à posição da cidade, se se quer que ela ofereça todas as vantagens que se podem desejar, convén que seja favorável do lado do mar e do lado da terra. Já demos conhecer qual debe ser a posição da cidade, dizendo que é precioso que ela tenha comunicações fáceis com todos os pontos do território, para a remessa de socorros. Em seguida, deve-se facilitar os meios de transporte das colheitas, sortimentos de madeira e todos os produtos do país.

Objetivo: Aristóteles coloca o planejamento territorial ou a adoção de um plano urbanístico como um dos fundamentos para o sucesso da cidade.

20

Tema: A necessidade de planejamento territorial: proximidade ao Mar.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/V/3-4
Conteúdo:

> (3) Muito se discute por saber se as comunicações por mar são uma vantagem ou um incoveniente para os Estados regidos por boas leis. Pretende-se que a estada dos estrangeiros, educados sob a influencia de outras leis, não é destituída de perigo para a manutenção da boa orden e da medida a observar relativamente à cifra de população; que a familiaridade com o mar, dando ensejos aos cidadãos de saírem de seu meio e receberem estrangeiros, tras uma porção de comerciantes, e que, afinal, tal influencia é contrária à boa administração do Estado.
>
> (4) Por outro lado, é incontestável que, exceto esses inconvenientes, as comunicações por mar oferecem a s maiores vantagens à cidade e ao país, pela segurança e pela facilidade de obter as coisas necessárias. Para resistir mais fácilmente à invasão é preciso estar habilitado a receber socorros e poder defender-se dos dois lados – por terra e por mar; e para prejudicar ao inimigo, se não se conta com os dois lados à sua disposição. Eles podem receber, por meio da importação, os produtos indispensáveis que lhes faltam, e exportar os que têm em grande abundância. É para sua própria utilidade que a cidade deve fazer o comércio e não a dos outros Estados.

Objetivo: Aristóteles coloca a proximidade ao mar como ponto fulcral para o desenvolvimento da cidade.

21

Tema: A necessidade de planejamento territorial: separação entre o porto e a cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/V/5
Conteúdo:

> Aqueles que fazem da sua cidade um mercado aberto a todos, só têm em vista o lucro; ora, se não é preciso que uma cidade procure esse gênero de vantagem, ela não deve se transformar em um mercado público. Sabemos que ainda em nossos dias várias províncias e cidades possuem ancoradouros e portos maravilhosamente situado em frente à cidade, nela não tocando, nem sendo muito afastados, e, além disso, fortificados por muralhas e outras proteções do gênero. É evidente que, se essas comunicações oferecem qualquer perigo, pode-se facilmente afastá-lo por meio de leis que apontem aqueles a quem a entrada no porto será proibida para o comércio.

Objetivo: Aristóteles, segundo o plano hipodamiano, diferencia a cidade do porto a fim de evitar desordem urbana.

22

Tema: A necessidade de planejamento territorial: segurança marítima.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/V/6-7
Conteúdo:

> (6) Quanto à força marítima, vê-se bem o melhor é possuí-la até certo ponto. Não se deve estar apenas em condições de se defender; é preciso também estar apto a socorrer os vizinhos, e por vezes mesmo inspirar-lhes sérios temores, por terra como por mar. Sob o ponto de vista de eficácia e grandeza da força marítima, é preciso considerar o gênero de vida daqueles que compõem a cidade. Se ela é ambiciosa em relação aos negócios internos, é preciso que as suas forças navais estejam em relação com a importância dos seus empreendimentos.

(7) Além disso, não é necessário conferir aos estados o grande número de homens que a marinha emprega; eles não devem fazer parte da cidade. Os guerreiros que comandam e dirigem a equipagem são homens livres, tirados da infantaria. Quando o número de camponeses e lavradores é considerável, é preciso que haja também abundância de marinheiros. Sabemos que assim acontece entre povos, por exemplo, entre os habitantes de Heracléia[425]; eles possuem numerosas frotas, embora a sua cidade seja menor que as outras. Terminamos assim o que havia a dizer sobre o terreno, os portos, as cidades, o mar e a força naval.

Objetivo: Aristóteles entende que o plano urbanísitco deve levar em conta a segurança da cidade.

23

Tema: Singularidade cultural entre os povos que circulam na cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/VI/1-4
Conteúdo:

Cada povo recebeu da natureza certas disposições e a diferença dos caracteres é facilmente reconhecível se observarmos os mais famosos Estados da Grécia e as diversas partes do mundo inteiro.

Os povos que habitam as regiões frias, principalmente da Europa, são pessoas corajosas, mas de pouca inteligência e poucos talentos. Vivem melhor em liberdade, pouco civilizados, de resto, e incapazes de governar seus vizinhos.

Os asiáticos são mais inteligentes e mais próprios para as artes, mas nem um pouco corajosos, e por isso mesmo são sujeitados por quase todos e estão sempre sob o domínio de algum senhor.

Situados entre as duas regiões, os gregos também participam de ambas.

Em sua maioria, têm espírito e coragem; consequentemente, conservam sua liberdade, e são muito civilizados. Poderiam mandar no mundo inteiro se formassem um só povo e tivessem um só governo. No entanto, eles têm entre si as mesmas diferenças acima mencionadas, não tendo alguns senão uma das duas qualidades e possuindo os outros a ambas numa justa proporção.

É da inteligência e da coragem que depende a aptidão para a vida civil; certamente, elas são necessárias para a instituição de um legislador que queira estabelecer o reinado da virtude. Traçando o caráter dos guardas cívicos de sua República, alguns pretendem que eles sejam mansos para com as pessoas conhecidas e rudes para com os desconhecidos. O coração é, de fato, a faculdade da alma de que procede a benevolência e pela qual nós amamos; quando, porém, ele se crê desprezado, irrita-se mais contra as pessoas que são conhecidas e com as quais convive do que contra os desconhecidos.

Dirigindo-se aos seus, o poeta Arquíloco invectiva contra seus amigos, de que tinha motivos para se queixar: ó meu coração, não é um amigo que te ultraja?

Em todos os homens, procedem do coração o mando e a liberdade. É imperioso e indomável. Assim, não é verdade que se deva ser rude para com os desconhecidos; não se deve sê-lo para com ninguém, e as pessoas de coração não o são por sua natureza, a menos que sejam ultrajadas. Por isso, elas sentem mais os citados arroubos contra seus desconhecidos, quando deles recebem alguma ofensa. Há uma boa razão para isto: não apenas se vêem frustradas pelo bem que esperavam deles, mas também pelos danos. Aí têm origem os provérbios:

Um ódio fraternal é o mais implacável.

Quem amava em excesso pode odiar desmedidamente. Eis, aproximadamente, quanto à formação de um Estado, as condições requeridas em sua matéria, isto é, quanto às

[425] Cidade do Ponto e colônia dos megaricos.

> pessoas, o número e o caráter; quanto ao lugar, a grandeza e a qualidade. Dizemos aproximadamente, pois não se deve buscar nas coisas sensíveis a mesma precisão das coisas que estão no âmbito da inteligência.

Objetivo: Aristóteles entende que o plano urbanísitco deve levar em conta a diversidade sociocultural dos habitantes da cidade.

24

Tema: Relação entre propriedade, cidade e sociedade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/VII/1-2
Conteúdo:

> (1) Do mesmo modo que nos outros compostos formados pela natureza, não são idênticas as partes sem as quais o todo não poderia existir, e por conseguinte partes essenciais, assim é evidente que não devem ser idênticas a partes necessárias à existência das sociedades, nem qualquer espécie de associação formando como que um único corpo. Uma parte essencial da cidade deve ser uma só coisa, embora comum a todos os associados, seja porque delas participam igualmente, como a subsistência, a extensão de território ou outra coisa qualquer desse gênero.
>
> (2) Mas desde que uma coisa exista por causa da outra, e esta em virtude de sua relação com aquela, nada há de comum entre ambas, a não ser no fato de a primeira agir e a segunda receber a ação; quero dizer que nada existe de comum, por exemplo, entre a ferramenta e o trabalhador, relativamente à obra produzida. Nada de comum entre a casa e o arquiteto, embora seja a casa o objeto da arte do arquiteto. Sem dúvida a cidade precisa da propriedade, mas a propriedade não faz parte da cidade. A propriedade contém, mesmo, muitos seres animados; mas a sociedade é uma reunião de seres semelhantes, que tem por fim a vida mais perfeita possível.

Objetivo: Aristóteles diferencia cidade de propriedade.

25

Tema: Os elementos essenciais da cidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/VII/3-5
Conteúdo:

> (3) [...] convém examinar quantas coisas existem sem as quais uma cidade não poderia existir. Porque então encontraremos, necessariamente, aquilo que nós chamamos a parte essencial de uma cidade.
>
> (4) [...] Primeiramente os meios de subsistência, em seguida as artes, porque muitos instrumentos e materias são precisos para prover as necessidades da vida; em terceiro lugar as armas, porque aqueles que fazem parte da sociedade devem ter armas perto de si contra os cidadãos que desobedecem à autoridade e os inimigos de fora que tentem uma invasão injusta; as finanças que possam permitir-lhes prover às suas próprias necessidades e às exigências da guerra; em quinto lugar, ou melhor, em primeiro lugar, o serviço das coisas divinas, denominado culto; em sexto lugar – e esse é o mais essencial –o julgamento a tomar sobre os interesses gerais da república e sobre os direitos recíprocos entre os cidadãos.
>
> (5) Tais são, pois, as coisas sem as quais nenhuma cidade, por assim dizer, poderia passar; porque a cidade não é uma multidão de homens tomada por acaso, mas bastando-se a si mesma, como dissemos, para as necessidades da vida. Se um desses elementos vem a faltar, é absolutamenmte impossível que tal associação se baste em si mesma. É pois necessário que uma cidade se componha de diversos elementos posotos em atividade. Por conseguinte, é preciso lavradores para fornecerem os víveres, artesãos, soldados, ricos, pobres e juízes encarregados de julgar o direito dos cidadãos e sobre o interesse geral do Estado.

Objetivo: Aristóteles apresenta os elementos essenciais da cidade: meios de subsistência; as artes; as armas; o culto; e a magistratura.

26

Tema: Planejamento urbano: salubridade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/X/1
Conteúdo:

> (1) [...] Para que a sua situação [da cidade] seja, em relação a si mesma, tão vantajosa quanto se possa desejar, é preciso levar em consideração quatro coisas: em primeiro lugar, a salubridade, como condição indispensável. As cidades situadas para o lado do oriente e expostas aos ventos do levante são mais saudáveis; em seguida, as que são situadas ao norte, porque o inverno aí é mais ameno.
>
> (2) Sob outros aspectos, a cidade deve ter uma situação favorável às ocupações dos cidadãos e dos guerreiros. Assim, é preciso que os guerreiros possam facilmente sair, e que, aos contrário, seja difícil ao inimigo nela penetrar e fazer-lhe o bloqueio. É preciso também que tenha água e recursos naturais em abundância. E se ficar privada dessa vantagem, pode-se obetê-la cavando grandes reservatórios para águas pluviais, a fim de que não faltre água, se as comunicações com resto do país forem interrompidas pela guerra.
>
> (3) Pois que se deve garantir a saúde aos habitantes – e aquilo que para ela mais contribui é a situação da cidade em lugar determinado, e a uma exposição prevista – poi que é preciso, em segundo lugar, servir0se apenas de águas salubres, lutar-se-á por esses dois pontos sem o menor desfalecimento; por que o que mais frequente e comumente serve á necessidade do dorpo é justamente o que mais contribui para a saúde. Tal é a influência natural da água e do ar. Também, nos Esatdos sabiamente administrados, observar-se-á se as águas naturais não são todas iguais, e se não são abundantes – separar-se-á as que servem para alimentação e as que se usam para outros fins.

Objetivo: Aristóteles também entende que é fundamental garantir a salubridade e o abastecimento de água na cidade.

27

Tema: Planejamento urbano: alinhamento da cidade, habitações particulares.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/X/4-5
Conteúdo:

> (4) Os lugares fortificados não convêm todos igualmente às diversas espécies de governos. Uma cidadela, por exemplo, convém mais à oligarquia e à monarquia; um país plano, à democracia; nem um nem outro convém para a aristocracia; ela prefere várias posições fortificadas. A disposição das habitações particulares parece mais agradável e geralmente mais cômoda se elas forem bem alinhadas, e edificadas de acordo com o estilo moderno e o sistema de Hipodamos. Mas, em caso de guerra, a segurança pública estará melhor garantida pelo método contrário, tal como se fazia nos tempos antigos. Então os estrangeiros tinham dificuldade em sair da cidade e os agressores em descobri-los.
>
> (5) É por essa razão que há motivo para empregar os dois sistemas, e isso é possível fazendo-se como os vinhateiros, que plantam a vinha em forma especial. Alinhar-se-á a cidade, não em toda a sua extensão, mas apenas em algumas partes, e por quarteirões. Reunir-se-ão assim vantagens de segurança e de elegância [...].

Objetivo: Aristóteles defende o uso do plano hipodamiano em relação ao alinhamento das casas populares.

28

Tema: Planejamento urbano: muros e fortificações.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/X/5-8
Conteúdo:

> (5) [...] Aqueles que dizem que as cidades que têm pretensões ao valor militar não precisam de muralhas, sustentam um velho preconceito, e isso eles verificam quando os fatos expõem à luz do dia o erro das cidades que se impuseram esse falso ponto de honra.
>
> (6) Sem dúvida não é honroso, quando se tem a lidar com inimigos de igual força ou pouco superiores em número, só procurar salvação atrás de muralhas inexpugnáveis; mas como é possível, e como acontece que aqueles que atacam possuam uma superioridade à qual o valor humano e a coragem de um punhado de bravos são capazes de resistir, não se pode duvidar, quando se tratar de garantir a defesa, evitar a derrota e repelir a ofensa, de que as muralhas mais fortes sejam a melhor defesa, sobretudo agora que se aperfeiçoaram[426] com tanta arte as flechas e as máquinas que servem para os cercos.
>
> (7) Ter a pretensão de não circundar a cidade de muralhas é criar um país fácil de ser invadido; e nivelar todas as eminências que se encontram é o mesmo que proibir que se cerquem por meio de muros as casas particulares, com receio de dar um motivo de covardia àquele que as habitam. Nem se deve esquecer que uma cidade cercada de muralhas pode ou não servir-se delas, ao passo que, se absolutamente não as possui, a escolha não é possível.
>
> (8) Se assim é, pois, deve-se não só construir muralhas à volta da cidade, mas ainda delas cuidar, a fim de sirvam ao ornamento e á suntuosidade do lugar, e que nelas se encontrem todos os meios que lhes proporcionem vantagem. E a primeira de todas as vantagens é que nem sequer se sonhe mesmo em atacar aqueles que estão prontos a resistir. Mas, convindo que a multidão dos cidadãos seja dividida em várias seções para os banquetes públicos, e que as muralhas sejam guarnecidas de fortaleza e torres, é evidente que a pória natureza das coisas convida a realizar alguns desses banquetes nos próprios fortes. Tal é, pois, a ordem que se deve estabelecerem todos esses pontos.

Objetivo: Aristóteles defende o uso do plano hipodamiano em relação ao alinhamento das casas populares e, além disso, a construção de muralhas, torres e fortificações sem comprometer a ornamentação da cidade.

29

Tema: Planejamento urbano: templos.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/XI/1
Conteúdo:

> (1) Convém que os edifícios consagrados ao culto dos deuses e os que são reservados para os banquetes públicos dos primeiros magistrados sejam reunidos num local adequado ao seu fim, a menos que a lei dos sacrifícios ou o oráculo de Pítia não presecrevam um locoa especial e determinado. Esse local deve ser bastante visível para que a majestade dos deuses possa nele manifestar-se, e bem fortificado para que ele nada tenha a temer e parte das cidades que se lhe avizinham.

Objetivo: Aristóteles afirma que a cidade deve ter um local específico para a prática religiosa, bem como, um lugar reservado para os banquetes públicos dos magistrados e sacerdotes.

---

[426] Deodoro de Sicília (I.I. c. XIV) diz que as máquinas prórias para os cercos foram singularmente aperfeiçoadas em Siracusa no reinado e pelos cuidados de Dionísio o antigo; Plutarco, nos seus Apótemas, conta que Archidamos, filho de Agesilau, tendo visto uma dessas máquinas aperfeiçoadas que haviam trazido da Sicília, gritou: “Adeus virtude guerreira!”

30

Tema: Planejamento urbano: praça pública, academia, ornamentação, embelezamento, comodidade, utilidade.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/XI/2
Conteúdo:

> (2) É também conveniente que abaixo desse local [templo] se encontre a praça pública, construída como aquela que em Tessália se chama a praça da Liberdade. Esta praça será desembaraçada de tudo aquilo que se vende e que se compra: os artesãos, os lavradores e aqueles que exercem profissões desse gênero não deverão dela se aproximar, a não ser que os chamem os magistrados. Ela não deixará de oferecer um espetáculo agradável, se as salas de exercícios dos homens de idade nela forem construísdas. Convém, com efeito, que os próprios exercícios sejam separados segundo a idade, que certos magistrados vigiem sem cessar as salas dos jovens, e que os anciãos sejam admitidos na dos magistrados.
>
> A presença e as vistas dos magistrados inspiram a verdadeira modéstia e a reserva que convém aos homens livres. A praça destinada a servir de mercado para as mercadorias de toda a espécie deve ser separada da Praça da Liberdade, e de tal modo situada que seja fácil a ela transportar tudo que vem por mar e os produtos do país.

Objetivo: Segundo Aristóteles, o planejamento urbano deve considerar a comodidade, embelazemento e utilidade dos espaços de circulação pública.

31

Tema: Planejamento urbano: local para banquetes públicos.
Localização (Livro/Capítulo/Verso): IV/XI/3-4
Conteúdo:

> (2) Dividindo-se a multidão dos cidadãos em duas clesses – os sacerdotes e os magistrados, é conveniente que os banquetes públicos dos sacerdotes se realizem na vizinhança dos edifícios sagrados. Mas, para os magistrados encarregados de se pronunciar sobre os contratos, ações criminais, citações de justiça, e outros negócios desse gênero, e para todos os magistrados que atendem ao policiamento dos mercados e da cidade, as salas de refeições devem ser estabelecidas perto da praça pública e do quarteirão mais frequentado. Tal será a vizinhança do mercado: queremos que a praça situada na cidade alta seja consagrada ao repouso, e que o mercado sirva a todas as transações entre particulares.
>
> (4) É preciso ainda observar no campo uma análoga àquela que acabamos de descrever. Os magistrados que se chamam Hiloros ou Agrônomos precisam de salas para as refeições públicas, fortes para defender e templos consagrados aos deuses e aos heróis. Aliás, é inútil insistir sobre os detalhes mais preciosos. Não é difícil conceber estas ideias, e sim pô-las em execução. Para curso da sorte. Assim, deixemos de lado, por ora, maiores detalhes sobre este assunto.

Objetivo: Aristóteles afirma que a cidade deve ter um local específico para a prática religiosa, bem como, um lugar reservado para os banquetes públicos dos magistrados e sacerdotes.

APÊNDICE F - Análise de conteúdo da obra "Os Feitos do Divino Augusto (RES GESTAE DIVI AUGUSTI)"

I. PROCESSO DE DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

- **Autor:** Caesar Octavianus Augustus.
- **Obra[427]:** Os Feitos do Divino Augusto (RES GESTAE DIVI AUGUSTI).
- **Período de Produção[428]:** Século I d.C.
- **Região de Produção:** Península Itálica, Roma.
- **Gênero do Discurso (público/privado):** Público[429].

II. ANÁLISE DO TEXTO

- **Manifestação da Língua:** Latim Clássico[430].

---

[427] Quando Augusto morreu em 19 de agosto de 14 d.C., com quase setenta e seis anos de idade, foram lidos perante o Senado quatro documentos que o imperador havia selado no ano anterior e confiado às Vestais. Estes documentos sem dúvida foram conservados no arquivo imperial, onde Suetônio os consultaria um século após. Suetônio refere-se a um deles como "*indecem rerum a se gestarum, quem vellet incidi in aeneis tabulis, quae ante Mausoleum statuerentur*" (Suet. Aug., CI, 4), "um resumo de seus feitos, que ele desejava fosse gravado em pranchas de bronze colocadas na fachada de seu mausoléu" (CORASSIM, 2004, p.182).
O documento nos primeiros quatorze capítulos enumera os títulos e cargos conferidos a Augusto pelo Senado e povo romano além dos serviços pelos quais ele foi agraciado na sua carreira (caps. 1-14); do capítulo 15 ao 24 há um relato das despesas *(impensae)* de todos os gêneros feitas em favor do Estado e do povo; as doações que fez às suas expensas aos veteranos e à plebe de Roma; os jogos e espetáculos oferecidos ao povo. A terceira parte, do capítulo 25 ao 35, contém os seus feitos na paz e na guerra, como pacificador e conquistador. Nos dois últimos capítulos, de conclusão, ele retorna ao tema da primeira parte, os títulos recebidos: o de "Augusto", no cap. 34, e o de "Pai da Pátria", no cap. 35. Gagé considera que isto é um destaque de dois títulos excepcionais do *cursus honorum* de Augusto, que coroam a sua carreira pública. De fato, não era estranho à tradição epigráfica romana ressaltar os títulos mais importantes, colocando-os fora de ordem, em destaque no início ou no final da inscrição (CORASSIM, 2004, p.183).
[428] O título da inscrição colocado por Tibério menciona dois itens: as Impensae e as *Res Gestae*; o primeiro bloco do documento pode ser facilmente ligado ao terceiro, uma vez que os serviços prestados ao Estado estão aí registrados, bem como os honores conferidos em recompensa. No final do último capítulo, uma referência "cum scripsi haec, annum agebam septuagensumum sextum" (R.G. VI, 35) fornece a data da obra, posterior a 23 de setembro de 13. Mas é difícil de acreditar que Augusto tenha aguardado essa idade para redigir a obra de uma única vez. O mais certo é que ele tenha trabalhado nela diversas vezes, com adições sucessivas a partir de um esboço inicial, na elaboração de um documento ao qual sem dúvida dava grande importância. Não deve ter sido a obra improvisada de extrema velhice de Augusto, mas um trabalho refletido de sua maturidade (CORASSIM, 2004, p.183).
[429] Felizmente para nós, ele foi "publicado" após a morte de Augusto, em Roma, sob a forma de uma magnífica inscrição monumental. Quando retornou do Egito, após o fim da guerra contra Marco Antônio, em 29 a.C., o então Otaviano iniciou a construção de um grandioso mausoléu na área extremo-norte do Campo de Marte, que serviria de tumba para si e para os seus familiares e descendentes. A porta do edifício que se abria para o lado sul era precedida por dois obeliscos; sobre as duas pilastras ao lado da entrada foram afixadas as placas de bronze com a inscrição contendo esse documento, segundo a vontade do autor (CORASSIM, 2004, p.182).
[430] Do exemplar afixado em Roma não restou nenhum vestígio; mas a cópia incisa sobre as paredes da entrada do templo de Roma e Augusto, em Ancira, na Ásia Menor, conservou a epígrafe para nós. Esta cópia de Ancira (a atual Ancara), conhecida como *Monumentum Ancyranum*, foi encontrada no século XVI e apresenta o texto latino e uma versão grega. O título latino informa expressamente que a inscrição é uma cópia do exemplar romano, tal como foi gravado *in duabus aheneis pilis quae sunt Romae positae*. O texto grego sem dúvida foi

- **Propriedades da Linguagem:** Latim Clássico (*sermo urbanus*, lit. "fala urbana") é o nome dado à variante do latim usada pelos antigos romanos naquela que é considerada a literatura latina "clássica". Seu uso perdurou por toda a chamada Era de Ouro da literatura latina (aproximadamente entre o século I a.C. e o século I d.C.), e possivelmente chegou até a Era de Prata (séculos I e II). Nesse período, coexistiam duas modalidades do latim: o *sermo cultus* (ou "língua culta") e o *sermo vulgaris* ("língua vulgar"); sendo o primeiro a modalidade utilizada na urbe e geralmente por pessoas escolarizadas e o segundo utilizado por camponeses, soldados e até por camadas superiores, mas no seio familiar. O "latim clássico" era, na realidade, uma língua literária escrita de maneira altamente estilizada e polida, construída de maneira seletiva e intencional a partir do latim antigo (do qual restaram algumas poucas obras escritas). Ele é diferente da primeira literatura latina, como a de Catão, o Velho, Plauto e, até certo ponto, Lucrécio, de diversas maneiras. E começou a divergir do latim antigo quando as antigas terminações da segunda declinação, *-om* e (nominativo singular) *-os*, passaram para as formas *-um* e *-us*, e algumas mudanças semânticas também ocorreram no léxico (por exemplo, forte não significava mais apenas "surpreendentemente", mas também "duro").
- **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional).
- **Tipo Textual:** Narrativo.
- **Gênero Textual[431]:** Biográfico.
- **Comunicação do Texto:** Verbal[432].
- **Processo de Interação:** Circulação de documento escrito/monumento.
- **Tipo de Discurso:** Discurso Polêmico.
- **Monofonia/Polifonia:** Monofonia.
- **Conceitos Operacionais do Texto:** Esses conceitos foram listados e explicados nas notas de rodapé da Seleção de Conteúdo.

---

acrescentado por tratar-se de uma província onde o grego era então a língua corrente. Além do texto de Ancira, foi encontrada outra cópia em um templo em Apolônia, na Pisídia, ligada à província da Galácia, com a mesma versão grega. Finalmente, em 1914, em Antioquia da Pisídia (Colônia Cesareia), foram descobertos novos fragmentos do texto latino. A inscrição de Ancira é relativamente completa e como as lacunas dos textos gregos e latinos evidentemente não coincidem, foi possível reconstituir o texto latino com suficiente precisão, com o auxílio das demais cópias. A identidade entre os textos de Ancira e de Apolônia indica que a versão grega, com toda probabilidade, foi fixada por iniciativa de autoridades oficiais (CORASSIM, 2004, p.182).

[431] Há uma antiga discussão sobre o gênero literário da obra. Na introdução das edições modernas são mencionadas expressões como “testamento político”, “relatório de administração”, “epitáfio”, “autobiografia”, “elogio triunfal” (CORASSIM, 2004, p.184).

[432] A linguagem verbal utiliza palavras para estabelecer a comunicação, que são utilizadas tanto na escrita como na oralidade.

- **Intertextualidade:** “Das Antiguidades Romanas”, de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); “Vida de Augusto”, de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); “Eneida”, de Virgílio (fim do século I a.C.); “Tratado de Arquitetura”, de Vitrúvio (fim do século I a.C.); “A Vida dos Doze Césares”, de Suetônio (início do século II d.C.); “História Romana”, de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); “História de Roma”, Tito Lívio (início do século I d.C.); “História”, de Estrabão (início do século I d.C.); “Guerra dos Judeus”, de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); “Antiguidades Judaicas”, de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); “Anais”, de Tácito (início do século II d.C.); “História Romana”, de Apiano (início do século II d.C.); “História Romana”, Dião Cássio (início do século III d.C.)..
- **Contexto Social:** Augustus começou a construir o mausoléo que serviria como local para publicação do Res Gestae Divi Augusti em 28 a.C., ou seja, quarenta e dois anos antes de sua morte. Segundo Suetonio, o lugar logo foi aberto para visitações. A historiografia aponta que a produção da Res Gestae também se iniciou nesse período, sendo ampliada a cada ano de acordo com os títulos que Augustus recebia. A sua forma redacional final ocorreu por volta de 14 d.C. As condições de produção do documento apresentam indícios de um período de fortalecimento das relações políticas entre o populus romanus e Augustus, bem como, ações planejadas para o abastecimento, urbanização, preservação e embelazamento da cidade, fortalecimento do exército, estreitamento da relação com plebe, investimento nos municípios, províncias e colonias, estabelecimento de relações socioculturais e políticas com outros povos, o exercício de novas práticas imperialistas e expansão do domínio romano sobre terra e mar, e a construção da imagem de Augustus como imperador favorecido pelos deuses.

III. SELEÇÃO DE CONTEÚDO

1

Tema: *Cursus Honorum*.
Localização: I
Conteúdo:

> Aos dezenove anos de idade, de minha própria iniciativa e às minhas custas, eu ergui um exército com o qual eu libertei a República, que era oprimida pela dominação de uma facção. Por esta razão, o Senado me inscreveu em sua ordem através de resoluções laudatórias, quando Gaius Pansa e Aulus Hirtius eram cônsules, conferindo-me a condição de um cônsul nas consultas públicas, e me concedeu o *imperium*. Comigo como pró-pretor, me ordenou, junto com os cônsules, que cuidasse para que nenhum dano se abatesse sobre a República. Mas o povo me fez cônsul no

> mesmo ano, quando ambos os cônsules pereceram em combate, e me fez triúnviro para a reconstituição da República.

Objetivo: Legitimar a sua trajetória, bem como, a sua condição de libertador e defensor da República a partir do apoio senatorial e da vontade popular.

2

Tema: Valorização do direito romano.
Localização: II
Conteúdo:

> Eu impus aos homens que assassinaram meu pai o exílio com uma ordem legal, punindo seu crime, e depois, quando eles moveram guerra contra a República, eu os venci em dois combates.

Objetivo: Demonstrar que para ele as leis romanas estão acima dos interesses pessoais.

3

Tema: Tratamento dispensado aos opositores.
Localização: III
Conteúdo:

> Eu promovi guerras frequentemente, civis e estrangeiras, por mar e por terra, por todo o mundo, e como vitorioso eu poupei os cidadãos que buscaram perdão. Quanto às nações estrangeiras, àquelas que eu pude sem prejuízo da segurança perdoar, eu preferi preservar antes do que destruir. Cerca de 500 mil cidadãos romanos prestaram juramento a mim. Eu conduzi mais de 300 mil deles a colônias e eu os devolvi às suas cidades, após terem ganhando o seu estipêndio, e eu concedi a todos eles campos ou dinheiro por seu serviço militar. Eu capturei 600 navios além daqueles menores que tri-remos.

Objetivo: Apresentar-se como um homem piedoso que está disposto a negociar com os seus opositores.

4

Tema: Triunfos.
Localização: IV
Conteúdo:

> Duas vezes realizei um triunfo com ovações, e três vezes gozei de um triunfo curul e vinte e uma vezes fui nomeado imperador. Quando o Senado decretou mais triunfos para mim, eu declinei todos eles. Eu depus os lauréis dos fasces no Capitólio, quando os votos que eu pronunciei em cada guerra foram cumpridos. Em memória dos feitos realizados com sucesso por mim e através de meus oficiais, sob meus auspícios, por mar e por terra, o Senado decretou cinquenta e cinco vezes que se realizassem sacrifícios aos deuses imortais. Além disso houve 890 dias nos quais o Senado decretou que se rendessem sacrifícios. Em meus triunfos nove reis e filhos de reis [conquistados] foram levados ante meu carro. Eu fui cônsul treze vezes, quando escrevi isso, e eu estava no trigésimo sétimo ano de meu poder tribunício.

Objetivo: Identificar-se como vencedor tanto na esfera militar quanto na política.

5

Tema: Interesses políticos de Augustus – servir a cidade.
Localização: V
Conteúdo:

> Quando a ditadura me foi oferecida, tanto em minha presença quanto em minha ausência, pelo povo e pelo Senado, quando Marcus Marcellus e Lucius Arruntius eram cônsules, eu não a aceitei. Eu não me esquivei da curadoria dos grãos no pico da carestia, que geri de tal forma que dentro de poucos dias consegui libertar toda a cidade do medo e do perigo às minhas próprias custas e administração. Quando o consulado anual e perpétuo foi mais uma vez oferecido a mim, eu não o aceitei.

Objetivo: Identificar-se apenas como um cidadão romano que objetiva servir a cidade e a República.

6

Tema: *Mos Maiorum* – respeito pelas tradições romanas.
Localização: VI
Conteúdo:

> Quando Marcus Vinicius e Quintus Lucretius foram cônsules, e quando depois Publius Lentulus e Gnaeus Lentulus assumiram, e finalmente quando Paullus Fabius Maximus e Quintus Tubero assumiram, embora o Senado e o povo romano tenham consentido que eu sozinho fosse designado curador das leis e dos costumes com o poder supremo, eu não recebi nenhuma magistratura que me foi oferecida contrária aos costumes dos ancestrais. O que o Senado então quis realizar por meio de minha pessoa, eu o realizei através do poder tribunício, e cinco vezes por minha própria conta eu requisitei e recebi do Senado um colega em tal poder.

Objetivo: Evidenciar o seu respeito pelos mos maiorum, apesar da oportunidade de burlá-los para obter benefícios pessoais.

7

Tema: Relação com os deuses.
Localização: VII
Conteúdo:

> Eu fui triúnviro para a reconstituição da República durante dez anos consecutivos; e até o momento em que redigi esses feitos, Príncipe do Senado por quarenta anos consecutivos. Fui Pontífice Máximo, augur, membro do Colégio dos Quinze encarregados das sagradas cerimônias, do Colégio dos Sete encarregados dos sacros banquetes, irmão da Confraria Arval, sodal Titio e sacerdote fecial.

Objetivo: Demonstrar a sua boa relação com os deuses da cidade através do ofício sacerdotal.

8

Tema: Relações políticas entre Roma e os outros.
Localização: VIII
Conteúdo:

> Por mandato do povo e do Senado, durante meu quinto consulado aumentei o número dos patrícios romanos. Por três vezes estabeleci a lista de senadores e no meu sexto consulado levei a cabo com Marco Agripa como colega o censo do povo. Celebrei a cerimônia lustral quando já não era celebrada há quarenta e dois anos; nela foram registrados 4.063.000 cidadãos romanos. Durante o consulado de Gaius Censorinus e Gaius Asinius levei a cabo o censo por minha conta, em virtude de meu poder consular, em cuja lustração se contaram 4.233.000 cidadãos romanos. Fiz o censo por uma terceira vez, em virtude de meu poder consular e tento por meu colega meu filho [adotivo], Tibério César, no consulado de Sextus Pompeius e Sextus Apuleius; por ocasião deste censo contei 4.937.000 cidadãos romanos. Mediante novas leis que propus tirei do desuso muitos exemplos de nossos antepassados, já decaídos em Roma, e eu mesmo leguei à posteridade muitas ações como exemplos a imitar.

Objetivo: Demonstrar as boas relações políticas estabelecidas entre Roma e os outros, a partir do crescimento do número de cidadãos, comprovado pelos censos, bem como, evidenciar as reformas jurídicas que valorizaram as tradições romanas.

9

Tema: Relações políticas entre Augustus e os demais cidadãos romanos.
Localização: IX
Conteúdo:

> O Senado decretou que, a cada quatro anos, os cônsules e sacerdotes oferecessem votos por minha saúde. Para cumpri-los tanto os quatro colégios sacerdotais maiores quanto os cônsules ofereceram frequentemente, em minha vida, jogos públicos. Também, em suas casas e em suas cidades, todos os cidadãos, sem exceção e unanimemente, realizaram todo tempo cerimônias por minha saúde em todo tipo de lugares sacros.

Objetivo: Evidenciar que ele gozava de apoio político das mais variadas esferas da sociedade romana.

10

Tema: Pontificado Máximo.
Localização: X
Conteúdo:

> O Senado fez com que incluíssem meu nome no cântico dos Sacerdotes Salios e uma lei determinou que possuiria, perpetuamente e por toda vida, caráter inviolável para minha pessoa e potestade dos tribunos da plebe. Quando o povo me ofereceu o Pontificado Máximo, que meu pai havia exercido, o recusei, para não ser eleito em lugar do Pontífice que ainda vivia. Não aceitei este sacerdócio senão anos depois, após a morte daquele que o ocupava por ocasião dos conflitos civis; e contei com uma imensa participação da multidão de toda Itália aos comícios que me elegeram, durante o consulado de Publius Sulpicius e Gaius Valgius, tal como jamais se havia visto semelhante em Roma.

Objetivo: Demonstrar que não houve conflito de interesses quando ele acumulou o título de Pontífice Máximo, em vez disso, Augustus contou com o apoio de toda a população.

11

Tema: Augustais.
Localização: XI
Conteúdo:

> Em homenagem ao meu regresso e sob o consulado de Quintus Lucrecius e Marcus Vinicius, o Senado consagrou, próximo à Porta Capena, ante o Templo da Honra e da Virtude, um altar à Fortuna do Retorno. Ordenou que todos os anos Pontífices e Vestais fizessem ali uma oferenda, no aniversário de meu regresso da Síria, e chamou a este dia "das Augustais", conforme meu nome.

Objetivo: Esclarecer que a celebração das augustais não foi uma iniciativa pessoal, mas, sim, uma homenagem do Senado.

12

Tema: Paz Augusta.
Localização: XII
Conteúdo:

> No mesmo ano, em virtude de um ato do Senado, parte dos pretores e dos tribunos da plebe, acompanhados pelo cônsul Quintus Lucrecius e pelos cidadãos mais eminentes, vieram ao meu encontro em Campânia: honra que a ninguém havia sido conferida antes. Quando regressei da Hispânia e da Gália, durante o consulado de Tibério Nero e Publius Quintilius, depois de ter levado a cabo com todo êxito o necessário nessas províncias, o Senado, para honrar minha volta, fez com que consagrassem, no Campo de Marte, um altar dedicado a Paz Augusta, e encarregou os magistrados, pretores e virgens vestais de levarem a cabo nele um sacrifício a cada aniversário.

Objetivo: Esclarecer que a celebração da Paz Augustana também não foi uma iniciativa pessoal, mas, sim, um ato do Senado, parte dos pretores e dos tribunos da plebe, acompanhados pelo cônsul Quintus Lucrecius e pelos cidadãos mais eminentes.

13

Tema: Pax Romana.
Localização: XIII
Conteúdo:

> O templo de Janus Quirinus, que nossos ancestrais desejavam que permanecesse clausurado quando em todos os domínios do povo romano se tivesse estabelecido vitoriosamente a paz, tanto em terra quanto em mar, não havia sido fechado salvo em duas ocasiões desde a fundação da Cidade até meu nascimento; durante meu Principado, o Senado determinou, em três ocasiões, que fosse fechado.

Objetivo: Apresentar-se como alguém que trabalhou pela paz nos limites do império.

14

Tema: Homenagem a família de Augustus.
Localização: XIV
Conteúdo:

> O Senado e o povo romano, querendo me honrar, designaram cônsules, quando tinham quinze anos, com a intenção de que assumissem a magistratura cinco anos mais tarde, meus filhos [adotivos] Gaius e Lucius Césares, os quais, muito jovens, a Fortuna me arrebatou. E o Senado decretou que eles participariam de suas deliberações desde o primeiro dia em que fossem apresentados no Fórum. Os Cavaleiros de Roma, por sua vez, imediatamente os denominaram Príncipes de Juventude e lhes obsequiaram os escudos equestres e as lanças de prata.

Objetivo: Justificar a concessão do consulado aos seus filhos Gaius e Lucius Césares.

15

Tema: Abastecimento da cidade.
Localização: XV
Conteúdo:

> Paguei à plebe de Roma 300 sestércios por cabeça, em cumprimento ao testamento de meu Pai. E em meu próprio nome, durante meu quinto consulado, dei outros 400 [por cabeça], de meu butim de guerra. Em meu décimo consulado distribuí, de novo, de meu próprio patrimônio uma gratificação à plebe de 400 sestércios por indivíduo. No décimo primeiro, por doze vezes reparti trigo adquirido às minhas custas. Quando cumpri minha décima segunda potestade tribunícia, pela terceira vez voltei a repartir 400 sestércios a cada plebeu. Nunca foram menos de 250 mil as pessoas beneficiadas por estas partilhas. No ano de minha décima oitava potestade tribunícia e de meu décimo segundo consulado dei 60 denários de prata por cabeça a 320 mil plebeus da Cidade. Durante meu quinto consulado distribuí mil moedas, procedentes de meu butim de guerra, a cada um dos soldados de minhas cidades coloniais militares: tal obséquio comemorativo de meu triunfo oficial afetou cerca de 120 mil homens. Durante meu décimo terceiro consulado dei 60 denários a cada cidadão plebeu dos que estavam inscritos nas listas de beneficiários das distribuições gratuitas de grãos, que foram algo mais de 200 mil.

Objetivo: Apresentar-se como um governante que sempre esteve disposto investir o seu patrimonio no abastecimento da cidade e na melhoria das condições socioeconõmicas da plebe.

16

Tema: Pagamento de soldos, recompensas por serviços militares e investimento de recursos fora de Roma.
Localização: XVI
Conteúdo:

> Para a compra de terras que havia designado a meus veteranos, em meu quarto consulado e, depois, durante o de Marcus Crasus e Gnaeus Lentulus Augur, destinei uma subvenção às municipalidades, cuja monta chegou, na Itália, a 600 milhões de sestércios, mais ou menos, e a uns 260 nas províncias. Que se registre, sou o primeiro e único que fez tal coisa entre aqueles que fundaram cidades coloniais militares na Itália ou nas províncias. Mais tarde, sob os consulados de Tibério Nero e de Gnaeus Pison, de Gaius Antistius e Decius Laelius, de Gaius Calvisius e Lucius Passienus, de Lucius Lentulus e Marcus Messalla e de Lucius Caninius e Quintus Fabricius, concedi recompensas em moeda aos soldados que haviam se licenciado honradamente e retornado a seus lugares natais, negócio no qual reverti uns 400 milhões de sestércios.

Objetivo: Demonstrar que os investimentos financeiros de seu governo ultrapassaram os limites da cidade, chegando aos municípios, províncias e colõnias.

17

Tema: Investimento patrimonial na cidade.
Localização: XVII
Conteúdo:

> Por quatro vezes acudi, com meu dinheiro, em ajuda ao Tesouro Público, de modo tal que entreguei a seus responsáveis 50 milhões de sestércios. Sob o consulado de Marcus Lepidus e Lucius Arruncius, dei de meu patrimônio 70 milhões de sestércios ao Tesouro militar, o qual decidi criar, com o fim de conceder recompensas aos soldados com vinte ou mais anos de serviços.

Objetivo: Insinuar que ocupar o principado não resultava em benefícios pessoais, em vez disso, resultava em diminuição do patrimõnio pessoal que era utilizado para preservação da ordem socioeconomica da cidade.

18

Tema: Investimento patrimonial na cidade.
Localização: XVIII
Conteúdo:

> No ano em que foram cônsules Gnaeus e Publius Lentulus, em razão da insuficiência das provisões públicas compartilhei socorros em espécie a 100 mil pessoas e em moedas a mais de 100 mil, tomando-os de meus bens e estoques.

Objetivo: Insinuar que ocupar o principado não resultava em benefícios pessoais, em vez disso, resultava em diminuição do patrimõnio pessoal que era utilizado para preservação da ordem socioeconomica da cidade.

19

Tema: Processo de urbanização e embelezamento da cidade.
Localização: XIX
Conteúdo:

> Construí a Cúria e seu vestíbulo anexo, o templo de Apolo no Palatino e seus pórticos, o templo do Divino Júlio, o Lupercal, o Pórtico junto ao Circo Flaminio — ao qual dei o nome de Octavia, que havia construído anteriormente outro no mesmo lugar —, o palco imperial do Circo Máximo; os templos de Júpiter Feretrio e de Júpiter Tonante, no Capitólio; o de Quirino, os de Minerva, Juno Rainha e Júpiter Libertador, no Aventino; o templo aos Lares no cimo da Via Sagradas, e dos Deuses Penates na Velia e os da Juventude e a Grande Mãe, no Palatino.

Objetivo: Demonstrar que além de se preocupar com os mais variados setores da população que formava o império, Augustus também se preocupava com o embelezamento, preservação

da memória e com a mobilidade urbana, expressa através da construção de edifícios e monumentos na cidade.

20

Tema: Processo de restauração e conclusão de obras anteriores ao seu governo.
Localização: XX
Conteúdo:

> Restaurei com extraordinário gasto o Capitólio e o Teatro de Pompeu, sem acrescentar nenhuma inscrição que levasse meu nome. Reparei os aquedutos que, por sua vez, se encontravam arruinados em muitos lugares. Dupliquei a capacidade do aqueduto Márcio, aduzindo-lhe uma nova fonte. Conclui o Foro Júlio e a Basílica situada entre os templos de Cástor e de Saturno, ambas as obras iniciadas e levadas quase a termino por meu Pai. Destruída a Basílica por um incêndio, acrescentei seu solar e fiz com que se empreendesse sua reconstrução em nome de meus filhos [adotivos], prescrevendo a meus herdeiros que a concluíssem no caso de não poder fazê-lo eu mesmo. No meu quinto consulado, sob a autoridade do Senado, restaurei em Roma oitenta e dois templos, sem deixar no descuido a nenhum que na ocasião o necessitava. Durante o sétimo, refiz a Via Flamínia, entre Roma e Armínio, e todas as pontes, salvo a Mílvia e a Minúcia.

Objetivo: Dessassociar o processo de urbanização, restauração e embelazemento da cidade da construção de uma imagem pessoal ou busca da fama.

21

Tema: Edifícios e monumentos familiares.
Localização: XXI
Conteúdo:

> Nos solares de minha propriedade construi, com dinheiro de meu butim de guerra, o templo de Marte Vingador e o Foro de Augusto. Edifiquei o Teatro que está próximo ao templo de Apolo, em um terreno que, em grande parte, comprei de particulares, e lhe dei o nome de meu genro, Marcus Marcellus. No Capitólio consagrei oferendas procedentes de meu butim de guerra aos templos do Divino Júlio, de Apolo, de Vesta e de Marte Vingador, que me custaram uns 100 milhões de sestércios. No meu quinto consulado devolvi aos municípios e colônias da Itália 35 mil libras de ouro coronário do que me havia sido oferecido por meus triunfos oficiais. E, depois, cada vez que tive de receber uma aclamação oficial como imperador, não quis aceitar estas oferendas de ouro coronário que seguiam me oferecendo com a mesma generosidade de outrora mediante acordos oficiais dos municípios e das colônias.

Objetivo: Esclarecer que o processo de embelezamento e as contruções ligadas a sua família foram financiados com recursos de seu patrimonio pessoal e, não, com os do erário público. Em vez disso, gradativamente, Augustus devolveu recursos recebidos anterioremente para municípios e colonias itálicas.

22

Tema: Relação de Augustus com os jogos.
Localização: XXII
Conteúdo:

> Ofereci combates de gladiadores três vezes em meu próprio nome e cinco em nome de meus filhos ou netos. Nestes combates lutaram uns dez mil homens. Ofereci ao

> povo um espetáculo de atletas, trazidos de todas as partes, duas vezes em meu nome e uma terceira no de meu neto. Celebrei jogos, em meu nome, por quatro vezes e outras vinte e três em nome dos outros magistrados. Durante o consulado de Gaius Furnius e Gaius Silanus celebrei os Jogos Seculares, com Marco Agripa como colega, na minha condição de presidente do Colégio dos Quinze. No meu décimo terceiro consulado celebrei, e fui o primeiro que fiz tal coisa, os jogos de Marte os quais, a partir de então, seguiram sendo presididos por mim e pelos cônsules, em virtude de um ato do Senado e de uma lei. Em meu nome ou em nome de meus filhos e netos, ofereci, por vinte e seis vezes, no Circo, no Foro ou nos anfiteatros, caçadas de animais da África, nas quais foram mortas umas três mil e quinhentas feras.

Objetivo: Demonstrar a estreita relação entre Augustus e os jogos.

23

Tema: Relação de Augustus com os jogos.
Localização: XXIII
Conteúdo:

> Ofereci ao povo o espetáculo de uma batalha naval, do outro lado do Tibre, onde hoje está o Bosque Sagrado dos Césares, em um tanque escavado de 1.800 pés de largura e 1.200 de comprimento. Tomaram parte nela 30 naves, tri-remes e bi-remes, guarnecidas com aríetes, e um número ainda maior de barcos menores. A bordo destas frotas combateram, sem contar os remadores, uns 3 mil homens.

Objetivo: Demonstrar a estreita relação entre Augustus e os jogos.

24

Tema: Destituição de qualquer monumento que evidencie a fama pessoal.
Localização: XXIV
Conteúdo:

> Depois de cada vitória, devolvi a todos os templos de todas as cidades da província da Ásia os tesouros dos quais se haviam apropriado aqueles que guerrearam contra mim. Na Cidade, o número de minhas estátuas, a pé, a cavalo ou em quadriga chegou a ser de umas oitenta. Eu mesmo mandei retirá-las e com seu material fiz oferendas de ouro que consagrei no templo de Apolo, em meu nome e no daqueles que as haviam erigido para me honrar.

Objetivo: Evidenciar que não havia interesse em perpetuar a celebração de sua imagem pessoal em qualquer monumento erguido na cidade. Os resultados do governo de Augustus eram atribuídos ao favorecimento dos deuses. Eles sim é que deveriam ser honrados e lembrados.

25

Tema: Extensão do domínio romano em Augustus.
Localização: XXV
Conteúdo:

> Libertei o mar dos piratas. Na guerra dos escravos capturei quase 30 mil que haviam escapado de seus donos e se insurgido em armas contra a República; os devolvi a seus amos, para que lhes dessem suplício. A Itália inteira me jurou, por iniciativa própria, lealdade pessoal e me reclamou como comandante para a guerra que conclui em Accio. Igual juramento me prestaram as províncias das Gálias, as Hispânias, África, Sicília e Sardenha. Entre os que então serviram sob minhas insígnias, tive mais de 700

senadores, dos quais 83 tinham sido ou logo seriam cônsules, até o dia de hoje, e dos quais 170 eram ou foram mais tarde sacerdotes.

Objetivo: Evidenciar a construção da unidade política e sociocultural entre Roma e as regiões anexadas.

26

Tema: Práticas imperialistas.
Localização: XXVI
Conteúdo:

Estendi as fronteiras de todas as províncias do povo romano limítrofes aos povos não submetidos ao nosso domínio. Pacifiquei as Gálias, as Hispânias e a Germânia, até onde o Oceano as banha, desde Cadiz até a desembocadura do Elba. Mandei pacificar os Alpes, desde a região imediata ao Mar Adriático até o Mar Tirreno, sem mover contra nenhum daqueles povos guerra que não fosse justa. Minha frota, que zarpou da desembocadura do Reno, se dirigiu ao leste, às fronteiras dos címbrios, terras nas quais nenhum romano havia ido antes, nem por terra nem por mar. Címbrios, cárides, semnones e outros povos germânicos destas terras enviaram embaixadores para solicitar a minha amizade e a do povo romano. Por ordem minha e sob meus auspícios dois exércitos chegaram, quase ao mesmo tempo, na Etiópia e na Arábia chamada Feliz. Nestes países e no combate aberto destruíram um grande número de inimigos e tomaram numerosas praças. Na Etiópia chegou-se até a cidade de Nabata, próximo a Meroe. Na Arábia, o exército chegou até a cidade de Mariba dos sabeos.

Objetivo: Demonstrar a expansão do domínio político romano sobre o mundo conhecido.

27

Tema: Práticas imperialistas.
Localização: XXVII
Conteúdo:

Anexei o Egito aos domínios do povo romano. Depois da morte do rei Artaxes teria podido converter em província a Grande Armênia; mas preferi, como nossos maiores, confiar este reino a Tigranes, filho do rei Artavasdo e neto do rei Tigranes, por mediação de Tibério Nero, que então era meu enteado. Tendo logo querido esse povo nos abandonar e se rebelar, o submeti por meio de meu filho Gaius e confiei seu governo a Ariobarzanes, filho de Artabazo, rei dos povos medos; e, após a sua morte, a seu filho Artavasdo. Quando este foi assassinado, enviei como rei Tigranes, que era da linhagem real dos armênios. Recuperei a totalidade das províncias que, do outro lado do Adriático, se estendem até o leste, assim como Cirene, que estava em sua maior parte possuída por reis, tal como antes recuperei a Sicília e a Sardenha, invadidas na guerra dos escravos.

Objetivo: Identificar a anexação do Egito ao processo de abastecimento permanente da cidade e a interrupção do processo expansionista com a necessidade de preservação das regiões conquistadas.

28

Tema: Fundação de cidades e colonias.
Localização: XXVIII
Conteúdo:

> Fundei cidades militares coloniais na África, Sicília, Macedônia, em ambas as Hispânias, em Acaia, na Síria, na Gália Narbonense e na Pissídia. Na Itália há vinte e oito colônias fundadas sob meus auspícios e que, já em minha vida, converteram-se em cidades populosíssimas e muito notórias.

Objetivo: Evidenciar a preocupação com a manutenção das fronteiras, distribuição de ager publicus e, ainda, com as relações socioculturais e políticas estabelecidas entre romanos e nativos no interior das cidades de tal forma que o domínio romano na região fosse fortalecido.

29

Tema: Recuperação da honra do exército romano.
Localização: XXIX
Conteúdo:

> Recuperei muitas insígnias militares romanas, perdidas por outros chefes, de inimigos vencidos na Hispânia, na Gália e entre os dálmatas. Obriguei aos povos partos a restituir os butins e as insígnias de três exércitos romanos e a suplicar a amizade do povo romano. Depositei tais insígnias no templo de Marte Vingador.

Objetivo: Demonstrar que os deuses voltarama favorecer as legiões romanas em suas batalhas.

30

Tema: Práticas imperialistas.
Localização: XXX
Conteúdo:

> Os povos panônios que, antes de meu Principado, não haviam visto em sua terra nenhum exército romano, foram vencidos mediante a ação de Tibério Nero, meu enteado e legado à época; os submeti ao domínio do povo romano e ampliei até as margens do rio Danúbio as fronteiras do Ilírico. Sob meus auspícios foi vencido e destruído o exército dos dácios, que as havia transgredido. E, depois, um dos meus exércitos, levado ao outro lado do Danúbio, obrigou os povos dácios a acatar a vontade do povo romano.

Objetivo: Acrescentar a Res Gestae as novas regiões anexadas pelos romanos durante o seu principado, ou seja, indícios de novas práticas imperialistas.

31

Tema: Relações socioculturais entre Roma e os outros povos.
Localização: XXXI
Conteúdo:

> Chegaram a mim com frequência embaixadas de reis da Índia, que até então então não tinham sido vistos sob nenhum outro chefe romano. Bastarnos, escitas, os sármatas que vivem do outro lado do Dniéster e os ainda mais distantes reis dos albanos, iberos e medos que solicitaram nossa amizade por meio de legações.

Objetivo: Demonstrar que as relações socioculturais entre Roma e outros povos nem sempre foram por inciativa romana ou pela força militar, mas, também, por interesses políticos dos outros Estados.

32

Tema: Relações políticas entre Roma e os outros povos.
Localização: XXXII
Conteúdo:

> Em mim buscaram refúgio e me suplicaram os reis dos partos: Tirídates e, mais tarde, Fraates, filho do rei Fraates; dos medos, Artavasdes; dos adiabenos, Artaxares; dos britanos, Dumnobelauno e Tincômio; dos sicambros, Maelo; dos suevos marcomanos, [Sigime]ro. O rei dos partos, Fraates, filho de Orodes, enviou à Itália seus filhos e netos, junto a mim; não por ter sido vencido na guerra, mas para suplicar nossa amizade entregando-nos, como prenda, seus descendentes. Um grandíssimo número de outros povos que antes nunca havia tido relações diplomáticas nem tratados de amizade com o povo romano conheceu sob meu Principado a probidade do povo romano.

Objetivo: Demonstrar que as relações políticas entre Roma e outros povos nem sempre aconteceram por inciativa romana ou através força militar, mas, também, por interesses políticos dos outros Estados.

33

Tema: Participação nativa na administração das regiões anexadas.
Localização: XXXIII
Conteúdo:

> Os povos dos partos e dos medos receberam de mim seus reis, coisa que haviam solicitado enviando-me legações com suas personalidades mais relevantes; os partos receberam como reis, na primeira vez, Vonon, filho do rei Fraates e neto do rei Orodes; e os medos Ariobarzanes, filho do rei Artavasdo, neto do rei Ariobarzanes.

Objetivo: Evidenciar que Roma costumava usar a elite nativa para governar regiões anexadas, facilitando assim o controle social.

34

Tema: O título de Augustus.
Localização: XXXIV
Conteúdo:

> Durante meus sexto e sétimo consulados, depois de ter extinto, com os poderes absolutos que o consenso geral me confiara, a guerra civil, decidi que o governo da República passaria do meu arbítrio ao do Senado e do povo romano. Por tal ação meritória, recebi o nome de Augusto, mediante um ato do senado. As colunas de minha casa foram ornadas oficialmente com lauréis; foi colocada sobre sua porta uma cora cívica e na Cúria Júlia foi depositado um escudo de ouro, com uma inscrição memorial de que o Senado e o povo romano o ofereciam a mim por causa de minha virtude, minha clemência, minha justiça e minha piedade. Desde então fui superior a todos em autoridade, porém não tive mais poderes do que qualquer outro dos que foram meus colegas nas magistraturas.

Objetivo: Evidenciar o reconhecimento do Senado e a boa relação política entre ele e Augustus.

35

Tema: O título de *Pater Patriae*.
Localização: XXXV
Conteúdo:

> Quando exercia meu décimo terceiro consulado, o Senado, a Ordem dos Cavaleiros Romanos e o povo romano inteiro me designaram Pai da Pátria e decidiram que o título haveria de ser gravado no vestíbulo de minha casa, na Cúria e nas quadrigas do Foro Augusto que, por ocasião de um ato do Senado, haviam sido erigidas em minha honra. Quando escrevi estas coisas estava no septuagésimo sexto ano de minha vida.

Objetivo: Evidenciar boa relação política entre o Senado, a Ordem Equestre, o povo romano e Augustus.

APÊNDICE G - Análise do conteúdo da obra "A Vida dos Doze Césares (DE VITIS CAESARUM)"

I. PROCESSO DE DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO

- **Autor:** Gaius Suetonius Tranquillus (69–141 d.C.)[433].
- **Obra[434]:** A Vida dos Doze Césares (*Caesar Octavianus Augustus*).
- **Período de Produção:** Século II d.C., aproximadamente entre 119 e 121 d.C.
- **Região de Produção:** Península Itálica, Roma.
- **Gênero do Discurso (público/privado):** Privado[435].

II. ANÁLISE DO TEXTO

- **Manifestação da Língua:** Latim Clássico.
- **Propriedades da Linguagem:** Latim Clássico (*sermo urbanus*, lit. "fala urbana") é o nome dado à variante do latim usada pelos antigos romanos naquela que é considerada a literatura latina "clássica". Seu uso perdurou por toda a chamada Era de Ouro da literatura latina (aproximadamente entre o século I a.C. e o século I d.C.), e possivelmente chegou até a Era de Prata (séculos I e II). Nesse período, coexistiam duas modalidades do latim: o *sermo cultus* (ou "língua culta") e o *sermo vulgaris* ("língua vulgar"); sendo o primeiro a modalidade utilizada na urbe e geralmente por pessoas escolarizadas e o segundo utilizado por camponeses, soldados e até por camadas

---

[433] Nota biográfica. Pouco se sabe sobre a vida de Gaius Suetonius Tranquillus. Suetônio nasceu em Roma, presumivelmente, no ano 69 d.C. e morreu por volta do ano 141. Segundo o relato de Plínio o Jovem, ele era filho de um tribuno da 13ª Legião e durante um tempo se dedicou a carreira das armas e das letras. Suetônio tamém era conhecido por sua honestidade e inteligência, o que, por sua vez, atraiu a amizade de Plínio o Jovem que o recomendou ao Imperador Trajano como sendo "o mais íntegro, honrado e sábio dos romanos" (CARTA 94 – Plínio a Trajano). Nomeado secretário *ab epistolis* do tempo de Adriano, Suetônio teve acesso a intimidade da corte, onde, todavia, logo caiu em desagrado, por ter monopolizado as atenções e se tornado íntimo demais da imperatriz Sabina. Tal circunstância permitiu que Suetônio tivesse tempo para se dedicar ao cultivo da História. Estudioso dos costumes de sua gente e de seu tempo, escreveu cópias de obras eruditas, em que passou em revista as principais personagens da época. Foi, sobretudo, um indiscreto devassador das intimidades da corte romana, dando-nos uma visão íntima e sem cerimônias dos vícios dos imperadores e das picuinhas que dividiam a nobreza. Por isso, Suetônio vem sendo criticado pela historiografia como um autor que apresenta, em suas obras, uma excessiva inclinação para a anedota e parcialidade, pois, geralmente, ele tem a tendência de denegrir a imagem dos imperadores que não se mostraram favoráveis ao seu partido. Ainda assim, Gaius Suetonius Tranquillus se trata de um autor importante para a reconstrução do contexto histórico, social e político do Império Romano do século I. Obras principais: *"De Ludis Grecorum"; "De Spectaculis et Certaminibus Romanorum"; "De Anno Romano"; "De Nominibus Propiis et de Generibus Vestium"; "De Roma et ejus Institutis"; "Stemma Ilustrium Romanorum"; "De Claris Rhetoribus"* e *"De Vitis Caesarum"*.

[434] SUETONIO. A vida dos doze Césares: Julio César, Augusto, Tibério, Calígula, Cláudio, Nero, Galba, Óton, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano. Brasília: Senado Federal, 2012.

[435] Suetônio direciona a sua obra ao prefeito pretoriano Gaius Septcius Clarus.

superiores, mas no seio familiar. O "latim clássico" era, na realidade, uma língua literária escrita de maneira altamente estilizada e polida, construída de maneira seletiva e intencional a partir do latim antigo (do qual restaram algumas poucas obras escritas). Ele é diferente da primeira literatura latina, como a de Catão, o Velho, Plauto e, até certo ponto, Lucrécio, de diversas maneiras. E começou a divergir do latim antigo quando as antigas terminações da segunda declinação, *-om* e (nominativo singular) *-os*, passaram para as formas *-um* e *-us*, e algumas mudanças semânticas também ocorreram no léxico (por exemplo, forte não significava mais apenas "surpreendentemente", mas também "duro").

- **Gênero Literário:** Narrativo ou Épico (não ficcional).
- **Tipo Textual:** Narrativo.
- **Gênero Textual:** Biográfico.
- **Comunicação do Texto:** Verbal[436].
- **Processo de Interação:** Circulação de documento escrito.
- **Tipo de Discurso:** Discurso Polêmico.
- **Monofonia/Polifonia:** Polifonia.
- **Conceitos Operacionais do Texto:** Esses conceitos foram listados e explicados nas notas de rodapé da Seleção de Conteúdo.
- **Intertextualidade:** “Das Antiguidades Romanas”, de Dionísio de Halicarnasso (fim do século I a.C.); “Vida de Augusto”, de Nicolau de Damasco (fim do século I a.C.); “Res Gestae Divi Augusti”, Augustus (início do século I d.C.); “Eneida”, de Virgílio (fim do século I a.C.); “Tratado de Arquitetura”, de Vitrúvio (fim do século I a.C.); “História Romana”, de Veleio Patérculo (início do século I d.C.); “História de Roma”, Tito Lívio (início do século I d.C.); “História”, de Estrabão (início do século I d.C.); “Guerra dos Judeus”, de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); “Antiguidades Judaicas”, de Flávio Josefo (fim do século I d.C.); “Anais”, de Tácito (início do século II d.C.); “História Romana”, de Apiano (início do século II d.C.); “História Romana”, Dião Cássio (início do século III d.C.).
- **Contexto Social:** Dinastia dos Antoninos, mais precisamente no principado de Adriano. Parece-nos que Suetônio se esforça para identificar as ações do imperador Adriano que, apesar de enfrentar oposição patrícia que queria a preservação da hierarquia social, insistia em viajar pelas províncias e fortalecer as relações políticas e socioculturais entre

[436] A linguagem verbal utiliza palavras para estabelecer a comunicação, que são utilizadas tanto na escrita como na oralidade.

Roma e as demais cidades anexadas ao império, com a do imperador Augustus, considerado como o modelo de principado, a fim de minimizar o enfrentamento entre Adriano e o patriciado.

III. SELEÇÃO DE CONTEÚDO

1 (40)

Tema: Processo de urbanização da cidade.
Localização: p.66-67
Conteúdo:

> A cidade, do ponto de vista ornamental, não correspondia, em absoluto, à majestade do império e, além disso, estava exposta às inundações e aos incêndios. Embeleceu-a tão bem que se pôde envaidecer, justamente, de ter deixado uma cidade de mármore no lugar onde encontrara uma de tijolos. Proveu, da mesma forma, à sua segurança futura, tanto quanto pode prever a razão humana. Ergueu numerosos monumentos públicos, entre os quais se contam, principalmente: o Fórum, com o templo de Marte Vingador, o templo de Apolo, no Palatino, o de Júpiter Tonante, no Capitólio. O que o levou a construir o seu Fórum foi a multiplicidade de demandas e de julgamentos que, parecia, estavam a exigir um terceiro para suprir a insuficiência dos dois outros[437]. Abriram-no às pressas, antes mesmo de terminado o templo de Marte, e ficou consagrado aos processos do Estado e ao sorteio dos juízes. Prometera construir o templo de Marte durante a guerra de Filipe, desencadeada com o objetivo de vingar seu pai. Assim, decidiu que o Senado deliberasse nele a respeito dos triunfos e das guerras. Todo aquele que tornasse às províncias com um comando partiria dali e os que tornassem vencedores ali depositariam os troféus dos seus triunfos.

Objetivo: Apresentar Augustus como um urbanista mais preocupado com o ornamento, a segurança e a mobilidade urbana que com a preservação de sua imagem pessoal através de monumentos e edifícios.

2 (41)

Tema: Relação de Augustus com os deuses da cidade.
Localização: p.67
Conteúdo:

> [...] Levantou o templo de Apolo nas cercanias da sua casa no Palatino, atingida certa vez por um raio e onde, segundo declaração dos arúspices, aquele deus tencionava ter morada. Acrescentou ao templo um pórtico com uma biblioteca latina e grega. Era aí que nos dias da sua velhice convocava muitas vezes o Senado e passava em revista as decúrias dos juízes. Consagrou um templo a Júpiter Tonante por tê-lo livrado de um perigo ao realizar a sua expedição contra os cântabros: durante uma marcha, à noite, um raio roçara-lhe a liteira e matara-lhe o escravo que o precedia com um archote.

Objetivo: Evidenciar que Augustus além de ser o favorecido dos deuses, associava filosofia e política em seu principado.

---

[437] O velho Fórum Romano e o Fórum de César.

3 (42)

Tema: Perpetuação da memória do gens Júlia.
Localização: p.67

Conteúdo:

> [...] Mandou construir outros edifícios que não ostentam seu nome, mas o de seus netos, sua mulher e sua irmã, como o pórtico e a basílica de Caio e Lúcio, os pórticos de Lívia e Otávia e o teatro de Marcelo.

Objetivo: Demonstrar que, em uma sociedade patriarcal como a romana, Augustus valorizava as relações de parentesco.

4 (43)

Tema: Diversidade monumental urbana.
Localização: p.67
Conteúdo:

> [...] Ademais, convidava também os principais cidadãos a adornarem a cidade, de acordo com as posses de cada um, fosse com novos monumentos, fosse por meio de reparos e ornamentações. Assim, foram construídos numerosos edifícios, como o templo de Hércules, das Musas, por Márcio Filipo; o templo de Diana, por Lúcio Cornifício; o vestíbulo da Liberdade, por Asínio Polião; o templo de Saturno, por Munácio Planco; um teatro, por Cornélio Balbo; um anfiteatro, por Estatílio Tauro, e vários outros monumentos notáveis, por Marcos Agripa.

Objetivo: Evidenciar as relações políticas e sociais entre a casa de Augustus e as demais famílias patrícias que faziam parte da constituição sociocultural de Roma, a partir da parceria em projetos urbanísticos para embelazamento da cidade que fortaleciam as relações políticas entre as famílias.

5 (44)

Tema: Planejamento urbano.
Localização: p.67-68
Conteúdo:

> Dividiu o perímetro da cidade em distritos e bairros. Estabeleceu que aqueles seriam administrados por magistrados anuais, por meio de sorteio, e estes por inspetores escolhidos entre a população do bairro. Criou postos sentinelas noturnas contra os incêndios. Para obviar as inundações, alargou e dragou o leito do Tibre, obstruído, desde muito, pelos resíduos e estreitado pelo desabamento de edifícios. Procurando tornar fácil, por todos os lados, o acesso à cidade, encarregou-se de cortar a Via Flamínia até Arimino e entregar as outras a cidadãos enobrecidos por triunfos, a fim de que as nivelassem com o dinheiro das suas presas de guerra. Reconstruiu edifícios sagrados arruinados pela velhice ou consumidos pelo fogo. Enriqueceu-os, da mesma forma que outros, das mais custosas oferendas. Assim, de uma só vez, mandou levar ao santuário de Júpiter Capitolino 16 mil libras de ouro e pedras preciosas no valor de 50 milhões de sestércios.

Objetivo: Demonstar que Augustus se preocupou com a viabilidade urbana e todos os problemas característicos de uma cidade como, por exemplo, administração distrital, fiscalização, segurança e mobilidade, prevenção de inundações e incêndios, preservação de edifícios e monumentos, limpeza e ornamentação do espaço público. Augustus entendia que a resolução desses problemas deveria ser feita através de uma parceria entre patrícios (magistrados anuais) e plebeus (inspetores escolhidos pela plebe).

6 (48)

Tema: Reforma religiosa e retorno às tradições romanas.
Localização: p.69-70
Conteúdo:

> Aumentou o número e a dignidade dos sacerdotes, assim como as vantagens que auferiam, e, sobretudo, as das virgens vestais. Morta uma delas, era preciso substituí-la. Muitos procediam a manejos, a fim de furtarem as filhas ao sorteio. Jurou, certa vez, que, assim que uma das suas netas atingisse a idade requerida, ele a ofereceria espontaneamente. Restabeleceu algumas antigas cerimônias caídas a pouco e pouco em desuso, como o augúrio da salvação, o flaminato de Júpiter, as festas lupercais, os jogos seculares e os jogos em honra dos deuses lares. Proibiu as crianças impúberes de concorrerem às lupercais e, igualmente, os jovens de ambos os sexos de assistirem a qualquer espetáculo noturno, a menos que fossem acompanhados por algum parente idôneo. Ordenou que, duas vezes ao ano, se ornassem os lares compitais com flores da primavera e do verão. Conferiu as mais altas honorificências, depois das outorgadas aos deuses imortais, à memória dos chefes que souberam conquistar para o império romano, a princípio tão débil, a sua soberana potência. Restaurou também os monumentos erigidos por cada um deles, neles deixando as antigas inscrições, colocando solenemente as estátuas de todos, com vestes triunfais, num e noutro pórtico do seu Fórum. Declarou, num édito, "que, por isso, desejava propor aos cidadãos modelos para julgá-lo, a ele mesmo, enquanto vivesse, assim como os príncipes das idades vindouras". Do mesmo modo, transportou a estátua de Pompeu, colocando-a sobre uma arcada de mármore.

Objetivo: Apresentar Augustus como um imperador que se prerocupa com a boa relação entre os deuses e a cidade, bem como, um governante que valoriza as tradições religiosas romanas, incentivando o exercício dos ofícios sacerdotais, a frequência nos cultos públicos e a celebração dos ancestrais tanto no âmbito público (templos dos deuses) quanto no privado (familiar).

7 (50)

Tema: Preocupação com o estabelecimento da justiça.
Localização: p.70-71
Conteúdo:

> Exerceu, pessoalmente, a justiça com assiduidade e, muitas vezes, até à noite. Se se sentia indisposto, colocava uma liteira diante do seu tribunal, ou, então, julgava deitado, na sua casa. Suas sentenças primavam não somente por uma rápida execução, mas, ainda, por uma extrema doçura. Para poupar um homem, manifestamente culpado de parricídio, ao suplício do saco de couro, no qual só se cosiam os réus que confessassem o crime, conta-se que ele o interrogou nos seguintes termos: "Não é verdade que não mataste, absolutamente, teu pai?" E numa acusação de falso testamento em que todos os signatários caíram sob o guante da lei Cornélia, ele não se limitou a dar aos juízes que tinham de examiná-lo apenas dois boletins: um para condenar e outro para absolver, mas ajuntou-lhes um terceiro que isentava de culpa aqueles cuja assinatura tivesse sido obtida por fraude ou por erro. Remetia todos os

anos ao prefeito da cidade os apelos dos litigantes urbanos e os dos provincianos às personagens consulares que ele comissionara junto à administração de cada província.

Objetivo: Identificar Augustus como um governante justo que se preocupava em tratar as causas da população com equidade e, em alguns casos, piedade.

8 (65)

Tema: Reorganização dos jogos.
Localização: p.74-75
Conteúdo:

Ultrapassou todo mundo no tocante à frequência, à variedade e à magnificência dos espetáculos. Dizia que os efetuava quatro vezes em seu nome e outras 23 para outros magistrados, ou ausentes os que não tivessem meios para frequentá-los. Mandava realizá-los, algumas vezes, nos bairros e em vários teatros com atores de todas as línguas. E não somente no Fórum e no Anfiteatro, mas também no Circo e no recinto dos comícios[438]. Vezes outras não concedia senão uma caçada. Atletas atuavam no Campo de Marte, onde ele mandava construir arquibancadas de madeira. Ofereceu uma batalha naval numa bacia aberta ao pé do Tibre no lugar onde hoje se encontra o bosque dos Césares. Durante aqueles dias mandou povoar de guardas a cidade no temor de que o pouco número dos que aí restavam fosse insuficiente para coibir a ação dos bandidos. Levou ao Circo condutores de carros, corredores, matadores de feras, escolhidos, muitas vezes, entre a gente da mais alta nobreza. Seguidamente, mandava celebrar jogos troianos por um escol de meninos, grandes e pequenos, pois julgava belo e digno dos antigos costumes o tornar conhecidos por essa forma os dons de uma estirpe ilustre. [...] Empregou, da mesma forma, cavaleiros romanos nos jogos cênicos e nas lutas de gladiadores até o dia em que um senatus consulto o proibiu.

Objetivo: Identificar Augustus como um imperador que, através dos jogos, interage com os diversos segmentos da sociedade romana, não apenas com o patriciado.

9 (66)

Tema: Popularidade (*plebis*) de Augustus.
Localização: p.75
Conteúdo:

Num dos espetáculos, fez desfilar pela arena os reféns dos partos, os primeiros que haviam sido enviados a Roma, e os colocou acima dele no segundo banco. Desta sorte, tinha por hábito, fora dos dias de espetáculo, caso aparecesse em Roma alguma coisa insólita e que interessasse à curiosidade pública, mostrá-la ao povo, como caso extraordinário, no local que mais lhe agradasse. Assim, expôs um rinoceronte no Recinto[439], um tigre no teatro, uma serpente de 50 cúbitos diante do Comitium. Chegou, certa vez, ao enfermar no dia dos jogos votivos, no Circo, a seguir os carros sagrados deitado numa liteira. Outra vez, por ocasião dos espetáculos consagratórios do teatro Marcelo, ao se romperem as ligaduras da sua cátedra curul, caiu de costas. Num espetáculo organizado para os seus netos[440], não podendo nem reter, nem tranquilizar o povo, temeroso de que o anfiteatro desabasse, mudou de lugar, e foi sentar-se justamente no trecho que provocava maior desconfiança.

[438] Recinto do Campo de Marte, onde o povo romano se reunia para votar.
[439] Veja-se a nota precedente.
[440] Caio e Lúcio.

Objetivo: Apresentar Augustus como um imperador que também se preocupava com o bem estar e o interesse da plebe.

10 (67)

Tema: Popularidade (*populus*) de Augustus.
Localização: p.75-76
Conteúdo:

> Corrigiu a extrema confusão e desordem reinantes nos espetáculos, regularizando-os, comovido pela injúria feita a um senador a quem a numerosa assembleia que assistia aos frequentadíssimos espetáculos de Puzoles negara passagem. O Senado decretou que, em qualquer representação pública, fosse onde fosse, a primeira fila de localidades seria reservada aos senadores.

Objetivo: Apresentar Augustus como um imperador que se preocupava com o bem estar e o interesse dos patrícios e do Senado, alguém que, embora popular, não tinha a intenção de confundir o lugar social ocupado pelos patrícios e plebeus na sociedade romana.

11 (68)

Tema: Hierarquização social.
Localização: p.76
Conteúdo:

> Em Roma, vedou aos deputados das nações livres e aliadas o sentarem-se na orquestra, porque notara que vários desses enviados eram descendentes de libertos. Separou os soldados do povo. Criou graduações especiais para os plebeus casados. Os adolescentes, vestidos da toga pretexta, tiveram as suas banquetas colocadas junto dos seus preceptores. Interdisse o centro do anfiteatro às pessoas vestidas de preto. Não permitiu que as mulheres vissem os gladiadores, nem mesmo dos lugares mais elevados, quando, anteriormente, tinham por costume misturar-se aos homens. Concedeu às vestais um lugar à parte no teatro, em frente do tribunal do pretor. Afastou com tanto rigor as mulheres dos espetáculos de atletas que nos jogos pontificais ele adiou para a manhã do dia seguinte a realização de um pugilato que lhe fora solicitado, entre dois lutadores, e declarou "que não achava nada bom que as mulheres frequentassem o teatro antes da quinta hora".

Objetivo: Demonstrar que Augustus estava preocupado em restaurar a sociedade romana tradicional, na qual todos os atores sociais tinham papéis predefinidos que se diferenciavam simbolicamente nos diversos espaços públicos como, por exemplo: teatros, anfitetaros e nos jogos.

12 (69)

Tema: Paixão pelos jogos.
Localização: p.76-77
Conteúdo:

> Apreciava os jogos do Circo, as mais das vezes do terraço da casa dos seus amigos e dos seus libertos. Por vezes, da galeria imperial, sentado entre a mulher e os filhos. Ausentava-se do espetáculo durante várias horas e, também, por dias inteiros. Desculpando-se de tal falta, designava os que o deviam substituir na presidência. Quando, porém, a eles comparecia, de nada mais se ocupava, para evitar murmúrios populares, tais como os provocados – dizia – por César, seu pai, que se entregava, no decurso dos espetáculos, a ler memórias e cartas e, ao mesmo tempo, a respondê-las.

> Isso, talvez, porque gostasse dos espetáculos, como nunca escondeu, e, algumas vezes, chegou a confessar ingenuamente. Doou, do seu bolso, coroas e muitos outros prêmios de grande valor a festas e jogos organizados por pessoas outras. Jamais assistiu aos certames gregos sem remunerar cada um dos concorrentes, segundo seu mérito. Admirou, particularmente, os pugilatos, sobretudo os latinos, e não somente os lutadores regulares e ordinários, que ele costumava levar à luta, juntamente com os gregos, mas, ainda, os que, sem método nem arte, combatiam por grupos nas ruas estreitas das aldeias. Dentro de pouco tempo julgou digno da sua solicitude todos os que contribuíam, de qualquer maneira, para os espetáculos públicos. Manteve os privilégios dos atletas, alargando-os. Interdisse os combates dos gladiadores sem licença. Arrebatou aos magistrados, amparado numa antiga lei, o direito de coerção, em qualquer parte, contra os histriões, salvo em relação aos jogos e aos teatros. Regulamentou, sempre com a máxima severidade, as lutas que se travavam nos xistos[441] e as pugnas de gladiadores. Reprimiu, com efeito, tão rigorosamente, a licenciosidade dos histriões que mandou vergastá-los em três teatros[442] e exilou Estefânio porque soube que ele se servia de uma dama romana vestida de rapaz e de cabelo cortado. Mandou açoitar, à vista de todo mundo, no vestíbulo da sua residência, o pantomimeiro Hila, em virtude de uma queixa do pretor. Expulsou Pilade de Roma e da Itália porque apontou com o dedo, assinalando-o, um espectador que o apupava.

Objetivo: Evidenciar o respeito e a identificação de Augusto com os jogos.

13 (70)

Tema: Utilização da máquina pública em favor da população.
Localização: p.77
Conteúdo:

> Depois de ter organizado assim a cidade e os negócios do Estado, povoou a Itália, fundando nela colônias em número de 28 e beneficiando-a em várias regiões com trabalhos e rendas públicas. Tornou-a, de certa maneira em algumas regiões, igual a Roma em direitos e dignidade. Na verdade, imaginou um gênero de sufrágio, por meio do qual os decuriões coloniais, cada qual na sua colônia, votavam nos candidatos à magistratura da cidade, enviando a Roma, nas proximidades do dia dos comícios, os votos selados. Com o intuito de favorecer, em todos os sentidos, a honestidade e o crescimento da população, colocou no serviço equestre os que lho solicitavam, recomendados pela sua cidade natal. Se realizava inspeções regionais, distribuía mil sestércios por cabeça aos plebeus, pelos filhos ou filhas que lhe apresentassem.

Objetivo: Associar a figura de Augustus a de um imperador que está disposto a socializar com os povos e cidades da Península Itálica através da integração da máquina e recursos públicos ao processo de colonização e exercício da cidadania romana.

14 (71)

Tema: Proximidade entre o imperador e as províncias.
Localização: p.77
Conteúdo:

> Encarregou-se, pessoalmente, das províncias mais importantes, que ele não achava bom nem seguro confiar a magistrados anuais, e autorizou os procônsules a governar as outras por sorteio. Contudo, efetuou algumas mudanças e visitou, por várias vezes, a maior parte de umas e de outras.

---

[441] Pórticos cobertos.
[442] Os de Pompeu, Balbo e Marcelo.

Objetivo: Demonstrar que Augustus se não se preocupava apenas com as questões relacionadas a Roma ou Península Itálica, mas, também, com as demandas dos outros territórios anexados ao Império Romano nos quais ele se envolvia na administração pessoalmente, ainda que, às vezes, indirfetamente através de magistrados.

15 (72)

Tema: Preservação das cidades aliadas.
Localização: p.77-78
Conteúdo:

> Cassou a liberdade a certas cidades aliadas, cuja dissolução de costumes ameaçava perdê-las. Protegeu outras, aniquiladas de dívidas. Reconstruiu as destruídas por tremores de terra e conferiu o direito latino ou de cidadania aos que apresentassem folha de serviços prestados ao povo romano. Não houve uma só província, creio eu, que ele não tivesse visitado, com exceção da África e da Sardenha. Preparava-se para inspecioná-las, após a derrota de Sexto Pompeu, na Sicília. Uma série, porém, de violentas tempestades o impediu. Posteriormente, não encontrou nem ocasião, nem motivo para fazer a travessia.

Objetivo: Demonstrar que Augustus se preocupava com a preservação material, econômica e sociocultural das cidades aliadas, como se disso dependesse a saúde do império.

16 (73)

Tema: Relações políticas entre Augustus e os reis aliados.
Localização: p.78
Conteúdo:

> Com poucas exceções, devolveu os reinos conquistados pelo direito da guerra àqueles de quem os havia arrancado ou a estrangeiros. Uniu, da mesma forma, entre si, os reis aliados, por meio de liames mútuos, e despendeu a maior atividade em atender e favorecer cada casamento e cada tratado de amizade. Na sua solicitude, não os encarou de outro modo senão como membros e partes do Império. Acostumou-se a dar tutores aos príncipes de menor idade ou fracos de espírito, até à maioridade ou restabelecimento. Educou e instruiu, juntamente com os seus filhos, a maior parte daqueles[443].

Objetivo: Apresentar as relações políticas e socioculturais estabelecidas entre Augustus e os reis aliados, Roma e as outras cidades, entre a sociedade romana e as demais comunidades multiculturais do império.

17 (85)

Tema: Fundação e urbanização de outras cidades.
Localização: p.-82-83
Conteúdo:

> Os reis amigos e aliados, cada qual no seu reino, construíram cidades a que deram o nome de Cesareia e, todos juntos, rejubilaram por haverem terminado, à sua própria custa, o templo de Júpiter Olímpico, começado outrora em Atenas, e poderem dedicá-lo ao gênio de César. Muitas vezes, deixando seus reinos, prestavam-lhe honras não

[443] Tal foi o caso de Agripa, que era neto de Herodes.

somente em Roma, mas durante as visitas que fazia às províncias, como simples protegidos, de toga e sem ostentarem as insígnias de reis.

Objetivo: Identificar as relações políticas entre Augustus e os reis aliados com a reorganização do espaço e urbano e fundação de novas cidades em homenagem a ele.